



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS – FACE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA

FLÁVIO DIOGO LUZ

FORMAÇÃO DE AGENDA E TOMADA DE DECISÃO NA PERSPECTIVA DE
MÚLTIPLOS FLUXOS: O CASO DO NOVO REGIME FISCAL

BRASÍLIA/DF
AGOSTO DE 2022

FLÁVIO DIOGO LUZ

**FORMAÇÃO DE AGENDA E TOMADA DE DECISÃO NA PERSPECTIVA DE
MÚLTIPLOS FLUXOS:O CASO DO NOVO REGIME FISCAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Administração e Políticas Públicas, da Universidade de Brasília (PPGA/UnB).
Orientador: Prof. Dr. Diego Mota Vieira

BRASÍLIA/DF
AGOSTO DE 2022

FLÁVIO DIOGO LUZ

**FORMAÇÃO DE AGENDA E TOMADA DE DECISÃO NA PERSPECTIVA DE
MÚLTIPLOS FLUXOS: O CASO DO NOVO REGIME FISCAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Administração e Políticas Públicas, da Universidade de Brasília (PPGA/UnB).
Orientador: Prof. Dr. Diego Mota Vieira

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Diego Mota Vieira, Universidade de Brasília

Orientador

Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Niedhardt Capella, Universidade Federal de São Carlos

Examinadora Externa

Prof.^a Dr.^a Suylan de Almeida Midlej e Silva, Universidade de Brasília

Examinadora Interna

Ao meu querido pai, Vicente Luz (*in
memoriam*). Com amor e saudades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Diego Mota Vieira pela orientação. A sua paciência, confiança e disponibilidade foram fundamentais para conclusão deste trabalho.

Aos professores do PPGA, por compartilharem seu conhecimento e colaborarem com todos nós. À equipe administrativa do PPGA/UnB, por todo apoio e cordialidade quando precisei. Aos colegas do Grupo de Pesquisa em Governo e Políticas Públicas do PPGA/UnB, pela parceria e incentivo ao longo do curso.

Àqueles participaram das entrevistas que integram esta Dissertação, não apenas como fonte de informação para a pesquisa, mas, principalmente, pelo compartilhamento da experiência e de conhecimento.

A todos professores, amigos e colegas que torceram por mim e de alguma maneira contribuíram com a minha formação.

Aos meus pais, Vicente (in memoriam) e Ignez, pela criação pautada em valores de amor e respeito ao próximo, assim como pelo apoio irrestrito a meus projetos de vida.

Aos meus filhos, Enzo, Giovanna e Enrico, que são os tesouros da minha vida, minha maior fonte de alegria e meus projetos mais importantes. E um agradecimento especial à Bethânia, minha mulher, esposa, companheira e amiga, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos, alegres e difíceis, nas vitórias e nos tropeços. Agradeço por suas palavras, que me inspiram e me fazem sempre buscar o meu melhor. Eu sei que também não foi fácil para você, mas esta conquista também é sua. Amo vocês!

RESUMO

Esta dissertação encontra-se no campo da análise de políticas públicas, a partir da utilização do Modelo de Múltiplos Fluxos (MMF) com recentes atualizações da literatura internacional, incluindo o suporte teórico do Novo Institucionalismo Histórico (NIH), com a finalidade de enfatizar as instituições e sua influência nas mudanças institucionais. Para tanto, foi utilizado um estudo de caso sobre o Novo Regime Fiscal (NRF), regra fiscal adotada por meio da Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016, de grande relevância e transversalidade em termos de políticas públicas. Pesquisas anteriores limitaram-se a investigar a adequação jurídica ou os impactos social e econômico do NRF. Visando suprir essas lacunas, o presente estudo apresenta um levantamento histórico recente das regras fiscais da União, descreve os processos de formação de agenda e de tomada de decisão do Novo Regime Fiscal, analisa os principais fatores que contribuíram em cada uma dessas etapas para, então, cumprir seu objetivo central que é compreender o contexto e os fatores fundamentais para a adoção do NRF. Assim, esta pesquisa baseou-se na análise de documentos, do Executivo e do Legislativo, e de notícias da mídia em geral, veiculadas em 2016, bem como em entrevistas de atores relevantes do processo. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo, com auxílio de *software*. Os resultados indicam a aplicabilidade da atualização utilizada do modelo e, assim, com a operacionalização do modelo proposto, contribuíram para a evolução do MMF. Foi identificado o protagonismo dos fluxos dos problemas e das alternativas no primeiro acoplamento e dos fluxos das alternativas e político no segundo acoplamento, assim como os fatores fundamentais para a abertura da janela de oportunidade, bem como a atuação diferenciada dos empreendedores em cada acoplamento.

Palavras-Chave: Novo Regime Fiscal, múltiplos fluxos, novo institucionalismo histórico, orçamento público, formação de agenda.

ABSTRACT

This work is in the field of public policy analysis, based on the use of the Multiple Streams Model (MSM) with recent updates of the international literature, including the theoretical support of the New Historical Institutionalism (NHI), in order to emphasize the institutions and its influence on institutional changes. To this end, a case study was used on the New Fiscal Regime (NRF), a fiscal rule adopted through Constitutional Amendment 95, of December 15, 2016, of great relevance and transversality in terms of public policies. Previous researches have been limited to investigating the legal adequacy or social and economic impacts of the NRF. In order to fill these gaps, the present study presents a recent historical survey of the federal fiscal rules, describes the agenda-setting and decision-making processes of the NRF, analyzes the main factors that contributed in each of these stages, so to fulfill its main objective which is to understand the context and the fundamental factors for the adoption of the NRF. Therefore, this research was based on analysis of documents, from the Executive and Legislative branches, and news from the media in general published in 2016, as well as interviews with relevant actors in the process. The collected data were submitted to content analysis, with the aid of software. The results indicate the feasibility of the updated model and, thus, with the operationalization of the proposed model, they contributed to the evolution of the MSM. The protagonism of the flows of problems and alternatives in the first coupling and of the flows of alternatives and political in the second coupling were identified. The fundamental factors for opening the window of opportunity, as well as the differentiated action of the entrepreneurs in each coupling.

Keywords: Novo Regime Fiscal, multiple streams, new historical institutionalism, public budget, agenda-setting.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Resultado Primário do Governo Central – Brasil (% PIB).....	18
Figura 2 - Resultado Primário do Governo Central – Brasil (em R\$ milhões correntes)	19
Figura 3 - Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	20
Figura 4 - Níveis de agenda.....	33
Figura 5 - Modelo de Múltiplos Fluxos de John Kingdon	51
Figura 6 - Modelo de Múltiplos Fluxos com dois processos de acoplamento	65
Figura 7 - Modelo de Múltiplos Fluxos modificado (MMFm)	66
Figura 8 - Receitas e Despesas Primárias do Governo Central (1998-2019).....	99
Figura 9 - Resultado Primário (1998-2019)	99
Figura 10 - Estoque da dívida pública federal (2006-2019).....	100
Figura 11 - Taxa de Desocupação no Brasil (em %, 2012-2019)	101
Figura 12 - Esquema do MMFm com o resumo dos resultados da pesquisa	143
Figura 13 - Conexão entre os códigos (categorias de análise)	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos e premissas do MMF.....	34
Quadro 2 - Atores, participação e recursos no Modelo de Múltiplos Fluxos	41
Quadro 3 - Relação entre atores e processos do Modelo de Múltiplos Fluxos	42
Quadro 4 - Tipos de regras fiscais e suas vantagens e desvantagens.....	71
Quadro 5 – Esquema resumido do desenho da pesquisa.....	76
Quadro 6 - Documentos coletados com origem no Poder Executivo	77
Quadro 7 - Documentos coletados com origem na Câmara dos Deputados	79
Quadro 8 - Documentos coletados com origem no Senado Federal	81
Quadro 9 - Categorias de análise, resumo do referencial teórico, proposições teóricas e direcionamento das perguntas das entrevistas	87
Quadro 10 - Entrevistados.....	89
Quadro 11 - Fases e procedimentos da análise de conteúdo	90
Quadro 12 - Resumo dos procedimentos metodológicos da pesquisa	91
Quadro 13 - Regras fiscais em vigor para a União Federal	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo da evolução das Metas de Resultado Primário do Setor Público consolidado não financeiro estabelecidas nas LDOs, incluindo alterações legais (1999-2016).....	108
---	-----

LISTA DE SIGLAS

ACF – advocacy coalitions framework
Anamatra – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
Ajufe – Associação dos Juízes Federais do Brasil
AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros
BCB – Banco Central do Brasil
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD – Câmara dos Deputados
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
DBGG – Dívida bruta do governo geral
DPU – Defensoria Pública da União
EC – Emenda Constitucional
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUB – Fundação Universidade de Brasília
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOA – Lei Orçamentária Anual
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC – Ministério da Educação
MSF – multiple streams framework (ver MMF)
MMF – Modelo de Múltiplos Fluxos
MMFm – Modelo de Múltiplos Fluxos modificado
MPU – Ministério Público da União
NIH – novo institucionalismo histórico
NRF – Novo Regime Fiscal
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PEF – Programa de Estabilidade Fiscal
PIB – Produto Interno Bruto
PNE – Plano Nacional de Educação

PPA – Plano Plurianual

PT – Partido dos Trabalhadores

RTN – Resultado do Tesouro Nacional

SF – Senado Federal

SOF – Secretaria de Orçamento Federal

STF – Supremo Tribunal Federal

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCU – Tribunal de Contas da União

UnB – Universidade de Brasília

WoS – Web of Science

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	16
1.1.	Contextualização do tema	16
1.2.	Problema de pesquisa	22
1.3.	Objetivos	22
1.4.	Justificativa da pesquisa	22
1.5.	Escolha do referencial teórico	26
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	30
2.1.	O Modelo dos Múltiplos Fluxos (MMF)	30
2.1.1.	Atores	34
2.1.2.	Fluxo dos Problemas	42
2.1.3.	Fluxo das Alternativas	45
2.1.4.	Fluxo Político	46
2.1.5.	Janelas de oportunidade e empreendedores	48
2.1.6.	Dinâmica do Modelo de Múltiplos Fluxos	51
2.1.7.	Evolução e adaptações ao Modelo de Múltiplos Fluxos	52
2.2.	Novo Institucionalismo Histórico	56
2.2.1.	Combinando Novo Institucionalismo Histórico e MMF	58
2.3.	Modelo de Múltiplos Fluxos Modificado (MMFm)	62
2.4.	Regras fiscais	67
3.	MÉTODO	72
3.1.	Desenho da pesquisa	72
3.2.	Estratégias para a coleta e análise de dados	76
3.2.1.	Coleta de dados	77
3.2.2.	Análise dos dados coletados	90
3.3.	Resumo das etapas da pesquisa	91
4.	HISTÓRICO DAS REGRAS FISCAIS ATÉ A EC 95/2016	92

5.	RESULTADOS.....	98
5.1.	Fluxo dos Problemas	98
5.1.1.	Indicadores.....	98
5.1.2.	Eventos Focalizadores	105
5.1.3.	Feedback de políticas anteriores.....	107
5.2.	Fluxo das Alternativas.....	110
5.2.1.	Aceitação pública	110
5.2.2.	Viabilidade técnica	115
5.2.3.	Receptividade política	118
5.2.4.	Alternativas concorrentes	120
5.3.	Fluxo Político.....	123
5.3.1.	Distribuição de poder no Congresso Nacional	123
5.3.2.	Clima Nacional	125
5.3.3.	Ocupação de cargos-chave	127
5.3.4.	Mudança de governo	129
5.3.5.	Atuação de grupos favoráveis.....	131
5.3.6.	Atuação de grupos contrários	132
5.4.	Empreendedores.....	135
5.4.1.	Articulação técnica	135
5.4.2.	Articulação política.....	138
5.5.	Resumo dos resultados.....	141
6.	CONCLUSÕES	146
7.	REFERÊNCIAS.....	149
8.	APÊNDICE A	161
1.	Documentos analisados	161
2.	Código: Fluxo dos Problemas	173
2.1.	Código: Indicadores.....	173

2.2. Código: Eventos focalizadores	188
2.3. Código: Feedback de políticas anteriores	196
3. Código: Fluxo das Alternativas	212
3.1. Código: Aceitação pública.....	212
3.2. Código: Viabilidade técnica	228
3.3. Código: Receptividade política	257
3.4. Código: Alternativas concorrentes	290
4. Código: Fluxo Político	318
4.1. Código: Distribuição de poder no Congresso Nacional	318
4.2. Código: Clima nacional	330
4.3. Código: Ocupação de cargos chave.....	348
4.4. Código: Mudança de governo	353
4.5. Código: Grupos favoráveis.....	358
4.6. Código: Grupos contrários	367
5. Código: Empreendedores	392
5.1. Código: Articulação técnica	392
5.2. Código: Articulação política.....	408
9. APÊNDICE B	433
10. APÊNDICE C	453

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação expõe um estudo analítico dos processos de formação de agenda e formulação da política pública, com o objetivo de compreender como a ideia de restringir a evolução anual das despesas públicas, em termos reais, ganhou destaque na agenda governamental. Conhecida como Novo Regime Fiscal (NRF), a Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC 95/2016), foi promulgada e inserida no contexto do sistema orçamentário federal brasileiro em 15 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016c).

Para tanto, este trabalho é organizado da seguinte forma: dando sequência a esta introdução, apresentamos a contextualização do tema, o problema de pesquisa, os objetivos a serem alcançados e a justificativa do trabalho e do referencial teórico. O capítulo 2, por sua vez, é voltado para a exposição do referencial teórico que servirá de pilar ao desenvolvimento da pesquisa. No capítulo 3, os métodos de pesquisa e as estratégias para coleta e análise de dados são apresentados. O capítulo 4 traz o histórico das regras fiscais no Brasil desde 1988. No capítulo 5 são apresentados os resultados e sua análise. Por fim, o capítulo 6 encerra com as conclusões da dissertação, seguido das referências e apêndices.

1.1. Contextualização do tema

No sistema de política orçamentária brasileiro, há regras vigentes desde a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a chamada Lei das Finanças Públicas, mas vem sofrendo alterações desde então (BARCELOS, 2012). A Constituição Federal de 1988 é marco importante nessa trajetória, estabelecendo os principais instrumentos do processo orçamentário: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) (BRASIL, 1988). Outra importante referência, em termos de governança orçamentária, é a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). No ano seguinte, a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, disciplinaria o Sistema de Orçamento Federal. Desde então, alterações significativas no arcabouço constitucional da política orçamentária brasileira ocorreram apenas a partir de 2015, por meio das Emendas Constitucionais nº 86, de 2015, nº 95, de 2016, nº 100 e nº 102, de 2019 (BRASIL, 1988).

As instituições, no conceito de Mahoney e Thelen (2010), são características relativamente duradouras da vida política e social (regras, normas e procedimentos) que estruturam comportamentos e que não podem ser mudadas de maneira fácil ou instantânea. Os

mecanismos de coordenação no orçamento público decorrem dos papéis adotados pelos principais atores do processo, segundo a legislação em vigor (DAVIS; DEMPSTER; WILDAVSKY, 1966; GOOD, 2014). Assim, as instituições teriam a função de balizar as decisões e as ações dos atores (DIMAGGIO; POWELL, 2005) por meio do sistema de regras e procedimentos estabelecido em relação ao modo de fazer os orçamentos, desde a preparação até a sua implantação (HALLERBERG; RAINER STRAUCH; VON HAGEN, 2009).

Nesse contexto, as instituições políticas, tais como constituições, formas de governo, regimes políticos, sistemas eleitorais e regras fiscais, em termos orçamentários, representariam as “regras do jogo” (CAVALCANTE; SILVEIRA E SILVA, 2012), segundo as quais as decisões políticas sobre os gastos públicos foram geradas durante a interação entre diversos atores competindo por recursos escassos (REZENDE, 2008).

Mais especificamente, as regras fiscais são definidas como mecanismos que impõem uma restrição duradoura à política fiscal por intermédio de limites numéricos sobre os agregados orçamentários, como, por exemplo, dívida, resultado, despesa ou receita (BUDINA et al., 2012). Nesse contexto, tais regras devem promover, ou ao menos não impedir, a capacidade de a política fiscal cumprir suas três principais funções: suavizar o ciclo econômico; estimular o crescimento a longo prazo; e promover a inclusão (LLEDÓ et al., 2017b). As regras fiscais são adotadas em muitos países, que escolhem entre uma ou mais regras (BUDINA et al., 2012).

O orçamento moderno possui um caráter múltiplo, apresentando-se como instrumento jurídico, político, econômico, programático, gerencial, contábil, financeiro, entre outros (GIACOMONI, 2017; SANCHES, 2007). No cenário atual, os orçamentos públicos têm três objetivos principais: garantir a hígidez fiscal; promover a efetiva alocação de recursos, segundo os critérios constitucionais, legais e políticos; e entregar de forma eficiente bens e serviços públicos (SCHICK, 2013). Por serem complementares, interdependentes e competitivos entre si, tais objetivos não devem ser perseguidos isoladamente (ALLEN; TOMMASI, 2001; GOOD, 2014; SCHICK, 2010).

Entretanto, o histórico brasileiro não é positivo em termos de eficiência na alocação, como destaca o Banco Mundial (2001), em um estudo sobre as instituições fiscais brasileiras. De acordo com a conclusão desse estudo:

As instituições orçamentárias brasileiras são particularmente fracas na sustentação da eficiência alocativa. O estabelecimento de prioridades através de critérios objetivos é usado apenas parcialmente para a alocação orçamentária. [...] A efetividade dos arranjos institucionais para a eficiência alocativa é prejudicada ainda mais pela falta de abrangência e unidade no orçamento, pela prevalência de segmentos autônomos e pela deficiência na avaliação e na prestação de contas.

No que diz respeito à hígidez fiscal, no período entre 1991 e 2016, o aumento da despesa foi compensado e financiado parcialmente pela elevação da receita bruta total do Governo Central, que nesse período passou de 14,6% para 21,0% do PIB (GIAMBIAGI; HORTA, 2019). Porém, como o gasto elevou-se proporcionalmente mais que a receita, houve uma significativa deterioração do resultado primário do Governo Central, que passou de um superávit de 1,0% do PIB, em 1991, para um déficit de 2,5% do PIB, em 2016 (GIAMBIAGI; TINOCO, 2019). Há, no entanto, o período de 1999 a 2013, em que o resultado primário anual se estabiliza em torno de aproximadamente 2,0% do PIB (Figura 1).

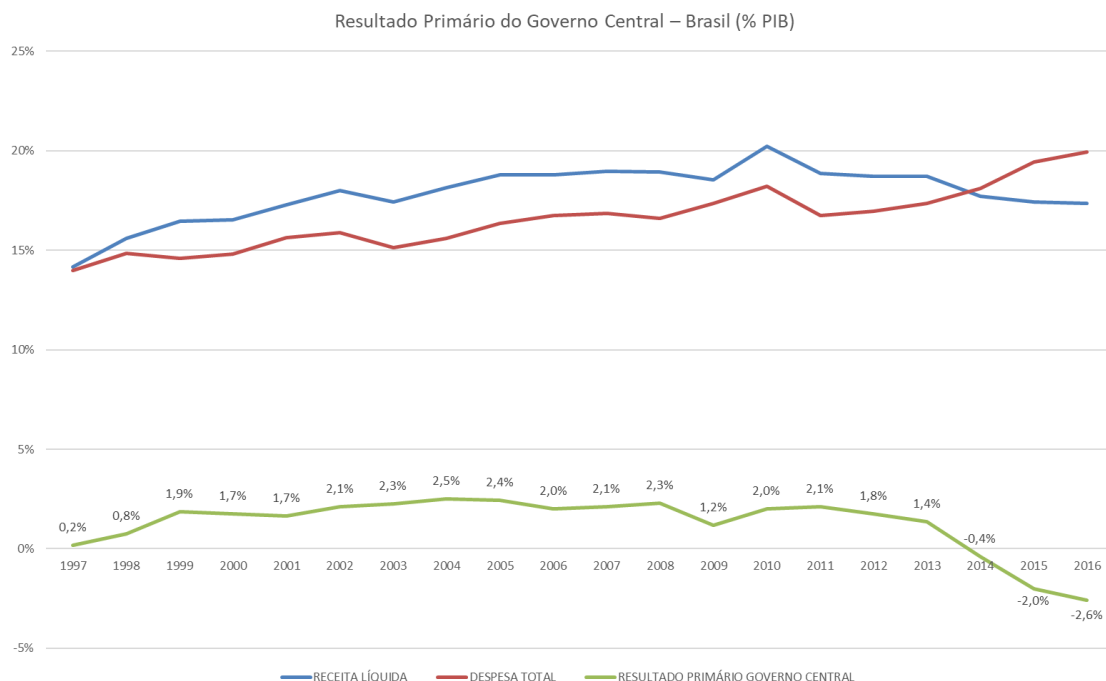


Figura 1 - Resultado Primário do Governo Central – Brasil (% PIB)

Fonte: Boletim Resultado do Tesouro Nacional1 (RTN). Elaboração Própria.

Para Mendes (2008), os bônus e os ônus eleitorais da estabilidade fiscal recaem sobre o Presidente da República e os ministros da área econômica, sendo menor, ou até mesmo inexistente, a preocupação dos parlamentares e demais ministros com o equilíbrio fiscal. Existe uma fragmentação de interesses político-eleitorais no Congresso Nacional, fazendo com que as decisões orçamentárias emanadas do Legislativo representem basicamente a soma de interesses

1 Disponível em <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn>

individuais e partidários dos parlamentares. Tais interesses se concentram no atendimento de bases eleitorais e grupos de interesse mediante expansão da despesa pública.

Em termos de atores do legislativo, os atores envolvidos parecem não considerar de modo completo as possíveis implicações fiscais de suas decisões sobre os gastos, o que pode levar à conhecida “tragédia dos comuns” (MATTOS, 2018; OSTROM, 1990, 2005). Nesse contexto de ineficiência alocativa, a limitação da autonomia sobre o nível de gastos poderia induzir os atores envolvidos na tomada de decisão a internalizarem as externalidades produzidas pela presença de recursos comuns, uma vez que proporcionaria visão mais abrangente de suas decisões, favorecendo o alcance da disciplina orçamentária (FILC; SCARTASCINI, 2004). Significa dizer que controlar o ritmo de expansão das despesas possibilitaria, por um lado, a redução da carga fiscal e, por outro, melhor acomodaria as emendas parlamentares, tanto em termos de espaço fiscal como em termos de escolha e priorização de políticas públicas (MENDES, 2008).

Nesse sentido, o objetivo do NRF, declarado na Exposição de Motivos nº 83/2016-MF-MPDG que acompanhou a referida proposta de emenda constitucional, era trabalhar a raiz do problema fiscal do Governo Federal, que estaria no crescimento acelerado da despesa pública primária, a qual, no período de 2008 a 2015, teria crescido 51% acima da inflação, enquanto a receita teria evoluído apenas 14,5% (BRASIL, 2016a, 2016b). Esse desequilíbrio fiscal iniciaria uma sucessão de resultados primários negativos, conforme ilustra a Figura 2.

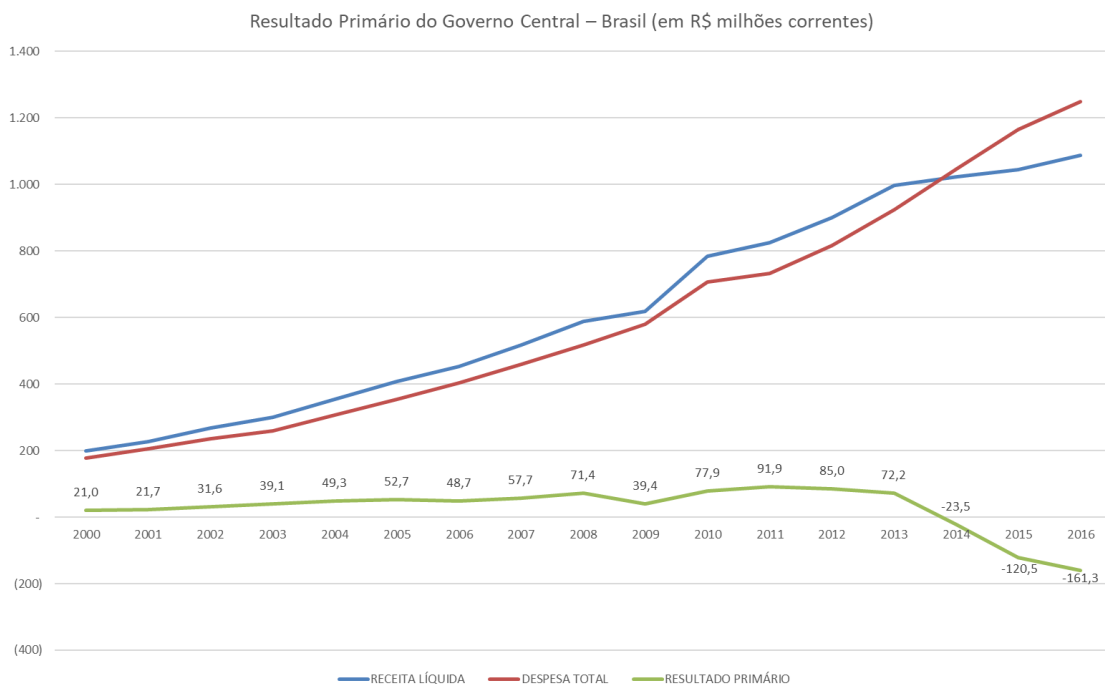


Figura 2 - Resultado Primário do Governo Central – Brasil (em R\$ milhões correntes)

Fonte: Boletim Resultado do Tesouro Nacional (RTN). Elaboração Própria.

Com a série de resultados negativos, a dívida bruta do governo geral saiu de 51,69% do PIB em 2013 para 66,52% em 2015, conforme pode ser verificado na **Figura 3** (BRASIL, 2016a).

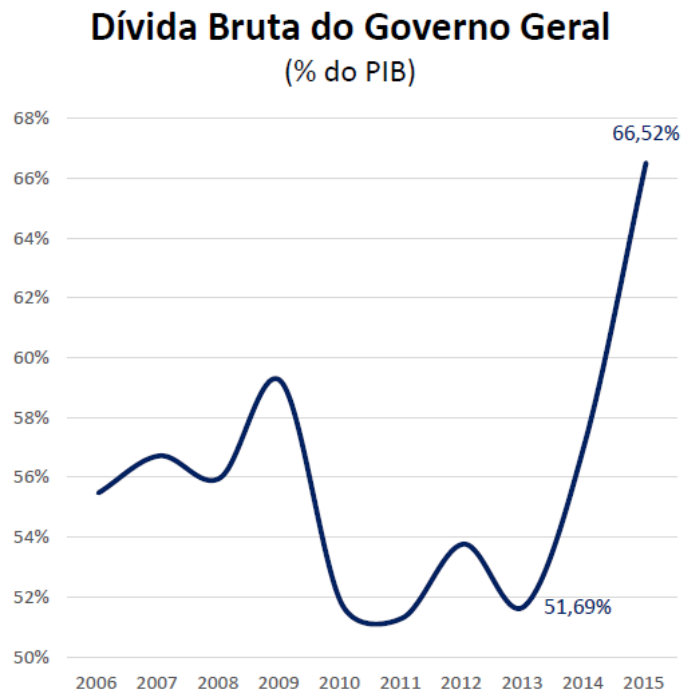


Figura 3 - Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)

Fonte: STN. Apresentação da PEC 241/2016 do Ministro da Fazenda Henrique Meirelles

A proposição do NRF, em 15 de junho de 2016, ocorreu em um momento de crise política no Brasil, durante o governo do Presidente da República Michel Temer. Seu governo teve início no dia 12 de maio de 2016, quando, então Vice-Presidente da República, assumiu interinamente o cargo de Presidente da República em consequência do afastamento temporário da Presidente Dilma Rousseff, fruto da aceitação do processo de impeachment pelo Senado Federal². Iniciando sua tramitação pela Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, na Câmara dos Deputados, renumerada para nº 55, de 2016, no Senado Federal, foi aprovada exatos seis meses após sua proposição e promulgada na forma da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (EC 95/2016) (BRASIL, 2016a, 2016b).

² O processo de impeachment iniciou-se formalmente na Câmara dos Deputados em 2 de dezembro de 2015.

Durante essa tramitação, houve intenso debate acerca da conveniência e da oportunidade da proposição do NRF, seus efeitos na curva de efetividade dos direitos sociais, bem como a integridade e o funcionamento do sistema de controle, o que determinou a judicialização preventiva da proposição, proposta por parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Comunista Brasileiro (PC do B), no Supremo Tribunal Federal (STF), sob a forma do Mandado de Segurança nº 34.448³, que pretendia o trancamento do processamento legislativo da referida iniciativa (VALLE, 2017).

Nesse contexto, a referida proposta de emenda constitucional foi promulgada na forma da Emenda Constitucional nº 95 (EC 95/2016), de 15 de dezembro de 2016, estabelecendo, para um período de vigência de vinte exercícios financeiros, o Novo Regime Fiscal (NRF) no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, popularmente conhecido como “teto de gastos” (BRASIL, 2016c). O NRF fixou limites individualizados para as despesas primárias do Poder Executivo e dos órgãos dos demais Poderes, bem como do Ministério Público da União (MPU) e da Defensoria Pública da União (DPU). Além disso, estabeleceu despesas excepcionalizadas do cômputo do teto e restrições aos órgãos que desrespeitem o limite estabelecido (BRASIL, 2016c).

Após a promulgação da EC 95/2016, foi ajuizada a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 56.332, ofertada pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), em que se sustenta sob vários ângulos o vício de raiz da proposição com ênfase nos preceitos que estariam, a ver dos autores, a minar a autonomia financeira do Poder Judiciário e/ou o equilíbrio e a harmonia entre os poderes (VALLE, 2017).

Dessa forma, a União Federal do Brasil, em um contexto de crise, promulgou uma regra fiscal que traduz a mais intensa política de austeridade de toda a história, a se considerar os critérios da rigidez, da longevidade e da abrangência (TAVARES, 2019). Em outras palavras, trata-se “de uma variante brasileira do disseminado e global fenômeno da adoção de uma fiscalidade austera como reação a um contexto de crise econômica” (TAVARES; SILVA, 2020, p. 2).

3 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS 34448 MC, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, julgado em 10/10/2016, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-218 DIVULG 11/10/2016 PUBLIC 13/10/2016.

1.2. Problema de pesquisa

Diante do exposto, este estudo propõe responder à seguinte pergunta de pesquisa: como a ideia de limitação de crescimento das despesas públicas federais ascendeu à agenda decisória da União e tomou a forma do Novo Regime Fiscal?

1.3. Objetivos

Com base na pergunta acima elencada, o objetivo central da pesquisa consiste em compreender o contexto e os fatores fundamentais para a adoção do Novo Regime Fiscal. Essa análise permitirá um melhor entendimento do fenômeno e contribuirá com a reflexão e o debate acadêmico sobre essa importante mudança no sistema orçamentário da União.

Como alicerce para desenvolver os trabalhos a serem executados e encontrar uma resposta para a pergunta de pesquisa traçada, este estudo abrange, também, os seguintes objetivos específicos:

1. Realizar o levantamento dos antecedentes históricos e a contextualização do Novo Regime Fiscal;
2. Descrever o processo de formação de agenda do NRF;
3. Descrever os processos de formulação e aprovação do NRF;
4. Analisar os principais fatores que levaram a limitação dos gastos à agenda decisória governamental;
5. Analisar os principais fatores que levaram à aprovação do NRF.

1.4. Justificativa da pesquisa

Em pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações⁴ (BDTD), a partir de termos relativos ao Novo Regime Fiscal (NRF)⁵ nos campos de título e assunto, com o objetivo de resgatar essencialmente trabalhos com foco na referida proposição, foram encontradas dezenove teses ou dissertações e descartadas cinco após a análise dos

⁴ Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/>

⁵ Pesquisa realizada em 13 de junho de 2021 com a utilização dos seguintes critérios: (Título:"novo regime fiscal" OU Assunto:"novo regime fiscal" OU Título:"teto d?? gastos" OU Assunto:"teto d?? gastos") OU (Título:constitucional AND 95 OU Assunto:constitucional AND 95 OU Título:EC AND 95 OU Assunto:EC AND 95 OU Título:constitucional AND 241 OU Assunto:constitucional AND 241 OU Título:constitucional AND 55 OU Assunto:constitucional AND 55 OU Título:PEC AND 241 OU Assunto:PEC AND 55)

respectivos resumos. Dos quatorze trabalhos restantes, alguns desses trabalhos analisam a EC nº 95/2016 com foco na constitucionalidade e investigam a potencial violação do compromisso de preservação e ampliação dos direitos fundamentais, instituído pela Constituição do Brasil de 1988 (FERREIRA, 2019; FILHO, 2019; GONÇALVES, 2018; RAFAGNIN, 2019); outros trabalhos analisam o NRF do ponto de vista do impacto econômico (FREITAS, 2017; GOMES, 2017; LEITE, 2018). Os trabalhos analisados, em sua maioria, pesquisam os impactos do NRF em determinada área ou instituição, principalmente nas áreas de saúde e educação, com destaque para o orçamento das universidades (AGUIAR, 2019; BRONZIM, 2019; OLIVEIRA, 2018, 2019; SILVA, 2019), o que demonstra a relevância do estudo aqui proposto, ao analisar justamente o fenômeno que perpassa todas as referidas pesquisas.

De maneira semelhante, foi feita busca no Portal de Periódicos Capes/MEC, nas bases de dados *Web of Science* (WoS) e SciELO, utilizando termos relacionados ao NRF⁶ no campo título, para identificar os trabalhos com foco específico na proposição analisada. O resultado da busca retornou doze artigos, dos quais cinco avaliam os impactos da proposição ou da emenda promulgada nas áreas da educação e da saúde (AMARAL, 2017; GRAZIANE, 2016b; GRAZIANE; XIMENES, 2018; GUIMARÃES, 2016; MENDES, 2016), três tratam da constitucionalidade (MARIANO, 2017; ROZNAI; KREUZ, 2018; VALLE, 2017), e os quatro restantes analisam os impactos econômicos e políticos do NRF (GOMES et al., 2020; MORETTI, 2018; GRAZIANE, 2016a; TAVARES; SILVA, 2020).

No caso da constitucionalidade, com exceção da forma federativa do Estado, as demais cláusulas pétreas previstas na Constituição têm sido objeto de contestação em relação aos efeitos da EC nº 95/2016 (AGUIAR, 2019; FILHO, 2019). Apesar disso, as diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizadas perante o Supremo Tribunal Federal (STF) (ADIs 5633, 5643, 5655, 5658, 5680, 5715, 5734 e 5988) para infirmar o NRF não obtiveram concessão de tutela de urgência, bem como ainda não houve apreciação do mérito⁷. Para alguns pesquisadores, “a Emenda é compatível com a Constituição, [...] portanto, não há que se falar na existência de inconstitucionalidade” (RAFAGNIN, 2019), assim “o Novo Regime Fiscal não violou nenhuma das cláusulas pétreas dispostas no art. 60, § 4º, da Constituição Federal”

⁶ Pesquisa realizada em 13 de junho de 2021 com a utilização dos seguintes critérios: TÍTULO: ("novo regime fiscal") OR TÍTULO: ("teto d?? gastos") OR TÍTULO: ("PEC 241") OR TÍTULO: ("PEC 55") OR TÍTULO: ("EC 95") OR TÍTULO: ("Emenda Constitucional" AND 95) OR TÍTULO: (Constitucional AND 241) OR TÍTULO: (Constitucional AND 55). Tempo estipulado: 2016-2021. Bases de dados: WOS, SCIELO.

⁷ Pesquisa realizada em 26 de junho de 2021 no sítio eletrônico do STF para as ADIs (5633, 5643, 5655, 5658, 5680, 5715, 5734 e 5988). A ADI 5643 foi extinta sem resolução do mérito por ausência de pressuposto processual relativo à legitimidade ativa do autor.

(FILHO, 2019, p. 133). Para outros, o NRF “caracteriza-se como inconstitucional, pois viola o núcleo essencial dos direitos fundamentais a saúde e educação na Constituição Federal de 1988” (GONÇALVES, 2018, p. 77), ou, em outras palavras, “afronta o arranjo sistêmico constitucional e dispositivos infraconstitucionais que apoiam o fornecimento financiamento de direitos básicos, [...], como é o caso da previdência e direitos de saúde e educação” (GRAZIANE, 2016b). No entendimento de Valle (2017), há a utilização de retóricas política e ideológica na arena jurídica com vistas à rejeição da proposta, mas não existe, tecnicamente, inconstitucionalidade. No entanto, Roznai e Kreuz (2018, p. 35) entendem que “a EC n. 95/2016 é [...] inconstitucional, uma vez que viola a essência de Estado Social presente no texto original da Constituição de 1988 e tem influências diretas na garantia de direitos fundamentais, que constituem cláusulas pétreas.”

Somando-se a análise de finanças públicas ao controverso debate jurídico, alguns pesquisadores concluem que “está-se diante de retrocesso orçamentário” (RAFAGNIN, 2019) e que o NRF “operará um ajuste fiscal seletivo e incompleto, na medida em que desconhece a necessidade de avançar na gestão mais equitativa e racional das receitas e no controle do avanço desarrazoado das despesas financeiras” (GRAZIANE, 2016b). Em contrapartida, outros defendem a “necessidade de o governo cumprir o teto dos gastos públicos a fim de manter a estabilidade da dívida pública ao longo do tempo” (LEITE, 2018). Mais ainda, há visões mistas, pois, embora alguns pesquisadores entendam que a EC nº 95/2016 “possa ajudar a gestão fiscal via redução da relação dívida/PIB, congelar os gastos do governo de forma arbitrária e sem uma análise acurada das consequências pode gerar resultados distorcidos severos” (GOMES et al., 2020), outros propõem a solução na forma ajustes, como “criar gatilho na Constituição, [...] pertinentes ao Novo Regime Fiscal, para fins de permitir, de forma sustentável, expansão de gasto e de investimento em momentos de curva procíclica da economia.” (AGUIAR, 2019, p. 201).

Quando direcionadas às áreas de saúde e educação, as pesquisas parecem compartilhar de uma perspectiva mais crítica. Oliveira (2018, p. 95) argumenta que “a aplicação linear do teto dos gastos implementada pela EC 95/2016 sobre o orçamento das universidades federais inviabilizaria seu funcionamento já a curto prazo”. Ademais, em consequência da EC nº 95/2016, “é de se esperar que os órgãos não logrem preencher as vagas dos servidores aposentados [...], o que pode gerar um risco de descontinuidade de algumas atividades da FUB” (SILVA, 2019), bem como é “[possível] afirmar que o cumprimento das metas contidas no PNE (2014-2024) no contexto da EC 95 [...] é uma tarefa praticamente impossível” (AMARAL, 2017, p. 24). “A falácia de aumentar os recursos para a saúde em 2017 é clara. A PEC 241 não

aloca mais recursos para a saúde em seus primeiros anos, como diz o governo federal.” (MENDES, 2016).

Gomes (2017), em sua pesquisa que simula cenários econômicos, conclui que “[e]m todos os cenários, comparando-se a presença ou não da EC 95, é perceptível as perdas de bem-estar dos agentes mais pobres da economia, à medida que se estende o período de vigência da política”. Para Bronzini (2019, p. 134), no contexto do NRF, “a preocupação quanto a uma possível perda na qualidade/quantidade dos serviços públicos se justifica, principalmente se a economia de escala tiver, de fato, um limite e a não observância deste trazer aumento da ineficiência.”.

Essas pesquisas indicam a ambiguidade, do ponto de vista acadêmico, tanto em relação à juridicidade e à constitucionalidade, quanto em relação aos impactos econômicos e sociais do NRF. Tavares e Silva (2020) identificam lacunas na pesquisa empírica e teórica dedicada ao NRF, tanto em relação a formulação e implementação da política, como em relação ao comportamento eleitoral, desigualdades, relação entre Estado e mercado, além de inúmeras outras, e, então, sugerem que seu preenchimento se faz indispensável para que o campo acadêmico da Ciência Política harmonize os seus objetos de estudo com as novidades e as complexidades do atual contexto sócio-histórico.

Ademais, o processo de ordenamento fiscal no Brasil já foi objeto de trabalhos acadêmicos, como o da Cristiane Kerches da Silva Leite, do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, que, em sua tese de doutorado, aprovada em 2005, analisou o processo de ordenamento fiscal brasileiro na década de 1990 até, e especificamente, o processo de formulação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em seu trabalho, Leite (2005) enfatiza o processo de negociação que caracterizou o processo de criação da LRF e que, a despeito da existência de um consenso em torno da ideia de promover um ordenamento fiscal, a criação e a aprovação da LRF caracterizaram-se por conflitos dentro do governo e por um processo de intensa negociação parlamentar. Após a LRF, nos parece que o próximo grande marco do ordenamento fiscal brasileiro foi o NRF.

Esta pesquisa visou, portanto, preencher uma das lacunas apontadas por Tavares e Silva (2020) e investigar como a ideia de limitar-se os gastos da União ganhou destaque na agenda decisória governamental e foi aprovada na forma do NRF. Assim, a pesquisa contribuiu para o conhecimento científico ao colocar luz sobre o fenômeno de adoção dessa regra fiscal controversa do ponto de vista político, jurídico e acadêmico. Além disso, esta pesquisa é singular e relevante ao tratar da análise de um instrumento que, ao alterar características do processo de orçamentação pública, coloca-se previamente à formulação de futuras políticas,

impactando em todas as políticas públicas que sejam afetadas pelo processo de priorização e alocação de recursos públicos no ciclo político.

1.5. Escolha do referencial teórico

O campo de conhecimento das políticas públicas originou-se na ciência política americana, devido aos estudos seminais da década de 1950 que buscaram integrar a pesquisa sobre governo e política com foco nas políticas públicas (WEIBLE; SABATIER, 2017a). Um desses pesquisadores é Harold Lasswell, que introduziu pela primeira vez a expressão *policy analysis* (análise de políticas públicas), colocando a análise do processo político como objeto de estudo alternativo aos objetos tradicionais da ciência política, ou seja, complementarmente aos estudos sobre legislação, legislaturas, grupos de interesse, elites e questões clássicas do poder (FISCHER, 2003; WEIBLE; SABATIER, 2017b).

A análise de políticas públicas implica o estudo das decisões deliberadas do governo, seja por meio de ações ou de omissões, com o objetivo de solucionar um problema ou um conflito social, exigindo modelos teóricos que possibilitem a compreensão da realidade, os sentidos e os significados dos processos envolvidos nas operações (GOTTEMS et al., 2013; WEIBLE; SABATIER, 2017a). Para melhor examinar o processo de mudança nas políticas públicas, esses modelos supõem que os tomadores de decisão possuem preferências e atuam em função delas, limitando o contexto em que se aplicam as interpretações, as relações de causalidade e os objetivos a serem alcançados (PIERCE; PETERSON; HICKS, 2020; SOUZA, 2003).

Segundo Almeida e Gomes (2018), diversos modelos teóricos têm sido desenvolvidos com o objetivo de proporcionar explicações sobre os diversos aspectos do processo de políticas públicas. Destacam-se na literatura internacional (WEIBLE; SABATIER, 2017a; ZAHARIADIS, 2016a) e têm sido aplicados à realidade brasileira com maior frequência (CAPELLA, 2020; CAPELLA; BRASIL, 2015) o modelo de múltiplos fluxos (MMF) (*multiple streams framework – MSF*), proposto por John Kingdon em 1984, o modelo de coalizões de advocacia (*advocacy coalitions framework – ACF*), proposto por Paul Sabatier e Jekins-Smith em 1993 (revisado e ampliado pelos autores em 1999), e o modelo de equilíbrio pontuado (*punctuated equilibrium framework – PEF*), elaborado por Frank Baumgartner e Brian Jones em 1993. Em comum, esses três modelos entendem que o processo de políticas públicas é complexo, instável e sujeito a relações de poder entre diversos atores, bem como incluem

importantes variáveis, como as ideias, a mídia e a opinião pública, considerando-as importantes influências na consolidação de uma política (ALMEIDA; GOMES, 2018).

No MMF, uma questão é colocada na agenda governamental quando chama a atenção e ganha o interesse dos formuladores de políticas, segundo a ação de um conjunto de atores relacionados à formação da agenda, não apenas os tomadores de decisão governamentais, mas também os indivíduos e grupos a eles relacionados (KINGDON, 2014). Assim, Kingdon (2014) visa explicar como as agendas mudam, propondo um modelo explicativo organizado em torno de três fluxos: o fluxo de problemas, o fluxo de alternativas (ou fluxo de políticas públicas) e o fluxo político. Nesse sentido, o MMF procura analisar os estágios pré-decisórios do processo de políticas públicas, explicando a formulação das políticas por meio desses três fluxos conectados por um empreendedor de políticas públicas que desempenha um papel importante na ocorrência ou aproveitamento de janelas de oportunidade para que as mudanças sejam feitas.

No caso do Novo Regime Fiscal (NRF), a ambiguidade, as crises política e econômica, a mudança de governo e as alternativas de soluções disponíveis formam o solo fértil para a aplicação do MMF, visando o entendimento acerca da ascensão do tema à agenda decisória e sua formulação. Inicialmente desenvolvido para analisar o sistema político dos Estados Unidos, o MMF foi testado em outros contextos políticos e institucionais com sucesso (HERWEG; ZAHARIADIS, 2018; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; ZAHARIADIS, 1998). Jones et al. (2016) identificaram análises que utilizaram o MMF em sessenta e cinco países. Nesse sentido, a generalização do modelo de Kingdon a diferentes realidades e a aplicabilidade desse modelo a sistemas políticos diversos têm se consolidado na literatura (CAIRNEY, 2019; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; JONES et al., 2016).

No que tange ao recorte de pesquisa e às áreas setoriais analisadas, ainda que a pesquisa de Kingdon (2014) tenha investigado políticas nas áreas de saúde e transportes no plano federal, diversos estudos registram a multiplicidade de áreas e a aplicação em diferentes níveis de governo (CAIRNEY, 2019; CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016; HERWEG; ZAHARIADIS, 2018; JONES et al., 2016). Nesse contexto, o modelo é uma lente teórica sobre o processo de políticas públicas, útil em estudos de caso único ou de comparações ao longo do tempo ou entre países, questões, níveis governamentais e áreas setoriais diferentes (CAIRNEY, 2019; CAIRNEY; JONES, 2016; HERWEG; ZAHARIADIS, 2018; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; ZAHARIADIS, 2016a).

Para utilização do MMF em etapa posterior à de formação de agenda no ciclo de política pública, qual seja a de tomada de decisão, Herweg, Huss e Zohlnhöfer (2015) sugerem separar dois processos de acoplamento: um para a formação da agenda e outro para a tomada de decisão.

Assim, após a ascensão da questão à agenda decisória governamental, mediante um primeiro acoplamento bem-sucedido entre os fluxos de problemas, de alternativas e político, verifica-se o resultado bem-sucedido do acoplamento da tomada de decisão em eventual aprovação legislativa ou normativa (HERWEG; HUSS; ZOHLNHÖFER, 2015; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017). Como o escopo desta pesquisa envolve as etapas de formação de agenda e de tomada de decisão acerca de uma proposição legislativa, ou seja, do NRF, optamos pela utilização do MMF com foco separado para cada etapa, tal qual proposto por Herweg, Huss e Zohlnhöfer (2015), que não altera a estrutura operacional do modelo original, e que é detalhado na seção 2.1.7 (Evolução e adaptações ao Modelo de Múltiplos Fluxos).

O MMF de Kingdon é apropriado para a explicação de processos contingentes e mudanças de longo alcance, considerando a definição da agenda como o resultado do acoplamento de três fluxos relativamente independentes durante uma janela de oportunidade (HERWEG; HUSS; ZOHLNHÖFER, 2015; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2014).

No entanto, o modelo parece ser insuficiente para explicar a estabilidade da política ou a dependência da trajetória (*path-dependence*), o que significa que certos cursos de desenvolvimento político, uma vez iniciados, são difíceis de reverter (PIERSON, 1996; SPOHR, 2016b). Isso está relacionado ao fato de que o MMF dá pouca atenção ou considera de forma implícita o contexto institucional na tomada de decisão (KINGDON, 2014; SPOHR, 2016b; ZOHLNHÖFER; HERWEG; HUSS, 2016). Nessa conjuntura, para complementar o MMF e introduzir explicitamente o conceito de instituições, entende-se ser relevante a utilização de um arcabouço que busque “combinar explicações da contribuição das instituições à determinação de situações políticas com uma avaliação da contribuição de outros tipos de fatores, como as ideias” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 196). Assim, pretende-se combinar o MMF com o novo institucionalismo histórico (NIH) para explicar a dependência ou o desvio da trajetória, enfatizando as instituições e as explicações das mudanças institucionais que essa vertente da teoria institucional investiga (HALL; TAYLOR, 2003; IMMERGUT, 2006; SPOHR, 2016a, 2016b).

Em revisão da literatura recente, Capella (2020) realiza uma reflexão sobre os estudos de agenda no campo das políticas públicas no Brasil, analisando 161 estudos produzidos entre 2000 e 2018, sendo 49 teses de doutorado e 112 dissertações de mestrado. Segundo a autora, o MMF está presente na maior parte das vezes, sem que se mencione qualquer outro modelo de formação da agenda de políticas públicas, sendo que muitos dos pesquisadores optaram por

aplicar apenas os conceitos desenvolvidos pelo autor, e uma parcela menor adotou o modelo como ferramenta de análise (CAPELLA, 2020). A partir do referido trabalho, verifica-se que grande parte dos pesquisadores (46,8%) não usaram a “lente teórica” dos múltiplos fluxos, mas utilizaram apenas alguns conceitos básicos do modelo para explicar um ou mais fluxos ou algum elemento específico, como, por exemplo, a atuação de um empreendedor de política. Dessa forma, não houve a preocupação em esclarecer a dinâmica da mudança da agenda originada pelo acoplamento de problemas, política, políticas públicas e participantes (CAPELLA, 2020). Por outro lado, outros 22,4% baseiam-se no modelo de múltiplos fluxos e o usam efetivamente como modelo analítico para expor as principais mudanças na agenda em uma determinada área, buscando outros referenciais teóricos principalmente relacionados à área pesquisada.

Como pode ser observado nessa breve revisão da literatura sobre publicações com foco no NRF, há interesse acadêmico pelo tema, porém não foram encontrados estudos com o objetivo de analisar o processo de adoção dessa regra fiscal que mudou significativamente a política orçamentária federal. Ademais, a transversalidade do tema sugere a potencial utilidade desta pesquisa para outras áreas de políticas públicas. Além disso, este estudo propõe-se a utilizar de maneira aprofundada o modelo analítico dos múltiplos fluxos, pretendendo contemplar seus elementos teóricos e suas dinâmicas para explicar o fenômeno de formação de agenda e de formulação do NRF (usando uma adaptação proposta para a investigação dessas duas etapas do ciclo de políticas públicas de forma exclusiva), e apoiando-se no NIH para entender possíveis causas históricas que tenham influenciado o resultado final do NRF, além de buscar *insights* que possam contribuir teoricamente para a utilização do modelo em âmbito nacional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O Modelo dos Múltiplos Fluxos (MMF)

A teoria dos múltiplos fluxos tem origem no modelo *garbage can* (lata de lixo), de Cohen, March e Olsen (1972), que se propõe a investigar o processo decisório em organizações caracterizadas como anarquias organizadas. Segundo os autores, essas organizações possuem três características gerais: preferências problemáticas, tecnologia mal definida e participação fluida. Além disso, complementam as premissas do modelo *garbage can* os conceitos de ambiguidade, restrição temporal e objetivos mal definidos (COHEN; MARCH; OLSEN, 1972; KINGDON, 2014; WEIBLE; SABATIER, 2017a).

Assim, Kingdon (1984) revisa a teoria de Cohen et al. (1972) para aprimorar a compreensão da formação da agenda em governos, dando origem à teoria de múltiplos fluxos. Os governos são igualmente vistos como anarquias organizadas, pois suas preferências são problemáticas, sua tecnologia é indefinida e a participação em seu interior é fluida (KINGDON, 2014; WEIBLE; SABATIER, 2017a).

O MMF nega a existência de uma solução racional para determinado problema, pois assume como premissa a ambiguidade, que é a existência de múltiplas formas de compreender determinado fenômeno ou circunstância (KINGDON, 2014). A noção de ambiguidade é fundamental para a teoria dos múltiplos fluxos, porém não se confunde com a incerteza (CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016; COUTINHO, 2018; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017). Esta pode ser reduzida com o aumento das informações, enquanto aquela não (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017). Na teoria, a ambiguidade está fortemente relacionada com o entendimento de que governos são anarquias organizadas, com preferências problemáticas, participação fluida e tecnologia mal definidas (ZAHARIADIS, 2016a).

Nesse sentido, o conceito de restrição temporal deriva da limitada habilidade do ser humano de processar informações, ou, em outras palavras, de dedicar sua atenção (COHEN; MARCH; OLSEN, 1972). Para esses autores, a lógica racional de solução dos problemas raramente reflete a realidade. Os diversos atores do processo trabalham sob restrições temporais significativas e não possuem tempo adequado para a tomada de decisão. Essas restrições surgem porquanto o atendimento e o processamento de eventos e circunstâncias no cenário político ocorrem em paralelo, mesmo que a habilidade humana de atenção seja mais próxima de um processamento serial (CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016; COHEN; MARCH; OLSEN, 1972;

HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017). Nesse contexto, os atores tomam decisões em constante estado de urgência, o que limita a quantidade e o aprofundamento das alternativas (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017).

Segundo Cohen, March e Olsen (1972), as teorias organizacionais apresentam mecanismos de controle e coordenação sob a premissa de que as organizações possuem objetivos bem definidos, bem como recebem envolvimento substancial dos atores quanto aos interesses da organização. Porém, os autores verificam por suas pesquisas que, na realidade, as organizações possuem objetivos mal definidos e raramente contam com a colaboração substancial de seus integrantes.

Em um contexto de ambiguidade, restrição temporal e objetivos mal definidos, ocorrem as preferências problemáticas (COHEN; MARCH; OLSEN, 1972; HERWEG; ZAHARIADIS, 2018; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017). Os atores interpretam as questões segundo o tema em que se inserem, como, por exemplo, saúde, economia, educação, entre outros, e conforme a informação levada em conta (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017). Para Herweg, Zahariadis e Zohlnhöfer (2017), as preferências políticas dos atores não são fixas e sofrem forte influência exógena, emergindo durante a interação, ou seja, a ambiguidade e a restrição temporal resultam em preferências políticas incompletas e intransitivas. Quanto às preferências, os indivíduos não definem suas preferências com muita precisão, bem como os atores políticos frequentemente falham em ou se recusam a definir seus objetivos (HERWEG; ZAHARIADIS, 2018; KINGDON, 2014). No entanto, consoante a argumentação de Lindblom (1959), as pessoas agem na ausência de objetivos claramente definidos, até mesmo com a ação facilitada pela confusão sobre o que se está tentando realizar. Quando os atores definem suas preferências com um mínimo de precisão, eles entram em conflito (KINGDON, 2014). Logo, as preferências políticas são inconsistentes, tanto entre atores quanto dentro de um determinado ator. Nas palavras de Cohen, March e Olsen (1972, p. 1), a organização é "uma coleção de ideias soltas ao invés de uma estrutura coerente; ela expõe suas preferências por meio da ação mais do que age com base nas preferências".

Na teoria organizacional, o conceito de tecnologia refere-se a processos de trabalho que transformam insumos em produtos (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017). Se os atores de uma organização têm conhecimento apenas de suas responsabilidades, mas possuem conhecimento limitado sobre os processos de trabalho da organização ou das responsabilidades dos demais atores, temos o que se chama de tecnologia mal definida (COHEN; MARCH; OLSEN, 1972; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017).

Por sua vez, a participação fluida significa que o conjunto de atores fundamentais para a tomada de decisão está em constante mudança, ou porque varia em função da decisão a ser tomada ou em razão da alta rotatividade (HERWEG; ZAHARIADIS, 2018; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017). O Poder Legislativo renova-se periodicamente e os funcionários de alto escalão do Poder Executivo geralmente são contratados na iniciativa privada, bem como o tempo e o esforço dedicados por esses atores variam consideravelmente entre as diferentes questões enfrentadas, o que impacta diretamente a tomada de decisão (COHEN; MARCH; OLSEN, 1972; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017).

Importante elucidar o conceito de agenda governamental trazido por Kingdon (1984). De forma pioneira, o termo agenda é definido por Cobb e Elder (1971) como um conjunto de discussões políticas, entendidas como questões legítimas e que chamam a atenção do sistema político. Esses autores sustentam a diferença entre dois tipos de agenda: a sistêmica e a governamental (COBB; ELDER, 1972; ELDER; COBB, 1971). De acordo com eles, a agenda sistêmica consiste no conjunto de questões que recebem atenção da sociedade e são entendidas como assuntos de competência das autoridades governamentais. Assim, as questões surgem na agenda sistêmica quando despertam a atenção da opinião pública ou quando parte da sociedade demanda algum tipo de ação concreta do Estado em relação a uma questão (BRASIL; CAPELLA, 2018; CAPELLA, 2020). Porém, nem todas as questões presentes na agenda sistêmica concentrarão a atenção governamental e terão espaço no segundo tipo de agenda identificado pelos autores: a agenda governamental, também denominada de agenda institucional (CAPELLA, 2018, 2020; COBB; ELDER, 1972; ELDER; COBB, 1971).

A agenda governamental é composta pelas questões consideradas relevantes pelos tomadores de decisão. John Kingdon (2014) avança na conceituação de agenda, ao propor uma diferenciação entre o conceito de agenda governamental e a noção de agenda decisória. A agenda governamental, para Kingdon (2014), é definida como o conjunto de assuntos sobre os quais o governo, e pessoas ligadas a ele, concentram sua atenção num determinado momento. Para o autor, uma questão passa a fazer parte da agenda governamental quando desperta a atenção e o interesse dos formuladores de políticas, da mesma forma como definido por Cobb e Elder (1972; 1971). No entanto, dada a complexidade e o volume de temas que se apresentam aos formuladores, apenas algumas questões serão seriamente consideradas dentro da agenda governamental, num determinado momento (CAPELLA, 2006, 2018, 2020). Essas questões compõem a agenda decisória, que seria um subconjunto da agenda governamental que contempla questões que estão prontas para a tomada de decisão pelos formuladores de políticas,

ou seja, prestes a se tornarem políticas públicas (KINGDON, 2014). Nesse sentido, Birkland (2005) sistematiza os conceitos de agenda (Figura 4).

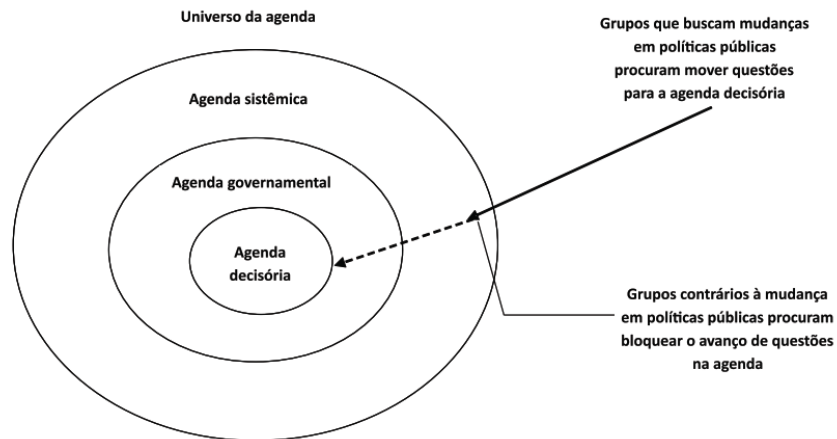


Figura 4 - Níveis de agenda
Fonte: Birkland (2005, p. 111)

O Quadro 1 resume os conceitos e premissas definidos anteriormente e que foram utilizados nesta pesquisa:

Conceito/premissa	Definição	Base teórica
Ambiguidade	Não há solução única para determinado problema. A própria compreensão do problema não é objetiva.	(CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2014)
Restrição temporal	O ser humano possui uma limitação na capacidade de dar atenção a determinada questão (processamento serial). A multiplicidade de questões gera urgência para os tomadores de decisão.	(COHEN; MARCH; OLSEN, 1972; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017)
Preferências problemáticas	A ambiguidade e a restrição temporal resultam em preferências políticas incompletas e intransitivas. Os indivíduos não definem ou não sabem definir suas preferências com precisão.	(COHEN; MARCH; OLSEN, 1972; HERWEG; ZAHARIADIS, 2018; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017)
Tecnologia mal definida	Os atores possuem conhecimento limitado sobre os processos mais gerais em que estão imersos, desconhecendo as responsabilidades dos demais atores.	(COHEN; MARCH; OLSEN, 1972; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017)
Participação fluida	O conjunto de atores fundamentais para a tomada de decisão está em constante mudança, ou porque varia em função da decisão a ser tomada ou por conta da alta rotatividade.	(HERWEG; ZAHARIADIS, 2018; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017)
Objetivos mal definidos	É difícil a definição clara dos objetivos de uma organização. A compreensão desses objetivos não homogênea e colaboração substancial dos integrantes da organização é rara.	(COHEN; MARCH; OLSEN, 1972; KINGDON, 2014)
Agenda sistêmica	Conjunto de questões que recebem atenção da sociedade e são entendidas como assuntos de competência das autoridades governamentais.	(BIRKLAND, 2005; CAPELLA, 2018, 2020; COBB; ELDER, 1972; ELDER; COBB, 1971)

Conceito/premissa	Definição	Base teórica
Agenda governamental	Conjunto de questões sobre os quais o governo e pessoas ligadas a ele concentram sua atenção num determinado momento.	(BIRKLAND, 2005; CAPELLA, 2018, 2020; COBB; ELDER, 1972; ELDER; COBB, 1971)
Agenda decisória	Subconjunto da agenda governamental que contempla questões que estão prontas para a tomada de decisão pelos formuladores de políticas.	(BIRKLAND, 2005; KINGDON, 2014)

Quadro 1 - Conceitos e premissas do MMF

Fonte: Elaboração própria.

Com os principais conceitos e premissas definidos, podemos evoluir no entendimento do MMF. Kingdon (2014), com base no trabalho de Cohen, March e Olsen (1972), propõe que a tomada de decisão nas políticas públicas poderia ser representada pela dinâmica de três grandes processos ou fluxos: o fluxo dos problemas (*problems*), o fluxo das alternativas (*policies*) e o fluxo da política (*politics*). Assim, a agenda decisória segue um processo não intencional e não sequencial que se caracteriza por: (1) surgimento ou reconhecimento de um problema pela sociedade em geral; (2) existência de ideias e alternativas para conceituá-los – originadas de especialistas, investigadores, políticos e atores sociais, dentre outros; e (3) contexto político, administrativo e legislativo favorável ao desenvolvimento da ação (CAPELLA, 2006, 2020; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2014).

Importante notar que a teoria dos múltiplos fluxos possui inspiração no modelo *garbagen can*, mas possui características que os distinguem (COUTINHO, 2018). Enquanto neste as decisões são provenientes de combinações mais ou menos fortuitas das alterações dos fluxos, na teoria dos múltiplos fluxos as decisões são intencionalmente perseguidas pelos empreendedores de políticas públicas. O modelo desenvolvido por Kingdon (1984) é embasado em experiências empíricas, e não em simulações computadorizadas, tendo sua validade confirmada por diversos outros estudos (ZAHARIADIS, 2016a).

2.1.1. Atores

2.1.1.1. Atores de dentro do governo

Kingdon (1984, 2014), ao elaborar a teoria dos múltiplos fluxos, dá especial atenção ao que chama de atores ou participantes. Sua análise visa identificar quais são os participantes importantes, quais são os participantes que se poderia entender que seriam importantes, mas não são, e quais são os relacionamentos entre participantes no processo de formação de agenda (KINGDON, 2014).

Dentro do governo, no âmbito do Executivo, Kingdon (2014) considera os seguintes atores: o Presidente, a equipe direta do Presidente, os indicados políticos para chefia de Ministérios e os servidores públicos. No âmbito do Legislativo, foca-se a atenção nos parlamentares eleitos e na equipe técnica do Congresso. Fora do eixo governamental, mas não apenas como meros expectadores, o autor analisa as movimentações dos grupos de interesse, dos acadêmicos, pesquisadores e consultores, da mídia, dos apoiadores políticos, dos partidos políticos e da opinião pública (COUTINHO, 2018).

Cada um desses atores dispõe de recursos para influenciar os processos pré-decisórios (KINGDON, 2014). O Presidente é tido como uma força poderosa no processo de formação da agenda, porque dispõe de mais recursos para influenciar a agenda do que qualquer outro. No entanto, ainda que determine que um certo tema entre na agenda, ele não possui controle total das múltiplas alternativas que serão consideradas no processo decisório (RUTLEDGE, 2016). A posição de destaque do Presidente é derivada de três recursos de que ele dispõe: institucionais, organizacionais e atenção pública (KINGDON, 2014). Os recursos institucionais são as suas prerrogativas de nomear e demitir, iniciativas exclusivas de encaminhar projetos de lei, bem como o poder de vetar partes ou integralmente projetos de lei. Os recursos organizacionais derivam da estrutura hierárquica do Executivo, em que o Presidente ocupa o topo. Os recursos de atenção pública consistem na cobertura da mídia, e podem influenciar atores de dentro e fora do Executivo. Além desses recursos, a força do Presidente no processo de formação da agenda também depende de sua popularidade e de seu envolvimento pessoal com o tema. Um Presidente com baixa popularidade pode ser enfrentado por outros atores que visem obter capital político desse enfrentamento. Quanto ao envolvimento pessoal, isso vai desde discursos protocolares a mensagens pessoais, telefonemas e uso da publicidade institucional de seu cargo (KINGDON, 2014). Para Rutledge (2016), o sucesso do Presidente em influenciar a formação da agenda aumenta na medida em que ele escolhe trabalhar mais como um facilitador do que como dono da questão, pois operando dentro dos limites de um ambiente político já estabelecido, os demais atores do processo tendem a ser mais receptivos.

A equipe direta do presidente constitui-se por seus assessores mais próximos. A pesquisa de Kingdon (2014) identificou esse grupo como mais relevante no processo de especificação das alternativas do que no processo de definição da agenda, pois, quando o Presidente centraliza algum tema, são seus assessores imediatos que lidam diretamente com as informações para apresentar-lhe as alternativas e são eles que dispõem de tempo para realizar negociações detalhadas com outros órgãos do Executivo ou até mesmo com o Legislativo.

Segundo Kingdon (2014), os indicados políticos para a chefia de importantes unidades administrativas do Executivo influenciam tanto o processo de formação da agenda quanto a especificação de alternativas, contudo geralmente focam no primeiro processo. A posição de destaque que ocupam, como titulares de órgãos públicos relevantes, permite que chamem a atenção para determinadas questões, dentre várias que permeiam o órgão que dirigem, elevando-as para uma situação de destaque na agenda. A precariedade de suas posições, sem mandato ou estabilidade, por vezes os pressiona a mostrar trabalho, sendo mais produtivo indicar a direção da agenda em vez de dispendir tempo na elaboração de alternativas (KINGDON, 2014).

Por fim, Kingdon (2014) identifica em sua pesquisa que os servidores públicos de carreira possuem forte papel no processo de especificação das alternativas e quase nenhuma influência na formação da agenda. O trabalho de formulação de políticas por parte desses atores pode ser tanto por demanda de um indicado político quanto autônomo, elaborando propostas no âmbito de suas competências e conhecimentos, e deixando-as prontas para quando surgir uma oportunidade de mostrá-las (COUTINHO, 2018). Os recursos desses servidores podem ser expressos por sua experiência na administração, sua expertise decorrente dessa experiência e suas relações com comitês legislativos e grupos de interesse (KINGDON, 2014).

Em relação ao Poder Legislativo, os grupos de atores abordados por Kingdon (2014) são os parlamentares eleitos e o corpo técnico desse Poder. Os parlamentares eleitos dispõem de poder tanto na formação da agenda quanto na especificação das alternativas. Apesar de o Legislativo ser o local de representantes do povo, de responsabilidades constitucionais e legais relevantes e de foco de atenção da mídia e da sociedade, seu poder de agenda possui uma característica limitante, pois conta com 594 agendas (513 deputados federais e 81 senadores, no caso brasileiro) de difícil coordenação, falta de controle sobre a implementação de políticas públicas e falta de competência técnica para elaboração de propostas mais complexas e detalhadas, além de estar submetido a constante pressão de grupos de interesse e da agenda do Executivo, que prejudica a imposição da sua própria agenda (KINGDON, 2014).

No âmbito da especificação das alternativas, os parlamentares dispõem de informações que combinam substância e política, recebidas de diversas fontes, e de certa estabilidade e longevidade, em razão da duração de seus mandatos. Em adição a isso, há diversos incentivos para participarem dos processos: satisfação de seus eleitores, que podem lhes garantir mais um mandato e alavancar suas ambições políticas; reputação interna no Legislativo, já que parlamentares que conseguem influenciar os rumos de políticas públicas são vistos com respeito

pelos demais; e a defesa da própria ideologia no disputado palco político, com cada congressista tendo seus próprios interesses (KINGDON, 2014).

O corpo técnico do parlamento, assim como o do Executivo, possui influência no processo de especificação das alternativas e pouca ou quase nenhuma influência na formação de agenda. Seus recursos estão na expertise e na possibilidade de especialização em determinados temas, diferentemente dos congressistas que participam em menor ou maior grau em todos os assuntos do parlamento. O corpo técnico do Congresso pode tanto elaborar alternativas próprias, quanto captar propostas do Executivo ou de grupos de interesse. Esse grupo também tem a função de limitar as múltiplas possibilidades de alternativas que serão consideradas pelos parlamentares (KINGDON, 2014).

2.1.1.2. Atores de fora do governo

Para Kingdon (2014), os atores sem cargos governamentais formais incluem grupos de interesse, pesquisadores, acadêmicos, consultores, mídia, partidos e apoiadores políticos e o público em geral. Para o autor, essa distinção entre dentro e fora do governo tem um significado importante, pois ocupantes de cargos governamentais têm autoridade formal concedida legalmente ou pela constituição, uma situação diferente daqueles que estão fora do governo.

Os grupos de interesse (da indústria, de representantes de categorias profissionais, sindicatos, de governos subnacionais e outros) estão aptos tanto a afetar a agenda quanto a gerar alternativas (BONAFONT, 2016; KINGDON, 2014). De acordo com Kingdon (2014) os grupos de interesse são a categoria mais importante de participantes fora do âmbito governamental, pois influenciam com mais vigor o processo de seleção de alternativas em um viés negativo, ou seja, funcionam como pontos de bloqueio a alternativas que lhes sejam desfavoráveis, mas também advogam por alternativas que lhes sejam benéficas. No âmbito da formação da agenda, os grupos de interesse podem se fazer visíveis e defender ou bloquear alguma questão (BIRKLAND, 2005; KINGDON, 2014; ROBERTS; SABATIER; JENKINS-SMITH, 1994). Esses grupos dispõem de recursos diversos, como sua capacidade de mobilização no território, sua capacidade de comprometer setores econômicos e sua coesão, que lhes dá força para falar em nome de um grupo maior de pessoas (KINGDON, 2014). Kingdon (2014, p. 53) alerta, segundo o resultado de sua pesquisa, que “[...] apesar da grande quantidade de recursos de que dispõem, não significa que os grupos de interesse dominarão a discussão da questão de seu interesse”. Bonafont (2016), por sua vez, também ressalta o papel fundamental dos grupos de interesse no processo de elaboração de políticas públicas, em que

seu objetivo principal seria influenciar na priorização das questões e nos caminhos que estão sendo pensados pelos *policymakers*. O poder desses grupos é privilegiado em comparação ao poder difuso da sociedade em geral, mas isso depende de sua habilidade de mobilizar, superar dilemas de *free-rider*, gerar novas informações e, assim, mudar os termos do debate político. No entanto, esse poder é mediado pela estrutura institucional, que impõe constrangimentos sobre o modo de atuação dos grupos de interesse (BONAFONT, 2016).

Segundo Kingdon (2014), depois dos grupos de interesse, os acadêmicos, os pesquisadores e os consultores são o conjunto de atores extragovernamentais mais importante. Com o conhecimento técnico como principal recurso, esse grupo atua fundamentalmente no processo de especificação de alternativas, com quase nenhuma influência na formação de agenda (KINGDON, 2014). Em geral, os políticos recorrem a esse grupo após a questão ter ganhado relevância na agenda em busca de alternativas (KINGDON, 2014). Ademais, outra contribuição desse grupo pode ser observada no longo prazo, com a construção de conhecimento e entendimento sobre determinada questão, pois sua produção acadêmica, literária e participação geral em mídias variadas aos poucos influencia o pensamento dos demais atores (KINGDON, 2014). Ainda sobre esse grupo, Kingdon (2014) ressalta que em muitos casos suas contribuições e seus pensamentos são completamente desconsiderados.

Em relação ao papel da mídia, Kingdon (2014), a partir de sua pesquisa empírica, verifica um menor destaque do que esperado inicialmente no processo de formação de agenda. Para o autor, isso decorre do caráter imediatista das coberturas midiáticas, que impõe uma dinâmica frenética de mudança de pauta, diluindo seu impacto geral. Destaca também que a comunidade política muitas vezes é cética em relação ao sensacionalismo da cobertura da mídia e, com isso, tende a ignorar ou dar pouca atenção às “tempestades midiáticas” (KINGDON, 2014), ou até mesmo a comentar questões trazidas pela mídia sem alterar seus comportamentos e ações (AELST; WALGRAVE, 2016). Outro fator identificado pelo autor que justificaria esse impacto reduzido das atividades da mídia foi a coincidência das questões abordadas com a agenda do próprio governo, uma vez que os atores políticos dispõem de uma plataforma quase que imediata para seus atos. Ainda assim, a mídia possui papel de influência na opinião pública, o que indiretamente afeta a agenda, e os meios de comunicação especializados são relevantes na promoção da discussão dentro de uma comunidade de política pública (BRASIL; CAPELLA, 2018; KINGDON, 2014). Outro importante recurso da mídia é a capacidade de magnificar movimentos já iniciados por outro ator, acelerando o seu desenvolvimento (KINGDON, 2014). Nesse sentido, Aelst e Walgrave (2016) também entendem que a mídia afeta a agenda, mas argumentam que ainda não há consenso sobre o tamanho dessa influência.

Estudos objetivos falam de uma importância relativamente moderada, enquanto estudos subjetivos costumam ressaltar um desempenho significativo (AELST; WALGRAVE, 2016).

Outro grupo estudado por Kingdon (2014) é o de apoiadores políticos ou comitê de campanha. Para o autor, eles influenciam muito pouco na formulação da agenda e praticamente nada em relação à especificação das alternativas. Apesar de compor a base política de parlamentares e, portanto, poder exigir o cumprimento de promessas sob a ameaça de retaliações, eles precisariam sempre de um intermediário para que seus pleitos fossem elevados à agenda (KINGDON, 2014). Em seguida, Kingdon (2014) conclui, à semelhança dos apoiadores políticos, que os partidos políticos possuem pequena influência na formação de agenda e quase nenhuma interferência na especificação de alternativas. Isso se dá pelo uso de suas plataformas, sua liderança política no parlamento e no País (KINGDON, 2014).

Por fim, Kingdon (2014) analisa a opinião pública como último ator destacado em sua teoria. Para o autor, a opinião pública pode ter efeitos positivos ou negativos, estes mais frequentes, ou seja, a opinião pública pode induzir o governo a fazer alguma coisa, mas na maioria das vezes pode impedir que o governo adote alguma medida (KINGDON, 2014). Assim como os grupos relacionados às eleições, a opinião pública afeta mais a agenda do que a criação de alternativas e não figura como um dos atores mais proeminentes, entretanto também não pode ser negligenciada. É mais fácil identificar uma questão que seja objeto de preocupação de grande parte da população do que identificar um curso de ação único defendido por esse grupo. Kingdon (2014) apresenta também o argumento de que a agenda governamental influencia a agenda pública, uma vez que os representantes eleitos dispõem de atenção da mídia, que por sua vez influencia o público (BRASIL; CAPELLA, 2018).

Nesse contexto, Kingdon (2014) não identifica, em suas pesquisas empíricas, categoria de atores que conseguisse individualmente sobressair-se às outras e, assim, estabelecer a agenda unilateralmente. Pelo contrário, as entrevistas longitudinais e os estudos de caso realizados o levaram a inúmeras origens e diversos líderes dos processos, sem nenhuma relação significativa sugerindo um grupo dominante de atores. Isso decorre de uma complexa combinação de fatores, como a fragmentação de poderes do sistema constitucional democrático e a distribuição das informações ao longo de todo o sistema, sem ser monopolizada por ninguém. Por isso, é relevante buscar respostas sobre o que faz com que uma ideia ganhe relevância na agenda decisória e receba a atenção dos atores políticos para a tomada de decisão (KINGDON, 2014).

Concluindo sua análise sobre os participantes, Kingdon (2014) afirma que nenhum participante é sem importância, mas todos são incompletos, e os divide em dois grupos: um grupo visível, contendo aqueles participantes que recebem muita atenção da imprensa e do

público (presidente e seus indicados de alto nível, membros proeminentes do Congresso, a mídia e os atores relacionados às eleições, como partidos políticos e apoiadores de campanhas); e o grupo invisível, que inclui especialistas (acadêmicos e pesquisadores), servidores de carreira, funcionários do Congresso e nomeados pela administração abaixo do nível superior. Os grupos de interesse transitam entre os dois grupos, com algumas de suas atividades muito públicas e outras quase invisíveis (KINGDON, 2014). Os atores identificados por Kingdon em sua pesquisa, bem como a identificação da maior participação na formação de agenda ou na especificação de alternativas e os recursos para isso são apresentados no Quadro 2.

Tipo	Ator	Atuação na formação de agenda	Atuação na especificação de alternativas	Principais recursos
Visíveis e que integram o governo	Presidente	Principal ator	Pouca	Institucionais, organizacionais e atenção pública (popularidade e envolvimento pessoal influenciam).
	Parlamentares	Relevante, mas fragmentada	Relevante pelo contato com demais atores	Relações com especialistas e grupos de interesse.
	Indicados políticos de primeiro escalão	Relevante na sua área de competência	Relevante na sua área temática (menos que na formação de agenda)	Posição de destaque na área de competência.
Invisíveis e que integram o governo	Equipe direta do Presidente	Quase nenhuma	Relevante, quando há interesse do Presidente	Negociação com órgãos do Executivo e Legislativo.
	Corpo técnico do Congresso	Quase nenhuma	Relevante	Experiência na administração, expertise e relações com comitês legislativos e grupos de interesse.
	Servidores de carreira	Quase nenhuma	Relevante	Experiência na administração, expertise e relações com comitês legislativos e grupos de interesse.
Visíveis e que não integram o governo	Mídia	Moderada	Quase nenhuma	Promoção da discussão dentro de uma comunidade de política pública e capacidade de magnificar movimentos iniciados por outro ator.
	Comitês de campanha	Pouca	Quase nenhuma	Barganha em relação a promessas de campanha.
	Partidos políticos	Pouca	Quase nenhuma	Uso de plataformas e liderança política no parlamento e no país.
	Opinião pública	Moderada	Quase nenhuma	Induz ou impede a ação do governo em relação a uma questão.

Tipo	Ator	Atuação na formação de agenda	Atuação na especificação de alternativas	Principais recursos
Visíveis ou Invisíveis a depender do contexto e que não integram o governo	Grupos de Interesse	Relevante	Relevante, principalmente em um viés negativo, ou seja, funcionam como pontos de bloqueio a alternativas que lhes sejam desfavoráveis	Capacidade de mobilização no território, capacidade de comprometer setores econômicos e coesão.
Invisíveis e que não integram o governo	Acadêmicos, pesquisadores e consultores	Quase nenhuma	Relevante	Conhecimento técnico e participação na comunidade de especialistas.

Quadro 2 - Atores, participação e recursos no Modelo de Múltiplos Fluxos
 Fonte: Elaboração própria com base em Kingdon (2014).

Como se verifica no Quadro 2, Kingdon (2014) indica, de maneira geral, uma tendência de que atores visíveis estão mais fortemente correlacionados à formação de agenda, enquanto os atores invisíveis são mais ligados ao processo de geração de alternativas. Para o autor, a razão de a definição da agenda tender a ser identificada com um grupo visível enquanto a especificação de alternativas com o grupo oculto está nos recursos necessários para realizar cada tarefa e nos incentivos que atraem as pessoas a essas tarefas (KINGDON, 2014). A geração de alternativas exige algum grau de especialização e disposição para preocupar-se com os mínimos detalhes, pois grande parte da discussão nas comunidades de especialistas em políticas é altamente técnica, especializada e detalhada. Assim, uma plataforma partidária ou uma promessa de campanha visam contribuir para uma agenda política e não seriam o melhor fórum para apresentar uma proposta bem elaborada. Ou seja, a plataforma ou a campanha chamam a atenção para um assunto geral, deixando as alternativas detalhadas para serem trabalhadas em outros contextos (KINGDON, 2014). Por outro lado, os incentivos na arena visível são bastante diferentes, pois a publicidade dá aos atores visíveis um impulso em termos de reeleição e em termos de ambição a cargos superiores que possam ter. Assim, é muito raro um parlamentar que se aprofunda nos detalhes das políticas, e é mais provável que ele defina a direção geral e deixe os detalhes para a sua equipe, que então consulta representantes de grupos de interesse, pesquisadores e outros especialistas (KINGDON, 2014). O autor afirma que os incentivos no grupo visível se correlacionam com o potencial para apoio público, consequências eleitorais positivas ou incentivos para o avanço da carreira política, em vez de outras questões, como a qualidade técnica de uma proposta.

Para explicar essa dinâmica, Kingdon (2014) estabelece em sua teoria três grandes fluxos, quais sejam: (1) fluxo dos problemas, com o reconhecimento dos problemas; (2) fluxo

das alternativas, com a formação e o refinamento de propostas de políticas públicas; e (3) o fluxo da política, com as ações dos atores políticos em relação aos problemas e às alternativas. Assim, a atuação dos diversos atores nesses três fluxos explicaria o “momento de uma ideia chegar” (KINGDON, 2014). O modelo teórico com os três fluxos e a atuação do empreendedor de políticas públicas pode ser visualizado no Quadro 3, e cada um desses será detalhado nas seções seguintes.

Atores envolvidos	Fluxos	Variáveis componentes	Processo
Invisíveis - acadêmicos, pesquisadores, consultores, servidores de carreira, corpo técnico do Congresso e especialistas de grupos de interesse	Alternativas (policies)	Comunidades de especialistas, viabilidade técnica, compatibilidade de valores, antecipação de futuras restrições	Especificação das alternativas
Visíveis - Presidente e indicados políticos de alto escalão, membros do Congresso, mídia, partidos políticos, comitês de campanha e grupos de interesse.	Problemas (problems)	Indicadores, eventos focalizadores (crises e símbolos) e <i>feedback</i> de programas existentes	Formação da agenda
	Político (<i>politics</i>)	Opinião pública, campanhas de grupos de pressão, resultados eleitorais, distribuição ideológico/partidária do Congresso, e mudanças no Governo	
Empreendedores de Políticas Públicas	Acoplamento dos fluxos	Atenção (estrutura institucional, janela de oportunidade e símbolos), busca (integração das comunidades de especialistas) e seleção	Decisão

Quadro 3 - Relação entre atores e processos do Modelo de Múltiplos Fluxos
Fonte: Adaptado de Coutinho (2018, p. 53)

2.1.2. Fluxo dos Problemas

Os formuladores de políticas públicas “podiam atender a uma longa lista de problemas”, mas “prestam muita atenção a apenas uma fração deles” (KINGDON, 2014, p. 90). A atenção não é objetivamente derivada da gravidade da questão (KINGDON, 2014), pois pode ganhar força após um evento focalizador imprevisível (BIRKLAND, 2016). Entretanto, em uma agenda congestionada, grandes eventos podem não produzir atenção sustentada para crises percebidas, a menos que reforcem um problema já interiorizado pelas pessoas (KINGDON, 1984, 2014; SUBIRATS, 2007). Chamar atenção é uma grande conquista, com base na capacidade dos atores de contar uma história persuasiva, muitas vezes fazendo apelos emocionais simples ou atribuindo a culpa a determinados atores (SHANAHAN; JONES; MCBETH, 2011). O sucesso da definição da agenda deve ser implementado rapidamente, antes que a atenção se desvie para outro lugar (BIRKLAND, 2005, 2016). Além disso, o *insight*

parcialmente contraintuitivo da teoria de múltiplos fluxos é que a atenção crescente e sustentada a um problema só ocorre quando os formuladores de políticas sabem que já existe uma solução (KINGDON, 2014).

Assim, uma das percepções centrais da teoria de múltiplos fluxos é que os problemas não são fatos objetivos para os quais o sistema político tem tratamento quase automático, independentemente de ser presidencialista ou parlamentarista (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2014; ZAHARIADIS, 1999, 2003). Em vez disso, se uma questão deve se tornar um problema, é devido a um processo de construção específico (ROCHEFORT, 2016; SUBIRATS, 2007). Assim, os formuladores de políticas devem prestar atenção a questões específicas para que elas se tornem problemas (BIRKLAND, 2016). De acordo com Kingdon (2014), a atenção governamental se daria em função de três fatores: (1) indicadores que apontam e medem a magnitude de uma situação; (2) a ocorrência de eventos, crises, desastres ou uma experiência pessoal; e (3) o *feedback* oriundo do monitoramento sobre orçamento, custos e gastos. A resposta dos formuladores de políticas públicas, por sua vez, depende da forma como eles percebem e interpretam a realidade (CAPELLA, 2018).

Os indicadores são dispositivos que descrevem ou medem as condições sociais, como, por exemplo taxas de homicídio, de desemprego, produto interno bruto (PIB) ou quantidade de pessoas em determinada faixa de renda. Prestamos mais atenção às coisas que valorizamos e menos atenção às coisas que não valorizamos, portanto os indicadores de coisas que valorizamos e que afetam mais pessoas têm maior chance de se tornarem problemas públicos (CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016). No entanto, nem todas essas questões se tornam problemas, tampouco é suficiente especificar um determinado valor ou medida para chamar a atenção para um problema. Os indicadores não são simplesmente um reconhecimento direto dos fatos, pois envolvem uma metodologia pela qual os dados são coletados e as interpretações que são colocadas sobre esses dados, que se tornam questões fundamentais no debate (KINGDON, 2014). Na realidade, as variações desses indicadores tendem a ser o mais importante, principalmente se forem mudanças drásticas nos valores, já que isso aumenta o apelo do indicador, assim como o custo percebido da inação. Assim, as interpretações dos dados os transformam de declarações de questões em declarações de problemas de política (KINGDON, 2014). A possibilidade de quantificar e objetivar um problema torna o indicador um instrumento poderoso para evidenciar alguma questão (CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016; KINGDON, 2014).

Por sua vez, os eventos focalizadores, tais como crises, experiências pessoais e símbolos, também são importantes para o processo de reconhecimento de um problema. As

crises e desastres chamam a atenção imediata do público para uma determinada questão, fazendo com que ela vá para o topo das preocupações governamentais (KINGDON, 2014). Para Kingdon (2014), ainda que em menor grau de importância, mas com alguma relevância, estão as experiências pessoais dos formuladores de políticas. No caso de serem acometidos ou vivenciarem de forma próxima alguma experiência traumática ou doença, isso pode facilitar o reconhecimento de um determinado problema. Da mesma forma atuam os símbolos, reforçando algo que já está ocorrendo e concentrando a atenção, em vez de ser um motor principal na definição da agenda, como, por exemplo, a aprovação de uma legislação ou um dia comemorativo (KINGDON, 2014). Assim, os símbolos têm efeito significativo de foco porque são densos em significado. Os eventos focalizadores, no entanto, não são suficientes para caracterizar um problema, uma vez que podem ser vistos como questões pontuais, mas são importantes para potencializar uma percepção que já está sendo discutida (KINGDON, 2014).

No dia a dia, as autoridades governamentais recebem feedback sobre a operação dos programas existentes. Por meio do monitoramento de atingimento de metas, da experiência da equipe na administração de programas ou dos custos dos programas, elas avaliam e supervisionam a implementação, bem como recebem reclamações (KINGDON, 2014). Esse feedback muitas vezes traz problemas à sua atenção: programas que não estão funcionando como planejado, implementação que não se enquadra na sua interpretação do mandato legislativo, novos problemas que surgem como resultado da promulgação de um programa ou consequências imprevistas que devem ser corrigidas. Nesse contexto, consequências imprevistas de uma política pública chamam a atenção dos tomadores de decisão e, caso sejam negativas, são suficientes para serem entendidas como um problema (KINGDON, 2014).

Além desses três fatores, Kingdon (2014) destaca o problema orçamentário como especial. Para o autor, a principal preocupação com orçamentos é com a restrição de recursos. As questões orçamentárias evitam que os formuladores de políticas e pessoas próximas a eles considerem seriamente algumas alternativas, iniciativas ou propostas, ou pelo menos os obriguem a revisar suas propostas para reduzir os gastos estimados, além de, em tempos de severa restrição orçamentária, programas baratos virem à tona (KINGDON, 2014). Eles são geralmente de três tipos: regulação ou outra forma de controle de despesas; ações que indiretamente economizem recursos (e.g. promoção de alimentação saudável para redução das despesas do sistema de saúde); foco em iniciativas de baixo custo, ainda que não contribuam para a economia de recursos (KINGDON, 2014).

2.1.3. Fluxo das Alternativas

No fluxo das alternativas, as mais variadas soluções são criadas na comunidade de políticas públicas. A comunidade de políticas públicas pode ser entendida como uma conexão fraca de servidores públicos, grupos de interesse, acadêmicos, pesquisadores e consultores (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017) relativamente estável, uma vez que esses atores são, em grande parte, independentes de eventos políticos, como mudanças de administração e pressões de bases eleitorais, o que não significa estarem alheios a esses eventos (KINGDON, 2014).

Kingdon (2014) estabelece uma importante diferenciação entre problemas e questões. Para o autor, uma questão é uma situação social notada, mas que não desperta uma ação em contrapartida. Assim, as questões configuram-se como problemas apenas quando os formuladores de políticas públicas acreditam que devem fazer algo a respeito. Dado o grande volume de decisões e a incapacidade de lidar com todas as questões ao mesmo tempo, a atenção dos formuladores de políticas depende da forma como eles as percebem e as interpretam e, mais importante, da forma como elas são definidas como problemas (CAPELLA, 2006; KINGDON, 2014). Assim, para Kingdon (2014), o processo de produção de solução pode ser tratado como independente da solução de problemas basicamente por três motivos.

Em primeiro lugar, as alternativas são geralmente desenvolvidas para resolver problemas diferentes, legitimar o trabalho de organizações públicas ou simplesmente ajudar as pessoas a serem eleitas (CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016; KINGDON, 2014).

Em segundo, enquanto a atenção oscila rapidamente de um problema para o outro, soluções viáveis que envolvam mudanças importantes na política levam muito mais tempo para se desenvolver. Kingdon (2014) descreve as soluções de políticas como uma 'sopa primordial de políticas', evoluindo conforme são propostas por um ator, então reconsideradas e modificadas por um grande número de participantes, dentro de comunidades de políticas (KINGDON, 2013, p. 127-131). Embora algumas soluções decolam rapidamente (HERWEG; ZAHARIADIS, 2018), muitas passam por um processo de suavização para torná-las aceitáveis dentro das comunidades de políticas, com base em critérios como: viabilidade técnica; aceitação dentro da comunidade política; análise de custos, a partir da qual muitas vezes surgem versões mais baratas da solução; aceitação pública (ou de um subconjunto importante do público); e uma chance razoável de receptividade entre os tomadores de decisão eleitos (CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2014).

Por fim, para lidar com a desconexão entre atenção oscilante e desenvolvimento lento de políticas, os membros da comunidade política desenvolvem soluções amplamente aceitas em antecipação a problemas futuros, testando suas ideias por meio da exposição em documentos, artigos, audiências, minutas de propostas legislativas e outras (KINGDON, 2014). Nesse contexto, eles encontram o momento certo para explorar ou encorajar a atenção para um problema relevante. Em particular, os atores frequentemente descritos como “empreendedores de políticas” tornam-se cruciais para o processo de vincular as soluções aos problemas. Esses atores - como políticos eleitos ou líderes de grupos de interesse - com conhecimento, poder e tenacidade (CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016) para poder explorar janelas de oportunidade e níveis elevados de atenção aos problemas políticos para promover suas 'alternativas preferidas' aos formuladores de políticas (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2014).

O processo de seleção, suavização e validação faz com que a comunidade de políticas chegue a uma pequena lista de ideias que podem ser levadas em consideração pelos formuladores de políticas (KINGDON, 2014). Segundo Kingdon (2014), esse processo dentro da comunidade de políticas ocorre pela demorada formação de acordos por meio da persuasão e da difusão das ideias, não de um único consenso, mas de um acordo sobre as propostas proeminentes. A disponibilidade de uma alternativa viável não é condição suficiente para uma posição elevada em uma agenda de decisão, mas as chances de um problema constar da agenda de decisões aumentam significativamente se uma solução for anexada a ela (KINGDON, 2014).

2.1.4. Fluxo Político

Segundo a teoria de Kingdon (1984, 2014), fluindo independentemente dos problemas e das alternativas está o fluxo político, composto de três fatores: clima nacional, grupos de interesses e governo em sentido amplo.

O clima nacional também pode ser entendido como mudanças na opinião pública ou amplos movimentos sociais, ou seja, trata-se da percepção de que um grande número de pessoas está seguindo determinada linha de pensamento. Tal percepção não necessariamente tem base quantitativa, como pesquisas de opinião. Políticos eleitos capturam esse ‘sentimento’ a partir de suas bases eleitorais, manifestações públicas e pela mídia. Os demais atores governamentais capturam esse clima nacional pelo contato com atores políticos e pelos meios de comunicação (KINGDON, 2014). A percepção do clima nacional é uma impressão difusa, muitas vezes não mensurável quantitativamente, mas, segundo as pesquisas empíricas de Kingdon (2014), serve

de base para impulsionar ou restringir questões de chegarem à agenda decisória. Uma proposta que vá contra essa percepção de clima nacional tem pouca chance de prosperar, enquanto outra que esteja alinhada tende a ganhar destaque (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2014).

O segundo fator identificado por Kingdon (2014) é a ação de forças politicamente organizadas, que com sua intensidade e visibilidade podem bloquear ideias de serem concretizadas ou impulsionar uma alternativa preferida. Os atores políticos consideram os grupos de pressão, pois sabem que ir de encontro a eles pode lhes custar perda de capital político. Uma das razões da inércia governamental é a organização das clientelas de uma determinada política pública, pois uma vez atendidas, organizam-se para defender a permanência do programa (COUTINHO, 2018; KINGDON, 2014). Apesar de poderosa, a atuação desses grupos de interesse nem sempre é bem-sucedida, pois mudanças no clima nacional, alterações na Administração e na distribuição de poder no Congresso podem ser ainda mais influentes (CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016; KINGDON, 2014).

O terceiro fator a influenciar o fluxo da política está ligado ao governo em sentido amplo, tanto Executivo como Legislativo. Alterações nas pessoas chave desses dois Poderes, tanto atores políticos como burocratas de alto escalão, e também alterações na jurisdição de determinada política pública são fundamentais (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2014). Eleições que alterem a Administração e o equilíbrio de poder no Congresso tendem a produzir novas agendas. Apesar da variação substancial no que diz respeito à coesão partidária nos sistemas parlamentares e à ocorrência regular de governos minoritários em alguns países, parece justo dizer que os partidos governantes geralmente controlam o parlamento e a Administração, e é raro que uma política seja adotada sem o consentimento dos partidos governantes (HERWEG; HUSS; ZOHLNHÖFER, 2015). Substituições de indicados políticos chave, como secretários-executivos, também possuem força, mas as novas agendas decorrentes dessa alteração são menos abrangentes do que as mudanças decorrentes de eleições (KINGDON, 2014). Por sua vez, mudanças na distribuição da estrutura de competências do Governo, como a criação de um novo órgão para cuidar de determinado tema, também afeta a agenda (KINGDON, 2014).

Os formuladores de políticas devem prestar atenção ao problema e ser receptivos à solução proposta. Em alguns casos, isso envolve a modificação de suas próprias crenças, talvez ao responder à sua percepção de que o clima nacional mudou ou ao feedback que recebem de grupos de interesse e partidos políticos. Em muitos casos, apenas uma mudança de governo ou

do equilíbrio de poder no Congresso pode ser suficiente para isso (CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016).

A formação de consensos no fluxo da política acontece com base em instituto diferente do que o fluxo das alternativas (KINGDON, 2014). Enquanto neste o consenso ocorre por mecanismos de persuasão, naquele a negociação e a barganha são fundamentais (KINGDON, 2014). A formação de coalizões vencedoras no âmbito da política depende mais de negociação e troca de benefícios, do que efetivamente da argumentação técnica pela virtude da solução proposta. Kingdon (2014) ressalta que, a partir do momento que uma coalizão começa a ganhar força em relação a uma ideia, ocorre um efeito cascata, uma vez que os demais atores não querem ficar de fora de algum benefício do lado dos vencedores (KINGDON, 2014). Em seguida, aceleram-se as discussões, com barganhas para obter o maior benefício possível, ou ao menos o menor prejuízo (KINGDON, 2014).

2.1.5. Janelas de oportunidade e empreendedores

Revelados os três fluxos e seus elementos estruturais, passamos a identificar como eles se relacionam para a formação da agenda decisória. Nesse contexto, um elemento central para apreender esse processo é o conceito de **janela de oportunidade**. Essa janela é um momento favorável para os defensores de propostas apresentarem suas alternativas preferidas ou chamarem a atenção para seus problemas especiais (KINGDON, 2014).

Em geral, a metáfora da janela de oportunidade sugere que a mudança de política requer uma confluência de eventos e ações em um curto espaço de tempo (CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016). Os defensores bem-sucedidos da mudança sabem que uma solução política geralmente tem que passar por um processo de consideração, discussão e revisão antes de ser selecionado e, portanto, os defensores ficam à espreita com suas soluções em mãos, aguardando que os problemas aos quais eles possam anexar suas soluções apareçam e esperando por um desenvolvimento na corrente política que eles possam usar em seu benefício (CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016; KINGDON, 2014).

Assim, os três fluxos, com seus caminhos independentes, unem-se em momentos críticos. Um problema é reconhecido, uma solução é desenvolvida e está disponível na comunidade de políticas, uma alteração política torna o momento certo para mudanças nas políticas e as restrições potenciais não são severas (KINGDON, 2014). Os problemas ou a política por si só podem estruturar a agenda governamental. Mas a probabilidade de um item alcançar a agenda de decisão aumenta significativamente se todas as três correntes – problemas,

alternativas e política – forem unidas (KINGDON, 2014). Para Kingdon (2014), uma alternativa flutuando na corrente política, por exemplo, torna-se associada a um problema proeminente ou a eventos na corrente política para ser considerada em um contexto mais amplo do que a comunidade de especialistas. Para o autor, se uma alternativa é acoplada a um problema como solução, então essa combinação também encontra apoio na corrente política. Da mesma forma, se uma alternativa é aproveitada pelos políticos, ela se justifica como uma solução para um problema real. Nenhum dos fluxos é suficiente, por si só, para colocar um item firmemente na agenda de decisão (KINGDON, 2014).

A abertura das janelas de oportunidades decorre principalmente de eventos do fluxo da política e do fluxo dos problemas. No fluxo da política, o exemplo mais claro de janela de oportunidade é o da mudança na Administração. Assim, um novo presidente eleito abre uma oportunidade para uma agenda nova, mas que logo é preenchida. Por sua vez, alterações substantivas na composição do Congresso e mudanças no clima nacional também podem provocar a abertura dessas janelas. No fluxo dos problemas, a ocorrência de um desastre ou outro evento crítico são os responsáveis por esses momentos de abertura de uma janela de oportunidade (KINGDON, 2014).

Uma vez que as janelas de alternativas abrem, elas não permanecem muito tempo abertas. Chega a “hora de uma ideia, mas também passa” (KINGDON, 2014, p. 169). Para Kingdon (2014), a janela fecha por vários motivos. Em primeiro lugar, os participantes podem sentir, mesmo que equivocadamente, que abordaram o problema por meio de decisão ou encenação. Outra possibilidade é a de que os atores podem não conseguir realizar uma ação. Terceiro, os eventos que levaram a janela a abrir podem sair de cena, como, por exemplo, uma crise ou evento focalizador de curta duração. Uma nova Administração, por exemplo, goza de sua lua de mel por apenas alguns meses, e sua morte é inevitável, pois no momento em que o novo presidente começa a tomar decisões de qualquer tipo – nomeações, orçamentos, propostas legislativas –, ele começa a decepcionar algumas pessoas e a satisfazer outras. Quarto, se uma mudança de pessoal abre uma janela, o pessoal pode mudar novamente. Pessoas em posições chave vêm e vão, assim como as oportunidades que sua presença oferece. E, finalmente, a janela às vezes fecha porque não há alternativa disponível. A oportunidade passa quando a alternativa pronta não está disponível (KINGDON, 2014).

A dinâmica do modelo de Kingdon (2014) expressa essa independência da vida interna dos fluxos e, simultaneamente, a necessidade de acoplamento para a promoção de mudanças na agenda decisória. Esse acoplamento é promovido principalmente pelos empreendedores de políticas públicas (KINGDON, 2014).

Os empreendedores de políticas são atores que podem ser de qualquer uma das categorias explicitadas, como, por exemplo, indicados políticos, parlamentares, membros de grupo de interesse, dentre outros (KINGDON, 2014). Eles advogam pelas suas propostas preferidas ou clamam por atenção para um determinado problema. Para Zahariadis (1998, 1999, 2016b), o conceito de “empreendedor de políticas” é a contribuição mais importante de Kingdon, pois dá um elemento de agência aos modelos que anteriormente eram de orientação mais estrutural. O sucesso do empreendedor depende de alguns fatores, como dispor de legitimidade para advogar pelo tema, que pode ser decorrente de sua competência ou experiência, liderança de um grupo ou posição de autoridade decisória. É necessário que sua proposta vá ganhando atenção e aceitação ao longo do tempo, para que, quando surgir uma oportunidade de apresentá-la para decisão, o caminho esteja relativamente pavimentado (CAIRNEY; JONES, 2016; CAPELLA, 2006; KINGDON, 2014). O empreendedor também terá sua atuação favorecida se tiver habilidades negociais e conexões políticas, além de persistência (KINGDON, 2014). É um ator que pode vir inclusive de fora da comunidade de políticas (KINGDON, 2014).

A jornada do empreendedor de políticas não se limita a articular com os atores visando o acoplamento dos fluxos quando percebe uma janela de oportunidade. Ao contrário, ele deve trabalhar constantemente no interior dos três fluxos, de modo a promover sua alternativa de política preferida, dar visibilidade ao problema que pretende solucionar e abrir articulações com a esfera política para ganhar apoio (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2014). A janela pode ser entendida como um momento especial em que se abre uma oportunidade para que o acoplamento dos fluxos seja facilitado e gere a mudança pretendida na agenda decisória (KINGDON, 2014).

Nesse contexto, as mudanças na agenda acontecem quando os três fluxos são unidos, processo denominado por Kingdon (2014) como *coupling* (acoplamento). O acoplamento ocorre nos momentos em que as janelas de oportunidade se encontram abertas, o que em geral ocorre a partir dos fluxos de problemas e políticas. No interior desses fluxos, alguns eventos acontecem de forma periódica e previsível, como nas situações de mudanças na Administração. Outros eventos – ou janelas – se desenvolvem de maneira imprevisível, como acidentes ou crises. Assim, a oportunidade de mudança na agenda pode ser dar tanto de forma programada quanto de maneira não previsível (CAPELLA, 2006, 2020).

Ainda que os três fluxos estejam acoplados, não necessariamente um tema chegará a uma decisão naquele momento. Kingdon (2014) salienta que o sistema decisório possui limitações que fazem com que as questões concorram entre si dentro da agenda, não havendo a

abertura de janelas de alternativas para todas. Essas limitações passam pelo tempo e pela capacidade de processamento das estruturas decisórias, considerações estratégicas dos atores e restrições lógicas (KINGDON, 2014).

Por fim, Kingdon (2014) avança na análise das janelas com o conceito de *spillover* (transbordamento). O transbordamento consiste no efeito que o aparecimento de uma janela para um tema tem de aumentar a probabilidade de abertura de outra janela para outro assunto semelhante. Assim, aproveitar determinada janela às vezes cria uma espécie de princípio que guiará as decisões futuras dentro de uma arena política ou, em outras ocasiões, um precedente transborda de uma arena para outra adjacente (KINGDON, 2014).

2.1.6. Dinâmica do Modelo de Múltiplos Fluxos

Considerando os fluxos descritos (fluxo de problemas ou *problem stream*, fluxo de alternativas/soluções ou *policy stream* e fluxo político ou *political stream*), bem como os elementos da oportunidade de mudança ou janela de oportunidade, Capella (2006, p. 32) sintetiza a dinâmica do MMF conforme a Figura 5.

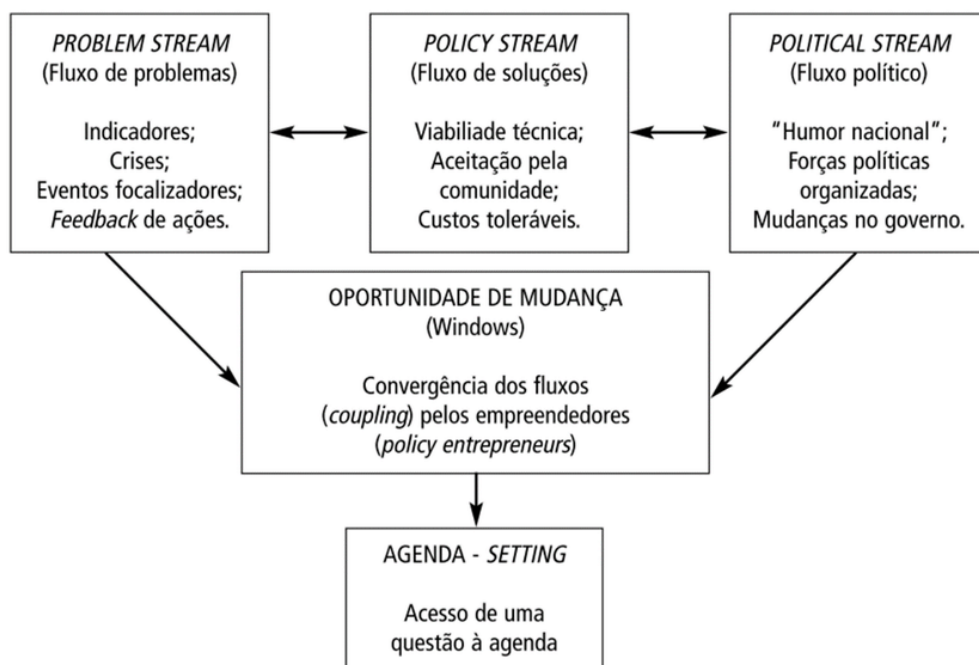


Figura 5 - Modelo de Múltiplos Fluxos de John Kingdon
Fonte: Capella (2006, p. 32)

2.1.7. Evolução e adaptações ao Modelo de Múltiplos Fluxos

O MMF foi originalmente desenvolvido para explicar a formação de agenda nos campos de saúde, transporte e política fiscal a nível federal nos Estados Unidos (CAPELLA, 2006; KINGDON, 2014; ZAHARIADIS, 1999). Apesar de a aplicabilidade de um modelo em vários campos de políticas públicas não implicar necessariamente em adaptações, o MMF vem recebendo contribuições e críticas ao longo desses mais de trinta anos (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017).

Nikolaos Zahariadis (1995, 1999, 2003, 2016a, 2016b), no decorrer de suas pesquisas, propõe adaptações ao modelo original. A primeira é a ampliação do escopo da análise para a possibilidade de utilização do modelo para a compreensão do processo mais geral de produção de políticas, até a fase de implementação, o que na pesquisa de Kingdon se restringia aos processos pré-decisórios (CAPELLA, 2006, 2018). A segunda contribuição é a aplicação do MMF para o estudo comparativo de políticas públicas, relacionando políticas semelhantes em países distintos (ZAHARIADIS, 1995, 1999). Por fim, a terceira adaptação consiste na mudança da unidade de análise do governo como um todo, conforme visto no trabalho de Kingdon (KINGDON, 1984), para uma questão específica da agenda pública, que, na pesquisa de Zahariadis (ZAHARIADIS, 1995), é a privatização. Zahariadis (ZAHARIADIS, 1995, 1999) ainda propõe uma alteração de caráter metodológico, qual seja a combinação das três variáveis do fluxo político – clima nacional, grupos de interesse e mudanças no governo – em uma única variável, a qual denominou de “ideologia”.

Para Capella (2006), todas essas considerações, na realidade, não alteram a estrutura lógica fundamental do modelo de Kingdon, pois o autor não entende o desenvolvimento de políticas como um processo de estágios sequenciais e ordenados, no qual um problema é inicialmente percebido, soluções são desenvolvidas sob medida para aquele problema, sendo então implementadas. O modelo focaliza a dinâmica das ideias: o desenvolvimento de políticas é visto como uma disputa sobre definição de problemas e geração de alternativas (CAPELLA, 2006; KINGDON, 2014). Assim, a mudança na agenda depende da combinação entre problemas, soluções e condições políticas, onde a existência de um problema não determina a adoção de uma solução específica e não cria por si só um ambiente político favorável para a mudança e, portanto, uma das maiores vantagens do modelo é permitir lidar com condições de ambiguidade, de incerteza e de fluidez, fatores que seriam tratados como anomalias pelas abordagens racionalistas de formulação de políticas (CAPELLA, 2006; ZAHARIADIS, 1999).

Alguns autores criticam o elevado nível de abstração do modelo (MUCCIARONI, 1992), herdada do modelo *garbage can* (COHEN; MARCH; OLSEN, 1972), e sua estrutura e operacionalização demasiadamente fluida (SABATIER, 1997). Para Mucciaroni (1992), a criação de variáveis intermediárias habilitaria o MMF a prever mudanças na agenda.

Na seção “Considerações sobre o modelo” (KINGDON, 2014, pp. 222-230), Kingdon se propõe a responder às críticas afirmando haver uma estrutura no MMF, mas resguardando espaço para uma aleatoriedade residual, como entende haver no mundo real. Para Capella (2006), o MMF possui um padrão na dinâmica interna de cada um dos fluxos e, portanto, não os considera totalmente aleatórios. Para a autora, no fluxo de problemas nem todos os problemas são igualmente passíveis de chamar a atenção dos formuladores de políticas, necessitando apresentar certos pré-requisitos, como variação nos indicadores, eventos focalizadores e feedback, caso contrário esses problemas não ascenderão à agenda decisória, não passando de questões (CAPELLA, 2006). A autora segue exemplificando, da mesma forma, no fluxo de alternativas (*policy stream*), nem todas as propostas são igualmente possíveis, pois as propostas viáveis do ponto de vista técnico, congruentes com os valores compartilhados pela comunidade, pelo público mais geral e pelos políticos, por exemplo, têm maiores chances de sobreviver. E quanto ao fluxo político, nem todos os eventos são igualmente prováveis, porque algumas mudanças no “clima nacional” são mais prováveis do que outras num determinado contexto, da mesma forma que determinadas mudanças nas forças políticas organizadas internamente ao governo são mais bem aceitas e mais prováveis do que outras (CAPELLA, 2006). Para Capella (2006), essas condições poderiam ser consideradas como variáveis intermediárias, agindo dentro de cada fluxo, o que atenderia a necessidade identificada por Mucciaroni (1992) de utilizar variáveis intermediárias aos fluxos.

O processo de acoplamento dos fluxos também não é exclusivamente aleatório, pois algumas possibilidades de acoplamento são mais prováveis do que outras, a depender do momento em que uma questão chega a um determinado fluxo (CAPELLA, 2006; KINGDON, 2014). As possibilidades de mudanças na agenda são limitadas, porque, por exemplo, uma janela de oportunidade pode se abrir quando não há uma solução disponível no fluxo das alternativas e, assim, a janela (*policy window*) se fecha sem o acoplamento dos fluxos (CAPELLA, 2006; KINGDON, 2014). Ou então, uma solução pode estar disponível no fluxo das alternativas sem encontrar condições favoráveis no fluxo político (CAPELLA, 2006; KINGDON, 2014). Como se vê, “nem tudo pode interagir com tudo” (KINGDON, 2014, p. 207). Zahariadis (1999), por sua vez, afirma que o modelo pode sim prever mudanças na

agenda, bastando levar em consideração os eventos no interior de cada fluxo e da participação dos atores no processo de formação de agenda.

Outro ponto que gera controvérsia na comunidade científica é a interdependência dos fluxos. O MMF é baseado na dinâmica de três fluxos independentes, que perpassam todo o sistema decisório. A independência dos fluxos é um dispositivo conceitual que supõe que cada fluxo segue sua dinâmica própria em relação aos demais (CAPELLA, 2006; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2014). Assim, apenas em momentos críticos, por meio da ação dos empreendedores de políticas públicas, haveria o acoplamento das alternativas às questões identificadas como problemas e ao contexto político, unindo os três fluxos (*coupling*) (KINGDON, 2014). Mucciaroni (1992) entende que a ideia de independência dos fluxos deveria ser abandonada em benefício de uma visão de interdependência entre eles e, dessa forma, reduziria o caráter aleatório do modelo, tornando-o mais estratégico e intencional. Embora o modelo original previsse a independência dos fluxos, a possibilidade da conexão mesmo antes desses momentos críticos é assumida por Kingdon como possível correção do modelo, mas, na prática, sem abandonar o conceito de independência entre os fluxos.

Eu entendo que uma correção ao modelo é razoável: Existem ligações entre os fluxos em outros momentos que não apenas na abertura de janelas ou nas convergências finais. [...] As convergências são frequentemente empreendidas, não somente perto do momento final. Mas a independência dos fluxos é ainda evidente no mundo real e ainda é útil para a construção de teorias (KINGDON, 2014, p. 229)

A vantagem da independência dos fluxos é preservar a lógica do modelo de *garbage can* e, assim, manter uma perspectiva diferenciada com relação aos modelos racionalistas, possibilitando aos pesquisadores revelar a racionalidade, mais do que assumi-la, ou seja, não supor que soluções sejam desenvolvidas em resposta a problemas claramente definidos (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; ZAHARIADIS, 1999).

Kingdon (2014), em suas reflexões recentes sobre o MMF, também passou a reconhecer a importância das instituições no processo de formulação de políticas, apesar de não propor ajustes no modelo. A crítica da necessidade de incorporar a dimensão institucional no modelo, investigando “quais os tipos de estruturas institucionais que facilitam ou limitam os diversos problemas e soluções em seu caminho até a agenda” (MUCCIARONI, 1992) foi respondida por Kingdon, que entende que, no contexto do modelo, as instituições constituem importantes guias no processo de formulação de políticas públicas e, assim, fazem com que alguns resultados sejam prováveis e outros não (KINGDON, 2014). Sobre essa limitação, pretendemos superá-la mediante a utilização combinada do MMF com o NIH, conforme descrito nas seções 2.2 e 2.2.1.

Outro aspecto debatido diz respeito ao papel dos empreendedores de políticas (CAPELLA, 2018). Para Kingdon (2014), os atores envolvidos na produção de políticas teriam preferências problemáticas, mas Zahariadis (2003) identifica uma potencial diferenciação em relação ao empreendedor de políticas públicas, que, na verdade, seria um ator com objetivos claros e consistentes. O autor destaca que a ambiguidade no contexto do MMF permite que o empreendedor de políticas manipule estrategicamente a percepção dos demais para servir a propósitos distintos (ZAHARIADIS, 2003). Assim, um dos papéis mais importantes do empreendedor seria administrar a ambiguidade, procurando atribuir sentido e criar significados sobre as questões, difundindo ideias para os demais atores que têm preferências problemáticas (CAPELLA, 2018; ZAHARIADIS, 2003). Entretanto, mais à frente em seus trabalhos, Zahariadis parece ter mudado de opinião e novamente se juntado ao entendimento de Kingdon (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017). Herweg, Zahariadis e Zohlnhöfer (2017) ressaltam que Kingdon já alertara que os empreendedores não deveriam ser considerados seres superiores, mas que de uma maneira geral os empreendedores possuem preferências problemáticas tais quais os demais atores, porém, podendo assumir um grau mais elevado de racionalidade nos projetos que resolve promover. Ademais, os autores ressaltam que um formulador de política pública pode assumir o papel de empreendedor de políticas públicas para propostas específicas (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017).

Outra consideração importante de Zahariadis (2003) está relacionada às oportunidades de mudança. Ao aplicar o MMF em democracias parlamentaristas, Zahariadis (1995, 1999, 2003) mostra que existe a possibilidade de criação deliberada de oportunidades de mudança, como, por exemplo, no caso da dissolução do parlamento e da convocação de eleições. As “janelas de oportunidade” poderiam, assim, ser manipuladas para a criação de ambientes mais vantajosos para alguns atores, alterando o contexto e aumentando ou prejudicando as chances de sucesso de outros (ZAHARIADIS, 2003). As pesquisas têm mostrado que há a possibilidade de que as janelas de oportunidade sejam endogenizadas pelo sistema político-administrativo, como no caso de servidores que acentuam características dramáticas de certos eventos para favorecer demandas específicas ou criar comissões ou forças-tarefa de forma a favorecer a ligação entre soluções e problemas (CAPELLA, 2018; ZAHARIADIS, 2016a). Os empreendedores de políticas, por exemplo, podem ser capazes de moldar o contexto, o conteúdo e o processo de mudança, bem como podem servir para abrir janelas de oportunidade, alinhar redes institucionais para unir diferentes problemas, para formular objetivos e instrumentos comuns e, finalmente, para introduzir inovações na agenda (GALANTI, 2018).

2.2. Novo Institucionalismo Histórico

Em texto originalmente publicado no ano de 1996, Hall e Taylor (2003) identificam três vertentes do novo institucionalismo ou neoinstitucionalismo: institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico. Tais vertentes têm em comum o objetivo de “elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 194).

Apesar de compartilharem o pressuposto principal de que as instituições criam ordem e previsibilidade e, portanto, impactam ações políticas, gerando efeitos por processos compreensivos de rotina que levam tanto a continuidade quanto a mudança institucional, as diferentes vertentes do neoinstitucionalismo diferem quanto à natureza das instituições, como também em relação à formação de preferências e a pressupostos de mudança (HALL; TAYLOR, 2003; MAHONEY; THELEN, 2010; PETERS, 2011).

No institucionalismo sociológico, os atores adotam papéis e identidades e são constrangidos pelas instituições a agir em uma “lógica de adequação” que observe os princípios constitutivos e normas (PETERS, 2011). Nessa abordagem, as preferências são endógenas, porém os mecanismos de perpetuação considerados oferecem poucas pistas sobre as possíveis fontes de mudança endógenas, apontando em geral para forças exógenas, como gatilhos de mudanças (HALL; TAYLOR, 2003; MAHONEY; THELEN, 2010).

A vertente da escolha racional, de outra forma, enxerga a vida política como a relação entre atores com objetivo de maximizar a sua própria utilidade e, portanto, agir de maneira estrategicamente calculada (HALL; TAYLOR, 2003). Assim, portanto, considera as instituições como mecanismos de agregação de preferências, exercendo as funções básicas de coordenação de atores políticos e de resolução de problemas de ação coletiva, isto é, os atores políticos têm preferências fixas e determinadas de forma exógena às instituições a que pertencem, ou seja, não são influenciados pelo contexto institucional (HALL; TAYLOR, 2003; MAHONEY; THELEN, 2010). Nessa vertente, os atores têm a prerrogativa de manipular livremente as instituições, sem se preocupar com os processos históricos e do contexto estrutural em que se encontram, de forma que a mudança institucional é exógena e usualmente ignorada ou não-prevista (PETERS, 2011). Essa perspectiva parte do pressuposto da escolha racional de que os atores conhecem e maximizam seu interesse próprio em um dado arranjo institucional, o que implica um eventual equilíbrio no qual não há incentivo para que sejam alteradas as escolhas (HALL; TAYLOR, 2003).

O novo institucionalismo histórico (NIH), por sua vez, é baseado no pressuposto de que um conjunto histórico de restrições institucionais e feedbacks de políticas públicas estruturam o comportamento de atores políticos e grupos de interesse durante o processo de formulação de políticas públicas (IMMERGUT, 2006). O NIH tem por premissa que o poder depende da posição hierárquica na organização e a ação política é vista como conflitos e disputas entre grupos quanto a recursos escassos e balizado por um arcabouço institucional de resolução de conflitos (TORFING, 2001). Essa vertente foca as assimetrias de poder associadas ao funcionamento e ao desenvolvimento das instituições, bem como ao modo como as instituições distribuem o poder desigualmente entre os atores (HALL; TAYLOR, 2003). Dessa forma, os conflitos entre atores coletivos, dotados de interesses e objetivos específicos, são estruturados e mediados por instituições, no entanto são resolvidos pelas assimetrias de relações de poder (TORFING, 2001), ou, nas palavras de Hall e Taylor (2003, p. 200), o institucionalismo histórico “prefere postular um mundo onde as instituições conferem a certos grupos ou interesses um acesso desproporcional ao processo de decisão”.

Em resumo, o institucionalismo histórico procura verificar como esforços políticos são mediados por instituições, ou seja, como ideias, interesses e posições geram preferências e como e por que essas questões evoluíram ao longo do tempo (SANDERS, 2006). Assim, a análise das instituições não deveria procurar explicações apenas para imperfeições acidentais, uma vez que as instituições seriam construtos normativos na maioria das vezes herdados do passado e, portanto, a análise deveria ser direcionada no sentido de compreender como a mediação institucional de disputas de poder ao longo do tempo deixou sua própria marca (TORFING, 2001).

Nesse contexto, a dependência da trajetória (*path dependence*) traz a ideia de que para onde vamos não depende apenas de onde estamos agora, mas também de onde viemos (BORGES, 2015). A ideia básica é que as escolhas políticas feitas quando uma instituição está sendo formada ou quando ela é iniciada constroem um caminho de tendência inercial onde essas escolhas políticas iniciais tendem a persistir (PETERS, 2011). Do ponto de vista metodológico, segundo a abordagem do institucionalismo histórico, deve-se procurar, então, os processos causais originais que não poderiam ser explicados por eventos prévios, uma vez que os eventos posteriores tenderiam a ser marcados por características relativamente deterministas ou pensados como inerciais (MAHONEY; THELEN, 2010).

Cabe ressaltar que algumas instituições poderiam ser estáveis devido ao poder de agenda dos apoiadores atuais, e não porque o acordo original ainda se sustentaria (MOE, 2005). Além disso, a trajetória das instituições não é concebida apenas em uma direção, bem como eventuais

mudanças podem ter o objetivo de resolver problemas que a própria regra causou (PETERS, 2011). As instituições seguiriam um caminho evolutivo e não apenas o padrão inicialmente estabelecido (PETERS, 2012).

2.2.1. Combinando Novo Institucionalismo Histórico e MMF

Conforme abordado na seção 2.1.7 (Evolução e adaptações ao Modelo de Múltiplos Fluxos), Kingdon (2014) reconheceu a importância das instituições no processo de formulação de políticas, apesar de não propor ajustes no modelo. Para ele, no contexto do modelo, as instituições constituem importantes guias no processo de formulação de políticas públicas, determinando por que alguns resultados são mais prováveis que outros (KINGDON, 2014). Apesar disso, as instituições tendem a influenciar todos os elementos do fluxo político, portanto, podemos argumentar que as instituições são implicitamente consideradas no MMF (SÆTREN, 2016). Por exemplo, o contexto institucional facilita ou prejudica o estabelecimento de grupos de interesse e suas tentativas de influenciar os tomadores de decisão. Ademais, é aplicável à composição do governo e do parlamento, que é influenciada pelo sistema eleitoral. Além disso, a necessidade de responder ao clima nacional pode ser afetada pelas instituições, tal qual a responsabilidade dos atores políticos pelas suas decisões. Porém, como muitos pesquisadores aplicam o modelo para explicar a tomada de decisão, e não apenas a definição da agenda, essa incorporação indireta de instituições não é suficiente, uma vez que as instituições formais exercem um impacto substancial e independente na formulação de políticas nesse estágio do ciclo de políticas (SÆTREN, 2016).

A seguir, o MMF é combinado com o institucionalismo histórico para apresentar o impacto das instituições nos três fluxos, bem como os mecanismos de mudança de trajetória.

No fluxo de problemas, indicadores, eventos focalizadores e feedback de políticas anteriores podem destacar problemas e ocupar a atenção dos governos (KINGDON, 2014). Entretanto, as questões passam a ser compreendidas como problemas somente quando os atores entendem a necessidade de mudá-las (KINGDON, 2014; SUBIRATS, 2007). Enquanto no MMF a violação de certos valores dos indicadores transforma as questões em problemas (KINGDON, 2014), a hipótese da dependência da trajetória sugere que as instituições atuam como um filtro, transformando um choque inicial em um resultado político (ERHEL; ZAJDELA, 2004). À medida que as instituições moldam os valores, elas também afetam as interpretações e a definição de problemas.

No fluxo de alternativas, as ideias têm de cumprir os critérios de viabilidade técnica e aceitabilidade para ganhar legitimidade nas comunidades de especialistas (SPOHR, 2016b). Viabilidade técnica significa que as políticas devem ser implementáveis para serem escolhidas, o que envolve compatibilidade com as estruturas institucionais ou organizacionais existentes (KINGDON, 2014), ou seja, as propostas que são difíceis de implementar têm uma chance menor de sobreviver ao processo de seleção (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2014). Independentemente de sua viabilidade, as alternativas que não estão em conformidade com os valores dos formuladores de políticas têm menor probabilidade de serem consideradas para adoção, uma vez que as percepções e preferências dos atores são fortemente influenciadas pelo contexto institucional (SPOHR, 2016a, 2016b). Os teóricos do NIH argumentam que as instituições são reproduzidas porque os atores acreditam que são moralmente justas ou apropriadas (MAHONEY, 2000). Além disso, os formuladores de políticas avaliam a eficiência das alternativas (KINGDON, 2014) e podem escolher reproduzir até mesmo instituições abaixo do ideal (SPOHR, 2016b), porque quaisquer benefícios potenciais das transformações podem ser superados por seus custos (MAHONEY, 2000). Resumidamente, desde que as instituições estabelecidas cumpram os critérios de equidade e eficiência, elas têm um efeito de autorreforço e as decisões sobre as políticas dependem do caminho trilhado até então.

Além disso, uma ideia irá aparecer no topo do fluxo de alternativas conforme o grau de integração de sua rede (KINGDON, 2014). Em redes integradas, os participantes devem ser buscadores de consenso, o que implicará em um trabalho interno antes de serem veiculadas para o público (SPOHR, 2016b), ocasionando uma entrada lenta no fluxo e um longo processo de amaciamento. Por outro lado, redes menos integradas, mais competitivas, são mais abertas para novos atores e ideias, as quais provavelmente entrarão no fluxo de alternativas de forma bastante abrupta, sem levar em conta a continuidade com políticas pré-existentes (ZAHARIADIS; ALLEN, 1995). Assim, ideias inovadoras têm uma chance maior de aparecer no fluxo de alternativas em redes menos integradas.

O MMF refere-se apenas aos aspectos fluidos e mutáveis da política, como mudanças no clima nacional, mudanças nas preferências dos formuladores de políticas, mudanças de partido do governo e o surgimento de novos grupos de interesse (MUCCIARONI, 1992). No entanto, as instituições influenciam certas variáveis que determinam a dinâmica no fluxo político (SPOHR, 2016b): (1) as instituições políticas constituem parte do clima nacional, que é uma variável central na explicação de Kingdon sobre a formação da agenda; (2) as instituições distribuem o poder e moldam os grupos de atores, mesmo instituições impopulares são

reproduzidas, quando apoiadas por grupos de elite que se beneficiam dos arranjos existentes (MAHONEY, 2000); e (3) "pontos de veto" formais e informais tendem a travar os arranjos de políticas existentes e a empurrar as agendas de reforma na direção de ajustes incrementais aos arranjos existentes.

Uma vez que o NIH vê as instituições em “rodadas de configuração”, enfatizando sua característica de dependência da trajetória, tende a superestimar a resistência à mudança e, por isso, devido à estabilidade geral das instituições, argumenta-se que a mudança em políticas bem institucionalizadas provavelmente será incremental e limitada (COX, 2001). No entanto, Mahoney (2000) aponta mecanismos para reverter os processos de autorreforço, que podem ser aplicados no MMF. Um aumento da pressão competitiva pode desencadear mudanças no fluxo das alternativas, quando deixa de ser mais eficiente seguir um caminho específico. Os processos de aprendizagem, que ajudam os atores racionais a antecipar as consequências negativas e os encorajam a absorver os custos de curto prazo, têm um efeito semelhante. O enfraquecimento das elites e o fortalecimento dos grupos subordinados podem induzir mudanças nas redes de políticas ou no fluxo político, onde os interesses organizados são um indicador importante para os governos. Da mesma forma, mudanças nos valores ou crenças dos atores afetam os critérios de seleção de ideias no fluxo de alternativas, bem como o clima nacional no fluxo político (MAHONEY, 2000; SPOHR, 2016b).

Para Spohr (2016b), esses mecanismos são necessários, mas não suficientes, para um abandono da trajetória ou mudança abrupta de caminho. Segundo o pesquisador, além das mudanças nos três fluxos, outros elementos são necessários: (1) janelas de oportunidade, como momentos críticos em que a mudança é possível; e (2) empreendedores de políticas públicas, que exploram estrategicamente a ambivalência de instituições, valores e problemas. A suposição de que os atores podem manipular o contexto da tomada de decisão vincula esses dois elementos (SPOHR, 2016b). Uma estratégia é capturada pelo MMF ao identificar habilidades de manipulação dos empreendedores de políticas, que unem problemas, alternativas e política em um único pacote (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017), enquanto o NIH considera a ambiguidade institucional ao levar em conta que repertórios ideacionais podem ter significados diferentes para atores distintos (BORRÁS; RADAELLI, 2011). Pierson (1996) identificou o uso estratégico da ambiguidade por políticos na teoria institucional. Portanto, tanto o NIH quanto o MMF são adequados para conectar ambiguidade e manipulação política (BORRÁS; RADAELLI, 2011).

Em ambas as abordagens, duas habilidades estratégicas dos atores políticos são cruciais para o sucesso na execução de políticas que se desviam da trajetória. Em primeiro lugar, os

defensores de uma mudança precisam empregar estratégias para superar o ceticismo dos outros (SPOHR, 2016b). Essa formatação de trajetórias (*path-shaping*) pode levar a mudanças quando os atores mudam o discurso em uma área de política, estabelecendo novos fundamentos para avaliar a legitimidade das propostas (COX, 2001). Os atores políticos estruturam as alternativas de forma a aumentar seu apoio popular, então enquadram seu discurso para vender suas alternativas de políticas ao público (SPOHR, 2016b). Os formuladores de políticas também podem estruturar alternativas de políticas de uma maneira que esconda seu afastamento real de um paradigma bem aceito (BÉLAND, 2005). Da mesma forma, a representação do problema faz a diferença no que as pessoas percebem como perdas ou ganhos e ajuda os empreendedores a estabelecer sua interpretação em situações ambíguas (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; SÆTREN, 2016).

Em segundo lugar, evitar a culpa (*blame-avoidance*) por políticas impopulares é importante (PIERSON, 1996). O sucesso dos empreendedores variará com as chances de reduzir a visibilidade das reformas, seja por obscurecer o impacto das reformas sobre os eleitores ou diminuindo sua própria responsabilidade por elas (SPOHR, 2016b). Com relação ao primeiro, as perspectivas de mudança nas instituições podem ser de grande importância, se os defensores puderem reestruturar a maneira como os *trade-offs* entre impostos, gastos e déficits são apresentados (PIERSON, 1996), ou quando táticas de fatiamento (*salame tactics*) dividem o processo em pequenos estágios que são apresentados sequencialmente para chegar à solução desejada (ZAHARIADIS, 2003). Se uma decisão impopular tiver que ser tomada, os formuladores de políticas provavelmente a delegarão a outra pessoa, por exemplo, a outro nível de governo ou comissão (SPOHR, 2016b).

Outra tática é encontrar um bode expiatório, alegando que a ação foi tornada necessária por outra pessoa ou pelo próprio governo, caso apresente folga eleitoral significativa, ou seja, quando acreditam que seu apoio é forte o suficiente para absorver as consequências eleitorais (PIERSON, 1996).

Para Spohr (2016b), um desvio de trajetória bem-sucedido precisa cumprir três critérios: (1) uma mudança no fluxo de alternativas, devido à pressão competitiva ou efeitos de aprendizagem que desafiam a reprodução das instituições e a evolução de ideias incrementais ou dependentes da trajetória; (2) uma janela de oportunidade, que se abre no fluxo de problemas, como um choque exógeno, ou no fluxo de alternativas, devido ao enfraquecimento das elites ou mudanças nos valores ou crenças; e (3) os empreendedores políticos precisam aplicar técnicas de *path-shaping* e de *blame-avoidance*.

2.3. Modelo de Múltiplos Fluxos Modificado (MMFm)

Conforme abordado na seção 2.1.7 (Evolução e adaptações ao Modelo de Múltiplos Fluxos), Zahariadis (1999, 2003, 2016b) e outros autores propuseram adaptações no MMF para cobrir outras etapas do processo de políticas públicas (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017). Considerando o interesse desta pesquisa no fluxo político, devido ao ambiente de crise em que se encontrava o País, além de contribuições de Zahariadis (1999, 2003), será utilizada uma adaptação que não altera a estrutura operacional do modelo e agrega a fase de tomada de decisão de forma independente da formação de agenda, sugerida por Herweg, Huss e Zohlnhöfer (2015), bem como integrá-la com o NIH, consoante visto na seção 2.2.1 (Combinando Novo Institucionalismo Histórico e MMF).

Zahariadis (2003), cujo trabalho foi amplamente utilizado, sugeriu a união das etapas de formação da agenda e de tomada de decisões (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017). Ainda que essa sugestão tenha a vantagem de manter a estrutura operacional e a lógica do MMF intactas, uma das principais desvantagens dessa modificação é que há um prejuízo na análise das diferentes lógicas de definição de agenda e tomada de decisão (ZOHLNHÖFER; HERWEG; HUSS, 2016). Para Zohlnhöfer, Herweg e Huss (2016), uma das principais diferenças entre essas duas etapas do ciclo de políticas é o papel das instituições formais e, portanto, sua separação permitiria uma maior atenção a essas instituições, se a formação da agenda e a tomada de decisões forem analisadas separadamente. Vieira e Gomes (2014) afirmam que a mudança institucional é fruto da ação de atores que buscam uma nova configuração da estrutura, de modo a obter para si uma condição mais satisfatória de distribuição dos recursos. Os atores interpretam o ambiente institucional e, então, se conformam ou o confrontam (VIEIRA; GOMES, 2014).

Nesse contexto, a ideia principal sugerida pelos autores é subdividir o modelo em dois processos de acoplamento: um para a formação da agenda e outro para a tomada de decisão. Assim, após a ascensão da questão à agenda decisória governamental, mediante um primeiro acoplamento bem-sucedido entre os fluxos, o resultado bem-sucedido do acoplamento na tomada de decisão seria a aprovação legislativa ou normativa (HERWEG; HUSS; ZOHLNHÖFER, 2015; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017). Como a formação da agenda é abordada em profundidade na seção 2.1 (O Modelo dos Múltiplos Fluxos (MMF)), passamos a abordar o que seria o processo de acoplamento e a janela da tomada de decisão.

A questão principal que emerge do processo de acoplamento da tomada de decisão é “como construir a maioria necessária para adotar uma proposta que já foi associada a um problema específico durante a formação de agenda” (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017, p. 31). Nesse ponto, são diferenciados dois tipos de empreendedores: aqueles da formação de agenda, conhecidos como empreendedores de políticas públicas (*policy entrepreneurs*) e, agora, durante o processo de tomada de decisão, destacam-se os empreendedores políticos (*politic entrepreneurs*). Estes empreendedores políticos são os atores chave dotados de liderança política e que apoiam ativamente a proposta (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017).

Assim, de acordo com o MMF, os empreendedores de políticas públicas desempenham um papel importante no processo de acoplamento, porque, agindo como atores interessados na adoção do projeto, eles tentam construir apoio suficiente entre os atores relevantes com poder de veto (ZOHLNHÖFER; HERWEG; HUSS, 2016). Entretanto, o empreendedor para o acoplamento dos fluxos na tomada de decisão não é necessariamente o mesmo ator que estava envolvido no acoplamento durante a formação da agenda (HERWEG; HUSS; ZOHLNHÖFER, 2015; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; ZOHLNHÖFER; HERWEG; HUSS, 2016). Dessa forma, embora seja provável que os atores do fluxo de alternativas possam aproximar os fluxos durante o acoplamento no processo de formação de agenda, eles geralmente precisam encontrar atores com crenças compatíveis e autoridade formal de formulação de políticas para promover o acoplamento dos fluxos e conduzir o projeto por meio do processo formal de tomada de decisão (HERWEG; HUSS; ZOHLNHÖFER, 2015; ZOHLNHÖFER; HERWEG; HUSS, 2016).

Nessa etapa, fica claro que o fluxo político é dominante, entretanto isso não significa que os outros dois fluxos sejam irrelevantes, mas perdem importância frente à etapa de formação de agenda (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017). Herweg, Zahariadis e Zohlhöfer (2017) alertam que, nessa etapa o arcabouço institucional, é relevante para o processo e varia de acordo com o tipo de proposta e país no qual ocorre o fenômeno. Os autores continuam sua análise levantando a hipótese de que a chance de sucesso da proposta depende fundamentalmente da força política do empreendedor político, ou seja, da posição que ocupa no cenário político. Nesse sentido, quais ações o empreendedor político pode lançar mão para ser bem-sucedido na adoção da proposta? A literatura sugere três instrumentos: acordos conjuntos, concessões e manipulações (HERWEG; HUSS; ZOHLNHÖFER, 2015; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; ZOHLNHÖFER; HUSS, 2016).

A concepção subjacente aos acordos conjuntos no contexto do MMF é que diversas propostas podem ser acopladas a um determinado problema, assim, os empreendedores políticos ganhariam uma vantagem adicional se combinassem sua proposta com outra proposta do fluxo de alternativas, ganhando o apoio daqueles que preferem esta alternativa (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; ZOHLNHÖFER; HUSS, 2016).

Esses acordos conjuntos nem sempre são possíveis de serem negociados e, portanto, pode ser necessário fazer uso de concessões na proposta, ou, em outras palavras, adotar uma versão diluída ou reduzida da proposta. Propostas menos ambiciosas permitem aos empreendedores políticos obter a maioria necessária para a aprovação (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; ZOHLNHÖFER; HUSS, 2016).

Por fim, os empreendedores políticos podem tentar a manipulação dos formuladores de políticas. Essa manipulação pode se dar de várias maneiras, como, por exemplo, recorrer ao fluxo de problemas e indicar o agravamento da questão que a proposta visa resolver, pressionando os formuladores inclusive com eventual prejuízo à reeleição (HERWEG; HUSS; ZOHLNHÖFER, 2015; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; ZOHLNHÖFER, 2016).

Ao separar o processo de formação de agenda do processo de tomada de decisão no contexto do MMF, é possível formular melhores hipóteses sobre a tomada de decisão, como, por exemplo, analisar o quanto uma alternativa é alterada durante o processo de tomada de decisão (HERWEG; HUSS; ZOHLNHÖFER, 2015; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017).

A utilização dessa adaptação do MMF foi bem-sucedida nos estudos de Zohlnhöfer (2016) sobre o mercado de trabalho na Alemanha, bem como na pesquisa de Sanjurjo (2017) sobre a mudança nas políticas de armamento no Brasil e no Uruguai. Essas pesquisas geraram diversos artigos e citações relacionados à literatura mais recente sobre a teoria dos múltiplos fluxos (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; SANJURJO, 2020; ZOHLNHÖFER; HUSS, 2016).

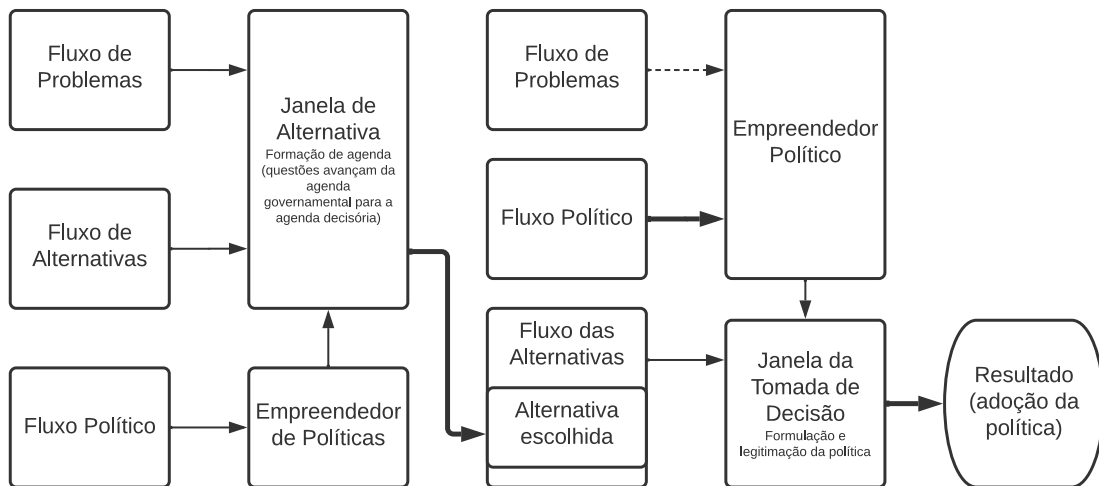


Figura 6 - Modelo de Múltiplos Fluxos com dois processos de acoplamento
 Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Herweg, Huss e Zohlnhöfer (2015).

Além disso, Herweg, Zahariadis e Zohlnhöfer (2017) sugerem que, com essa adaptação (Figura 6), é possível integrar as instituições políticas, como os limites e a distribuição de Poderes do processo legislativo e dos atores políticos, ao MMF, mitigando uma lacuna do modelo sobre o efeito das instituições políticas no processo de análise de políticas públicas, ao trazer para o modelo os empreendedores políticos e a possibilidade de atores de veto e seus contornos, bem como a construção da maioria política. Somando-se essa adaptação à utilização do NIH, chegamos a um modelo modificado, que considera de forma mais clara o papel das instituições no âmbito dos múltiplos fluxos (Figura 7).

Nesse contexto, esta pesquisa, ao aplicar a adaptação do MMF em conjunto com o NIH ao contexto da política fiscal brasileira, visou contribuir para a avaliação empírica das sugestões incorporadas.

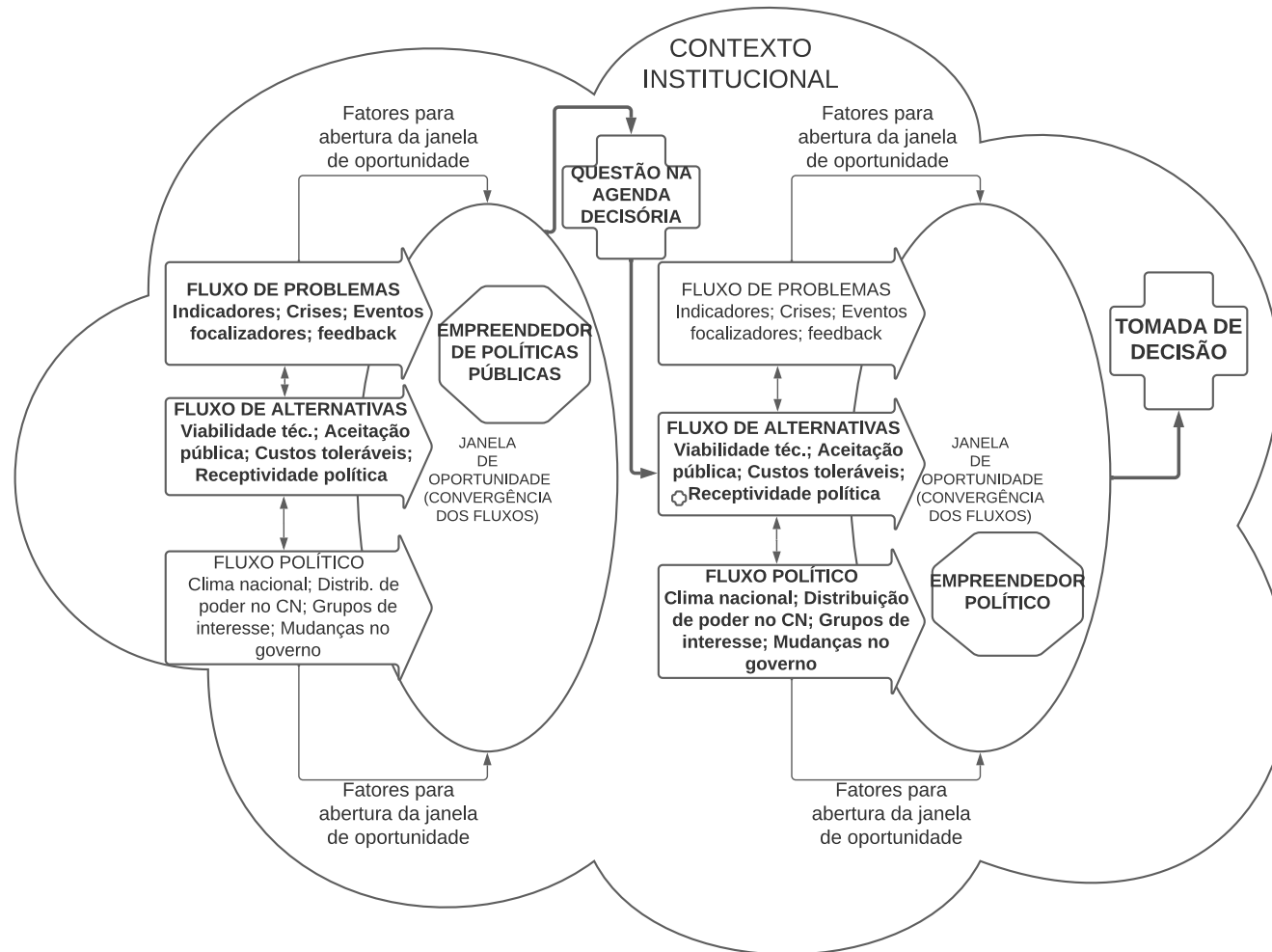


Figura 7 - Modelo de Múltiplos Fluxos modificado (MMFm)

Fonte: Elaboração própria com base em Kingdon (2014) e Herweg, Huss e Zohlnhöfer (2015).

2.4. Regras fiscais

Regras fiscais são restrições duradouras à política fiscal por meio de limites numéricos sobre os agregados orçamentários (dívida, resultado corrente, gasto, receita) (LLEDÓ et al., 2017a; SCHICK, 2010). Elas surgiram, entre outras razões, como forma de conter o viés deficitário (*deficit bias*) da classe política, cuja explicação é baseada primeiramente na informação limitada dos agentes econômicos, que por não enxergar adequadamente a restrição orçamentária do governo, tendem a superestimar os benefícios dos gastos correntes e subestimar os custos associados, situação conhecida como “ilusão fiscal”. Assim, os políticos tendem a gastar mais para colher benefícios eleitorais de curto prazo (BROWNING, 1967).

Em segundo lugar, esse viés deficitário pode ser utilizado em ambientes de acirrada competição política de forma estratégica para influenciar as escolhas do sucessor. As diferenças políticas e a incerteza sobre a sucessão impedem que o governo internalize todo o custo de deixar uma dívida mais alta no fim do mandato e, assim, acaba deixando uma dívida maior do que o razoável (ALESINA; TABELLINI, 1990).

Para Horta (2017), a terceira justificativa para o viés deficitário diz respeito aos grupos de pressão (*common pool problem*). Argumenta que, em uma sociedade com diferentes grupos de interesse que se beneficiam de determinados tipos de gasto, um governo poderia ser influenciado pela pressão desses, o que resultaria em um nível de orçamento maior do que o desejado.

Além do viés deficitário, as regras fiscais surgem para fornecer credibilidade às políticas econômicas, pois, sem elas, agentes econômicos antecipariam um eventual uso oportunista de políticas discricionárias, mesmo que se propusesse políticas responsáveis, o que reduziria o efeito destas (HORTA, 2017).

As regras fiscais estiveram entre as inovações orçamentárias mais amplamente adotadas durante as últimas duas décadas. Muitas regras foram adotadas por governos nacionais por sua própria iniciativa, enquanto autoridades supranacionais impuseram regras a certos países (SCHICK, 2010). A atratividade das regras fiscais e das instituições orçamentárias estaria associada ao contexto da experiência vivida de aumento dos níveis de endividamento e da realização de déficits insustentáveis em diversos países (HALLERBERG; RAINER STRAUCH; VON HAGEN, 2009).

As restrições impostas pelas regras fiscais são constituídas de: limitar as despesas (*expenditure rule*), disciplinar a dívida (*debt rules*), o resultado orçamentário (*balanced budget rule*) e até mesmo as receitas governamentais (*revenue rules*) (AFONSO; SALTO; RIBEIRO,

2015; PIRES; LOTTA; OLIVEIRA, 2018; SCHAECHTER et al., 2012; SCHICK, 2010), bem como a aplicação pode ser garantida por meio de sanções legais em caso de violação das regras e por meio da transparência das informações (SCHAECHTER et al., 2012; SCHICK, 2010).

A falta de um único modelo para regras fiscais indica que elas ainda estão passando por um desenvolvimento conceitual, bem como por tentativa e erro, e que as regras fiscais devem estar em consonância com a cultura política de um país (SCHICK, 2010). Fatores políticos são especialmente importantes na determinação dos meios de fazer cumprir as restrições e as ações tomadas quando ocorrem violações. A ideia de limitar o crescimento real das despesas como forma de impedir a expansão da dívida pública não é a única, nem a mais usual maneira de garantir a sustentabilidade fiscal de uma nação (AFONSO; SALTO; RIBEIRO, 2015).

O estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI), cujo título é *Fiscal Rules at a Glance* (BUDINA et al., 2012), lista as principais regras fiscais de dezenas de países, mostrando que não existe uma receita universal para garantir o equilíbrio fiscal. A Holanda, por exemplo, adota um teto de gastos públicos desde 1994, fato muito citado durante os debates que permearam a aprovação da EC nº 95/2016. A regra holandesa, no entanto, estabelece que a cada quatro anos devem ser fixados os limites (anuais) para os quatro exercícios financeiros seguintes (AFONSO; SALTO; RIBEIRO, 2015).

A abrangência das regras fiscais deriva de várias fontes e pode ser influenciada pelo desenvolvimento do país (SCHICK, 2010). Schick (2010) identifica as características gerais das regras adotadas segundo o estágio de desenvolvimento dos países. Os países ditos avançados tendem a se preocupar com a carga tributária e os níveis de despesas elevados, bem como com a pressão sobre as finanças públicas por parte de sua população em envelhecimento. Os países ditos como emergentes, por sua vez, são entusiastas das regras fiscais com o objetivo de gerar a confiança necessária ao governo para atrair investidores e empresários. Por fim, os países considerados como de baixa renda começaram a adotar regras, às vezes sob pressão de instituições financeiras internacionais, às vezes por causa da percepção de que políticas fiscais frouxas os têm impedido de desenvolver-se (SCHICK, 2010).

Boas regras fiscais são geralmente selecionadas com base nos critérios concebidos por Kopits e Symansky (1998). O uso desses critérios visa garantir que as regras sejam: (1) bem-definidas; (2) transparentes; (3) simples; (4) adequadas a determinados objetivos; (5) consistentes com outras políticas macroeconômicas; (6) suficientemente flexíveis para acomodar choques exógenos; (7) críveis; e (8) apoiadas por políticas que garantam sua sustentação a médio e longo prazo. Em geral, as regras fiscais devem apoiar, ou pelo menos não impedir, a capacidade da política fiscal de cumprir suas três funções principais: suavizar o

ciclo econômico, fomentar o crescimento de longo prazo e promover a inclusão (LLEDÓ et al., 2017b).

Schaechter et al. (2012), ao detalharem os quatro tipos de regras fiscais, concordam com os critérios de Kopits e Symansky (1998), com exceção da simplicidade. Para os primeiros, embora a simplicidade seja algo desejável do ponto de vista de comunicação e monitoramento, na prática, no entanto, as regras fiscais tornaram-se cada vez mais complexas, abarcando, além das regras numéricas, procedimentos para o processo orçamentário (“regras de procedimento”), com o objetivo de estabelecer boas práticas, aumentar a previsibilidade e ampliar a transparência.

Nesse contexto, os autores entendem que as regras da dívida definem um limite ou meta explícita para a dívida pública em porcentagem do PIB (SCHAECHTER et al., 2012). Esse tipo de regra é, por definição, a mais eficaz em termos de garantir a convergência para uma meta de dívida e é relativamente fácil de comunicar. No entanto, os níveis de dívida levam tempo para serem afetados por medidas orçamentárias e, portanto, não fornecem uma orientação clara de curto prazo para os formuladores de política. A dívida também pode ser afetada por acontecimentos exógenos ao governo, como mudanças nas taxas de juros e na taxa de câmbio, o que poderia implicar na necessidade de ajustes fiscais excessivamente grandes. Além disso, pode ser interessante o uso de política fiscal pró-cíclica quando a economia é atingida por choques e a meta da dívida, definida como um valor de PIB, acaba prejudicando esse objetivo. Por outro lado, quando a dívida está bem abaixo de seu teto, a regra não tem efeito substancial.

As regras de equilíbrio orçamentário restringem a variável que influencia principalmente o índice de dívida e estão em grande parte sob o controle dos formuladores de políticas. Assim, tais regras fornecem orientação operacional e podem ajudar a garantir a sustentabilidade da dívida. As regras de equilíbrio podem ser especificadas como saldo global, equilíbrio estrutural ou ajustado ciclicamente, e saldo por ciclo. Enquanto o primeiro tipo de regra não possui características de estabilização econômica, os outros três levam em consideração eventuais choques econômicos. No entanto, estimar o ajuste, normalmente através do hiato do produto, torna a regra mais difícil de ser explicada e monitorada. Um equilíbrio do tipo saldo por ciclo tem a desvantagem adicional de que medidas corretivas podem ser adiadas para o fim do ciclo. Apesar de o pagamento de juros ser o único item de despesa que não está diretamente sob o controle dos formuladores de políticas – e embora a rigidez dos gastos também possa complicar o alcance metas de curto prazo –, excluí-lo da regra enfraquece o vínculo com a sustentabilidade da dívida. Nesse sentido, até mesmo uma “regra de ouro”, que visa o saldo geral líquido de despesas de capital, tem pouca correlação com a dívida. As regras

de “repartição” estipulam que quaisquer despesas adicionais que aumentem o déficit ou as medidas de receita devem ser compensadas, de forma a neutralizar o déficit (SCHAECHTER et al., 2012).

Os autores descrevem, por sua vez, as regras de despesas, as quais estabelecem limites para as despesas totais, primárias ou correntes. Esses limites são normalmente definidos em termos absolutos ou taxas de crescimento e, ocasionalmente, em porcentagem do PIB, com um horizonte de tempo variando frequentemente entre três e cinco anos. Essas regras não estão diretamente vinculadas ao objetivo de sustentabilidade da dívida, uma vez que não restringem o lado da receita. Elas podem fornecer, no entanto, uma ferramenta operacional para desencadear a consolidação fiscal necessária para a sustentabilidade quando são acompanhadas por regras de dívida ou de equilíbrio orçamentário. Além disso, elas podem restringir os gastos durante períodos de quedas temporárias da receita e são fáceis de cumprir. Ademais, regras de despesas não restringem a função de estabilização econômica da política fiscal em tempos de choques adversos, uma vez que não requerem ajustes para reduções cíclicas ou discricionárias no lado das receitas. Para aumentar sua característica anticíclica, podemos excluir itens de despesas sensíveis ao ciclo, apesar de prejudicar a sustentabilidade. Outrossim, as regras de despesas não são consistentes com o estímulo fiscal discricionário. No entanto, os tetos de despesas definem diretamente a quantidade de recursos públicos usados pelo governo, e são, em geral, relativamente fáceis de divulgar e monitorar (SCHAECHTER et al., 2012).

Por fim, Schaechter et al. (2012) descrevem que as regras de receita definem tetos ou pisos sobre as receitas e visam aumentar a arrecadação ou prevenir a carga tributária excessiva. A maioria dessas regras não é diretamente vinculada ao controle da dívida pública, pois não restringem os gastos. Além disso, a configuração de tetos ou pisos nas receitas pode ser desafiadora, já que as receitas podem ter grandes componentes cíclicos, flutuando amplamente com o ciclo econômico. Excepcionam-se a isso as regras que restringem o uso de receita “inesperada” para gastos adicionais. As regras de receita, por si só, podem resultar em política fiscal pró-cíclica, uma vez que os pisos geralmente não contabilizam a operação de estabilizadores do lado da receita, em caso de desaceleração, ou tetos, em caso de alta. No entanto, como as regras de despesas, as regras de receitas focam diretamente no tamanho do governo.

De forma resumida, o Quadro 4 mostra as vantagens e as desvantagens da adoção de cada tipo de regra fiscal.

Tipo de Regra	Vantagens	Desvantagens
Dívida do Governo	<ul style="list-style-type: none"> - Diretamente ligada à sustentabilidade da dívida; - Fácil de explicar e monitorar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não fornece um guia operacional de curto prazo quanto aos impactos no déficit; - Não absorve choques econômicos; - Vulnerável a fatores exógenos.
Equilíbrio Orçamentário	<ul style="list-style-type: none"> - Bom guia operacional; - Fácil de explicar e monitorar; - Muito ligada à sustentabilidade da dívida. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pode ser pró-cíclica por não ter um fator de estabilização em choques econômicos; - Vulnerável a fatores exógenos.
Equilíbrio Orçamentário Estrutural	<ul style="list-style-type: none"> - Guia operacional relativamente bom; - Muito ligada à sustentabilidade da dívida; - Absorve choques econômicos; - Possibilita levar em contas fatores esporádicos e temporários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Correção de ciclo complicada especialmente em momentos de mudanças estruturais em curso; - Necessita de definições quanto a fatores esporádicos e temporários; - Difícil de explicar e monitorar.
Gastos	<ul style="list-style-type: none"> - Bom guia operacional; - Permite captar momentos de estabilização econômica; - Controla o tamanho do Governo; - Fácil de explicar e monitorar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não é ligada diretamente à sustentabilidade do déficit por não limitar o lado das receitas; - Pode causar mudanças indesejadas na distribuição dos gastos se, para atender o teto, ocorrer mudanças de categorias nos gastos que não estão cobertos pela regra.
Receitas	<ul style="list-style-type: none"> - Controla o tamanho do Governo; - Pode melhorar a política de receita do governo e sua administração; - Pode prevenir mudanças de gastos pró-cíclicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não é ligada diretamente à sustentabilidade do déficit por não limitar o lado dos gastos; - Não absorve choques econômicos.

Quadro 4 - Tipos de regras fiscais e suas vantagens e desvantagens

Fonte: adaptado de Schaechter et al. (2012).

3. MÉTODO

Neste capítulo, descreve-se o método empregado na pesquisa em função do plano previamente elaborado. O plano de pesquisa é a organização das condições de coleta e análise de dados, de modo a prover garantia, ao mesmo tempo, de sua pertinência em função dos objetivos da pesquisa e da adequação dos meios (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008). Ainda, discorre-se sobre o desenho da pesquisa quanto à natureza e ao delineamento adotados, ao recorte temporal, ao ambiente de investigação objeto de estudo, ao critério de validade aplicado e à abordagem de campo. Em seguida, expõe-se os instrumentos de pesquisa utilizados e a execução da estratégia traçada para realização da coleta e da análise dos dados, com o objetivo de responder à pergunta da pesquisa.

3.1. Desenho da pesquisa

Do ponto de vista paradigmático, adotar modelos de suporte para analisar a realidade implica uma abordagem objetivista, baseada numa ontologia realista e numa epistemologia positivista do conhecimento, em contraposição a uma abordagem mais subjetivista, lastreada numa ontologia nominalista e numa epistemologia antipositivista (BURRELL; MORGAN, 1979). Segundo Burrell e Morgan (1979, p. 26), o paradigma funcionalista procura fornecer explicações essencialmente racionais das questões sociais, pois é uma perspectiva de orientação altamente pragmática, preocupada em compreender a sociedade de uma forma que gere conhecimentos que possam ser utilizados. Apesar disso, este trabalho encontra-se em uma posição menos paradigmática, ao utilizar um modelo que analisa a dinâmica processual das políticas públicas sem uma causalidade linear, na qual variáveis independentes e dependentes são claramente separadas, mas uma causalidade condicional, que combina diversos mecanismos causais, exógenos ou endógenos ao próprio processo político, localizando-os em contextos específicos.

Ademais, o MMF tem cada vez mais adquirido relevância no contexto atual da gestão pública, onde a capacidade das autoridades para estruturar decisões de forma independente reduziu-se em favor da ampliação da governança e da gestão participativa, em que as decisões alcançadas são menos previsíveis e vinculadas às bases tradicionais do planejamento racional e tecnocrático (PETERS, 2002).

Nesse contexto, foi adotada uma abordagem qualitativa de pesquisa, na qual prevalece a observação da realidade pelo pesquisador em relação ao estabelecimento de uma explicação causal para o fenômeno estudado (STAKE, 2011). Assim, segundo Godoy (1995a, p. 58) a “pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos”. Trata-se, portanto, de uma abordagem pertinente à finalidade deste estudo, tendo em vista seu propósito de descrever um fenômeno e apresentar *insights* sobre suas constatações (CRESWELL, 1998).

Nesse sentido, este estudo apresenta natureza descritiva e explanatória. Descritiva porquanto tem como “objetivo primordial a descrição das características de determinado fenômeno” (GIL, 2002, p. 42), ou seja, o resultado da pesquisa consistirá na descrição dos fatos analisados a partir da mensuração dos dados coletados (HAIR et al., 2005). E explanatória porque possui como objetivo secundário aprimorar teoricamente o modelo de suporte, além de tornar o fenômeno mais explícito (GIL, 2002).

O método de pesquisa escolhido foi o estudo de caso único instrumental. Essa escolha se deve ao fato de que o estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente e em seu contexto de mundo real (GODOY, 1995a; YIN, 2015), tem mais variáveis de interesse do que pontos de dados decorrentes de sua complexidade e quando os limites entre fenômeno e contexto não podem ser claramente evidenciados (YIN, 2015). Além disso, a escolha deste método de pesquisa atende a outras três condições de pesquisa ressaltadas por Yin (2015) como primordiais para o emprego do estudo de caso como estratégia de pesquisa: (1) a adoção de uma pergunta de pesquisa de caráter explanatória, representada pelo emprego da expressão “como”; (2) enfoque sobre eventos contemporâneos; e (3) não ser possível exercer controle sobre os eventos comportamentais daqueles que estão envolvidos na realidade manifestada, pois se trata de um ambiente social complexo no qual é inviável, por exemplo, exercer testes de hipóteses ou de variáveis. A teoria ou as proposições teóricas usadas nas pesquisas, empiricamente melhoradas pelos resultados do estudo de caso, formam as bases para uma generalização analítica (YIN, 2015).

O modelo de múltiplos fluxos de John Kingdon (2014) foi desenvolvido a partir de diferentes recursos metodológicos, incluindo entrevistas com funcionários públicos de alto escalão, estudos de caso sobre a formulação de políticas públicas e exame de documentos como registros de audiências públicas, discursos presidenciais e pesquisas de opinião pública. As duas maiores fontes de dados, segundo o autor, foram entrevistas e estudos de caso (KINGDON, 2014).

Explorando estudos de caso que aplicaram o modelo de Kingdon, a pesquisa de Cairney e Jones (2016) apontou que a maioria desses estudos segue o mesmo caminho, baseando-se em entrevistas, além da análise de documentos, para conduzir as investigações. Como se verifica, o estudo de caso é amplamente utilizado em aplicações empíricas do MMF. Da mesma forma, nesta pesquisa, a maioria dos estudos têm interesse no caso específico, mas também possuem interesse no desenvolvimento das teorias que dão suporte à análise do caso, ou, conforme classificação de Stake (2005), estudos de caso instrumentais. Portanto, a escolha do estudo de caso é compatível com o método indicado e utilizado na comunidade científica (ALEXANDRESCU et al., 2014; ANDERSON, 2018; CAO; LIU; CAO, 2014; DAVIDSON; DE LOË, 2016; JONES et al., 2016; KINGDON, 2014; MACEDO et al., 2016).

Optamos, então, pela escolha do caso da formação de agenda e formulação do NRF, por entendê-lo como relevante para servir como suporte no processo de construção teórica ao qual esta pesquisa se dedica, pois uma análise preliminar do contexto de formulação do NRF permitiu apontar a existência de um contexto de crise econômica e política, com mudança de administração e um conjunto diversificado de agentes, com opiniões e posicionamentos distintos entre si, que possam ter atuado como empreendedores tanto na etapa de formação da agenda quanto da fase legislativa da proposta de emenda constitucional. Ademais, a transversalidade do tema, qual seja a adoção de uma regra fiscal de limite de evolução de despesas primárias por um período de duas décadas no contexto da política orçamentária federal, faz com que seu impacto em inúmeras áreas de políticas públicas sugira a peculiaridade do caso, o que também justificaria a sua escolha, conforme apontado por Yin (2015).

O recorte temporal da pesquisa será transversal, com o período observacional cobrindo desde a promulgação da LRF, mas com ênfase no transcurso do governo interino do Presidente da República Michel Temer, em 12 de maio de 2016, até a promulgação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Esse recorte visa identificar os fluxos, sua dinâmica, bem como a influência institucional histórica na formulação do NRF. O período de formulação do NRF será especialmente trabalhado, tendo em vista o acúmulo de evidências para composição do *corpus* da pesquisa.

Para o sucesso do estudo, a coleta e análise de documentos foi de fundamental importância, no sentido de obter dados e dispor de maior compreensão a respeito dos fatos que condicionaram o processo de formulação da política do NRF e a atuação dos atores envolvidos. Por meio da pesquisa documental, é possível compreender a evolução e as características do fenômeno (FLICK, 2009), auxiliando na problematização de práticas sociais, na desnaturalização das mesmas e na ruptura com padrões pré-concebidos acerca de determinado

fenômeno (LEMOS et al., 2015). De todo modo, a pesquisa documental raramente é utilizada de forma exclusiva, mas é muito relevante para prover dados adicionais e fazer checagem dos achados derivados de outras fontes (BRYMAN, 1989).

Nesse sentido, a coleta de dados qualitativos em documentos apresenta como vantagem o fato de possibilitar ao pesquisador obter a linguagem e a palavra daqueles inseridos no *locus* da pesquisa, apresentando a conveniência de serem dados acessíveis em qualquer momento da pesquisa (CRESWELL, 1998). Ademais, a leitura sistemática dos documentos permite ao pesquisador tomar consciência das similitudes, relações e diferenças capazes de levar a uma análise admissível e confiável (POUPART et al., 2012). Para Godoy (1995b), uma das vantagens básicas desse tipo de técnica é que permite o estudo de pessoas às quais não temos acesso físico, seja porque não estão mais vivas ou por restrição de acesso (distância, agenda, entre outros). Para a autora, outra vantagem é que os documentos constituem uma fonte não-reativa, as informações neles contidas permanecem as mesmas após longos períodos de tempo. Yin (2015), por sua vez, elenca como pontos fortes da pesquisa documental a estabilidade, a discricção (não foi criada para pesquisa) e a ampla cobertura, mas, por outro lado, ressalta que a documentação pode ser difícil de se recuperar ou acessar, e com isso causar uma seletividade indesejada, bem como pode conter uma parcialidade desconhecida do autor.

Nesse contexto, recorreremos a uma fonte ampla de documentos escritos e não-escritos, com o intuito de levantar o máximo de dados possíveis para a compreensão do fenômeno analisado. Incluem-se aqui mudanças legislativas desde a LRF, o processo interno no Executivo, que culminou na apresentação da proposta de emenda à Constituição, os processos legislativos de ambas as casas do Congresso Nacional, incluindo todos os documentos, como notas taquigráficas de audiências públicas, discursos, debates e sessões (PEC nº 241/2016 na Câmara dos Deputados e PEC nº 55/2016 no Senado Federal), leis, normas e decretos que impactaram nos seus antecedentes históricos e no processo de formulação, notas de entidades da sociedade civil organizada, processos judiciais relacionados e outros documentos encontrados pelo pesquisador no transcorrer da pesquisa que se mostrem relevantes – inclusive entrevistas e textos relacionados ao NRF que foram divulgados na mídia e são pertinentes para o estudo.

Item	Tipo
Abordagem da Pesquisa	Qualitativa
Natureza da Pesquisa	Descritiva/exploratória
Recorte Temporal	Transversal
Ambiente de Investigação	De campo
Amostragem	Não probabilística ou intencional
Coleta de Dados	Primária e secundária
Instrumentos de coleta	Análise documental e entrevistas
Técnica de análise	Análise de conteúdo

Quadro 5 – Esquema resumido do desenho da pesquisa
Fonte: Elaboração própria.

3.2. Estratégias para a coleta e análise de dados

A abordagem qualitativa pressupõe critérios de seleção de dados guiados considerando os *insights* que possam ser obtidos a partir da sua relevância e do conteúdo que possam proporcionar (FLICK, 2009). Assim, constituiu-se um *corpus*, composto por um conjunto finito de materiais relevantes, definidos pelo pesquisador, que representam o fenômeno estudado, partindo-se de um processo gradual de seleção e de análise até atingir um ponto de saturação em que já não se consegue mais extrair variedade da coleta (BAUER; AARTS, 2011; FLICK, 2009; SILVA; IVETE; FOSSÁ, 2015).

Nesse contexto, entendemos ser relevante trabalhar com uma fonte diversificada de dados primários e secundários. Conforme destacado por McCulloch (2004), as fontes primárias consistem dos dados tidos como brutos, básicos ou imperfeitos, no sentido de não terem sido, ainda, trabalhados ou processados por alguém. Além disso, as informações coletadas costumam estar fragmentadas ou diluídas em um conjunto de fontes – tais como documentos físicos diversos, relatos de entrevistas, anotações do pesquisador em suas observações no diário de campo. Por sua vez, as fontes secundárias são compostas de dados processados e analisados por outros pesquisadores previamente, publicados geralmente através de livros e de artigos que servirão de embasamento teórico para a pesquisa a ser realizada (MCCULLOCH, 2004). Em seguida, serão detalhados os procedimentos de coleta e de análise de dados adotados na pesquisa.

3.2.1. Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada, em um primeiro momento, a partir do levantamento de diversos documentos – normas, leis, decretos, resoluções, notas taquigráficas e outros que se revelarem úteis – e incluídos na composição do *corpus*.

Por meio de solicitações de informações, de acordo com a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, foram obtidos documentos que compõem o processo interno do Poder Executivo relativo ao envio da PEC do NRF, protocolado no sistema, cujos principais documentos estão relacionados no Quadro 6.

Documento	Descrição	Órgão Responsável
EMI nº 00083/2016 MF/MPDG	Exposição de Motivos da PEC de criação do NRF encaminhada ao Poder Legislativo	Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Parecer PGFN/CAF nº 933/2016	Avaliação do Anteprojeto de emenda constitucional cujo objeto é o de instituir o Novo Regime Fiscal	Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Parecer PGFN/CAT nº 938/2016	Avaliação do Anteprojeto de emenda constitucional cujo objeto é o de instituir o Novo Regime Fiscal	Coordenação-Geral de Assuntos Tributários da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Nota Técnica nº 8443/2016-MP	Avaliação do Anteprojeto de emenda constitucional cujo objeto é o de instituir o Novo Regime Fiscal	Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Nota Técnica nº 8450/2016-MP	Avaliação do Anteprojeto de emenda constitucional cujo objeto é o de instituir o Novo Regime Fiscal	Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Parecer nº 00697/2016 MAA/CGJAN/CONJUR/MP/CGU/AGU	Avaliação jurídica do Anteprojeto de emenda constitucional cujo objeto é o de instituir o Novo Regime Fiscal	Coordenação-Geral Jurídica de Atos Normativos da Advocacia-Geral da União
Nota Informativa nº 2579/2016-MP	Posicionamento dos Órgãos do Ministério do Planejamento acerca do Anteprojeto de emenda constitucional cujo objeto é o de instituir o Novo Regime Fiscal	Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Mensagem nº 329, de 15 de junho de 2016	Encaminhamento ao Congresso Nacional o texto da proposta de emenda à Constituição que "Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal".	Despacho do Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente Da República

Quadro 6 - Documentos coletados com origem no Poder Executivo
Fonte: Elaboração própria.

Da tramitação da PEC nº 241/2016, na Câmara dos Deputados, foram utilizados os documentos descritos no Quadro 7. Além dos documentos da tramitação legislativa, foi realizada busca em relação à menção da PEC nº 241/2016 nos discursos de parlamentares em

plenário, tendo sido encontrados 757 discursos, com seus trechos principais consolidados no relatório do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da CD.

Documento	Descrição	Órgão Responsável
Nota Taquigráfica da Reunião de 03/08/2016 da CCJC	Sessão Deliberativa	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Parecer da PEC 241/2016 na CCJC	Parecer da PEC 241/2016	Deputado Federal Danilo Forte
Voto em Separado CCJC-1	Voto em Separado da PEC 241/2016 na CCJC	Deputados Federais Chico Alencar e Ivan Valente
Voto em Separado CCJC-2	Voto em Separado da PEC 241/2016 na CCJC	Deputado Federal Daniel Almeida
Voto em Separado CCJC-3	Voto em Separado da PEC 241/2016 na CCJC	Deputado Federal Luiz Couto
Nota Taquigráfica da Reunião de 24/08/2016 da CESP	Audiência Pública HENRIQUE MEIRELLES, Ministro da Fazenda; e DYOGO OLIVEIRA, Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	Comissão Especial da PEC 241/2016
Nota Taquigráfica da Reunião de 29/08/2016 da CESP	Audiência Pública ARIONALDO BONFIM ROSENDO, Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, representando o Ministro Ricardo Barros; MAURO GUIMARÃES JUNQUEIRA, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde; ALESSIO COSTA LIMA, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; e BERNARD APPY, Diretor do Centro de Cidadania Fiscal.	Comissão Especial da PEC 241/2016
Nota Taquigráfica da Reunião de 31/08/2016 da CESP	Audiência Pública RAUL VELLOSO, Economista; e SAMUEL PESSÔA, Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia - FGV.	Comissão Especial da PEC 241/2016
Nota Taquigráfica da Reunião de 12/09/2016 da CESP	Audiência Pública ERNESTO LOZARDO, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; MARIA LUCIA FATTORELLI, Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida; e MURILO PORTUGAL FILHO, Presidente da FEBRABAN.	Comissão Especial da PEC 241/2016
Nota Taquigráfica da Reunião de 04/10/2016 da CESP	Apresentação do Parecer da CESP de autoria do Deputado Federal Darcísio Perondi	Comissão Especial da PEC 241/2016
Nota Taquigráfica da Reunião de 06/10/2016 da CESP	Discussão e Votação do Parecer do Relator, Deputado Darcísio Perondi, à PEC 241/2016.	Comissão Especial da PEC 241/2016
Nota Taquigráfica da Reunião de 11/10/2016 da CESP	Elaboração da Redação para o Segundo Turno de Discussão e Votação	Comissão Especial da PEC 241/2016
Nota Taquigráfica da Reunião de 17/10/2016 da CESP	Elaboração da Redação para o Segundo Turno de Discussão e Votação	Comissão Especial da PEC 241/2016

Documento	Descrição	Órgão Responsável
Nota Taquigráfica da Reunião de 18/10/2016 da CESP	Deliberação sobre a Redação para o Segundo Turno de Discussão e Votação	Comissão Especial da PEC 241/2016
Parecer da PEC 241/2016 na CESP	Parecer da PEC 241/2016 na CESP	Deputado Federal Darcísio Perondi
Voto em Separado CESP-1	Voto em Separado da PEC 241/2016 na CESP	Deputados Federais Patrus Ananias Afonso Florence Jorge Solla Maria Do Rosário Érika Kokay Henrique Fontana Vander Loubet
Voto em Separado CESP-2	Voto em Separado da PEC 241/2016 na CESP	Deputados Federais Luciana Santos Rubens Junior Daniel Almeida Jandira Feghali
Nota Taquigráfica da Reunião de 10/10/2016 do Plenário da CD da Sessão 248	Sessão Deliberativa Extraordinária	Plenário da Câmara dos Deputados
Nota Taquigráfica da Reunião de 10/10/2016 do Plenário da CD da Sessão 250	Sessão Deliberativa Extraordinária	Plenário da Câmara dos Deputados
Nota Taquigráfica da Reunião de 10/10/2016 do Plenário da CD da Sessão 251	Sessão Deliberativa Extraordinária	Plenário da Câmara dos Deputados
Nota Taquigráfica da Reunião de 10/10/2016 do Plenário da CD da Sessão 252	Sessão Deliberativa Extraordinária	Plenário da Câmara dos Deputados
Nota Taquigráfica da Reunião de 25/10/2016 do Plenário da CD da Sessão 272	Sessão Deliberativa Extraordinária	Plenário da Câmara dos Deputados
Nota Taquigráfica da Reunião de 25/10/2016 do Plenário da CD da Sessão 274	Sessão Deliberativa Extraordinária	Plenário da Câmara dos Deputados
Nota Taquigráfica da Reunião de 25/10/2016 do Plenário da CD da Sessão 275	Sessão Deliberativa Extraordinária	Plenário da Câmara dos Deputados
Discursos em plenário	Relatório de Discursos proferidos em Plenário relacionados à PEC 241/2016	Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da CD

Quadro 7 - Documentos coletados com origem na Câmara dos Deputados
Fonte: Elaboração própria.

Os documentos obtidos da tramitação legislativa da PEC nº 55/2016, no Senado Federal (originalmente PEC nº 241/2016 na CD), foram listados no Quadro 8. Como a tramitação da PEC do NRF iniciou-se pela CD, o SF promoveu debates antes mesmo da chegada oficial da

PEC nesta Casa Legislativa. Dessa forma, para capturar o máximo dos debates acerca da proposta, além das consultas às notas taquigráficas dos dias específicos das audiências públicas e discursos acerca do tema, foi realizada pesquisa por meio do operador de busca *Google*⁸. A partir de quarenta resultados obtidos, verificou-se uma a uma as notas taquigráficas e foram descartadas as que continham apenas comentários isolados ou apenas comunicações de agenda legislativa. Assim, notas taquigráficas de onze reuniões de comissões, com destaque para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), foram acrescentadas ao Quadro 8.

Documento	Descrição	Órgão Responsável
Nota Taquigráfica da Reunião Plenária de 04/07/2016	109ª Sessão Não Deliberativa	Senado Federal
Nota Taquigráfica da Reunião Plenária de 12/07/2016	115ª Sessão Deliberativa Ordinária	Senado Federal
Nota Taquigráfica da Reunião Plenária de 18/8/2016	129ª Sessão Não Deliberativa - Discurso	Senador Roberto Requião
Nota Taquigráfica da Reunião da CDH de 17/10/2016	87ª Reunião da CDH	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Nota Taquigráfica da Reunião Plenária de 25/10/2016	158ª Sessão Não Deliberativa	Senado Federal
Nota Taquigráfica da Reunião Plenária de 26/10/2016	159ª Sessão Não Deliberativa - Discurso	Senadora Fátima Bezerra
Nota Taquigráfica da Reunião da CDH de 31/10/2016	93ª Reunião da CDH	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Nota Taquigráfica da Reunião da CCJ de 1/11/2016	37ª Reunião da CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Nota Taquigráfica da Reunião da CAE de 3/11/2016	35ª Reunião da CAE	Comissão de Assuntos Econômicos
Nota Taquigráfica da Reunião Plenária de 3/11/2016	163ª Sessão Não Deliberativa - Discurso	Senadora Vanessa Grazziotin
Nota Taquigráfica da Reunião Plenária de 7/11/2016	164ª Sessão Não Deliberativa	Senado Federal
Nota Taquigráfica da Reunião da CDH de 7/11/2016	94ª Reunião da CDH	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Nota Taquigráfica da Reunião da CDH de 7/11/2016	95ª Reunião da CDH	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Nota Taquigráfica da Reunião Conjunta da CCJ e CAE de 8/11/2016	38ª Reunião da CCJ com participação conjunta da CAE	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Econômicos
Nota Taquigráfica da Reunião da CCJ de 9/11/2016	39ª Reunião da CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Nota Taquigráfica da Reunião da CMMPV 746 de 9/11/2016	5ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 746, de 2016	Comissão Mista da Medida Provisória nº 746, de 2016
Nota Taquigráfica da Reunião da CE de 16/11/2016	46ª Reunião da CE	Comissão de Educação, Cultura e Esporte

8 Termo de pesquisa utilizados: “teto de gastos” OR "pec 55" OR "pec 241" no endereço eletrônico www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/.

Documento	Descrição	Órgão Responsável
Nota Taquigráfica da Reunião Plenária de 17/11/2016	173ª Sessão Deliberativa Extraordinária	Senado Federal
Nota Taquigráfica da Reunião Plenária de 22/11/2016	176ª Sessão de Debates Temáticos Sr. Luiz Gonzaga Belluzzo Sr. Armando Castelar Sr. Fernando Monteiro Rugitsky	Senado Federal
Nota Taquigráfica da Reunião da CRE de 24/11/2016	32ª Reunião da CRE	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Nota Taquigráfica da Reunião Plenária de 28/11/2016	183ª Sessão Não Deliberativa	Senado Federal
Nota Taquigráfica da Reunião Plenária de 29/11/2016	184ª Sessão Deliberativa Ordinária	Senado Federal
Nota Taquigráfica da Reunião Plenária de 8/12/2016	190ª Sessão Deliberativa Extraordinária	Senado Federal
Nota Taquigráfica da Reunião Plenária de 13/12/2016	195ª Sessão Deliberativa Extraordinária	Senado Federal
Parecer nº 888, de 2016 – CCJ da PEC 55/2016	Parecer da PEC 55/2016 na CCJ	Senador Eunício Oliveira
Parecer nº 920, de 2016 – Plenário da PEC 55/2016	Parecer da PEC 55/2016 no Plenário do Senado Federal	Senador Eunício Oliveira
Voto em Separado CCJ-1	Voto em Separado da PEC 55/2016 na CCJ	Senador Randolfe Rodrigues
Voto em Separado CCJ-2	Voto em Separado da PEC 55/2016 na CCJ	Senador Roberto Requião

Quadro 8 - Documentos coletados com origem no Senado Federal
Fonte: Elaboração própria.

Além das informações obtidas pelos documentos do processo legislativo da PEC apresentada pelo Poder Executivo, foram utilizados vídeos do canal do *Youtube* do Planalto, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, como forma de triangulação e complementação dos dados utilizados. A lista de vídeos encontra-se no APÊNDICE C e, para utilização na pesquisa, foram utilizadas as transcrições automáticas da plataforma, com ajustes realizados pelo pesquisador quando necessário.

Por meio das informações obtidas dos documentos listados nos Quadros 6, 7 e 8, além das transcrições dos vídeos dos canais oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo, foram identificados atores para a realização de entrevistas individuais em profundidade, por compreender que eles podem proporcionar ricos *insights* para a pesquisa, bem como proporcionar contatos com outros potenciais informantes que possam contribuir para o estudo (YIN, 2015). A seleção dos atores a serem entrevistados ocorreu a partir de critérios de relevância, buscando técnicos do governo que atuaram no processo de adoção do NRF, técnicos do Poder Legislativo que participaram das discussões e assessoraram parlamentares com funções relevantes no processo, formadores de opinião na área de orçamento e finanças públicas, bem como parlamentares que participaram do processo, tanto favoráveis à aprovação da PEC quanto contrários.

Partimos de perguntas abertas, organizadas mediante roteiro semiestruturado, no qual há grau menor de rigidez nas perguntas pré-concebidas, dispondo o entrevistador de liberdade para incluir questionamentos adicionais conforme julgar pertinente, ou seja, à medida que o entrevistado for apresentando seus *insights* para o que está sendo abordado no transcorrer das entrevistas (LAVILLE; DIONNE, 2007). Assim, as perguntas da entrevista foram construídas tendo por base as evidências extraídas das referências e das proposições teóricas levantadas inicialmente na pesquisa, a fim de, dessa forma, garantir o embasamento necessário para guiar o roteiro de entrevista (GASKELL, 2011), além de enquadradas nas categorias de análise para proceder em seguida com a análise de conteúdo. Na condução da entrevista, foram geradas perguntas principais e perguntas de reforço, que foram utilizadas nos casos em que o pesquisador entendeu que o entrevistado poderia abordar mais profundamente o tema.

Nesse contexto, o roteiro de entrevista elaborado foi testado e as três primeiras entrevistas utilizadas como piloto para ajustes. O resultado do trabalho de identificação das categorias de análise para a pesquisa e da elaboração das perguntas para as entrevistas é sintetizado no Quadro 9.

Categorias de Análise		Resumo do Referencial Teórico	Proposições Teóricas	Perguntas Principais	Perguntas de Reforço
Fluxo dos Problemas	Indicadores (Resultado Orçamentário/PIB/Dívida Pública)	A possibilidade de quantificar e objetivar um problema torna o indicador um instrumento poderoso para evidenciar alguma questão (CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016; KINGDON, 2013).	Uma questão tem maior probabilidade de ser entendida como um problema pelos formuladores de políticas pública conforme mais negativa for a variação de indicadores, mais danosos forem os eventos focalizadores e mais mal sucedidos forem programas governamentais anteriores (feedbacks negativos) (KINGDON, 2013; CAPELLA, 2018; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017).	Qual era o problema que o NRF (Teto de Gastos) visava resolver?	Quais indicadores fortaleceram a ideia da limitação de despesas públicas?
	Eventos focalizadores (Crise econômica, crise política)	As crises e desastres chamam a atenção imediata do público para uma determinada questão, fazendo com que ela vá para o topo das preocupações governamentais (KINGDON, 2013)			Como a crise econômica afetou a discussão do NRF?
			Como a crise política de 2015 a 2016 afetou a discussão do NRF?		
Feedback de políticas anteriores	Consequências de políticas públicas anteriores chamam a atenção dos tomadores de decisão e, caso sejam negativas, são suficientes para serem entendidas como um problema (KINGDON, 2013).	A adoção de uma política pública tem maiores chances de ocorrer se o problema que ela se propõe a solucionar for significativo para o eleitorado (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017).	Como esse problema era transmitido para a sociedade e como a sociedade parecia entender esse problema?	O NRF vem de alguma forma a alterar um conjunto de ações governamentais que vinha sendo adotado? Quais seriam essas ações?	
				Qual é o problema que o NRF visava resolver e de que forma problema era entendido pela sociedade?	
				Quais eram as alternativas ao teto de gastos? Elas foram discutidas? Por quê (sim ou não)?	

(continuação Quadro 9 - Categorias de análise, resumo do referencial teórico, proposições teóricas e direcionamento das perguntas das entrevistas)

Categorias de Análise		Resumo do Referencial Teórico	Proposições teóricas	Perguntas Principais	Perguntas de reforço
Fluxo das Alternativas	Aceitação na comunidade	Embora algumas soluções decolem rapidamente (HERWEG; ZAHARIADIS, 2018), muitas passam por um processo de suavização para torná-las aceitáveis dentro das comunidades de políticas, com base em critérios como: viabilidade técnica (funcionará se implementado?); aceitação dentro da comunidade política; análise de custos, que muitas vezes produz versões mais baratas da solução; aceitação pública (ou um subconjunto importante do público); e, uma chance razoável de receptividade entre os tomadores de decisão eleitos (CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2013).	Quanto mais critérios de seleção forem preenchidos pela alternativa, mais chances de ganhar espaço na agenda decisória (KINGDON, 2013; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017).	Quais eram as alternativas ao teto de gastos? Essas alternativas foram levadas em consideração? Por quê?	Como os parlamentares recebiam a ideia de limitação das despesas?
	Viabilidade técnica		A adoção de uma política pública tem maiores chances de ocorrer se as alternativas defendidas por diversos formuladores de política pública puderem ser combinadas em um pacote (KINGDON, 2013; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017).		Discutiu-se a forma de implementação do NRF e como isso impactaria o processo de orçamentação federal?
	Receptividade política		O processo de seleção, suavização e validação faz com que a comunidade de políticas chegue a uma pequena lista de ideias que podem ser levadas em consideração pelos formuladores de políticas (KINGDON, 2013).		Quais eram as consequências financeiras imediatas e de longo prazo do NRF para a União?
	Alternativas concorrentes	Quanto menos integradas as comunidades de políticas públicas, maior a chance de uma ideia nova se tornar viável como alternativa (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017).	Como foi a abordagem do Executivo com o Legislativo antes da submissão formal da PEC do NRF?		
					Quais eram as alternativas ao teto de gastos? Elas foram discutidas? Por quê (sim ou não)?

(continuação Quadro 9 - Categorias de análise, resumo do referencial teórico, proposições teóricas e direcionamento das perguntas das entrevistas)

Categorias de Análise		Resumo do Referencial Teórico	Proposições teóricas	Perguntas Principais	Perguntas de reforço
Fluxo Político	Clima nacional (opinião pública/movimentos sociais)	O clima nacional também pode ser entendido como mudanças na opinião pública ou amplos movimentos sociais, ou seja, trata-se de uma percepção de que um grande número de pessoas está seguindo determinada linha de pensamento (KINGDON, 2013).	Uma proposta que vá contra essa percepção de clima nacional tem pouca chance de prosperar, enquanto outra que esteja alinhada, tende a ganhar destaque (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2013).	Por que a proposta do NRF foi feita naquele momento?	Havia manifestações da opinião pública sobre a PEC?
	Grupos favoráveis	A ação de forças politicamente organizadas pode, com sua intensidade e visibilidade, bloquear ideias de serem concretizadas ou impulsionar uma alternativa preferida. (KINGDON, 2013)	Os atores políticos consideram os grupos de pressão, pois sabem que ir de encontro a eles pode lhes custar perda de capital político (KINGDON, 2013).		Como os grupos favoráveis ao NRF agiram para contribuir com a aprovação do NRF? Quais eram esses grupos?
	Grupos contrários		Uma das razões da inércia governamental é a organização das clientelas de uma determinada política pública, pois uma vez atendidas, organizam-se para defender a permanência do programa (KINGDON, 2013).		Como os grupos contrários ao NRF agiram para tentar evitar a sua aprovação? Quais eram esses grupos?
	Mudança de governo	As mudanças no governo influenciam a agenda tanto de pessoas em posições estratégicas como na composição do legislativo. Chama-se especial atenção para o início de governos, considerado o momento mais propício à entrada de demandas que permaneceram por um longo tempo sem resposta (Kingdon, 2013).	A adoção de uma política pública tem maiores chances de sucesso se o governo possuir maioria no parlamento (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017).	Como o início do novo governo influenciou na viabilidade de aprovação do NRF?	
	Distribuição de poder no Congresso	Alterações nas pessoas chave do executivo e do legislativo, tanto atores políticos como burocratas de alto escalão, afetam significativamente a agenda (HERWEG;	A política adotada diferirá da proposta original conforme o poder de veto dos atores de oposição ao governo (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017).	Como os parlamentares receberam a ideia de limitação das despesas?	Como foram debatidas e negociadas alterações no projeto original? Com a posse do novo presidente, como a relação entre legislativo e executivo mudou de forma a favorecer a aprovação do NRF?

Categorias de Análise		Resumo do Referencial Teórico	Proposições teóricas	Perguntas Principais	Perguntas de reforço
	Ocupação de cargos chave	ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2013).			Quais atores do executivo e do legislativo foram mais importantes na aprovação do NRF? Por quê?

(continuação Quadro 9 - Categorias de análise, resumo do referencial teórico, proposições teóricas e direcionamento das perguntas das entrevistas)

Categorias de Análise		Resumo do Referencial Teórico	Proposições teóricas	Perguntas Principais	Perguntas de reforço
Empreendedores	Articulação Técnica	Os empreendedores de políticas são atores que podem ser de qualquer uma das categorias explicitadas, como, por exemplo, indicados políticos, parlamentares, membros de grupo de interesse, dentre outros (KINGDON, 2013).	Os empreendedores de políticas públicas têm maior chance de sucesso no acoplamento dos fluxos se tiverem mais acesso aos formuladores de políticas públicas (KINGDON, 2013).	Como o governo atuou no parlamento para promover a ideia e fazer passar a PEC do Teto de Gastos?	<p>Como foi promovido o entendimento do problema cuja solução seria a limitação das despesas públicas?</p> <p>Como foi promovido o entendimento de que o NRF seria a solução para o problema identificado?</p> <p>Como era o relacionamento dos principais atores que promoviam a solução do NRF com parlamentares e atores centrais do Executivo?</p>
	Articulação Política	O empreendedor para o acoplamento dos fluxos na tomada de decisão não é necessariamente o mesmo ator que estava envolvido no acoplamento durante a formação da agenda. Dessa forma, embora seja provável que os atores do fluxo de alternativas possam aproximar os fluxos durante o acoplamento no processo de formação de agenda, eles geralmente precisam encontrar atores com	A adoção de uma política pública tem maiores chances de sucesso se o empreendedor político tiver uma posição de liderança no governo (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017).	Quais atores do Executivo e do Legislativo ou de fora do governo foram mais importantes na aprovação do NRF? Por quê?	<p>Qual o nível de envolvimento dos atores centrais do Executivo na tramitação legislativa do NRF?</p> <p>Qual era a importância do NRF dentro do programa do novo governo?</p>

Categorias de Análise		Resumo do Referencial Teórico	Proposições teóricas	Perguntas Principais	Perguntas de reforço
		crenças compatíveis e autoridade formal de formulação de políticas para promover o acoplamento dos fluxos e conduzir o projeto através do processo formal de tomada de decisão (HERWEG; HUSS; ZOHLNHÖFER, 2015; ZOHLNHÖFER; HERWEG; HUSS, 2016).			Por que foi adotada uma proposta de emenda à Constituição como forma de implementação do NRF?

Quadro 9 - Categorias de análise, resumo do referencial teórico, proposições teóricas e direcionamento das perguntas das entrevistas
 Fonte: Elaboração própria.

No âmbito da pesquisa qualitativa, as entrevistas consistem em uma das principais técnicas utilizadas pelos pesquisadores para a coleta de dados (FLICK, 2009; GASKELL, 2011; SILVERMAN, 2009; YIN, 2015). A partir delas, é possível obter a perspectiva dos entrevistados a respeito do fenômeno ou da situação pesquisada, com o objetivo de compreender, de forma detalhada, as “crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (GASKELL, 2011). Entretanto, justamente por ter em vista que as entrevistas apresentam as percepções dos respondentes, e, portanto, são passíveis de opiniões enviesadas (SILVERMAN, 2009), julgamos pertinente não assentar coleta de dados para a pesquisa somente nesta técnica, justificando, assim, a inclusão dos dados levantados via pesquisa documental, de forma que haja uma triangulação que confira maior confiabilidade dos resultados.

Nas entrevistas realizadas, procuramos deixar o entrevistado livre para discorrer sobre o fenômeno, complementando sua contribuição por meio de questões previamente definidas que serviram de tópicos a serem seguidos. A lista de entrevistados, com as datas das entrevistas e os cargos ocupados à época da tramitação da PEC do Teto de Gastos e no momento da entrevista, está discriminada no Quadro 10.

Data da Entrevista	Nome	Duração	Cargo exercido em 2016	Cargo no momento da entrevista
04/11/2021	Ricardo Alberto Volpe	53min	Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados	Consultor de Orçamentos da Câmara dos Deputados
04/11/2021	Hélio Martins Tollini	39min	Assessor no Gabinete-Adjunto de Informações em Apoio à Decisão do Gabinete Pessoal do Presidente da República	Consultor de Orçamentos da Câmara dos Deputados
15/11/2021	Ana Cláudia Castro Silva Borges	57min	Consultora de Orçamentos do Senado Federal	Consultora-Geral de Orçamentos do Senado Federal
21/01/2022	Eugênio Greggianin	1h16min	Consultor de Orçamentos da Câmara dos Deputados	Consultor de Orçamentos da Câmara dos Deputados
26/01/2022	Marcos José Mendes	43min	Chefe da Assessoria Especial do Ministro de Estado da Fazenda	Consultor de Orçamentos da Câmara dos Deputados licenciado

Data da Entrevista	Nome	Duração	Cargo exercido em 2016	Cargo no momento da entrevista
01/02/2022	Geraldo Julião Júnior	1h22min	Secretário-Adjunto de Orçamento Federal	Aposentado
03/02/2022	George Alberto de Aguiar Soares	59min	Secretário de Orçamento Federal	Secretário de Orçamento Federal
22/02/2022	Esperidião Amin	18min	Deputado Federal	Senador da República
22/02/2022	Felipe Scudeler Salto	47min	Assessor do Senador José Aníbal	Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal
15/03/2022	Francisco Lafaiete de Pádua Lopes	52min	Colunista de Economia	Colunista de Economia
16/03/2022	Darcísio Perondi	1h40min	Deputado Federal (relator da PEC 241/2016 na Comissão Especial)	Sem cargo político
23/03/2022	Vanessa Grazziotin	Por mensagens	Senadora da República	Sem cargo político
04/04/2022	Érika Kokay	41min	Deputada Federal	Deputada Federal
06/07/2022	Michel Temer	21min	Presidente da República	Sem cargo político

Quadro 10 - Entrevistados

Fonte: Elaboração própria.

Os áudios das entrevistas foram transcritos utilizando-se a tecnologia de inteligência artificial Rede Neural Recorrente para Previsão de Transcrição da ferramenta *Speech-to-text* da *Google Cloud Platform*⁹ e os ajustes foram feitos de acordo com sua utilização na pesquisa. Além das transcrições dos áudios, registramos notas acerca das impressões obtidas durante as entrevistas.

Diante da formação do *corpus* de pesquisa e visando maior robustez e triangulação das fontes de informação, foram agregadas notícias de páginas de internet publicadas no período de 1º de abril de 2016 a 31 de dezembro de 2016¹⁰, obtidas pelo operador de buscas *Google*. A referida busca resultou em 211 páginas de internet, que foram submetidas à importação bem-sucedida de 207¹¹ páginas de internet no software *MaxQDA Plus 2022*. A lista de páginas coletadas pode ser encontrada no APÊNDICE B.

⁹ Disponível no console da plataforma por meio do link: <https://console.cloud.google.com/speech/>.

¹⁰ Expressão pesquisada: “pec 241 OR pec 55 OR teto gastos”, em notícias de páginas em português, de 1º/4/2016 a 31/12/2016. Pesquisa realizada em 25/4/2022.

¹¹ As quatro páginas que não puderam ser importadas pelo software *MaxQDA* foram:

- <https://noticias.uol.com.br/album/2016/10/25/protestos-contr-a-pec-do-teto-dos-gastos-publicos.htm>
- <https://vermelho.org.br/2016/10/19/contra-o-extermio-da-educacao-estudantes-ja-ocupam-875-escolas/>
- <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/enem/estudantes-ocupam-predio-da-reitoria-da-unirio,9a8230426be2b73a64ea23fd1107d1afpbyuhvw.html>

3.2.2. Análise dos dados coletados

No que tange ao tratamento analítico dos dados, tanto os coletados por meio do levantamento de documentos quanto as transcrições das entrevistas e de áudios serão alvo de análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2004): a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, conforme detalhado no **Quadro 11**.

Fase	Descrição	Procedimentos a serem adotados
Pré-análise	- Organização do material, de modo a operacionalizar e sistematizar as informações de interesse e estabelecer um esquema de análise.	- Transcrição dos áudios das entrevistas em textos; - Leitura flutuante das entrevistas (primeiro contato com os textos). - Seleção do material a ser analisado.
Exploração do material	- Operações de codificação ou enumeração dos dados em função das regras previamente formuladas.	- Codificação das entrevistas e dos trechos selecionados. - Classificação dos trechos nas categorias de análise estabelecidas.
Tratamento dos resultados e interpretação	- Tratamento dos resultados brutos de modo a torná-los significativos. - Interpretações em relação aos objetivos previstos e a outras descobertas não previstas.	- Identificação das categorias que surgiram nas entrevistas. - Reflexão em torno dos conteúdos surgidos em cada categoria de análise. - Inferência em relação aos conteúdos não previstos, verificando a necessidade de criação de outras categorias.

Quadro 11 - Fases e procedimentos da análise de conteúdo
Fonte: Elaboração própria com base em Bardin (2004).

Para a identificação de atores, fluxos, janelas de oportunidades e empreendedores políticos, a análise de conteúdo levou em conta a revisão da literatura sobre o MMFm. A codificação permitiu identificar os elementos e a dinâmica do modelo. Eventuais problemas de validade devem ser observados, utilizando o confronto entre as entrevistas e a pesquisa documental como fonte de validação.

Todo o material que compôs o *corpus* de pesquisa foi submetido à análise de conteúdo com auxílio do software *MaxQDA Plus 2022*, de acordo com as categorias de análise elucidadas no Quadro 9. A conexão entre referencial teórico e proposições teóricas com as categorias de análise e a formação do questionário das entrevistas é estabelecida no Quadro 9. Assim, com a pesquisa documental e a análise qualitativa dos materiais e entrevistas, foi possível identificar e descrever os processos de formação de agenda e de tomada de decisão em relação ao NRF,

-
- <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/12/1840102-com-teto-temer-diz-que-gasto-em-obras-pode-ir-para-saude-e-educacao.shtml>

seus entraves e possibilidades. Também foi possível testar o modelo teórico apresentado por Kingdon (2014) e a adaptação proposta por Herweg, Huss e Zohlnhöfer (2015) a partir da aplicação em um caso concreto com tema e contexto diversos dos que geraram a teoria de base.

O relatório final obtido por meio do software *MaxQDA Plus 2022*, com as referências do material analisado e da codificação realizada pelo pesquisador, encontra-se no APÊNDICE A.

3.3. Resumo das etapas da pesquisa

Nesse contexto, o **Quadro 12** apresenta de forma resumida os procedimentos metodológicos adotados em cada etapa da pesquisa. O software de análise qualitativa *MaxQDA Plus 2022* foi utilizado como centralizador do material e ferramenta de codificação, bem como utilizado como ferramenta da análise realizada pelo pesquisador.

Etapa	Fonte de Dados	Tipos de Análise e Referencial Teórico relacionado
Descrição da trajetória da política	<p>Documental Revisão sistemática da literatura sobre o MMFm e o NRF. Normas e demais documentos sobre a política fiscal desde a promulgação da LRF. PEC que tramitou no Congresso Nacional, propondo alterações à política.</p> <p>Entrevistas Atores técnicos e atores políticos.</p>	Análise de conteúdo (BARDIN, 2004) MMFm (HERWEG; HUSS; ZOHLNHÖFER, 2015; KINGDON, 2014) NIH (HALL; TAYLOR, 2003; SPOHR, 2016b)
Descrição dos elementos estruturantes e dinâmica do MMFm	<p>Documental Processo do Poder Executivo prévio à apresentação da PEC. Processo legislativo da PEC que tramitou no Congresso Nacional, propondo alterações à política Notícias veiculadas na mídia</p> <p>Entrevistas Atores técnicos e atores políticos</p>	Análise de conteúdo (BARDIN, 2004) MMFm (HERWEG; HUSS; ZOHLNHÖFER, 2015; KINGDON, 2014)
Mapeamento e análise dos processos	Material e evidências consolidadas nas etapas anteriores.	MMFm (HERWEG; HUSS; ZOHLNHÖFER, 2015; KINGDON, 2014) NIH (HALL; TAYLOR, 2003; SPOHR, 2016b)

Quadro 12 - Resumo dos procedimentos metodológicos da pesquisa
Fonte: Elaboração própria.

4. HISTÓRICO DAS REGRAS FISCAIS ATÉ A EC 95/2016

Segundo Schick (2003), o processo orçamentário é orientado por regras que regulam a arrecadação e os gastos de recursos públicos. No Brasil, vigora desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, um sistema de planejamento orçamentário baseado na edição cíclica de três instrumentos legais, quais sejam o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) (BRASIL, 1988).

O PPA tem por função principal estabelecer, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e para as despesas de duração continuada para um período de quatro anos. A LDO, por sua vez, tem vigência anual e fixa as metas e prioridades da Administração Pública federal, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. Por fim, a LOA também tem vigência anual e sua função primordial é estimar a receita pública e fixar a despesa para um exercício financeiro.

No contexto do sistema orçamentário, à época da Constituição Federal de 1988, a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conhecida como Lei de Finanças Públicas, que instituiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, encontrava-se vigente.

A referida Lei estabeleceu três dos princípios básicos da lei orçamentária: unidade, universalidade e anualidade, o que significa que o orçamento da União é único, que se aplicará ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, e que conterá todas as receitas estimadas e todas as despesas fixadas. Ademais, a Lei trata sobre os tipos de receita e de despesa; conteúdo, forma e elaboração da proposta orçamentária; créditos adicionais, execução do orçamento, controle interno e externo; e contabilidades orçamentária, financeira, patrimonial e industrial.

Essa Lei foi recepcionada pela Constituição e integra o arcabouço legal do sistema orçamentário, mas, apesar de estabelecer normas gerais aplicadas às finanças públicas, em seus 115 artigos, não conta com nenhuma regra que possa ser considerada como regra fiscal, de acordo com o conceito definido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), qual seja, restrições duradouras à política fiscal por meio de limites numéricos sobre os agregados orçamentários (KOPITS; SYMANSKY, 1998; SCHICK, 2010).

Dessa forma, podemos considerar que, a partir da promulgação da Constituição Federal, as regras fiscais impostas de forma imediata ao sistema orçamentário federal brasileiro foram apenas duas: a chamada “regra de ouro” (art. 167, inc. III, da CF88), que veda “a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta” (BRASIL, 1988); e aquela trazida pelo art. 195, § 5º, que dispõe que “nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total” (BRASIL, 1988).

Além dessas, a CF88 previu o estabelecimento de limites mediante instrumentos diferentes, abaixo transcritos aqueles relacionados apenas à União Federal:

- Por meio de lei ordinária, o estabelecimento de limites globais para o montante da dívida mobiliária da União (art. 48, inc. XIV). A lei seria de iniciativa do Poder Executivo, porém este limite nunca foi instituído.
- Por meio de resolução do Senado Federal, o estabelecimento de limites globais para o montante da dívida consolidada da União (art. 52, inc. VI).
- Por meio de resolução do Senado Federal, o estabelecimento de limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal (art. 52, inc. VII).
- Por meio de resolução do Senado Federal, o estabelecimento de limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno (art. 52, inc. VIII).

Ademais, o artigo 163 da CF88 previa a regulamentação de matérias que disponham sobre as finanças públicas, delegando a uma lei complementar, a ser apresentada posteriormente, a tarefa de regulamentar a gestão orçamentária no País.

A inovação do sistema orçamentário logo foi submetida a um teste de realidade, com a manipulação de emendas e a formação de blocos que lideravam a elaboração orçamentária e se beneficiavam da execução. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) na CD, conhecida como “CPI do Orçamento”, foi responsável pela investigação do esquema entre os anos de 1993 e 1994. As conclusões do relatório da CPI do Orçamento foram na linha da segregação dos poderes dos atores do processo e do aumento de transparência, além de sugerir a extinção da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). No

entanto, não se verifica ainda nenhuma preocupação com a higidez fiscal e o controle da dívida em seu conteúdo.

Na segunda metade da década de 1990, diante da presença de déficits nos primeiros anos após a implantação do Real, a política fiscal foi incluída como fator indispensável à estabilização, contemplando uma âncora fiscal que auxiliasse no controle da inflação (CARNEIRO, 2002). No contexto dessa crise econômica, fora anunciado, em outubro de 1998, o Programa de Estabilidade Fiscal (PEF), que previa: mudanças estruturais, como a aceleração das discussões para a aprovação da reforma da previdência privada; avanços institucionais-legais; e a estabilização da relação dívida/PIB a ser alcançada por meio de superávits primários (TAVARES, 2005).

Em relação aos avanços institucionais-legais, as principais iniciativas do PEF foram: (1) elaboração e envio ao Congresso Nacional do projeto da LRF, com o objetivo de estabelecer regras e limites fiscais e códigos de conduta para os gestores de recursos públicos; (2) fixação de novos limites para a despesa de pessoal nos três níveis de governo, com o propósito de assegurar maior disponibilidade de recursos para as atividades finalísticas; e (3) reformulação do processo orçamentário, promovendo uma reestruturação dos gastos federais e implantando sistema de gerenciamento para cada programa, para obter maior transparência, eficiência e eficácia no uso dos recursos públicos (TAVARES, 2005). Na visão de Giambiagi e Além (2015), em 1999, antes da sanção da LRF, o governo já adotou o regime de metas de superávit primário visando a estabilização do déficit.

Os principais aspectos que a LRF trouxe para gestão da política fiscal são:

- Meta fiscal e novas atribuições à LDO: o artigo 4º trouxe o Anexo de Metas Fiscais (AMF) para o âmbito da LDO, dispondo que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes. Além disso, insere novos aspectos relacionados à execução orçamentária, bem como outro anexo, que traz avaliação dos riscos capazes de afetar as contas públicas, chamado Anexo de Riscos Fiscais (ARF).
- Despesas com pessoal: o artigo 19 estabelece o limite legal de 50% da Receita Corrente Líquida (RCL) para a União e 54% para os entes federados. Já os artigos 21, 22 e 23 preveem gatilhos legais a serem acionados em caso de descumprimento.

- Endividamento: o artigo 29 define os conceitos de dívida, podendo ser de natureza mobiliária, ou operações de crédito e concessões de garantias. O mesmo artigo também estabelece limites de endividamento para os entes federados.
- Sustentabilidade fiscal de longo prazo: o artigo 42 veda a inscrição de restos a pagar nos últimos dois quadrimestres de mandato. Isto busca inibir o comportamento oportunista de políticos que elevam gastos visando as eleições e comprometendo a saúde financeira da próxima legislatura.
- Transferências de recursos públicos ao setor privado: o artigo 14 discorre sobre renúncias de receitas e o artigo 26 normatiza e limita as transferências de recursos do governo ao setor privado, obrigando sua regulamentação por lei específica.
- Controle do aumento de despesas: os artigos 15 a 17 trazem condições para a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, sejam pontuais ou de caráter continuado.
- Financiamento parafiscal do governo: o artigo 34 proíbe que a emissão de títulos de dívida pública seja adquirida por bancos estatais.

Dessa forma, com a promulgação da LRF, a regra fiscal de meta de superávit primário, que o governo já havia utilizado no ano anterior, passou a ter embasamento legal. Além disso, o artigo 30 trouxe a exigência do envio dos projetos de limites e condições a que se referem os incisos VI, VII, VIII e IX do artigo 52, bem como do inciso XIV do artigo 48, todos da CF88.

Assim, em 20 de dezembro de 2001, o Senado Federal promulga, a partir do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 73/2001, a Resolução do Senado Federal nº 40/2001, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da CF88.

No dia seguinte, 21 de dezembro de 2001, o Senado Federal promulga, a partir do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 68/2001, a Resolução do Senado Federal nº 43/2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

A partir de então, o final do segundo mandato do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e o primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva transcorreram segundo essas regras estabelecidas.

Com o objetivo de dar à União tratamento similar àquele adotado no caso dos entes subnacionais na Resolução do Senado Federal nº 43/2001, segundo a justificativa do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 83/2007, foi publicada, em 21 de dezembro de 2007, a Resolução do Senado Federal nº 48/2007, que dispõe sobre os limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno. Essa resolução trouxe regras similares às dos entes subnacionais e revogou Resolução nº 96/1989, então em vigor, que possuía a mesma ementa e objeto que sua sucessora.

Nesse contexto, esse era o arcabouço institucional existente das regras fiscais para a esfera federal do governo brasileiro durante o segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e durante o período de governo da Presidente Dilma Rousseff, encerrado com seu afastamento em 12 de maio de 2016. A partir de então, assume interinamente o Presidente Michel Temer que, em 15 de junho de 2016, apresenta ao Congresso Nacional a proposta de emenda constitucional que visava instituir o NRF, popularmente conhecido como teto de gastos, que fora promulgado pelo parlamento em 15 de dezembro de 2016.

Assim, as regras fiscais da União foram se acumulando ao longo dos anos e o panorama institucional dessas regras após a promulgação da EC nº 95/2016 é apresentado de forma resumida no Quadro 13. Contudo, devemos ter em mente que o histórico aqui apresentado se referiu apenas às regras fiscais da União, ou seja, ao longo de todo esse período, outras normas e atos do Poder Público, de todos os níveis, foram editados com o objetivo de agregar transparência ao processo orçamentário e às políticas públicas, bem como permitir o adequado cumprimento e controle das regras de política fiscal, como, por exemplo, a Lei Complementar nº131/2009, conhecida como Lei de Transparência, e a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI).

Regra	Descrição	Tipo	Norma definidora	Base Legal
Regra de ouro	Veda a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital.	Resultado	Constituição	CF (art.167, III); LRF (art. 32, § 3º); e Res. SF 48/2007
Novo Regime Fiscal (Teto de Gastos)	Define um limite para o montante das despesas primárias, que equivale ao limite do ano anterior corrigido pela inflação. O limite é individualizado por poder e órgão autônomo.	Despesa	Constituição	CF (arts. 107 a 112, ADCT)

Geração de despesas da Seguridade Social	Veda a criação, majoração ou extensão de benefícios ou serviços da seguridade social sem a fonte de custeio.	Despesa	Constituição	CF (art. 195, § 5º)
Meta de resultado primário	Fixa anualmente, na lei de diretrizes orçamentárias, a meta de resultado primário a ser perseguida no exercício a que a lei se refere.	Resultado	Lei Ordinária	LRF (art. 4º, § 1º)
Geração de despesa obrigatória	Veda a criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado sem a demonstração da origem dos recursos para seu custeio. Efeitos financeiros devem ser compensados por aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa.	Despesa	Lei Complementar	CF (art. 113, ADCT) e LRF (art. 17)
Renúncia de receitas	Veda a concessão de renúncia de receita sem a demonstração de que o benefício não afetará as metas fiscais e sem medidas de compensação por aumento de receita.	Receita	Lei Complementar	CF (art. 113, ADCT) e LRF (art. 14)
Limite de despesas com pessoal	Define limites para a despesa total com pessoal em função da receita corrente líquida do ente. Os limites são fixados por esfera da federação e, em cada uma delas, por poder e órgão autônomo.	Despesa	Lei Complementar	CF (art. 169) e LRF (arts. 19 e 20)
Limite para operações de crédito	Fixa limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os limites são definidos pelo Senado Federal, mediante proposta do Presidente da República.	Dívida	Resolução	CF (art. 52, VII); LRF (art. 30, I); Res. SF 48/2007; e Res. SF 43/2001
Limites para concessão de garantia em operações de crédito	Fixa limites para concessão de garantia em operações de crédito externo e interno. Os limites são definidos pelo Senado Federal, mediante proposta do Presidente da República.	Dívida	Resolução	CF (art. 52, VIII); LRF (art. 30, I); e Res. SF 48/2007

Quadro 13 - Regras fiscais em vigor para a União Federal

Fonte: adaptado do Relatório de Acompanhamento Fiscal (INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE, 2018)

5. RESULTADOS

Neste capítulo será desenvolvida e apresentada a análise dos dados coletados por meio de pesquisa documental e entrevistas, em função das categorias de análise discriminadas no capítulo 3 (MÉTODO) e à luz do modelo teórico apresentado no capítulo 2 (REFERENCIAL TEÓRICO), que constituem o escopo teórico deste estudo.

5.1. Fluxo dos Problemas

5.1.1. Indicadores

De forma mais detalhada, verificamos, no fluxo dos problemas, que a crise econômica em que se encontrava o Brasil foi caracterizada por diversos indicadores desfavoráveis, como, por exemplo, a piora do desempenho fiscal da União e a consequente geração de resultados primários negativos, fatores que geraram um aumento da atenção para o problema (KINGDON, 2014; SUBIRATS, 2007), visto que a meta de resultado primário era usada desde 1999 e somente em 2014 apresentou o primeiro déficit primário em um exercício completo.

A entrevistada Ana Cláudia Castro Silva Borges, consultora de orçamentos do Senado Federal à época, ressaltou “[...] essa inflexão de sair de metas de resultado positivo e começar a ter o resultado negativo, eu acho que foi uma mudança forte, até porque o governo não sinalizava qualquer medida que revertesse isso no futuro” (Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges, Pos. 8). As receitas e as despesas interrompiam um histórico de crescimento conjugado, sendo que desde 2012 as taxas de crescimento das receitas ficaram negativas, enquanto as despesas continuaram a crescer (Figura 8).

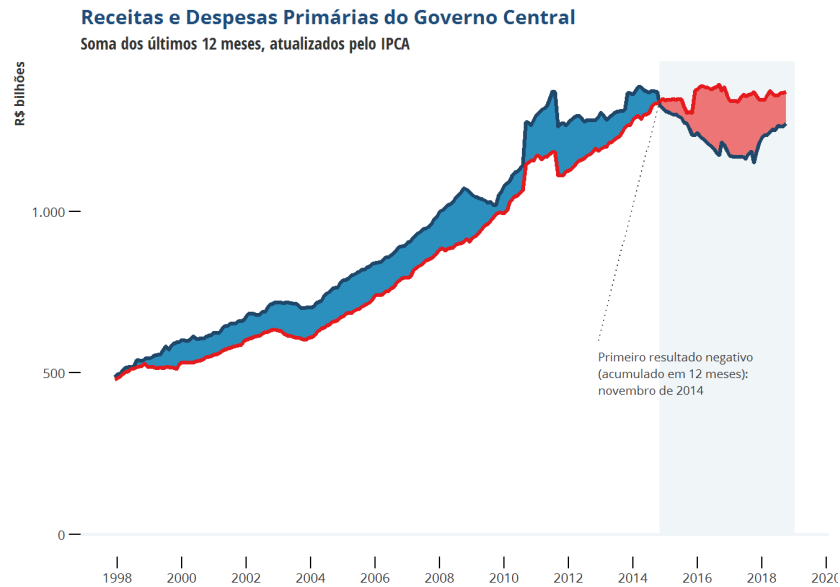


Figura 8 - Receitas e Despesas Primárias do Governo Central (1998-2019)

Fonte: Tesouro Nacional¹².

Por uma perspectiva institucional, o período de quinze anos de superávits primários realizados pelo governo federal, incluindo governos do Partido dos Trabalhadores (PT), parece ter consolidado a meta de resultado primário como uma regra fiscal de grande importância nas finanças públicas nacionais (**Figura 9**).

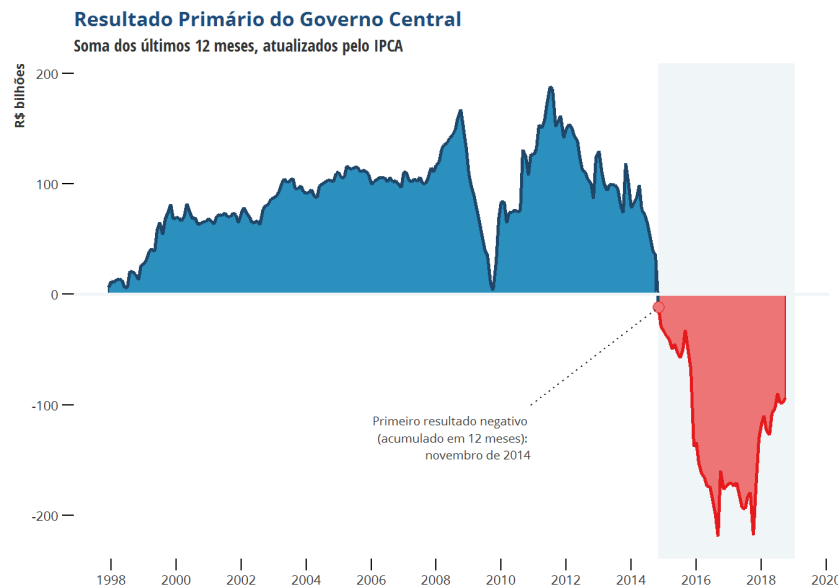


Figura 9 - Resultado Primário (1998-2019)

Fonte: Tesouro Nacional¹³.

¹² Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/historias/entendendo-os-graficos-resultado-primario-e-estoque-da-divida-publica-federal>. Acesso em: 10/05/2022.

¹³ Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/historias/entendendo-os-graficos-resultado-primario-e-estoque-da-divida-publica-federal>. Acesso em: 10/05/2022.

Para os teóricos do NIH, as instituições são reproduzidas porque os atores acreditam que são moralmente justas ou apropriadas (MAHONEY, 2000). Assim, verificamos a influência da dependência da trajetória, onde as regras fiscais em vigor atuaram como um filtro, transformando um choque inicial, causado pela sua transgressão, em um resultado político, ou seja, a violação dessa regra nos pareceu ter sido entendida como problema a ser resolvido (KINGDON, 2014; SUBIRATS, 2007) por uma grande parte dos atores do contexto político e econômico brasileiro, incluindo a grande mídia.

Eram recorrentes na mídia e no discurso do governo o assunto sobre o crescimento da dívida bruta do governo geral (DBGG), que passou de 51,7% do PIB, em 2013, para 67,5% do PIB em abril de 2016 (Figura 10).

A variável final, a variável que resume essa situação — o Ministro Henrique Meirelles salientou muito corretamente — é a trajetória da dívida pública federal. Nós tínhamos, no fim de 2015, uma dívida de 66% do PIB. Ela já está em 68% do PIB e fechará este ano acima de 70% do PIB. (MINISTRO DYOGO OLIVEIRA, Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP, P. 17 e 18)

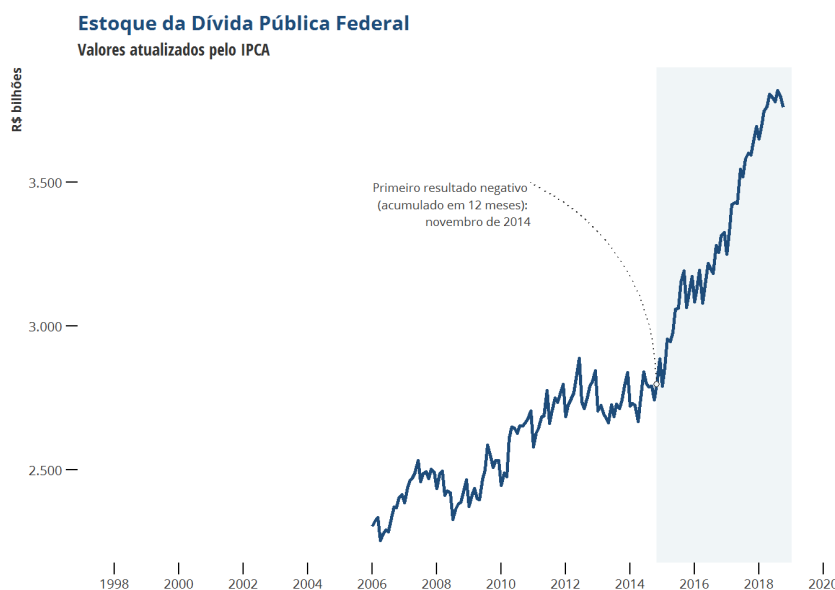


Figura 10 - Estoque da dívida pública federal (2006-2019)
Fonte: Tesouro Nacional¹⁴.

Entretanto, a taxa de desocupação, que rompera a barreira dos dois dígitos no final de 2015, foi crucial para o apoio parlamentar, pois o desemprego, além de muito temido no âmbito político, é um os indicadores econômicos que mais diretamente demonstra o contingente de

¹⁴ Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/historias/entendendo-os-graficos-resultado-primario-e-estoque-da-divida-publica-federal>. Acesso em 10/05/2022.

pessoas afetadas pela crise econômica, o que elevou a percepção de problema público (CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016).

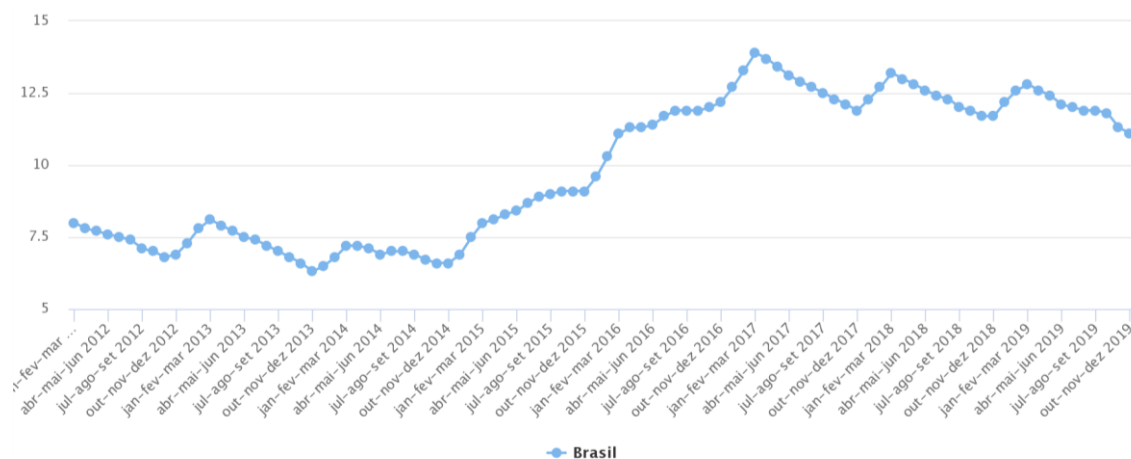


Figura 11 - Taxa de Desocupação no Brasil (em %, 2012-2019)

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal¹⁵. Acesso em 31/05/2022.

A recessão atual já é a mais grave da história, com 12 milhões de desempregados e queda de 7% do PIB entre 2015 e 2016.

(LUÍS LIMA, BRUNO FERRARI e MARCOS CORONATO, COM CRISTIANE SEGATTO, FLÁVIA YURI OSHIMA, RAFAEL CISCATI e RODRIGO CAPELO, Revista época, PEC 241: Tudo sobre o teto de gastos, 20/10/2016)

Sr. Presidente, o PR quer contribuir com o Brasil, com o País. O PR precisa retomar os empregos. Há quase 12 milhões de desempregados. (DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR, Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP, P. 13)

Além da crise econômica, havia o que podemos chamar de uma crise política, pois o Brasil estava passando por um processo de impeachment da Presidente da República e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi um dos partidos políticos que apoiou o processo, que era o partido político do Vice-Presidente, substituto imediato do cargo. As crises chamam a atenção imediata do público para uma determinada questão, fazendo com que ela vá para o topo das preocupações governamentais (KINGDON, 2014), o que parece ter sido o caso, potencializado pela conjugação das vertentes política e econômica.

¹⁵ A partir de abril de 2016, um aspecto do conceito de desocupação foi alterado de forma a adequar-se inteiramente à 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho - CIET, realizada em outubro de 2013, sendo o questionário ajustado. Com a alteração desse aspecto, passam a ser considerados desocupados aqueles que conseguiram proposta de trabalho para começar após a semana de referência e que iriam começar a trabalhar em até 3 meses; os demais, isto é, aqueles que conseguiram proposta para começar a trabalhar após 3 meses da semana de referência, passam a ser contabilizados na população fora da força de trabalho. Anteriormente, eram considerados entre os desocupados todos aqueles que conseguiram proposta de trabalho para começar após a semana de referência, independentemente do tempo em que iniciariam o trabalho que conseguiram.

Com base nos indicadores da época, os governistas entendiam que a raiz do problema fiscal da União estava no crescimento da despesa pública primária. No período 2008-2015, essa despesa crescera 51% acima da inflação, enquanto a receita havia evoluído apenas 14,5%. Essa interpretação transforma essa questão em um problema de política pública (CAPELLA, 2020; KINGDON, 2014), cuja origem era o descontrole em relação às despesas, visão compartilhada por técnicos do Legislativo e de economistas do mercado, assim como encontrava coro na mídia.

Os próprios documentos do processo interno do Poder Executivo faziam referência à questão do crescimento dos gastos públicos, antes da veiculação da proposta.

Nota Técnica nº 8443/2016-MP, informou que, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o gasto público tem crescido continuamente, o que acarretou a elevação da carga tributária, comprometendo, no longo prazo, o crescimento econômico. Aduz, ainda, que a elevada rigidez orçamentária reduz a capacidade do governo de fazer adequações dos gastos públicos em função das circunstâncias conjunturais da economia. (PARECER n. 00697-2016-MAA-CGJAN-CONJURMP-CGU-AGU, P. 1)

O Ministro da Fazenda Henrique Meirelles (2016), em diversas oportunidades, também demonstrou essa como sendo a interpretação do governo:

Eu mencionei que nós estamos vivendo a maior recessão da história do País desde que isso começou a ser medido. Se nós olharmos ali na projeção, vamos notar o seguinte: de 1929 a 1933, houve uma queda do PIB de 5,3%; de 1980 a 1983, de 6,3%; de 1989 a 1992, de 3,4%; de 2015 a 2016, de 7%. Então, é a maior recessão desde que o Produto começou a ser medido, no início do século passado.

Houve uma queda de 16% no Produto Interno Bruto per capita, isto é, por pessoa, e o desemprego e a inflação cresceram muito. O PIB per capita caiu de cerca de 30 mil e 500 reais em 2014 para 25 mil e 700 reais em 2016. A taxa de desocupação passou de 6,4% para 11,2% nesse período. E o índice de inflação, evidentemente, tem-se mantido em patamares elevados, tendo atingido, no ano passado, 10,7%. (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP, P. 7)

Os técnicos de fora do governo avaliavam os indicadores e suas variações no mesmo sentido, de que o crescimento das despesas era o problema a ser enfrentado.

[...] as despesas primárias, não as financeiras, da União de 1997 até 2015, que são os dados atualmente disponíveis no Tesouro Nacional, nós vemos que elas passaram, em termos reais, de cerca de 400 bilhões de reais para quase 1 trilhão e 200 bilhões de reais, ou seja, elas quase triplicaram nesse período de 18 anos, que vai de 1997 a 2015. (BERNARD APPY, Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP, P. 27)

No primeiro mandato da Presidente Dilma, a receita caiu para 2,4%; e a receita recorrente, 2,8%. Não está tão ruim. O PIB foi 2,2%. Na verdade, no primeiro mandato da Presidente Dilma, o comportamento da receita não foi muito ruim. A receita cresceu exatamente o que o PIB cresceu. Não houve nada ruim. O problema é que a despesa continuou crescendo a 5,5%. E a dessintonia que há é que a receita acompanha o PIB, e o gasto acompanha regras, critérios de exigibilidade, algo que nós colocamos na legislação

[...]

No período da Presidente Dilma, o mundo desacelera de 4,2% para 3,6%; a América Latina desacelera de 4,1% para 3,5% — a mesma desaceleração —, e o Brasil desacelera de 4% para 2,2%. (SAMUEL PESSÔA, Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP, P. 13)

Para os contrários à PEC e alguns técnicos, a interpretação desses indicadores levava à compreensão de que o problema principal brasileiro, à época, tinha sido a desaceleração econômica, implicando a redução da receita primária e não o crescimento da despesa.

[...] é possível ver o resultado primário com o percentual do PIB entre 1996 e 2014. E o que fica evidente é que, desde 1999, o ano do estabelecimento do regime de metas de inflação, e particularmente desde o ano 2000, com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, até o ano de 2011, a economia brasileira conviveu com um superávit primário em torno de dois pontos e meio, três pontos percentuais do PIB sistematicamente, que não declinou ao longo do tempo, tem apenas aquele declínio da política anticíclica que voltou a combater os efeitos da crise internacional iniciada em 2008 e 2009; mas o superávit primário como percentual do PIB se manteve, sistematicamente, em torno de dois pontos e meio, três pontos percentuais do PIB. E vem a declinar apenas a partir de 2012, 2013 e 2014 com a desaceleração da economia. (FERNANDO MONTEIRO RUGITSKY, Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado, P. 5)

Do meu ponto de vista, o choque, dado na economia brasileira entre 2014 e 2015, produziu esse efeito nefasto que nós estamos observando, que é uma depressão. Nós não estamos numa recessão. Lembrem-se que no ano passado a economia caiu 3,8, e está prometida para este ano uma queda de 3,4. Se vocês acumularem isso, dá uma coisa perto de 9%, 10% do PIB. Nós estamos em uma depressão. (LUIZ GONZAGA BELLUZZO, Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado, P. 13)

Outro fator que afeta os dois, tanto o resultado primário quanto a dívida, foi a piora no crescimento econômico, que piora a arrecadação. (ESTHER DWECK, Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado, P. 4)

Na entrevista com o Sr. Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, ele menciona os sucessivos superávits primários de governos anteriores e a reversão da tendência no segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff, além de fazer a mesma observação no sentido de que, ainda que se observasse um crescimento das despesas, as receitas as acompanhavam. Assim, no seu entendimento, a raiz do problema não era tão somente o crescimento das despesas, mas a queda das receitas.

O governo Lula sempre produziu superávit primário. Com exceção de um outro ano, mas sempre você tá com uma tendência de superávit primário. Mas no governo Dilma essa coisa se inverte em 2014/15, mas aí foi basicamente porque a receita do governo caiu. Não tanto porque a despesa do governo subiu. Na verdade, o crescimento da despesa real do governo... do governo Dilma foi menor do que no governo Lula. Então, ou seja, existia, mas existia um diagnóstico de que o problema era o crescimento real das despesas.

E aí no governo do governo Dilma, a gente saiu de uma posição de superávit primário para uma posição de déficit primário. (Entrevista do Sr. Francisco Lafaiete de Pádua Lopes)

Então, os parlamentares favoráveis à PEC utilizavam dados de indicadores para reforçar sua posição política.

Houve alguma contestação aos números aqui apresentados pela nossa equipe econômica? Contestaram os números de déficit público ali colocados? Contestaram os números do desemprego? Foi contestada a redução drástica e assustadora — eu até me assustei — do PIB per capita? (DEPUTADO CARLOS MARUN, Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP, P. 40)

Da mesma forma, também o faziam os parlamentares contrários, o que demonstra a ambiguidade da questão (Quadro 1), pois a solução poderia ser abordada tanto pelo lado da receita quanto da despesa. A própria compreensão do problema não era objetiva (CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2014).

Sr. Presidente, quanto aos gastos primários: a média dos países da OCDE é mais de 40% do PIB em gastos primários; aqui nós estamos com 19,8%. E eles estão propondo fazer caírem cinco pontos percentuais em dez anos, eles querem fazer cair de 19,8% para 14,8%. (SENADOR LINDBERGH FARIAS, Nota Taquigráfica CCJ 9-11-2016 Senado, P. 39)

Nesse sentido, os indicadores econômicos foram instrumentalizados para evidenciar a crise econômica (CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016; KINGDON, 2014), tanto no discurso dos apoiadores do NRF como na mídia em geral. Assim, a forma como um problema é definido, articulado, chamando a atenção dos formuladores de política, pode determinar o sucesso de uma questão no processo de formação de agenda (CAPELLA, 2020), como entendemos ter sido o caso do NRF.

O Sr. Geraldo Julião chamou a atenção para a ação inicial do Poder Executivo, de recalculer a estimativa de déficit primário levando em conta os critérios adotados pelo governo anterior. Assim, para conquistar maior apoio, era interessante ao governo demonstrar um indicador mais desfavorável (CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016).

[...] uma das primeiras coisas que o governo temer fez foi mostrar o tamanho do déficit e assustou quando as pessoas quando tiramos todas aquelas... colocou todas as contas e recalculou déficit primário foi a primeira coisa que ele fez, né? Era um déficit que era um déficit astronômico e só piorou depois porque depois tem que pagar as pedaladas, e tal... então toda aquele processo foi desmontado numa hora uma hora para outra então assim do ponto de vista da sociedade eu acho que não, não havia... havia discussão assim: há um problema e há disfunções em função desse problema (Entrevista de Geraldo Julião Júnior, Pos. 53-54)

Em resumo, não havia questionamentos sobre a existência ou não de uma crise econômica, bem como alguns parlamentares de oposição assumiam a necessidade de possuir controle dos gastos públicos, porém havia divergência sobre a origem dessa crise e a alternativa para solucioná-la.

[...] enganam-se os que pensam que nós somos contrários à PEC 241 porque nós não reconhecemos que é necessário, sim, o controle e a eficiência do gasto público, como se nós não reconhecêssemos que é necessário organizar e reorganizar a economia. Nós temos clareza disso. Nós não concordamos é com a regra que está sendo apresentada, a regra Temer-Meirelles, que é a regra de congelar, pelos próximos 20 anos, reduzir drasticamente, os investimentos nas áreas sociais, anulando inclusive, por igual período, a vinculação constitucional, ou seja, a garantia de recursos mínimos para as áreas da educação e da saúde. (SENADORA FÁTIMA BEZERRA, Nota Taquigráfica Plenário 26-10-2016 Senado, P. 6)

Os participantes técnicos e os políticos favoráveis entendiam que a raiz do problema era o aumento descontrolado das despesas primárias, enquanto participantes contrários entendiam que a desaceleração econômica e a consequente redução da arrecadação eram os fatores causadores da crise. Ademais, o histórico de mais de uma década de superávits primários agravou a percepção dos atores em relação aos resultados primários de 2014 e 2015. Portanto, os indicadores foram utilizados tanto no primeiro quanto no segundo acoplamento, mas para subsidiar o argumento dos atores de forma diferente.

Entendemos que, no primeiro acoplamento, os indicadores tiveram o papel de subsidiar a decisão do governo de criar a regra de limitação de despesas.

[...] o diagnóstico que a gente tinha era o seguinte... que o principal problema fiscal do Brasil vinha do crescimento da despesa. Você olhava a trajetória da despesa nos últimos anos... tinha um crescimento muito forte. (Entrevista de Marcos José Mendes, Pos. 4)

Enquanto no segundo acoplamento funcionaram como fontes para reforçar as narrativas tanto de apoiadores, críticos do crescimento das despesas governamentais, quanto de atores contrários, que atribuíam a crise econômica à queda de arrecadação mais do que ao aumento das despesas.

5.1.2. Eventos Focalizadores

Os eventos focalizadores identificados foram a crise econômica e a crise política (KINGDON, 2014). A crise econômica é fundamentalmente caracterizada e exposta pelos participantes por meio dos indicadores, que foram abordados na seção 5.1.1 (Indicadores).

A crise econômica foi um dos fatores de dentro do fluxo de problemas que abriu a janela de oportunidade, ao elevar a ideia de limitação dos gastos da agenda governamental para a agenda decisória (BIRKLAND, 2005).

[...] a minha percepção é de que o fator principal foi o fator econômico e não necessariamente o fator político. Eu fico pensando se, talvez dizer, óbvio que era um ambiente político conturbado, era um presidente temporário que não tinha sido eleito, e que tinha um apoio no congresso, mas ele aceitou esse diagnóstico da equipe Econômica dele e apoiou essas medidas (Entrevista de Helio Martins Tollini, Pos. 12)

Nós estamos vivendo uma crise profunda e um déficit nas contas públicas da ordem de 170 bilhões de reais (DEPUTADO JONES MARTINS, Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD, P. 32)

Mesmo os atores contrários à PEC diziam que havia uma crise econômica e que uma resposta era necessária, porém havia muita discordância no tocante ao resultado esperado com a limitação das despesas.

A presidenta Dilma tinha acabado de sofrer um golpe e foi impeachmada pelo Congresso Nacional. O Governo Dilma tinha uma linha economia que estava sofrendo ajustes para enfrentar a crise e a partir do início do segundo mandato de Dilma a economia brasileira rapidamente deteriorou-se, apesar de que a situação não fosse tão ruim como no período anterior. Mas, o Brasil vivia um baixo crescimento e ainda assim a inflação não estava fora do controle, mantinha-se dentro das metas para o período. O nível de emprego era elevado e a renda crescia, apesar de crescer a taxas cada vez mais decrescentes.

Com a ascensão ao poder do Governo Temer através do golpe de 2016, este viu-se numa situação de ter que dar uma resposta mais rápida e imediata (não ao povo brasileiro e trabalhador, mas aos investidores), daí a saída rápida – sem discussão com a sociedade – foi criar esse Novo Regime Fiscal que limita o crescimento do país em termos econômicos e sociais.

O que eu percebi e conformo agora é que o Governo de Temer e de seus aliados não tinham nenhuma opção plausível e segundo seus porta-vozes a austeridade seria a única saída. Alegavam que a economia estava sendo deteriorada pelos gastos do governo. Nenhum país do mundo adotou uma política tão severa quanto essa do teto de gastos, principalmente por ter colocado essa regra na Constituição Federal. (Entrevista de Vanessa Grazziotin, Pos. 9-11)

Assim, restou evidente que os atores políticos entenderam que, naquele momento, precisavam fazer algo, com urgência, em função da crise econômica (CAPELLA, 2006; KINGDON, 2014).

[...] ali teve um componente da conjuntura que também levou os agentes políticos seja do executivo do Legislativo a pensarem o seguinte: Olha nós vamos precisar dar uma resposta porque 2015 e 16 a economia caiu quase 7%. No acumulado foi o pior biênio da série histórica (Entrevista de Felipe Scudeler Salto, Pos. 54)

Você deixou ter os bárbaros na porta e a própria classe política exigia alguma, sabe, alguma solução. O que aconteceu? O que aconteceu: o NRF foi a solução estruturada. (Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares, Pos. 41)

Lamentavelmente, ninguém vai votar isso aqui com alegria. Eu tenho certeza disso. Mas nós chegamos num limite tal... O caos econômico deixado foi de tal tamanho que não temos o que fazer, a não ser estancar essa "hemorragia", entre aspas, porque senão nós não vamos conseguir fazer o País voltar a ter credibilidade, novos investimentos, gerando emprego e renda, que é o que faz a economia girar numa espiral (Senador Waldemir Moka, Nota Taquigráfica Plenário 17-11-2016 Senado, P. 23)

Portanto, no caso estudado, verifica-se que a crise econômica teve um papel mais relevante no primeiro acoplamento e, depois, durante a tramitação legislativa, foi usada como subsídio para a justificativa da proposta juntamente com a crise política, que se confundia com

as ações tomadas pelo governo anterior, tratadas na seção 5.1.3 (Feedback de políticas anteriores), algumas das quais haviam culminado no impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Assim, na etapa de tomada de decisão, entendemos que a crise política foi fundamental para geração da maioria necessária à aprovação da EC nº 95/2016, em outras palavras, foi fundamental para a abertura da janela de oportunidade do segundo acoplamento dos fluxos. Isso pode ser observado na análise dos feedbacks de políticas anteriores.

5.1.3. Feedback de políticas anteriores

No segundo acoplamento, o fator que mais ganhou força foi o que Kingdon (2014) chama de feedbacks. Na realidade, a abordagem de Kingdon traz um aspecto mais técnico para os feedbacks, quando diz que se trata de um conjunto de informações oriundo do monitoramento de atingimento de metas, da experiência da equipe na administração de programas ou dos custos dos programas. Nesse ponto, entende-se que caberia uma visão sobre a atenção seletiva (COHEN; MARCH; OLSEN, 1972), que o próprio Kingdon compartilha, e que diz respeito a conquista da atenção por meio da capacidade dos atores de contar uma história persuasiva, muitas vezes alcançada pela atribuição de culpa a terceiros (SHANAHAN; JONES; MCBETH, 2011). No caso do NRF, essa atenção foi observada pela narrativa de atribuir a culpa pelo aumento das despesas ao governo anterior ou, de uma outra forma, evitando a culpa para o governo da época (*blame-avoidance*), por ter de optar por uma política que tinha grande possibilidade de ser encarada como impopular (PIERSON, 1996).

No contexto dessa atribuição de culpa ao governo anterior, teve maior ênfase a avaliação sobre o desgaste da principal regra fiscal à época, meta de resultado primário, que recebeu questionamentos sobre a sua efetividade em função de uma fragilização crescente ao longo dos anos, principalmente a partir de 2009, com a promoção de formas de abatimentos previamente estabelecidos e a possibilidade de alteração ao longo do exercício por meio de projetos de lei que alteravam a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou seja, a meta era alterada conforme a necessidade do governo e as críticas recaíam sobre esse procedimento tornar a meta uma questão formal e não mais um balizamento para as ações governamentais. De fato, pode-se observar uma fragilização do instrumento de regra fiscal ao possibilitar diversos abatimentos e alterações nas metas no curso do exercício, conforme demonstrado na Tabela 1.

Ano	Leis	1a. Meta	2a. Meta	1o. Abatimento	2o. Abatimento
1999	9.789/99	16,3			
2000	9.811/99 e 10.210/01	2,70%	2,80%		

Ano	Leis	1a. Meta	2a. Meta	1o. Abatimento	2o. Abatimento
2001	9.995/00	29,4			
2002	10.266/01 e MP 2.211/01	2,80%			
2003	10.524/02	2,80%			
2004	10.707/03	3,15%			
2005	10.934/04	3,15%		“em aberto”	
2006	11.178/05	4,25%		3,0	
2007	11.439/06 e 11.477/07	4,25%		4,6	11,3
2008	11.514/07	3,80%		13,8	
2009	11.768/08 e 12.053/09	3,80%	2,50%	15,6	28,5
2010	12.017/09 e 12.377/10	3,30%	3,10%	22,5	29,8
2011	12.309/10 e 12.377/10	125,5	117,9	32,0	
2012	12.465/11	139,8		40,6	
2013	12.708/12, 12.795/13 e 12.901/13	155,8	108,1	45,2	65,2
2014	12.919/13 e 13.053/14	116,1		67,0	“em aberto”
2015	13.080/15 e 13.199/15	66,3	-48,9		
2016	13.242/15 e 13.291/16	24,0	-170,5*		

Tabela 1 – Resumo da evolução das Metas de Resultado Primário do Setor Público consolidado não financeiro estabelecidas nas LDOs, incluindo alterações legais (1999-2016)

Fonte: LDOs de 1999 a 2016. Elaboração Própria (valores em % PIB ou R\$ bilhões).

Nota: *A alteração da meta de resultado primário promovida pela Lei nº 13.291/2016 foi realizada pelo Governo do Presidente Michel Temer.

Além da questão técnica do desgaste da regra fiscal da meta de resultado primário, havia uma insatisfação quanto à forma de elaborar o orçamento. Na relação Executivo/Legislativo, havia uma participação mútua no superdimensionamento da receita, o que acabava por deixar nas mãos do Executivo o controle sobre a escolha de quais despesas seriam executadas. Era normalmente veiculado na mídia ou em conversas técnicas que o orçamento era uma “obra de ficção”, e isso prejudicava os parlamentares, principalmente aqueles com menos acesso ou influência no Executivo.

[...], mas a mudança que eu acho que o que houve nesse tão forte em relação ao orçamento foi a insatisfação da forma como estava sendo conduzida a parte mesmo das dotações, sem ter qualquer controle e também em um ambiente desse quem é que conseguia no final ter realmente a execução das suas despesas? Porque você tinha um valor autorizado muito acima do que realmente era o valor pago que cabia dentro da meta de resultado e politicamente isso era muito ruim, porque as emendas, na época começou a falar em emenda impositiva, né? Já como acho que foi dessa época mesmo em 2016 que começou na LDO justamente por essa insatisfação. (Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges, Pos. 9)

No ano anterior, em 2015, o Congresso já havia promulgado a Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2015, no sentido de dar mais força às emendas parlamentares com a criação da modalidade de emenda impositiva individual. A partir de então, os parlamentares

passaram a receber uma parte do orçamento para execução sem interferência política do Executivo.

Ainda assim, os parlamentares pareciam buscar maior controle do orçamento, conforme a visão do Deputado Federal Darcísio Perondi, relator da PEC do NRF na Comissão Especial da CD (CESP), que relatou que “O Congresso sempre fez um orçamento de fantasia. Hiperdimensionado”. Em audiência pública na Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça da CD, em novembro de 2016, o Sr. Marcos Mendes, chefe da assessoria especial do Ministério da Fazenda à época, defendeu que a PEC do teto de gastos reconstruía o realismo orçamentário, por ter uma predeterminação do total de despesas independente da estimativa e efetiva arrecadação de receitas.

Somava-se a isso as acusações feitas durante o processo de impeachment, onde o governo da época fora acusado da utilização procedimentos não convencionais para contabilização dos componentes do resultado primário, o que ficou conhecido como “contabilidade criativa”.

[...] mas a meta de resultado primário exerceu o papel durante muito tempo quando ela começou a ser dilapidada com a chamada contabilidade criativa que não é uma exclusividade do Brasil outros países já se utilizaram momentos diferentes disso, né desse tipo de instrumento de mecanismo e tal a meta de primário foi perdendo a sua eficácia eu me lembro que na época eu tava na tendências Consultoria e ali eu já trabalhava com contas públicas e a gente Calculava, qual era o primário efetivo porque você tinha o primário oficial, mas daí você podia abater as desonerações e podia abater os investimentos do PAC o programa de aceleração do crescimento então era como se você tivesse uma meta de 100 bilhões, mas fazendo um esforço de zero. Você então cumpria a meta de 100 bilhões de modo que a lógica de a meta estar diretamente ligada ao objetivo de Equilíbrio da dívida de sustentabilidade da dívida PIB caiu por terra, né? Foi por água abaixo (Entrevista de Felipe Scudeler Salto, Pos. 25)

Essas questões geraram uma deterioração do instrumento da meta de resultado primário, segundo técnicos do Legislativo e do Executivo. Segundo o entrevistado Eugênio Greggianin, consultor de orçamentos da CD à época, “o superávit primário... ele era mudado na LDO e o pessoal fazia concessões. [...] Ela tira o PPI, tira o PAC ou depois joga uma meta lá embaixo para não dar problema nenhum então de alguma forma, você pegava e tirava a importância da meta”.

Em resumo, os governistas atribuíam o cenário de crise econômica a erros da gestão anterior (SHANAHAN; JONES; MCBETH, 2011), principalmente com acusações de aumento descontrolado de gastos, desonerações tributárias descabidas e contabilidade criativa.

O PIB está em recessão: crescimento zero em 2014 e 2 anos de crescimento negativo, graças à desordem econômica patrocinada pelo Governo Dilma, a maior recessão da história. O PIB nominal não protegeu a Saúde. O PIB nominal caiu na regra do IPCA — a regra antiga seria exatamente essa. A Receita Corrente Líquida caiu em termos reais 7% este ano. Também não protege. O que está proposto é um limite global, não

um limite setorial (DEPUTADO MARCUS PESTANA, Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP, P. 69)

[...] recebemos uma herança maldita do Governo anterior de 170,5 bilhões de reais de um rombo, e esta PEC é que vai, com certeza, nos dar a condição para o País poder reagir, como já está reagindo, ao governo anterior (DEPUTADO ANDRE MOURA, Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP, P. 20)

Então, a principal regra fiscal foi se fragilizando e chegou ao limite após a reversão dos superávits, o que, segundo a hipótese da dependência da trajetória, teria funcionado como um filtro para o entendimento de que esse ponto de inflexão se transformaria em um resultado político (ERHEL; ZAJDELA, 2004). Somando-se isso ao momento de crise econômica, como dissemos na seção 5.1.2 (Eventos Focalizadores), abriu-se uma janela de oportunidade, durante o primeiro acoplamento, para a ideia de limitação de gastos como nova regra fiscal complementar ao arcabouço institucional da política fiscal federal.

Enquanto no primeiro momento foram instrumentalizados os indicadores e a crise econômica foi o que possibilitou o acoplamento dos fluxos, durante a tramitação da PEC o discurso em torno dos alegados erros da gestão anterior tomaram conta do fluxo dos problemas, também com o uso de indicadores. Nas palavras do relator da PEC na CESP da CD, Deputado Federal Darcísio Perondi, a “ex-Presidente deixou as contas negativas em 170 bilhões de reais este ano. [...]. Desequilibraram-se as finanças. Houve um aumento de gastos 50% acima da inflação nos últimos 7 anos. A receita cresceu 15% [...]” (Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP, p. 141).

5.2. Fluxo das Alternativas

5.2.1. Aceitação pública

No fluxo de alternativas, a necessidade de suavização da alternativa dentro da comunidade de especialistas, entendida como fundamental por Kingdon (2014), e a consequente aceitação pública da proposta, em nossa visão, foi acelerada pelos trabalhos realizados pelo FMI (LLEDÓ et al., 2017a), onde são descritas e comparadas as regras fiscais utilizadas em 96 países de 1985 a 2015, incluindo o Brasil, na edição de 2017 do estudo (na edição de 2015 eram 86 países). A comparação com outros países sobre as regras fiscais chegou a uma pequena lista de alternativas (KINGDON, 2014), facilitando a discussão dentro da comunidade de especialistas, tornando mais fácil a adesão de regras já utilizadas fora do Brasil.

Na Finlândia, após mais de uma década tentando implementar um limite anual de gastos, o país estabeleceu um teto válido por quatro anos, em 2003. O governo seguinte manteve o regime, introduzindo alterações para torná-lo mais flexível. As limitações para o crescimento das despesas atingem hoje cerca de 75% das despesas federais finlandesas. Suécia e Finlândia não impõem valores máximos para os gastos com juros da dívida – o que também ocorre na PEC 241. (Nenhum país adotou teto de gastos como o da PEC 241 - Agência Pública, Pos. 15)

Também pioneira no teto, a Dinamarca limitou o crescimento real (acima da inflação) dos gastos a 0,5% ao ano, em 1994. O índice foi elevado para 1% entre 2002 e 2005. Após alterações nos anos seguintes, entrou em vigor, em 2014, uma lei que determina limites estabelecidos pelo parlamento a cada quatro anos e que vale para estados e municípios, além do governo federal. (Nenhum país adotou teto de gastos como o da PEC 241 - Agência Pública, Pos. 16)

Em termos de suavização da proposta internamente ao Poder Executivo, o anteprojeto foi “formatado após vários debates mediante grupo informal capitaneado pelo Sr. Marcos José Mendes” (Parecer PGFN-CAF nº 933-2016, P. 1). Antes do envio formal da proposta para o Legislativo, o Executivo utilizou-se da mesma estratégia, procedendo a diversas reuniões com os técnicos do Legislativo para só depois encaminhar a PEC. Como salienta o entrevistado George Alberto de Aguiar Soares, secretário da Secretaria de Orçamento Federal, o projeto, “antes de ser encaminhado oficialmente, ele foi discutido à exaustão com vários atores dentro do parlamento. Primeira coisa foi feita com os atores técnicos”.

A Comissão já tem trabalhado fortemente com a Liderança do Deputado Danilo Forte, os Consultores estão trabalhando há mais de 60 dias, a brilhante Consultoria da Câmara, que está à disposição de todos os senhores para terem mais e mais informação, a inteligência do Ministério da Fazenda e do Planejamento já trabalha com a Consultoria, as emendas estão entrando, o cronograma traçado há 30 dias oficiosamente está sendo cumprido. O Brasil tem pressa, o pobre tem pressa, o investidor tem pressa; todos nós temos pressa (DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI, Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP, P. 23)

Contando com um alinhamento na visão técnica sobre a trajetória crescente das despesas, a equipe do Ministério da Fazenda promoveu diversas reuniões internas e com técnicos do Legislativo para apresentar e captar sugestões para a proposta. Nessas reuniões técnicas, a proposta sofreu ajustes que facilitaram a recepção política e sua tramitação. Com a matéria em tramitação, alguns desses técnicos, tanto do Executivo, principalmente o Sr. Marcos Mendes e o Sr. Mansueto Almeida, quanto do Legislativo, atuaram na apresentação da PEC e na orientação dos parlamentares, investindo seu tempo e muitas vezes se expondo ao debate político, características fundamentais de empreendedores de políticas públicas (CAPELLA, 2020; KINGDON, 2014; MINTROM, 2019), conforme explicou o entrevistado Ricardo Alberto Volpe, diretor da Consultoria de Orçamentos da CD à época: “[...] eu, o Marcos

Mendes, o Mansueto, a gente reunia bancada por bancada de partidos fazendo uma explicação do que que era o teto de gastos, justificava o teto”.

[...] a gente tem é um diálogo mais com a equipe técnica do que com a política. Eu tive várias reuniões com relator ou com outras autoridades desses órgãos, mas o cara não ouve, entendeu? A gente vê que já tá combinado demais... Já no caso do novo regime fiscal a gente já tinha uma aproximação grande com a equipe técnica do Tesouro e da SOF, né? Dado ao nosso trabalho e também né? com a nova equipe do Ministério da Economia. Nós formamos um grupo de trabalho muito bom. Né? Então só para você ter uma ideia nesse grupo trabalho que eu coordenei por meses... Então, antes de chegar a PEC aqui, o relator que era o possível para Darcísio Perondi já nos procurou e falou eu quero que vocês me assessorem e aí a gente ficou um mês mais ou menos preparando ele enquanto relator. (Entrevista de Ricardo Alberto Volpe, Pos. 16)

Assim, o critério de aceitação pública em ambos os acoplamentos foi verificado pelo amplo apoio dos técnicos do Legislativo, da mídia e de economistas de grande peso na comunidade, conforme expõe o entrevistado Hélio Tollini, assessor no Gabinete-Adjunto de Informações em Apoio à Decisão do Gabinete Pessoal do Presidente da República à época, que disse que “ajudou muito nesse processo a mídia. Eu lembro que grande parte dos colunistas, formadores de opinião que escrevem na mídia, uma boa parte deles foi favorável”.

Apesar de todo esse apoio, verificamos que há uma percepção de que orçamento é um assunto muito técnico, de nicho específico, por isso o debate público tende a ser limitado e superficial.

Olha o debate fiscal fora do de nichos vão dizer assim é bastante limitado e mesmo assim com muita dificuldade. Ele é muito pobre no Brasil (Entrevista de Geraldo Julião Júnior, Pos. 41)

[...] muitos dos players mais importantes do mercado não são versados em orçamento e contas públicas porque o orçamento, contas públicas, você sabe disso melhor do que eu. É uma coisa à parte, né? Não é não é necessariamente algo que compõe a formação de todos os economistas. (Entrevista de Felipe Scudeler Salto, Pos. 73)

Essa percepção vai ao encontro da ideia de comunidade integrada e, portanto, de acordo com uma das proposições teóricas descritas no Quadro 9, quanto menos integradas as comunidades de políticas públicas, maior a chance de uma ideia nova se tornar viável como alternativa (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017). *A contrario sensu*, podemos considerar que em uma comunidade de especialistas bastante integrada, visto que o assunto é altamente especializado e dominado por um grupo pequeno de especialistas, foi utilizada uma alternativa disseminada na comunidade e com experiência documentada de outros países, o que fez com que a ideia tenha encontrado pouca resistência para ascender rapidamente à agenda decisória do governo federal.

Apesar da complexidade técnica, a PEC recebeu apoio da população em geral. Várias pesquisas e enquetes foram realizadas no período de tramitação da PEC. A maioria das que foram encontradas apontava para a aceitação popular:

De acordo com o levantamento, 59% responderam que aprovam a PEC, 35% desaprovam, 4% não sabem e 2% não responderam. (Ibope 72% aprovam reforma do ensino médio e 59% são a favor da PEC do Teto, Pos. 14-15)

O pato da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) parece ter vencido a batalha ideológica. A grande maioria da população encampou a tese de que o Estado brasileiro gasta demais, e não precisa aumentar os impostos para melhorar a qualidade dos serviços públicos.

Em recente pesquisa divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), oito em cada dez entrevistados manifestaram apoio à redução das despesas do governo, de forma a diminuir os déficits orçamentários. Rejeitam, porém, qualquer sinalização de aumento de tributos. (Teto de gastos públicos abre as portas para redução do papel do Estado, Carta Capital, Pos. 4-5)

[...] existem metodologias de pesquisas que têm que ser avaliadas. Eu acabo de receber uma pesquisa divulgada hoje da CNT/Sensus, uma empresa de pesquisa respeitada, que aponta 64% de apoio à aprovação da PEC. (MARCOS JOSÉ MENDES, Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado, P. 56)

Ainda assim, havia outras que apontavam para uma realidade contrária:

[...] uma pesquisa que o Vox Populi fez nos últimos dias. Uma das perguntas feitas foi exatamente se a população brasileira apoia o congelamento de gastos e de investimentos públicos por 20 anos: 70% da população brasileira rejeitam o conteúdo dessa PEC. (DEPUTADO HENRIQUE FONTANA, Nota Taquigráfica da Reunião de 18-10-2016 da CESP, P. 1)

[...] existe uma consulta sobre a PEC 55: se as pessoas são favoráveis ou não. Lá se explica, um pouco, a PEC. E, vejam, não é o site da CAE, já quero dizer, é o site institucional do Senado. E não foi a CAE, não fomos nós que formulamos a questão que está lá. Portanto, é da instituição Senado Federal. Nós já temos, como participantes, 18.307 que concordam com a PEC, e 290.685 que discordam da PEC (GLEISI HOFFMANN, Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado, P. 26) [Resultado no encerramento da enquete: 23.766 a favor e 345.654 contra¹⁶].

O fato de a maioria das pesquisas coletadas de páginas da internet e de outros documentos terem apontado para a aceitação da população acerca da limitação dos gastos foi destacado por entrevistados como sendo devido à simplicidade (KOPITS; SYMANSKY, 1998) e à analogia da narrativa de “gastar menos que se ganha”.

Apesar de ser um assunto técnico, o diálogo é simples porque se você gasta mais que você ganha [...]... porque todo o discurso da Dilma sair é que ela tinha dado pedalada e não tinha os limites, não tinha o suficiente para gastar... ela não teve limites em gastos, então o discurso pós o impeachment motivado pelo orçamento de você falar assim: Ó, você gasta mais do que você ganha, aí o que eu vou fazer... eu vou por um limite e você não vai... só vou te dar inflação, se a economia crescer você vai ver seu salário crescer, você vai conseguir equilibrar sua conta. Então na percepção do

¹⁶ Disponível em <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=127337>. Acesso em 20/05/2022.

cidadão com um fala assim, olha se você gasta mais que ganha agora eu vou falar que só pode gastar até aqui e algum momento você vai conseguir equilibrar a sua vida. É muito próximo... é indutivo para qualquer cidadão (Entrevista de Ricardo Alberto Volpe, Pos. 120)

Essa ideia geral de que olha, o governo tá gastando muito, a gente precisa controlar... isso entra na cabeça das pessoas como alguma coisa razoável. (Entrevista de Marcos José Mendes, Pos. 55)

A simplicidade não é a única característica atendida pelo NRF, segundo recomendações na literatura de regras fiscais. O fato de a proposta estabelecer um limite financeiro de despesas primárias trazia facilidade e transparência no controle, além de ser adequada ao que entendemos ser o objetivo do governo de controle de gastos, pois o NRF era uma regra contracíclica que seria incorporada ao arcabouço existente, cuja regra principal, a meta de resultado primário, era pró-cíclica. Outrossim, seu posicionamento constitucional visava assegurar uma maior sustentação a médio e longo prazo (KOPITS; SYMANSKY, 1998; LLEDÓ et al., 2017b).

[...], mas o governo da época achou por bem adotar uma regra de gastos que também é adotada em muitos países no mundo não exatamente igual a essa que foi proposta, mas ela tem uma vantagem primeiro que ele é simples, segundo que ela é de certo modo contra cíclica. Diferentemente da meta de resultado primário antecessora do teto que fracassou, mas que teve sucesso por pelo menos uma década de 99 até 2008/2009. (Entrevista de Felipe Scudeler Salto, Pos. 14)

Com esse ajuste nas contas, para os defensores da PEC, seria aberto espaço para mais investimentos para o País, ajudando-o a sair da crise econômica.

Há mais um ponto, que eu acho extremamente importante para entendermos a necessidade da aprovação desta PEC. Esse gráfico eu o chamo de ciclo virtuoso do ajuste fiscal. Se for feito o ajuste fiscal, se o Brasil caminhar para uma trajetória em que se vê que o setor público é solvente, que a dívida pública não explode, isso tem um efeito muito grande do ponto de vista de confiança, tem um efeito muito grande do ponto de vista dos juros de longo prazo, o custo de capital no Brasil é altíssimo, e — pela melhora da confiança, pela redução dos juros e do custo de capital — tem um efeito positivo sobre o investimento e sobre o crédito no País. (BERNARD APPY, Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP, P. 28)

Havia ainda quem entendesse que a limitação dos gastos poderia levar a um maior debate sobre a alocação de recursos públicos e conseqüentemente promover a melhoria da qualidade dos gastos.

É uma forma, também, de o País repensar as suas políticas públicas, ver se a gente está gastando dinheiro onde deveria mesmo e, obviamente, o resultado final não é apenas a questão do controle do crescimento do endividamento, vai mais além, vai além disso, vai além de controlar o endividamento, mas também de melhorar a qualidade da nossa política fiscal. Melhorar a qualidade do gasto público. (Zeina Latif, Economista Zeina Latif fala sobre PEC dos Gastos¹⁷, Pos. 17-25)

¹⁷ Disponível em: https://youtu.be/EK-Aa2TUuO0?list=PL_iy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x. Acesso em 25/04/2022.

Para o senador Cristovam Buarque (PPS-DF), a falta de um limite de gastos faz com que seja fácil defender a educação como uma prioridade, pois inclui-se de tudo no Orçamento. “Todos os parlamentares consideram educação prioridade, porque não têm que abrir mão de nada. Quero ver quando tiver que tirar recurso para o subsídio de uma fábrica lá no Estado dele. Antes, dava para construir estádio e escola. Com a PEC, será preciso definir qual a prioridade”, explica. Segundo Cristovam, se a sociedade brasileira não fizer a opção por priorizar a educação, é preciso respeitar a escolha, em nome da democracia, e entender que não é o momento para esse tipo de discussão. (PEC do teto exige melhora do gasto em educação, VEJA, Pos. 8)

Por outro lado, alguns técnicos, a oposição ao governo no Congresso Nacional e parte da população preocupada com as áreas da saúde e da educação, principalmente, manifestaram-se, argumentando para tentar impedir a aprovação da PEC.

[...] deputados da oposição e movimentos sociais também se mobilizam para impedir a aprovação da PEC. A principal crítica é em relação aos gastos com saúde e educação. O Auditório Nereu Ramos da Câmara ficou lotado de representantes de movimentos sociais que vieram de várias partes do Brasil para dizer não à aprovação da PEC 241. (Câmara com Notícia - 06102016, Pos. 25-27)

Um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, mostra que o Sistema Único de Saúde (SUS) perderá até R\$ 743 bilhões caso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, aprovada nesta segunda-feira (11/10) em primeiro turno na Câmara dos Deputados, passe a valer no país. (Saúde pode perder até R\$ 743 bilhões em 20 anos de PEC do Teto, Pos. 10)

5.2.2. Viabilidade técnica

Viabilidade técnica significa que as políticas devem ser implementáveis para serem escolhidas, o que envolve compatibilidade com as estruturas institucionais ou organizacionais existentes (KINGDON, 2014), ou seja, as propostas que são difíceis de implementar têm uma chance menor de sobreviver ao processo de seleção (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2014). Inicialmente, a PEC recebeu questionamentos quanto à sua constitucionalidade e à incompatibilidade diante do arcabouço institucional existente, inclusive com ações protocoladas no STF.

Em nosso entendimento, assim como no entendimento do Consultor desta Casa, Sr. Ronaldo Jorge Araujo Vieira Junior, que elaborou bem fundamentado estudo sobre o assunto (AS INCONSTITUCIONALIDADES DO “NOVO REGIME FISCAL” INSTITUÍDO PELA PEC Nº 55, DE 2016 -PEC Nº 241, DE 2016, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS), a PEC em comento viola, de forma cristalina, cláusulas pétreas da nossa Carta Magna (voto em separado Roberto Requião, P. 2)

Por fim, de maneira a deixar ainda mais fundamentado o voto pela inadmissibilidade desta PEC, pode-se trazer à baila a violação ao princípio da vedação ao retrocesso em direitos sociais (Voto em separado Chico Alencar e Ivan Valente Tramitação-PEC-24, P. 8)

A Proposta de Emenda à Constituição em questão é claramente inconstitucional, observados os ditames doutrinários e jurisprudenciais, nacionais e internacionais de

vedação ao retrocesso social, não merecendo prosperar ao exame de admissibilidade. (Voto em separado Daniel Almeida Tramitacao-PEC-241-2016, P. 5)

O pedido de liminar foi feito no começo deste mês por deputados do PT e do PCdoB. Na ação, os parlamentares argumentam que a PEC 241/2016 "atenta contra a separação dos Poderes, o voto direto, secreto, universal e periódico e os direitos e garantias individuais". (ConJur - Barroso nega suspender tramitação da PEC do Teto de Gastos, Pos. 2-6)

No entanto, tanto os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça da CD e do SF, bem como o STF, decidiram pela constitucionalidade da proposta.

Pelas precedentes razões, manifestamos nosso voto no sentido da admissibilidade e constitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, por não vislumbrar em seu texto qualquer afronta às cláusulas consagradas no art. 60, § 4º, da Carta Magna (Parecer CCJC Dep. Danilo Forte Tramitacao-PEC-241-2016, P. 5)

Em análise preliminar do caso, o ministro Barroso ressaltou que não se está diante de ameaça ao núcleo essencial da separação dos Poderes. Segundo ele, a cláusula pétrea de que trata o artigo 60, parágrafo 4º, inciso III, da Constituição Federal não imobiliza os artigos que delinham a forma de relacionamento entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

Além disso, segundo o relator, os Poderes e órgãos não possuem um direito oponível à Constituição de ampliar sua atuação ilimitadamente. "Ao contrário, devem atuar a partir das previsões orçamentárias feitas de acordo com as normas constitucionais em vigor".

A tese de violação à garantia do voto secreto, direto, universal e periódico também não procede, segundo o relator. Caso a PEC seja aprovada, explicou, a proposta será resultado de consenso significativo no Congresso Nacional a vincular a legislação ordinária futura. (ConJur - Barroso nega suspender tramitação da PEC do Teto de Gastos, Pos. 2-6)

Independentemente de sua viabilidade, as alternativas que não estão em conformidade com os valores dos formuladores de políticas têm menor probabilidade de serem consideradas para adoção, o que aparecia no debate político na forma de defesa aos interesses de áreas sociais, como saúde e educação, que estariam em risco na visão de seus defensores, criando resistência ao segundo acoplamento (SPOHR, 2016a, 2016b).

Além disso, as diferenças de implementação de regras fiscais semelhantes também subsidiaram as críticas, principalmente quanto à inserção da regra fiscal na Constituição, embora isso fosse uma das características desejáveis para dar estabilidade à regra, conforme a literatura (KOPITS; SYMANSKY, 1998). Outras críticas residiram na falta de consideração de despesas financeiras no limite, bem como acerca do período de limitação dos gastos, tido por alguns técnicos e políticos como longo demais.

Partidos que fazem oposição ao presidente Michel Temer, por exemplo, argumentam que, se aprovada, a proposta representará o "congelamento" dos investimentos sociais. Para uns, ela é uma medida muito rígida para durar tanto tempo, e deveria ser flexível para se adaptar às mudanças do país.

Para a professora Cristina de Mello, da PUC-SP, se houver uma queda abrupta da arrecadação, por exemplo, a dívida aumentaria, porque os gastos serão congelados em um patamar alto.

Segundo a professora, o argumento de que uma medida de longo prazo passa mais credibilidade é falacioso. Isso porque, se antes do prazo de dez anos, o governo precisar mexer em alguma regra, a PEC gerará desconfiança.

"Se daqui a alguns anos, for necessário fazer um gasto maior e mudar o índice de inflação por outro mais confortável, vai haver descrença. Por que escolheram esse critério e não outro? Pode haver maquiagem de dados", disse em entrevista à BBC. (Economia - PEC 241 tire dúvidas sobre a proposta que limita gastos públicos, Pos. 18-22)

A presidente afastada Dilma Rousseff afirmou em seu discurso no plenário do Senado que a ameaça mais assustadora no seu processo de impeachment é a possibilidade de congelar por "inacreditáveis 20 anos" todas as despesas com saúde, educação, saneamento e habitação, em uma crítica indireta a uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) defendida pelo governo Temer. (G1 - Dilma critica PEC do Teto de Gastos e diz que meta de 2016, Pos. 5)

Mesmo os participantes favoráveis à ideia de limitação de gastos tinham restrições, principalmente quanto ao prazo e à forma de revisão do teto.

Os economistas Felipe Salto e Monica de Bolle, favoráveis à PEC 241, a proposta de emenda à Constituição que estabelece um teto de gastos, afirmam que há problemas no texto aprovado em primeiro turno na Câmara, nesta segunda, e argumentam que eles deveriam ser corrigidos antes que o projeto se torne parte da Constituição:

"A PEC do Teto não é uma Brastemp". A frase é do eminente especialista em contas públicas, referência para todos nós, Raul Velloso.

São numerosos os alertas feitos por economistas e analistas de contas públicas sobre o texto da proposta. É claro que a ideia de controlar o gasto é essencial. O diabo, no entanto, mora nos detalhes. Não adianta aprovar algo geral e esperar que, pela força da gravidade, tudo se resolva. Trata-se de tema delicadíssimo. A sintonia fina, desde já, é crucial.

Vemos quatro problemas da PEC em versão original, e dois novos no texto revisado e aprovado em comissão (agora já aprovado em primeiro turno na Câmara).

É claro que a ideia de controlar o gasto é essencial. O diabo, no entanto, mora nos detalhes.

O primeiro é o prazo. A regra continua a valer por 20 anos, o que não ocorre em lugar algum do mundo. Na maior parte dos países, há combinações de regras diferentes, por períodos menores, podendo haver revisão de tempos em tempos. Fixar uma regra assim é como colocar a política fiscal e o país em piloto automático por período longuíssimo. Por quê?

O segundo ponto está ligado ao primeiro. A PEC está desbalanceada. Tem efeito nulo no curto prazo, já que a inflação do ano anterior – indexador escolhido pelo Governo – estará acima da inflação corrente até que o movimento de declínio e convergência ao centro da meta se consolide. Para o longo prazo, com inflação baixa, dá-se o contrário: a regra produziria um superávit primário (saldo positivo nas contas públicas) estratosférico.

Se o país voltar a crescer, nada mais justo e desejável que a sociedade se beneficie disso, sobretudo com mais e melhores políticas públicas. Não se deve almejar fazer primário por fazer primário. A regra de sustentabilidade da dívida pública mostra que, para um PIB crescendo em torno de 2,5% ao ano, com inflação em torno de 4,5% e juros reais também nesta faixa, o primário exigido para estabilizar uma dívida de 85% do PIB é de 2,0% a 3,0% do PIB. Com 3%, já conseguiríamos, inclusive, imprimir uma tendência de queda do endividamento bruto. (PEC do Teto 'não é uma Brastemp' Opinião EL PAÍS Brasil, Pos. 5-12)

5.2.3. Receptividade política

No ambiente político, de um lado, havia clara preocupação com as consequências da limitação de gastos públicos com os setores da educação e da saúde. No entanto, essa preocupação era externada por um conjunto pequeno de atores, principalmente parlamentares de oposição ao governo.

Não apoiamos a PEC 241 porque ela, ao contrário do que acaba de ser dito, retira recursos da saúde pública e da educação pública (DEPUTADO ALESSANDRO MOLON, Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 251 Plenário CD, P. 21)

O nível da redução de recursos em saúde e educação é violento. Para o senhor ter uma ideia, se essa PEC existisse dez anos atrás, o investimento em educação, que foi de 103 bilhões, teria sido de 31 bilhões; na saúde, que foi de 102 bilhões, teria sido de 65 bilhões. Então, é um crime o que estão fazendo aqui com essa PEC, e, a meu ver, a economia brasileira não vai conseguir se recuperar, porque, num momento de recessão como este, em que as famílias estão endividadas, não gastam, em que as empresas não gastam, nós só teríamos uma saída neste momento, que seria, ao contrário do que fala o Governo, aumentar o gasto em investimento público, em gasto social, para recuperarmos o crescimento. (SENADOR LINDBERGH FARIAS, Nota Taquigráfica Plenário 25-10-2016 Senado, P. 28)

[...] as Notas Técnicas n°s 27 e 28 do IPEA — tenham a paciência de ler; são apenas 70 páginas, de 6 especialistas do IPEA — falam do novo regime fiscal e suas implicações na política de saúde e de assistência social. (DEPUTADO CHICO ALENCAR, Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 275 Plenário CD, P. 116)

Somando-se a isso, havia a preocupação com a redução da margem de atuação de governos posteriores.

Estamos tirando o direito democrático que tem qualquer governo de decidir sobre sua política econômica, independentemente de PIB, de arrecadação, de variação da política econômica, de dados, de receita. Isso é uma vergonha (DEPUTADA JANDIRA FEGHALI, Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP, P. 32)

[...] a aprovação da PEC 241 tornará qualquer governo insustentável, inviável. Ela transformará o convívio em sociedade no Brasil em um inferno, em razão da depressão econômica, da deterioração dos serviços públicos e da qualidade de vida. (SENADOR ROBERTO REQUIÃO, Nota Taquigráfica Plenário 18-08-2016 Senado Discurso Roberto R, P. 4)

De outro lado, de forma majoritária, havia a preocupação com a necessidade de uma ação urgente para o equilíbrio das contas públicas e a sustentabilidade da dívida. As preocupações sobre o congelamento dos gastos com saúde e educação eram constantemente rebatidas com argumentos que iam desde a potencial abertura de espaço fiscal com a redução de juros até a alegação de que o teto abarcava todo o conjunto de despesas primárias, restando ao Congresso Nacional direcionar quais gastos seriam mais impactados.

Hoje as contas públicas estão descontroladas. Nós estamos tratando aqui de controlar as contas do Governo. Não existe congelamento, nem eu votaria aqui se houvesse congelamento de despesas. Não existe corte em despesas da educação, muito menos corte em despesas da saúde. O que existe é o desejo de ter um Governo com limite

de gastos estabelecido (DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ, Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP, P. 78)

[...] nós, desta tribuna, falamos o tempo todo: "Tem que equilibrar as contas". [...] Lamentavelmente, só sabiam gastar (SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA, Nota Taquigráfica Plenário 26-10-2016 Senado, P. 18)

[...] só que nós do campo da esquerda precisamos entender que, para que as políticas públicas que nós defendemos continuem sendo implementadas, o Estado tem que voltar a ser eficiente. Temos que recuperar a capacidade de investimento do Estado. [...] Voto "sim" à PEC. (DEPUTADO SILVIO COSTA, Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 248 Plenário CD, P. 65)

Assim, o receio de uma piora do quadro fiscal impactou, em nossa visão, na rápida tramitação da PEC, pois "o medo e a consequente insegurança atuam como filtros da realidade, levando as pessoas a buscarem mais evidências de ameaças, o que leva a mais insegurança" (ZOHLNHÖFER; RÜB, 2016, p. 152). Essa percepção é exteriorizada pelo entrevistado Esperidião Amin, Deputado Federal à época, que disse "[v]otei a favor porque era emergência, aquilo que o momento requisitava."

Ademais, o ajuste fiscal poderia ter se dado de uma forma tradicional pelo corte abrupto de despesas, gerando forte impacto de curto prazo para o Executivo e os parlamentares. No entanto, com base em experiências internacionais e trabalhos técnicos de organismos internacionais sobre regras fiscais, bem como com a intenção de obter boa receptividade política (HERWEG; HUSS; ZOHLNHÖFER, 2015), foi adaptada a ideia de um limite de despesas.

[...] acho que houve um grande apoio não porque o congresso atipicamente teria ficado mais fiscalmente responsável. Mas porque a ideia de um teto que só seria binding depois de três ou quatro anos era relativamente fácil de ser comprada... quer dizer, ninguém estava ali se comprometendo com ajuste para o dia seguinte. Era um ajuste que, dado como o Mansueto Almeida fez na época de jogar despesa de 2016 para cima e elevar a base e permitir que você tivesse um certo tempo para que o teto exercesse de fato fosse binding, de exercer o seu papel, que foi o que aconteceu. (Entrevista de Felipe Scudeler Salto, Pos. 16)

Dessa forma, entende-se que a mensagem do governo foi bem transmitida para criar essa boa receptividade política. A solução gradual do NRF tinha como fator subjacente conseguir apoio parlamentar sem prejudicar os parlamentares. O arcabouço institucional que rege o processo de orçamentação pública prevê instrumentos de grande interesse parlamentar, que são as emendas individuais e as emendas de bancadas estaduais de parlamentares, estabelecidas nos §§ 11 a 14 do art. 165 da Constituição Federal. Esses dispositivos preveem uma cota baseada na receita corrente líquida da União para esses dois tipos de emendas parlamentares. Essas emendas são o que Spohr (2016b) entende como instituições políticas que distribuem o poder e moldam os grupos de atores.

Assim, no contexto econômico de redução da receita, os parlamentares esperavam apenas que essa prerrogativa fosse prejudicada ao longo dos anos até a recuperação econômica. Porém, com a PEC do NRF, as cotas teriam seu valor real garantido, com a atualização pela inflação, mesmo que as receitas continuassem em declínio. Além disso, a alternativa tradicional de um corte maior e abrupto no curto prazo poderia impactar mais significativamente as cotas de emendas parlamentares naquele momento.

Podia passar o facão, estabelecendo que no ano que vem o déficit tem que ser zero, haja o que houver, custe o que custar. E toca-se o barco. Imaginem, senhores, a tragédia em que estaríamos envolvidos, porque haveria razão ao se dizer que gente seria demitida, que funcionários aposentados não seriam substituídos (DEPUTADO CARLOS MARUN, Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP, P. 52)

A PEC, por sua vez, diluía o ajuste fiscal em uma janela de longo prazo, distribuindo o esforço que os parlamentares teriam de fazer em termos de cota parlamentar do orçamento público, conforme relatado pelo entrevistado George Alberto de Aguiar Soares: “[...]eu não consigo fazer [...] como foi feito [n]o governo Fernando Henrique, [n]o começo do governo Lula... um ajuste muito drástico muito curto [...] Então eu preciso trocar uma coisa de curto prazo por uma coisa de médio prazo”.

5.2.4. Alternativas concorrentes

Kingdon (2014) descreve as alternativas como uma “sopa primordial de políticas”, evoluindo conforme são propostas por um ator, então reconsideradas e modificadas por muitos participantes, dentro de comunidades de políticas (KINGDON, 2014, p. 127). Entende-se que, por ter uma base de dados de regras fiscais adotadas em outros países, ser adequado ao contexto institucional do arcabouço constitucional-legal brasileiro, perceber boa receptividade entre os atores políticos e ter sido submetida a uma série de reuniões entre atores técnicos com acesso direto aos parlamentares e ao alto escalão do Executivo, a ideia central do NRF, qual seja a da limitação das despesas primárias em uma janela de longo prazo, foi uma solução que decolou rapidamente (HERWEG; ZAHARIADIS, 2018).

Apesar da literatura e dos exemplos de utilização de regras fiscais em vários países do mundo, a discussão política foi restringida à questão do ajuste fiscal e do equilíbrio das contas públicas, pelo lado da despesa ou pelo lado da receita. Algumas discussões mais técnicas sobre alternativas para o equilíbrio fiscal não apareciam no debate público e aconteciam no âmbito técnico.

E tinha também uma discussão técnica sobre usar spending review, novos paradigmas que não só o superávit primário, né? Ou seja, a gente tem que ir além da Meta. Agora

eu tenho que tratar o gasto o que que eu tô fazendo com aquele limite que tá sendo que está sendo dado... e eu lembro que eu vi bastante discussão técnica sobre quais são as experiências no exterior que fazem com que possa melhorar a qualidade do gasto mais do que apenas ficar preocupado com o resultado em si, né? O que que eu tô fazendo com as minhas receitas? (Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges, Pos. 21)

[...] o Serra tinha umas ideias de fazer uma meta de dívida. E, mas aí tinha dúvida se era dívida bruta ou líquida. Como não era uma proposta operacional, de uma proposta com a simplicidade operacional do teto de gastos (Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, Pos. 12)

As alternativas propostas muitas vezes tiveram pouca visibilidade no debate, como relata a Senador Vanessa Grazziotin. O grande apoio político à PEC do NRF parece ter criado uma grande resistência ao debate de outras alternativas.

[...] a oposição tinha alternativas sim. Na época o senador Requião apresentou um substitutivo que foi discutido com vários economistas progressistas. Teve também a apresentação de uma outra proposta encabeçada pelo PT e com apoio de aliados. Essas foram as duas principais.

A do senador Requião, se não me falha a memória, tratava de se ter um controle fiscal, mas com prazo de avaliação a cada quatro anos, quem nem um PPA, previa a irredutibilidade do gasto social per capita, isso quer dizer, que os gastos deveriam ser condizentes com o crescimento da população, além da irredutibilidade do salário-mínimo.

A do PT e aliados sugeria que o limite de gastos tivesse duração apenas de um mandato de quatro anos com alteração da regra a cada Plano Plurianual, que nem todo recurso economizado fosse gasto para o pagamento de juros da dívida pública e também alterava a regra de correção do teto para incluir o aumento real do PIB a partir de 2019.

Aquela proposta excluía do limite de gastos as áreas de saúde, educação e assistência, além dos investimentos públicos. E além disso nós queríamos excluir também do texto a cláusula que evita aumentos reais do salário-mínimo sempre que este estourar o teto. Tínhamos alternativas, mas a vontade do Governo Temer de deixar uma marca (apesar de ser uma marca ruim) pesou mais naquele momento e nossas propostas foram derrotadas uma após outra. (Entrevista de Vanessa Grazziotin, Pos. 16-20)

Um exemplo do controle do governo sobre o debate das alternativas é a introdução de um gatilho para modificar a correção do teto conforme a variação do PIB, isto é, uma proposta de ajuste na PEC que teve apoio tanto da oposição quanto do relator da proposta na CESP, o Deputado Darcísio Perondi, mas não seguiu em frente por decisão do Poder Executivo.

Henrique Meirelles disse ainda que considerou a possibilidade de colocar um “gatilho” para que o formato de correção pudesse ser alterado se a dívida bruta caísse mais rapidamente nos próximos anos.

Mas afirmou que essa ideia foi descartada. “Consideramos as questões referentes a um gatilho que pudesse permitir essa mudança antes dos dez anos e nossa conclusão é que não”, disse. (Economia - Saúde e educação só obedecerão a teto de gastos em 2018, Diz Meirelles, Pos. 30-31)

Uma proposta viável seria a apresentação, por Projeto de Lei, de estabelecimento de um teto de gastos que se referenciasse no crescimento do PIB sempre que houver superávit orçamentário no exercício anterior, ajustado pela inflação. (voto em separado CCJ RANDOLFE RODRIGUES, P. 11)

Ah teve uma que ficou na dúvida de nós colocarmos um gatilho que de repente a economia começasse a melhorar bastante, né? Que tivesse um gatilho para já flexibilizar que era 10 era 20 anos, né? Era IPCA. E então é uma revisão com 10, mas era 20 anos, né? E dá pode mudar qualquer momento e isto eu fiquei na dúvida como relator com os Consultores. [...] Eu acho que quase todos queriam o gatilho quase todos [técnicos]. Eu botei em votação e quase todos queriam o gatilho [...]

- - E o governo não aceitou gatilho, aí eu olhei para a turma.

- - Eu disse: Olha, a minha turma quer gatilho.

- - Todo mundo se olhou, se olhou, meus conselheiros, mas eu, nós não vamos discutir o gatilho. Vocês já discutiram bastante nas reuniões anteriores, né?

[...]

- - Já preparei o pessoal... nem precisamos discutir isso. Discutiram muito, eu discuti pelo grupo, se vocês, se os senhores, se o governo quisesse bom, se não quisesse ficaria fora. O governo não quis ficou fora. (Entrevista de Darcísio Perondi, Pos. 299-312)

Com a PEC em tramitação, no segundo acoplamento, a discussão política se restringiu à questão do ajuste fiscal e do equilíbrio das contas públicas pelo lado da despesa, no caso os defensores da PEC, ou pelo lado da receita, cujos maiores representantes eram a oposição ao governo, o que demonstra que a solução para o problema não era trivial, permitindo mais de uma solução (CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2014).

Havia críticas acerca do aumento da carga tributária, das renúncias fiscais e da regressividade do sistema tributário. Alguns atores levantaram a possibilidade de tributação de grandes fortunas e heranças, de tributação de dividendos, além de constar do debate com frequência o combate à sonegação fiscal, sem sucesso. Nesse contexto, o modelo de Kingdon (2014) e a atualização proposta é silente quanto a aspectos negativos ou contrários à proposta, o que identificamos como uma lacuna que pode ser mais bem trabalhada em pesquisas futuras.

[...] com relação às renúncias fiscais que estão impedidas a partir dessa PEC, eu proponho que haja também uma discussão das renúncias fiscais vigentes para saber se elas devem, de fato, permanecer ou não (DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA, Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP, P. 60)

Eu percebo que a política econômica atual proposta pelo Governo interino não trabalha o equilíbrio entre receita e despesa. Ela tem uma obsessão por cortar despesas. Eu não ouço os Ministros falarem em iniciativas para aumentar a receita pública. Imposto? Há, parece-me, um fundamentalismo, que nasce da fala do Ministro Meirelles, de que o Brasil não pode introduzir nenhum novo imposto. Eu acho injusto socialmente que se repita essa frase, porque eu acho que há detentores de grandes fortunas, e a transmissão de herança têm capacidade contributiva enorme para ajudar a retirar pessoas que vivem em situação de pobreza extrema dessa condição (DEPUTADO HENRIQUE FONTANA, Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP, P. 62)

Por que não se taxam as grandes fortunas? Por que não se taxam os lucros dos bancos? Por que não se reduzem os juros dos bancos? Por que não se faz isso? (DEPUTADO MARCON, Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD, P. 54)

As ponderações mais frequentes, e que tiveram maior impacto na mídia e na atenção dada pelo governo em responder, foram aquelas a favor da proteção aos setores da saúde e da educação. A principal proposta de ajuste era retirar esses setores do âmbito de aplicação da limitação das despesas, mas como será visto na seção 5.3.6 (Atuação de grupos contrários), houve negociação nesse ponto.

Há relatórios da própria Consultoria da Casa que apontam, sim, perdas, até 2025, de quase 350 bilhões de reais nas áreas de saúde, educação e assistência social. Nós precisamos aprofundar esse debate para que encontremos quem vai pagar essa conta (DEPUTADO DANILO CABRAL, Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP, P. 28)

A PEC se concentra unicamente nos gastos primários, que são 20% do PIB. A PEC só foca educação, saúde, assistência social, só foca os pobres, as trabalhadoras e trabalhadores de baixa renda, e também os médios, pequenos e microempreendedores. A PEC não toca em nada com relação aos gastos financeiros (Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP, P. 125)

A nossa proposta, Sr. Presidente, é no sentido de retirar a saúde e a educação da PEC 241. Temos que debater isso. Trata-se de retirá-las mesmo! (DEPUTADO ODORICO MONTEIRO, Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP, P. 71)

5.3. Fluxo Político

5.3.1. Distribuição de poder no Congresso Nacional

O cenário para a ascensão de Michel Temer à Presidência da República foi de dissolução da base governista da Presidente Dilma Rousseff, juntamente com o recrudescimento de uma crise econômica. Em 12 de maio de 2016, Michel Temer assumiu interinamente a Presidência com apenas quatro partidos, porém possuía forte base parlamentar por meio das bancadas (HERWEG; HUSS; ZOHLNHÖFER, 2015), tendo o Presidente Michel Temer, assim que assumiu o cargo, uma forte base parlamentar, que totalizava 413 parlamentares. A oposição era composta por PT, PSOL, PCdoB, PDT e Rede.

Na CD, a PEC nº 241/2016 recebeu, em primeiro turno, 366 votos favoráveis e 111 contrários, com duas abstenções, enquanto, em segundo turno, recebeu 359 votos favoráveis e 116 contrários, com duas abstenções. No SF, com a renomeação para PEC nº 55/2016, a proposta recebeu 61 votos favoráveis e 14 contrários em primeiro turno e 53 votos favoráveis e 16 votos contrários em segundo turno.

Houve uma correlação forte entre os partidos que mais votaram a favor do impeachment da ex-presidente da República Dilma Rousseff e os percentuais de aprovação da PEC nº 241/2016 de cada partido na CD. O percentual de aprovação aumentou de 72,8% no caso do

impeachment para 75,4% na votação da PEC nº 241/2016, tendo partidos como PHS, PMN, PV, PRP, PSDB e PTdoB com 100% de votos a favor do impeachment e da PEC nº 241/2016.

[...] a presidente Dilma caiu por questões fiscais então era inimaginável que o PT e outros partidos importantes apoiassem uma limitação do gasto público enquanto havia acabado de acontecer o impeachment o impedimento da presidente apoiada por eles em razão de questões fiscais. Então essa foi a principal força. (Entrevista de Felipe Scudeler Salto, Pos. 66)

Dentre os partidos com mais de 50% dos votos pelo impeachment de Dilma, todos, menos Cidadania, Solidariedade, Democratas, PSB e PRTB, aprovaram a proposta com percentual igual ou superior de votação. Nesse contexto, verificamos uma base parlamentar ampla no início do governo do Presidente Michel Temer, fundamental para a aprovação da PEC do NRF com relativa folga (LAGES LINO; ARIAS VAZQUEZ, 2020).

[...] os parlamentares ficaram divididos em blocos de situação e oposição. A oposição estava enfraquecida naquele momento. O golpe contra a presidenta Dilma e a perseguição da Lava Jato a políticos de vários matizes foi criando uma narrativa de que o Governo que havia sido derrubado tinha feito tudo errado. A imprensa tratava o assunto sempre pelo prisma do grande empresariado e dos banqueiros. (Entrevista de Vanessa Grazziotin, Pos. 13)

A tramitação da PEC foi facilitada porque os presidentes da CD, Deputado Federal Rodrigo Maia, e do SF, Senador Renan Calheiros, identificados como atores fundamentais com poder de agenda, eram apoiadores abertos da matéria, o que permitia celeridade no agendamento de sessões e interpretações favoráveis acerca de interstícios e questões de ordem.

"A Câmara brasileira entende que o equilíbrio das contas públicas precisa ser prioridade nos próximos 10 anos", afirmou o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, sobre a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que limita o teto de gastos públicos.

Para Rodrigo Maia, o resultado do primeiro turno foi acima do esperado e demonstra uma responsabilidade da Câmara com o ajuste fiscal e o equilíbrio das contas públicas. (Maia comenta aprovação da PEC 241, Pos. 3-4)

[...] o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que é necessária "uma saída para a enrascada em que se meteram as contas públicas".

— Para quem ainda não se convenceu da premência das medidas a serem tomadas e que estão, na sua grande maioria, contempladas na PEC 55, basta lembrar que, entre 1997 e 2015, o orçamento do governo cresceu 864%, tendo como consequência um déficit primário de R\$ 170 bilhões, como todos sabem, o maior já registrado no Brasil — afirmou Renan (Renan defende PEC do Teto dos Gastos Públicos em sessão temática, Pos. 3-4)

Todo esse apoio ao governo foi refletido no andamento do processo de apreciação da PEC, com convocações adicionais para o cumprimento dos prazos, a aprovação de desconsideração de interstícios e o uso de várias ferramentas regimentais para a aprovação da PEC. Nesse sentido, argumentaram alguns parlamentares de oposição.

Eu lembro que ele constituiu a comissão para discutir a PEC que deu origem a emenda constitucional 95 numa quinta-feira, eu acho, na sexta-feira que não tinha nem parlamentar aqui. Eles se organizaram e deram a maioria a parte deles e só tinha eu, porque como sou de Brasília, eu fui direto para essa... para tentar ou destruir para que não ficasse um passeio numa praia tropical. Mas de verdade eles fizeram isso um dia com poucos parlamentares. Mostrando aí eles já sinalizaram que eles iam querer dar essa resposta, né? Pagar conta é que estavam devendo ao próprio mercado e que fariam isso aí começaram a ter sessão de segunda a sexta. Então organizando os parlamentares para dar quórum de 51 parlamentares para poder as sessões plenárias de segunda a sexta para acelerar o processo e fizeram tudo isso que foi o processo extremamente rápido de aprovação. (Entrevista de Érika Kokay, Pos. 31)

Gostaria que constasse na ata desta Comissão o registro sobre os atropelos regimentais que o Governo golpista vem fazendo para garantir a aprovação célere desta medida que vai destruir as políticas sociais do Brasil.

Isso aconteceu, por exemplo, na instalação da Comissão. Eu fiquei sabendo dela fora daqui, em um dia em que não havia sessão marcada. Quinze minutos antes de a instalação da sessão acontecer, a divulgação ocorreu por e-mail. E isso aconteceu durante toda a tramitação da matéria nesta Comissão, aconteceu em plenário e está acontecendo aqui mais uma vez. (DEPUTADO JORGE SOLLA, Nota Taquigráfica da Reunião de 11-10-2016 da CESP, P. 6)

5.3.2. Clima Nacional

Além das pesquisas e das enquetes referenciadas na seção 5.2.1 (Aceitação pública), durante o período de tramitação da PEC do teto de gastos, houve uma série de manifestações sociais, principalmente oriundas da área da educação e promovidas por estudantes, servidores públicos e sindicatos.

[...] parabenizar, em especial, a sociedade brasileira, por intermédio da Avaaz, da UNE, de todos e todas que se encorajaram e estão nas ruas contra a PEC 241 (JOÃO DANIEL, Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 274 Plenário CD, P. 18)

Com 15 mil pessoas, ato reúne ocupações, servidores estaduais e mulheres contra PEC 241/55 - Sul 21. (Fernanda Canofre, Com 15 mil pessoas, ato reúne ocupações, servidores estaduais e mulheres contra a PEC 241/55, Pos. 1-3)

Tivemos na UNB, na segunda-feira, a maior assembleia das últimas décadas, foram mais de 1.400 estudantes reunidos para debaterem a PEC. E não parou por aí. Desde terça-feira, têm acontecido assembleias consecutivas nos cursos, paralisando todos os institutos. E isso não é só na UNB, é em mais de 150 universidades já ocupadas em todo o País. Este é um momento rico de participação social. E os estudantes têm consciência do que tem sido debatido, porque não vamos ficar só nas ocupações. (IAGO CAMPOS, Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado, P. 30)

O Sinasefe, está em greve desde o dia 11 da semana passada, com uma pauta totalmente política, contra a PEC 55, o PL Escola sem Partido, a reforma do ensino médio entre outros pontos. (FABIANO FARIA, Nota Taquigráfica CE 16-11-2016 Senado, P. 26)

Os movimentos sociais do Brasil marcam o dia 11 de novembro como dia de paralisação, de mobilização e de protesto. Repito: hoje, mais de mil escolas e universidades estão não só paradas, mas ocupadas. Contra quem? Contra a PEC 55 – ou 241, se quiserem – e as ditas reformas (SENADOR PAULO PAIM, Nota Taquigráfica Plenário 7-11-2016 Senado, P. 11)

Soma-se a isso uma série de manifestações de repúdio à PEC vindo da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, de diversas câmaras municipais, de entidades da sociedade civil organizada e de órgãos de classe, como, por exemplo, do Conselho Regional de Economia (CORECON), da Câmara Municipal de Viçosa - MG, da Auditoria Cidadã da Dívida¹⁸.

Havia uma tentativa de mobilização das câmaras municipais em oposição à PEC do Teto de Gastos, em que pese uma das mais significativas transferências de recursos da União para Municípios estar na lista de despesas excepcionalizadas do limite desde o projeto original enviado pelo Poder Executivo.

O FUNDEB — Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, por exemplo, continua. O FUNDEB é uma exceção, ele está fora do limite. Logo, os Municípios não serão afetados (DEPUTADO CARLOS MARUN, Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP, P. 53)

Para o relator da PEC nº 241/2016 na CESP, Deputado Darcísio Perondi, houve uma espécie de coordenação para essas manifestações das câmaras municipais.

[...] o sindicalismo brasileiro tem uma organização agora ela tá ela tá enfraquecida empobrecida, mas sempre foi uma organização com muito recurso e cresceu muito pouco com os governos do PT, né? Ficaram muito fortalecidas, então tinham condições de trabalhar a opinião pública trabalhar lá na ponta o vereador o radialista, né? O redator do jornal passar informação toda hora. (Entrevista de Darcísio Perondi, Pos. 184)

¹⁸ As manifestações juntadas ao processo da PEC 55/2016 foram (1) do Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB, da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação - ABECIN, da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições - FEBAB e do Fórum de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, Câmara Municipal de Mauá - SP, Câmara Municipal de Caxias do Sul - RS, Câmara Municipal de São Miguel do Oeste - SC, Câmara Municipal de Piracicaba - SP, da Universidade Federal do Vale de São Francisco - UNIVASF, da Câmara Municipal de Santos - SP, da Câmara Municipal de Viçosa - MG, da Câmara Municipal de Santarém - PA, da Câmara Municipal de Viçosa - MG, da Câmara Municipal de Tambaú - SP, da Câmara Municipal de Santa Bárbara d`Oeste - SP, da Câmara Municipal de Canguçu - RS, da Câmara Municipal de Matão - SP, da Câmara Municipal de Santa Rosa - RS, (2) da Câmara Municipal de Anchieta - SC, da Câmara Municipal de Caldas - MG, da União dos Vereadores de Santa Catarina - SC, da Câmara Municipal de Araranguá - SC, do Conselho Regional de Economia - CORECON, da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, da Câmara Municipal de Jandira - SP, da Câmara Municipal de Nova Mutum - MT, da Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE, da Câmara Municipal de Erechim, da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo - SP, da Sociedade Civil do CONSEA, da Câmara Municipal de Pimenta Bueno - RO, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), da Câmara Municipal de Bagé - RS, do Conselho Municipal de Educação - SP, da Câmara Municipal de São Carlos - SP, da Câmara Municipal de Tubarão - SC, da Câmara Municipal de Patos de Minas - MG, da Câmara Municipal de Concórdia - SC, do Conselho Municipal de Proteção - SP, da Câmara Municipal de Campo Erê - SC, da Câmara Municipal de Xanxerê - SC, da Câmara Municipal de São Luís de Montes Belos - GO, (3) da Câmara Municipal de Alfenas - MG, da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista - SP, da Câmara Municipal da Estância Climática de Santo Antônio do Pinhal - SP, da Câmara Municipal de São Domingos - SC, da Presidente da Auditoria Cidadã da Dívida e da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Disponíveis em (1) <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3878807&ts=1646621237585>, (2) <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3878861&ts=1646621237813> e (3) <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3878816&ts=1646621237635>. Acesso em 10/03/2022.

Esses movimentos exerceram peso na negociação sobre o limite para educação e saúde ao se juntarem com os discursos de parlamentares de oposição, porém não foi verificado um impacto mais significativo do que isso na tramitação da PEC. Na tramitação, a referência aos movimentos compõe a narrativa da oposição, mas não parece ter sensibilizado os demais parlamentares.

5.3.3. Ocupação de cargos-chave

A equipe econômica do governo Temer tinha um perfil liberal do ponto de vista econômico. Tal fato pode ser deduzido de um de seus principais nomes, Marcos José Mendes, que poucos dias depois do início do governo interino de Michel Temer¹⁹ lançou, em parceria com os economistas Raul Velloso e Paulo Springer de Freitas, o livro “O Dia do Juízo Fiscal”, que na apresentação traz alguns valores do liberalismo econômico:

O primeiro capítulo, que dá o título ao livro, mostra como nossa política fiscal chegou ao limite, bateu no muro. Não há mais como manter a trajetória acelerada de crescimento do gasto da União e dos estados. Estamos em um momento de confluência de uma crise estrutural (decorrente de um modelo de crescimento do gasto acima do PIB), com uma crise econômica que derrubou a arrecadação. Dada a persistência da recessão, o baixo crescimento potencial do Brasil e a escassa perspectiva de que o país venha a ser ajudado por um choque externo positivo, não há perspectiva de ajuste fiscal pelo lado da receita. Será preciso ajustar a despesa. Chegamos ao dia do juízo fiscal. (VELLOSO; MENDES; SPRINGER DE FREITAS, 2016, p. 9)

Além de Marcos José Mendes, Chefe da Assessoria Especial do Ministro da Fazenda, os principais nomes que formaram a equipe econômica do governo Michel Temer no período de tramitação da PEC do Teto de Gastos foram Mansueto Facundo de Almeida Júnior, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Eduardo Refinetti Guardia, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Henrique de Campos Meirelles, Ministro da Fazenda, George Alberto de Aguiar Soares, Secretário de Orçamento Federal, e Dyogo Henrique de Oliveira, Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Essa equipe era bem respeitada no meio técnico e possuía boas conexões no campo político, características fundamentais aos empreendedores de políticas públicas (KINGDON, 2014).

Eu sei o seguinte: que a equipe econômica do Temer tinha muita moral, né? Vamos dizer assim... para resolver o problema. O Guardia tinha um respaldo político grande, ou seja, vamos confiar nele, ele sabe o que tá fazendo. O Dyogo nem tanto, mas ele

¹⁹ Dia 17 de maio de 2016, segundo página de Raul Velloso disponível em <https://web.facebook.com/raulreisveloso/posts/1695342347386956/>. Acesso em 05/06/2022.

tinha também uma boa penetração no MDB (Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges, Pos. 32)

Professor, o senhor e o Marcos Mendes escreveram um livro, que no meu ponto de vista tem cunhado o nome desta Comissão, intitulado O Dia do Juízo Fiscal. O dia do juízo fiscal chegou! E o senhor está aqui para nos falar: “Olha, eu já falava sobre isso antes”. É bom que nós ficamos alerta a tudo isso (SAMUEL PESSÔA, Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP, P. 29)

Um livro que gosto muito de ler, escrito pelo Marcos Mendes, Assessor do Senado e hoje Assessor Especial do Ministro da Fazenda, “Por que a economia cresce pouco?”, traz um elenco imenso de todas as distorções do nosso marco legal institucional, que geram gasto público, que geram disfuncionalidade — distorções para as classes baixas, para as classes médias, para as classes altas. (DEPUTADO THIAGO PEIXOTO, Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP, P. 22)

O fato de estarem próximos ao Presidente da República parece ter facilitado a disseminação da ideia de limitação dos gastos (KINGDON, 2014), sendo que Marcos Mendes e Mansueto Almeida são os mais lembrados como mensageiros dessa filosofia no governo Temer.

[...] 2016 foi o momento em que houve esse diagnóstico de uma forma muito clara dentro dos técnicos do Poder Executivo o Tarcísio, o Mansueto e o Marcos Mendes, né? E a partir daí eles perceberam isso e resolveram que a única solução possível seria partir para esse novo instrumento que é um instrumento de adotado em alguns outros países [...]. (Entrevista de Helio Martins Tollini, Pos. 9)

[...] essa ideia do teto no caso concreto, ela veio de fora, ela veio de uma experiência internacional. Quem trouxe foi Mansueto e Mendes, principalmente o Mendes. (Entrevista de Eugênio Greggianin, Pos. 35)

[...] então Marcos, ele bolou essa regra. A primeira redação veio dele pelo menos a informação que eu tenho, né? E chegou para gente lá na secretaria de orçamento. (Entrevista de Geraldo Julião Júnior, Pos. 32-33)

[...] eu acho que o núcleo duro do governo do Michel, sabe? Essa reforma saiu ali dos técnicos do Planejamento e da Fazenda, com certeza, né? Do Planejamento e da Fazenda, né? Que mostraram pro Meirelles que por sua vez mostrou para o Michel, né? Então foram atores decisivos, olha!... de quem mandou a proposta. Acho que esse pessoal foi decisivo para convencer o presidente depois o Meirelles, ou o Meirelles antes e depois o presidente. (Entrevista de Darcísio Perondi, Pos. 331)

Além disso, técnicos com perfil semelhante ocupavam cargos importantes para o processo de orientação dos parlamentares dentro do Legislativo.

Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, Ricardo Volpe afirma que o único ponto em que todo o impasse é sobre a visão do papel do Estado. “Hoje estamos com o maior histórico de despesa pública, com 20% do PIB. A gente quer que continue crescendo ou quer que diminua ou estabilize?”, questionou. Segundo Volpe, mantida a atual trajetória o país chegará ao ponto de desconfiança do ponto de vista do mercado, que pode deixar de comprar títulos públicos, usado para rolagem da dívida, ou vai querer comprar com valor muito baixo. “O que significa que terá de aumentar a taxa de juros. Não conseguindo financiar suas despesas, a União deixará de pagar mesmo e terá de emitir moedas para pagar seus compromissos, a inflação vai subir e os salários serão congelados”, projetou. (Governo considera limite de gastos primeiro passo contra crise, Pos. 7-8)

Assim, a raiz do problema que levou à crise econômica foi diagnosticada por essa equipe como o crescimento das despesas. Dessa forma, por estarem em posição privilegiada para levar esse entendimento ao Ministro da Fazenda e ao Presidente da República, essa equipe, identificada como empreendedor de políticas públicas, atuou juntamente com a crise econômica como fator fundamental ao primeiro acoplamento, revelando a janela de oportunidade da formação de agenda.

Durante a tramitação da PEC, a referida equipe continuou atuando junto a parlamentares e bancadas, seja em reuniões abertas, como audiências públicas, como em reuniões fechadas e eventos promovidos pelo Presidente Michel Temer. Essa atuação conjunta é um fator que entendemos ter contribuído para a adoção do NRF.

5.3.4. Mudança de governo

A mudança de governo é um dos fatores mais relevantes para a formação de agenda, segundo Kingdon (2014), pois alterações no Executivo ou no Legislativo tendem a produzir novas agendas, tanto no que se refere a atores políticos como em relação a burocratas de alto escalão (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2014). No caso, o governo que propôs a PEC do NRF assumiu o poder em uma situação extraordinária, por meio do *impeachment* da Presidente da República Dilma Rousseff. Parece-nos lógico que as observações de Kingdon também se aplicam a essa mudança de governo ou, na verdade, entendemos que o fato de a articulação política do movimento de impeachment estar interligada ao apoio, principalmente inicial, do governo do Presidente Michel Temer pode ter contribuído de forma ainda mais significativa para a formação de agenda, visto que o novo governo assume logo após uma votação com o quórum mais qualificado de votação no CN, ou seja, possuía a maioria no parlamento escalão (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2014). Nesse sentido, a mudança de governo e a distribuição de poder no Congresso Nacional foram fatores sinérgicos em favor da agenda do presidente Michel Temer. Assim, como descrito na seção 5.3.1 (Distribuição de poder no Congresso Nacional), houve um grande apoio inicial ao governo, formando uma ampla maioria no primeiro ano de governo, período no qual a PEC do NRF apresentada.

Eu acho que o governo Temer tinha uma base boa logo que ele entrou, né? Até porque foi um movimento do Congresso para colocar ele lá. (Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges, Pos. 26)

A oposição ao teto dos gastos, não tinha né? Era o governo que tava sendo do partido PT sendo expulso do governo. O desastre da Dilma afundou né? Levou o PT junto,

né? Então não tinha oposição. (Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, Pos. 153)

Na entrevista, o próprio Michel Temer relata que a crise política, entendida como o processo de impeachment de Dilma Rousseff, colaborou para a aprovação da PEC do NRF.

[...] digamos a crise política anterior ajudou a solucionar uma crise econômica que o país atravessava. Não tenho dúvida disso. (Entrevista de Michel Temer, Pos. 16)

Por outro lado, a situação do governo interino também gerava críticas sobre a legitimidade para propor uma medida que afetaria profundamente as finanças públicas nacionais e a margem de atuação dos governos que o sucederiam.

Um Presidente provisório interino não poderia encaminhar para cá uma proposta de emenda à Constituição para valer por 20 anos, ou seja, para os próximos 5 Presidentes da República. (DEPUTADA JANDIRA FEGHALI, Nota Taquigráfica CCJC 03-08-2016, P. 5)

Com a ascensão ao poder do Governo Temer através do golpe de 2016, este viu-se numa situação de ter que dar uma resposta mais rápida e imediata (não ao povo brasileiro e trabalhador, mas aos investidores), daí a saída rápida – sem discussão com a sociedade – foi criar esse Novo Regime Fiscal que limita o crescimento do país em termos econômicos e sociais. (Entrevista de Vanessa Grazziotin, Pos. 9-11)

De toda forma, entendemos que a mudança de governo abriu a janela de oportunidade no segundo acoplamento para a mudança de curso da política fiscal e econômica que fora utilizada pelo governo anterior, imputando a este a situação de crise econômica em que se encontrava o país.

A PEC 241 é vital para que o Brasil se recupere da crise em que foi colocado pela irresponsabilidade dos governos que nos antecederam. (SENADOR ALOYSIO NUNES, Teto de gastos é importante para estancar a “gastança imoderada”²⁰, Pos. 4-5)

Faz-se necessária mudança de rumos nas contas públicas, para que o País consiga, com a maior brevidade possível, restabelecer a confiança na sustentabilidade dos gastos e da dívida pública. É importante destacar que, dado o quadro de agudo desequilíbrio fiscal que se desenvolveu nos últimos anos, esse instrumento é essencial para recolocar a economia em trajetória de crescimento, com geração de renda e empregos. Corrigir o desequilíbrio das contas públicas é condição necessária para retirar a economia brasileira da situação crítica que Vossa Excelência recebeu ao assumir a Presidência da República. (Exposição de Motivos 83-2016 PEC-241-2016, P. 4)

²⁰ Disponível em https://youtu.be/MwZUUQ9kBEs?list=PL_iy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x . Acessado em 30/04/2022.

5.3.5. Atuação de grupos favoráveis

Kingdon (2014) aborda a ação de forças politicamente organizadas contra ou a favor da questão, ao mesmo tempo, porém, para efeito de descrição e para melhor entendimento do fenômeno, entendemos ser mais interessante investigar separadamente os grupos favoráveis e os grupos contrários à proposta. O autor entende que tais grupos, com sua intensidade e visibilidade, podem ou bloquear ideias de serem concretizadas ou impulsionar uma alternativa preferida, mas não menciona efeitos intermediários que possam ocorrer, caso algum grupo não seja bem-sucedido em seu objetivo.

Identificamos agentes econômicos, formadores de opinião e a imprensa como grupos interessados na tramitação bem-sucedida da PEC. Assim, além da atuação política e da articulação com os técnicos do Legislativo, o apoio explícito à adoção do limite dos gastos públicos foi uma das formas de atuação de grupos favoráveis, que pressionam os atores políticos, pois estes sabem que ir de encontro a esses grupos pode lhes custar perda de capital político (KINGDON, 2014).

O mercado financeiro vê a proposta com bons olhos, já que uma medida válida por um período tão extenso passaria a mensagem de que o Brasil está comprometido com o equilíbrio das contas.

Jolanda Battisti, da FGV, afirma que o prazo representa que o governo está "comprando tempo" para colocar a dívida sob controle.

"É como se uma pessoa endividada que diz que vai te pagar de volta, mas só dez reais por semana, e não em grandes prestações."

Um plano de longa duração, afirma, substitui ações mais drásticas, como aumentar impostos ou cortar despesas imediatamente, o que poderia agravar o desemprego. (Economia - PEC 241 tire dúvidas sobre a proposta que limita gastos públicos, Pos. 23-26)

No sábado (1º), véspera do primeiro turno da eleição municipal — estou lendo matéria da Folha de S. Paulo —, Temer reuniu-se com empresários em São Paulo e foi informado de que entidades do setor privado publicarão anúncio nos jornais nos próximos dias defendendo a aprovação do teto de gastos. (DEPUTADO PATRUS ANANIAS, Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP, P. 8)

[...] a base do Governo ilegítimo e sem votos de Temer quer aprovar, é atender como prioridade o mercado financeiro [...] (DEPUTADO HENRIQUE FONTANA, Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP, P. 23)

Outra discussão no debate político foi sobre a PEC ter ou não o objetivo de instituir um Estado Mínimo no Brasil. Apesar de não haver esse objetivo declarado pelo governo, muitas foram as acusações sobre essa intenção oculta, bem como alguns técnicos entendem que essas críticas faziam sentido.

Houve muita crítica e eu acho que tem sentido. De que o teto da forma como se encontra, ou seja, corrigindo pelo IPCA, ele é uma regra de política econômica de Estado Mínimo. Na verdade, ele não pretende apenas controlar a dívida. Mesmo que a dívida esteja sob controle. (Entrevista de Eugênio Greggianin, Pos. 111)

Nesse contexto, parlamentares contrários à PEC levantaram essa questão.

A PEC 55 é ideológica. Ela parte da visão do Estado mínimo, do liberalismo econômico, que está quebrando o mundo, que quebrou a Europa; que fez a desgraça da Grécia; que gerou as dificuldades de Portugal e da Itália; que levou, Senador Aloysio, a Inglaterra ao Brexit, e à vitória do Donald Trump nos Estados Unidos. (SENADOR ROBERTO REQUIÃO, Nota Taquigráfica Plenário 8-12-2016 Senado, P. 5)

A Constituição aponta na perspectiva do Estado do bem-estar social, do Estado da inclusão, da justiça social; e a PEC, na perspectiva do Estado mínimo, do neoliberalismo, do Estado que se omite e não implementa as políticas públicas necessárias. (DEPUTADO PATRUS ANANIAS, Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP, P. 126)

Trata-se de política neoliberal que, supostamente, implementa o chamado Estado mínimo. (Voto em separado Chico Alencar e Ivan Valente Tramitação-PEC-24, P. 5)

Apesar dessas referências, raros foram os momentos em que os defensores da PEC ou os membros do governo negaram ou responderam as acusações, de forma que preferiram ignorar a debater esse ponto.

Deputado, como V.Exa. me citou, quero dizer que eu não defendo o Estado mínimo. Mas no meu Estado, o Rio de Janeiro, os Deputados votaram aumentos salariais enormes para os servidores.

Hoje o Estado não tem dinheiro para pagar o salário do servidor público. Por isso eu tenho defendido publicamente a aprovação desta PEC (DEPUTADO RODRIGO MAIA, Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 251 Plenário CD, P. 33)

Produzimos um Estado que não cabe na nossa economia, e há que se recuperar e se refazer essa situação. Isso é Estado mínimo? Não, mas também não é Estado máximo. Isso é Estado necessário. (DEPUTADO CARLOS MARUN, Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP, P. 42)

5.3.6. Atuação de grupos contrários

Por sua vez, a atuação de grupos contrários foi representada pelos movimentos dos estudantes, com a ocupação de escolas e universidades, movimentos sociais por parte de sindicatos e associações, além da atuação em menor frequência da mídia e da oposição no próprio processo legislativo. A atuação desses grupos tinha por objetivo a não aprovação do NRF (KINGDON, 2014).

Enquanto as ruas testam a capacidade de mobilização contra a PEC que pode ter impacto sobre o salário-mínimo e o investimento em programas sociais, o Governo Temer usa sua munição publicitária para melhorar a imagem de uma das suas mais polêmicas propostas até agora. A escolha da marca #EquilíbrioDeContas para tratar dos temas ligados à PEC 241 explicita a mensagem que o presidente quer passar, de que a nova regra fiscal é a maneira de tentar interromper a curva ascendente do gasto público e ajudar na saída do país da recessão.

Na página no Facebook do Portal Brasil, uma publicação diz que o #EquilíbrioDeContas pode "controlar as contas para garantir o investimento sem prejuízo para educação; ampliar investimento na educação já em 2017, em 7%" e

"fazer o Brasil voltar a crescer", mas não explica como será esse aumento de investimentos. Finaliza que não dá para "aumentar o investimento em educação com o Brasil quebrado". Não menciona o termo PEC 241, martelado pela oposição na última semana.

Do outro lado, a CUT publicou um vídeo com artistas, como Wagner Moura, Beth Carvalho e Osmar Prado, contrários à PEC. Usam a música Apesar de você, de Chico Buarque, composta durante a ditadura militar, para se referir aos feitos de Temer. (Mobilização contra a PEC 241 tem primeiro teste de força nas ruas, Pos. 12-15)

A Minoria entra em obstrução. No conteúdo, se der quórum, vai votar “não”, e vai atuar para obstruir a aprovação desta PEC até a hora em que tivermos forças e que os senhores não conseguirem mais quórum aqui. (DEPUTADA JANDIRA FEGHALI, Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 248 Plenário CD, P. 62)

Apesar de não terem atingido o objetivo principal de impedir a aprovação do NRF, a persistência desses grupos na tentativa de resguardar os gastos sociais com saúde e educação obteve parcial sucesso. O governo, por meio do relator na CESP, flexibilizou o início do teto para esses setores, acatando emendas que visavam ampliar a base de cálculo sobre a qual seriam quantificadas as aplicações mínimas em saúde e educação. Ressaltamos que as aplicações mínimas em saúde se encontravam em transição, em vista da promulgação da EC nº 86/2015, que introduzira o caráter obrigatório de execução para emendas individuais e uma regra de aumento progressivo do mínimo de saúde que alcançaria 15% da RCL em 2020. Considerando os valores aplicados em 2016 e o índice de atualização do teto de gastos para 2017, o relator alterou o ano base de aplicação do mínimo de saúde para 2017, trazendo efetivamente a incidência do percentual de 15% da RCL para o ano de 2017 e, a partir de então, a correção pelo IPCA. No que se refere à educação, também adotou o ano base como de 2017 e correção a partir de 2018 (Parecer CESP Tramitação-PEC-241-2016).

Esse fato não foi tido como um pacote para aprovar o NRF (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017), mas esse ajuste contribuiu para reduzir a resistência de parlamentares que se sentiam desconfortáveis com possíveis prejuízos às áreas de saúde e educação.

O governo tomou o cuidado de estabelecer regimes especiais para a Saúde e para a Educação. Nessas duas áreas, serão fixados pisos de investimento (as outras áreas precisam apenas respeitar, juntas, o teto de gasto do governo. Mas não há piso de investimento para cada uma). No caso de Educação, a mudança ocorrerá a partir de 2018. Naquele ano, o governo investirá o mesmo valor que investir em 2017 (18% da receita líquida do governo) mais o acréscimo da inflação do ano anterior, medida pelo IPCA.

O governo diz que, assim, a área está protegida. Os críticos mais duros afirmam que a área vai sofrer terrivelmente. A verdade tem nuances entre esses dois extremos. (Teto de gastos o que a PEC 241 muda na Educação - ÉPOCA, Pos. 9-10)

Há um debate muito importante sobre se deve haver um tratamento especial para as despesas de saúde e educação. São despesas muito importantes não só para o crescimento econômico como também para o bem-estar da população. Reconhecendo essa importância, reconhecendo essa prioridade e reconhecendo também o nível de despesas que já existe nesses dois setores em relação à renda per capita brasileira, o Governo propôs um tratamento especial para as despesas desses

dois setores. Qual é esse tratamento especial? A manutenção do mesmo nível de gasto que foi feito em 2016 e sua correção todos os anos pela inflação. Portanto, não haverá redução de gastos nem para a educação nem para a saúde. (MURILO PORTUGAL FILHO, Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP, P. 37)

Além dos grupos que ideologicamente tentavam barrar a PEC ou retirar saúde e educação da submissão ao teto de gastos, havia outros grupos que atuavam de uma forma corporativista, tentando ser excluídos do teto, como foi o caso do Judiciário, Ministério Público e Forças Armadas.

[...] os militares sempre foram grandes lobistas, né? E eles atuaram fortemente para tirar o grupo dos militares na naquele da naqueles gatilhos. Ou seja, caso o limite fosse atingido ficaria vedado aumento para os militares, né? Eles atuaram nisso, mas não tiveram sucesso. (Entrevista de Eugênio Greggianin, Pos. 104)

[...] teve claramente os presidentes dos tribunais do Judiciário tentaram impedir, né? Fizeram muita pressão. E teve um jogo político duro para enquadrá-los. Em algum momento você teve algumas lideranças militares também [...] E depois de adotado o teto houve uma ação muito grande do Ministério Público, os Procuradores públicos para tentar derrubar o teto, e principalmente para tentar aumentar o próprio teto. Então entraram no TCU, entraram na justiça, no STF, né? E depois de aprovado também muito debate dessa questão de saúde e educação, mas na minha opinião instrumentalizado pelo interesse partidário que é corporativo sindical né? Então você olha quem são os amigos curae e os autores das ações no Supremos são sempre Sindicatos de professores, associações de médicos e parlamentares da esquerda então... Muito Sindicato de servidores Judiciário, do Ministério Público. Então esses foram os grupos de atores que durante a tramitação e após aprovação continuaram pressionando. (Entrevista de Marcos José Mendes, Pos. 94-95)

[...] teve os militares também. O Marcos conta que teve uma reunião pesada no palácio pelos militares. (Entrevista de Geraldo Julião Júnior, Pos. 171)

Em um episódio peculiar, o relator explica, na entrevista, que até o último momento havia mobilização dos militares para serem retirados da PEC do teto de gastos, chegando a pressioná-lo até no momento da leitura de seu relatório na CESP.

Eu recebi um telefonema da chefia da Casa Civil para deixar os militares fora.

- - E eu disse.

- - Olha o relatório tá pronto. Eu tô lendo, tá?

- - Para eu mudar, eu quero conversar com o presidente Michel.

- - Pra botar, porque não tem... não tem sigilo. Presidente Michel me liga, eu vou lá para o fundo, eu posso sair daqui... interrompo a leitura. Acho que tava no intervalo, tava votando destaque já uma coisa assim, e aí eu falo para o presidente.

- - Mas o presidente não me telefonou. (Entrevista de Darcísio Perondi, Pos. 385-390)

5.4. Empreendedores

5.4.1. Articulação técnica

Com o entendimento de que era necessário um esforço fiscal muito grande para fazer frente ao déficit estimado para o exercício de 2016, a solução mais direta e imediata dos técnicos do Ministério da Fazenda era baseada em cortar despesas.

Que no começo essa ideia era de continuar no regime normal de fazer um esforço fiscal maior. Só que eu acho que dentro da própria fazenda começou a se entender no Escalão um pouco mais alto. E aí você deve ter falado com Marcos. Não sei se não sei se vai falar exatamente dessa forma, mas ele fala muito que é assim que percebeu o seguinte, olha essa visão tecnicista do pessoal mais do Tesouro etc. que é uma visão de que tem que fazer o esforço fiscal muito fortemente, ela não vai conseguir passar politicamente. Então porque vai ter que ter um esforço tão grande no governo muito curto. (Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares, Pos. 11)

A situação fiscal era vista com preocupação pelos técnicos do governo do Presidente Michel Temer, mas também por técnicos do Legislativo.

[...] a Senadora Rose de Freitas levou eu para conversar com o presidente Michel Temer um dia antes dele assumir como presidente da república dois dias antes era um dia lá na vice-presidência. Tava um monte de gente lá. (Entrevista de Ricardo Alberto Volpe, Pos. 76)

Com experiência no Congresso Nacional, o Sr. Marcos Mendes percebeu que uma proposta de corte não teria boa receptividade política, então, com base em experiências internacionais de regras fiscais de limites de gastos em outros países, trouxe a ideia para discussão entre os técnicos do Executivo e Legislativo.

[...] essa ideia do teto no caso concreto, ela veio de fora, ela veio de uma experiência internacional. Quem trouxe foi Mansueto e Mendes, principalmente o Mendes. (Entrevista de Eugênio Greggianin, Pos. 35)

E me chamaram... secretário me chamou e falou ó tem essa proposta que tá sendo construída na fazenda, na época existia fazenda ainda, pelo Marcos Mendes e a gente vai conversar hoje à noite lá na fazenda sobre ela e aí me passou o texto e nós começamos a ler o texto. (Entrevista de Geraldo Julião Júnior, Pos. 17)

Assim, o Sr. Marcos Mendes e a equipe econômica do Ministério da Fazenda realizaram diversas reuniões técnicas com especialistas das consultorias de orçamento do Congresso Nacional, especialmente da CD.

Eu acho que teve um ator aí a gente pode chamar também que foram as assessorias vão chamar assim, né? Porque muitas das ideias que acabaram entrando na emenda 95 vieram por exemplo da Consultoria de orçamento da Câmara e do Senado. (Entrevista de Felipe Scudeler Salto, Pos. 59-60)

Porque foi um projeto que na verdade foi feito a várias mãos ele antes de ser encaminhado, oficialmente ele foi discutido a exaustão com vários atores dentro do parlamento, né? Primeira coisa foi feita com os atores técnicos, né? Foi muito

discutido com as consultorias. (Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares, Pos. 111-112)

Eu acho que o que ajudou também foi a consultoria do congresso. A consultoria do congresso comprou a ideia porque viu o problema. Não acho que achava o melhor, eu não sei se o pessoal tem muita crítica. [...] e não tinha outra opção melhor, ninguém tava vendo uma opção melhor na hora, [...]. Aconteceu muito debate, muita coisa evoluiu, né? Muita coisa que ficou lá também ajudou algumas coisas operacionais, né? Coisas boas. (Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares, Pos. 47)

Na verdade, a proposta já foi começou a ser construída já em conversa com legislativo então mesmo nas primeiras versões antes da gente mandar para o Congresso, as equipes técnicas do Legislativo, já estavam lá dentro do ministério conversando com a gente. O relator e outros parlamentares já estavam conversando com a gente [...] (Entrevista de Marcos José Mendes, Pos. 37)

E aí, a partir do momento em que como os técnicos estavam muito afinados em termos de conversa com legislativo e os técnicos da SOF, né? Da Fazenda junto com assessoria da câmara e um pouquinho a gente ali participando [...]. (Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges, Pos. 87)

[...] a gente se reunia. Toda segunda e sexta-feira aqui na consultoria do orçamento, era duas vezes por semana (Entrevista de Ricardo Alberto Volpe, Pos. 19)

Assim, a proposta já partiu do Executivo com sugestões e ajustes provenientes dessas reuniões técnicas. Com a matéria em tramitação, alguns desses técnicos, tanto do Executivo, principalmente o Sr. Marcos Mendes e o Sr. Mansueto Almeida, quanto do Legislativo, atuaram na apresentação da PEC e orientação dos parlamentares, investindo seu tempo e muitas vezes se expondo ao debate político.

[...] a gente tem é um diálogo mais com a equipe técnica do que com a política. Eu tive várias reuniões com relator ou com outras autoridades desses órgãos, mas o cara não ouve, entendeu? A gente vê que já tá combinado demais... Já no caso do novo regime fiscal a gente já tinha uma aproximação grande com a equipe técnica do Tesouro e da SOF, né? Dado ao nosso trabalho e também né? com a nova equipe do Ministério da Economia. Nós formamos um grupo de trabalho muito bom. Né? Então só para você ter uma ideia nesse grupo trabalho que eu coordenei por meses... Então, antes de chegar a PEC aqui, o relator que era o provável para PEC, Darcísio Perondi já nos procurou e falou eu quero que vocês me assessorem e aí a gente ficou um mês mais ou menos preparando ele enquanto relator. (Entrevista de Ricardo Alberto Volpe, Pos. 16)

[...] o nosso trabalho aqui dentro tanto junto com a equipe técnica. Foi muito sincronizado coisa rara mesmo. Assim foi dos trabalhos mais bem sincronizados que nós fizemos (Entrevista de Ricardo Alberto Volpe, Pos. 29)

[...] tiveram várias reuniões, né entre os nossos colegas aqui da Consultoria e os técnicos lá da fazenda, né? E então houve também esse papel de interação e conhecimento com os próprios colegas nossos que no fim das contas também tem um peso grande na tomada de decisão pelos parlamentares, né? Então o convencimento deu nessas duas vias, né direto com os parlamentares e indiretamente via convencimento e participação dos Consultores da câmara do senado (Entrevista de Helio Martins Tollini, Pos. 19)

[...] teve um papel muito importante também a própria equipe Econômica que foi o fato de eles virem o congresso sentar com as lideranças explicar a situação explicar o

que que seria o teto porque do teto eu acho que houve um processo de convencimento prolongado e difícil porque envolveu muita conversa muita persuasão, né? Mas enfim no final atingiu o objetivo, né? Então acho que foi isso eu não vejo um papel eu não vejo o papel tão relevante do momento político da situação política, eu acho que foi mais uma decisão técnica de apelar com instrumento muito forte e que os caras tiveram a capacidade de convencer o mundo político de que essa era a melhor alternativa. (Entrevista de Helio Martins Tollini, Pos. 16)

Então isso era muito exercido. Foi muito exercício, muita conversa técnica, eu mesmo com outros técnicos. Rodamos todas as lideranças partidárias para explicar, para tirar dúvida, para nos colocar à disposição. Tive diversos debates com associações e representantes de interesse da Saúde e da Educação. Apanhei para caramba, mas ia lá dar cara tá certo fazer o debate e dar protagonismo aos políticos para participarem do processo. (Entrevista de Marcos José Mendes, Pos. 33)

Com a articulação técnica realizada e o pensamento em não desagradar os parlamentares propondo um ajuste fiscal abrupto, a proposta obteve boa receptividade, o que facilitou sua aprovação com poucas alterações.

[...] que eu vejo aqui teve sua solução que a meu ver se você for olhar do ponto de vista histórico é uma solução brilhante, não é perfeita, mas tinha uma lógica que era o seguinte, vamos trocar um ajuste de curtíssimo prazo pela promessa de ajuste de médio e longo prazo. Porque eu acalmo o mercado, porque eu tenho uma regra que é longa, eu não consigo fazer aquele ajuste que eu deveria fazer como era o caso, como foi feito durante o governo Fernando Henrique, como foi feito o começo do governo Lula... um ajuste muito drástico muito curto, eu não consigo. [...] Então eu preciso de trocar uma coisa de curto prazo por uma coisa de médio prazo. (Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares, Pos. 16-17)

Nesse contexto, entende-se que a equipe técnica do Ministério da Fazenda (Marcos Mendes e Mansueto Almeida) atuou como empreendedor de políticas públicas. Em primeiro lugar, porque investiram tempo, energia e reputação com base na expectativa de ganhos futuros, principalmente associados à promoção de valores liberais na realização de despesas públicas (KINGDON, 2014). Ademais, além de atuar diretamente na promoção da ideia, tiveram o entendimento fundamental do arranjo institucional do processo de orçamentação pública, para que pudessem oferecer uma solução que atendesse, ao mesmo tempo, o objetivo de limitação do crescimento das despesas e obtivesse boa receptividade política, por meio de uma regra que diluiu um ajuste fiscal rigoroso por diversos anos (CAPELLA, 2010, 2016). A PEC do NRF foi apresentada com as implicações institucionais da EC nº 86/2015 em conta, para favorecer a ideia de limitação de gastos (CAPELLA, 2016).

A jornada do empreendedor de políticas não se limita ao acoplamento dos fluxos quando percebe uma janela de oportunidade, mas requer trabalho constante no interior dos três fluxos de modo a promover sua alternativa, o que foi feito no início do governo do Presidente Michel Temer, ao levar a ideia de limitação de gastos à agenda decisória, dar visibilidade ao problema que pretende solucionar, com a participação nas comissões e junto à mídia, e ao abrir

articulações com a esfera política para ganhar apoio, um trabalho que a equipe do Ministério da Fazenda fez juntamente com o relator da CESP, Deputado Federal Darcísio Perondi, e com os consultores de orçamentos da CD (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2014). Quanto ao relator e aos consultores, entendemos que aderiram ao perfil de empreendedor de políticas públicas durante a fase de tomada de decisão, atuando em conjunto com a equipe do Ministério da Fazenda e com o Presidente Michel Temer, que entendemos ter sido o empreendedor político fundamental para a adoção do NRF, conforme detalhado na seção 5.4.2 (Articulação política).

A tomada de decisão, cujo último ato muitas vezes é entendido como a aprovação de uma lei, decreto ou, no caso, de uma emenda constitucional, teve uma pequena extensão no caso estudado. Após a promulgação da EC nº 95/2016, os empreendedores, principalmente técnicos, atuaram para garantir a interpretação jurídica do NRF junto ao STF e ao TCU para que não houvesse problemas ou surpresas negativas em sua implementação.

[...] foi de fundamental importância para manter de pé tudo aquilo que ele estava fazendo até que o TCU validou tudo. (Entrevista de Geraldo Julião Júnior, Pos. 160)

5.4.2. Articulação política

No MMFm, o processo é dividido em dois acoplamentos e, assim, o empreendedor para o acoplamento dos fluxos na tomada de decisão não é necessariamente o mesmo ator que atuou como empreendedor de políticas públicas durante a formação da agenda (HERWEG; HUSS; ZOHLNHÖFER, 2015). A equipe do Ministério da Fazenda atuou para aproximar os fluxos durante o acoplamento no processo de formação de agenda, mas no processo de tomada de decisão foi necessário contar com atores com crenças compatíveis e autoridade formal de formulação de políticas, como o Presidente da República Michel Temer e o Ministro Henrique Meirelles, para promover o acoplamento dos fluxos e conduzir o projeto por meio do processo formal na etapa de tomada de decisão (HERWEG; HUSS; ZOHLNHÖFER, 2015; ZOHLNHÖFER; HERWEG; HUSS, 2016).

O governo já fazia uma articulação política em paralelo às discussões técnicas promovidas por sua equipe. A articulação política foi conduzida de forma bem próxima pelo Presidente Michel Temer, enquanto o elo com a parte técnica era feito pela equipe do Ministério da Fazenda, principalmente pelo Sr. Marcos Mendes e pelo Sr. Mansueto Almeida. Além de encontros com parlamentares, promovidos diretamente pelo Presidente, o governo atuou junto à grande mídia para conseguir promover sua alternativa.

E esse modelo [de conversas com as bancadas e lideranças partidárias por parte dos técnicos] também teve um grande efeito na época até o próprio Meirelles, por exemplo,

Michel Temer elogiou muito e aí a gente montou, além dessa estratégia, essa sugestão que nós demos na época de junto à mídia. Aí eles fizeram um trabalho junto à mídia. Esse mesmo modelo repercutiu também na reforma da previdência, de trazer a mídia, a importância de ter o teto do gasto... pode ver na imprensa saía muitas matérias favoráveis ao teto e depois a reforma da Previdência também [...] (Entrevista de Ricardo Alberto Volpe, Pos. 110)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, numa atitude inédita na história recente do Brasil, o Presidente da República reuniu previamente a base aliada, para apresentar as razões da proposta de emenda à Constituição que estamos apreciando agora.

O Presidente Michel Temer mostrou o respeito que tem pelo Poder Legislativo e pelos Parlamentares que, nas duas Casas do Congresso, formam a base de sustentação do Governo. (DEPUTADO SIMÃO SESSIM, Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD, P. 50)

E ao mesmo tempo a coalisão que assumiu o poder teve uma capacidade de articulação política muito forte, né? Então tinha uma capacidade de coordenação dentro da casa civil e da secretaria de governo com as lideranças partidárias e uma capacidade muito grande de colocar a pauta e as prioridades do executivo (Entrevista de Marcos José Mendes, Pos. 20)

Para Herweg, Zahariadis e Zohlnhöfer (2017), a participação direta do Presidente da República confere uma chance maior de sucesso à proposta, o que de fato ocorreu. Entretanto, entendemos que o fato de a maior autoridade do Executivo ter agido como empreendedor político não reduz a importância nem o trabalho dos empreendedores de políticas públicas, que permaneceram com suas ações de promoção da ideia junto a parlamentares e à mídia, muitas vezes em conjunto com o Presidente.

Que eu me recorde num jantar na no Palácio da Alvorada que o presidente chamou toda a base e não sei quantos parlamentares... foi no domingo. E aí o Marcos Mendes foi fazer exposição ainda conceitual, não sei se já tá tinha um texto, mas não sei se chegou ali a discutir o texto... aí nessa nessas oportunidades também ia o Mansueto que era cara comunicador de primeira mão, né? Tinha interlocução. (Entrevista de Geraldo Julião Júnior, Pos. 81)

Com o objetivo de garantir o apoio dos partidos da base aliada à PEC, o presidente Michel Temer e integrantes do primeiro escalão do governo têm patrocinado cafés da manhã, almoços e jantares com parlamentares.

O limite para os gastos públicos é tido pelo Palácio do Planalto como uma das principais formas de equilibrar as contas da União, assim como a reforma da Previdência Social. (G1 - PGR diz em parecer que PEC do teto de gastos é inconstitucional, Pos. 17-18)

O relator Deputado Federal Darcísio Perondi participou ativamente dessa jornada de empreendedores, junto com os técnicos do Executivo e sua equipe de assessoramento, de uma forma conjunta e aparentemente bem coordenada.

[...] da PEC do NRF então nessa época a gente montou esse grupo era eu, o Mansueto e o Marcos Mendes e mais o relator e a gente fazia reuniões com cada bancada e cada partido político nas lideranças de cada partido e ia lá tipo uma apresentaçõzinha... eu falava um pouco, o Marcos tinha uma integração da nossa fala e mais o relator lógico,

político, mas a gente tava lá, dava suporte técnico. (Entrevista de Ricardo Alberto Volpe, Pos. 109)

Ainda em termos políticos, havia um alinhamento com os ministros das pastas, cujas críticas apontavam um prejuízo direto pela limitação dos gastos, em especial nas áreas de saúde, educação e ciência e tecnologia. Os ministros defendiam ativamente a PEC e reduziam a importância das críticas e das consequências alegadas em suas áreas de atuação.

'Teto de gastos não será problema para saúde e educação', garante Ricardo Barros
O ministro da Saúde, Ricardo Barros, participou nesta quinta-feira (17) de uma audiência na Comissão Mista de Orçamento. Ele iniciou sua gestão em 12 de maio, por indicação do presidente Michel Temer, quando ainda era interino. Barros voltou a defender a PEC do Teto de Gastos (PEC 55/2016), garantindo que saúde e educação não vão perder recursos. ('Teto de gastos não será problema para saúde e educação', garante Ricardo Barros, Pos. 1-2)

O ministro Mendonça Filho respondeu e argumentou que a PEC 55 não retira recursos da educação e que o investimento mínimo na área, correspondente à inflação, está mantido. O ministro criticou “posturas intolerantes” que impedem o debate sobre a medida na sociedade. Ele contou ter sido recebido com hostilidade em instituições de ensino e revelou “quase ter sido agredido fisicamente”. Para ele, as táticas são fascistas, impulsionadas por partidos políticos. (Mendonça Filho diz que, se chamado, irá debater propostas em escolas ocupadas, Pos. 5)

Kassab diz que PEC 241 “é remédio amargo”, mas necessário
O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, afirmou hoje (20), em Salvador, que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que estabelece um teto para os gastos do governo por até 20 anos, “é um projeto duro, mas necessário”.
“É um remédio amargo, pelo qual precisa passar a economia brasileira, para que se possa retomar o crescimento do país”, disse Kassab. “Em bases reais, é evidente que, quando existem limitações no Orçamento, todos sabem que não vamos inventar receitas e, efetivamente, vamos gastar o que estiver disponibilizado no Orçamento. Ganha o Brasil com um projeto bom como este”, afirmou. (Kassab diz que PEC 241 “é remédio amargo”, mas necessário, Agência Brasil, Pos. 1-3)

Indo um pouco além do NRF, identificamos o efeito de transbordamento (*spillover*) em relação às janelas de oportunidades abertas para essa proposta. Esse transbordamento consiste no efeito que o aparecimento de uma janela para um assunto tem de aumentar a probabilidade de abertura de outra janela para um assunto semelhante, que no caso foram a reforma trabalhista e a reforma da previdência. A primeira chegou a ser realizada, enquanto a segunda, por motivos políticos, teve sua janela de oportunidade fechada até o governo seguinte. Assim, a intenção do governo, parcialmente bem-sucedida, era aproveitar a janela de oportunidade do NRF para guiar as propostas seguintes relacionadas à arena econômica (KINGDON, 2014).

5.5. Resumo dos resultados

Na etapa de formação de agenda, os principais fatores do fluxo de problemas foram os indicadores e a crise econômica, que transformaram a questão em problema (KINGDON, 2014; SUBIRATS, 2007). A taxa de crescimento das despesas superior à das receitas, principalmente a partir de 2012, implicou no início de uma sequência de déficits primários sucessivos após 2014, levando a DBGG a um crescimento de 15% em 3 anos. O fenômeno da dependência da trajetória contribuiu, dentro desse fluxo, para a percepção de valor sobre o resultado primário, para atores políticos e sociedade, pois, em função da utilização e cumprimento da meta de resultado primário desde 1999, a transgressão da meta agravou a percepção de problema (PIERSON, 1996; SPOHR, 2016b), sendo um grande reforço aos objetivos ideológicos da equipe econômica.

No fluxo de alternativas, a comunidade relativamente fechada de especialistas em finanças públicas já vinha consolidando uma lista de regras fiscais e respectivas experiências internacionais. A partir disso, com reuniões prévias ao envio formal da proposta, técnicos do Executivo e do Legislativo fizeram ajustes prevendo a melhor receptividade política com uma solução simples, transparente e aderente aos objetivos do governo recém-empossado. Tais fatores contribuíram para a rápida consideração da proposta na agenda decisória (HERWEG; ZAHARIADIS, 2018).

O fluxo político contribuiu para a mudança de governo, em 12 de maio de 2016, e a ocupação de cargos-chave por profissionais alinhados em termos de perfil liberal. Esses fatores, juntamente com a crise econômica, aproximaram os fluxos e, conseqüentemente, causaram a abertura da primeira janela de oportunidade, o que favoreceu a apresentação da ideia pela equipe do Ministério da Fazenda e a aceitação dessa proposta como uma das principais propostas do governo (CAIRNEY; ZAHARIADIS, 2016).

Assim, em 15 de junho de 2016, o Presidente Michel Temer encaminha a PEC do NRF para o Congresso Nacional, iniciando-se a etapa de tomada de decisão.

Nessa etapa, o fluxo de problemas permanece contribuindo com indicadores desfavoráveis da crise econômica para o discurso dos defensores da proposta. Entretanto, ganha relevância a atribuição de culpa à gestão anterior em razão de políticas consideradas equivocadas, que teriam colocado as finanças públicas federais em uma situação complicada (PIERSON, 1996). A flexibilização da meta fiscal, a contabilidade criativa, um dos pontos cruciais do processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, e as políticas de

desoneração tributária são os principais itens encontrados na narrativa do governo e de apoiadores da PEC.

No fluxo das alternativas, a PEC é submetida à análise jurídica das comissões do CN e do STF. Sua aprovação nessas instâncias fortalece a percepção de viabilidade da proposta, que ainda conta com aceitação pública da sociedade, do mercado financeiro, da mídia e de formadores de opinião. O Presidente Michel Temer toma a frente na articulação política (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017), e promove diversos encontros para promoção da PEC. O entendimento prévio da equipe econômica sobre o contexto institucional das emendas parlamentares foi transmitido com sucesso aos parlamentares, que viam urgência para solução do problema, ao mesmo tempo em que entendiam não serem tão impactados como numa solução ordinária de ajuste fiscal tradicional. Assim, com ajustes em relação às áreas da saúde e da educação para reduzir a já pequena resistência política à proposta, a PEC é aprovada e promulgada no dia 15 de dezembro de 2016.

Em face disso, com os detalhes abordados nas demais seções deste capítulo, os resultados sugerem a validade do MMFm para o estudo de caso do NRF. Em termos esquemáticos, reproduzidos de acordo com o modelo proposto na Figura 7 - Modelo de Múltiplos Fluxos modificado (MMFm), apresentamos o resumo dos resultados na Figura 12.

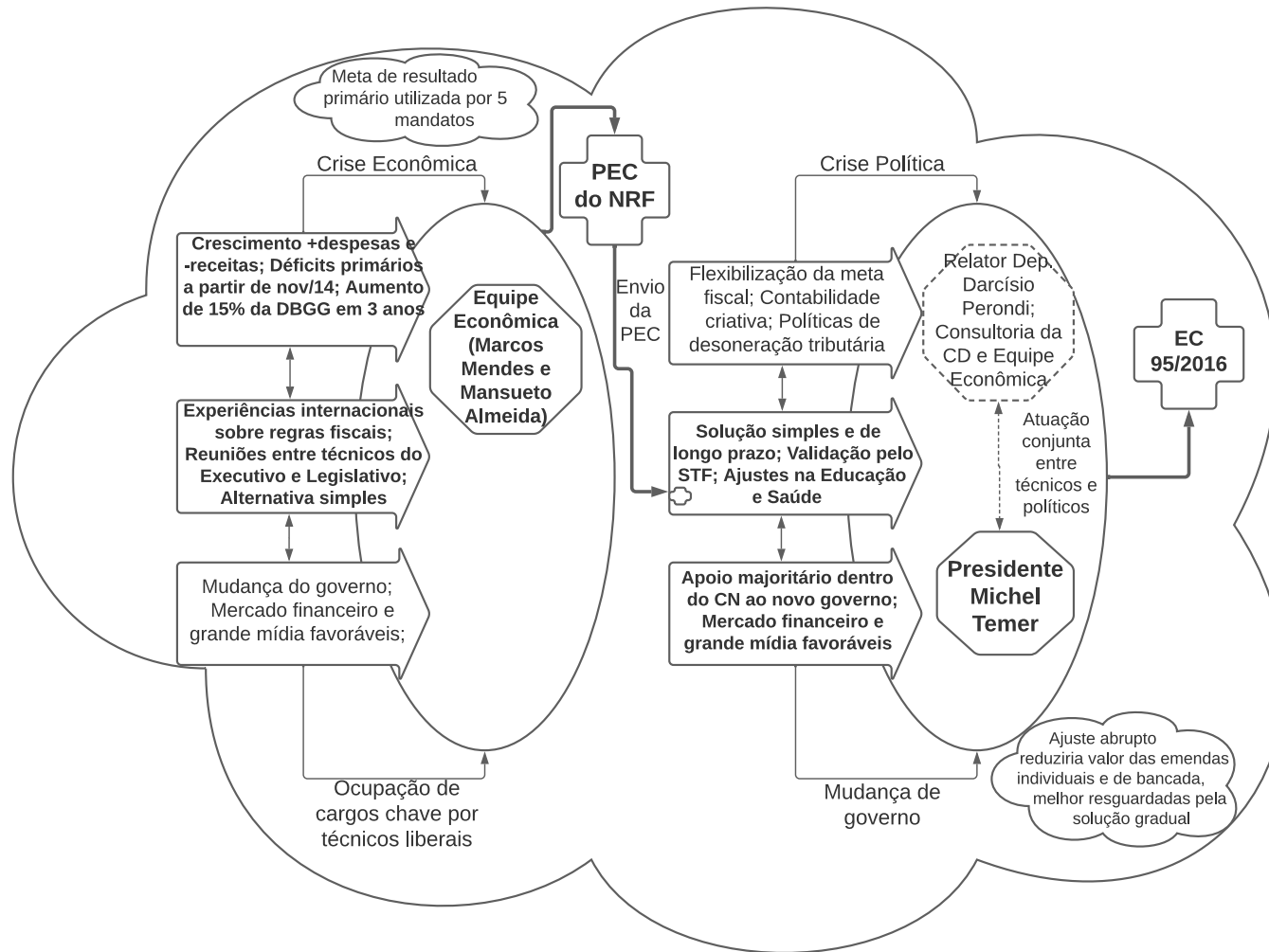


Figura 12 - Esquema do MMFm com o resumo dos resultados da pesquisa
 Fonte: Elaboração própria.

Como se trata de uma pesquisa qualitativa, não há necessariamente uma preocupação com a frequência de ocorrência dos códigos (categorias de análise) identificados no *corpus*. O processo de codificação auxiliado por software não teve como objetivo dar peso ou quantificar os códigos nos documentos analisados. De toda forma, a análise da conexão entre os códigos identificados permitiu alguns *insights* sobre a questão da independência entre os fluxos do modelo.

A Figura 13 mostra um gráfico onde os códigos são listados nas linhas e nas colunas na mesma ordem. A célula que mostra a interseção entre os códigos é o somatório de sobreposições parciais ou totais dos textos codificados entre os referidos códigos. As conexões mais esperadas seriam aquelas entre os códigos dentro dos mesmos fluxos, o que de fato ocorreu na maioria dos casos.

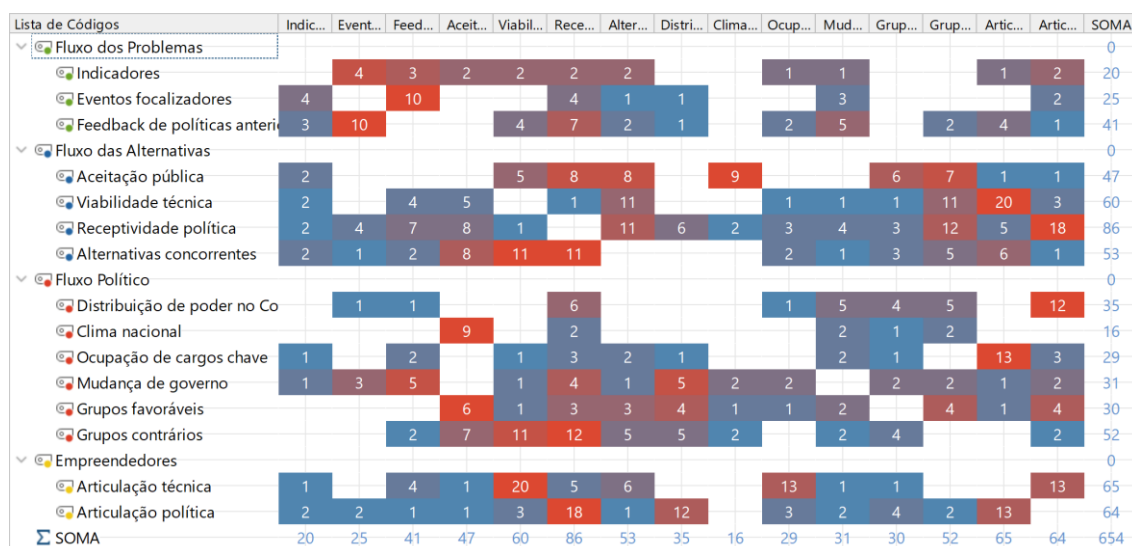


Figura 13 - Conexão entre os códigos (categorias de análise)

Fonte: Elaboração própria. Relatório emitido por meio do Software MaxQDA Plus 2022.

O código de maior conexão com “Indicadores” foi “Eventos focalizadores”, visto que os indicadores são o meio de explicitar o cenário econômico, que, no caso, foi fundamental para o surgimento da janela de oportunidade para formação de agenda. Os “Eventos focalizadores” e o “Feedback de políticas anteriores” têm uma grande conexão, visto que, no estudo de caso analisado, a crise econômica foi imputada pelo governo à gestão anterior, de forma que invariavelmente apareceram juntos na narrativa que visava promover a ideia de limitação de gastos públicos.

Ademais, podemos perceber que a maior conexão de “Aceitação pública”, do fluxo das alternativas, é “Clima Nacional”, do fluxo político. Essa conexão é intuitiva quando se avalia a definição dada para tais categorias por Kingdon (2014). Porém, há um debate sobre a independência ou não dos fluxos e a dinâmica deles pode ser entendida de maneira independente sem, no entanto, separar totalmente seus componentes (MUCCIARONI, 1992). Essa conexão não significa que os dois fluxos responderão de maneira similar. No caso estudado, a ação de movimentos sociais não foi suficiente para determinar uma baixa aceitação pública da proposta. Outra conexão que mostra essa dinâmica entre fluxos diferentes é a de “Grupos contrários” com “Receptividade política”, que, no caso do NRF, mostra o trabalho da oposição visando impedir o prosseguimento da proposta. Nesse sentido, verificamos que há conexões entre os fluxos que devem ser analisadas segundo as respectivas dinâmicas com o intuito de manter uma perspectiva diferenciada entre os fluxos, o que mostra que há interligações entre os fluxos sem que isso invalide a previsão de sua separação para a análise (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; ZAHARIADIS, 1999).

6. CONCLUSÕES

Esta pesquisa descreveu o processo de formação de agenda e de tomada de decisão do Novo Regime Fiscal segundo um Modelo de Múltiplos Fluxos modificado (MMFm), que incorpora evoluções e adaptações recentes ao modelo original de Kingdon (1984). O MMFm trabalha cada uma das referidas etapas como um acoplamento distinto, identificando fatores fundamentais em cada fluxo, empreendedores e janelas de oportunidades, dentro de um contexto institucional com a aplicação do Novo Institucionalismo Histórico (NIH). Com isso, pretendemos suprir uma lacuna identificada nos estudos nacionais até aqui que consideram apenas conceitos do MMF, deixando de aplicá-lo de forma aprofundada, com a análise de fatores fundamentais dentro de cada fluxo em cada acoplamento, bem como visamos superar as críticas recorrentes ao modelo original quanto à desconsideração do impacto das instituições na dinâmica do modelo.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa demonstrou a viabilidade da extensão do MMF para a etapa de tomada de decisão do ciclo de políticas públicas, bem como o benefício do uso combinado do Novo Institucionalismo Histórico (NIH), que permitiu uma melhor compreensão da formação dos fluxos, especialmente relacionado à dependência da trajetória sobre a importância do resultado primário no ambiente técnico e político dentro do fluxo de problemas e da influência do arcabouço constitucional do sistema orçamentário vigente à época, como efeito modulante da receptividade política. A pesquisa ainda demonstrou existir correlação entre os fluxos, mas que isso não implica que cada fluxo não tenha sua dinâmica própria em relação aos demais (CAPELLA, 2006; HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; KINGDON, 2014). Assim, nos juntamos aos demais pesquisadores que entendem que a preservação desse dispositivo conceitual, que preserva a lógica do modelo de *garbage can*, possibilita aos pesquisadores revelar a racionalidade, mais do que assumi-la (HERWEG; ZAHARIADIS; ZOHLNHÖFER, 2017; ZAHARIADIS, 1999), favorecendo a descobertas de *insights* que contribuam para a explicação do fenômeno.

No caso do NRF, a ambiguidade foi demonstrada nos resultados, principalmente no que se refere ao fluxo dos problemas e ao fluxo das alternativas, com a perspectiva do crescimento das despesas de um lado e a ótica do arrefecimento da arrecadação e conseqüente redução das receitas de outro, cujas soluções ficariam ou na contenção da despesa ou na promoção da retomada do crescimento da receita. Com isso, a formação de grupos contrários no debate

público do teto de gastos ficou evidente e foi tratada de forma um pouco diferente do que propõe o modelo original, que não parece dar espaço aos perdedores.

Em nossa visão, os embates dentro dos fluxos podem trazer informações relevantes ao processo de adoção de políticas públicas, o que faz com que o pesquisador tenha que avaliar esse confronto e seus potenciais impactos. No fluxo de alternativas, por exemplo, dentro da comunidade de políticas, o modelo faz uso do processo de suavização, que aborda os ajustes e a seleção de alternativas mais viáveis e mais bem aceitas, o que cobre parcialmente a nossa visão. No entanto, não há tratamento para as propostas de ajuste fiscal pelo lado da receita, que não encontram espaço para avançar no debate e são rapidamente desconsideradas. A própria consideração dos grupos de interesse, por si só, MMF não os coloca frente a frente. Nesta pesquisa, procuramos ponderar os argumentos favoráveis e contrários, ainda que o MMFm não considere estes últimos diretamente em sua estrutura.

Nesse contexto, entendemos que a conjugação com outro modelo de análise de políticas públicas que tenha por base a disputa possa ser interessante para uma visão mais completa do fenômeno. Considerando que o modelo de coalizões de defesa (*Advocacy Coalition Framework* - ACF) é um modelo de formulação de políticas desenvolvido para lidar com intensos problemas de política pública, e é melhor servido como lente para entender e explicar a mudança de crença e política quando há desacordo de objetivos e disputas técnicas envolvendo vários atores de vários níveis de governo, grupos de interesses, pesquisas, instituições e a mídia, entendemos que a aplicação conjunta do modelo atualizado (MMFm) e do ACF parece ser uma abordagem rica em termos de análise de políticas públicas (WEIBLE; SABATIER, 2017b). A negociação política e a aprendizagem (JENKINS-SMITH; SABATIER, 1994; SABATIER; JENKINS-SMITH, 1993) são dois fatores que nos parecem promissores para complementar o MMFm. Portanto, como sugestão de estudos futuros, entendemos que a utilização conjunta do MMF, em especial na forma do MMFm proposto neste estudo, e do ACF tanto como aprofundamento teórico (HOWLETT, 2019) quanto como aplicação empírica (RITTER et al., 2018) são promissores.

Outra linha de pesquisa auspiciosa é a análise dos empreendedores em uma perspectiva de redes (KLIJN; KOPPENJAN, 2012; MOTA; BITTENCOURT, 2019). No caso do NRF, percebemos uma atuação conjunta, nas etapas de formação de agenda e de tomada de decisão, de diversos atores: Presidente da República, Ministros, equipe técnica do Ministério da Fazenda, consultores de orçamentos da CD e do SF, formadores de opinião, economistas do mercado financeiro e mídia. Dentro desse conjunto, há atores que se destacaram, tomaram a liderança em certos momentos, mas não se pode desprezar a atuação de todos para a adoção do

NRF. Pesquisar mais a fundo essa rede trazer informações importantes sobre a formação de políticas públicas. A confiança é frequentemente mencionada como o mecanismo central de coordenação das redes, e contrastada com duas outras formas de governança: mercados e hierarquias (KLIJN; KOPPENJAN, 2012). Apesar disso, dentro das redes, a coordenação por hierarquia e mercado não é necessariamente ausente, assim como, na falta de confiança, as redes são caracterizadas por conflitos de interesses e comportamentos estratégicos (RHODES, 1997). Dessa forma, sugerimos que pesquisas futuras investiguem como se dá a coordenação de empreendedores técnicos e políticos em meio ao complexo contexto formulação de uma política pública.

Como limitações do trabalho, podemos colocar o viés do pesquisador, que mesmo não tendo participado diretamente dos eventos relacionados ao fenômeno estudado, possui conhecimento técnico e trabalha na Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, que muitas vezes atua em conjunto com outros órgãos envolvidos no processo estudado. Soma-se a isso a impossibilidade de entrevistar outros atores do processo, devido à dificuldade ou ao conflito de agenda. Outra limitação a ser apontada diz respeito ao *corpus* analisado, já que, mesmo que o pesquisador tenha tido o cuidado de efetuar triangulações quanto a fontes e tipos de dados, é impossível garantir que não existam pontos não abordados no estudo. Por fim, ressaltamos a limitação quanto aos reais interesses e objetivos dos atores estudados, pois o que é levado em conta é aquilo que é exposto, e não os objetivos não declarados.

7. REFERÊNCIAS

AELST, P. Van; WALGRAVE, S. Political agenda setting by the mass media: ten years of research, 2005-2015. In: ZAHARIADIS, N. (Ed.). **Handbook of Public Policy Agenda Setting**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2016. p. 157-179.

AFONSO, J. R.; SALTO, F.; RIBEIRO, L. A PEC do teto e o resto do mundo. **Conjuntura Macroeconomia**, v. 70, n. 10, p. 23-24, out. 2015.

AGUIAR, S. C. **Análise das restrições orçamentárias decorrentes da Emenda Constitucional n.º 95/2016 nos gastos com educação**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, ago. 2019.

ALESINA, A.; TABELLINI, G. A positive theory of fiscal deficits and government debt. **The Review of Economic Studies**, v. 57, n. 3, p. 403-414, 1990.

ALEXANDRESCU, F. et al. The Path From Passivity Toward Entrepreneurship: Public Sector Actors in Brownfield Regeneration Processes in Central and Eastern Europe. **Organization and Environment**, v. 27, n. 2, p. 181-201, 2014.

ALLEN, R.; TOMMASI, D. **Managing Public Expenditure: A Reference Book for Transition Countries**. v. 1. 1. ed. Paris: OECD, 2001.

ALMEIDA, L. DE A.; GOMES, R. C. Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 3, p. 444-455, set. 2018.

AMARAL, N. C. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)? **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, 2017.

ANDERSON, E. Policy Entrepreneurs and the Origins of the Regulatory Welfare State: Child Labor Reform in Nineteenth-Century Europe. **American Sociological Review**, v. 83, n. 1, p. 173-211, 25 fev. 2018.

BARCELOS, C. L. K. **Governança Orçamentária e Mudança Institucional: o Caso da Norma Geral de Direito Financeiro - Lei nº 4.320/64**. p. 290, 2012.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 3ª. **Lisboa: Edições**, v. 70, p. 223, 2004.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Eds.). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 39-63.

BÉLAND, D. Ideas and social policy: An institutionalist perspective. **Social Policy and Administration**, v. 39, n. 1, p. 1-18, 2005.

BIRKLAND, T. A. An Introduction to the Policy Process: Theories. In: **Concepts and Models of Public Policy Making**. 2. ed. Londres: ME Sharpe, 2005.

BIRKLAND, T. A. Attention and natural disasters. In: **Handbook of Public Policy Agenda Setting**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2016. p. 389-414.

BONAFONT, L. C. Interest groups and agenda setting. In: ZAHARIADIS, N. (Ed.). **Handbook of Public Policy Agenda Setting**. 1. ed. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2016. p. 200-216.

BORGES, A. C. C. S. **Governança orçamentária e gasto público no Brasil: Uma abordagem institucional do processo de definição da despesa em âmbito federal**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

BORRÁS, S.; RADAELLI, C. M. The politics of governance architectures: Creation, change and effects of the EU lisbon strategy. **Journal of European Public Policy**, v. 18, n. 4, p. 463-484, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Brasil, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição n. 241. Câmara dos Deputados** Brasília, 15 jun. 2016a. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>>

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição n. 55. Senado Federal** Brasília, 26 out. 2016b. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95**. Brasília, Brasil, 15 dez. 2016c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm>

BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N. Agenda-setting: mídia e opinião pública na dinâmica de políticas públicas. **Compólitica**, v. 8, n. 1, p. 123-146, 2018.

BRONZIM, A. H. S. **A eficiência do gasto público como viabilizadora do novo regime fiscal: uma aplicação para as internações do Sistema Único de Saúde no Brasil entre 2008 e 2017**. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2019.

BROWNING, R. P. Public Finance in Democratic Process, Fiscal Institutions and Individual Choice. **American Political Science Review**, v. 61, n. 4, p. 1135-1136, 1 dez. 1967.

BRYMAN, A. **Research Methods and Organizational Studies**. Londres e Nova Iorque: RoutledgeFalmer, 1989.

BUDINA, N. et al. Fiscal Rules at a Glance: Country Details from a New Dataset. **IMF Working Papers**, v. 12, n. 273, p. 1, 2012.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organisational Analysis**. **Sociological Paradigms and Organisational Analysis**, 1979.

CAIRNEY, P. **Understanding Public Policy: Theories and Issues**. 2. ed. Londres: Bloomsbury Publishing PLC, 2019.

CAIRNEY, P.; JONES, M. D. Kingdon's Multiple Streams Approach: What Is the Empirical Impact of this Universal Theory? **Policy Studies Journal**, v. 44, n. 1, p. 37-58, 2016.

CAIRNEY, P.; ZAHARIADIS, N. Multiple streams approach: A flexible metaphor presents an opportunity to operationalize agenda setting processes. In: ZAHARIADIS, N. (Ed.). **Handbook of Public Policy Agenda Setting**. 1. ed. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2016. p. 87-105.

CAO, X.; LIU, Y.; CAO, C. Institutional entrepreneurs on opportunity formation and exploitation in strategic new industry. **International Journal of Emerging Markets**, v. 9, n. 3, p. 439-458, 2014.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas Teóricas De Formulação De Políticas Públicas. **Bib**, v. 61, n. 29, p. 25-52, 2006.

CAPELLA, A. C. N. Transformando Idéias em Ação: O Papel dos Empreendedores de Políticas Públicas. **Encontro Anual da ANPOCS**, n. 34, p. 1-32, 2010.

CAPELLA, A. C. N. Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. spe, p. 486-505, jul. 2016.

CAPELLA, A. C. N. **Formulação de políticas públicas**. v. 1. Brasília: Enap, 2018.

CAPELLA, A. C. N. Estudos sobre formação da agenda de políticas públicas: um panorama das pesquisas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 6, p. 1498-1512, 2020.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G. Análise de políticas públicas: Uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 1, n. 101, p. 57-76, 2015.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2002.

CAVALCANTE, P. L. C.; SILVEIRA E SILVA, R. Metodologias Aplicadas ao Estudo das Instituições e do Processo Orçamentário na América Latina. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 38, p. 37-67, 2012.

COBB, R. W.; ELDER, C. D. **Participation in American Politics: The Dynamics of Agenda-building**. 2. ed. Berkeley: Johns Hopkins University Press, 1972.

COHEN, M. D.; MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. A Garbage Can Model of Organizational Choice. **Administrative Science Quarterly**, v. 17, n. 1, p. 1, 1972.

COUTINHO, F. DE M. A. **Análise da Reforma Migratória Brasileira: Formulação, Agenda e Decisão**. Brasília: Universidade de Brasília, 2018.

COX, R. H. The social construction of an imperative: why welfare reform happened in Denmark and the Netherlands but not in Germany. **World politics**, v. 53, n. 3, p. 463-498, 2001.

CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions**. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 1998.

DAVIDSON, S. L.; DE LOË, R. C. The Changing Role of ENGOs in Water Governance: Institutional Entrepreneurs? **Environmental Management**, v. 57, n. 1, p. 62-78, 2016.

DAVIS, O. A.; DEMPSTER, M. A. H.; WILDAVSKY, A. A Theory of the Budgetary Process. **American Political Science Review**, v. 60, n. 3, p. 529-547, 1966.

DESLAURIERS, J.-P.; KÉRISIT, M. O Delineamento De Pesquisa Qualitativa. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**, 2008.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.

ELDER, C. D.; COBB, R. The Politics of Agenda-Building: An Alternative Perspective for Modern Democratic Theory. **The Journal of Politics**, v. 33, n. 4, p. 892-915, 1971.

ERHEL, C.; ZAJDELA, H. The dynamics of social and labour market policies in France and the United Kingdom: between path dependence and convergence. **Journal of European Social Policy**, v. 14, n. 2, p. 125-142, 2004.

FERREIRA, P. P. P. **Direitos Humanos e Tenebrosas Transações: Um Estudo sobre os Usos do Direito na Aprovação da PEC do Congelamento dos Gastos Públicos**. Brasília: Universidade de Brasília, 28 jun. 2019.

FILHO, J. A. V. Controle dos gastos públicos no Brasil após a EC 95/2016: reflexões sobre a constitucionalidade do novo Regime Fiscal. **Repositório Institucional UFC**, p. 145, 2019.

FISCHER, F. **Reframing Public Policy: Discursive Politics and Deliberative Practices**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, T. DE A. **Ajustes Fiscais e Alternativas de Política Tributária no Brasil: Uma Análise de Equilíbrio Geral**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2017.

GALANTI, M. T. Enablers and Time: How Context Shapes Entrepreneurship in Institutional and Policy Change. In: BAKIR, C.; JARVIS, D. (Eds.). **Institutional Entrepreneurship and Policy Change**. 1. ed. Cham: Springer International Publishing, 2018. v. 1. p. 41-61.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Eds.). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 64-89.

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 5a. edição ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.

GIAMBIAGI, F.; HORTA, G. T. DE L. O teto do gasto público: mudar para preservar. **Textos para Discussão, BNDES**, v. 144, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995a.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995b.

GOMES, J. W. F. **Análise de Políticas Fiscais através de Modelos Dinâmicos de Equilíbrio Geral com Agentes Heterogêneos**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2017.

GOMES, J. W. F. et al. Efeitos fiscais e macroeconômicos da emenda constitucional do teto dos gastos (nº 95/2016). **Nova Economia**, v. 30, n. 3, p. 893-920, 2020.

GONÇALVES, A. A. M. **O Poder Constituinte Derivado e os Direitos Fundamentais: Uma Análise acerca da Constitucionalidade da Emenda Constitucional n. 95/16**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2018.

GOOD, D. A. **Politics of Public Money, Second Edition**. 2. ed. Toronto: University of Toronto Press, 2014.

GOTTEMS, L. B. D. et al. Kingdon's multiple stream model used to analyze health policies: Applicability, contribution and limits. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 511-520, 2013.

GRAZIANE, É. P. **Comentário Novo Regime Fiscal e a constitucionalização do contingenciamento**. p. 5, 2016a.

GRAZIANE, É. P. Novo regime fiscal e a mitigação dos pisos de custeio da saúde e educação. **Cadernos de Saude Publica**, v. 32, n. 12, p. 1-3, 2016b.

GRAZIANE, É. P.; XIMENES, S. B. Financing of social rights in the 1988 constitution: The "asymmetrical pact" to "fiscal state of siege." **Educação e Sociedade**, v. 39, n. 145, p. 980-1003, 2018.

GUIMARÃES, R. A Proposta de Emenda Constitucional 241/2016 e o Sistema Único de Saúde: impactos na pesquisa e na indústria. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 12, p. 1-4, 2016.

HAIR, J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 58, p. 193-223, 2003.

HALLERBERG, M.; RAINER STRAUCH, R.; VON HAGEN, J. **Fiscal Governance in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

HERWEG, N.; HUSS, C.; ZOHLNHÖFER, R. Straightening the three streams: Theorising extensions of the multiple streams framework. **European Journal of Political Research**, v. 54, n. 3, p. 435-449, 2015.

HERWEG, N.; ZAHARIADIS, N. The Multiple Streams Approach. In: ZAHARIADIS, N.; BUONANNO, L. (Eds.). **The Routledge Handbook of European Public Policy**. 1. ed. Exeter: Swales & Willis Ltd., 2018. p. 32-41.

HERWEG, N.; ZAHARIADIS, N.; ZOHLNHÖFER, R. The Multiple Streams Framework: Foundations, refinements and empirical applications. In: WEIBLE, C. M.; SABATIER, P. A. (Eds.). **Theories of the Policy Process**. 4. ed. Davis: Routledge, 2017. p. 17-54.

HORTA, G. T. DE L. Regras fiscais no Brasil uma análise da PEC 241. **Revista do BNDDES**, v. 47, p. 259-308, jul. 2017.

HOWLETT, M. Moving policy implementation theory forward: A multiple streams/critical juncture approach. **Public Policy and Administration**, v. 34, n. 4, p. 405-430, 1 out. 2019.

IMMERGUT, E. O núcleo teórico do novo institucionalismo. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Eds.). **Políticas públicas: coletânea**. 1. ed. Brasília: Enap, 2006. v. 1. p. 155-195.

INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE. **Relatório de Acompanhamento Fiscal - Tópico Especial: Regras Fiscais no Brasil**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/536464/RAF12_JAN2018_pt06.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022.

JENKINS-SMITH, H. C.; SABATIER, P. A. Evaluating the Advocacy Coalition Framework. **Journal of Public Policy**, v. 14, n. 2, 1994.

JONES, M. D. et al. A River Runs Through It: A Multiple Streams Meta-Review. **Policy Studies Journal**, v. 44, n. 1, p. 13-36, 2016.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives, and public policies**. 1984.

KINGDON, J. W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies, Update Edition (with an Epilogue on Health Care)**. v. 1. 2. ed. Londres: Pearson Education Limited, 2014.

KLIJN, E. H.; KOPPENJAN, J. Governance network theory: Past, present and future. **Policy and politics**, v. 40, n. 4, p. 587-606, 2012.

KOPITS, G.; SYMANSKY, S. **Fiscal policy rules**. Washington: Fundo Monetário Internacional, 1998.

LAGES LINO, L.; ARIAS VAZQUEZ, D. **A base parlamentar de Michel Temer na Câmara dos Deputados: (des)vantagens do apoio a um governo impopular**. 44º Encontro Anual da ANPOCS - SPG22 - Estudos Legislativos. **Anais...**São Paulo: ANPOCS, 11 dez. 2020.

- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- LEITE, Á. R. **Trajatória da dívida pública no Brasil**: análise de cenários sob a regra do teto dos gastos públicos (PEC 55/241) dentro da estrutura de um modelo DSGE. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018.
- LEITE, C. K. DA S. **O processo de ordenamento fiscal no Brasil na década de 1990 e a Lei de Responsabilidade Fiscal**. p. 280, 2005.
- LEMOS, F. C. S. et al. Análise documental: algumas pistas de pesquisa em psicologia e história. **Psicologia em Estudo**, v. 20, n. 3, p. 461, 2015.
- LINDBLOM, C. E. The Science of “Muddling Through.” **Public Administration Review**, v. 19, n. 2, p. 79-88, 6 fev. 1959.
- LLEDÓ, V. et al. **Fiscal Rules at a Glance**. Fiscal Rules Dataset. p. 1-82, 31 mar. 2017a.
- LLEDÓ, V. D. et al. How to select fiscal rules: a primer. **Fiscal Affairs Department How-To Notes**, p. 1-25, dez. 2017b.
- MACEDO, A. DOS S. et al. O papel dos atores na formulação e implementação de políticas públicas: dinâmicas, conflitos e interesses no Programa Mais Médicos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. spe, p. 593-618, 2016.
- MAHONEY, J. Path dependence in historical sociology. **Theory and society**, v. 29, n. 4, p. 507-548, 2000.
- MAHONEY, J.; THELEN, K. A Theory of Gradual Institutional Change. In: MAHONEY, J.; THELEN, K. (Eds.). **Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency and Power**. New York: Cambridge University Press, 2010. p. 12-33.
- MARIANO, C. M. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, v. 4, n. 1, p. 259-281, 2017.
- MATTOS, M. R. DE. **Governança Orçamentária no Brasil**: uma abordagem alternativa. p. 298, 2018.
- MCCULLOCH, G. **Documentary research in Education, History and the Social Sciences**. Londres e Nova Iorque: RoutledgeFalmer, 2004.
- MENDES, Á. N. A saúde pública brasileira num universo “sem mundo”: A austeridade da Proposta de Emenda Constitucional 241/2016. **Cadernos de Saude Publica**, v. 32, n. 12, p. 8-10, 2016.
- MENDES, M. J. Sistema orçamentário brasileiro. **Núcleo de Estudos e Pesquisas**, n. 39, p. 47, 2008.
- MINTROM, M. So you want to be a policy entrepreneur? **Policy Design and Practice**, v. 2, n. 4, p. 307-323, 2019.

MOE, T. Power and political institutions. **Perspectives on politics**, v. 3, n. 2, p. 215-233, 2005.

MORETTI, B. DESPESA PÚBLICA E ORDEM SIMBÓLICA: PEC 241 e as representações oficiais. **Repocs**, v. 15, p. 119-144, 2018.

MOTA, L. F.; BITTENCOURT, B. Governação pública em rede: contributos para sua compreensão e análise (em Portugal e Brasil). **Tempo Social**, v. 31, n. 2, p. 199-219, 7 ago. 2019.

MUCCIARONI, G. The garbage can model and the study of policy making: A critique. **Polity**, v. 24, n. 3, p. 459-482, 1992.

OLIVEIRA, J. C. K. DE. **Estudo preditivo do impacto orçamentário da Emenda Constitucional nº 95/2016 nas universidades federais brasileiras**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2018.

OLIVEIRA, V. A. DE. **Emenda Constitucional 95 e seu Impacto sobre o Orçamento da UnB**. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E. **Understanding Institutional Diversity**. 1. ed. Princeton: Princeton University Press, 2005.

PETERS, B. G. Governance: A Garbage Can Perspective. **Institute for Advanced Studies**, v. 84, 2002.

PETERS, B. G. **Institutional theory in political science: the new institutionalism**. 3. ed. Londres: Bloomsbury Publishing, 2011.

PIERCE, J. J.; PETERSON, H. L.; HICKS, K. C. Policy Change: An Advocacy Coalition Framework Perspective. **Policy Studies Journal**, v. 48, n. 1, p. 64-86, 2020.

PIERSON, P. The new politics of the welfare state. **World politics**, v. 48, n. 2, p. 143-179, 1996.

PIRES, R. R. C.; LOTTA, G. S.; OLIVEIRA, V. E. **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. 1. ed. Brasília: Enap, 2018.

POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

RAFAGNIN, T. R. **Emenda Constitucional 95: do Neoliberalismo à possível violação da Constituição Federal de 1988**. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, 2019.

REZENDE, F. Teoria comparada e a economia política da expansão dos gastos públicos. **Economia Aplicada**, v. 12, n. 4, p. 607-633, 2008.

RHODES, R. A. W. **Understanding governance: policy networks, governance, reflexivity and accountability**. 1. ed. Philadelphia: US. Open University, 1997.

RITTER, A. et al. Using the Advocacy Coalition Framework and Multiple Streams policy theories to examine the role of evidence, research and other types of knowledge in drug policy. **Addiction**, v. **113**, n. 8, p. 1539-1547, 2018.

ROBERTS, A.; SABATIER, P. A.; JENKINS-SMITH, H. C. Policy Change and Learning: An Advocacy Coalition Approach. **Canadian Public Policy / Analyse de Politiques**, v. **20**, n. 3, 1994.

ROCHEFORT, D. A. Agenda setting, problem definition, and their contributions to a political policy analysis. In: **Handbook of Public Policy Agenda Setting**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2016. p. 35-52.

ROZNAI, Y.; KREUZ, L. R. C. Conventionality control and amendment 95/2016: A Brazilian case of unconstitutional constitutional amendment. **Revista de Investigações Constitucionais**, v. **5**, n. 2, p. 35-56, 2018.

RUTLEDGE, P. Presidential power and agenda setting. In: **Handbook of Public Policy Agenda Setting**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2016. p. 236-253.

SABATIER, P. A. The status and development of policy theory: A reply to Hill. **Policy Currents**, v. **7**, n. 4, p. 1-10, 1997.

SABATIER, P. A.; JENKINS-SMITH, H. C. **Policy change and learning. An advocacy coalition approach**. Boulder: Westview Press, 1993.

SÆTREN, H. Lost in Translation: Re-conceptualising the Multiple-Streams Framework Back to its Source of Inspiration. In: ZOHLNHÖFER, R.; RÜB, F. W. (Eds.). **Decision-Making under Ambiguity and Time Constraints Assessing the Multiple-Streams Framework**. Colchester: ECPR Press, 2016. p. 21-34.

SANCHES, O. M. O ciclo orçamentário: uma reavaliação à luz da Constituição de 1988. In: GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (Eds.). **Coletânea planejamento e orçamento governamental**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), 2007. v. 2. p. 187-217.

SANDERS, E. Historical Institutionalism. In: RHODES, R.; BINDER, S.; ROCKMAN, B. (Eds.). **The Oxford handbook of political institutions**. 1. ed. Oxford: Oxford Handbooks Online, 2006.

SANJURJO, D. The Brazilian Disarmament Statute. In: **Gun Control Policies in Latin America**. Cham: Springer International Publishing, 2020. p. 123-170.

SANJURJO GARCÍA, D. **Multiple streams and multiple couplings in latin american public policies: Understanding Gun Policy Changes in Brazil and Uruguay**. n. June, p. 1, 2017.

SCHAECHTER, A. et al. Fiscal Rules in Response to the Crisis - A New Dataset. **IMP Working Paper**, v. **187**, p. 49, 2012.

SCHICK, A. The Role of Fiscal Rules in Budgeting. **OECD Journal on Budgeting**, v. 3, n. 3, p. 7-34, 2003.

SCHICK, A. Post-Crisis Fiscal Rules: Stabilising Public Finance while Responding to Economic Aftershocks. **OECD Journal on Budgeting**, v. 2, p. 1-18, 2010.

SCHICK, A. Lessons from the crisis. **OECD Journal on Budgeting**, v. 2012, n. 3, p. 1-30, 2013.

SHANAHAN, E. A.; JONES, M. D.; MCBETH, M. K. Policy narratives and policy processes. **Policy Studies Journal**, v. 39, n. 3, p. 535-561, 2011.

SILVA, A. H.; IVETE, M.; FOSSÁ, T. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de dados qualitativos. **Dados em Big Data**, v. 1, n. 1, p. 23-42, 2015.

SILVA, F. L. F. DA. **Análise da Gestão de Riscos na área de pessoal da Fundação Universidade de Brasília (FUB) à luz da Emenda Constitucional 95/2016**. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, 2003.

SPOHR, F. Explaining Path Dependency and Deviation by Combining Multiple Streams Framework and Historical Institutionalism: A Comparative Analysis of German and Swedish Labor Market Policies. **Journal of Comparative Policy Analysis**, v. 18, n. 3, p. 257-272, 2016a.

SPOHR, F. Path-Departing Labour-Market Reforms in the United Kingdom and Sweden: An Analysis Combining the Multiple-Streams Framework and Historical Institutionalism. In: ZOHLNHÖFER, R.; RÜB, F. W. (Eds.). **Decision-Making under Ambiguity and Time Constraints Assessing the Multiple-Streams Framework**. 1. ed. Colchester: ECPR Press, 2016b. p. 251-269.

STAKE, R. E. Qualitative Case Studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. 3. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2005. p. 443-466.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SUBIRATS, J. Definición del problema. Relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Eds.). **Políticas públicas**. v. 1. p. 199-218. Brasília: ENAP, 2007.

TAVARES, F. M. M. A nova sociologia fiscal: contribuições de um estudo de caso de tipo público para uma promissora subdisciplina na sociologia brasileira. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 3, p. 835-865, ago. 2019.

TAVARES, F.; SILVA, G. A ciência política brasileira diante do novo regime fiscal: para uma Agenda de pesquisas sobre democracia e Austeridade. **Dados**, v. 63, n. 2, p. 1-39, 2020.

TAVARES, M. Vinte anos de política fiscal no Brasil: dos fundamentos do novo regime à Lei de Responsabilidade Fiscal. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, v. 4, n. 7, p. 79-101, 2005.

TORFING, J. Path-dependent Danish welfare reforms: the contribution of the new institutionalisms to understanding evolutionary change. **Scandinavian Political Studies**, v. 24, n. 4, p. 277-309, 2001.

VALLE, V. R. L. DO. Novo Regime Fiscal, autonomia financeira e separação de poderes: uma leitura em favor de sua constitucionalidade. **Revista de Investigações Constitucionais**, v. 4, n. 1, p. 227-258, 2017.

VELLOSO, R.; MENDES, M.; SPRINGER DE FREITAS, P. **O DIA DO JUÍZO FISCAL**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Altos Estudos, 2016.

VIEIRA, D. M.; GOMES, R. C. Mudança Institucional Gradual e Transformativa: a Influência de Coalizões de Advocacia e Grupos de Interesses em Políticas Públicas. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 71, p. 679-694, 2014.

WEIBLE, C. M.; SABATIER, P. A. **Theories of the Policy Process**. 4. ed. Boulder: Westview Press, 2017a.

WEIBLE, C. M.; SABATIER, P. A. A Guide to the Advocacy Coalition Framework. In: **Handbook of Public Policy Analysis**. Nova Iorque: Routledge, 2017b. p. 149-162.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 5. ed. São Paulo: Bookman Editora, 2015.

ZAHARIADIS, N. **Markets, states, and public policy**: Privatization in Britain and France. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.

ZAHARIADIS, N. Comparing three lenses of policy choice. **Policy Studies Journal**, v. 26, n. 3, p. 434-448, 1998.

ZAHARIADIS, N. Ambiguity, time, and multiple streams. **Theories of the policy process**, v. 1999, p. 73-93, 1999.

ZAHARIADIS, N. **Ambiguity and choice in public policy**: political decision making in modern democracies. Washington: Georgetown University Press, 2003.

ZAHARIADIS, N. **Handbook of Public Policy Agenda Setting**. 1. ed. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2016a.

ZAHARIADIS, N. Setting the agenda on agenda setting: Definitions, concepts, and controversies. In: **Handbook of Public Policy Agenda Setting**. 1. ed. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2016b. p. 1-22.

ZAHARIADIS, N.; ALLEN, C. S. Ideas, networks, and policy streams: Privatization in Britain and Germany. **Review of Policy Research**, v. 14, n. 1-2, p. 71-98, 1995.

ZOHLNHÖFER, R. Putting together the pieces of the puzzle: Explaining German labor market reforms with a modified multiple-streams approach. **Policy Studies Journal**, v. 44, n. 1, p. 83-107, 2016.

ZOHLNHÖFER, R.; HERWEG, N.; HUSS, C. Bringing formal political institutions into the multiple streams framework: An analytical proposal for comparative policy analysis. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, v. 18, n. 3, p. 243-256, 2016.

ZOHLNHÖFER, R.; HUSS, C. How Well Does the Multiple-Streams Framework Travel? Evidence from German Case Studies. In: **Decision-Making under Ambiguity and Time Constraints: Assessing the Multiple-Streams Framework**. v. 1. p. 169-188. Colchester: ECPR Press, 2016.

ZOHLNHÖFER, R.; RÜB, F. W. **Decision-Making under Ambiguity and Time Constraints: Assessing the Multiple-Streams Framework**. Colchester: ECPR Press, 2016.

8. APÊNDICE A

Relatório de documentos analisados e codificações realizadas do Software MaxQDA Plus

1. Documentos analisados

No.	Documento
1	Notícias Internet\Mansueto “Faremos um trabalho mais próximo com os parlamentare
2	Notícias Internet\PEC que restringe gastos públicos é aprovada e vai a promulgaçã
3	Notícias Internet\Saiba o que muda com a aprovação final da PEC do Teto dos Gasto
4	Notícias Internet\PEC do teto de gastos é promulgada no Congresso Política G1
5	Notícias Internet\Economia - PEC 241 tire dúvidas sobre a proposta que limita ga
6	Notícias Internet\Entenda o que está em jogo com a PEC 241 - CartaCapital
7	Notícias Internet\Veja as mudanças com a PEC dos Gastos Públicos Agência Brasil
8	Notícias Internet\Nenhum país adotou teto de gastos como o da PEC 241 - Agência P
9	Notícias Internet\Entenda o que está em jogo com a aprovação da PEC 55 - CartaCap
10	Notícias Internet\Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vi
11	Notícias Internet\ConJur - PEC do Teto de Gastos deveria limitar arrecadação de i
12	Notícias Internet\G1 - PGR diz em parecer que PEC do teto de gastos é inconstituc
13	Notícias Internet\PEC dos Gastos privilegia juros e congela despesas sociais, afi
14	Notícias Internet\G1 - Ato contra a PEC do teto de gastos reúne 10 mil em frente
15	Notícias Internet\PEC 241 Dez anos é muito para um limite de gastos - ÉPOCA I
16	Notícias Internet\Teto de gastos o que a PEC 241 muda na Educação - ÉPOCA Ide
17	Notícias Internet\Renan defende PEC do Teto dos Gastos Públicos em sessão temátic
18	Notícias Internet\ConJur - Barroso nega pedido e mantém andamento da PEC dos gast
19	Notícias Internet\Economia - Governo propõe teto para gastos públicos com duração
20	Notícias Internet\Manifestantes fazem protestos no país contra a PEC dos gastos
21	Notícias Internet\Economia - Saúde e educação só obedecerão teto de gastos em 201
22	Notícias Internet\Aprovação de teto de gastos é medida histórica, diz Meirelles
23	Notícias Internet\O que a PEC 241 muda na Saúde - ÉPOCA Vida
24	Notícias Internet\PEC 241 Com quase 1.000 escolas ocupadas no país, ato de estud
25	Notícias Internet\Protesto contra a PEC do Teto reúne movimentos sociais e estuda
26	Notícias Internet\G1 - Ocupação de alunos contrários à PEC 241 aumenta na UFPE -
27	Notícias Internet\PEC que fixa teto para gastos públicos e vaquejada são destaque
28	Notícias Internet\Para especialistas, PEC 241 ataca só parte do problema Econom
29	Notícias Internet\Mobilização contra a PEC 241 tem primeiro teste de força nas ru
30	Notícias Internet\PEC 241 Tudo sobre o teto de gastos - ÉPOCA Tempo

31	Notícias Internet\G1 - Professores da UFPE decretam greve em protesto à PEC do te
32	Notícias Internet\PEC 55 Como funciona o teto de gastos em outros países (e seus
33	Notícias Internet\As promessas da PEC 241 e o desmonte do Estado - CartaCapital
34	Notícias Internet\Salários congelados e menos concursos como a PEC 241 pode afet
35	Notícias Internet\Manifestantes protestam contra PEC do Teto dos Gastos no Rio
36	Notícias Internet\G1 - Estudantes ocupam reitoria da UnB em ato contra PEC do tet
37	Notícias Internet\G1 - Índios protestam em frente ao Planalto contra PEC do teto
38	Notícias Internet\Governo considera limite de gastos primeiro passo contra crise;
39	Notícias Internet\Mansueto afirma que PEC dos Gastos faz ajuste gradual e preserv
40	Notícias Internet\PEC do Teto de Gastos e supersalários são destaque da semana no
41	Notícias Internet\Economia - PEC do teto de gastos pode inibir aumento real do sa
42	Notícias Internet\G1 - Dilma critica PEC do Teto de Gastos e diz que meta de 2016
43	Notícias Internet\Economia - Relator diz que estados vão ficar de fora da PEC do
44	Notícias Internet\G1 - Professores da UFMG fazem greve em protesto a PEC do teto
45	Notícias Internet\PEC que congela gastos é ação 'radical' e 'ideológica' que vai
46	Notícias Internet\Movimentos sociais protestam na Avenida Paulista contra PEC do
47	Notícias Internet\Confirma como votaram os senadores sobre a PEC do Teto de Gastos
48	Notícias Internet\Teto de gastos não será problema para saúde e educação', garan
49	Notícias Internet\Saúde pode perder até R\$ 743 bilhões em 20 anos de PEC do Teto,
50	Notícias Internet\PEC do Teto 'não é uma Brastemp' Opinião EL PAÍS Brasil
51	Notícias Internet\G1 - Estudantes ocupam reitoria da Unicap contra a PEC do teto
52	Notícias Internet\ConJur - Barroso nega suspender tramitação da PEC do Teto de Ga
53	Notícias Internet\Economia - Saúde pode ter perdas bilionárias com PEC do teto, a
54	Notícias Internet\G1 - Terceiro prédio da UFPE no Recife é ocupado por alunos con
55	Notícias Internet\Semana teve PEC do Teto de Gastos, audiência de custódia e deba
56	Notícias Internet\CAE discutirá imposto progressivo como alternativa à PEC 241 —
57	Notícias Internet\Aprovação da PEC do Teto mostra apoio do Congresso ao ajuste fi
58	Notícias Internet\Bolsonaro vota sim à PEC 241 e seguidores se revoltam com decis
59	Notícias Internet\“Lua de mel entre Temer e o mercado está passando”, diz economi
60	Notícias Internet\G1 - Contra PEC 241, alunos ocupam campus do IFB de Planaltina,
61	Notícias Internet\PEC do gastos trará danos graves à educação - CartaCapital
62	Notícias Internet\G1 - Estudantes da UPE e do IFPE ocupam instituições contra PEC
63	Notícias Internet\G1 - Alunos ocupam IFMT contra PEC 241 e reforma no ensino médi
64	Notícias Internet\Maioria dos brasileiros reprovam emenda dos gastos, diz Datafolh
65	Notícias Internet\Protestos contra PEC 55 têm ônibus queimado em Brasília e invas
66	Notícias Internet\G1 - Faculdade de Direito do Recife é ocupada em protesto contr

67	Notícias Internet\PEC dos Gastos deve ser votada na quarta-feira pela CCJ — Senad
68	Notícias Internet\Pesquisadores temem ‘desastre’ na ciência com aprovação da PEC
69	Notícias Internet\G1 - Alunos ocupam 15 unidades federais de Educação em GO contr
70	Notícias Internet\G1 - Temer fala de ocupações e diz que pessoas criticam PEC sem
71	Notícias Internet\G1 - Alunos ocupam Uemg contra a PEC 241 em Poços de Caldas, MG
72	Notícias Internet\G1 - Alunos contra PEC 55 e reformas no ensino ocupam escola em
73	Notícias Internet\G1 - Professores da UPE decretam greve por tempo indeterminado
74	Notícias Internet\G1 - Estudantes ocupam pátio da PUC Minas, no Coração Eucarísti
75	Notícias Internet\De olho Caso Geddel ameaça PEC dos gastos - Agência Pública
76	Notícias Internet\PR expulsa Clarissa Garotinho, filha de Anthony Garotinho VEJ
77	Notícias Internet\Kassab diz que PEC 241 “é remédio amargo”, mas necessário Agê
78	Notícias Internet\PEC 241 entenda as polêmicas da emenda que limita o gasto públ
79	Notícias Internet\G1 - Ocupações contra a PEC 241 chegam a escolas de 10 cidades
80	Notícias Internet\Dólar fecha em queda após aprovação da PEC do teto de gastos
81	Notícias Internet\Temer fará reunião no Alvorada para defender medidas econômicas
82	Notícias Internet\G1 - Saiba como votou cada senador no 1º turno da PEC do teto d
83	Notícias Internet\Renan comanda primeira sessão plenária do Senado após ser manti
84	Notícias Internet\G1 - Professores da UFRPE decretam greve em protesto contra a P
85	Notícias Internet\Ronaldo Caiado pede voto de confiança em relação à PEC do Teto
86	Notícias Internet\G1 - Ato contra PEC no DF deixa placas destruídas e prédios pic
87	Notícias Internet\G1 - Alunos do Ifes protestam contra PEC 241 em Guarapari - not
88	Notícias Internet\ConJur - Em livros, advogado e desembargador questionam PEC do
89	Notícias Internet\FHC elogia aprovação da PEC do Teto e diz que economia está 'de
90	Notícias Internet\G1 - Oito campi de UFCG e IFPB estão em greve contra PEC 55 e M
91	Notícias Internet\G1 - Estudantes ocupam a reitoria da UFPI em protesto contra a
92	Notícias Internet\Líderes fixam datas para votação da reforma política e da PEC d
93	Notícias Internet\G1 - ES tem 15 escolas ocupadas, um Ifes e 10 prédios na Ufes -
94	Notícias Internet\G1 - Após Enem, prédios de PE seguem ocupados por alunos contra
95	Notícias Internet\G1 - Ocupações contra a PEC 241 seguem em escolas estaduais de
96	Notícias Internet\G1 - Piauí tem primeira escola ocupada contra PEC do teto de ga
97	Notícias Internet\G1 - Estudantes ocupam escola estadual em Governador Valadares
98	Notícias Internet\Mendonça Filho diz que, se chamado, irá debater propostas em es
99	Notícias Internet\G1 - Reitoria da Ufal em Maceió é ocupada em protesto contra a
100	Notícias Internet\PM desocupa escola em SP e estudantes são levados para delegaci
101	Notícias Internet\Regina Sousa lê nota da CNBB e diz que pobres pagarão por PEC d

102	Notícias Internet\G1 - Relator conclui parecer favorável à redução do número de c
103	Notícias Internet\G1 - Alunos ocupam campus da UEG em Anápolis contra PEC do Teto
104	Notícias Internet\G1 - 'Tem que cortar a universidade', diz deputado a estudantes
105	Notícias Internet\G1 - Alunos da UPE ocupam mais um campus em ato contra a PEC 24
106	Notícias Internet\Economia - Gasto com Saúde crescerá abaixo da inflação em 2017,
107	Notícias Internet\Críticos consideram PEC do Teto ameaça a conquistas sociais da
108	Notícias Internet\G1 - Contra a PEC do Teto, alunos ocupam campus do Cefet em BH
109	Notícias Internet\Ibope 72% aprovam reforma do ensino médio e 59% são a favor da
110	Notícias Internet\Resultado da votação da PEC 241 na Câmara Brasil EL PAÍS Br
111	Notícias Internet\G1 - Estudantes ocupam prédios da UFSM no RS contra PEC 241 - n
112	Notícias Internet\Professores de 35 instituições federais e estaduais entram em g
113	Notícias Internet\Para pesquisador da FGV, Brasil tem 'janela de oportunidade' pa
114	Notícias Internet\Teto de gastos exigirá corte de R\$ 9 bilhões - Jornal O Globo
115	Notícias Internet\G1 - IFMT de Rondonópolis (MT) diz que provas do Enem serão rea
116	Notícias Internet\G1 - Temer 'repudia' atos de 'vandalismo' em protesto em Brasil
117	Notícias Internet\G1 - Mais 2 escolas são ocupadas por alunos contra a PEC 241 no
118	Notícias Internet\G1 - Estudante que viralizou ao defender ocupações é 'tietada'
119	Notícias Internet\Aécio Neves defende reforma política e PEC do Teto de Gastos —
120	Notícias Internet\Alunos ocupam campus da PUC-Rio em protesto contra PEC do teto
121	Notícias Internet\G1 - Alunos ocupam campus do IFC de Rio do Sul contra a PEC 241
122	Notícias Internet\Ronaldo Caiado aprovação da PEC do Teto é a medida mais 'palat
123	Notícias Internet\G1 - Bancos e escolas param em protesto contra PEC do corte de
124	Notícias Internet\G1 - Estudantes ocupam prédio da Famecos na PUCRS em Porto Aleg
125	Notícias Internet\G1 - Manifestantes tentam impedir saída de ônibus no RS; BM usa
126	Notícias Internet\G1 - Estudantes deixam escola por ordem judicial e ocupam outra
127	Notícias Internet\G1 - Estudantes desocupam escola Setor Leste, na Asa Sul, em Br
128	Notícias Internet\Em Belo Horizonte, candidatos votam em escola ocupada por estud
129	Notícias Internet\G1 - ES tem 43 escolas ocupadas, diz governo; secundaristas diz
130	Notícias Internet\Fátima Bezerra diz que PEC 55 é 'golpe contra o povo' — Senado
131	Notícias Internet\PEC do teto de gastos tem um lado extremamente positivo, aponta
132	Notícias Internet\G1 - Ocupação em escola estadual em Montes Claros completa 15 d
133	Notícias Internet\G1 - Ocupação na UEA faz 3 dias e nova unidade adere a moviment
134	Notícias Internet\G1 - Estudantes ocupam escola Barbosa Lima, na Agamenon Magalhã

135	Notícias Internet\A PEC 55 e o mito do descontrole da dívida pública - CartaCapit
136	Notícias Internet\G1 - Escola estadual de Bauru é ocupada por estudantes - notíci
137	Notícias Internet\Estudantes ocupam Instituto de Letras da UFRGS contra projetos
138	Notícias Internet\G1 - Após 4 dias de ocupação, IFSP tenta retomar serviços em Se
139	Notícias Internet\Justiça suspende decisão que determinou desocupação da UnB Ag
140	Notícias Internet\G1 - PEC 241 Blocos da UFU em Uberlândia e Ituiutaba são ocupa
141	Notícias Internet\Ato contra a PEC 55 em Brasília; FOTOS - fotos em Distrito Fede
142	Notícias Internet\Gleisi Hoffmann critica PEC do Teto de Gastos e defende mais in
143	Notícias Internet\G1 - Motoristas e professores do DF fazem protesto contra PEC d
144	Notícias Internet\Pela 2ª vez, estudantes da UFMG acusam PM de violência em ato c
145	Notícias Internet\G1 - Grupo protesta e impede entrada de carros na Ufes, em Vitó
146	Notícias Internet\G1 - Dólar cai e fecha a R\$ 3,12, menor cotação em mais de 1 an
147	Notícias Internet\G1 - Estudantes mantêm ocupação do Ifro em Colorado do Oeste, R
148	Notícias Internet\ConJur - Financiamento dos direitos à saúde e à educação mínim
149	Notícias Internet\Estudantes ocupam ruas de BH para protestar contra PEC 241 O
150	Notícias Internet\Rugitsky afirma que crise fiscal é fruto da queda das receitas,
151	Notícias Internet\ConJur - Aprovado novo regime fiscal, crescimento vai voltar ,
152	Notícias Internet\G1 - UFSC tem ocupações de estudantes no CED e CFH, em Florianó
153	Notícias Internet\Polícia terá apoio de outros estados para investigar manifestan
154	Notícias Internet\G1 - Servidores e técnicos da Ufal entram em greve a partir des
155	Notícias Internet\G1 - Às vésperas do Enem, Pernambuco tem 19 áreas ocupadas por
156	Notícias Internet\Dólar cai a R\$ 3,20 com otimismo sobre PEC
157	Notícias Internet\Estudantes contrários à PEC 241 ocupam prédio da Universidade
158	Notícias Internet\PEC do Teto de Gastos será promulgada na quinta-feira em sessão
159	Notícias Internet\G1 - Tentativa de ocupação de escola no Ibura acaba em tumulto
160	Notícias Internet\Dez questões que desmontam a PEC 241, por Laura Carvalho - Verm
161	Notícias Internet\G1 - Após o Enem, prédio do IFMT volta a ser ocupado por estuda
162	Notícias Internet\G1 - Estudantes ocupam escola estadual em Arapiraca contra PEC
163	Notícias Internet\G1 - Contra PEC do teto de gastos, grupo ocupa 4ª escola públic
164	Notícias Internet\CNDE entrega dossiê à ONU sobre PEC que pode reduzir recurso na
165	Notícias Internet\Ele nunca chegou a se filiar , ironiza presidente do PDT sobre
166	Notícias Internet\Relatório preliminar do Orçamento prevê mais R\$ 11 bilhões para
167	Notícias Internet\Mínimo constitucional para saúde e educação não cai, diz secret
168	Notícias Internet\Depredação do MEC foi praticada por “criminosos”, diz ministro
169	Notícias Internet\Meirelles chances de aprovação das medidas fiscais são 'extrem
170	Notícias Internet\Com 15 mil pessoas, ato reúne ocupações, servidores estaduais e

171	Notícias Internet\Putin demonstra a Temer interesse em PEC brasileira que limita
172	Notícias Internet\Manifestantes contra 'PEC do teto' desocupam Reitoria e prédio
173	Notícias Internet\Escritório da Presidência da República em São Paulo amanhece de
174	Notícias Internet\Preocupação com desmonte de políticas sociais une diferentes cr
175	Notícias Internet\PEC do teto exige melhora do gasto em educação VEJA
176	Notícias Internet\Teto de gastos, nova lei de licitações, debate sobre abuso de a
177	Notícias Internet\Primeira-dama e Roberto Jefferson comparecem a jantar pela PEC
178	Notícias Internet\Artigo Um jantar regado a interesses políticos escusos Geral
179	Notícias Internet\Votação da PEC do Teto de Gastos deve ser mantida para o dia 13
180	Notícias Internet\Armínio Fraga diz a Padilha que investimento estrangeiro volta
181	Notícias Internet\Estudantes ocupam a Universidade Rural do Pará em protesto Ge
182	Notícias Internet\PM usa bombas e gás lacrimogêneo contra estudantes que Geral
183	Notícias Internet\Cristovam Buarque diz que impeachment foi aprovado para que PEC
184	Notícias Internet\Secundaristas ocupam escolas contra PEC 241 e reforma do Ensino
185	Notícias Internet\Estudantes da UFC definem novas ocupações contra PEC do teto de
186	Notícias Internet\Belluzzo pede 'olhar humano' para solucionar a crise econômica
187	Notícias Internet\Protesto contra PEC do Teto termina em confronto em Brasília
188	Notícias Internet\Como as medidas de Temer vão impactar a economia - BBC News Br
189	Notícias Internet\Drauzio Varella participa de evento em SP sobre o teto e seu im
190	Notícias Internet\Ocupação de universitários em MG vai além da oposição à PEC 55
191	Notícias Internet\Teto de gastos públicos abre as portas para redução do papel do
192	Notícias Internet\Animação ensina o que é refinanciamento da dívida — Senado Notí
193	Notícias Internet\Polícia prende 52 pessoas no Recife após protestos contra a PEC
194	Notícias Internet\Senado aprova proposta que prorroga a DRU até 2023 — Senado Not
195	Notícias Internet\Estudantes prometem mais protestos na Avenida Norte
196	Notícias Internet\Reitora recém-empossada na UnB quer diálogo para solucionar gre
197	Notícias Internet\Estudantes da UFT realizarão ato contra a PEC 241 na próxima se
198	Notícias Internet\Coquetel no Congresso em meio a ato reprimido por PM era prêmio
199	Notícias Internet\Escola de Referência do Porto Digital é ocupada contra PEC do T
200	Notícias Internet\Depois da reitoria, estudantes ocupam UPE campus Santo Amaro
201	Notícias Internet\Sistema de saúde para todos é 'sonho' e seus defensores são 'id
202	Notícias Internet\Por que o Movimento Estudantil Luta Contra a PEC 55
203	Notas Taquigráficas\Com. de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Nota Taquigráfica CCJC 03-08-2016
204	Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP

205	Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP
206	Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP
207	Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP
208	Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP
209	Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP
210	Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 11-10-2016 da CESP
211	Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 17-10-2016 da CESP
212	Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 18-10-2016 da CESP
213	Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Discursos em Plenário - 01.10.2016 a 15.02.2017 - PEC 241-2016
214	Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 248 Plenário CD
215	Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD
216	Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 251 Plenário CD
217	Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 252 Plenário CD
218	Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 272 Plenário CD
219	Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 274 Plenário CD
220	Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 275 Plenário CD
221	Notas Taquigráficas\Com. de Assuntos Econômicos - SF\Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado
222	Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 1-11-2016 Senado
223	Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado
224	Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 9-11-2016 Senado
225	Notas Taquigráficas\Com. de Educação, Cultura e Esporte - SF\Nota Taquigráfica CE 16-11-2016 Senado

226	Notas Taquigráficas\Com. de Direitos Humanos e Leg. Participativa - SF\Nota Taquigráfica CDH 07-11-2016 - manhã
227	Notas Taquigráficas\Com. de Direitos Humanos e Leg. Participativa - SF\Nota Taquigráfica CDH 07-11-2016 - tarde
228	Notas Taquigráficas\Com. de Direitos Humanos e Leg. Participativa - SF\Nota Taquigráfica CDH 17-10-2016
229	Notas Taquigráficas\Com. de Direitos Humanos e Leg. Participativa - SF\Nota Taquigráfica CDH 31-10-2016
230	Notas Taquigráficas\Com. de Relações Exteriores e Defesa Nacional - SF\Nota Taquigráfica CRE 24-11-2016
231	Notas Taquigráficas\Com. Mista MPV 746/2016\Nota Taquigráfica CMMPV 746-2016 9-11-2016 Senado
232	Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 4-7-2016 Senado
233	Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 12-7-2016 Senado
234	Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 18-08-2016 Senado
235	Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 25-10-2016 Senado
236	Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 26-10-2016 Senado
237	Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 03-11-2016 Senado - Discursos Vaness
238	Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 7-11-2016 Senado
239	Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 17-11-2016 Senado
240	Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado
241	Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 28-11-2016 Senado
242	Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 29-11-2016 Senado
243	Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 8-12-2016 Senado
244	Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 13-12-2016 Senado
245	Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini
246	Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe
247	Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges
248	Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin

249	Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes
250	Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior
251	Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares
252	Entrevistas\Entrevista de Esperidião Amin
253	Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto
254	Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes
255	Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi
256	Entrevistas\Entrevista de Vanessa Grazziotin
257	Entrevistas\Entrevista de Érika Kokay
258	Entrevistas\Entrevista de Michel Temer
259	Youtube\Câmara dos Deputados\Chico Alencar e Darcísio Perondi discutem proposta de teto para
260	Youtube\Câmara dos Deputados\Comissão especial aprova PEC do Teto de Gastos Públicos
261	Youtube\Câmara dos Deputados\Comissão especial da PEC sobre teto para gastos públicos se reú
262	Youtube\Câmara dos Deputados\Comissão especial debate ajuste fiscal e teto de gastos público
263	Youtube\Câmara dos Deputados\Câmara aprova PEC do Teto de Gastos em segundo turno
264	Youtube\Câmara dos Deputados\Câmara com Notícia - 06102016
265	Youtube\Câmara dos Deputados\Câmara e Ministério da Fazenda acertam prioridade para votar PE
266	Youtube\Câmara dos Deputados\Darcísio Perondi e Helder Salomão analisam proposta que cria te
267	Youtube\Câmara dos Deputados\Deputados discutem PEC do Teto de Gastos Públicos
268	Youtube\Câmara dos Deputados\Excesso de gastos foi origem da crise, diz Ministro da Fazenda
269	Youtube\Câmara dos Deputados\Ministros defendem limite de gastos públicos
270	Youtube\Câmara dos Deputados\PEC do Teto dos Gastos Públicos deve ser votada na terça; Maia
271	Youtube\Câmara dos Deputados\PEC que limita gastos públicos já está no Senado e deve ser pro
272	Youtube\Câmara dos Deputados\Participantes de seminário divergem sobre PEC do Teto dos Gasto
273	Youtube\Câmara dos Deputados\Plenário aprova PEC do Teto de Gastos em primeiro turno
274	Youtube\Câmara dos Deputados\Plenário dispensa intervalo regimental para acelerar votação da
275	Youtube\Câmara dos Deputados\Presidente da Câmara e ministro da Fazenda defendem teto para g

276	Youtube\Câmara dos Deputados\Protesto contra PEC do Teto de Gastos termina em confronto com
277	Youtube\Câmara dos Deputados\Reuniões sobre PEC do Teto de Gastos marcam manhã desta quarta
278	Youtube\Câmara dos Deputados\Rodrigo Maia comenta votações da PEC do Teto e da repatriação d
279	Youtube\Câmara dos Deputados\Rodrigo Maia rebate críticas da oposição à PEC do Teto de Gasto
280	Youtube\Câmara dos Deputados\Teto de gastos públicos
281	Youtube\Senado Federal\Brasil precisará de 'pacto de responsabilidade' com a PEC dos G
282	Youtube\Senado Federal\CCJ adia votação da PEC dos Gastos Públicos
283	Youtube\Senado Federal\Consultor de Orçamento avalia efeitos da PEC 241/2016, que conge
284	Youtube\Senado Federal\Economista avalia proposta que limita gastos públicos - Bloco 1
285	Youtube\Senado Federal\Economistas sugerem mudança tributária em alternativa à PEC dos
286	Youtube\Senado Federal\Especialistas criticam PEC que limita os gastos públicos
287	Youtube\Senado Federal\Gleisi Hoffmann propõe um referendo popular sobre a PEC dos Gas
288	Youtube\Senado Federal\PEC 241 vai trazer prejuízos para saúde e educação, dizem parti
289	Youtube\Senado Federal\PEC 55, que cria um teto para os gastos públicos, é tema de deb
290	Youtube\Senado Federal\PEC dos gastos públicos chega ao Senado
291	Youtube\Senado Federal\Para Fátima Bezerra, a PEC dos Gastos Públicos é nociva para a
292	Youtube\Senado Federal\Para Vanessa Grazziotin, PEC dos Gastos precisa de um debate pr
293	Youtube\Senado Federal\Renan se empenhará para garantir votação da PEC dos Gastos até
294	Youtube\Senado Federal\Rose de Freitas 'PEC dos Gastos deve evitar que o Brasil deixe
295	Youtube\Senado Federal\Secretário do Ministério da Fazenda defende proposta de ajuste
296	Youtube\Planalto\Aprovação da PEC 241 é vitória maiúscula, diz porta-voz do gove
297	Youtube\Planalto\Crescimento econômico do País está no equilíbrio fiscal, reforç
298	Youtube\Planalto\Deputados apoiam proposta de limite de gastos
299	Youtube\Planalto\Deputados garantem a aprovação da PEC dos gastos públicos
300	Youtube\Planalto\Economista, Zeina Latif fala sobre PEC dos Gastos

301	Youtube\Planalto\Emy Cherman investidores estão atentos às medidas do governo
302	Youtube\Planalto\Henrique Meirelles explica Novo Regime Fiscal
303	Youtube\Planalto\Henrique Meirelles explica que o limite de gastos abrange todos
304	Youtube\Planalto\Maia comenta aprovação da PEC 241
305	Youtube\Planalto\Mansueto O Brasil gasta mais com Previdência que um país rico
306	Youtube\Planalto\Meirelles Governo assumiu o controle da situação fiscal
307	Youtube\Planalto\Meirelles despesas com saúde e educação serão preservadas
308	Youtube\Planalto\Meirelles medidas farão com que Brasil entre num curso sustentável
309	Youtube\Planalto\Mendonça Filho Não haverá nenhum prejuízo para a educação
310	Youtube\Planalto\Michel Temer temos que colocar o Brasil de volta nos trilhos
311	Youtube\Planalto\Nós queremos fazer com que o Brasil gaste apenas o que arrecada
312	Youtube\Planalto\PEC 241 ajuda a melhorar indicadores econômicos
313	Youtube\Planalto\PEC 241 ajudará o programa de concessões
314	Youtube\Planalto\PEC 241 restabelece confiança e credibilidade na política econômica
315	Youtube\Planalto\PEC mostra que Brasil está engajado para voltar a crescer
316	Youtube\Planalto\Padilha O Brasil precisa gastar apenas o que arrecada
317	Youtube\Planalto\Padilha líderes se comprometem a fechar aprovação da PEC dos gastos
318	Youtube\Planalto\Para secretária do Tesouro, PEC 241 qualifica os gastos
319	Youtube\Planalto\Precisamos revelar ao País que temos responsabilidade, afirma T
320	Youtube\Planalto\Projeto de emenda constitucional apresentado por Temer limita gastos
321	Youtube\Planalto\Pronunciamento após a posse Michel Temer
322	Youtube\Planalto\Recursos para saúde estão garantidos, afirma ministro
323	Youtube\Planalto\Relator da PEC 241 afirma que proposta é inovadora e revolucionária
324	Youtube\Planalto\Rodrigo Maia agenda econômica será prioridade no 2º semestre
325	Youtube\Planalto\Secretário da Fazenda afirma que não existe teto para saúde e educação
326	Youtube\Planalto\Temer contamos com o Congresso para aprovar teto de gastos públicos
327	Youtube\Planalto\Temer lema do governo é reformar para crescer
328	Youtube\Planalto\Temer nosso governo se pauta pelo diálogo
329	Youtube\Planalto\Teto de gastos é importante para estancar a “gastança imoderada”
330	Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Parecer 888 CCJ pec 55 2016
331	Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\voto em separado CCJ RANDOLFE RODRIGUES
332	Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\voto em separado Roberto Requião
333	Documentos do Processo PEC\Plenário do Senado Federal\PARECER Nº 920, DE 2016-PLEN

334	Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Parecer CCJC Dep. Danilo Forte Tramitacao-PEC-241-2016
335	Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Voto em separado Chico Alencar e Ivan Valente Tramitacao-PEC-24
336	Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Voto em separado Daniel Almeida Tramitacao-PEC-241-2016
337	Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Voto em separado Luiz Couto Tramitacao-PEC-241-2016
338	Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016
339	Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Voto em separado 1 PT
340	Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Voto em separado 2 LUCIANA SANTOS
341	Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Exposição de Motivos 83-2016 PEC-241-2016
342	Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Mensagem 329, de 15 de junho de 2016
343	Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Parecer PGFN-CAF nº 933-2016
344	Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Nota Informativa nº 2579-2016-MP
345	Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Nota Técnica nº 8443-2016-ASSEC-MP
346	Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Nota Técnica nº 8450-2016-SOF-MP
347	Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\PARECER n. 00697-2016-MAA-CGJAN-CONJURMP-CGU-AGU
348	Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Parecer PGFN-CAT nº 938-2016

2. Código: Fluxo dos Problemas

2.1. Código: Indicadores

1.

Essa proposta é uma das principais "armas" da equipe econômica para tentar reequilibrar as contas públicas nos próximos anos e impedir que a dívida do setor público, que atingiu 70% do Produto Interno Bruto (PIB) em agosto, aumente ainda mais.

[Notícias Internet\Economia - PEC 241 tire dúvidas sobre a proposta que limita ga; Posição: 9 - 9]

2.

A PEC propõe congelar as despesas do governo federal em valores reais (corrigidos pela inflação) por um prazo de dez anos, prorrogáveis por outros dez. “O objetivo da PEC é o mesmo da discussão da década passada, mas o modelo é diferente”, diz Marcos Mendes, assessor especial de Henrique Meirelles. Presidente do Banco Central em 2005, Meirelles é agora ministro da Fazenda. A meta é, novamente, controlar a dívida pública – que chegou a 73% do PIB, 30 pontos acima da média dos países emergentes. O caminho não é mais aproveitar a bonança. Afinal, o país vive a pior recessão já registrada. O governo propõe usar melhor o orçamento que já existe. Quer impor um limite às despesas, que crescem aceleradamente.

[Notícias Internet\PEC 241 Dez anos é muito para um limite de gastos - ÉPOCA I; Posição: 7 - 7]

3.

No ano passado, o déficit superou a marca dos R\$ 110 bilhões e, para este ano, o governo já pediu autorização para um rombo em suas contas de até R\$ 170,5 bilhões – o que, se confirmado, será o pior resultado da série histórica, que tem início em 1997.

[Notícias Internet\Economia - Governo propõe teto para gastos públicos com duração; Posição: 15 - 15]

4.

O que acontece se o país não controlar rapidamente o gasto público?

Vai piorar a crise econômica. A recessão atual já é a mais grave da história, com 12 milhões de desempregados e queda de 7% do PIB entre 2015 e 2016. O país chegou a essa situação, em parte, porque o governo gasta muito mais do que arrecada. No ano passado, o buraco nas contas públicas foi de R\$ 115 bilhões, o maior em 19 anos. Se o movimento não for contido, o governo ficará cada vez mais endividado. As consequências são juros em alta, ausência de investimento produtivo, eterna pressão por elevação de tributos e desemprego e desigualdade crescentes. Só neste ano, o rombo deve somar R\$ 170,5 bilhões. Em cinco anos, o resultado anual das contas do governo antes do pagamento de juros, o superávit primário, caiu de um saldo positivo de 3,2% do PIB para um saldo negativo de 2,7% do PIB. A única fórmula com efeito rápido à disposição, no momento, é a PEC 241.

[Notícias Internet\PEC 241 Tudo sobre o teto de gastos - ÉPOCA Tempo; Posição: 7 - 8]

5.

Dólar fecha em queda após aprovação da PEC do teto de gastos

A moeda norte-americana caiu 0,58%, a R\$ 3,326, no sétimo recuo seguido do dólar em relação ao real.

[Notícias Internet\Dólar fecha em queda após aprovação da PEC do teto de gastos; Posição: 1 - 2]

6.

Apresentando dados oficiais relativos à receita e despesas desde 1996, o economista Fernando Rugitsky, da Universidade de São Paulo (USP), afirmou, em sessão temática no Plenário do Senado, que a crise fiscal é fruto da desaceleração econômica e de desonerações praticadas nos últimos anos, que causaram uma queda na arrecadação, e não a um suposto "descontrole" nos gastos públicos.

[Notícias Internet\Rugitsky afirma que crise fiscal é fruto da queda das receitas,; Posição: 2 - 2]

7.

Segundo disse o ministro nesta quarta-feira (29/6), a raiz do problema fiscal do governo é o crescimento do gasto público, que não foi acompanhado pela arrecadação. Conforme apresentou em evento no Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), a despesa do governo cresceu 51% acima da inflação entre 2008 e 2015. Já a receita subiu 14,5%.

[Notícias Internet\ConJur - Aprovado novo regime fiscal, crescimento vai voltar,; Posição: 6 - 6]

8.

Eu mencionei que nós estamos vivendo a maior recessão da história do País desde que isso começou a ser medido. Se nós olharmos ali na projeção, vamos notar o seguinte: de 1929 a 1933, houve uma queda do PIB de 5,3%; de 1980 a 1983, de 6,3%; de 1989 a 1992, de 3,4%; de 2015 a 2016, de 7%. Então, é a maior recessão desde que o Produto começou a ser medido, no início do século passado. Houve uma queda de 16% no Produto Interno Bruto per capita, isto é, por pessoa, e o desemprego e a inflação cresceram muito. O PIB per capita caiu de cerca de 30 mil e 500 reais em 2014 para 25 mil e 700 reais em 2016. A taxa de desocupação passou de 6,4% para 11,2% nesse período. E o índice de inflação, evidentemente, tem-se mantido em patamares elevados, tendo atingido, no ano passado, 10,7%

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP, P. 5)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 7 - 7]

9.

O CDS, que é uma medida de risco País, que mede a avaliação internacional sobre o Risco Brasil, a partir de 2013 subiu um pouquinho, voltou a cair e depois voltou a subir fortemente no fim de 2014 e 2015

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 8 - 8]

10.

Vamos olhar agora o resultado primário do Governo Central do Brasil. Vamos ver aí os anos de 1998, 2000, 2004, quando atingiu valor próximo dos 3% o superávit primário. Veio caindo, atingiu, em 2011, 2% e, a partir de 2013, nos últimos 3 anos, houve uma queda muito forte do resultado primário. Atingiu agora 2% de déficit primário, antes de pagamento de juros, um resultado de fato bastante preocupante.

A dívida bruta do Governo Geral cresceu, portanto, de um patamar pouco superior a 50% do PIB para 66,5% hoje

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 9 - 9]

11.

Agora, vamos falar só de despesa primária do Governo Central. Passou de 10,8% para 19,5% do PIB, um crescimento de 8,7 pontos de percentagem do PIB, de 1991 a 2015

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 11 - 11]

12.

O importante é termos isto em mente: que em países de renda média, como é o caso do Brasil, patamares de dívida acima de 100% não são indutores do crescimento, quando existe um aumento da despesa pública

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP, P. 13)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 13 - 13]

13.

as despesas do Brasil, as despesas do Governo Federal estão descontroladas. Elas crescem sem parar, elas crescem independentemente do ciclo econômico, independentemente do ciclo político. Cada Presidente, desde 1997, deixou a despesa do País dois pontos percentuais do PIB maior. Era de 14% em 1997, e estamos indo para 20% em 2016. Não há nenhuma correlação dessa variável com outra variável na economia. Ela cresce indefinidamente. E as nossas projeções são muito claras: elas continuarão crescendo indefinidamente, se nada for feito. Controlar essa variável da economia hoje é fundamental para demonstrarmos que o País tem sustentabilidade.

O SR. MINISTRO DIOGO OLIVEIRA (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 16 - 16]

14.

Segundo motivo pelo qual nós temos que fazer esta PEC: temos que alterar o controle do gasto no País. A situação fiscal do País é grave, é gravíssima. Vamos ter um déficit de 170

bilhões de reais este ano e estamos projetando, para o ano que vem, um déficit de 140 bilhões de reais. Nas nossas projeções, teremos déficit indefinidamente

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 17 - 17]

15.

A variável final, a variável que resume essa situação — o Ministro Henrique Meirelles salientou muito corretamente — é a trajetória da dívida pública federal. Nós tínhamos, no fim de 2015, uma dívida de 66% do PIB. Ela já está em 68% do PIB e fechará este ano acima de 70% do PIB

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 18 - 18]

16.

Houve alguma contestação aos números aqui apresentados pela nossa equipe econômica? Contestaram os números de déficit público ali colocados? Contestaram os números do desemprego? Foi contestada a redução drástica e assustadora — eu até me assustei — do PIB per capita?

SR. DEPUTADO CARLOS MARUN (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 40 - 40]

17.

as despesas primárias, não as financeiras, da União de 1997 até 2015, que são os dados atualmente disponíveis no Tesouro Nacional, nós vemos que elas passaram, em termos reais, de cerca de 400 bilhões de reais para quase 1 trilhão e 200 bilhões de reais, ou seja, elas quase triplicaram nesse período de 18 anos, que vai de 1997 a 2015.

SR. BERNARD APPY (Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 27 - 27]

18.

O País, nos últimos 7 anos, viu crescerem as suas despesas públicas num percentual que supera em 50% o crescimento da inflação

SR. DEPUTADO CARLOS MARUN (Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP, P. 50)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 50 - 50]

19.

Vejam que o risco vinha mantendo certa estabilidade. Subiu muito no final de 2014 e início de 2015 até o início deste ano. Quando houve a perspectiva de mudança, que estamos no momento vivendo, o risco voltou a cair. Essa é uma forma de relacionar o resultado fiscal com que o que ocorre no resto da economia.

SR. RAUL VELLOSO (Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP, P. 3)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 4 - 4]

20.

No primeiro mandato da Presidente Dilma, a receita caiu para 2,4%; e a receita recorrente, 2,8%. Não está tão ruim. O PIB foi 2,2%. Na verdade, no primeiro mandato da Presidente Dilma, o comportamento da receita não foi muito ruim. A receita cresceu exatamente o que o PIB cresceu. Não houve nada ruim. O problema é que a despesa continuou crescendo a 5,5%. E a dessintonia que há é que a receita acompanha o PIB, e o gasto acompanha regras, critérios de exigibilidade, algo que nós colocamos na legislação

SR. SAMUEL PESSÔA (Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 13 - 13]

21.

No período da Presidente Dilma, o mundo desacelera de 4,2% para 3,6%; a América Latina desacelera de 4,1% para 3,5% — a mesma desaceleração —, e o Brasil desacelera de 4% para 2,2%

SR. SAMUEL PESSÔA (Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 15 - 15]

22.

o juro real no Brasil é alto, porque há excesso crônico de demanda. O excesso crônico de demanda vem porque nós somos uma sociedade que não poupa nada. Nossa taxa de poupança é ridícula

SR. SAMUEL PESSÔA (Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 52 - 52]

23.

De dezembro de 2013 até agora, a dívida bruta do setor público brasileiro cresceu 17 pontos percentuais do PIB. Isso colocou a nossa dívida pública, que, como o Prof. Ernesto Lozardo já havia dito, é a maior entre os países em desenvolvimento, numa trajetória claramente insustentável. Saindo de 52% do PIB, em 2013, nós já alcançamos 69% do PIB. Neste ano, devemos terminar acima de 70% do PIB

SR. MURILO PORTUGAL FILHO (Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 30 - 30]

24.

2003, o Brasil gastava 4,6% do seu PIB em educação e hoje gasta 6,4%. Repito: isso é bom. Qual o problema? Nós estamos aumentando o gasto, aumentando o investimento, mas não estamos tendo o retorno da qualidade

SR. DEPUTADO THIAGO PEIXOTO (Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 50 - 50]

25.

O setor público tem uma despoupança muito grande. A taxa de poupança do Brasil é baixa

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 83 - 83]

26.

Sr. Presidente, o PR quer contribuir com o Brasil, com o País. O PR precisa retomar os empregos. Há quase 12 milhões de desempregados.

SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR (Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 13 - 13]

27.

Sr. Presidente, o PSD vota “não” por uma única razão: como nós vamos manter a economia como está, quando, em 2014, a receita cresceu menos 0,9%, e a despesa cresceu 6,5%

SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA (Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 14 - 14]

28.

O Brasil tem um déficit nominal de 10% do PIB. Para o leigo, isso não diz muito. Mas um parâmetro de comparação é o Tratado de Maastricht, em que a Comunidade Europeia elegeu 3% como limite máximo aceitável. E deu no que deu nos países que não o respeitaram: Espanha, Itália e principalmente Grécia.

SR. MARCUS PESTANA (Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 248 Plenário CD)

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 248 Plenário CD; Posição: 26 - 26]

29.

Se estivesse valendo a regra de Temer, o Orçamento hoje seria de 69 bilhões de reais, ou seja, 228 bilhões de reais a menos. Na educação, o resultado seria ainda pior. Em 2005, o Orçamento era de 14 bilhões de reais e, em 2015, foi para 98 bilhões de reais. São 350 bilhões de reais de diferença. Na cultura, o Orçamento em 2005 era de 5,6 bilhões de reais a menos; em 2015, o Orçamento foi para 18,9 bilhões de reais. Com a PEC da maldade seria de 8,3 bilhões de reais.

São 125 bilhões de reais investidos a mais nesses 10 anos. Nessas 3 áreas, teríamos 700 bilhões de reais a menos nesses 10 anos.

SR. DÉCIO LIMA (PT-SC) (Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD)

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD; Posição: 142 - 142]

30.

O PIB per capita do Brasil, em 2009, era 8.600; chegou a 11 mil, chegou a 13 mil, caiu e hoje está em 8 mil. Tudo isso em dólar

SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) (Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 252 Plenário CD)

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 252 Plenário CD; Posição: 28 - 28]

31.

No caso do Brasil, sempre olhamos para o resultado primário, mas o principal indicador que todo mundo olha... E mesmo no Brasil, o resultado primário tinha um objetivo: o controle da dívida pública. E, mais interessante no mundo, não é relevante o nível da dívida pública e, sim, a trajetória, se ela está crescendo muito rápido ou se ela está relativamente estável. Recentemente, no Brasil, a gente teve uma piora do resultado primário e um crescimento relativamente alto da dívida pública nos últimos anos. O que gerou esses dois resultados? Foi mesmo o aumento das despesas? Foram as despesas públicas, que cresceram de forma descontrolada, que pioraram o resultado fiscal e aumentaram a dívida pública? Não. Na verdade, nos últimos anos, a gente teve uma queda do crescimento das despesas públicas. As duas coisas que geraram efeitos piores no resultado primário e piores do ponto de vista da dívida são coisas que não estão sendo abarcadas pela PEC. No caso do resultado primário, foi uma queda da arrecadação – e eu vou demonstrar aqui em dados; no caso da dívida, foi o aumento dos juros pagos, principalmente em 2015, que inclusive já está recuando este ano o pagamento de juros, porque foi motivado por uma questão muito específica ligada aos swaps cambiais que tinham sido feitos, na minha opinião, até acertadamente, para controlar a desvalorização cambial em 2013. Isso foi um momento completamente pontual. Outro fator que afeta os dois, tanto o resultado primário quanto a dívida, foi a piora no crescimento econômico, que piora a arrecadação.

[Notas Taquigráficas\Com. de Assuntos Econômicos - SF\Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado; Posição: 4 - 4]

32.

Aquilo ali – muita coisa que vou apresentar aqui a Esther já se referiu – é a evolução da despesa primária desde 1988 até 2015. A gente observa que ela vem acontecendo, o aumento da despesa primária, para fazer frente exatamente àquilo que a Constituição estabeleceu, vem aumentando desde então: 10,2% em 1988, foi para 13,6% em 1994, no início do governo FHC, que significa um aumento em torno de 3,4%, finalzinho do governo Sarney, governo Collor e Itamar. Depois, até 2002, foi para 15,6% do PIB, um aumento de dois pontos percentuais, pegando todo o período de governo de Fernando Henrique Cardoso. De 2002 a 2010, aumentou para 16,9%, aumento de 1,3 ponto percentual, durante o governo Lula. De 2010 a 2013, antes, portanto, da crise, aumentou apenas 0,3 pontos percentuais nos três anos iniciais do governo Dilma. Em 2015, ela tem um aumento acentuado, mas, evidentemente, é aquilo a que a Esther já se referiu: foi em função de uma queda brutal da receita nesse período e, conseqüentemente, queda do PIB. Então, evidentemente, esse aumento é unicamente

conjuntural. Não se trata de um aumento estrutural. O estrutural aconteceu, de fato, de 1988 a 2013

SR. JÚLIO MIRAGAYA (Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Com. de Assuntos Econômicos - SF\Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado; Posição: 8 - 8]

33.

Resumidamente, tanto a PEC original quanto seu Substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados argumentavam que o Novo Regime Fiscal seria necessário por causa da forte crise fiscal pela qual o País passa. Desde 2014, o resultado primário da União tem sido negativo e, para 2016, projeta-se déficit de R\$170 bilhões. A consequência desse desequilíbrio é o forte crescimento do endividamento. A razão dívida bruta/PIB saltou de 51,7%, em 2013, para 67,5%, em abril de 2016. Claramente, se não houver forte correção das contas do Governo, a dívida pública entrará em uma trajetória não sustentável, cujo resultado final é uma forte aceleração da inflação ou moratória, com fortes consequências sobre o crescimento e a economia

SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) (Nota Taquigráfica CCJ 1-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 1-11-2016 Senado; Posição: 8 - 8]

34.

a gente vê que as despesas primárias totais, nos últimos anos, de 2004 a 2015, subiram 102%. E a saúde subiu só 65%. A saúde é perdedora no atual modelo de gestão fiscal orçamentária

SR. MARCOS JOSÉ MENDES (Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 15 - 15]

35.

Na década de 90, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, nós tínhamos uma dívida bruta – eu vou começar pela bruta, porque agora ela virou referência – de 76% do PIB. Nós fechamos o ano de 2015 com uma dívida bruta de 72%. Mas, naquela época, na década de 90, nós não tínhamos as reservas que nós temos, tampouco nós tínhamos dinheiro nos bancos públicos, especificamente no BNDES, porque da dívida pública você tem de tirar o seu ativo. Então, se hoje nós temos 72%, que é menor do que aquele comprometimento que nós tínhamos na década de 90, nós ainda temos de tirar os nossos ativos, ou seja, a reserva que hoje nós temos, que é muito grande, e também os recursos que nós temos disponíveis ao BNDES, que são ativos.

Portanto, a nossa dívida bruta é bem menor do que isso. Por isso, a gente sempre utilizou a dívida líquida como referência, e a dívida líquida tem uma trajetória decrescente. Em 2003, ela estava em 50,6% do PIB; em 2008, 41,5%; em 2013, 33,6%. Ou seja, se nós pegarmos um histórico da dívida, ela tem um crescimento decrescente, se é que se pode dizer assim. Então, nós não temos uma dívida pública explosiva, nós não temos uma dívida pública descontrolada. O fato de nós termos tido um crescimento da dívida pública em 2014 e em 2015 é conjuntural, por uma crise que nós tivemos, com responsabilidades nossas, internas, mas com responsabilidades externas. O preço das commodities caiu, nós diminuimos a exportação. Quer dizer, a receita caiu, o PIB caiu. Obviamente, se eu não consigo pagar as minhas despesas com as receitas, porque caíram, eu aumento essa dívida

SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) (Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 48 - 48]

36.

Sr. Presidente, quanto aos gastos primários: a média dos países da OCDE é mais de 40% do PIB em gastos primários; aqui nós estamos com 19,8%. E eles estão propondo fazer caírem cinco pontos percentuais em dez anos, eles querem fazer cair de 19,8% para 14,8%

SR. LINDBERGH FARIAS (Nota Taquigráfica CCJ 9-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 9-11-2016 Senado; Posição: 39 - 39]

37.

O Prof. Felipe Rezende apresentou um estudo mostrando que se esta PEC entrar em vigor no Brasil o objetivo dela é reduzir as despesas primárias para 14% do PIB. O Prof. Felipe pesquisou 191 países e em apenas onze deles os gastos do Estado são inferiores a 16%, não chegam nem a 14, inferiores a 16. Que países são esses? Bangladesh, República Centro-Africana, Congo, Guatemala, Irã, Macau, Madagascar, Nigéria, Singapura, Sudão e Turquemenistão

SRa. MARIA LUCIA FATTORELLI (Nota Taquigráfica CDH 07-11-2016 - tarde)

[Notas Taquigráficas\Com. de Direitos Humanos e Leg. Participativa - SF\Nota Taquigráfica CDH 07-11-2016 - tarde; Posição: 10 - 10]

38.

Agora, olhe o dado mais interessante, Senador Requião: a dívida líquida no governo da Presidenta Dilma Rousseff foi, de longe, a que teve a menor taxa de crescimento. Sabe quanto cresceu a dívida líquida durante o governo da Dilma? Cresceu 31%, menos que a variação da inflação no mesmo período. A variação da inflação foi de 41%. Isso quer dizer que nós não tivemos crescimento real da dívida, Senador Requião. Isso é muito impactante para essa gente ficar falando que há um descontrole de dívida. E não sou eu que estou falando; são dados do Banco Central. Por favor, vão até o Banco Central e peguem os dados da evolução da dívida líquida: total de dívida líquida interna e dívida líquida externa. No governo da Presidenta Dilma, o total da dívida líquida cresceu só 31%, menos do que cresceu a inflação. Isso quer dizer que nós não tivemos crescimento real da dívida. Então, onde está a explosão a dívida? Aliás, nos anos de 2011, 2012 e 2013 – se eu somar os três anos –, a dívida líquida total cresceu apenas 3%. É em 2014 que nós temos um crescimento de 20% da dívida líquida

SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) (Nota Taquigráfica Plenário 03-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 03-11-2016 Senado - Discursos Vanessa; Posição: 20 - 20]

39.

é possível ver o resultado primário com o percentual do PIB entre 1996 e 2014. E o que fica evidente é que, desde 1999, o ano do estabelecimento do regime de metas de inflação, e particularmente desde o ano 2000, com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, até o ano de 2011, a economia brasileira conviveu com um superávit primário em torno de dois

pontos e meio, três pontos percentuais do PIB sistematicamente, que não declinou ao longo do tempo, tem apenas aquele declínio da política anticíclica que voltou a combater os efeitos da crise internacional iniciada em 2008 e 2009; mas o superávit primário com o percentual do PIB se manteve, sistematicamente, em torno de dois pontos e meio, três pontos percentuais do PIB. E vem a declinar apenas a partir de 2012, 2013 e 2014 com a desaceleração da economia.

SR. FERNANDO MONTEIRO RUGITSKY (Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado; Posição: 5 - 5]

40.

Esses 6% do PIB pesaram fortemente no total do déficit do Governo – aí incluindo os juros, o pagamento de juros. Vocês veem que o Governo tinha um déficit pouco superior a 2% do PIB, hoje em dia está a mais de 9% do PIB; um aumento, portanto, de sete pontos percentuais, dos quais mais de seis pontos percentuais foram a piora do resultado primário. Não foram os juros; foi a piora do resultado primário que fez com que o déficit do Governo explodisse muito acima dos 2%, que vinham antes. Foi o aumento do gasto acima das receitas. Obviamente, quem gasta mais do que arrecada – na faixa de 10% do PIB – precisa que alguém pague essa conta, e o Governo foi pegar esse dinheiro no mercado, pegando dívida. O resultado: um aumento explosivo da dívida. A dívida saiu dos 53% do PIB ao final de 2013 para um patamar que já supera 70% do PIB. É simples – de novo, isso é economia doméstica: se você gasta 10% do PIB a mais do que você arrecada, você precisa que alguém empreste, e a sua dívida sai aumentando em um ritmo muito grande. O problema é que esse caso se compõe: se você deve mais, você tem que pagar mais conta de juros. Portanto, ao desajuste primário se soma a necessidade de pagar juros sobre uma dívida que está ficando imensa.

SR. ARMANDO CASTELAR (Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado, P. 8)

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado; Posição: 9 - 9]

41.

Do meu ponto de vista, o choque, dado na economia brasileira entre 2014 e 2015, produziu esse efeito nefasto que nós estamos observando, que é uma depressão. Nós não estamos numa recessão. Lembrem-se que no ano passado a economia caiu 3,8, e está prometida para este ano uma queda de 3,4. Se vocês acumularem isso, dá uma coisa perto de 9%, 10% do PIB. Nós estamos em uma depressão.

SR. LUIZ GONZAGA BELLUZZO (Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado; Posição: 13 - 13]

42.

O fato é o seguinte, se você estabelece que teu problema é a despesa primária.

45:54 - 46:17 - De cara você tira o seguinte ó, toda despesa financeira, não é problema, ela é consequência, digamos o Mendes falava muito juros é consequência, não é causa.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 195 - 196]

43.

o diagnóstico que a gente tinha era o seguinte... que o principal problema fiscal do Brasil vinha do crescimento da despesa você olhava a trajetória da despesa nos últimos anos crescimento muito forte

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 4 - 4]

44.

então a ideia do teto de gastos é chamado atenção, olha, vamos botar um limite, vamos solicitar esse conflito distributivo que existe que hoje ele tá escondido atrás de um crescimento permanente da despesa orçamentária na hora que você bota no limite, as pessoas vão ter que discutir o que é prioridade que não é prioridade não havia discussão de prioridade em paralelo a gente observava um poder muito grande dos demais poderes especificamente judiciário Ministério Público Tribunal de Contas legislativo para aumentar o próprio orçamento por conta da Autonomia orçamentária que quer dizer na Constituição da legislação e daí se propôs. 04:37 - 04:44 - Produção de limite por por poderes né? E por órgãos desses desses poderes 04:45 - 05:42 - então a ideia era de ter o teto como um farol do que era possível e de qual era a trajetória desejável da despesa pública para que você tivesse um controle do processo endividamento, você recuperasse o equilíbrio das contas pelo controle da despesa e isso viabilizasse uma trajetória de dívida uma mudança naquele patamar de um crescimento acelerado da dívida.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 6 - 8]

45.

um fator importante é que a gente não tava tendo uma crise de balanço de pagamento. Você tem uma crise de pagamento o governo quebra por falta de dólar, você tem que fazer um ajuste fiscal abrupto porque você precisa fazer uma contração da atividade econômica para gerar excedentes exportáveis e gerar os dólares que você necessita.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 10 - 10]

46.

Olha naquele momento o que se tinha era um contexto em que a despesa pública tinha crescido demais demais na avaliação dos gestores da época, dos especialistas em sua maioria da época. E os dados de fato corroboram isso. Você vai pegar de 2004 a 2011 a despesa primária do governo Central cresceu 8% ao ano em média acima da inflação de 2012 a 2015 a taxa de crescimento diminuiu. Mas continuou em 5,1% ao ano todo ano acima da inflação. Já a receita que crescia oito por cento de 2004 a 2011 todo ano acima da inflação, em 2012 a 2015, a média foi menos 0,5%. Então esse descasamento acabou gerando um aparecimento dos déficits primários, na verdade a gestação desses primários já vem desde 2008.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 11 - 11]

47.

Um quadro em que a dívida já estava crescendo há alguns anos e também o déficit primário persistente. Então eu acho que houve sim também ali um diagnóstico mais ou menos consensual do que precisava ver alguma resposta então por exemplo o Senado respondeu com a criação da IFF o próprio Senado e a Câmara apoiaram o teto de gastos, houve uma grande cerimônia de promulgação da emenda da 95.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 54 - 54]

48.

algo que era repetido de forma de forma bastante sistemática de que o nosso problema era o crescimento dos gastos acima acima da inflação o crescimento real dos gastos.

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 27 - 27]

49.

o governo Lula sempre produziu superávit primário

08:07 - 08:15 - Com exceção de um outro ano, mas sempre você tá com uma tendência de superávit primário.

08:17 - 08:25 - Mas o governo Dilma essa coisa se inverte em 2014/15, mas aí foi basicamente porque a receita do governo caiu.

08:26 - 08:35 - Não tanto porque a despesa do governo subiu. Na verdade o crescimento da despesa real do governo

08:38 - 08:41 - Do governo Dilma foi menor do que no governo Lula.

08:43 - 08:54 - Então ou seja essa existia uma uma mais existia um diagnóstico de que o problema era o crescimento real das despesas.

08:58 - 09:02 - E aí no governo do governo Dilma, a gente saiu de uma posição de

09:04 - 09:10 - de superávit primário para uma posição de Déficit primário

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 50 - 57]

50.

E aí houve acho que houve naquele momento houve um processo que as pessoas ignoram o seguinte o IBGE mudou a metodologia do PIB em 2012?

32:04 - 32:07 - A mudança é importante em 2012.

32:09 - 32:11 - em relação ao PIB do serviço

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 162 - 164]

51.

Agora em 2015 o serviço cais quase quase 6%

37:04 - 37:09 - Então houve uma situação muito especial aí.

37:15 - 37:23 - E o IBGE ele não ele não te dá opção de olhar o que teria sido na metodologia antiga.

37:24 - 37:31 - E não consegue retroagir também a metodologia nova aos anos anteriores.

37:36 - 37:37 - Mas não fazem.

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 186 - 190]

52.

Mas isso é uma novidade as pessoas não têm consciência disso e no caso do governo temer ali final do ano Dilma. A percepção realmente era de um desastre total, os dados mostrando que o PIB ía cair 6%.

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 200 - 200]

53.

Veja bem, nós tínhamos, quando assumimos, nós tínhamos um produto interno bruto negativo e quase 4%, era 3,8% negativo, entendeu? Segundo ponto nós tínhamos uma inflação de 2 dígitos. Terceiro ponto nós tínhamos juros da taxa selic com 14,25

[Entrevistas\Entrevista de Michel Temer; Posição: 14 - 14]

54.

esse ano é 170 milhões tem um déficit primário

[Youtube\Câmara dos Deputados\Darcísio Perondi e Helder Salomão analisam proposta que cria te; Posição: 340 - 340]

55.

que estado social que é esse com juro altíssimo de cartão de crédito de 400% de 18 milhões de desempregados

[Youtube\Câmara dos Deputados\Deputados discutem PEC do Teto de Gastos Públicos; Posição: 941 - 943]

56.

porque grande parte dessas despesas mas 80% são definidas pela constituição

[Youtube\Câmara dos Deputados\Ministros defendem limite de gastos públicos; Posição: 75 - 76]

57.

Na medida em que a despesa pública esteja limitada no seu crescimento certamente facilita muito o controle da inflação e deve levar a uma queda estrutural da taxa de juros.

[Youtube\Planalto\Meirelles medidas farão com que Brasil entre num curso sustentá; Posição: 21 - 23]

58.

recebemos o país mergulhado em uma grave crise econômica são quase 12 milhões de desempregados e mais de 170 bilhões de déficit nas contas públicas

[Youtube\Planalto\Pronunciamento após a posse Michel Temer; Posição: 20 - 24]

59.

O nosso governo se preocupa com o desemprego e, para cuidar do desemprego, é preciso fazer um controle das contas públicas do País.

[Youtube\Planalto\Temer contamos com o Congresso para aprovar teto de gastos públ; Posição: 4 - 5]

60.

É absolutamente indispensável que nós possamos conter o crescimento avassalador das despesas públicas, porque o aumento da despesa sem que haja receita, recursos para poder fazer face a elas, leva aumento da taxa de juros, leva ao endividamento crescente do governo e leva à retração dos investimentos, que é o que nós estamos vivendo agora.

[Youtube\Planalto\Teto de gastos é importante para estancar a “gastança imoderada; Posição: 6 - 9]

61.

desde a Constituição de 1988, os gastos públicos cresceram continuamente. Conforme aponta a justificação da PEC, entre 1997 e 2015, as despesas primárias cresceram 5,7% por ano em termos reais, muito acima do crescimento do PIB, que não atingiu 3% ao ano. Em boa parte

desse período, o equilíbrio fiscal se deu via aumento das receitas. Com isso, a receita líquida da União, que correspondia a 14,0% do PIB em 1997, em 2015 representou 17,7%. E a carga tributária total, incluindo estados e municípios, atingiu 33,1% do PIB em 2014 (dado mais recente disponível da série do Fundo Monetário Internacional – FMI), valor muito acima da média dos países emergentes, 28,0% do PIB nos últimos cinco anos, e mais próximo da média dos países desenvolvidos (36,7%)

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Parecer 888 CCJ pec 55 2016; Posição: 14 - 14]

62.

O que ocorreu a partir de 2011, contudo, foi uma mudança na orientação da política fiscal, denominada “Nova Matriz Econômica”. Um dos pilares dessa nova orientação era justamente a crença de que, com o Estado gastando mais, haveria maior geração de renda, via pagamento de salários, transferências e aquisição de fornecedores. Essa renda faria a economia girar, aumentando a demanda. Com isso, os empresários se sentiriam estimulados a investir mais, colocando a economia em um círculo virtuoso de mais gastos públicos, mais investimento, maior crescimento.

Com efeito, entre 2011 e 2015, os gastos primários da União aumentaram de 16,7% para 19,6% do PIB. Mas o PIB não respondeu conforme esperado. Por que não deu certo? Foram vários motivos, mas, sinteticamente, o aumento de gastos impediu que a taxa de juros caísse de forma sustentável (houve, sim, uma redução da taxa Selic no período, mas uma redução artificial que logo começou a pressionar os preços e obrigar o Banco Central a reverter sua política), o que atraiu bastante capital externo em um ambiente de liquidez internacional favorável e preços favoráveis para commodities. Assim, todo o aumento de demanda se converteu em aumento de importações, com pouco impacto sobre a produção doméstica

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Parecer 888 CCJ pec 55 2016; Posição: 15 - 15]

63.

Com relação ao processo de desaceleração brasileira, o convidado atribuiu a erros exclusivamente de gestão interna. Para tanto, citou que nosso desempenho foi bastante inferior ao desempenho mundial e, em particular, ao dos países da América Latina. Também ressaltou que os termos de troca brasileiros (preço relativo da nossa cesta de bens exportados contra o preço da nossa cesta de bens importados) atingiram o valor mais alto desde os anos 70 durante o primeiro mandato da Presidente Dilma. Entende, assim, que responsabilizar a economia internacional pela nossa desaceleração não faz o menor sentido

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 18 - 18]

64.

Discorreu sobre a importância da redução e da estabilização da dívida pública para o estímulo do crescimento econômico, da renda per capita e da geração de empregos. A partir de determinados níveis, a dívida seria prejudicial ao crescimento econômico e à geração de emprego (taxas de juros elevadas, risco de aumento de tributos e da inflação), conforme estudos conduzidos pelo Banco Internacional de Compensações, pelo Fundo Monetário Internacional e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 21 - 21]

65.

Desde 2013, a dívida pública disparou de 51,7% para 70,1% do PIB, em agosto de 2016. Para rolar essa dívida, o Tesouro é obrigado a pagar ao mercado financeiro mais de R\$ 500 bilhões em juros.

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitação-PEC-241-2016; Posição: 23 - 23]

66.

Os técnicos do governo federal, e uma massa significativa de pesquisadores e analistas, atribuem a maior parcela desse aumento ao crescimento acelerado da despesa pública primária. No período de 2008 a 2015, essa despesa cresceu 51% acima da inflação, enquanto a receita pública teve ganho real de somente 14,5%

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitação-PEC-241-2016; Posição: 33 - 33]

67.

No âmbito da União, a deterioração do resultado primário nos últimos anos, que culminará com a geração de um déficit de até R\$170 bilhões este ano, somada à assunção de obrigações, determinou aumento sem precedentes da dívida pública federal. De fato, a Dívida Bruta do Governo Geral passou de 51,7% do PIB, em 2013, para 67,5% do PIB em abril de 2016 e as projeções indicam que, se nada for feito para conter essa espiral, o patamar de 80% do PIB será ultrapassado nos próximos anos.

[Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Exposição de Motivos 83-2016 PEC-241-2016; Posição: 4 - 4]

68.

A raiz do problema fiscal do Governo Federal está no crescimento acelerado da despesa pública primária. No período 2008-2015, essa despesa cresceu 51% acima da inflação, enquanto a receita evoluiu apenas 14,5%. Torna-se, portanto, necessário estabilizar o crescimento da despesa primária, como instrumento para conter a expansão da dívida pública. Esse é o objetivo desta Proposta de Emenda à Constituição.

[Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Exposição de Motivos 83-2016 PEC-241-2016; Posição: 4 - 4]

69.

A análise da evolução das despesas públicas primárias federais mostra que a taxa de crescimento real da despesa caiu de 2011 a 2015 em relação ao período anterior, 2007 a 2010. Essa queda, no entanto, não foi suficiente para estabilizar as despesas como proporção do PIB, dificultando a adequação da política fiscal ao desempenho recente da economia

[Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Nota Técnica nº 8443-2016-ASSECM-MP; Posição: 3 - 3]

70.

entende-se que o acompanhamento e controle do limite para as despesas primárias deve ser realizado sem prejuízo do principal parâmetro de condução da política fiscal, que é a fixação e cumprimento de metas de resultado primário.

[Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Nota Técnica nº 8450-2016-SOF-MP; Posição: 4 - 4]

71.

Nota Técnica nº 8443/2016-MP, informou que, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o gasto público tem crescido continuamente, o que acarretou a elevação da carga tributária, comprometendo, no longo prazo, o crescimento econômico. Aduz, ainda, que a elevada rigidez orçamentária reduz a capacidade do governo de fazer adequações dos gastos públicos em função das circunstâncias conjunturais da economia.

[Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\PARECER n. 00697-2016-MAA-CGJAN-CONJURMP-CGU-AGU; Posição: 1 - 1]

2.2. Código: Eventos focalizadores

1.

a crise trazida pela Depressão de 1929, em 1930 e 1931. A crise de hoje é maior do que essa e do que a de 1981 e 1982, se medirmos a contração do produto

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP, P. 5)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 6 - 6]

2.

o principal motivador desta crise certamente foi a questão fiscal, foi uma desconfiança na capacidade futura do Governo brasileiro de se financiar, o que leva a uma série de consequências. Em primeiro lugar, à medida que começa a haver esse tipo de problema, nós temos o aumento do risco do País, o aumento do custo de financiamento do Tesouro e o aumento da dívida. E, em consequência, o Governo passa a captar da sociedade um valor maior de recursos para financiar a própria dívida, restando menos recursos a serem investidos, e a financiar o consumo

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 8 - 8]

3.

O PIB está em recessão: crescimento zero em 2014 e 2 anos de crescimento negativo, graças à desordem econômica patrocinada pelo Governo Dilma, a maior recessão da história. O PIB nominal não protegeu a Saúde. O PIB nominal caiu na regra do IPCA — a regra antiga seria exatamente essa. A Receita Corrente Líquida caiu em termos reais 7% este ano. Também não protege. O que está proposto é um limite global, não um limite setorial

DEPUTADO MARCUS PESTANA (Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 69 - 69]

4.

Uma das formas de transmitir a crise na economia é pela subida do risco, o que resulta diretamente na queda do resultado primário, que é a parcela usada para manter a dívida sob controle. Depois há a explosão da dívida. E no final, a economia, através da explosão da

dívida, entra em crise. É isso que nós estamos vivendo, em parte ou em boa parte, hoje, e é o que precisamos evitar

SR. RAUL VELLOSO (Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 4 - 4]

5.

O grave problema fiscal que o nosso País enfrenta tem várias manifestações, mas, a meu juízo, a mais aguda e a mais perigosa é o crescimento explosivo da nossa dívida pública, a partir de 2013

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 30 - 30]

6.

Não há um único motivo, mas uma combinação de motivos, para a taxa de juros no Brasil ser tão elevada. Eu vou citar alguns, mas eu acho que um dos principais é a questão fiscal

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 83 - 83]

7.

recebemos uma herança maldita do Governo anterior de 170,5 bilhões de reais de um rombo, e esta PEC é que vai, com certeza, nos dar a condição para o País poder reagir, como já está reagindo, ao governo anterior

SR. DEPUTADO ANDRE MOURA (Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 20 - 20]

8.

nós estamos vivendo uma crise sem precedentes. A crise de 1929 é fichinha perto da crise enfrentada agora. O principal ponto que gerou essa crise foi exatamente o desajuste fiscal promovido pelo Governo do PT,

SR. DEPUTADO THIAGO PEIXOTO (Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 58 - 58]

9.

A ex-Presidente deixou as contas negativas em 170 bilhões de reais este ano. Ano que vem, com o esforço do Presidente Michel, esse valor vai baixar para 140 bilhões de reais. Desequilibraram-se as finanças. Houve um aumento de gastos 50% acima da inflação nos últimos 7 anos. A receita cresceu 15%, ou seja, 7% acima do que crescia todo ano

SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI (Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 141 - 141]

10.

Nós estamos vivendo uma crise profunda e um déficit nas contas públicas da ordem de 170 bilhões de reais

SR. DEPUTADO JONES MARTINS (Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD)

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD; Posição: 32 - 32]

11.

Resumidamente, tanto a PEC original quanto seu Substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados argumentavam que o Novo Regime Fiscal seria necessário por causa da forte crise fiscal pela qual o País passa. Desde 2014, o resultado primário da União tem sido negativo e, para 2016, projeta-se déficit de R\$170 bilhões. A consequência desse desequilíbrio é o forte crescimento do endividamento. A razão dívida bruta/PIB saltou de 51,7%, em 2013, para 67,5%, em abril de 2016. Claramente, se não houver forte correção das contas do Governo, a dívida pública entrará em uma trajetória não sustentável, cujo resultado final é uma forte aceleração da inflação ou moratória, com fortes consequências sobre o crescimento e a economia

SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) (Nota Taquigráfica CCJ 1-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 1-11-2016 Senado; Posição: 8 - 8]

12.

eu queria me reportar sobre uma das mais profundas crises que nós vivemos, paralelamente à crise econômica, à crise social, à crise política e à crise moral. São crises profundas, mas eu considero uma delas, a crise do Estado, a mais significativa e a mais profunda. O Estado brasileiro...

SR. ELMANO FÉRRER

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 7-11-2016 Senado; Posição: 27 - 27]

13.

Lamentavelmente, ninguém vai votar isso aqui com alegria. Eu tenho certeza disso. Mas nós chegamos num limite tal... O caos econômico deixado foi de tal tamanho que não temos o que fazer, a não ser estancar essa "hemorragia", entre aspas, porque senão nós não vamos conseguir fazer o País voltar a ter credibilidade, novos investimentos, gerando emprego e renda, que é o que faz a economia girar numa espiral

Waldemir Moka (Nota Taquigráfica Plenário 17-11-2016 Senado, P. 23)

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 17-11-2016 Senado; Posição: 23 - 23]

14.

Eu acho que aí combina... eu acho que aí o mais importante... mais importante do que a questão política era realmente a questão econômica, né? Por conta da crise de 2014/15, né?

Que foi uma das maiores recessões da história do Brasil a situação fiscal ficou extremamente complicada principalmente pelos instrumentos que a presidente Dilma escolheu para enfrentar a crise, né? Ela fez uma expansão grande dos gastos, né? Ela fez um corte significativo de receitas, né?... desoneração da folha e outras medidas nesse sentido, né? Então as decisões que ela tomou evidentemente assessorada pelos ministros dela pelos assessores, né? Que achava que seria importante promover um impulso fiscal no momento.

07:50 - 08:44 - de recessão e tal mas essas decisões do ponto de vista estritamente fiscal, elas foram calabitosas. Elas elas detonaram a receita e detonaram a despesa, né?

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 11 - 12]

15.

a minha percepção é de que o fator principal foi o fator econômico e não necessariamente o fator político. Eu fico pensando se, talvez dizer, óbvio que era um ambiente político conturbado, era um presidente temporário que não tinha sido eleito, e que tinha um apoio no congresso, mas ele aceitou esse diagnóstico da equipe Econômica dele e apoiou essas medidas

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 12 - 12]

16.

mas a mudança que eu acho que o que houve nesse tão forte em relação ao orçamento foi a insatisfação da forma como estava sendo conduzida a parte mesmo das dotações, sem ter qualquer controle e também em um ambiente desse quem é que conseguia no final ter realmente a execução das suas despesas? Porque você tinha um valor autorizado muito acima do que realmente era o valor pago que cabia dentro da meta de resultado e politicamente isso era muito ruim, porque as emendas, na época começou a falar em emenda impositiva, né? Já como acho que foi dessa época mesmo em 2016 que começou na LDO justamente por essa insatisfação. Enquanto ao que realmente o governo era capaz de executar.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 9 - 9]

17.

O Brasil tinha perdido o grau de investimento a dívida pública tava crescendo fortemente e o diagnóstico que a gente tinha era o seguinte... que o principal problema fiscal do Brasil vinha do crescimento da despesa você olhava a trajetória da despesa nos últimos anos crescimento muito forte para lidar com no primeiro momento para lidar com esse crescimento da despesa foi feita foram feitos seguidos aumentos de Carga Tributária, mas a carga tributária já tinha chegado no limite muito alto quando não foi mais possível aumentar a carga tributária o governo optou por aumentar a dívida pública e continuar aumentando o lugar então tinha diagnóstico que era preciso você botar um limite no crescimento do gastos.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 4 - 4]

18.

Tava num momento de crise de credibilidade muito forte uma percepção de que tinha havido uma piora significativa das contas públicas.

10:10 - 10:19 - E que isso tava causando uma recessão... o Brasil tinha perdido o grau de investimento. Se for uma coisa simbólica, né?

10:23 - 11:22 - E ao mesmo tempo a coalisão que assumiu o poder teve uma capacidade de articulação política muito forte, né? Então tinha uma uma capacidade de coordenação dentro da casa civil e da secretaria de governo com as lideranças partidárias e uma capacidade muito grande de colocar a pauta e as prioridades do executivo

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 18 - 20]

19.

uma das primeiras coisas que o governo temer fez foi mostrar o tamanho do déficit e assustou quando as pessoas quando tiramos Todas aquelas colocou todas as contas e recalculou déficit primário foi a primeira coisa que ele fez, né? Era um déficit que era um déficit astronômico e só piorou depois porque depois tem que pagar as pedaladas, e tal... então toda aquele processo foi desmontado numa hora uma hora para outra então assim do ponto de vista da sociedade eu acho que não, não havia... havia discussão assim: há um problema e há disfunções em função desse problema

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 50 - 50]

20.

O principal objetivo era transmitir segurança.

Ao chamado mundo econômico para mim, chamo de mercado.

Eu prefiro chamar.

E economia na realidade econômica precisa do exemplo do governo.

[Entrevistas\Entrevista de Esperidião Amin; Posição: 2 - 5]

21.

Houve terrorismo também.

Terrorismo determinado até pela cassação da presidente Dilma.

Que teve como raiz formal legal desequilíbrio fiscal. No mais, o amadurecimento da sociedade também contribuiu.

[Entrevistas\Entrevista de Esperidião Amin; Posição: 54 - 56]

22.

E este trauma foi produzido pela pedalada, não que a pedalada tenha sido a causa verdadeira juridicamente perfeita.

Mas houve a constatação de que o rigor fiscal é para valer.

Eu acho que esta circunstância fundamental determinou as circunstâncias, digamos, periféricas.

Que facilitaram a que o executivo, legislativo.

A sociedade vive. Se o teto de gastos como um remédio amargo, mas necessário, e eu digo mais.

[Entrevistas\Entrevista de Esperidião Amin; Posição: 67 - 71]

23.

Olha naquele momento o que se tinha era um contexto em que a despesa pública tinha crescido demais demais na avaliação dos gestores da época, dos especialistas em sua maioria da época. E os dados de fato corroboram isso. Você vai pegar de 2004 a 2011 a despesa primária do governo Central cresceu 8% ao ano em média acima da inflação de 2012 a 2015 a taxa de crescimento diminuiu. Mas continuou em 5,1% ao ano todo ano acima da inflação. Já a receita que crescia oito por cento de 2004 a 2011 todo ano acima da inflação, em 2012 a 2015, a média foi menos 0,5%. Então esse descasamento acabou gerando um aparecimento dos déficits primários, na verdade a gestação desses primários já vem desde 2008.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 11 - 11]

24.

ali teve um componente da conjuntura que também levou os agentes políticos seja do executivo do Legislativo a pensarem o seguinte. Olha nós vamos precisar dar uma resposta

porque 2015 e 16 a economia caiu quase 7% numa acumulado foi o pior biênio da série histórica desde 1901 quando o IBGE

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 53 - 53]

25.

então acho que com base e ali havia uma situação de percepção de que a gente tinha uma crise fiscal.

18:52 - 18:53 - Muito muito forte.

18:55 - 19:01 - viu a percepção de uma crise fiscal forte foi exagerada mas os economistas fizeram essa

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 98 - 100]

26.

havia percepção de que havia uma crise fiscal muito grave, porque a economia tá tinha mergulhado numa recessão e claro nessa recessão da Dilma 2014 15 a receita caiu bastante a posição do governo piora porque cai a receita sem que a despesa caiam

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 103 - 103]

27.

30:24 - 30:30 - então orçamento irreal dos

30:34 - 30:43 - 500 milhões de restos a pagar dívida bruta disparada

30:45 - 30:49 - inflação alta recessão

30:51 - 30:53 - desemprego galopante

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 154 - 157]

28.

A PEC nº 241/2016 e que depois se tornou a EC 95/2016 supostamente buscou resolver ou enfrentar a crise fiscal e econômica no âmbito da União em 20 anos, a partir de 2016. Ou seja, houve o estabelecimento de um limite para as despesas do governo em todas as suas áreas, menos no que tange aos juros da dívida pública.

Por isso, no fundo, a EC 95 – Novo Regime Fiscal, na prática manteve o pagamento dos juros da dívida, mas deixou de investir em educação, saúde, assistência social, geração de emprego e renda e etc. Em outras palavras tira dos pobres e dá aos ricos.

[Entrevistas\Entrevista de Vanessa Grazziotin; Posição: 2 - 3]

29.

A presidenta Dilma tinha acabado de sofrer um golpe e foi impeachmada pelo Congresso Nacional. O Governo Dilma tinha uma linha economia que estava sofrendo ajustes para enfrentar a crise e a partir do início do segundo mandato de Dilma a economia brasileira rapidamente deteriorou-se, apesar de que a situação não fosse tão ruim como no período anterior. Mas, o Brasil vivia um baixo crescimento e ainda assim a inflação não estava fora do controle, mantinha-se dentro das metas para o período. O nível de emprego era elevado e a renda crescia, apesar de crescer a taxas cada vez mais decrescentes.

Com a ascensão ao poder do Governo Temer através do golpe de 2016, este viu-se numa situação de ter que dar uma resposta mais rápida e imediata (não ao povo brasileiro e trabalhador, mas aos investidores), daí a saída rápida – sem discussão com a sociedade – foi criar esse Novo Regime Fiscal que limita o crescimento do país em termos econômicos e sociais.

O que eu percebi e conforme agora é que o Governo de Temer e de seus aliados não tinham nenhuma opção plausível e segundo seus porta-vozes a austeridade seria a única saída.

Alegavam que a economia estava sendo deteriorada pelos gastos do governo. Nenhum país do mundo adotou uma política tão severa quanto essa do teto de gastos, principalmente por ter colocado essa regra na Constituição Federal.

[Entrevistas\Entrevista de Vanessa Grazziotin; Posição: 9 - 11]

30.

aproveitaram a narrativa que era preciso gastar com central aproveitaram as próprias as acusações contra Dilma de pedalada fiscal, acusação de desorganização fiscal, é, de aumento do desemprego que foi tudo o que o golpe começou a liberdade logo depois das eleições 2014 porque houve ausência de condições de governabilidade do Parlamento com a gestão de Eduardo Cunha.

[Entrevistas\Entrevista de Érika Kokay; Posição: 36 - 36]

31.

Ou seja, a ideia é que você precisava partir... dar início, pontapé inicial seria precisamente essa questão da responsabilidade fiscal. Acho que isso ajudou muito.

[Entrevistas\Entrevista de Michel Temer; Posição: 14 - 14]

32.

digamos a crise política anterior ajudou a solucionar uma crise econômica que o país atravessava. Não tenho dúvida disso.

[Entrevistas\Entrevista de Michel Temer; Posição: 16 - 16]

33.

o país vive uma crise econômica sem precedentes

[Youtube\Câmara dos Deputados\Darcísio Perondi e Helder Salomão analisam proposta que cria te; Posição: 65 - 66]

34.

o certo é que a economia internacional passa por um momento de dificuldade

[Youtube\Câmara dos Deputados\Darcísio Perondi e Helder Salomão analisam proposta que cria te; Posição: 202 - 203]

35.

agora a situação que trouxe o brasil até agora obriga a criar algo de emergência e radical

aliás aliás essa proposta foi feito pelo ministro da dilma nelson barbosa já ministro agora fazenda à época já foi colocado por joaquim

[Youtube\Câmara dos Deputados\Deputados discutem PEC do Teto de Gastos Públicos; Posição: 814 - 820]

36.

primeiro porque é o seguinte é uma matéria é que visa tem o objetivo de enfrentar a crise fiscal que o Brasil está atravessando a crise econômica

[Youtube\Senado Federal\Para Vanessa Grazziotin, PEC dos Gastos precisa de um debate pr; Posição: 40 - 43]

37.

a crise começou em 2008 nos países desenvolvidos e até agora não se superou então ela atingiu o Brasil agora é uma crise cíclica que nós temos que saber enfrentar agora enfrentar a crise cíclica não pode ser jogando o ônibus dela nas costas de quem não tem responsabilidade nenhuma

[Youtube\Senado Federal\Para Vanessa Grazziotin, PEC dos Gastos precisa de um debate pr; Posição: 254 - 261]

38.

A PEC 241 é vital para que o Brasil se recupere da crise em que foi colocado pela irresponsabilidade dos governos que nos antecederam.

[Youtube\Planalto\Teto de gastos é importante para estancar a “gastança imoderada; Posição: 4 - 5]

39.

crise econômica é grave e que deve ser feito um esforço no sentido da redução de gastos.

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitação-PEC-241-2016; Posição: 16 - 16]

40.

Com relação ao processo de desaceleração brasileira, o convidado atribuiu a erros exclusivamente de gestão interna. Para tanto, citou que nosso desempenho foi bastante inferior ao desempenho mundial e, em particular, ao dos países da América Latina. Também ressaltou que os termos de troca brasileiros (preço relativo da nossa cesta de bens exportados contra o preço da nossa cesta de bens importados) atingiram o valor mais alto desde os anos 70 durante o primeiro mandato da Presidente Dilma. Entende, assim, que responsabilizar a economia internacional pela nossa desaceleração não faz o menor sentido

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitação-PEC-241-2016; Posição: 18 - 18]

41.

Apontou o crescimento da despesa primária como importante fator de desequilíbrio fiscal e estrutural em nosso País, alertando para seu crescimento a taxas superiores à da variação do PIB desde 1991

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitação-PEC-241-2016; Posição: 21 - 21]

42.

Note-se que, entre as consequências desse desarranjo fiscal, destacam-se os elevados prêmios de risco, a perda de confiança dos agentes econômicos e as altas taxas de juros, que, por sua vez, deprimem os investimentos e comprometem a capacidade de crescimento e geração de empregos da economia.

[Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Exposição de Motivos 83-2016 PEC-241-2016; Posição: 4 - 4]

2.3. Código: Feedback de políticas anteriores

1.

Em discurso nesta quinta-feira (17), o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) pediu um voto de confiança da população para a proposta de emenda à Constituição que limita os gastos públicos por 20 anos. Para o senador, a PEC 55/2016 é uma medida segura para reverter a situação de desemprego e “estrangulamento econômico” em que o Brasil se encontra.

— Eu quero deixar claro nesta hora que é fundamental que possamos transmitir a todos que estão nos ouvindo que acreditem. Deem essa "carta de confiança" a nós porque nós estamos produzindo uma alternativa para o país sair dessa crise. E essa alternativa está hoje exatamente embasada nessa PEC 55 — afirmou.

O senador rebateu argumentos de senadores da oposição de que a proposta pode levar o Brasil a uma crise ainda pior. Na sua opinião, a política econômica adotada pelo PT nos últimos 13 anos é responsável pela atual situação em que o país se encontra.

[Notícias Internet\Ronaldo Caiado pede voto de confiança em relação à PEC do Teto; Posição: 3 - 5]

2.

Ronaldo Caiado: aprovação da PEC do Teto é a medida mais 'palatável'

Em discurso nesta terça-feira (29), o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que a proposta de emenda constitucional que fixa limite de gastos públicos (PEC 55/2016) é a medida mais palatável diante do que chamou “de desastre instalado no país nos últimos treze anos pelo governo do PT”.

[Notícias Internet\Ronaldo Caiado aprovação da PEC do Teto é a medida mais 'palat'; Posição: 1 - 2]

3.

Não houve nenhum governo que tenha terminado o mandato com um gasto como percentagem do PIB — gasto primário do Governo Central — menor do que o que encontrou, apesar de esforços muito grandes que já foram feitos no passado. Qual é a razão disso? Porque grande parte dessas despesas, quase 80%, são definidas pela Constituição Federal.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 11 - 11]

4.

as despesas do Brasil, as despesas do Governo Federal estão descontroladas. Elas crescem sem parar, elas crescem independentemente do ciclo econômico, independentemente do ciclo político. Cada Presidente, desde 1997, deixou a despesa do País dois pontos percentuais do PIB maior. Era de 14% em 1997, e estamos indo para 20% em 2016. Não há nenhuma correlação dessa variável com outra variável na economia. Ela cresce indefinidamente. E as nossas projeções são muito claras: elas continuarão crescendo indefinidamente, se nada for

feito. Controlar essa variável da economia hoje é fundamental para demonstrarmos que o País tem sustentabilidade.

O SR. MINISTRO DIOGO OLIVEIRA (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 16 - 16]

5.

A tese do Estado social é uma tese falida. A política econômica pode representar, em determinado momento, uma possibilidade de sucesso, mas é importante compreendermos que a sociedade muda permanentemente. A geopolítica muda permanentemente. Se o mercantilismo era possível lá atrás, porque se vivia em um sistema de pacto colonial, hoje não é mais possível, devido à agilidade da economia, a uma nova realidade, inclusive tecnológica, para se fazer a circulação do dinheiro no mundo.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 57 - 57]

6.

Uma breve lista de erros cometidos: abandono total da prudência fiscal no País; desonerações fiscais equivocadas e seletivas, que não geraram os resultados esperados; estímulo ao endividamento de Estados e Municípios; mudança no marco regulatório de óleo e gás; escolha das campeãs nacionais no BNDES; redução artificial dos juros

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 65 - 65]

7.

O próprio regime de meta de superávit primário é procíclico. Por quê? Quando a economia vai bem, arrecada-se mais e pode-se gastar mais. Quando a economia vai mal, tem-se que cortar o gasto para cumprir a meta de superávit primário. Ele também não é um bom modelo de gestão de finanças públicas. Um modelo de controle de despesas é muito melhor do que um modelo de superávit primário

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 31 - 31]

8.

Eu percebo que tempos atrás entenderam que era melhor criar as vinculações, e que, talvez, durante um tempo, isso tenha sido uma boa política, uma boa solução. Só que está claro que não funciona mais

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 47 - 47]

9.

O PIB está em recessão: crescimento zero em 2014 e 2 anos de crescimento negativo, graças à desordem econômica patrocinada pelo Governo Dilma, a maior recessão da história. O PIB nominal não protegeu a Saúde. O PIB nominal caiu na regra do IPCA — a regra antiga seria exatamente essa. A Receita Corrente Líquida caiu em termos reais 7% este ano. Também não protege. O que está proposto é um limite global, não um limite setorial

DEPUTADO MARCUS PESTANA (Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 69 - 69]

10.

Quando a economia está crescendo, o gasto tende a crescer mais do que a economia, e a ser levemente pró-cíclico na fase descendente. E quando a economia cai, ele cai, mas cai menos do que a economia. Ou seja, a simetria é desfavorável por isso. Na hora em que eu preciso dessa “pró-ciclicidade” — se é que existe essa palavra —, eu não consigo por causa dessa característica.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 4 - 4]

11.

O que aconteceu então? Erros cometidos na política econômica, que começaram em 2009, produziram uma enorme perda de eficiência da economia brasileira. Eu insisto com 2009 para dizer que os erros de política econômica não necessariamente estão associados a grupos políticos que administraram o Brasil. O grupo político petista, durante muitos anos, administrou o Brasil muito bem

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 16 - 16]

12.

Então, um dos erros da nova matriz econômica é o intervencionismo, que foi pensado para os asiáticos. Os coreanos fizeram um pouquinho disso, muito menos do que nós, mas eles fizeram. Eles têm o BNDES deles, fazem lá os (ininteligível) deles, os campeões nacionais. Tudo isso eles fazem muito melhor do que nós. Muito melhor! Mas eles têm 35% de poupança! Como vamos adaptar um modelo que deu certo em outro país, em outra cultura, que tem outra burocracia — é outro Estado — e que poupa mais do que o dobro que nós? Como vamos adotar isso? Essa tropicalização do modelo asiático que tentamos fazer é loucura! É insanidade! Foi o conjuntural que agravou o estrutural.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 53 - 53]

13.

A qualidade da política econômica praticada de 2009 a 2014 foi a pior da República. Houve excesso de intervencionismo; mudança do marco regulatório do petróleo; intervenção no setor elétrico; fechamento da economia; Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores — INOVAR-AUTO; aquela tentativa de reconstrução da indústria naval; 400 bilhões de dólares para o balanço do BNDES; menos transparência das contas públicas; queda do superávit primário; redução forçada dos juros; queda do spread bancário na marra; uso dos bancos públicos de forma irresponsável para fazer o spread bancário cair na marra; desonerações de IPI muito mal desenhadas, que produziram ciclos terríveis na nossa indústria de transformação — por exemplo, durante 2 anos as indústrias de caminhões trabalharam com três turnos e hora extras, mas há 3 anos elas trabalham com um turno e banco de horas. Ou seja, esses ciclos que a política econômica vai jogando sobre a nossa indústria torna o dia a dia da indústria muito mais difícil. É uma lista longa de erros que foram cometidos.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 62 - 62]

14.

Na fase em que a inflação estava subindo, que havia demanda maior, os juros estavam caindo, ou seja, os juros reais estavam próximos de zero. Adotou-se a política de que o Brasil deve crescer pelo consumo e não pelo aumento da oferta, não pelo aumento dos investimentos e não pela produtividade. Estimulou-se o consumo de maneira muito rápida como forma de crescimento. Esse é o modelo que se adota em países mais adiantados, mais avançados, mas não se deveria adotar no Brasil, que é um País pobre, de baixa renda, comprometendo assim a renda das pessoas

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 6 - 6]

15.

Ele fez um grande esforço para ganhar grau de investimento, depois que ganhou, esqueceu o assunto. Começou a mexer no tripé econômico. O que era o tripé econômico? Mexeram na meta inflacionária, criaram uma flexibilidade no superávit primário, que gerou um déficit primário. Enfim, desalinhou as contas públicas. Ou seja, se organizou para ganhar, depois que ganhou não se organizou mais, perdeu de novo. O Brasil perdeu o grau de investimento, estamos de novo no grau de especulação

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 12 - 12]

16.

A Lei de Responsabilidade Fiscal funcionou, mas, coincidentemente, nos últimos 5, 6 anos, estimulou-se o seu enfraquecimento

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 40 - 40]

17.

recebemos uma herança maldita do Governo anterior de 170,5 bilhões de reais de um rombo, e esta PEC é que vai, com certeza, nos dar a condição para o País poder reagir, como já está reagindo, ao governo anterior

SR. DEPUTADO ANDRE MOURA (Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 20 - 20]

18.

O Brasil tem bilhões a economizar com a desadministração pública que foi instalada neste País pelo PT!

SR. DEPUTADO JULIO LOPES (Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 27 - 27]

19.

SR. DEPUTADO THIAGO PEIXOTO

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 58 - 58]

20.

nós estamos vivendo uma crise sem precedentes. A crise de 1929 é fchinha perto da crise enfrentada agora. O principal ponto que gerou essa crise foi exatamente o desajuste fiscal promovido pelo Governo do PT,

SR. DEPUTADO THIAGO PEIXOTO (Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 58 - 58]

21.

A ex-Presidente deixou as contas negativas em 170 bilhões de reais este ano. Ano que vem, com o esforço do Presidente Michel, esse valor vai baixar para 140 bilhões de reais. Desequilibraram-se as finanças. Houve um aumento de gastos 50% acima da inflação nos últimos 7 anos. A receita cresceu 15%, ou seja, 7% acima do que crescia todo ano

SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI (Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 141 - 141]

22.

Sr. Presidente, muitas vezes se colocam aqui questões políticas, a questão do impeachment, a questão do emprego — alegam que no Governo tal havia menos desemprego... A aprovação da PEC 241 não é uma questão de disputa política, é uma questão fiscal

ALTINEU CÔRTEZ (Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 251 Plenário CD)

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 251 Plenário CD; Posição: 15 - 15]

23.

O segundo ponto fundamental dessa PEC é que ela reconstrói o realismo orçamentário. Todos nós, aqui, já ouvimos falar que o orçamento brasileiro é uma peça de ficção. Por que se diz isso? Porque o que se precisa no orçamento, atualmente, é um equilíbrio entre receitas e despesas. Então, quando você quer colocar mais despesa no orçamento, o que você faz? Você superestima a receita. E, sistematicamente, nós temos superestimado as receitas, ao longo dos últimos anos, e colocado mais e mais despesas. Se, na hora de executar o orçamento, aquela receita que a gente previu não acontece, o que é que tem de ser feito? Um contingenciamento bilionário de despesas. E quem decide o contingenciamento é o Poder Executivo. Isso reduz absurdamente a transparência do nosso processo orçamentário.

MARCOS JOSÉ MENDES (Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 14 - 14]

24.

O atual regime fiscal brasileiro tem muitos problemas: é um regime "curto-prazista", ou seja, as metas são todas anuais

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 19 - 19]

25.

Na verdade, há uma terceira forma, que é a que se tentou no primeiro mandato da Presidente Dilma: eu forço o Banco Central a baixar os juros. Ao forçá-lo a baixar os juros, evidentemente, o custo de rolagem da dívida pública cai, e, ao fazer isso, a inflação volta. Nós tivemos um retorno da inflação, apesar do controle dos preços administrados durante muitos anos no primeiro mandato da Presidente Dilma

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 34 - 34]

26.

De fato, porque muito da contabilidade criativa que foi feita nos últimos anos transformou gasto primário em gasto financeiro. Por exemplo, um gasto que deveria ser computado no Orçamento, que foi a transferência de recurso de 10% do PIB para o BNDES, para o BNDES dar crédito subsidiado para os campeões nacionais, não transitou no Orçamento como gasto primário. Por via da contabilidade criativa, ele impactou direto a dívida, aumentou a dívida em 10% do PIB

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 37 - 37]

27.

Infelizmente, isso, nos últimos anos, foi perdido, porque houve um relaxamento das regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, e os Estados voltaram, portanto, por exemplo, a contratar e conceder reajustes salariais acima da sua capacidade. É por isso que, por exemplo, o Rio de Janeiro e outros Estados estão na situação que estão

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 57 - 57]

28.

nós já achávamos draconiano o ajuste fiscal de Levy, mas ele é "fichinha" comparado ao que propõe essa Proposta de Emenda à Constituição nº 241

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 25-10-2016 Senado; Posição: 27 - 27]

29.

É essa técnica de carimbar, carimbar e carimbar: "A PEC da morte". É a PEC do futuro, é a PEC da salvação, é a PEC da vida. E dizem: "Não, essa PEC vai prejudicar a saúde e a educação.", exatamente os dois setores abordados lá em 1988 pela Constituição que não foi assinada pelo partido que deixou o poder. A PEC de 1988 deu exatamente à educação e à saúde um tratamento diferenciado, em que não se poderia mexer. Está na Constituição. O governo passado respeitou o que dizia a Constituição... (Soa a campainha.) A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... em relação à necessidade de aporte de recursos orçamentários em educação e saúde? Respeitou? Para ter moral agora para criticar

a 241? Não, não respeitou. Não queria nem a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi uma primeira arrumação das contas. Se as contas públicas de Estados e Municípios hoje já estão desta forma, imaginem sem a Lei de Responsabilidade Fiscal! Imaginem! Então, Senador Medeiros, é bom refrescarmos a memória da oposição, que sobe à tribuna, dia sim, dia também, para repetir aquele mantra: “É a PEC que é contra a educação, é contra...” Os meninos não sabem do que trata a medida provisória. Discutir mais um assunto que há 20 anos está aqui andando no Senado Federal ou na Câmara Federal? E a PEC do limite do gasto? É como disse o Ministro Roberto Barroso no despacho, negando a petição das oposições, PT, PCdoB, PSOL, e dizendo que ajuste fiscal, responsabilidade fiscal não tem ideologia. É uma questão matemática: não dá para gastar mais do que você recebe. Simples assim. Qualquer dona de casa cuja família receba dois salários mínimos sabe fazer essa conta. É não gastar mais do que recebe. É isso simplesmente o que diz a PEC do limite de gastos, que quer salvar o País de um desastre a que nós chegamos neste momento, com 12 milhões de desempregados, porque se desorganizou.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 7-11-2016 Senado; Posição: 21 - 21]

30.

nós chegamos no momento ali em 2016, nós chegamos no impasse em que diversos instrumentos já haviam sido tentados. A própria lei de responsabilidade fiscal com toda a importância dela. E a percepção era de que apesar de todo esse arcabouço os caras encontravam sempre uma brecha para acabar elevando os gastos, né? Elevar o gasto não seria um problema se o Estado tivesse capacidade para realizar aquele gasto, né? Então o problema é quando a elevação do gasto se dá acima da capacidade fiscal do Estado, né? Então eu acho que 2016 foi o momento em que houve esse diagnóstico de uma forma muito clara dentro dos técnicos do Poder Executivo

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 9 - 9]

31.

Tollini: Eu acho que aí combina... eu acho que aí o mais importante... mais importante do que a questão política era realmente a questão econômica, né? Por conta da crise de 2014/15, né? Que foi uma das maiores recessões da história do Brasil a situação fiscal ficou extremamente complicada principalmente pelos instrumentos que a presidente Dilma escolheu para enfrentar a crise, né? Ela fez uma expansão grande dos gastos, né? Ela fez um corte significativo de receitas, né?... desoneração da folha e outras medidas nesse sentido, né? Então as decisões que ela tomou evidentemente assessorada pelos ministros dela pelos assessores, né? Que achava que seria importante promover um impulso fiscal no momento.
07:50 - 08:44 - de recessão e tal mas essas decisões do ponto de vista estritamente fiscal, elas foram calabitosas. Elas elas detonaram a receita e detonaram a despesa, né?

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 11 - 12]

32.

primeiro houve uma resistência em 2014 em si. Achar o déficit mesmo e dizer que sim, nós estamos em déficit, ou seja, o governo já sinalizava que para ele aquilo não era um bem tão importante a ser preservado. Então, ele já começou a ver que precisava gastar... ele quer se manter no governo, ele não quer é fazer medidas duras para conter o crescimento da despesa. E aí é esse é uma mudança muito forte em relação ao modelo todo que se colocou na LRF, né? de controle da dívida. Então, acho que para mim foi o que levou naquela época, você tem um problema orçamentário... existiam outros, mas essa inflexão de sair de metas de resultado positivo e começar a ter o resultado negativo, eu acho que foi uma mudança forte, até porque o governo não sinalizava qualquer medida que revertesse isso no futuro... ele meio que ficou satisfeito com os valores, né?

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 8 - 8]

33.

mas a mudança que eu acho que o que houve nesse tão forte em relação ao orçamento foi a insatisfação da forma como estava sendo conduzida a parte mesmo das dotações, sem ter qualquer controle e também em um ambiente desse quem é que conseguia no final ter realmente a execução das suas despesas? Porque você tinha um valor autorizado muito acima do que realmente era o valor pago que cabia dentro da meta de resultado e politicamente isso era muito ruim, porque as emendas, na época começou a falar em emenda impositiva, né? Já como acho que foi dessa época mesmo em 2016 que começou na LDO justamente por essa insatisfação.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 9 - 9]

34.

A meta de resultado sempre foi um instrumento importante os contingenciamentos a forma de lidar com o congresso tanto com executivo também, o que que era pac, o que que não era pac? Então existe a todo um modelo para de execução e que a fazenda acabou perdendo um pouco de controle com essa questão de você poder mudar a meta pela LDO com ela. Já já em vigor, né? Já andando durante o exercício, então a meta acabou ficando uma coisa frágil

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 9 - 9]

35.

vou dizer, o que o Lula fez no primeiro ano de governo dele, né? Então quando ele chega ele tem todo um projeto de gastar e tudo, mas para ele conseguir ir bem no primeiro mandato dele, a política econômica foi uma política econômica forte, né? Eu vou manter aqui as metas de resultado... quando você começa depois ter o segundo mandato dele e a Dilma isso se refaz, porque não é época boa de gastos, né? Você consegue manter aí o PAC que vai reduzir a meta e todo mundo achando que fica normal, você na verdade não tem a meta que você que você diz, mas uma outra menor e aí quando você chega em 2014, esse modelo já não dá mais

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 69 - 69]

36.

42:48 - 43:08 - Então ela tem ela ela tem uma limitação, né? Ela é o contingenciamento a meta de resultados fiscal, não é uma regra, mas o a medida de correção é o contingenciamento que a despesa discricionária pessoal, queria uma regra que entrasse.

43:10 - 43:19 - Na despesa obrigatória já que ela é considerado o principal problema e aquelas regras ainda dela é rap da neutralidade orçamentária.

43:20 - 43:25 - E uma regra que diz assim, você aumenta a despesa obrigatória e continuado você tem que ter uma condensação.

43:26 - 43:40 - Ela ficou um pouco desacreditada que é uma regra difusa digamos assim tópica em cada naquele momento em que você quer criar despesa que você tem que arranjar ela continua valendo.

43:41 - 43:51 - Mas o pessoal achava que era insuficiente, né? E que essa regra do teto ela seria superior uma vez que ela é mais abrangente.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggiani; Posição: 176 - 180]

37.

Porque eu falo da Receita e não superávit primário porque o superávit primário ele era mudado na LDO e o pessoal fazia concessões. Lembra? Ela tira o PPI, tira o PAC ou depois joga uma meta lá embaixo para não dar problema nenhum então de alguma forma, você

pegava e tirava a importância da Meta. Porque qual era a lógica sempre lá tem o problema do da dívida da sustentabilidade da dívida. Inclusive, a gente colocou até na PEC que isso esse é o problema. Bom para que seja sustentável tem que ter uma meta muito bem então fixa na LDO, só que o pessoal já começava a mexer ó, desconta isso desconta aqui

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 229 - 229]

38.

qual era a situação que a gente tinha você tinha uma crise de credibilidade muito forte na gestão das Finanças Públicas vários episódios de contabilidade criativa de tentativa de esconder os números e ao mesmo tempo já é um processo de corrosão da credibilidade da LRF e da credibilidade do resultado primário, né? O que que tava acontecendo com a LRF já tinha aprovado algumas leis complementares refinanciando dívidas de estados e municípios. Já havia vários processos de

O uso de critérios contábeis distorcidos com relação à despesas pessoal isso mais nos estados e municípios e no resultado primário, você tinha a prática recorrente de superestimar a receita para poder colocar mais despesa no orçamento e manter pro forma o resultado programado. E na Gestão na gestão fiscal cotidiana o tesouro tava bem desacreditado tinha adotado vários vários procedimentos inadequados. O Brasil tinha perdido o grau de investimento a dívida pública tava crescendo fortemente e o diagnóstico que a gente tinha era o seguinte... que o principal problema fiscal do Brasil vinha do crescimento da despesa você olhava a trajetória da despesa nos últimos anos crescimento muito forte para lidar com no primeiro momento para lidar com esse crescimento da despesa foi feita foram feitos seguidos aumentos de Carga Tributária, mas a carga tributária já tinha chegado no limite muito alto quando não foi mais possível aumentar a carga tributária o governo optou por aumentar a dívida pública e continuar aumentando o lugar então tinha diagnóstico que era preciso você botar um limite no crescimento do gastos.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 3 - 4]

39.

E aí partimos para o desenho, né do da proposta e uma condição importante inicial da discussão era a constatação de que a gente não tinha a necessidade de fazer um ajuste abrupto. Todo ajuste fiscal que vinha se tentando no Brasil nas últimas décadas era o tipo pacote de ajuste fiscal um monte de aumento de imposto um monte de corte de despesa e daqui para frente tá ajustado a gente percebeu que aquilo ali não seria possível porque um efetivo ajuste das contas requeria várias reformas como reforma da Previdência reforma dos recursos humanos a chamada reforma administrativa reforma das políticas sociais, o que tomaria tempo então a gente partiu por um enfoque de longo prazo com teto de 20 anos que era o período que a gente imaginava que você poderia ir coordenando as decisões limitando aquelas pressões de gastos adicionais e ao mesmo tempo fazendo reformas que permitisse um controle estrutural da despesa

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 8 - 8]

40.

Além da questão de você perceber que nosso problema estava no crescimento da despesa a gente olhava para outras regras fiscais e via problema, por exemplo a lei de responsabilidade fiscal, ela é tipicamente uma regra pró-cíclica.

33:03 - 33:50 - Como todos os limites são baseados na receita corrente líquida não pode gastar mais como pessoal do que x% da receita componente líquido quando a economia tá crescendo a receita corrente líquida tá crescendo o ente público pode se endividar mais pode contratar mais aí quando a receita corrente líquida, cai o cara fica com aquela despesa de pessoal lá em cima desenquadrada, aí tem que fazer ajuste fiscal durante o período de recessão, né? Que não é uma coisa adequada. A regra de ouro também de uma implementação super complexa já

tinha sido submetida várias distorções e o principal problema da regra de ouro é que
 33:51 - 34:33 - Ela pune o gestor que tá no poder no momento em que a regra é desrespeitada,
 mas acontece que a regra para ser desrespeitada para você ter que se endividar acima do tem
 que dar para pagar a despesa corrente. Isso já é consequência de um processo de determinação
 fiscal que vem correndo ocorrendo a anos, então o governo lá em 2006 2005 começou um
 processo de deterioração fiscal e a regra de Ouro só foi estourar lá para 2013 mais ou menos,
 né 2015, na verdade a regra de hoje estourou pela primeira vez no governo Temer então assim.
 34:35 - 35:35 - Porque não na verdade estourou antes, mas aí foram inventando coisa. Ah,
 bota o investimento da estatal dentro. Bota outra coisa para contabilizar então só se chegou a
 situação não tem mais o que inventar para não estourar a regra de Ouro foi mais ou menos ali
 2017, né? Quer criar aquele negócio de pedir waiver da regra de ouro, então você tem uma
 desconexão entre quem causa o problema e quem é punido pelo problema então quem causa o
 problema não tá nem um pouco preocupado porque ele sabe que não vai ser punido porque a
 coisa só vai estourar no colo de outro lá na frente, então você olhava as regras e via que o
 resultado primário tinha aquele problema de estimular super estimativa da receita. Então você
 vai fazendo um casamento fala como é que eu fecho essas portas que estão abertas aqui, né? E
 foi nesse processo que a gente caminhou. Olha eu acho que acreditamos que a questão vai.
 35:35 - 36:22 - um pouco de limitada a despesa. Você já tava com a carga tributária muito alta
 não tinha como fazer ajuste fiscal subindo mais tributação. Na verdade o que você precisa no
 Brasil é de uma reforma tributária que muito provavelmente vai derrubar a arrecadação para
 que você tenha um sistema tributário mais eficiente a consequência disso vai ser ou uma carga
 tributária no mesmo nível atual ou mais baixo. Então você tentar fazer fiscal pelo lado da
 Receita e é sacrificar demais o crescimento você já tava em exceção. Então quando você junta
 todas essas peças. Você caminha que olha o caminho, menos penoso e mais eficiente esse aqui
 da limitação da despesa.

Entrevistador:

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 73 - 78]

41.

ficava patente a questão de que o Brasil tinha um excesso de dotação. Ana Cláudia, inclusive é
 uma das defensoras disso. E a regra fiscal que a gente tinha, ela não inibia isso, então ficava
 uma coisa do tipo assim de faz de conta. Não havia uma discussão de... nem sei se não havia
 uma discussão de prioridades ou daquilo que efetivamente ia acontecer e a coisa ia sendo
 definida ao longo dos anos... ao longo dos meses do ano em curso com os decretos de
 programação e com as prioridades que se dá esse tipo de arranjo. Tinha várias pessoas,
 algumas pessoas da academia chegaram a entender isso um pouco e até e dizer o seguinte: que
 o presidente tinha um poder muito grande porque, tinha mesmo, o presidente controlava a
 execução do orçamento e controlava. Podia controlar ou tinha instrumentos para controlar a
 base política, mas nem sempre utilizava disso.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 23 - 23]

42.

outro problema que deu quando você gera dotações em acesso ou autorizações de graça em
 acesso você também gera pode gerar não é? Não determinismo, mas seja ela também é resta
 pagar em excesso

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 26 - 26]

43.

E isso era muito claro que a regra fiscal do superávit primário era uma regra fraca

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 29 - 29]

44.

ela tem que ter uma aceitação social lógica.

17:42 - 18:29 - E comportamental dos atores que compartilham da regra e isso é muito importante no caso de regra fiscal e a regra fiscal brasileira do primária ela era uma regra fraca, ela se tornou uma regra fraca e nos últimos anos do governo Dilma. Mas isso foi um processo ela ela só radicalizou o processo uma coisa as várias redações que foram dadas ela permitiu que a era ficasse inócua, então você fazia o que você quisesse daí isso tava consolidado esse esse diagnóstico

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 30 - 31]

45.

nós temos de controlar o crescimento da despesa e não crescimento da receita mesmo porque já havia uma resistência muito grande no Congresso em qualquer aumento de receita, principalmente depois de 2008 que foi feita aquelas desonerações algumas bastante complicadas e de resultado bastante pernicioso até hoje bem esse foi o plano de fundo. Então o Marcos, ele bolou essa regra.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 32 - 32]

46.

uma das primeiras coisas que o governo temer fez foi mostrar o tamanho do déficit e assustou quando as pessoas quando tiramos Todas aquelas colocou todas as contas e recalculou déficit primário foi a primeira coisa que ele fez, né? Era um déficit que era um déficit astronômico e só piorou depois porque depois tem que pagar as pedaladas, e tal... então toda aquele processo foi desmontado numa hora uma hora para outra então assim do ponto de vista da sociedade eu acho que não, não havia... havia discussão assim: há um problema e há disfunções em função desse problema

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 50 - 50]

47.

Houve terrorismo também.

Terrorismo determinado até pela cassação da presidente Dilma.

Que teve como raiz formal legal desequilíbrio fiscal. No mais, o amadurecimento da sociedade também contribuiu.

[Entrevistas\Entrevista de Esperidião Amin; Posição: 54 - 56]

48.

Porque você teve o início dessas práticas ficaram conhecidos como contabilidade criativa

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 12 - 12]

49.

mas o governo da época achou por bem adotar uma regra de gastos que também é adotada em muitos países no mundo não exatamente igual a essa que foi proposta, mas ela tem uma vantagem primeiro que ele é simples, segundo que ela é de certo modo contra cíclica. Diferentemente da meta de resultado primário antecessora do teto que fracassou mas que teve sucesso por pelo menos uma década de 99 até 2008/2009.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 14 - 14]

50.

Os governos inclusive governos diferentes Conseguiram manter o compromisso com a meta de primário, mas o teto tem essa vantagem de não ser pro cíclico ou enquanto a meta de primário acaba não levando em conta essas questões do ciclo de atividade econômica daí inclusive. Porque existe a meta de primária ajustada pelo ciclo, né? Chamado resultado primário estrutural etc etc bom a desvantagem do teto a meu ver é que ele não tá ligado diretamente a sustentabilidade da dívida como a meta de primário que no caso está né? Porque o primário é recente de despesa o caso do teto não é que ele não vai ajudar para sustentabilidade da dívida, mas ele pode levar um ajuste maior do que o necessário se a gente calcular o esforço necessário para estabilizar a dívida PIB com alguns parâmetros mapa econômicos. Ou seja é uma regra que tem como objetivo Claro o tamanho do Estado.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 15 - 15]

51.

mas a meta de resultado primário exerceu o papel durante muito tempo quando ela começou a ser dilapidada com a chamada contabilidade criativa que não é uma exclusividade do Brasil outros países já se utilizaram momentos diferentes disso, né desse tipo de instrumento de mecanismo e tal a meta de primário foi perdendo a sua eficácia eu me lembro que na época eu tava na tendências Consultoria e ali eu já trabalhava com contas públicas e a gente Calculava, qual era o primário efetivo porque você tinha o primário oficial, mas daí você podia abater as desonerações e podia abater os investimentos do PAC o programa de aceleração do crescimento então era como se você tivesse uma meta de 100 bilhões, mas fazendo um esforço de zero. Você então cumpria a meta de 100 bilhões de modo que a lógica de a meta estar diretamente ligada ao objetivo de Equilíbrio da dívida de sustentabilidade da dívida PIB caiu por terra, né? Foi por água abaixo

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 25 - 25]

52.

Eu acho ali a esquerda. Tinha uma agenda também era uma agenda de ampliar gastos sociais de recuperar o crescimento econômico de tentar de certo modo restaurar políticas que ficaram conhecidas como nova Matriz macroeconômica na época do ministro Guido manteiga ainda e que geraram importantíssimo um resultado.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 65 - 65]

53.

Então você tá criando uma situação em que a política fiscal é feita por emenda constitucional, isso é uma anomalia muito grande. Isso é muito isso agora, por que que foi possível fazer que ninguém levantou essa questão porque havia uma percepção generalizada.

28:54 - 29:00 - E por criada por economistas e amplamente difundida.

29:02 - 29:12 - De que o governo do PT tinha feito uma grande confusão grande desastre e um grande descontrole dos gastos?

29:14 - 29:27 - Isso tava isso foi repercutido e estava na cabeça dos políticos tem uma situação fiscal um rombo enorme controlar.

29:29 - 29:35 - Que é que na verdade é um exagero se você olha os dados a gente a gente não tem?

29:36 - 29:45 - Não tem um déficit primário tão grande assim que justificasse a ideia de que tem uma máquina descarilhada.

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 142 - 147]

54.

A oposição ao teto do gastos, não tinha né? Era o governo que tava sendo do partido PT sendo expulso do governo. O desastre da Dilma afundou né? Levou o PT junto, né? Então não tinha

oposição. Quem era oposição pensando bem ao governo... Não tinha oposição.

30:39 - 30:41 - A Dilma Realmente foi um erro.

30:42 - 30:45 - Quando você olha em retrospectiva.

30:47 - 30:52 - uma vez conversei com Meirelles o que ele achava da Dilma foi muito interessante que ele

30:53 - 30:57 - Ele diz olha o problema da Dilma é que ela não é uma pessoa muito.

30:58 - 31:07 - de muitos conhecimentos técnicos, mas quando alguém explica uma coisa ela ela acha que entendeu e não muda de opinião então.

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 153 - 158]

55.

O congresso sempre fez um orçamento de fantasia. Hiper dimensionado, tu conheces. O que executivo já mandava um orçamento aumentado e vinha para o congresso e nós aumentávamos, né? Despesa sem assegurar receita. E aí acumulava é quase meio trilhão. Quando o Michel assumiu tinha quase meio trilhão de restos a pagar. 10 mil obras inacabadas, né fruto de um orçamento irreal.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 151 - 151]

56.

os parlamentares ficaram divididos em blocos de situação e oposição. A oposição estava enfraquecida naquele momento. O golpe contra a presidenta Dilma e a perseguição da Lava Jato a políticos de vários matizes foi criando uma narrativa de que o Governo que havia sido derrubado tinha feito tudo errado. A imprensa tratava o assunto sempre pelo prisma do grande empresariado e dos banqueiros.

[Entrevistas\Entrevista de Vanessa Grazziotin; Posição: 13 - 13]

57.

Eu acho que o próprio impedimento gerou a ideia de uma reformulação, digamos assim, dos costumes econômicos no país, né?

[Entrevistas\Entrevista de Michel Temer; Posição: 16 - 16]

58.

colapso fiscal como já está

acontecendo lá no rio de janeiro com enormes

[Youtube\Câmara dos Deputados\Chico Alencar e Darcísio Perondi discutem proposta de teto para; Posição: 189 - 190]

59.

nós vamos consertar erros anteriores recentes do governo dilma

[Youtube\Câmara dos Deputados\Chico Alencar e Darcísio Perondi discutem proposta de teto para; Posição: 926 - 926]

60.

o governo Dilma nos últimos sete anos
gastou mais muito mais que não podia
gastar a o ensinou as Finanças Públicas

[Youtube\Câmara dos Deputados\Darcísio Perondi e Helder Salomão analisam proposta que cria te; Posição: 310 - 312]

61.

o governo
anterior cometeu erros sim cometeu e tem
que fazer as correções quando se comete
erros

[Youtube\Câmara dos Deputados\Darcísio Perondi e Helder Salomão analisam proposta que cria te; Posição: 571 - 574]

62.

esse gasto desenfreado tanto em aumentos
os gastos as despesas principalmente nos
serviços meios que não é aquele que
atingir a população de forma direta como
a saúde educação e acabou fechando essa
máquina gastando mais do que recebia

[Youtube\Câmara dos Deputados\Deputados discutem PEC do Teto de Gastos Públicos; Posição: 63 - 68]

63.

não houve nenhum governo que deixou ao
terminar o mandato um gasto como
percentagem do pib gasto primário do
governo central menor que encontrou

[Youtube\Câmara dos Deputados\Ministros defendem limite de gastos públicos; Posição: 71 - 74]

64.

como estávamos em 2008 em um período de
recessão é é normal o governo aumentar
seu gasto
se a gente tivesse uma economia normal
na situação normal infelizmente quando
não precisava aumentar o gasto do
governo aumentou o gasto administração
anterior aumentou excessivamente o gasto
e deu como o próprio senador da oposição
falou que era um senador da situação no
governo anterior aumentou excessivamente

[Youtube\Senado Federal\Secretário do Ministério da Fazenda defende proposta de ajuste; Posição: 204 - 214]

65.

A PEC 241 é vital para que o Brasil se recupere da crise em que foi colocado pela
irresponsabilidade
dos governos que nos antecederam.

[Youtube\Planalto\Teto de gastos é importante para estancar a “gastança imoderada; Posição: 4 - 5]

66.

O que ocorreu a partir de 2011, contudo, foi uma mudança na orientação da política fiscal, denominada “Nova Matriz Econômica”. Um dos pilares dessa nova orientação era justamente a crença de que, com o Estado gastando mais, haveria maior geração de renda, via pagamento de salários, transferências e aquisição de fornecedores. Essa renda faria a economia girar, aumentando a demanda. Com isso, os empresários se sentiriam estimulados a investir mais, colocando a economia em um círculo virtuoso de mais gastos públicos, mais investimento, maior crescimento.

Com efeito, entre 2011 e 2015, os gastos primários da União aumentaram de 16,7% para 19,6% do PIB. Mas o PIB não respondeu conforme esperado. Por que não deu certo? Foram vários motivos, mas, sinteticamente, o aumento de gastos impediu que a taxa de juros caísse de forma sustentável (houve, sim, uma redução da taxa Selic no período, mas uma redução artificial que logo começou a pressionar os preços e obrigar o Banco Central a reverter sua política), o que atraiu bastante capital externo em um ambiente de liquidez internacional favorável e preços favoráveis para commodities. Assim, todo o aumento de demanda se converteu em aumento de importações, com pouco impacto sobre a produção doméstica

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Parecer 888 CCJ pec 55 2016; Posição: 15 - 15]

67.

Asseverou que o governo anterior não apenas deixou de enfrentar o problema como também acrescentou novos ingredientes de forma a tornar o ajuste ainda mais difícil. Mesmo com o teto para o gasto, Velloso acredita que o esforço de contenção da dívida ainda ficará aquém do que é exigido e, por isso, proporia medida ainda mais restritiva, limitando a correção das despesas a algo em torno de um terço da inflação.

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 18 - 18]

68.

Há grande convergência de opiniões de que a gênese da crise econômica atual repousa na deterioração das expectativas. Desde 2012 o governo federal empreendeu práticas indesejadas na condução das finanças públicas, e até mesmo da política monetária

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 33 - 33]

69.

Podemos lembrar, nesse sentido, a prática da chamada “contabilidade criativa” iniciada entre 2012 e 2013. Com esses instrumentos, o governo federal visava atingir as metas de superávits primários e esconder a expansão das despesas e da dívida pública, por meio de interpretações questionáveis das normas, o que lhe permitiu aumentar o resultado primário sem economia de despesas ou melhora na arrecadação.

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 33 - 33]

70.

a política fiscal do governo será pautada por duas balizas: a obtenção, tanto quanto possível, de superávits primários, para controlar a trajetória da dívida, e o controle por meio dos tetos individualizados da despesa primária, que é o principal fator de pressão do endividamento público

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitação-PEC-241-2016; Posição: 55 - 55]

71.

PO atual quadro constitucional e legal também faz com que a despesa pública seja procíclica, ou seja, a despesa tende a crescer quando a economia cresce e vice-versa. O governo, em vez de atuar como estabilizador das altas e baixas do ciclo econômico, contribui para acentuar a volatilidade da economia: estimula a economia quando ela já está crescendo e é obrigado a fazer ajuste fiscal quando ela está em recessão.

[Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Exposição de Motivos 83-2016 PEC-241-2016; Posição: 4 - 5]

72.

Também tem caráter procíclico a estratégia de usar meta de resultados primários como âncora da política fiscal. Na fase positiva do ciclo econômico, é relativamente fácil obter superávits devido ao natural crescimento das receitas, ou seja, torna-se factível conjugar obtenção de superávit primário com elevação de gastos. Como o inverso ocorre na fase negativa do ciclo econômico, acaba sendo necessário fazer ajuste fiscal em momentos de recessão

[Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Exposição de Motivos 83-2016 PEC-241-2016; Posição: 5 - 5]

73.

A experiência do passado recente mostra que não há regra de conduta fiscal que seja blindada contra intenções distorcidas, mas o desenho institucional desta PEC dificultará no período de sua vigência o aumento da despesa primária do governo central.

[Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Exposição de Motivos 83-2016 PEC-241-2016; Posição: 7 - 7]

3. Código: Fluxo das Alternativas

3.1. Código: Aceitação pública

1.

O mercado financeiro vê a proposta com bons olhos, já que uma medida válida por um período tão extenso passaria a mensagem de que o Brasil está comprometido com o equilíbrio das contas.

Jolanda Battisti, da FGV, afirma que o prazo representa que o governo está "comprando tempo" para colocar a dívida sob controle.

"É como se uma pessoa endividada que diz que vai te pagar de volta, mas só dez reais por semana, e não em grandes prestações."

Um plano de longa duração, afirma, substitui ações mais drásticas, como aumentar impostos ou cortar despesas imediatamente, o que poderia agravar o desemprego.

[Notícias Internet\Economia - PEC 241 tire dúvidas sobre a proposta que limita ga; Posição: 23 - 26]

2.

No parecer, a Procuradoria Geral diz que as autonomias administrativa e financeira assegurada ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e às defensorias públicas são "elementos indispensáveis" para que essas instituições exerçam suas funções.

"A PEC 241 institui o 'Novo Regime Fiscal' pelos próximos vinte anos, prazo longo o suficiente para limitar, prejudicar e enfraquecer o desempenho do Poder Judiciário e demais instituições do Sistema de Justiça [...] e, nesse alcance, diminuir a atuação estatal no combate às demandas de que necessita a sociedade, entre as quais: o combate à corrupção; o combate ao crime; a atuação na tutela coletiva; e a defesa do interesse público", diz a nota.

Em outro trecho, o Ministério Público alega que a PEC, na forma como foi enviada ao Congresso Nacional, transformará o Executivo em um "super órgão". "A pretexto de trazer a trajetória da dívida pública para níveis sustentáveis, [o Executivo] passará a controlar os demais poderes, ainda que de maneira indireta"

[Notícias Internet\G1 - PGR diz em parecer que PEC do teto de gastos é inconstituc; Posição: 8 - 10]

3.

a PEC foi duramente criticada em audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O senador Roberto Requião (PMDB-PR) informou que parlamentares da oposição estão trabalhando na elaboração de um texto alternativo à PEC. O debate sobre o tema tem provocado grande envolvimento da população. A proposta chegou ao Senado no último dia 26 e mais de 322 mil pessoas já haviam opinado sobre a PEC, na página do e-Cidadania, até o início da manhã desta sexta-feira (4): 94% opinaram de forma contrária à proposta.

[Notícias Internet\PEC que fixa teto para gastos públicos e vaquejada são destaque; Posição: 5 - 5]

4.

Para Zeina Latif, economista-chefe XP Investimentos, a reação dos setores ligados à saúde e educação é certa, mas essa negociação entre governo e sociedade se faz necessária em momentos de recessão. "Não estamos falando de corte de gastos, mas de contenção de aumento. O atual desequilíbrio fiscal está condenando o país a não crescer.

[Notícias Internet\Para especialistas, PEC 241 ataca só parte do problema Econom; Posição: 15 - 15]

5.

PEC que congela gastos é ação 'radical' e 'ideológica' que vai pesar sobre os mais pobres, diz representante da ONU - BBC News Brasil

Philip Alston, relator especial de Direitos Humanos da ONU, também criticou a pressa com a qual a medida tem sido discutida no Brasil.

[Notícias Internet\PEC que congela gastos é ação 'radical' e 'ideológica' que vai; Posição: 1 - 2]

6.

Um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, mostra que o Sistema Único de Saúde (SUS) perderá até R\$ 743 bilhões caso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, aprovada nesta segunda-feira (11/10) em primeiro turno na Câmara dos Deputados, passe a valer no país.

[Notícias Internet\Saúde pode perder até R\$ 743 bilhões em 20 anos de PEC do Teto,; Posição: 10 - 10]

7.

Os economistas Felipe Salto e Monica de Bolle, favoráveis à PEC 241, a proposta de emenda à Constituição que estabelece um teto de gastos, afirmam que há problemas no texto aprovado em primeiro turno na Câmara, nesta segunda, e argumentam que eles deveriam ser corrigidos antes que o projeto se torne parte da Constituição:

“A PEC do Teto não é uma Brastemp”. A frase é do eminente especialista em contas públicas, referência para todos nós, Raul Velloso.

São numerosos os alertas feitos por economistas e analistas de contas públicas sobre o texto da proposta. É claro que a ideia de controlar o gasto é essencial. O diabo, no entanto, mora nos detalhes. Não adianta aprovar algo geral e esperar que, pela força da gravidade, tudo se resolva. Trata-se de tema delicadíssimo. A sintonia fina, desde já, é crucial.

Vemos quatro problemas da PEC em versão original, e dois novos no texto revisado e aprovado em comissão (agora já aprovado em primeiro turno na Câmara).

É claro que a ideia de controlar o gasto é essencial. O diabo, no entanto, mora nos detalhes.

O primeiro é o prazo. A regra continua a valer por 20 anos, o que não ocorre em lugar algum do mundo. Na maior parte dos países, há combinações de regras diferentes, por períodos menores, podendo haver revisão de tempos em tempos. Fixar uma regra assim é como colocar a política fiscal e o país em piloto automático por período longuíssimo. Por quê?

O segundo ponto está ligado ao primeiro. A PEC está desbalanceada. Tem efeito nulo no curto prazo, já que a inflação do ano anterior – indexador escolhido pelo Governo – estará acima da inflação corrente até que o movimento de declínio e convergência ao centro da meta se consolide. Para o longo prazo, com inflação baixa, dá-se o contrário: a regra produziria um superávit primário (saldo positivo nas contas públicas) estratosférico.

Se o país voltar a crescer, nada mais justo e desejável que a sociedade se beneficie disso, sobretudo com mais e melhores políticas públicas. Não se deve almejar fazer primário por fazer primário. A regra de sustentabilidade da dívida pública mostra que, para um PIB crescendo em torno de 2,5% ao ano, com inflação em torno de 4,5% e juros reais também nesta faixa, o primário exigido para estabilizar uma dívida de 85% do PIB é de 2,0% a 3,0% do PIB. Com 3%, já conseguiríamos, inclusive, imprimir uma tendência de queda do endividamento bruto.

[Notícias Internet\PEC do Teto 'não é uma Brastemp' Opinião EL PAÍS Brasil; Posição: 5 - 12]

8.

Em entrevista à DW Brasil, Claudia Costin, diretora global de Educação do Banco Mundial, afirma que os impactos da PEC 55 serão danosos às futuras gerações de alunos. “O Brasil continuará com o desastre educacional que tem hoje.”

Claudia já foi secretária de Educação da cidade do Rio de Janeiro, de Cultura do estado de São Paulo e ministra da Administração e Reforma do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Hoje, vive nos Estados Unidos, onde leciona na Faculdade de Educação de Harvard. Segundo ela, é imprescindível que o Brasil invista mais nos salários e na formação dos professores para aumentar a produtividade dos novos trabalhadores brasileiros.

“Se não conseguirmos avançar nessas medidas, estaremos condenados a uma educação de baixa qualidade, e o Brasil não vai conseguir crescer economicamente. O país será uma promessa falida”, afirma Claudia.

[Notícias Internet\PEC do gastos trará danos graves à educação - CartaCapital; Posição: 7 - 9]

9.

No entanto, há quem acredite que os cortes serão feitos da forma correta, melhorando a gestão dessas áreas.

O professor de Economia do Insper João Luiz Mascolo afirma que não é uma questão de quantidade de dinheiro, mas de colocá-lo no lugar certo. Para ele, não faltam recursos, falta boa administração.

O coro é engrossado pelo economista Raul Velloso, para quem "o Brasil sempre gasta mais do que precisa".

"A gente tem muita gordura no gasto. Se queimar essa gordura, está de bom tamanho. E estamos partindo de uma base que não é assim tão pequena. Numa situação tão complicada, crescer pela inflação, variável constante, não é uma coisa tão apertada."

Ele argumenta que, no relatório apresentado à comissão especial da Câmara, saúde e educação receberam um tratamento especial, com o teto valendo a partir de 2018. Isso daria uma "folga inicial" na aplicação da regra.

Mesmo se o dinheiro for insuficiente em algum ponto, Velloso e Mascolo dizem que valores podem ser retirados de outros setores para cobrir essas necessidades. Além disso, afirmam, o período de dez anos - depois do qual o presidente pode propor mudança no formato da correção - não seria assim tão longo.

"As pessoas esquecem é que o gasto (afetado) é global. A mensagem central é que o gasto total da União não cresça mais do que a inflação. É uma tentativa de organizar as contas. Tem a possibilidade de alterar em dez anos. É um sinal de que vão conseguir retomar o controle da dívida em uma década".

[Notícias Internet\PEC 241 entenda as polêmicas da emenda que limita o gasto públ; Posição: 34 - 40]

10.

Para o economista Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal, ainda é difícil estimar o real impacto que a PEC do teto terá sobre as contas, principalmente pelo Orçamento de 2017 ainda ser uma incógnita. Se o governo decidir incorporar as despesas pagas com receitas extras da repatriação, é possível que o teto para o ano que vem — que tem como base as despesas deste ano — seja maior, abrindo espaço para mais gastos não obrigatórios.

Appy afirma que vê potencial para que a PEC ajude a reduzir a trajetória da dívida pública, um dos principais indicadores de saúde fiscal de um país. Mas é preciso mais clareza sobre o impacto da medida no Orçamento.

[Notícias Internet\Teto de gastos exigirá corte de R\$ 9 bilhões - Jornal O Globo; Posição: 12 - 13]

11.

Em entrevista para o programa Na Real na TV, o professor Marcos Fernandes, da FGV e do CEPESP, ressalta que um lado extremamente positivo da PEC dos Gastos é que ela expõe os privilégios no Brasil, expondo ainda os conflitos distributivos na sociedade brasileira.

[Notícias Internet\PEC do teto de gastos tem um lado extremamente positivo, aponta; Posição: 4 - 4]

12.

Nota Informativa da Consultoria Legislativa do Senado (2.797/16), assinada pelo consultor Petronio Portella Nunes, desmistifica, com dados do Banco Central, o crescimento exponencial da dívida pública brasileira.

Mostra que nos últimos 15 anos o crescimento da dívida vem diminuindo de forma consistente e acelerada. De 1994 a 2002, o crescimento da dívida foi de estratosféricos 752%.

Isso mesmo, nos oito anos de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso a dívida líquida total saltou de 18,9% do PIB para 37,7% do PIB, não computadas aí dívidas dos Estados e municípios.

Somando-se essas, o total da dívida líquida saiu de 33,5% para 57,4% do PIB.

No governo de Lula (2003 a 2010) a dívida pública cresceu 79% e no governo da presidenta Dilma (2011 a 2015), o crescimento foi de apenas 31%.

Esta foi, de longe, a menor taxa de crescimento da Dívida Líquida Total. Essa dívida não só foi reduzida em relação ao PIB, como diminuiu em termos reais. A inflação acumulada no período, medida pelo IPCA, chegou a 41%.

Juntando os dois governos petistas, fica clara a desmoralização dos argumentos do governo de plantão.

Mesmo considerando a elevação de 2,9 pontos percentuais que ocorreu em 2014 e 2015, a dívida pública sofreu queda em relação ao PIB tanto no governo Lula (de 37,7% para 25,8%) quanto na administração Dilma (de 25,8% para 22,2%).

Se computados Estados e municípios temos queda 57,4% para 37,4% do PIB no governo Lula, e de 37,4% para 35,3% do PIB no governo Dilma.

Acrescente-se a essa avaliação que, após o governo Lula, não tivemos mais dívida externa.

Somos credores do Fundo Monetário Internacional e temos reservas em dólares que ultrapassam os US\$ 350 bilhões. O que não tínhamos na década de 90.

Nossa dívida hoje é em reais, moeda nacional. Por isso é falácia dizer que o Brasil está quebrado, ou pode quebrar.

E grande parte do custo da nossa dívida bruta que está maior não é para manter programas sociais, despesas correntes do Estado brasileiro.

A maior parte é decorrente da diferença dos juros que recebemos pela aplicação de nossas reservas no exterior (juros americanos abaixo de 1% ao ano) e o que pagamos pelos títulos do governo (14%) que são oferecidos ao mercado para retirar parte do dinheiro que foi colocado em circulação para comprar os dólares das reservas internacionais (isso para evitar processo inflacionário).

Ao contrário do que propagam, a dívida, por sustentar nossas reservas internacionais, é que mantém nossa credibilidade externa.

[Notícias Internet\A PEC 55 e o mito do descontrole da dívida pública - CartaCapit; Posição: 8 - 21]

13.

O grande problema da PEC 241/2016, particularmente no artigo 104 que ela pretende introduzir ao ADCT, é desconhecer a proporcionalidade entre receita e despesa como metodologia instituída no texto da Constituição de 1988, como proteção formal e material (garantia equiparável ao habeas corpus e ao mandado de segurança, por exemplo) dos direitos à saúde e à educação.

Não obstante a PEC 241/2016 incida apenas sobre as despesas primárias e, dentre estas, abra espaços controvertidos de exceções escolhidas aleatoriamente (eleições planejáveis, emendas impositivas e capitalização de empresas estatais), seguem excluídas de quaisquer restrições as despesas financeiras, as quais aguardam, até o presente momento, a fixação dos limites de dívida consolidada e mobiliária da União.

O “Novo Regime Fiscal” — contido no artigo 104 do ADCT, a ser inserido pela PEC 241/2016 — prima pela ampliação da discricionariedade alocativa, a olvidar-se de todas as crianças e jovens e os enfermos que clamam, sem voz, por educação e saúde. E sem avançar um milímetro na aferição de resultados, na transparência e legitimidade das escolhas orçamentárias e mesmo na comprovação do cumprimento das obrigações constitucionais protetivas dos direitos fundamentais.

[Notícias Internet\ConJur - Financiamento dos direitos à saúde e à educação mínimo; Posição: 10 - 12]

14.

Apresentando dados oficiais relativos à receita e despesas desde 1996, o economista Fernando Rugitsky, da Universidade de São Paulo (USP), afirmou, em sessão temática no Plenário do Senado, que a crise fiscal é fruto da desaceleração econômica e de desonerações praticadas nos últimos anos, que causaram uma queda na arrecadação, e não a um suposto “descontrole” nos gastos públicos.

[Notícias Internet\Rugitsky afirma que crise fiscal é fruto da queda das receitas,; Posição: 2 - 2]

15.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Carlos Hamilton, disse hoje (24) que a aplicação mínima constitucional prevista para saúde e educação não cai com a proposta de emenda à Constituição (PEC) que o governo pretende enviar ao Congresso Nacional limitando gastos públicos. Segundo ele, o que muda com a PEC é que o total dos gastos, incluindo o piso para essas duas áreas, não pode crescer além da inflação do ano anterior.

A Constituição determina que a União invista, no mínimo, 18% da arrecadação com impostos para educação. No caso da saúde, o mínimo que deve ser aplicado equivale a 13,2% da Receita Corrente Líquida em 2016.

[Notícias Internet\Mínimo constitucional para saúde e educação não cai, diz secret; Posição: 2 - 3]

16.

Para o senador Cristovam Buarque (PPS-DF), a falta de um limite de gastos faz com que seja fácil defender a educação como uma prioridade, pois inclui-se de tudo no Orçamento. “Todos os parlamentares consideram educação prioridade, porque não têm que abrir mão de nada. Quero ver quando tiver que tirar recurso para o subsídio de uma fábrica lá no Estado dele. Antes, dava para construir estádio e escola. Com a PEC, será preciso definir qual a prioridade”, explica. Segundo Cristovam, se a sociedade brasileira não fizer a opção por priorizar a educação, é preciso respeitar a escolha, em nome da democracia, e entender que não é o momento para esse tipo de discussão.

[Notícias Internet\PEC do teto exige melhora do gasto em educação VEJA; Posição: 8 - 8]

17.

Para Priscila Cruz, presidente do movimento Todos Pela Educação, como a responsabilidade da União na educação básica sujeita ao limite da PEC é pequena, é preciso lutar para garantir

investimentos federais que impactam na qualidade do ensino, que podem ser reduzidos por falta de espaço no Orçamento. “A parcela da União em estados e municípios é mais suplementar e de apoio técnico, que tem gastos que não são obrigatórios como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Limitar um programa como esse é muito prejudicial porque muitos professores são mal formados, e usando o livro didático ele consegue ter um mínimo de qualidade na aula”, avalia.

Apesar de concordar com a necessidade da PEC, ela defende que o país precisa escolher seu objetivo com a educação, e que não há conflito entre boa gestão e financiamento. “Para melhorar a formação dos professores, é preciso investimento.”. diz Pricila.

[Notícias Internet\PEC do teto exige melhora do gasto em educação VEJA; Posição: 9 - 10]

18.

Ontem, a conversa do ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, com o Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, reforçou as convicções de que o sucesso do governo de Michel Temer depende do ajuste fiscal conduzido pela equipe econômica.

Para Armínio, a aprovação da PEC 241 do teto de gastos públicos na Câmara em segundo turno na próxima semana e no Senado até o final do ano será a senha para o retorno do investimento externo ao país.

Essa disposição do investir dos estrangeiros vai contribuir para ampliar a demanda agregada e o crescimento sustentável.

Armínio Fraga, que presidiu o BC no governo de Fernando Henrique Cardoso, fez considerações sobre a condução do ajuste fiscal da equipe de Henrique Meirelles, em especial sobre a importância de aprovação da reforma da Previdência.

[Notícias Internet\Armínio Fraga diz a Padilha que investimento estrangeiro volta; Posição: 4 - 7]

19.

só para esclarecimento, como é que os senhores imaginam, dentro desse contingenciamento da despesa — pergunto somente para que nós possamos esclarecer a opinião pública —, que se dá a questão do crescimento demográfico no que se refere à saúde e à educação?

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 71 - 71]

20.

O que eu estou dizendo é que nós temos um sistema que produz automaticamente um forte crescimento dos gastos. Isso não ocorre independentemente, mas também sem muita amarração com o que ocorre na economia.

O nosso sistema, que vamos ter que mudar no final, produz aumento de gasto o tempo todo. Aqui está em percentagem do PIB, para mostrar a gravidade desse crescimento. Eu não estou falando de valores nominais. Essa é uma forma muito mais precisa de se medir a força do crescimento. O ponto é que o gasto não pode crescer ad infinitum, como vem crescendo, e com a automaticidade com que ele vem crescendo.

SR. RAUL VELLOSO (Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP, P. 3)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 3 - 3]

21.

Sobre a carga tributária: o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo. A solução é nós fazermos a opção pelo ataque ao gasto

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 43 - 43]

22.

A sociedade ainda não percebeu o tamanho da crise. Eu acho que principalmente Brasília não percebeu o tamanho da crise, porque é uma cidade com uma presença muito grande de servidores públicos, que têm um contrato de trabalho muito diferente, que os protege totalmente da crise. Eu acho que isso dificulta sobremaneira a percepção da crise.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 62 - 62]

23.

As despesas obrigatórias também estão crescendo de maneira muito rápida.

SR. ERNESTO LAZARDO (Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 11 - 11]

24.

Ao se estipular esse teto, os Parlamentares são obrigados a discutir as prioridades e a eficiência do gasto. Vou puxar um pouco a brasa para a minha sardinha: o IPEA está muito preparado para ajudá-los a lidar com a eficiência do gasto.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 14 - 14]

25.

Nós temos que impedir que a PEC 241 reserve recursos para aumento de capital de empresas estatais não dependentes.

MARIA LUCIA FATTORELLI (Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 28 - 28]

26.

- uma pesquisa que o Vox Populi fez nos últimos dias. Uma das perguntas feitas foi exatamente se a população brasileira apoia o congelamento de gastos e de investimentos públicos por 20 anos: 70% da população brasileira rejeitam o conteúdo dessa PEC.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 18-10-2016 da CESP; Posição: 1 - 1]

27.

renúncia

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 18-10-2016 da CESP; Posição: 8 - 8]

28.

- Sr. Presidente, em primeiro lugar eu queria dizer que estou aqui com um manifesto. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA mostrou que os cortes na saúde, em 20 anos, serão de 743 bilhões de reais. Está aqui no jornal Folha de S.Paulo, também baseado no estudo do IPEA, que os cortes na assistência social, em 20 anos, serão de 788 bilhões de reais.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 18-10-2016 da CESP; Posição: 16 - 16]

29.

parabenizar, em especial, a sociedade brasileira, por intermédio da Avaaz, da UNE, de todos e todas que se encorajaram e estão nas ruas contra a PEC 241

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 274 Plenário CD; Posição: 18 - 18]

30.

O que me criticaram pelo Facebook disseram que não haveria nenhuma correção. Eu lhes disse: “A correção será feita de acordo com a inflação”. Acusaram-me: “Você é mentiroso! Você é golpista!”. É só isso o que eles sabiam dizer. Eu lhes disse o seguinte: “Agora, em 2016, o Orçamento da Saúde é 13,2% e, em 2020, será de 15%. Vocês sabem o que a PEC faz? Remete para 15%, antecipando 4 anos. Ou seja, mais 10 bilhões de reais serão injetados na saúde”.

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 274 Plenário CD; Posição: 144 - 144]

31.

as Notas Técnicas nºs 27 e 28 do IPEA — tenham a paciência de ler; são apenas 70 páginas, de 6 especialistas do IPEA — falam do novo regime fiscal e suas implicações na política de saúde e de assistência social.

CHICO ALENCAR (Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 275 Plenário CD)

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 275 Plenário CD; Posição: 116 - 116]

32.

existe uma consulta sobre a PEC 55: se as pessoas são favoráveis ou não. Lá se explica, um pouco, a PEC. E, vejam, não é o site da CAE, já quero dizer, é o site institucional do Senado. E não foi a CAE, não fomos nós que formulamos a questão que está lá. Portanto, é da instituição Senado Federal. Nós já temos, como participantes, 18.307 que concordam com a PEC, e 290.685 que discordam da PEC

[Notas Taquigráficas\Com. de Assuntos Econômicos - SF\Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado; Posição: 26 - 26]

33.

Os impactos negativos da PEC 241 para a garantia do direito humano à educação já têm tido repercussão e reconhecimento internacional. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação entregou dossiê técnico durante a última Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) ao chefe da [Comissão de Educação] [...], ex-ministro do Reino Unido, Gordon Brown, que se mostrou extremamente preocupado com a medida. A PEC 241 contraria a última recomendação oficial do Comitê sobre os Direitos da

Criança da ONU ao Brasil de independentemente de crise econômica ou política garantir a preservação dos recursos para a implementação do Plano Nacional de Educação, o qual com a PEC ficará inviabilizado. Os questionamentos sobre a PEC 241 [hoje 55] são objetivos. Como garantir, por exemplo, o cumprimento da meta 20 do PNE se o Estado brasileiro estará impedido de aplicar “dinheiro novo” em políticas sociais, inclusive na educação? E a meta 17 do Plano Decenal, como alcançá-la se o piso nacional do magistério terá seu valor real congelado por 20 anos? E como superar as limitações orçamentárias do Fundeb, sobretudo com o compromisso de incluir mais estudantes nas escolas, se a vinculação constitucional de impostos será suspensa por prazo que supera a vigência do atual PNE? Aliás, pelo novo formato fiscal da PEC 241 [hoje 55], não há mais garantias de renovação do Fundeb, muito menos de instituição do CAQi [Custo Aluno-Qualidade Inicial] e CAQ [Custo Aluno-Qualidade], podendo a educação sofrer enorme retrocesso.

Essas indagações se pautam na dura realidade que será imposta pela PEC 241 às políticas educacionais, devendo, portanto, o parlamento nacional – autor da [própria lei que institui o Plano Nacional de Educação] [...] e outras – rejeitar essa medida de grande prejuízo para o país e para a população que mais necessita dos serviços públicos. Por outro lado, como forma de superar a momentânea crise fiscal imposta não pela expansão da oferta de serviços públicos à população brasileira, mas por um cenário internacional adverso não apenas ao Brasil, o Fórum Nacional de Educação propõe ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional a revisão do marco regulatório tributário nacional, com vistas a ampliar a arrecadação de impostos sobre a renda, o lucro e o patrimônio dos que detêm a riqueza nacional, regulamentando, inclusive, o Imposto sobre Grandes Fortunas, mantendo as riquezas do petróleo para o financiamento da educação pública e da saúde e eliminando a incidência de desonerações de impostos sobre as políticas sociais, sobretudo das que detêm vinculação constitucional.

Assinam essa nota diversas entidades que compõem o Fórum Nacional da Educação. Também há que se considerar os pronunciamentos dos últimos dias, principalmente após a aprovação na Câmara dos Deputados, e que, com essa nota da CNBB, da Anped, da Anpae, da Campanha pelo Direito à Educação – o Daniel daqui a pouco provavelmente vai falar –, da ABGLT, do Mieib, dos fóruns de EJA do Brasil, da UNCME, ad Undime, dentre outras, estando às vésperas de começar a discussão da Conae 2018, que a gente não faça com isso a morte da participação social nos rumos dos planos de educação do Brasil.

[Notas Taquigráficas\Com. de Direitos Humanos e Leg. Participativa - SF\Nota Taquigráfica CDH 31-10-2016; Posição: 6 - 6]

34.

Andes, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior do Brasil, eu saúdo os Senadores presentes e todos os membros que estão nesta importante audiência pública, um espaço fundamental para discutirmos, debatermos e construirmos as mobilizações e as lutas para derrubar essa agenda regressiva, pois essa PEC – agora nº 55 – é mais uma das medidas que constam da agenda regressiva que visa, obviamente, atacar os direitos conquistados a duras penas pelos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Portanto, o Andes. Sindicato Nacional, considera absolutamente nefasta para a educação no Brasil a PEC 55, e está empenhado na construção das lutas e da derrubada dessa PEC, por meio da construção de mobilizações, protestos, atividades de luta, apoiando, inclusive, todas as ocupações hoje, nas instituições de ensino, pela derrubada da PEC e, obviamente, pela construção da greve geral em nosso País

[Notas Taquigráficas\Com. de Direitos Humanos e Leg. Participativa - SF\Nota Taquigráfica CDH 31-10-2016; Posição: 32 - 32]

35.

. Sou do Movimento Juntos, ocupante do CEM Elefante Branco, e gostaria de saudar as mais de mil escolas, universidades e IFs ocupados no País

[Notas Taquigráficas\Com. de Direitos Humanos e Leg. Participativa - SF\Nota Taquigráfica CDH 31-10-2016; Posição: 39 - 39]

36.

Nós também conclamamos os Senadores a votarem contra a PEC 55, porque é outro braço do processo de precarização dos serviços públicos e que está indo ao encontro do processo de mercantilização da educação e do conhecimento. É muito claro, inclusive no acordo que está previsto o Brasil assinar, o TISA, que se trata de submeter cada vez mais o campo educacional na perspectiva de mercadoria

[Notas Taquigráficas\Com. Mista MPV 746/2016\Nota Taquigráfica CMMPV 746-2016 9-11-2016 Senado; Posição: 27 - 27]

37.

quero aqui colocar que, infelizmente, essa tragédia que aconteceu no Paraná de certa forma tem a ver com estes tempos que estamos vivendo, de intolerância, de intransigência, de falta de debate, de falta de diálogo. Veja bem, como ignorar mais de mil escolas ocupadas em todo o País? Como ignorar mais de 50 universidades? Como ignorar mais de 80 institutos federais? Esses meninos e meninas, repito, estão lá se manifestando de forma pacífica, e eles querem ser ouvidos. Eles têm o direito de dizer que a reformulação do ensino médio que eles pretendem e que eles defendem também não deveria se dar, de maneira alguma, pelo instituto da medida provisória. Eles têm o direito, por exemplo, de falar dessa PEC 241 pelo quanto pretende reduzir os investimentos nas áreas sociais, nos próximos 20 anos, anulando por igual período o dispositivo constitucional que vincula recursos mínimos para saúde e educação; portanto, uma PEC com esse conteúdo que ameaça o direito à educação, inclusive inviabilizando as metas do novo Plano Nacional de Educação

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 25-10-2016 Senado; Posição: 4 - 4]

38.

O título do artigo é "PEC 241: essência do mal ou começo do bem?" Muito sugestivo o título: "PEC 241: essência do mal ou começo do bem?" Não há uma "bala de prata" para matar todos os problemas criados pelo Governo anterior. Esse artigo foi publicado no jornal Valor Econômico do dia 25 e é de autoria do meu amigo, que tenho a honra de prestigiar porque muito me ensinou, o ex-Ministro Antonio Delfim Netto. E ele escreveu o seguinte:

O Brasil não tem escolha e não há uma bala de prata para matar todos os seus problemas, mas é evidente que a recuperação das condições do crescimento do PIB, o Produto Interno Bruto, e do emprego passa por uma política fiscal que compatibilize, num horizonte de tempo aceitável, o crescimento das despesas primárias com o das receitas líquidas. Aqui está resumido. Mas ele diz mais:

O Governo tomou a decisão de iniciar esse processo apresentando ao Congresso Nacional a PEC 241, já aprovada na Câmara dos Deputados em dois turnos. Ela estabelece um limite de gastos primários globais, o que não é nenhuma novidade no mundo, e propõe esforço não maior do que fizeram um bom número de países. Talvez a sua grande virtude seja a de lembrar aos brasileiros que a resposta certa à pergunta "você prefere A ou B" não é, infelizmente, ambos! Boa parte das críticas à PEC 241 confirma como é difícil fazer prevalecer o razoável contra o poder gigantesco que adquiriram as corporações organizadas. Uma delas chegou a afirmar que se põe um risco à própria democracia, pois cassaria os direitos do Legislativo e ameaçaria a independência do Judiciário e do Ministério Público, um claro exagero. Texto do ex-Ministro Delfim Netto.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 26-10-2016 Senado; Posição: 13 - 13]

39.

Ontem, eu fui entrevistada numa emissora de rádio de Farroupilha, a Rádio Espaço, pelo Rogério Portolan, que é um repórter muito atento, e ele me informou que os alunos de um instituto federal de educação não haviam entrado, não haviam invadido a instituição, não houve ocupação, mas saíram de lá e foram à Câmara de Vereadores para pedir o apoio dos Vereadores, do Presidente da Câmara de Vereadores para aquilo que eles não querem, certamente informados por alguns líderes que têm mais um vezo político e ideológico do que propriamente técnico sobre a PEC 241. A PEC 241 não vai tirar o futuro de ninguém. Mas se não for aprovada, sim, não terá futuro a próxima geração. Então, eu queria elogiar esses alunos que foram à Câmara de Vereadores. Sabe por quê, Senadora? Porque assim se evitou aquela tragédia que aconteceu lá em Curitiba, com a morte de um estudante. Não é isso que nós queremos. Esses alunos do Instituto Federal Farroupilha deram uma demonstração clara de compromisso com a democracia, com a verdadeira democracia

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 26-10-2016 Senado; Posição: 15 - 15]

40.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – para não dizer que é o Dieese, que é o Paim, que são as Centrais – recentemente repudiou, por meio de nota oficial, a famigerada PEC 241, leia-se, no Senado, PEC 55. Diz a nota: "A PEC 55 é injusta e seletiva. Ela elege, para pagar a conta do descontrole dos gastos, os trabalhadores, [a classe média] e os pobres, ou seja, aqueles que mais precisam do Estado para que seus direitos constitucionais sejam garantidos.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 7-11-2016 Senado; Posição: 8 - 8]

41.

Essa PEC chegou aqui no dia 26 de outubro. Foi a primeira vez que eu vi o Líder do Governo subir à tribuna para defendê-la – ela é muito difícil de defender, porque ela vai contra os interesses da população. Então, isto é que se está deixando claro para o povo: que não se quer discutir. Vem aqui e diz: "Mas o povo quer essa PEC da austeridade." Se quer, eu faço um desafio: vamos fazer o referendo! Vamos fazer o referendo! Se o povo quer, vamos fazer o referendo, até porque essa PEC só vai valer para 2018, porque as regras da PEC já estão na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 17-11-2016 Senado; Posição: 29 - 29]

42.

É importante mencionar também, ainda no caso da educação, que a PEC 55 só atinge as despesas do Governo Federal na área, não sendo imposto limite para as despesas de Estados e Municípios. De acordo com informações do Tesouro Nacional, a parcela do Governo Federal aplicada na manutenção e desenvolvimento do ensino foi equivalente a 18,8% do total aplicado em educação pelo setor público brasileiro. Em outras palavras, mais de 80% da despesa pública com educação não está sujeita aos limites definidos pela PEC 55.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 17-11-2016 Senado; Posição: 38 - 38]

43.

Obviamente, se vocês acreditassem que desajuste fiscal promove crescimento, vocês deveriam imaginar que, com 6% de queda do resultado primário, o Brasil deveria estar crescendo para lá do crescimento chinês a essa altura do campeonato – fôssemos nós acreditar que era só um problema de impulso fiscal. Obviamente, não é. O impulso fiscal não gerou crescimento; o impulso fiscal gerou contração do PIB.

SR. ARMANDO CASTELAR (Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado, P. 8)

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado; Posição: 9 - 9]

44.

eu acho que ajudou muito nesse processo a mídia Eu lembro que que grande parte aí dos colonistas o pessoal que os formadores de opinião que escrevem na mídia uma boa parte deles foi favorável. Eu acho que teve muito mais artigos a favor do que artigos criticando, né É óbvio que teve artigos contrários, mas eu acho que houve predominância de artigos favoráveis ao teto.

33:45 - 33:54 - Então esse esse processo de convencimento da sociedade pensante, eu acho que contou sim com o apoio da mídia.

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 61 - 62]

45.

Apesar de ser um assunto técnico, o diálogo é simples porque se você gasta mais que você ganha, se você for no limite do indutivo, alguém fala assim, olha você vai ter um limite para gastar... porque todo o discurso da Dilma sair é que ela tinha dado pedalada e não tinha os limites, não tinha o suficiente para gastar... ela não teve limites em gastos então o discurso pós o impeachment motivado pelo orçamento de você falar assim. Ó, você gasta mais do que você ganha, aí o que eu vou fazer... eu vou por um limite e você não vai... só vou te dar inflação, se a economia crescer você vai ver seu salário crescer, você vai conseguir equilibrar sua conta, então na percepção do cidadão com um fala assim, olha se você gasta mais que ganha agora eu vou falar que só pode gastar até aqui algum momento você vai conseguir equilibrar a sua vida. É muito próximo... é indutivo para qualquer cidadão

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 116 - 116]

46.

uma regra do teto, ela é mais simples é com limite, eu só te dar inflação a partir de hoje por um tempo isso e essa simplicidade você acha que ajudou tanto em termos da população ali da sociedade entender quantos políticos né exatamente a regra simples.

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 118 - 118]

47.

mas eu não me lembro ao certo se havia alguma algum indicação forte da população sobre sobre o teto, eu acho que era uma coisa muito mais interna de quem entrou no governo e quer fazer uma coisa diferente para achar que você tem metas de dívida, metas de resultado, era muito importante para o governo dar certo.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 15 - 15]

48.

Que a oposição teve essa percepção é mais pelo lado da saúde, educação, olha e tem outra crítica bastante que você fez o seguinte a população aumenta.

29:46 - 29:47 - Ela não aumenta.

29:49 - 30:01 - 400 mas aumenta um dois por cento, então você não poderia deduzir ou corrigir apenas pelo IPCA com saúde e educação sua pena de você.

30:03 - 30:22 - Ter uma atingir aquele princípio de não redução dos gastos sociais e retroatividade dos princípios da retroatividade social é uma coisa assim de não não redução de não.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 113 - 116]

49.

Mas um apoio muito grande de formadores de opinião especializados... seria comentaristas de Economia, artigos de jornalistas favoráveis. Como eu falei o clima de que a gente estava numa crise profunda ajudou, né? Facilitou

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 52 - 52]

50.

Essa ideia geral de que olha, o governo tá gastando muito, a gente precisa controlar... isso entra na cabeça das pessoas como alguma coisa razoável.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 54 - 54]

51.

Olha o debate fiscal fora do de nichos vão dizer assim é bastante limitado e mesmo assim com muita dificuldade. Ele é muito pobre no Brasil

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 40 - 40]

52.

havia uma percepção e no final daquele governo eh com o final do governo Dilma que precisava ser feito algumas coisas não era muito claro pra efeito, vamos dizer assim tanto congresso como de população de uma forma geral, o que que deveria ser feito, agora tava claro os desequilíbrios que estavam acontecendo

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 50 - 50]

53.

que eu vejo aqui teve sua solução que a meu ver se você for olhar do ponto de vista histórico é uma solução brilhante, não é perfeita, mas tinha uma lógica que era o seguinte, vamos trocar um ajuste de curtíssimo prazo para Promessa de ajuste de médio e longo prazo.

05:11 - 06:08 - Porque porque eu acalmo o mercado, porque eu tenho uma regra que é longa, eu não consigo fazer aquela justa que eu deveria fazer como era o caso, como foi feito durante o governo Fernando Henrique como foi feito o começo do governo Lula... um ajuste muito drástico muito curto eu não consigo que naquela época tinha receita muito abundante e as despesas ainda tavam com espaço menor então era possível fazer um ajuste muito draconiano. Mas no não dá mais não tem mais pessoas obrigatória, tá muito alto a trajetória dessa questão muito alta. Então eu preciso dessa trocar uma coisa de curto prazo por uma coisa de médio prazo. Então se você for analisar aí tá o lado positivo do negócio, mas o lado positivo já era negativo também o lado positivo é o seguinte eu troco uma concepção de curtíssimo prazo médio prazo que obviamente os atores de mercado só vão aceitar se fosse uma coisa com a regra muito forte. Daí o porquê da emenda constitucional e não de uma LDO uma coisa assim, porque aí você consegue um compromisso

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 16 - 17]

54.

isso tranquilizou o mercado, se você for olhar todas as respostas econômicas da época, tranquilizou muito o mercado melhorou muito o quanto você economizou por causa do teto

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 18 - 18]

55.

Ou Ficava muito era muito parcial, tipo o pessoal da educação da Saúde na saúde vai ter um problema então muito parcial.

55:20 - 55:58 - Ou se tentou mostrar de um jeito agregado, quais dizem ser as consequências é não ficava muito estéreo para comunicação. Tava muito difícil de comunicar então e aí não e o lado que não o mercado como toda achou bonito. Achou legal que vai a mensagem ficou mais digerível do ponto de vista positivo da proposta do ponto negativo eu entendo assim . Porque realmente uma questão é que mesmo dentro do governo é

55:59 - 56:58 - É uma solidão nesse negócio de quem entende Como é que o orçamento funciona do ponto de vista macro... é muito pouca gente que entende que tem alguma noção de quais são os reais problemas do orçamento com todas as regras que existem no Brasil e qual é o tamanho do problema porque que é tão difícil operar porque tem tanta regra tem tanta vinculação receita tem tanta coisa que você só pode usar para uma certa coisa tem restrições legais tem regras constitucionais tem um monte de leis específicas, decisões um histórico de decisão do TCU sobre cada assunto que tem que se tratar de uma forma diferente. E aí tem então tudo isso e ao mesmo tempo. Como você tem no Congresso uma flexibilidade de fazer algumas coisas durante a aprovação e aí você é que não necessariamente conseguem.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 130 - 132]

56.

eu acho que o teto foi vencedor naquele momento apesar de haver alternativas pela simplicidade e também vale dizer com todos os problemas que ele tinha no desenho.

22:08 - 22:58 - É pela pela pelo fato dele estar ligado diretamente ao problema ao diagnóstico de muitos né de que a despesa vinha crescendo e precisava de algum de alguma contenção mais estrutural.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 41 - 42]

57.

muitos dos players mais importantes do mercado não são versados em orçamento e contas públicas porque o orçamento, contas públicas, você sabe disso melhor do que eu é uma coisa à parte, né? Não é não é necessariamente algo que compõe a formação de todos os economistas. Então você tem exceções, por exemplo o próprio Armínio Fraga, o Raul Veloso e o Zé Roberto Afonso e outros que sim conhecem o suficiente para poder influenciar no debate agora em geral alguns players que tiveram aí uma influência grande naquele momento achavam o seguinte: "Olha deixa para discutir os detalhes depois o importante é limitar o gasto. Depois a gente vê como faz é."

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 73 - 73]

58.

é porque no fundo e última análise a ideia de ter o teto de gastos, ela tá baseada na noção de que os políticos são irresponsáveis, né

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 230 - 230]

59.

O meu gabinete.

- - Tá. Eu contratei um gabinete com jornalista, né na minha folha, aí eu coloquei contratei um outro jornalista é para ajudar.

- - A ganhar a imprensa a informar a imprensa nenhum jornalista ficar sem uma informação os funcionários material na internet e quanta informação que a gente mandava também pela internet que os Consultores produziam passavam para o meu gabinete, né?

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 348 - 350]

60.

A imprensa felizmente nos ajudou felizmente nos ajudou e eu fiz uma relação que foi o Danilo.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 359 - 359]

61.

Eu trazia até gente de fora nos jantares que eu promovia lá no Palácio da Alvorada, né? Chamando todos os deputados, hora chamando os senadores, né? Eh eu chamava pessoas, economistas eh como o Zé Márcio Camargo, por exemplo. Que tantas vezes estive lá não é? Os escritos da Zeina Latiff, do Lisboa... todos eles incentivando na época possível aprovação da Lei para o teto de gastos, que era de uma responsabilidade fiscal extraordinária. Foi assim que nós conseguimos.

[Entrevistas\Entrevista de Michel Temer; Posição: 10 - 10]

62.

deputados da oposição e movimentos sociais também se mobilizam para impedir a aprovação da PEC. A principal crítica é em relação aos gastos com saúde e educação. O Auditório Nereu Ramos da Câmara ficou lotado de representantes de movimentos sociais que vieram de várias partes do Brasil para dizer não à aprovação da PEC 241.

[Youtube\Câmara dos Deputados\Câmara com Notícia - 06102016; Posição: 25 - 27]

63.

O que eu imagino é que, uma vez que você estabelece esse limite para o crescimento dos gastos públicos, você aumenta a disciplina fiscal, você tem um incentivo a mais para fazer essa disciplina fiscal.

É uma forma, também, de o País repensar as suas políticas públicas, ver se a gente está gastando dinheiro onde deveria mesmo e, obviamente, o resultado final não é apenas a questão do controle do crescimento do endividamento, vai mais além, vai além disso, vai além

de controlar o endividamento, mas também de melhorar a qualidade da nossa política fiscal.

Melhorar a qualidade do gasto público.

[Youtube\Planalto\Economista, Zeina Latif fala sobre PEC dos Gastos; Posição: 17 - 25]

64.

De acordo com a estrategista do banco JP Morgan para o País, Emy Shyao Cherman, a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) do teto de gastos e a expectativa de crescimento de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) geram um impacto positivo para o Brasil.

[Youtube\Planalto\Emy Cherman investidores estão atentos às medidas do governo; Posição: 3 - 3]

65.

Na hora que nós ajustarmos as contas, mostrar que o Brasil está com as contas em dia, que o Brasil vai gastar o que vai receber, seguramente, mais investimentos virão para o Brasil e aí nos poderemos ver aquilo que é o sonho de todos nós.

Nós não termos mais milhões e milhões de desempregados, nós vemos crescendo o número de postos e o valor dos salários, enfim.

[Youtube\Planalto\Padilha líderes se comprometem a fechar aprovação da PEC dos ga; Posição: 18 - 22]

66.

meu compromisso é o de resgatar a força da nossa economia e recolocar o brasil nos trilhos

sob essa crença destaco os alicerces de nosso governo eficiência administrativa retomada do crescimento e geração de emprego segurança jurídica ampliação dos programas sociais ea pacificação do país

o governo é como a sua família se estiver endividada precisa diminuir despesas para pagar as dívidas

por isso uma de nossas primeiras providências foi impor limite para os gastos públicos

encaminhamos ao congresso nacional uma proposta de emenda constitucional com teto para as despesas públicas

nosso lema é gastar apenas o dinheiro que arrecada

reduzimos o número de ministérios temos

filha milhares de cargos de confiança

estamos diminuindo os gastos do governo

para garantir o pagamento das

aposentadorias

[Youtube\Planalto\Pronunciamento após a posse Michel Temer; Posição: 25 - 48]

67.

A PEC dá piso para a Saúde, e não um teto.

[Youtube\Planalto\Recursos para saúde estão garantidos, afirma ministro; Posição: 4 - 4]

68.

Não diminuirá o dinheiro da saúde, não diminuirá o dinheiro da educação.

Essa proposta é transformadora, revolucionária, para nós sairmos dessa crise que afeta primeiro

os pobres, os assalariados, os desempregados.

Esta PEC não é do teto.

Esta PEC é a PEC da responsabilidade.

*[Youtube\Planalto\Relator da PEC 241 afirma que proposta é inovadora e revolucion;
Posição: 16 - 20]*

69.

Pesquisa de opinião também mostra que a maioria da população brasileira – isso está no Valor Econômico de hoje – quer a restrição de gastos públicos. O que a maioria da população brasileira não deseja, o que o Brasil não deseja, o que este Senador Relator não deseja é o encurtamento de recursos para a saúde e para a educação

EUNÍCIO OLIVEIRA (PARECER Nº 920, DE 2016-PLEN, P. 1)

*[Documentos do Processo PEC\Plenário do Senado Federal\PARECER Nº 920, DE 2016-
PLEN; Posição: 3 - 3]*

70.

Discorreu sobre a importância da redução e da estabilização da dívida pública para o estímulo do crescimento econômico, da renda per capita e da geração de empregos. A partir de determinados níveis, a dívida seria prejudicial ao crescimento econômico e à geração de emprego (taxas de juros elevadas, risco de aumento de tributos e da inflação), conforme estudos conduzidos pelo Banco Internacional de Compensações, pelo Fundo Monetário Internacional e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

*[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP
Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 21 - 21]*

71.

Os profissionais dos meios de comunicação do Brasil e do mundo (repórteres, colunistas, blogueiros, editores, pessoal técnico), que ajudaram a opinião pública a compreender a necessidade, os objetivos e os benefícios do Novo Regime Fiscal;

*[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP
Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 25 - 25]*

3.2. Código: Viabilidade técnica

1.

A Holanda adota um limite de gastos desde 1994. O teto vale para um período de quatro anos e inclui quase todas as despesas, como saúde, seguridade social e o pagamento de juros da dívida pública. A partir de alguns critérios, o governo faz uma previsão – em geral, depois de negociar com os partidos da base de apoio – que ele mesmo terá de cumprir. São permitidos aumentos nos gastos após a previsão inicial, desde que seja comprovada a existência de recursos.

Diferentemente da PEC 241, o modelo holandês impõe um limite também ao pagamento de juros da dívida pública. Isso deixou de acontecer entre 2007 e 2010, quando esse tipo de despesa foi excluída do teto. A crise econômica de 2008 levou ainda à exclusão, no teto, de certos benefícios e programas de assistência social e desemprego, entre 2009 e 2010. Mudanças como essas, para reagir a pressões econômicas internas e externas, não serão possíveis durante a vigência da PEC 241, caso ela seja aprovada sem alterações.

*[Notícias Internet\Nenhum país adotou teto de gastos como o da PEC 241 - Agência P;
Posição: 12 - 13]*

2.

Na Finlândia, após mais de uma década tentando implementar um limite anual de gastos, o país estabeleceu um teto válido por quatro anos, em 2003. O governo seguinte manteve o regime, introduzindo alterações para torná-lo mais flexível. As limitações para o crescimento das despesas atingem hoje cerca de 75% das despesas federais finlandesas. Suécia e Finlândia não impõem valores máximos para os gastos com juros da dívida – o que também ocorre na PEC 241.

[Notícias Internet\Nenhum país adotou teto de gastos como o da PEC 241 - Agência P; Posição: 15 - 15]

3.

Também pioneira no teto, a Dinamarca limitou o crescimento real (acima da inflação) dos gastos a 0,5% ao ano, em 1994. O índice foi elevado para 1% entre 2002 e 2005. Após alterações nos anos seguintes, entrou em vigor, em 2014, uma lei que determina limites estabelecidos pelo parlamento a cada quatro anos e que vale para estados e municípios, além do governo federal.

[Notícias Internet\Nenhum país adotou teto de gastos como o da PEC 241 - Agência P; Posição: 16 - 16]

4.

O artigo 105 proposto pela PEC adota as mesmas limitações acima referidas para as despesas com educação e saúde. Em vez de ser destinado a essas áreas sociais um percentual sobre a receita da União, como é hoje, tais despesas passarão a ser limitadas ao que vier a ser gasto em 2017, acrescido para os anos seguintes apenas da inflação do período. Reitero o que já afirmei anteriormente: trata-se de um artigo completamente inconstitucional, e deveria ter sido diretamente bloqueado durante sua tramitação, pois viola uma das cláusulas pétreas da Constituição (artigo 60, parágrafo 4º, IV), que proíbe a deliberação de proposta legislativa tendente a abolir os direitos e garantias individuais.

[Notícias Internet\ConJur - PEC do Teto de Gastos deveria limitar arrecadação de i; Posição: 12 - 12]

5.

No parecer, a Procuradoria Geral diz que as autonomias administrativa e financeira assegurada ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e às defensorias públicas são "elementos indispensáveis" para que essas instituições exerçam suas funções.

"A PEC 241 institui o 'Novo Regime Fiscal' pelos próximos vinte anos, prazo longo o suficiente para limitar, prejudicar e enfraquecer o desempenho do Poder Judiciário e demais instituições do Sistema de Justiça [...] e, nesse alcance, diminuir a atuação estatal no combate às demandas de que necessita a sociedade, entre as quais: o combate à corrupção; o combate ao crime; a atuação na tutela coletiva; e a defesa do interesse público", diz a nota.

Em outro trecho, o Ministério Público alega que a PEC, na forma como foi enviada ao Congresso Nacional, transformará o Executivo em um "super órgão". "A pretexto de trazer a trajetória da dívida pública para níveis sustentáveis, [o Executivo] passará a controlar os demais poderes, ainda que de maneira indireta"

[Notícias Internet\G1 - PGR diz em parecer que PEC do teto de gastos é inconstituc; Posição: 8 - 10]

6.

Perondi afirmou que “todos os países que adotaram essa sistemática recuperaram a sua economia”. Um levantamento do Fundo Monetário Internacional (FMI) que analisou regras fiscais em 89 países entre 1985 e 2015, consultado pelo Truco, mostra, no entanto, que o

modelo não é igual em todos os lugares. Logo, não é possível falar em uma mesma “sistemática”.

[Notícias Internet\PEC 55 Como funciona o teto de gastos em outros países (e seus; Posição: 12 - 12]

7.

Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, Ricardo Volpe afirma que o único ponto em que todo o impasse é sobre a visão do papel do Estado. “Hoje estamos com o maior histórico de despesa pública, com 20% do PIB. A gente quer que continue crescendo ou quer que diminua ou estabilize?”, questionou.

Segundo Volpe, mantida a atual trajetória o país chegará ao ponto de desconfiar do ponto de vista do mercado, que pode deixar de comprar títulos públicos, usado para rolagem da dívida, ou vai querer comprar com valor muito baixo. “O que significa que terá de aumentar a taxa de juros. Não conseguindo financiar suas despesas, a União deixará de pagar mesmo e terá de emitir moedas para pagar seus compromissos, a inflação vai subir e os salários serão congelados”, projetou.

[Notícias Internet\Governo considera limite de gastos primeiro passo contra crise;; Posição: 7 - 8]

8.

'Teto de gastos não será problema para saúde e educação', garante Ricardo Barros
O ministro da Saúde, Ricardo Barros, participou nesta quinta-feira (17) de uma audiência na Comissão Mista de Orçamento. Ele iniciou sua gestão em 12 de maio, por indicação do presidente Michel Temer, quando ainda era interino. Barros voltou a defender a PEC do Teto de Gastos (PEC 55/2016), garantindo que saúde e educação não vão perder recursos.

[Notícias Internet\Teto de gastos não será problema para saúde e educação', garan; Posição: 1 - 2]

9.

Os economistas Felipe Salto e Monica de Bolle, favoráveis à PEC 241, a proposta de emenda à Constituição que estabelece um teto de gastos, afirmam que há problemas no texto aprovado em primeiro turno na Câmara, nesta segunda, e argumentam que eles deveriam ser corrigidos antes que o projeto se torne parte da Constituição:

“A PEC do Teto não é uma Brastemp”. A frase é do eminente especialista em contas públicas, referência para todos nós, Raul Velloso.

São numerosos os alertas feitos por economistas e analistas de contas públicas sobre o texto da proposta. É claro que a ideia de controlar o gasto é essencial. O diabo, no entanto, mora nos detalhes. Não adianta aprovar algo geral e esperar que, pela força da gravidade, tudo se resolva. Trata-se de tema delicadíssimo. A sintonia fina, desde já, é crucial.

Vemos quatro problemas da PEC em versão original, e dois novos no texto revisado e aprovado em comissão (agora já aprovado em primeiro turno na Câmara).

É claro que a ideia de controlar o gasto é essencial. O diabo, no entanto, mora nos detalhes.

O primeiro é o prazo. A regra continua a valer por 20 anos, o que não ocorre em lugar algum do mundo. Na maior parte dos países, há combinações de regras diferentes, por períodos menores, podendo haver revisão de tempos em tempos. Fixar uma regra assim é como colocar a política fiscal e o país em piloto automático por período longuíssimo. Por quê?

O segundo ponto está ligado ao primeiro. A PEC está desbalanceada. Tem efeito nulo no curto prazo, já que a inflação do ano anterior – indexador escolhido pelo Governo – estará acima da inflação corrente até que o movimento de declínio e convergência ao centro da meta se consolide. Para o longo prazo, com inflação baixa, dá-se o contrário: a regra produziria um superávit primário (saldo positivo nas contas públicas) estratosférico.

Se o país voltar a crescer, nada mais justo e desejável que a sociedade se beneficie disso, sobretudo com mais e melhores políticas públicas. Não se deve almejar fazer primário por fazer primário. A regra de sustentabilidade da dívida pública mostra que, para um PIB crescendo em torno de 2,5% ao ano, com inflação em torno de 4,5% e juros reais também nesta faixa, o primário exigido para estabilizar uma dívida de 85% do PIB é de 2,0% a 3,0% do PIB. Com 3%, já conseguiríamos, inclusive, imprimir uma tendência de queda do endividamento bruto.

[Notícias Internet\PEC do Teto 'não é uma Brastemp' Opinião EL PAÍS Brasil; Posição: 5 - 12]

10.

O pedido de liminar foi feito no começo deste mês por deputados do PT e do PCdoB. Na ação, os parlamentares argumentam que a PEC 241/2016 "atenta contra a separação dos Poderes, o voto direto, secreto, universal e periódico e os direitos e garantias individuais".

Na interpretação dos autores do pedido, a limitação dos gastos restringirá também a atuação do presidente da República e de deputados e senadores que serão empossados em 2019, 2023, em 2027, 2031 e 2035.

Em análise preliminar do caso, o ministro Barroso ressaltou que não se está diante de ameaça ao núcleo essencial da separação dos Poderes. Segundo ele, a cláusula pétrea de que trata o artigo 60, parágrafo 4º, inciso III, da Constituição Federal não imobiliza os artigos que delineiam a forma de relacionamento entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

Além disso, segundo o relator, os Poderes e órgãos não possuem um direito oponível à Constituição de ampliar sua atuação ilimitadamente. "Ao contrário, devem atuar a partir das previsões orçamentárias feitas de acordo com as normas constitucionais em vigor".

A tese de violação à garantia do voto secreto, direto, universal e periódico também não procede, segundo o relator. Caso a PEC seja aprovada, explicou, a proposta será resultado de consenso significativo no Congresso Nacional a vincular a legislação ordinária futura.

[Notícias Internet\ConJur - Barroso nega suspender tramitação da PEC do Teto de Ga; Posição: 2 - 6]

11.

O que dizem os críticos da proposta

- * Haverá redução dos gastos de Saúde e Educação em relação aos atuais mínimos constitucionais.
- * Vai impedir aumento real do salário mínimo, visto que proíbe medidas que ampliem despesas obrigatórias acima da inflação.
- * Haverá redução dos investimentos públicos.
- * Comprometerá a reposição da inflação nos salários dos servidores públicos e a realização de novos concursos.
- * Provocará um acirramento do conflito dentro do orçamento.
- * Impedirá que o governo haja em momentos de desaceleração econômica.
- * Não mexerá no atual modelo tributário, que é regressivo e socialmente injusto.
- * Parte de um diagnóstico errado, segundo o qual a queda do resultado primário foi causada pelo excesso de despesa pública, quando, na verdade, deu-se mais pela queda de arrecadação.
- * A PEC trata apenas das despesas primárias (essencialmente gastos sociais, pessoal e custeio) e exclui os gastos financeiros (juros da dívida pública) e renúncias fiscais, grandes responsáveis pelo déficit público.

O que diz o governo

- * Será condição fundamental para retomada do crescimento econômico e para o ajuste fiscal.
- * Diminuirá o risco de retorno da inflação.

- * O novo regime não definirá um teto para gastos com saúde e educação, mas sim um mínimo.
- * Reduzirá a pressão por aumento da carga tributária.
- * Parte de uma experiência que deu certo em outros países.
- * Vai impedir o crescimento da dívida bruta.
- * Saúde e educação não serão prejudicados, visto que poderão receber recursos acima da inflação, desde que haja economia em outras áreas.

*[Notícias Internet\PEC dos Gastos deve ser votada na quarta-feira pela CCJ — Senad;
Posição: 10 - 11]*

12.

Para o professor de economia da Unicamp Pedro Rossi, essas mudanças afetam sobretudo os mais pobres.

"A população pobre, que depende mais da seguridade social, da saúde, da educação, vai ser prejudicada. A PEC é o plano de desmonte do gasto social. Vamos ter que reduzir brutalmente os serviços sociais, o que vai jogar o Brasil numa permanente desigualdade", diz.

Rossi diz que a medida não faz parte de um sistema de ajuste fiscal, mas de um projeto de país no qual o governo banca menos as necessidades da população.

Para a professora da PUC-SP Cristina Helena de Mello, é inadequado colocar um teto para os gastos com saúde, porque não dá para prever como os atendimentos vão crescer.

"Você pode ter movimentos migratórios intensos, aumento da violência e das emergências, aumento dos nascimentos. Vai ter hospital superlotado, com dificuldade para atender."

Segundo a professora, com a PEC, o acesso das próximas gerações a esses serviços públicos fica comprometido. "Estamos prejudicando vidas inteiras."

No meio do caminho entre grupos contrários e favoráveis, a professora da FGV Jolanda Battisti diz que entende as posições críticas à PEC, mas pondera que é necessário escolher entre "dois males".

"Muitas pessoas nesse debate não enxergam o dilema real: se não contermos a crise agora, a inflação vai aumentar muito."

Ela diz que o país está à beira de uma crise fiscal. Se o governo não consegue aumentar a receita para pagar os juros de sua dívida nem cortar gastos, explica Battisti, ele precisa pressionar o Banco Central a imprimir mais dinheiro - e a inflação sobe.

*[Notícias Internet\PEC 241 entenda as polêmicas da emenda que limita o gasto públ;
Posição: 24 - 30]*

13.

Para o advogado Fernando Facury Scaff, como a Constituição estabelece uma "vinculação" entre receita e gasto, não é possível uma emenda constitucional modificar "limitar o gasto" ao ano de 2016, corrigido pela inflação, pelos próximos 20 anos. Isso porque educação e saúde são direitos fundamentais, ínsitos à liberdade real que as pessoas devem ter, e que estão protegidos como cláusula pétrea pela Constituição.

*[Notícias Internet\ConJur - Em livros, advogado e desembargador questionam PEC do;
Posição: 6 - 6]*

14.

A proposta de orçamento federal para o ano de 2017, encaminhada nesta quarta-feira (31) ao Congresso Nacional, prevê que os gastos com Saúde cresçam abaixo da inflação, informou o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

De acordo com ele, a previsão é de que as despesas com Saúde avancem de R\$ 112,4 bilhões, em 2016, para R\$ 120,2 bilhões no ano que vem, valor que já contempla as emendas parlamentares.

Seria um aumento de 6,93% nesses gastos no ano que vem. Neste ano, a inflação, prevista pelo mercado financeiro é de 7,34% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - a inflação oficial do país.

Questionado por jornalistas, o ministro não soube dizer desde quando os gastos sociais com Saúde não são corrigidos, ao menos, pelo valor da inflação do ano anterior. Segundo ele, porém, a regra atual de aumento dos gastos com Saúde estão sendo observados. "Não poderíamos fazer de outra maneira. Cumprimos o mínimo atual. Estamos com folga tanto em Educação quanto em Saúde", declarou.

Atualmente, a Constituição vincula os gastos com saúde e educação à receita líquida do Governo Federal. O gasto com saúde precisa obedecer ao percentual mínimo de 13,2% da receita líquida. Os estados e o Distrito Federal devem investir o mínimo de 12% de suas receitas, enquanto os municípios devem aplicar pelo menos 15%.

"O que é importante. Não estamos nem discutindo a PEC 241 [que institui um teto para os gastos públicos]. O que é importante é a regra atual. Não se fala se mudou ou não mudou a regra. Estamos aplicando além da regra atual. Não aplicamos a regra da PEC [do teto] em Saúde e Educação porque não poderíamos. A regra atual foi respeitada e superada", acrescentou ele.

[Notícias Internet\Economia - Gasto com Saúde crescerá abaixo da inflação em 2017,; Posição: 4 - 9]

15.

O economista também afirmou que a PEC do Teto de Gastos é uma opção acertada, pois evitará esses problemas, ao promover o ajuste fiscal de forma gradual.

— Não é uma ruptura, não é uma queda abrupta de despesas. Na verdade, não reduz despesas, apenas não permite aumentar gastos em termos reais — completou.

[Notícias Internet\Para pesquisador da FGV, Brasil tem 'janela de oportunidade' pa; Posição: 9 - 10]

16.

Em entrevista para o programa Na Real na TV, o professor Marcos Fernandes, da FGV e do CEPESP, ressalta que um lado extremamente positivo da PEC dos Gastos é que ela expõe os privilégios no Brasil, expondo ainda os conflitos distributivos na sociedade brasileira.

[Notícias Internet\PEC do teto de gastos tem um lado extremamente positivo, aponta; Posição: 4 - 4]

17.

CQuanto à PEC, entendemos que é, sim, flagrantemente inconstitucional, porque, aduzindo os argumentos que o Deputado Alessandro Molon já trouxe aqui, afronta um princípio constitucional da continuidade da prestação de serviços públicos; atinge os arts. 196 e 205 da Constituição Federal, quemencionam a educação e a saúde públicas como direito de todos e dever do Estado; atinge direitos sociais, portanto pétreos, e o princípio também da vedação ao retrocesso social

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Nota Taquigráfica CCJC 03-08-2016; Posição: 2 - 3]

18.

CO SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O pedido de vista é posterior à leitura. Voto do Relator. Cabe-nos a observância das obrigações formais para a apresentação de propostas de emenda ao texto constitucional, a teor do disposto no art. 60 da Constituição e no art. 201, caput, do Regimento Interno desta Casa e dos elementos materiais ali contidos, no que diz

respeito ao cumprimento das cláusulas pétreas, consagradas, especialmente, no art. 60, § 4º e seus incisos, da Constituição Federal de 1988. Analisando a proposta de emenda à Constituição em tela, verificamos inicialmente que estão respeitados os requisitos formais previstos no art. 60 da Constituição Federal e no Regimento interno. A iniciativa da propositura pelo Poder Executivo é legítima, em vista do disposto no art. 60, inciso II, da Constituição.

Não se verificam, também, quaisquer incompatibilidades entre as alterações que se pretende fazer e os demais princípios e normas fundamentais que alicerçam a Constituição vigente. Além disso, o País não se encontra na vigência de estado de sítio, estado de defesa e nem intervenção federal (§ 1º, art. 60, Constituição Federal) e a matéria tratada na proposta não foi objeto de nenhuma outra que tenha sido rejeitada ou tida por prejudicada na presente sessão legislativa, não se aplicando, portanto, o impedimento de que trata o § 5º do art. 60 da Constituição. Quanto à análise substancial da proposta, verificamos que ela pretende, em verdade, instituir um regime fiscal excepcional, com o objetivo de enfrentar a situação de deterioração das contas públicas em que nos encontramos. Não há, na proposta em tela, qualquer disposição que afete, mesmo indiretamente, a forma federativa do Estado ou o direito ao voto direto, secreto, universal e periódico. Não vislumbramos, também, qualquer violação da separação de poderes, uma vez que cada Poder e Órgão manterá sua autonomia administrativa, orçamentária e financeira. Certamente cada um dos poderes enfrentará restrições financeiras com a adoção do Novo Regime Fiscal, mas o modelo proposto não impõe qualquer preponderância de um dos poderes sobre os demais.

Não há que se falar em afronta a direitos ou garantias individuais. A PEC altera, por prazo determinado, o sistema de vinculação de receitas a despesas com ações e serviços públicos de saúde e com manutenção e desenvolvimento de ensino. Diferentemente de outras despesas, a essas foi concedida a garantia de atualização a cada ano. Em outras palavras, ainda existirá a obrigatoriedade de aplicação mínima nos setores de saúde e educação públicas, embora em outros moldes, mais condizentes com a situação fiscal que presenciaremos nos próximos anos. Não há como, portanto, concluir que o acesso dos cidadãos aos serviços públicos em discussão será prejudicado, mesmo porque se a crise econômica persistir - e a crise fiscal é, sem dúvida, o núcleo desta crise econômica -, a arrecadação tributária será comprometida, reduzindo as fontes de recursos atualmente existentes.

Por fim, deixamos indicação para a Comissão Especial quanto à técnica legislativa, sem prejuízo de outras alterações que o Colegiado competente julgar necessárias. Referimo-nos ao art. 102, § 6º, II, do ADCT, constante do art. 1º da PEC.

Pelas precedentes razões, manifestamos nosso voto no sentido da admissibilidade e constitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, por não vislumbrar em seu texto qualquer afronta às cláusulas consagradas no art. 60, § 4º, da Carta Magna. Sala da Comissão, 2 de agosto de 2016. Deputado Danilo Forte, Relator

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Nota Taquigráfica CCJC 03-08-2016; Posição: 8 - 9]

19.

Qual é a alternativa, então? Nós temos que fazer o controle do gasto. Temos que fazer isso. Mas poderíamos fazer isso de outra maneira. Qual seria essa outra maneira? Aumentar a carga tributária indefinidamente também, pois, se a despesa cresce indefinidamente, a carga tributária deveria, portanto, crescer indefinidamente. Também não é sustentável, também não é sustentável

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 20 - 20]

20.

A Comissão já tem trabalhado fortemente com a Liderança do Deputado Danilo Forte, os Consultores estão trabalhando há mais de 60 dias, a brilhante Consultoria da Câmara, que

está à disposição de todos os senhores para terem mais e mais informação, a inteligência do Ministério da Fazenda e do Planejamento já trabalha com a Consultoria, as emendas estão entrando, o cronograma traçado há 30 dias oficiosamente está sendo cumprido. O Brasil tem pressa, o pobre tem pressa, o investidor tem pressa; todos nós temos pressa

DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 23 - 23]

21.

É importante mencionar também que uma das características importantes dessa proposta é que não se fazem cortes e ajustes abruptos não sustentáveis. Tudo é feito de uma forma sustentável, para que tenha funcionamento por um prazo longo e dê previsibilidade à economia.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 26 - 26]

22.

o ganho com a implementação dessa medida, do ponto de vista de atividade econômica, é imediato. A restrição e o controle da despesa serão feitos nos anos subsequentes. Portanto é um processo inverso. Simplesmente, ao implementar a medida, já teremos um ganho enorme na atividade econômica.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 27 - 27]

23.

A questão da capitalização de estatais é uma questão de defesa do patrimônio público em situações de extrema necessidade, isto é, caso haja necessidade de capitalizar uma empresa estatal, que é um patrimônio do Governo, portanto, patrimônio do povo brasileiro, para mantê-la. É uma questão pontual para mantê-la saudável e em funcionamento, por uma questão qualquer. É isso, conjugado com o projeto, já aprovado, de governança das estatais

MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 85 - 85]

24.

Com a PEC 241, com a proposta de congelamento e aumento pela inflação, nós teremos aí, no ano de 2036, 1,01%. Então, ela cai, reduz sim, tira recursos da saúde, com esse congelamento. Obviamente a fala do Governo é que o teto é para todo o Governo. Entendemos a necessidade. Mas como disputar recursos com a Previdência? E logo à frente eu mostro o crescimento da população, principalmente da população idosa. Disputar recursos com a Previdência, dentro de um mesmo orçamento, vai ser muito difícil. Obviamente, a Previdência vai comer todo o nosso orçamento

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 15 - 15]

25.

No Brasil, em 14 anos, nós aumentamos de 10% para 24% o percentual de crianças atendidas na faixa etária de zero a 3 anos. Mas o Plano Nacional de Educação coloca que essa meta, nos próximos 10 anos, deveria ser no mínimo de 50%. Para chegar a 50%, vamos ter que praticamente dobrar o número de crianças que hoje estamos atendendo. Como dobrar a capacidade de atendimento, sem poder aumentar investimentos?

ALESSIO COSTA LIMA (Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 22 - 22]

26.

A PEC retira recursos diretamente da educação. Eu trago, já que o Deputado Danilo Forte questionou a fonte, a projeção para 2017 a 2025, que foi feita baseada na variação do PIB real e o IPCA. A projeção foi feita pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira desta Casa, encomendado por pessoas ligadas à área da educação.

Esta Casa produziu esse Estudo Técnico na Nota nº 11, de 2016. Essa nota técnica feita pela assessoria dos senhores mostra que, na área da educação, nos 10 primeiros anos, nós vamos ter uma perda de 58 bilhões.

ALESSIO COSTA LIMA (Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 25 - 25]

27.

Há mais um ponto, que eu acho extremamente importante para entendermos a necessidade da aprovação desta PEC. Esse gráfico eu o chamo de ciclo virtuoso do ajuste fiscal. Se for feito o ajuste fiscal, se o Brasil caminhar para uma trajetória em que se vê que o setor público é solvente, que a dívida pública não explode, isso tem um efeito muito grande do ponto de vista de confiança, tem um efeito muito grande do ponto de vista dos juros de longo prazo, o custo de capital no Brasil é altíssimo, e — pela melhora da confiança, pela redução dos juros e do custo de capital — tem um efeito positivo sobre o investimento e sobre o crédito no País.

BERNARD APPY (Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 28 - 28]

28.

As pessoas podem questionar: “Durante o período de vigência da PEC, as despesas de saúde e educação talvez fossem menores do que seriam se a regra não fosse alterada.” Talvez seja verdade. Nem sei se é. Mas eu tenho certeza absoluta de que no final do período de vigência da PEC as condições financeiras vão permitir um aumento muito maior das despesas com saúde e educação e das despesas públicas em geral do que se a PEC não for aprovada, se tudo for mantido como está

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 29 - 29]

29.

essa PEC não afeta só a trajetória fiscal do País. Ela afeta também a qualidade da política fiscal. E sobre isso eu queria falar sobre algumas questões. Por exemplo, o atual modelo de gestão fiscal no Brasil tem algumas características muito negativas. Primeira, ele é

extremamente procíclico. O modelo do regime fiscal brasileiro atual é procíclico. O que isso significa? Quando a economia vai bem, ele não só abre espaço, mas obriga o Governo a gastar mais e, quando a economia vai mal, ele corta o espaço do Governo para gastar. Isso, na verdade, é péssimo, porque o Governo deveria ter um papel estabilizador, ele deveria poupar em período de crescimento e gastar em período de desaceleração. É isso que diz a boa teoria de finanças públicas.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 31 - 31]

30.

E aqui tem um ponto que eu tentei colocar e talvez eu não tenha sido claro. Eu acho que vinculação é uma forma muito ruim de proteger saúde e educação. Esse é um ponto importante. Por quê? Porque a vinculação é pró-cíclica, como eu falei: sobe, sou obrigado a gastar na alta e sou obrigado a cortar na baixa, ou tenho que resolver o problema via aumento de carga tributária

BERNARD APPY (Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 43 - 43]

31.

No meu entender, a PEC é um instrumento para organizar a nossa economia política, é para permitir que a nossa economia política não nos coloque novamente no abismo inflacionário.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 12 - 12]

32.

O objetivo da PEC é disciplinar o conflito distributivo brasileiro. Coloco teto em um gasto que já está alto e que cresceu muito acima da inflação por 25 anos durante um horizonte, renovável por outros 10 anos. Coloco esse teto e o conflito distributivo vai se dar no interior desse teto.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 22 - 22]

33.

o fato de um gasto ser meritório não significa que há dinheiro para ele

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 50 - 50]

34.

Esse teto de gasto constitui um ajuste fiscal gradual. Não haverá nenhum corte de despesa, nenhuma despesa será cortada. Haverá manutenção da despesa agregada da União em termos reais, e não haverá nenhum aumento de imposto. As despesas vão diminuir como proporção do PIB, embora sendo mantidas em termos reais

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 35 - 35]

35.

Por constituir um ajuste estrutural, de longo prazo, e incluído na Constituição Federal, o que dá a segurança de que ele vai ser executado, embora os ajustes anuais venham a ser pequenos — e, repito, não é com redução de despesa, é com aumento do crescimento econômico —, ele deve gerar um impacto positivo e imediato sobre as expectativas. E esse impacto terá um efeito também positivo no investimento, no crescimento, na geração de emprego.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 36 - 36]

36.

Há relatórios da própria Consultoria da Casa que apontam, sim, perdas, até 2025, de quase 350 bilhões de reais nas áreas de saúde, educação e assistência social. Nós precisamos aprofundar esse debate para que encontremos quem vai pagar essa conta

DEPUTADO DANILO CABRAL (Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 28 - 28]

37.

A Casa fez quatro estudos técnicos sobre o tema: três, contrários à proposta; um, favorável. O único que foi dado ao conhecimento dos Parlamentares foi o favorável. O único estudo divulgado pela Casa para os Parlamentares foi o parecer favorável. Os outros três, que são contrários, não foram divulgados para os membros da Casa.

Isso é uma censura à liberdade de expressão dos técnicos da Casa, concursados, que se posicionaram contrariamente à proposta, porque a proposta é muito ruim.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 34 - 34]

38.

Só a título de informação, é importante que todos saibam que a Consultoria da Comissão de Orçamento fez uma análise oficial da PEC 241 e inclusive levantou 13 questionamentos, dos quais 12 foram acatados pelo Relator Darcísio Perondi. Apenas um questionamento não foi acatado, mas hoje se transformou em sugestão do meu partido, o PSB. Essa sugestão será apresentada na fala do Deputado Danilo Cabral.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 39 - 39]

39.

Enquanto S.Exa. se aproxima da tribuna, eu queria informar à Casa que o STF acaba de indeferir pedido formulado por PT e PCdoB de barrar a tramitação da PEC do teto de gastos públicos, a PEC da Responsabilidade Fiscal.

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 248 Plenário CD; Posição: 72 - 72]

40.

no jornal Folha de S. Paulo, os economistas Carlos Eduardo Gonçalves, Mauro Rodrigues e Irineu Carvalho Filho apresentam um artigo intitulado PEC 241 ou morte! Trata-se de um artigo sucinto — está acessível a todos os que compõem esta Casa — sobre a nossa responsabilidade quanto à votação da PEC 241. Como dizem os grandes economistas, professores e doutores em economia, corremos o

risco de o caos cada vez mais se instalar neste País, caos este que tem um padrinho e uma madrinha da maldade

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD; Posição: 68 - 68]

41.

Sr. Presidente, muitas vezes se colocam aqui questões políticas, a questão do impeachment, a questão do emprego — alegam que no Governo tal havia menos desemprego... A aprovação da PEC 241 não é uma questão de disputa política, é uma questão fiscal

ALTINEU CÔRTEZ (Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 251 Plenário CD)

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 251 Plenário CD; Posição: 15 - 15]

42.

Análise da Constitucionalidade da PEC nº 55, de 2016. De início, é necessário destacar que inexistem dúvidas de que emendas à Constituição também estão sujeitas ao controle de constitucionalidade, realizado tanto pelo STF, enquanto guardião da Carta de 1988, quanto por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Para tanto, contudo, é fundamental que se identifique uma infração aos limites ao poder constituinte reformador estabelecidos pelo § 4º do art. 60 da Constituição Federal. No caso em análise, relativo à PEC nº 55, de 2016, não se identifica qualquer violação a tais limites.

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 1-11-2016 Senado; Posição: 8 - 8]

43.

A PEC nº 55 de 2016 não ofende, portanto, quaisquer princípios ou regras constitucionais, muito menos as chamadas cláusulas pétreas. Ao contrário, conforme demonstraremos no exame de mérito, ao buscar recuperar os alicerces fiscais necessários para sanear as contas públicas e recuperar a economia nacional e a geração de emprego, a proposta em análise se volta à realização de vários objetivos da República, previstos no art.3º da Constituição Federal: garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e promover o bem de todos é o dever

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 1-11-2016 Senado; Posição: 10 - 10]

44.

Não temos sequer o espaço para debater uma matéria controversa, que, segundo mais um estudo de consultores do Senado Federal, é inconstitucional por uma série de razões

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 31 - 31]

45.

A questão aqui é que precisamos ter uma regra clara. Estamos saindo de um período de cinco anos de profunda contabilidade criativa em que foi feito todo tipo de ginástica para esconder despesa, para esconder déficit, para transformar despesa primária em superávit primário. Então, nós temos que ter uma regra clara, simples, fácil de ser seguida e fácil de ser observada por todo mundo

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 55 - 55]

46.

Qual foi a manifestação de S. Ex^a, o Ministro Roberto Barroso, sobre a manifestação de que essa proposta seria inconstitucional?

Por significarem severa restrição ao poder das maiorias de governarem, cláusulas pétreas devem ser interpretadas de maneira estrita e parcimoniosa. Não há, na hipótese aqui apreciada, evidência suficiente de vulneração aos mandamentos constitucionais da separação de Poderes, do voto direto, secreto, universal e periódico e dos direitos e garantias individuais.

Vai além S. Ex^a, o Ministro Barroso: "A responsabilidade fiscal é fundamento das economias saudáveis, e não tem ideologia." O Ministro Barroso, em manifestação aprofundada, consagra, Sr. Presidente: Como escrevi recentemente em texto doutrinário, o debate sobre o tamanho do Estado e sobre o limite de gastos públicos é inadiável. O Estado no Brasil ficou grande demais e a sociedade já não consegue sustentá-lo. Trata-se de uma estrutura cara, inchada e que presta serviços deficientes. Em 2015, aproximadamente 4% do PIB foi gasto com folha de pagamentos do funcionalismo público. Some-se a este valor as necessidades de custeio [...] e quase nada sobra para investimento. Como os servidores, como regra geral, têm estabilidade, não há como reduzir quadros. Não bastasse, a folha de pagamentos tem um aumento vegetativo decorrente de adicionais de tempo de serviço, promoções e reposições de aposentados. No momento atual [...].

Isso não sou eu que estou falando, foi o Ministro Barroso que julgou a inconsistência do pedido de inconstitucionalidade. E aí eu vou pedir perdão ao Senador Requião: entre os seus fundamentos jurídicos e os do Ministro Barroso, eu vou ficar com os fundamentos do Ministro Barroso. Considero que eles são mais consistentes, a meu juízo, sem ofensa nenhuma ao meu colega Senador Roberto Requião.

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 9-11-2016 Senado; Posição: 46 - 46]

47.

A PEC 241 garante recursos para empresas estatais não dependentes

[Notas Taquigráficas\Com. de Direitos Humanos e Leg. Participativa - SF\Nota Taquigráfica CDH 17-10-2016; Posição: 18 - 18]

48.

Aliás, hoje nós tivemos, na audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos, o Júlio Miragaya, Presidente do Conselho Federal de Economia. E ele trouxe uma carta do Conselho, aprovada por unanimidade – e lá há gente de todas as colorações ideológicas; não é só de esquerda –, contra a PEC 55. Olha, se um Conselho Nacional de Economia apoia, por unanimidade – são economistas, entendem de economia –, é contrário, por unanimidade, à PEC 55, será que o Governo, que está fazendo isso, tem razão? Será que o Governo está correto? Quem foi o gênio da raça no Governo que propôs essa medida? E o Paul Krugman diz exatamente isto: que não há como, em uma situação recessiva, você impor uma austeridade. É pior, leva para o buraco. Diz ele que felizmente, os pesquisadores do Fundo Monetário Internacional – olha aí, o Fundo Monetário Internacional – fizeram o dever de casa, identificando nada menos que 173 casos de austeridade fiscal em países avançados no período de 1978 a 2009. E o que eles descobriram? Que as políticas de austeridade eram acompanhadas de contração econômica e de desemprego mais alto. Não sou eu que estou falando de novo; os dados que eu trouxe aqui são do Banco Central do Brasil. Estou repetindo o que Paul Krugman, Nobel de Economia, falou por meio de um relatório do Fundo Monetário

Internacional, repetindo: 173 países que praticaram austeridade fiscal de 1978 a 2009 tiveram contração econômica e desemprego mais alto.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 03-11-2016 Senado - Discursos Vaness; Posição: 23 - 23]

49.

os riscos da PEC têm a ver justamente com o ciclo vicioso do ajuste, que vai derrubar o crescimento, derrubar a arrecadação e fragilizar a situação fiscal. Do ponto de vista de longo prazo, vai prejudicar, como tende a ocorrer

SR. FERNANDO MONTEIRO RUGITSKY (Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado; Posição: 7 - 7]

50.

eu recebi um telefonema na época lá no Ministério da Fazenda o secretário executivo era o Tarcísio Godoy você deve ter ouvido falar dele e Mansueto de Almeida. Um belo dia os dois me ligaram, eles estavam em viva voz lá entre eles. Eu não sei se tinha mais gente na sala, mas só os dois falaram comigo. E eles queriam saber minha opinião sobre o possível teto de gastos. Então era uma coisa muito embrionária. Ainda eu não sei em que está exatamente as ideias deles estavam mas eles queriam me ouvir que eu achava do teto de gasto, né? E eu falei para ele eu ouvi ouvi as considerações deles e aí quando eu falei para ele se a primeira coisa que eu falei foi que para mim o teto de gastos representava a falência da gestão das Finanças Públicas.

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 7 - 7]

51.

Porque porque as Finanças Públicas elas são vendidas nesse ambiente político e no ambiente técnico, né? É uma interface é constante vai e vem de enfim troca de informações de decisões e tudo entre esses dois componentes aí e a partir do momento que você usa uma arma tão poderosa como um teto de gastos significa que esse seu essa sua capacidade da área técnica de enfrentar a área política de resistir a área política em termos de elevação, continua dos gastos públicos essa capacidade acabou é o reconhecimento pela área técnica que a gente não tem mais condição que agora a gente precisa a gente precisa adotar uma outro tipo de instrumento.

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 8 - 8]

52.

Eu acredito que teve também um pouco de participação dos Consultores no próprio processo de de formulação da proposta, né? Então eu acho que o fato de não ter mudado tanto aqui não diminui muito a participação dos Consultores, significa que eles foram aqueles participaram no momento anterior, né? Então existe essa existiu essa essa troca de ideias antes, né? Como você mencionou tanto antes do envio da proposta, né? E é interessante porque eu ia mencionar. Eu ia eu ia mencionar participação deles exatamente nesse aspecto, né? De que houve essa interação significativa. Se não me engano foram mais de sete reuniões, eu não participei de nenhuma. Eu fui convidado para participar da última reunião, mas eu não quis ir e então era, mas eu sei que foi um processo bastante participativo, né? E eu acho que você precisa conversar nas suas entrevistas com as pessoas que fizeram parte dessas discussões, né aqui na Câmara, né? O Ricardo Volpe, o Eugênio ou quem mais acho que esses dois foram os principais, mas teve mais gente envolvida, né?

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 21 - 21]

53.

Tollini: eu tava falando então da reunião que eu tive com Guardian e com Marcos mentes. Eles foram eles foram lá na minha sala na presidência.

18:31 - 19:31 - E eles queriam discutir alguns pontos da proposta que eles tinham dúvidas e na verdade a gente acabou dando uma passada geral na propostas mais ou menos fomos assim artigo por artigo, mas é eles tinham alguns pontos específicos que eles queriam discutir comigo, né? O principal ponto que eles queriam discutir comigo era se o teto deveria ser um limite de empenho ou um limite de pagamento. Essa era uma dúvida muito grande que eles tinham e eu já tinha lido algumas versões diferentes também e eu já tinha pensado muito nisso. E quando eles vieram conversar comigo eu comentei muito fortemente no sentido de que deveria ser um limite de pagamento e eu acho que apesar de que eles estavam em dúvida, eu acho que

19:31 - 20:03 - Eles também já tinham algum grau de preferência pelo limite de pagamento, não sei exatamente, mas talvez o Guardian pouco menos um pouco mais eu não lembro exatamente, como é que era divergências dentro do próprio executivo sobre e o argumento principal que eu coloquei era a questão de que você consegue fazer pagamentos.

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 27 - 29]

54.

a gente tem é um diálogo mais com a equipe técnica do que com a política. Eu tive várias reuniões com relator ou com outras autoridades desses órgãos, mas o cara não ouve, entendeu? A gente vê que já tá combinado demais... Já no caso do novo regime fiscal a gente já tinha uma aproximação grande com a equipe técnica do Tesouro e da SOF, né? Dado ao nosso trabalho e também né? com a nova equipe do Ministério da Economia. Nós formamos um grupo de trabalho muito bom. Né? Então só para você ter uma ideia nesse grupo trabalho que eu coordenei por meses... Então, antes de chegar a PEC aqui, o relator que era o possível para Darcísio Perondi já nos procurou e falou eu quero que vocês me assessorem e aí a gente ficou um mês mais ou menos preparando ele enquanto relator.

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 16 - 16]

55.

o nosso trabalho aqui dentro tanto junto com a equipe técnica. Foi muito sincronizado coisa rara mesmo. Assim foi dos trabalhos mais bem sincronizados que nós fizemos

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 29 - 29]

56.

No que você pode autorizar você cria um volume morto, vamos dizer assim pronto para negociação. E aí quando a gente foi lá e aí por isso que eu falei do Zé Roberto o Zé Roberto, né? O George O Julião não mas a gente nunca pensou que autorizado vai ser diferente do que eu pago em termos de limite. Então escreve isso se realmente você quer que você quer segurar autorizado na verdade? Você não quer segurar o sol pago você já tem. Esse instrumento que é o resultado primário. Então tudo bem você dizer que a pé que é no pago. Mas você vai ter que segurar o autorizado.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 42 - 42]

57.

A execução orçamentária financeira a proposta deles foi a execução financeira.

11:29 - 11:57 - Sob um teto a gente definiu melhor aí um teto para cada poder e a principal colaboração. Nossa lá foi estabelecer um duplo controle não só sobre o financeiro que inclui os restos a pagar né, mas também sobre o orçamentário uma vez que o orçamentário performa financeiro. Então a gente limitou o valor autorizado. Isso foi influência das consultorias, né?

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 41 - 42]

58.

Uma vez que ele se tornou excessivamente, você tem que ter um limite, mas o limite não pode ser insuportável, né? E os precatórios acabaram precipitando.

17:23 - 17:30 - Essa contradição que existe na regra. Qual a contradição ela Ela traz já dentro de si.

17:31 - 17:40 - O seu fim digamos assim, né? É o fato de ela só corrigir pelo IPCA é um problema.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 58 - 60]

59.

o limite mecaniza controle do limite das Pedras primárias teto é considerado atualmente a regra fiscal mais importante da União malandra da gestão fiscal é um problema de acionamento uma vez que não foi definido o limite prudencial também isso aqui foi corrigido agora tem um limite prudencial, né?

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 209 - 209]

60.

Aí você tem um limite e a despesa então todo o orçamento ele passa a se preocupar com a despesa primária os limites individualizados e não mais com a receita. Então a receita perdeu a importância, né? E aí então eu acho que houve uma evolução porque o momento anterior no cenário anterior.

53:24 - 53:51 - você tava sujeito uma Estimativa de receita do congresso, você tava sujeito a mudança da meta de resultado primário, porque aí a tua Âncora fiscal era a meta de resultado primário que é muito frágil pessoal altera com facilidade a metade LDO e também se não cumpre a meta o crime era não ter metas mas não cumprir a meta dela não era era considerado não era um

53:52 - 53:57 - absurdo

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 230 - 232]

61.

então a ideia do teto de gastos é chamado atenção, olha, vamos botar um limite, vamos solicitar esse conflito distributivo que existe que hoje ele tá escondido atrás de um crescimento permanente da despesa orçamentária na hora que você bota no limite, as pessoas vão ter que discutir o que é prioridade que não é prioridade não havia discussão de prioridade em paralelo a gente observava um poder muito grande dos demais poderes especificamente judiciário Ministério Público Tribunal de Contas legislativo para aumentar o próprio orçamento por conta da Autonomia orçamentária que quer dizer na Constituição da legislação e daí se propôs. 04:37 - 04:44 - Produção de limite por por poderes né? E por órgãos desses desses poderes 04:45 - 05:42 - então a ideia era de ter o teto como um farol do que era possível e de qual era a trajetória desejável da despesa pública para que você tivesse um controle do processo endividamento, você recuperasse o equilíbrio das contas pelo controle da despesa e isso viabilizasse uma trajetória de dívida uma mudança naquele patamar de um crescimento acelerado da dívida.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 6 - 8]

62.

quando a gente assumiu lá tinha um estoque grande de reservas internacionais, não tinha preocupação nessa área. Então havia a ideia de que seria possível fazer um ajuste de longo prazo gradual que permitir reformas Racionais dentro da limitação do teto.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 10 - 10]

63.

Na verdade a proposta já foi começou a ser construída já em conversa com legislativo então mesmo nas primeiras versões antes da gente mandar para o Congresso, as equipes técnicas do Legislativo, já estavam lá dentro do ministério conversando com a gente. O relator e outros parlamentares já estavam conversando com a gente e a decisão da época foi não vamos tentar mandar uma coisa perfeita. Um texto minimamente que pare de pé e a gente discute dentro do congresso dentro desse espírito de realmente ter a participação, né? Mas antes bom antes disso o primeiro desenho ele era bem diferente por dois motivos em primeiro lugar, ele não estabelecia um teto obrigatório estabelecia um teto e dizia se passar do teto. Cumpre-se essas condições Aqueles gatilhos, né? Isso aí foi alguma coisa que depois o pessoal do próprio congresso falou não não adianta tem que ser mais rígido que se você disser que pode passar todo ano vai passar e isso não vai funcionar. Então nesse sentido o congresso tornou mais rígido...

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 37 - 37]

64.

Então após esses primeiros filtros foi mandado foi mandada foi mandado uma proposta e uma vez que a proposta entrou a gente fez um grupo de trabalho que se reunir duas vezes por semana lá na Câmara com técnicos do executivo da câmara do Senado. A gente projetava o texto na tela e discutia item por item palavra por palavra as teses foram mudando descendo do projeto foi mudando e chegou essa redação final.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 39 - 39]

65.

outra função muito importante que é alguma coisa simples de verificar e da sociedade perceber se está sendo cumprido ou não, então isso gera uma sociedade, impõe uma disciplina o governo se você tem uma regra simples.

30:06 - 30:09 - e fácil de verificar simples

30:10 - 31:03 - é bem mais fácil do que por exemplo um superávit primário ajustado pelo ciclo econômico

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 65 - 67]

66.

Então essa é a função da regra tentar coordenar da Transparência e aumentar o custo político do governo de transgredir aquela regra que é que atende o interesse coletivo.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 69 - 69]

67.

Além da questão de você perceber que nosso problema estava no crescimento da despesa a gente olhava para outras regras fiscais e via problema, por exemplo a lei de responsabilidade fiscal, ela é tipicamente uma regra pró-cíclica.

33:03 - 33:50 - Como todos os limites são baseados na receita corrente líquida não pode gastar mais como pessoal do que x% da receita componente líquido quando a economia tá crescendo a receita corrente líquida tá crescendo o ente público pode se endividar mais pode contratar mais aí quando a receita corrente líquida, cai o cara fica com aquela despesa de pessoal lá em

cima desenquadrada, aí tem que fazer ajuste fiscal durante o período de recessão, né? Que não é uma coisa adequada. A regra de ouro também de uma implementação super complexa já tinha sido submetida várias distorções e o principal problema da regra de ouro é que 33:51 - 34:33 - Ela pune o gestor que tá no poder no momento em que a regra é desrespeitada, mas acontece que a regra para ser desrespeitada para você ter que se endividar acima do tem que dar para pagar a despesa corrente. Isso já é consequência de um processo de determinação fiscal que vem correndo ocorrendo a anos, então o governo lá em 2006 2005 começou um processo de deterioração fiscal e a regra de Ouro só foi estourar lá para 2013 mais ou menos, né 2015, na verdade a regra de hoje estourou pela primeira vez no governo Temer então assim. 34:35 - 35:35 - Porque não na verdade estourou antes, mas aí foram inventando coisa. Ah, bota o investimento da estatal dentro. Bota outra coisa para contabilizar então só se chegou a situação não tem mais o que inventar para não estourar a regra de Ouro foi mais ou menos ali 2017, né? Quer criar aquele negócio de pedir waiver da regra de ouro, então você tem uma desconexão entre quem causa o problema e quem é punido pelo problema então quem causa o problema não tá nem um pouco preocupado porque ele sabe que não vai ser punido porque a coisa só vai estourar no colo de outro lá na frente, então você olhava as regras e via que o resultado primário tinha aquele problema de estimular super estimativa da receita. Então você vai fazendo um casamento fala como é que eu fecho essas portas que estão abertas aqui, né? E foi nesse processo que a gente caminhou. Olha eu acho que acreditamos que a questão vai. 35:35 - 36:22 - um pouco de limitada a despesa. Você já tava com a carga tributária muito alta não tinha como fazer ajuste fiscal subindo mais tributação. Na verdade o que você precisa no Brasil é de uma reforma tributária que muito provavelmente vai derrubar a arrecadação para que você tenha um sistema tributário mais eficiente a consequência disso vai ser ou uma carga tributária no mesmo nível atual ou mais baixo. Então você tentar fazer fiscal pelo lado da Receita e é sacrificar demais o crescimento você já tava em exceção. Então quando você junta todas essas peças. Você caminha que olha o caminho, menos penoso e mais eficiente esse aqui da limitação da despesa.

Entrevistador:

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 73 - 78]

68.

A ideia de como o Executivo da importância ao tema então tava o Marcos Mendes, o Guardia, a Ana eu tava lá representando a SOF e também George... criou-se nessa primeira conversa com Guardia mostrando o Volpe era eu acho que vou que era o chefe da Consultoria da câmara e a discussão foi mais centrada na Câmara aí aqueles meninos lá da Câmara que você conhece né o Eugênio a o pessoal fiscal lá da câmara ficou sentindo minha Márcia e aí algumas outras pessoas fotos depois Recordar tá os nomes. Mas essas pessoas não me recordo. E aí começou um processo de discussão quase que diária ou dois dias no texto e aperfeiçoamento foi a primeira vez na minha, e

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 85 - 85]

69.

que eu vejo aqui teve sua solução que a meu ver se você for olhar do ponto de vista histórico é uma solução brilhante, não é perfeita, mas tinha uma lógica que era o seguinte, vamos trocar um ajuste de curtíssimo prazo para Promessa de ajuste de médio e longo prazo.

05:11 - 06:08 - Porque porque eu acalmo o mercado, porque eu tenho uma regra que é longa, eu não consigo fazer aquela justa que eu deveria fazer como era o caso, como foi feito durante o governo Fernando Henrique como foi feito o começo do governo Lula... um ajuste muito drástico muito curto eu não consigo que naquela época tinha receita muito abundante e as despesas ainda tavam com espaço menor então era possível fazer um ajuste muito draconiano. Mas no não dá mais não tem mais pessoas obrigatória, tá muito alto a trajetória dessa questão

muito alta. Então eu preciso dessa trocar uma coisa de curto prazo por uma coisa de médio prazo.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 16 - 17]

70.

tinha outra coisa interessante, porque isso foi coordenado também que era o seguinte o teto ele tinha uma certa artimanha na elaboração que era o seguinte não é que ele sempre foi viável. Se fizesse a reforma a lógica dele foi assim e a estrutura que foi colocada na apresentação era essa que ele ia ser que ele era viável, ele era viável... se tivesse reforma. Você tinha que controlar a Previdência. Você tinha que ter alguma reforma administrativa. Você tinha que ter algumas coisas algumas reformas até

08:40 - 09:40 - Algumas coisas um pouco mais profundas e o teto meio que condicionava como ele era uma coisa der um pouco a arma na cabeça ou a gente todo o político e o técnico se apropria e faz alguma as reformas que tem que fazer ou teto fica inviável

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 19 - 20]

71.

Eu acho que o que ajudou também foi a consultoria do congresso. A consultoria do congresso comprou a ideia porque viu o problema. Não acho que achava o melhor, eu não sei se o pessoal tem muita crítica. Tinha pessoas claro, você conhece essa consultoria mais que eu, cada pessoa dá para fazer efeito, mas assim teve alguma noção de que precisava ser feito alguma coisa e não tinha outra opção melhor, ninguém tava vendo uma opção melhor na hora, então já que eu não tô vendo opção melhor eu vou pegar essa opção e ficar perturbando os pontos que eu acho que estão errado e aconteceu isso. Aconteceu muito debate muita coisa evoluiu, né? Muita coisa que ficou lá também ajudou algumas coisas operacionais, né? Coisas boas.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 46 - 46]

72.

Então como esse diagnóstico era de certo modo consensual, com exceções, os economistas da época, no governo, Marcos Mendes principalmente, propuseram uma nova regra fiscal. Vale dizer que já havia já tava em debate em discussão uma outra regra fiscal já prevista na Constituição desde 1988 que é o limite para a dívida pública. Só que no caso da União isso nunca foi regulamentado a mensagem presidencial de 2001 que deu origem ao projeto de resolução do Senado que limita a dívida dos estados e municípios teve resultado e a resolução foi aprovado, mas no caso da União nunca foi apreciado Senador Serra desativou.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 13 - 13]

73.

mas o governo da época achou por bem adotar uma regra de gastos que também é adotada em muitos países no mundo não exatamente igual a essa que foi proposta, mas ela tem uma vantagem primeiro que ele é simples, segundo que ela é de certo modo contra cíclica. Diferentemente da meta de resultado primário antecessora do teto que fracassou mas que teve sucesso por pelo menos uma década de 99 até 2008/2009.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 14 - 14]

74.

quando veio o teto de gasto, eu acho que ele era muito intuitivo, então no debate, olha não é o gasto que tá aumentando vamos limitar o gasto era fácil argumentar isso. O contra argumento é que isso poderia prejudicar certas políticas algumas áreas, por exemplo, a saúde e a

educação.

20:08 - 21:08 - Mas aí o texto da emenda 95, mostra que o teto não incide sobre saúde e educação. A saúde e a educação são corrigidas pela regra do teto que era a inflação até Junho acumulado em 12 meses

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 39 - 40]

75.

eu acho que o teto foi vencedor naquele momento apesar de haver alternativas pela simplicidade e também vale dizer com todos os problemas que ele tinha no desenho.

22:08 - 22:58 - É pela pela pelo fato dele estar ligado diretamente ao problema ao diagnóstico de muitos né de que a despesa vinha crescendo e precisava de algum de alguma contenção mais estrutural.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 41 - 42]

76.

Eu acho que teve um ator aí a gente pode chamar também que foram as assessorias vão chamar assim, né? Porque muitas das ideias que acabaram entrando na emenda 95 vieram por exemplo da Consultoria de orçamento da Câmara e do Senado.

É, você teve também um papel relevante da própria Assessoria Técnica do ministério. Então, ainda que não sejam players políticos, eu acho que esse componentes tem que ser também considerado quer dizer, você teve um desenho ali, que que foi de alguma forma que encontrou ressonância.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 59 - 60]

77.

e tinha esse segundo grupo de especialistas que colocavam questões de ponto de vista tem mas que aí sim o governo da época não estava disposto a dialogar. Ele queria aprovar.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 71 - 71]

78.

Quer dizer a receita a despesa real do governo tava crescendo, mas a receita líquida.

07:01 - 07:03 - Também tava crescendo.

07:04 - 07:10 - Pelo menos até 2014 em 2014. A coisa inverte um pouco.

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 39 - 41]

79.

Então você tá criando uma situação em que a política fiscal é feita por emenda constitucional, isso é uma anomalia muito grande.

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 142 - 142]

80.

Que a forma que eu trabalhei, né? Eu disse para eles olha pessoal.

- - As decisões vão ser conjuntas vamos discutir bastante o máximo que der vamos no máximo de informação, mas eu sou governo.

- - Eu sou vice do governo e fui escolhido relator.

- - Se nós precisarmos mudar mudar o conteúdo o foco maior do teto de gastos, eu não vou permitir.

- - Isso eu disse assim bens, é claro bem tranquilo para ele saber como é que teria minha conduta não é? Mas todos.

- - Vibraram com a chegada da proposta viu?
- - Ele estava esperando um negócio assim, eles estavam vibrando podia mudar ali podia mudar aqui podia ser diferente aqui ia colar, né, mas todos queriam, então isso ajudou e eu disse claro, então eu não tive atrito com nenhum consultor não vazou nada.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 279 - 285]

81.

- só uma mudança que o governo não aceitou.
- - a proposta de acabar com o abono salarial
- - isso não saiu na imprensa.
- - Viu como a gente como foi o sigilo a seriedade dos Consultores?

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 288 - 291]

82.

uma crença mítica de que eu quero precisar agradar um mercado que o mercado é faria com que eu responderia por uma política de investimentos

[Entrevistas\Entrevista de Érika Kokay; Posição: 12 - 12]

83.

e considerando que essa PEC tivesse sido aprovado em 2010 com números já realizados não estamos falando aqui de expectativas se ela tivesse sido aprovado em 2010 quê que isso significaria na área de educação uma perda de 74 bilhões ou seja de 2010 a 2016 nós teríamos tido né 2011, 2012 a cada ano uma perda real que chegaria em 2016 em 74 bilhões acumulado acumulado isso se ela tivesse ido é agora agora vamos fazer uma previsão para 2025 nas áreas da Saúde da educação e da assistência nós teríamos dar da saúde né com essa regra aprovada há 161 bilhões a menos

[Youtube\Câmara dos Deputados\Darcísio Perondi e Helder Salomão analisam proposta que cria te; Posição: 600 - 618]

84.

desequilíbrio fiscal atual é forte nós precisamos de um ajuste gradual não um corte abrupto um ajuste gradual porém persistente e com credibilidade

[Youtube\Câmara dos Deputados\Excesso de gastos foi origem da crise, diz Ministro da Fazenda; Posição: 71 - 74]

85.

participantes não chegaram a um consenso sobre se a medida realmente a mais indicada para corrigir o déficit fiscal no governo dez especialistas em economia e direito público ligados ao governo ou a instituições especializadas se revezaram ao microfone

[Youtube\Câmara dos Deputados\Participantes de seminário divergem sobre PEC do Teto dos Gasto; Posição: 21 - 28]

86.

então o cenário de não adoção de nenhuma medida corretiva é o pior cenário possível hoje

[Youtube\Câmara dos Deputados\Participantes de seminário divergem sobre PEC do Teto dos Gasto; Posição: 58 - 60]

87.

que o Governo vai colocar um controle sobre sua despesa e vou congelar lá em termos reais é esse é uma estratégia uma estratégia é um dos caminhos deu certo para aqui para caminhar em direção ao superávit primário que eventualmente a receita vai subir porque o pino vai subir então nesse sentido O que está sendo feito é correto a outro ponto que o deputado tava querendo alegar é que vai haver que irão acontecer sacrifício eu diria que não deu certo o que vá é o seguinte a participação de despesa do governo federal é no PIB vai cair do que é vinte por cento hoje do PIB que o único Federal para em torno de 14 ou 13 por cento do PIB quando nós praticamos no governo Lula um superávit primário ao redor de 2,1 por cento o nosso gasto Federal relação que estava em dezoito por cento e hoje nós estamos em 20 Você já está exageradamente elevada seja esse é a justificativa de porque fazer esse controle de gasto a outro ponto que você anunciou é o ponto sobre a velocidade essa é uma é uma é uma discussão que ocorre o mundo a discussão na literatura econômica e corre o mundo é o seguinte qual é a velocidade de ótima de ajuste das minhas contas o ajuste fiscal que será propiciado pelo pelo congelamento de gastos na maneira que a 241 propõe é muito lento dá certo vocês vão nós estamos um defeito em 2016 de 2,99 vão cair para 2,77 ano que vem depois para 2,38 e eventualmente e a sociedade brasileira e chega num cansaço de ajuste é necessário é meu mal de ver fazer um ajuste mais rápido ah mas não é possível porque os cortes são muito delicados e etc o governo Fernando Henrique Cardoso em 1999 fez um ajuste fiscal de 1,6 ponto de porcentagem do Pípi ele saiu de 0,5 para 2,1 o Brasil já fez isso a Irlanda fez o ajuste fiscal e no ano de 2010 que saiu de 29 por cento de Déficit dos top 100 do PIB em déficit e no ano seguinte estava em nove houve o corte de vinte por cento e a Irlanda sabe o quanto tempo ela ficou em recessão nem um ano ela saiu crescendo todo tempo isso para dizer o seguinte o ajuste fiscal traz

credibilidade agora sobre o
 gasto social e saúde ou gasto social educação essa é uma prerrogativa dos parlamentares
 respondem colocar todo o
 teto e saúde nada impede próximo isso sabe que agora vamos ter que cortar outras despesas
 governar é isso é
 apontar prioridades

[Youtube\Câmara dos Deputados\Teto de gastos públicos; Posição: 225 - 250]

88.

a visão que a pec traz é de que o
 problema central macroeconômico do
 brasil que gera que levou à atual crise
 econômica é o alto nível de gasto
 público
 esse entendimento a outros entendimentos
 contrários né e divergentes a economia é
 uma ciência exata então ela permite essa
 profusão de rendimentos
 há outros que entendem que o governo
 central é a falta de competitividade do
 brasil tanto temos internas quanto
 termos internacionais e não seria
 exatamente essa questão que seria o
 entrave e sim uma a uma redução da
 burocracia e procedimentos de exportação
 é uma reforma tributária por exemplo
 poderá se - a produção enfim inúmeras
 revisões a a própria questão cambial que
 que em muitos lugares do brasil produzir
 um fenômeno de desindustrialização então
 alterando as vantagens competitivas do
 brasil não são os países
 enfim há uma visão divisões econômicas
 ea pec ela ela faz um diagnóstico ela
 tem um diagnóstico por trás que a
 solução da crise econômica do país está
 na redução do gasto público
 um dos pontos polêmicos dessa pec é que
 ela muda os critérios para calcular os
 gastos em saúde e educação né e alguns
 especialistas alguns economistas eles
 dizem que pode haver um congelamento nos
 investimentos nessas áreas é isso mesmo
 hoje o gasto com saúde o gasto com
 educação eles são indexados a as
 receitas né
 no caso da saúde é indexado à receita
 corrente líquida da união e no caso da
 educação aos impostos então a pec altera
 isso e é verdade ela define um novo uma
 nova forma de cálculo dos pisos para
 investimento nessas áreas que seria o
 gasto em 2016 corrigido pela inflação
 então haveria sim uma manutenção do

valor real investido nessas áreas como piso não ser a mente não impede que se gastar mais mas haveria um piso que de acordo com as variáveis econômicas pode ser menor do que o que é garantido pela atual legislação que caso a proposta seja aprovada pelo congresso este ano

[Youtube\Senado Federal\Consultor de Orçamento avalia efeitos da PEC 2412016, que conge; Posição: 26 - 77]

89.

o economista felipe rezende criticou o argumento do governo de que a pec 241 é necessária para reverter o descontrole no aumento dos gastos públicos a pec dos 41 vêm como uma tentativa de controlar os gastos do governo justamente que o argumento convencional de que houve e controle por parte do governo nas despesas primárias política fiscal e isso os dados não mostram é apenas cantar os malefícios que essa proposta de emenda constitucional de teto dos gastos é em gastos sociais que não mexe em absolutamente nada nos gastos financeiros não é não é apenas apontar os malefícios que são muitos obviamente no curso do debate nós faremos mas apresentar alternativas na américa latina o brasil foi o país que mais conseguiu reduzir a desigualdade com a política fiscal ou seja com a política de gasto

[Youtube\Senado Federal\Economistas sugerem mudança tributária em alternativa à PEC dos; Posição: 38 - 60]

90.

é é uma medida como essa vai ajudar a manter um orçamento como um debate realista como uma peça que realmente atenda à realidade que o executivo tem para administrar o executivo a medida quando ele briga por ter uma pec dessa natureza de limite de gastos

[Youtube\Senado Federal\Rose de Freitas 'PEC dos Gastos deve evitar que o Brasil deixe; Posição: 195 - 201]

91.

O novo presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ernesto Lozardo, afirmou, que o horizonte para o crescimento econômico está no aumento da competitividade e no equilíbrio fiscal do País.

[Youtube\Planalto\Crescimento econômico do País está no equilíbrio fiscal, reforç; Posição: 3 - 3]

92.

Em nosso entendimento, assim como no entendimento do Consultor desta Casa, Sr. Ronaldo Jorge Araujo Vieira Junior, que elaborou bem fundamentado estudo sobre o assunto (AS INCONSTITUCIONALIDADES DO “NOVO REGIME FISCAL” INSTITUÍDO PELA PEC Nº 55, DE 2016 -PEC Nº 241, DE 2016, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS), a PEC em comento viola, de forma cristalina, cláusulas pétreas da nossa Carta Magna

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\voto em separado Roberto Requião; Posição: 2 - 2]

93.

Violação do princípio constitucional do voto direto, secreto, universal e periódico (art. 60, § 4º, II)

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\voto em separado Roberto Requião; Posição: 2 - 2]

94.

Violação ao princípio constitucional da vedação ao retrocesso social (art. 60, § 4º, inciso IV, c/c o art. 5º, § 2º e art. 6º)

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\voto em separado Roberto Requião; Posição: 4 - 4]

95.

Violação do princípio constitucional da separação de poderes (art. 2º c/c art. 60, § 4º, III)

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\voto em separado Roberto Requião; Posição: 10 - 10]

96.

Violação do princípio constitucional da razoabilidade (art. 5º, LIV)

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\voto em separado Roberto Requião; Posição: 14 - 14]

97.

Pelas precedentes razões, manifestamos nosso voto no sentido da admissibilidade e constitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, por não vislumbrar em seu texto qualquer afronta às cláusulas consagradas no art. 60, § 4º, da Carta Magna

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Parecer CCJC Dep. Danilo Forte Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 5 - 5]

98.

Por fim, de maneira a deixar ainda mais fundamentado o voto pela inadmissibilidade desta PEC, pode-se trazer à baila a violação ao princípio da vedação ao retrocesso em direitos sociais

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Voto em separado Chico Alencar e Ivan Valente Tramitacao-PEC-24; Posição: 8 - 8]

99.

A Proposta de Emenda à Constituição em questão é claramente inconstitucional, observados os ditames doutrinários e jurisprudenciais, nacionais e internacionais de vedação ao retrocesso social, não merecendo prosperar ao exame de admissibilidade.

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Voto em separado Daniel Almeida Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 5 - 5]

100.

Ademais, a abolição de um direito social causa aos direitos individuais expressiva supressão na sua abrangência, uma vez que, com seu afastamento, a dignidade humana tem sua amplitude diminuída – ideia que justamente subjaz ao princípio da vedação ao retrocesso social.

Cumpra lembrar também que a função precípua das cláusulas pétreas é a de impedir a destruição dos elementos essenciais da Constituição, encontrando-se, neste sentido, a serviço da preservação da identidade constitucional, formada pelas decisões fundamentais tomadas pelo Constituinte. Ora, o Estado Social e os direitos fundamentais sociais, integram os elementos essenciais, isto é, a identidade de nossa Constituição, razão pela qual já se sustentou que os direitos sociais (assim como os princípios fundamentais) poderiam ser considerados – mesmo não estando expressamente previstos no rol das “cláusulas pétreas” – autênticos limites materiais implícitos à reforma constitucional

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Voto em separado Daniel Almeida Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 6 - 6]

101.

- Saúde como Cláusula Pétreia

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Voto em separado Luiz Couto Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 4: 64/538 - 4: 267/569]

102.

- Educação como Cláusula Pétreia

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Voto em separado Luiz Couto Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 4: 66/112 - 4: 283/141]

103.

- PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO NÃO RETROCESSO:

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Voto em separado Luiz Couto Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 5: 67/581 - 5: 424/608]

104.

esse teto não representará limitações às aplicações na área da saúde, mas sim ao conjunto de despesas do Poder Executivo

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 15 - 15]

105.

Estimou que, com a PEC 241, seriam investidos pelo governo federal na área da saúde 1,01% do PIB no ano de 2036, em contraposição a uma média histórica dos últimos anos de 1,65% do PIB. De todo modo, considerou necessário que todos devem cuidar do Orçamento “para não haver colapso”.

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 16 - 16]

106.

Registrou a crítica de que é fácil criar gasto sem dizer como será financiado. Em relação à área da educação, mencionou que foi “aprovado o gasto de 10% do PIB e ninguém disse de onde viriam os recursos”. Ressaltou, ademais, que se nada fosse feito, a dívida bruta do setor público alcançaria, em 2025, mais de 110% do PIB. Se for aprovada a PEC, a dívida pública se estabilizaria e começaria a cair, com queda das taxas de juros e maior crescimento da economia

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 17 - 17]

107.

Raul Velloso, Economista (31/8/2016)

O convidado realizou sua exposição a partir do diagnóstico de que a estrutura dos gastos públicos no Brasil é bastante desfavorável e que tende a promover elevação forte e automática das despesas. Por outro lado, as receitas não conseguem acompanhar o ritmo de crescimento dos gastos o que leva ao endividamento público e ao aumento do risco país. Se nada for feito, a dívida explode, resultando em crise financeira.

Segundo o palestrante, o gasto público brasileiro é pró-cíclico e com simetria desfavorável, ou seja, tende a crescer mais do que o PIB quando a economia vai bem e cai pouco quando a economia está em fase descendente. Diante desta dinâmica insustentável, serão necessárias reformas e a PEC 241 é importante e funcionará como uma âncora de transição até que se façam as reformas.

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 17 - 17]

108.

Lembrou que não haverá congelamento de gastos públicos, mas um teto para seu crescimento: a inflação. Aliás, considerou esse critério de correção superior à proposta de correção pela variação do PIB, pois historicamente a inflação sempre esteve acima da taxa de crescimento econômico.

Argumentou ainda que o estabelecimento do teto favorecerá a discussão quanto às prioridades e à eficiência do gasto público, indicando que o IPEA estará à disposição do Parlamento para auxiliar nessa discussão

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 20 - 20]

109.

Asseverou que o teto de gastos tem algumas vantagens em relação aos outros tipos de regras fiscais numéricas, sobretudo porque foca na parte do orçamento que está mais diretamente sob o controle do Governo, que é a despesa. Além disso, é uma regra anticíclica, que não requer redução de despesa em períodos de queda de arrecadação e não precisa lidar com a pressão para a elevação de gastos quando a arrecadação aumenta. Por fim, comentou sobre estudo comparativo do Fundo Monetário Internacional para 57 países, no período de 1985 a 2012, que demonstra que países com tetos de gastos, na média, têm resultados primários melhores.

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 22 - 22]

110.

Os técnicos do governo federal, e uma massa significativa de pesquisadores e analistas, atribuem a maior parcela desse aumento ao crescimento acelerado da despesa pública primária. No período de 2008 a 2015, essa despesa cresceu 51% acima da inflação, enquanto a receita pública teve ganho real de somente 14,5%

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 33 - 33]

111.

Dentre características repetidamente citadas na literatura especializada, para avaliar a robustez, a credibilidade e a exequibilidade de uma regra fiscal, destacamos essas abaixo, por se ajustarem ao previsto na PEC 241/2016. A regra fiscal, para gerar confiança, deve:

- estar apoiada em instrumentos legais fortes, de maior hierarquia, sinalizando a importância que o governo atribui ao ajuste fiscal, e deve incluir requisitos claros para sua alteração. A escolha foi inserir a regra na Constituição

Federal;

- ser simples, ou seja, de fácil aplicação, compreensível para a opinião pública e clara quanto aos indicadores a serem monitorados. O monitoramento dos gastos federais é possibilitado a toda a sociedade;

- ter caráter plurianual, para limitar o potencial de evasão da regra, que, no caso do agregado orçamentário em questão, seria contornada, por exemplo, pelo adiamento do registro de despesas. A regra valerá por, no mínimo, 10 anos;

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 35 - 35]

112.

- prever procedimentos em caso de descumprimento. A PEC especifica os mecanismos de correção a serem acionados automaticamente e as medidas para corrigir os desvios dentro de um prazo definido;

- ser realista, ou seja, deve ter objetivos suficientemente abrangentes. Nossa regra inclui praticamente todas as despesas, exceto as financeiras;

- ser compatível com outras políticas econômicas implementadas pelo governo;

- ser sustentada por reformas estruturais, para que possa perdurar. Já defendemos, diversas vezes, ao longo de nosso parecer, a complementaridade entre esta PEC e a reforma da Previdência.

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 36 - 36]

113.

CRetirar, hoje, estes recursos que são devolvidos ao povo brasileiro através do aumento do salário mínimo e dos Planos de Seguridade Social (LOAS, Bolsa-família, aposentadorias, saúde pública, BPC, entre outros), significa um atentado ao art. 3º da Constituição, ou seja, uma proposta que, ao invés de reduzir as desigualdades e a miséria, estará aumentando-a ou perpetuando o seu eterno retorno. Ou seja, ao fim e ao cabo, essa PEC 241 está eivada, portanto, de flagrante inconstitucionalidade.

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Voto em separado 1 PT; Posição: 5 - 6]

114.

Associar a função alocativa do Estado, unicamente a um indexador de inflação, por um prazo tão extenso, sem considerar a capacidade de arrecadação nem as demandas de bens e serviços públicos, não tem paralelo nas regras que regem a política fiscal nos vários países

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Voto em separado 1 PT; Posição: 8 - 8]

115.

Se considerarmos a vigência da PEC n.º 241 entre 2016 e 2025, quando será possível a revisão constitucional da regra de correção das despesas primárias pelo IPCA do ano anterior – vale lembrar que essa revisão é de competência exclusiva do Presidente da República, conforme o § 7º do art. 102 da referida PEC –, as perdas acumuladas atingiriam a R\$ 45,2 bilhões, como mostra a Tabela 2.

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Voto em separado 1 PT; Posição: 10 - 10]

116.

O gasto com educação per capita atingiria R\$ 115,9 pelo limite Temer, em 2015. O gasto mínimo constitucional de 18% da Receita de Imposto Liquida seria de R\$ 227,7 per capita, no mesmo ano. Se considerado o total do gasto federal com educação, o dispêndio per capita foi de R\$ 479,3, em 2015. O gasto per capita pelo limite Temer corresponde somente 24,2% do gasto total da União per capita realizado naquele ano.

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Voto em separado 1 PT; Posição: 13 - 13]

117.

Se as despesas federais com saúde forem corrigidas pelo IPCA-Saúde, que mede a inflação com produtos e serviços de saúde, a perda imposta pelo limite Temer é ainda mais expressiva: foram aplicados R\$ 903,7 bilhões e pela proposta da PEC n.º241 seriam aplicados R\$ 629,1 bilhões. A perda dos recursos de saúde seria de R\$ 274,6 bilhões, entre 2005 e 2015

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Voto em separado 1 PT; Posição: 16 - 16]

118.

A regra de se fixar o limite de despesa de um ano, como sendo o limite vigente para o ano anterior, corrigido pela inflação, é aparentemente simples.

[Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Exposição de Motivos 83-2016 PEC-241-2016; Posição: 6 - 6]

119.

a PEC busca estabelecer uma aciclicidade das despesas primárias, permitindo que em períodos de expansão da receita, o Estado consiga gerar superávits fiscais para a redução da sua dívida, enquanto que em período de queda de receita, o gasto público possa contribuir para a manutenção da demanda agregada da economia, suavizando as crises

[Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Nota Técnica nº 8443-2016-ASSECC-MP; Posição: 2 - 2]

120.

crescimento natural (vegetativo e também oriundo de correções estabelecidas constitucional e legalmente) das despesas obrigatórias primárias necessariamente concorrerá e consumirá grande parte da margem para as despesas discricionárias, durante a vigência do Novo Regime. Assim, para que seja garantido a manutenção de limites mínimos para o funcionamento da estrutura de todos os Poderes, torna-se inevitável a necessidade de gestões e reformas na forma de concessão e correção das despesas obrigatórias primárias

[Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Nota Técnica nº 8450-2016-SOF-MP; Posição: 4 - 4]

3.3. Código: Receptividade política

1.

O governo tomou o cuidado de estabelecer regimes especiais para a Saúde e para a Educação. Nessas duas áreas, serão fixados pisos de investimento (as outras áreas precisam apenas respeitar, juntas, o teto de gasto do governo. Mas não há piso de investimento para cada uma). No caso de Educação, a mudança ocorrerá a partir de 2018. Naquele ano, o governo investirá o mesmo valor que investir em 2017 (18% da receita líquida do governo) mais o acréscimo da inflação do ano anterior, medida pelo IPCA. O governo diz que, assim, a área está protegida. Os críticos mais duros afirmam que a área vai sofrer terrivelmente. A verdade tem nuances entre esses dois extremos.

[Notícias Internet\Teto de gastos o que a PEC 241 muda na Educação - ÉPOCA Ide; Posição: 9 - 10]

2.

o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que é necessária "uma saída para a enrascada em que se meteram as contas públicas".
— Para quem ainda não se convenceu da premência das medidas a serem tomadas e que estão, na sua grande maioria, contempladas na PEC 55, basta lembrar que, entre 1997 e 2015, o orçamento do governo cresceu 864%, tendo como consequência um déficit primário de R\$ 170 bilhões, como todos sabem, o maior já registrado no Brasil — afirmou Renan

[Notícias Internet\Renan defende PEC do Teto dos Gastos Públicos em sessão temática; Posição: 3 - 4]

3.

Ricardo Volpe, que ajudou a elaborar a proposta, assegura que o ajuste fiscal é inevitável, mas é uma escolha da sociedade. "Ou ocorre via inflação, ou com ajuste abrupto cortando várias despesas de imediato ou ainda com o ajuste gradual, que é esse da PEC. Você vai crescer só a

inflação e ao longo do tempo, como a economia vai crescer, aquela despesa estabilizada consegue reduzir o tamanho do Estado e volta a economizar dinheiro. É uma discussão do tamanho do Estado”, disse.

[Notícias Internet\Governo considera limite de gastos primeiro passo contra crise;; Posição: 9 - 9]

4.

Mansueto de Almeida, secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, afirmou que a proposta promove ajuste fiscal de forma gradual, preserva direitos e assegura recursos para saúde e educação

[Notícias Internet\Mansueto afirma que PEC dos Gastos faz ajuste gradual e preserv; Posição: 2 - 2]

5.

Kassab diz que PEC 241 “é remédio amargo”, mas necessário

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, afirmou hoje (20), em Salvador, que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que estabelece um teto para os gastos do governo por até 20 anos, “é um projeto duro, mas necessário”. “É um remédio amargo, pelo qual precisa passar a economia brasileira, para que se possa retomar o crescimento do país”, disse Kassab. “Em bases reais, é evidente que, quando existem limitações no Orçamento, todos sabem que não vamos inventar receitas e, efetivamente, vamos gastar o que estiver disponibilizado no Orçamento. Ganha o Brasil com um projeto bom como este”, afirmou.

[Notícias Internet\Kassab diz que PEC 241 “é remédio amargo”, mas necessário Agê; Posição: 1 - 3]

6.

Em discurso nesta quinta-feira (17), o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) pediu um voto de confiança da população para a proposta de emenda à Constituição que limita os gastos públicos por 20 anos. Para o senador, a PEC 55/2016 é uma medida segura para reverter a situação de desemprego e “estrangulamento econômico” em que o Brasil se encontra. — Eu quero deixar claro nesta hora que é fundamental que possamos transmitir a todos que estão nos ouvindo que acreditem. Deem essa “carta de confiança” a nós porque nós estamos produzindo uma alternativa para o país sair dessa crise. E essa alternativa está hoje exatamente embasada nessa PEC 55 — afirmou.

O senador rebateu argumentos de senadores da oposição de que a proposta pode levar o Brasil a uma crise ainda pior. Na sua opinião, a política econômica adotada pelo PT nos últimos 13 anos é responsável pela atual situação em que o país se encontra.

[Notícias Internet\Ronaldo Caiado pede voto de confiança em relação à PEC do Teto; Posição: 3 - 5]

7.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (Foto: Valter Campanato/Agência Brasil) Em almoço com o presidente Michel Temer, nesta quarta-feira, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso classificou a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita o aumento dos gastos públicos como o primeiro passo para tirar o país da crise. Fernando Henrique disse que o Brasil enfrenta um quadro econômico “degradado” e por isso se mostrou satisfeito com a vitória do governo no Câmara. A reunião entre o ex-presidente e Temer, no Palácio do Jaburu, foi antecipada pela coluna Direto da Fonte, de Sonia Racy.

O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes e o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, também participaram do encontro. A avaliação, durante o almoço, foi a de que a aprovação da chamada PEC do Teto em primeiro turno pela Câmara, com 366 votos, é um importante sinal de que o governo tem força para recuperar a economia. A proposta ainda será submetida a uma segunda etapa de votação, no próximo dia 24, e, depois, encaminhada ao Senado.

[Notícias Internet\FHC elogia aprovação da PEC do Teto e diz que economia está 'de; Posição: 9 - 11]

8.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) defendeu a proposta de emenda constitucional que limita os gastos públicos por 20 anos. Ele argumentou que a PEC possibilita o início de um processo de equilíbrio fiscal, "absolutamente necessário para que o Brasil resgate a confiança e os investimentos sejam retomados".

[Notícias Internet\Aécio Neves defende reforma política e PEC do Teto de Gastos —; Posição: 2 - 2]

9.

Ronaldo Caiado: aprovação da PEC do Teto é a medida mais 'palatável'
Em discurso nesta terça-feira (29), o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que a proposta de emenda constitucional que fixa limite de gastos públicos (PEC 55/2016) é a medida mais palatável diante do que chamou “de desastre instalado no país nos últimos treze anos pelo governo do PT”.

[Notícias Internet\Ronaldo Caiado aprovação da PEC do Teto é a medida mais 'palat; Posição: 1 - 2]

10.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) protestou contra a aprovação da emenda à Constituição que limita os gastos públicos por 20 anos, sujeitando-os apenas à correção monetária. Para ela, a medida representa "um golpe contra os direitos essenciais do povo" por afetar fortemente os setores de educação e saúde.

A senadora avalia que a mudança constitucional acabará com o piso mínimo de 10 por cento de investimento em educação, o que causará redução drástica de recursos para o ensino em todos os níveis. No entender da parlamentar, a proposta foi oferecida por um governo que considera sem legitimidade e ganhou apoio de um Congresso que se encontra num “lamaçal” de denúncias.

— Que se lixe, por exemplo, o direito à educação da nossa juventude, porque é o que representa essa PEC 55, ao estabelecer teto para os gastos sociais e quando não estabelece teto de maneira nenhuma para juros, para pagamento dessa dívida astronômica, para os chamados banqueiros.

[Notícias Internet\Fátima Bezerra diz que PEC 55 é 'golpe contra o povo' — Senado; Posição: 2 - 4]

11.

Relatório preliminar do Orçamento prevê mais R\$ 11 bilhões para saúde e educação
Aumento de R\$ 9 bilhões no teto das receitas de 2017 e o corte de R\$ 6 bilhões em subvenções econômicas compensarão novas despesas com saúde e educação, diz senador Eduardo Braga Marcelo Camargo/Agência Brasil O relator do Orçamento Geral da União de 2017 na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), senador Eduardo Braga (PMDB-AM), apresentou hoje (22) à imprensa o relatório preliminar que

prevê R\$ 9,9 bilhões a mais em recursos para a saúde e R\$ 1,2 bilhão para a educação, totalizando R\$ 11,1 bilhões.

[Notícias Internet\Relatório preliminar do Orçamento prevê mais R\$ 11 bilhões para; Posição: 1 - 2]

12.

Caso a PEC do Teto de Gastos seja aprovada, afirmou Paim, haverá uma “erosão” dos direitos sociais. Segundo ele, estudos apontam que esse será o resultado da redução das despesas em termos reais, em contraste com o aumento da demanda por serviços. Disse, ainda, que a PEC altera expressamente dispositivos constitucionais que hoje garantem percentuais mínimos para saúde e educação.

— De fato, o está sendo projetado é um duto que vai tirar dinheiro de setores importantes, para canalizar recursos que vão irrigar os jardins dos privilegiados, principalmente o sistema financeiro, prejudicando investimentos ao longo de período que vai além do mandato de quem o propõe — afirmou Paim.

[Notícias Internet\Preocupação com desmonte de políticas sociais une diferentes cr; Posição: 17 - 18]

13.

O senador Cristovam Buarque (PPS) confessou no plenário que o impeachment de Dilma Rousseff foi aprovado para que a PEC 241, que congela os gastos públicos por 20 anos, fosse aprovada. A fala ocorreu durante discussão com a senadora do PT do Paraná, Gleisi Hoffmann. Cristovam fala da “credibilidade necessária do governo” para a PEC 241 ser efetivada.

“Essa credibilidade não vem da cara do Temer. A cara do Temer é a cara da Dilma, gente. Ficaram dez anos juntos, conta ele. Pra que vocês mudaram, então?, devolve Gleisi. Pra que fizeram o impeachment? Pela PEC do Teto, que a senhora não quer votar”. Gleisi então diz que se esse projeto (PEC 241) fosse posto em votação por qualquer candidato, ele não seria eleito.

[Notícias Internet\Cristovam Buarque diz que impeachment foi aprovado para que PEC; Posição: 5 - 6]

14.

Sr. Presidente, estou requerendo a retirada de pauta, porque me preocupam as consequências dessa Proposta de Emenda à Constituição.

Existe, no Direito Constitucional, o princípio da vedação ao retrocesso em conquistas, em direitos sociais. A proibição do aumento dos gastos acima da inflação pode levar o Brasil a... Vamos supor que o Brasil, daqui a 4 anos ou 5 anos, cresça 8% e que a inflação, naquele ano, seja de 2%. Se isso ocorrer, nós não poderemos investir mais em saúde e em educação do que 2%, ainda que o Brasil tenha crescido, ainda que a arrecadação tenha crescido muito mais do que 2%, o País não poderia investir mais do que o resultado do ano anterior, o investido no ano anterior, acrescido dos 2% de inflação. Ou seja, essa proposta, num país em que os direitos sociais ainda estão tão distantes de serem atendidos, é inconstitucional.

DEPUTADO ALESSANDRO MOLON (Nota Taquigráfica CCJC 03-08-2016)

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Nota Taquigráfica CCJC 03-08-2016; Posição: 1 - 1]

15.

realidade, protege o investimento em saúde e educação. Nos momentos de forte expansão da economia, aí sim, ela estabiliza, mantém, preserva, mas não sobe excessivamente, de forma não sustentável, como às vezes acontece. Despesas de educação cresceram muito em momentos de crise e agora, em momento de queda, tiveram um aperto muito grande — problemas em laboratórios, ensino base, universidades, etc. É nisso que nós temos que estabilizar esse crescimento. Portanto, essa definição nos parece bastante equilibrada. A PEC só altera a fórmula de cálculo do piso, não obriga a redução, de maneira nenhuma — a alocação total é uma prerrogativa do Congresso Nacional. Em ambos os setores o gasto está acima do mínimo, acima do piso. Portanto, não se propõe nenhum tipo de corte abrupto. O que nós estamos propondo é uma regra estável de manutenção do valor real do piso de saúde e de educação

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 15 - 15]

16.

O Ministro Palocci, em 2006, propôs a estratégia de um teto de gastos. Na época, alguns consideraram essa ideia rudimentar, mas o Ministro Palocci a introduziu

DEPUTADO MARCUS PESTANA (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 30 - 30]

17.

Essa PEC é um crime de lesa-pátria, porque congela o Brasil por 20 anos, porque impede o País de investir (palmas), de estabelecer prioridades por 20 anos. E nós sabemos que as políticas públicas sociais de inclusão são também um fator de desenvolvimento. Se é necessário crescer para distribuir a renda, é necessário também incluir para crescer.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 36 - 36]

18.

a melhor política social, em última análise, é a política de criação de emprego e que a pior política social é aquela que aumenta o desemprego

MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 47 - 47]

19.

Uma pergunta do Deputado Thiago Peixoto: qual alternativa para a não aprovação da PEC? A não aprovação da PEC significa, num primeiro momento, a continuação de uma trajetória de aumento das despesas públicas, que significa aumento da dívida, que significa a necessidade, aí sim, de aumento de impostos, os quais dificilmente seriam suficientes para essa velocidade de crescimento. Isso significaria um aumento da taxa de juros estrutural em um momento cada vez mais há dificuldade de financiamento do Estado brasileiro. Portanto, acreditamos que outras propostas, possivelmente muito menos eficientes do que essa, muito mais complexas e, de certa maneira, até prejudiciais ao bom funcionamento do setor público e da economia, teriam que ser contempladas.

Agora, não há dúvida de que achamos que esta emenda constitucional, a limitação do crescimento das despesas públicas primárias, é o mais eficiente.

MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 82 - 82]

20.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - O Ministro tem todo o nosso apoio. Eu sou Deputado Federal, do PSDB, e digo assim: “Se alguém falou que não estamos apoiando; nós estamos apoiando sim.” Queremos o melhor para o Brasil

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 90 - 90]

21.

Temos aqui também a evolução da análise com relação ao que foi estabelecido para a saúde, considerando sempre o conceito de ações e serviços públicos de saúde. Então, o piso estimado para 2016, como falei anteriormente, era de 100,2 bilhões de reais, que foi estabelecido em julho do ano passado. Este valor de 91,7 bilhões de reais seria o piso, em cumprimento à EC 86. Ou seja, se fôssemos levar em consideração a última reestimativa da Receita Corrente Líquida, isso totalizaria 91,7 bilhões de reais. E o último decreto de programação orçamentária financeira estabeleceu para a saúde um mínimo, ou um limite de gastos, para ações e serviços de saúde da ordem de 106 bilhões de reais, que é a execução estimada para este exercício. Vemos aí a evolução e principalmente a preocupação do Governo com as ações prestadas pelo Ministério da Saúde

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 9 - 9]

22.

O FUNDEB — Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, por exemplo, continua. O FUNDEB é uma exceção, ele está fora do limite. Logo, os Municípios não serão afetados

DEPUTADO CARLOS MARUN (Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 53 - 53]

23.

O piso da saúde e da educação tem que ser garantido e corrigido pela inflação, e os Deputados vão cumprir o seu papel de priorizar isso no orçamento. Então, saúde e educação vão ter hoje garantido o seu piso, mas o Congresso Nacional vai ter a garantia de que o aumento dos investimentos possa ser até maior do que a correção pela inflação

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 55 - 55]

24.

Nós podemos acabar descobrindo, nesse processo de discussão de detalhe, que há muito gasto obrigatório sendo feito em várias áreas, inclusive saúde e educação, que, se for tirado da pauta, não faz diferença nenhuma, como há gasto que, se for tirado, fará diferença.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 47 - 47]

25.

Há um debate muito importante sobre se deve haver um tratamento especial para as despesas de saúde e educação. São despesas muito importantes não só para o crescimento econômico como também para o bem-estar da população. Reconhecendo essa importância, reconhecendo essa prioridade e reconhecendo também o nível de despesas que já existe nesses dois setores em relação à renda per capita brasileira, o Governo propôs um tratamento especial para as despesas desses dois setores. Qual é esse tratamento especial? A manutenção do mesmo nível de gasto que foi feito em 2016 e sua correção todos os anos pela inflação. Portanto, não haverá redução de gastos nem para a educação nem para a saúde.

MURILO PORTUGAL FILHO (Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 37 - 37]

26.

Esta PEC vai ajudar sobremaneira os banqueiros, até porque a próxima Lei Orçamentária prevê 7,2% no aumento das despesas com políticas públicas e quase 70% no aumento com serviços da dívida

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 65 - 65]

27.

Sr. Presidente, o PR quer contribuir com o Brasil, com o País. O PR precisa retomar os empregos. Há quase 12 milhões de desempregados.

SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR (Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 13 - 13]

28.

Sr. Presidente, o PSD vota “não” por uma única razão: como nós vamos manter a economia como está, quando, em 2014, a receita cresceu menos 0,9%, e a despesa cresceu 6,5%

SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA (Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 14 - 14]

29.

é preciso retirar a matéria de pauta, porque a aprovação dessa PEC vai congelar os gastos em saúde e educação pelos próximos 20 anos

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 18 - 18]

30.

Estamos tirando o direito democrático que tem qualquer governo de decidir sobre sua política econômica, independentemente de PIB, de arrecadação, de variação da política econômica, de dados, de receita. Isso é uma vergonha

DEPUTADA JANDIRA FEGHALI (Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 32 - 32]

31.

A Deputada Jandira Feghali nos chamou bem a atenção: a PEC vai travar os investimentos, vai travar o desenvolvimento da infraestrutura, vai extinguir definitivamente o Minha Casa, Minha Vida e — é fácil prever — vai aumentar o desemprego e as desigualdades sociais e regionais do Brasil!

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 43 - 43]

32.

as regras que estão na proposta da LDO são inconstitucionais. Tinham que, primeiro, aprovar a PEC do golpe, para depois aprovarem uma LDO coerente com o congelamento aprovado na PEC. Mas já inverteram: a LDO já está em fase final de votação e está seguindo as regras da Constituição previstas nas mudanças feitas pela PEC do golpe.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 62 - 62]

33.

Hoje as contas públicas estão descontroladas. Nós estamos tratando aqui de controlar as contas do Governo. Não existe congelamento, nem eu votaria aqui se houvesse congelamento de despesas. Não existe corte em despesas da educação, muito menos corte em despesas da saúde. O que existe é o desejo de ter um Governo com limite de gastos estabelecido

DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ (Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 78 - 78]

34.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação. Por favor, pode abrir o painel. (Pausa.) Vamos proclamar o resultado: “sim”, 23; “não”, 7; “abstenção”, nenhuma. Total: 30. Aprovado

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 167 - 167]

35.

BOHN GASS

Texto: ...Presidente, nós vamos acompanhar o destaque do PDT, porque não há no mundo

qualquer iniciativa similar a este congelamento que a PEC 241/16, do Presidente Michel Temer

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Discursos em Plenário - 01.10.2016 a 15.02.2017 - PEC 241-2016; Posição: 40 - 40]

36.

só que nós do campo da esquerda precisamos entender que, para que as políticas públicas que nós defendemos continuem sendo implementadas, o Estado tem que voltar a ser eficiente. Temos que recuperar a capacidade de investimento do Estado.

DEPUTADO SILVIO COSTA (Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 248 Plenário CD)

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 248 Plenário CD; Posição: 65 - 65]

37.

SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, numa atitude inédita na história recente do Brasil, o Presidente da República reuniu previamente a base aliada, para apresentar as razões da proposta de emenda à Constituição que estamos apreciando agora.

O Presidente Michel Temer mostrou o respeito que tem pelo Poder Legislativo e pelos Parlamentares que, nas duas Casas do Congresso, formam a base de sustentação do Governo.

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD; Posição: 50 - 50]

38.

Essa PEC só servirá para essa finalidade. Nós não temos culpa se o desacerto da economia fez com que a Standard & Poor's, a Fitch e a Moody's rebaixassem a nota do Brasil. Rebaixaram, sim. E eles querem, logo depois disso, vir aqui com a PEC da Previdência tirar direitos do trabalhador, que vai precisar trabalhar 50 anos para se aposentar e ter mais de 65 anos de idade. Ora, se há 12 milhões de desempregados, como vai ter emprego para o trabalhador com 50 anos, 55 anos, 60 anos?

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD; Posição: 163 - 163]

39.

Não apoiamos a PEC 241 porque ela, ao contrário do que acaba de ser dito, retira recursos da saúde pública e da educação pública

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 251 Plenário CD; Posição: 21 - 21]

40.

O que me criticaram pelo Facebook disseram que não haveria nenhuma correção. Eu lhes disse: "A correção será feita de acordo com a inflação". Acusaram-me: "Você é mentiroso! Você é golpista!". É só isso o que eles sabiam dizer. Eu lhes disse o seguinte: "Agora, em 2016, o Orçamento da Saúde é 13,2% e,

em 2020, será de 15%. Vocês sabem o que a PEC faz? Remete para 15%, antecipando 4 anos. Ou seja, mais 10 bilhões de reais serão injetados na saúde”.

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 274 Plenário CD; Posição: 144 - 144]

41.

Eu vou votar a favor da PEC 241, mas acho que ela, sozinha, não resolve o problema. Acho que nós precisamos dar uma ajustada no lado fiscal. É preciso que nós façamos alguma coisa pelo lado fiscal

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 42 - 42]

42.

Agora, temos de trabalhar, sim, pelo ajuste fiscal. Sou parceira. Mas fazer isso só pendendo para um lado, não, Sr. Presidente. Eu sei o que isso vai custar para nós.

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 51 - 51]

43.

a questão da PEC 241. Nós entendemos que essa PEC é necessária e nós estamos dispostos a dar uma contribuição. Eu já fiz a segunda reunião no Conselho Militar de Defesa e, na última reunião, a pauta foi exatamente essa. Nós vamos ter que, de um lado, racionalizar, de um lado promover enxugamentos. Nós devemos inclusive trazer – eu defendo – a este Congresso Nacional os impactos decorrentes disso, porque há, e eles têm que ser assumidos. Mas nós entendemos que crise é momento de ousar. É momento de levantar a cabeça, é momento de ter ânimo, é momento de ter ousadia, e não se deixar paralisar por ela, e não ficar apenas simplesmente lamentando o que nós estamos vivendo. A nossa posição, o thrive que a gente procura dar, o rumo é este, exatamente: superação. É essa a hora de se superar, não de lamentar, mas de encontrar alternativas para algo que é globalmente importante para o Brasil, e nós vamos ter que conviver com isso. Temos capacidade, sim, de superar, porque a crise passa e o Brasil fica.

[Notas Taquigráficas\Com. de Relações Exteriores e Defesa Nacional - SF\Nota Taquigráfica CRE 24-11-2016; Posição: 24 - 24]

44.

E, de fato, trago uma grande preocupação. A senhora falou da Previdência e do salário mínimo. Se houve uma vitória do governo do Presidente Lula, foi a política de valorização do salário mínimo. Como é feita? Ela leva em conta a inflação e o PIB do ano anterior. Sabem o que aconteceu? O salário mínimo subiu, nos últimos dez anos, 70% acima da inflação. O que está na proposta do Temer, deste Governo provisório? Eles querem limitar todos os gastos primários à inflação. A consequência disso é que o benefício previdenciário vai ser menor que o salário mínimo. Veja bem, salário mínimo é o quê? Inflação mais o PIB. Quando a economia estiver crescendo, vai haver um descolamento. Hoje, 70% das pessoas que recebem da Previdência recebem um salário mínimo. Depois dessa PEC, elas vão receber menos que um salário mínimo. Esse é um fato. Estou falando porque estou estudando o assunto. É tão grave isso! Vejam bem, quais são os gastos que a gente tem, gastos primários? Saúde, educação, Previdência. Um outro gasto é o pagamento de juros, e há um resultado nominal. Eles deixam os juros soltos e colocam esse limite da inflação. Eu só quero trazer um dado para a senhora: (Soa a campanha.) O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – se existisse esse projeto há dez anos, o orçamento da

saúde, que no ano passado foi 102 bi, seria 65; na educação, que foi 103 bi, seria 31; na Previdência Social, sim, que, no ano passado, foi 541 bi, teria sido 340. Eu estou falando também sabe de quê? De benefício de prestação continuada. Os mais pobres, os idosos e as pessoas com deficiência que o recebem. Hoje há um teto e um piso, que é o salário mínimo. Passando esse projeto, Senadora Ana Amélia, a senhora vai ver, quando chegar a esta Casa, quando a gente for discutir, que vai ficar abaixo do salário mínimo.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 4-7-2016 Senado; Posição: 12 - 12]

45.

manda para o Congresso Nacional a chamada PEC 241, que visa conter os gastos sociais, limitar os gastos na área social, tendo como parâmetro a inflação do ano anterior. Essa é outra proposta mortal no que diz respeito ao direito à educação do povo brasileiro, ao direito à saúde, ao direito à cidadania.

Essa Proposta de Emenda à Constituição nº 241 não pode prosperar. Se prosperar, ela vai simplesmente pôr por terra toda a agenda do novo Plano Nacional de Educação. Isso é inaceitável, inconcebível. Por isso vamos ficar, permanentemente, no Parlamento, nas ruas, junto à sociedade, lutando para impedir que essas propostas sejam aprovadas, que elas prosperem. O caminho mais adequado para impedirmos que essas propostas prosperem, que elas caminhem, é trazer a democracia de volta, é derrotar o impeachment. Esse é o caminho politicamente mais correto, o que deve ser adotado.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 4-7-2016 Senado; Posição: 35 - 35]

46.

a pauta bomba do Governo interino Michel Temer. O que é a pauta bomba? É PEC 241 para tirar dinheiro do orçamento destinado às áreas sociais

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 12-7-2016 Senado; Posição: 16 - 16]

47.

votar a PEC 241, porque esta, sim, destrói o Estado brasileiro; esta acaba com a possibilidade de o servidor público melhorar a remuneração

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 12-7-2016 Senado; Posição: 16 - 16]

48.

Governo que, infelizmente, apresenta para o Brasil propostas como a PEC 241, que vem no sentido de congelar gastos, de reduzir recursos. Aí, fica impossível avançar no direito à educação com propostas dessa natureza

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 12-7-2016 Senado; Posição: 26 - 26]

49.

No dia 16 de agosto, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado debateu o assunto. Meirelles mandou dois funcionários de segundo escalão para defender a proposta. Confrontados pelos professores convidados a fazerem uma análise séria do assunto, exibiram a grande fragilidade da PEC nº 241 e da visão econômica do chefe.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 18-08-2016 Senado; Posição: 2 - 2]

50.

a aprovação da PEC 241 tornará qualquer governo insustentável, inviável. Ela transformará o convívio em sociedade no Brasil em um inferno, em razão da depressão econômica, da deterioração dos serviços públicos e da qualidade de vida.

ROBERTO REQUIÃO

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 18-08-2016 Senado; Posição: 4 - 4]

51.

, eu queria, inicialmente, saudar o Senador Roberto Requião pelo pronunciamento tão denso, com tantas informações e com um posicionamento tão absolutamente claro sobre o que todos nós pensamos a respeito dessa Proposta de Emenda Constitucional nº 241 e os sérios prejuízos que pode causar ao nosso País caso venha a ser aprovada

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 18-08-2016 Senado; Posição: 6 - 6]

52.

nós já achávamos draconiano o ajuste fiscal de Levy, mas ele é "fichinha" comparado ao que propõe essa Proposta de Emenda à Constituição nº 241

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 25-10-2016 Senado; Posição: 27 - 27]

53.

O nível da redução de recursos em saúde e educação é violento. Para o senhor ter uma ideia, se essa PEC existisse dez anos atrás, o investimento em educação, que foi de 103 bilhões, teria sido de 31 bilhões; na saúde, que foi de 102 bilhões, teria sido de 65 bilhões. Então, é um crime o que estão fazendo aqui com essa PEC, e, a meu ver, a economia brasileira não vai conseguir se recuperar, porque, num momento de recessão como este, em que as famílias estão endividadadas, não gastam, em que as empresas não gastam, nós só teríamos uma saída neste momento, que seria, ao contrário do que fala o Governo, aumentar o gasto em investimento público, em gasto social, para recuperarmos o crescimento.

Lindbergh Farias (Nota Taquigráfica Plenário 25-10-2016 Senado, P. 28)

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 25-10-2016 Senado; Posição: 28 - 28]

54.

No dia de ontem, foi votada a PEC 241. Eu tenho falado aqui que essa PEC 241, para mim, é o desmonte do Estado social brasileiro, é o desmonte do Estado de bem-estar social

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 26-10-2016 Senado; Posição: 2 - 2]

55.

enganam-se os que pensam que nós somos contrários à PEC 241 porque nós não reconhecemos que é necessário, sim, o controle e a eficiência do gasto público, como se nós não reconhecêssemos que é necessário organizar e reorganizar a economia. Nós temos clareza disso. Nós não concordamos com a regra que está sendo apresentada, a regra Temer-Meirelles, que é a regra de congelar, pelos próximos 20 anos, reduzir drasticamente, os investimentos nas áreas sociais, anulando inclusive, por igual período, a vinculação constitucional, ou seja, a garantia de recursos mínimos para as áreas da educação e da saúde.

FÁTIMA BEZERRA (Nota Taquigráfica Plenário 26-10-2016 Senado - Discurso Fátima Bezerra)

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 26-10-2016 Senado; Posição: 6 - 6]

56.

O povo brasileiro ainda não percebeu, mas aos poucos vai perceber que é vítima, é vítima da política inescrupulosa, da mentira, do engodo, dos números falsos que eu não aceitei conduzir à frente da Comissão de Orçamento quando fui eleita Presidente. Eu disse: quero um orçamento verdadeiro e transparente. Armaram uma arapuca. "A gente dá um déficit para ela e pergunta o que ela vai fazer." Infelizmente, o déficit que foi colocado nem era o verdadeiro. E fomos atrás dele. Trancamos o Ministro Levy junto conosco na Comissão e pedimos: queremos papéis, os números verdadeiros. E eles apareceram. A partir daí, ninguém consegue mais sentar em uma Comissão de Orçamento para tentar emplacar medidas ou colocar mais uma emenda, mais uma função programática vazia, oca, por detrás, sem o orçamento. Se você quer fazer alguma obra, tem de dizer de onde você vai tirar aquele recurso. Se você quer construir um hospital, diga-me de onde o dinheiro vai sair, porque dinheiro não há.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 26-10-2016 Senado; Posição: 9 - 9]

57.

Ontem, eu fui entrevistada numa emissora de rádio de Farroupilha, a Rádio Espaço, pelo Rogério Portolan, que é um repórter muito atento, e ele me informou que os alunos de um instituto federal de educação não haviam entrado, não haviam invadido a instituição, não houve ocupação, mas saíram de lá e foram à Câmara de Vereadores para pedir o apoio dos Vereadores, do Presidente da Câmara de Vereadores para aquilo que eles não querem, certamente informados por alguns líderes que têm mais um vezo político e ideológico do que propriamente técnico sobre a PEC 241. A PEC 241 não vai tirar o futuro de ninguém. Mas se não for aprovada, sim, não terá futuro a próxima geração. Então, eu queria elogiar esses alunos que foram à Câmara de Vereadores. Sabe por quê, Senadora? Porque assim se evitou aquela tragédia que aconteceu lá em Curitiba, com a morte de um estudante. Não é isso que nós queremos. Esses alunos do Instituto Federal Farroupilha deram uma demonstração clara de compromisso com a democracia, com a verdadeira democracia

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 26-10-2016 Senado; Posição: 15 - 15]

58.

Ela não é salvação do País, afinal, não focaliza a questão essencial, que é da dívida pública – o calcanhar de aquiles do Governo, o problema maior. Se o Governo não encontrar uma alternativa para uma administração mais competente da dívida pública brasileira, certamente não terá alternativas para a solução dos demais problemas. Mas exagero mesmo há do outro lado, especialmente os petistas, que governaram este País nos últimos anos e celebraram um pacto com a corrupção e com a incompetência, promovendo o maior rombo nas contas

públicas da nossa História; não possuem autoridade política e moral para afirmarem que essa proposta do Governo Temer reduzirá recursos para a saúde e educação em especial. Há um exagero nessa afirmação, ou não há honestidade. É uma falácia dizer que teremos redução de recursos em qualquer área, especialmente no setor de educação e de saúde. Pedi para que minha assessoria fizesse as contas e buscasse, nos últimos anos, de 2013 até junho de 2016, os números do Orçamento, a proposta orçamentária, os valores autorizados nos orçamentos para a saúde e para a educação. E pedi que se fizesse o cálculo da inflação do período para verificar se o Governo repassou recursos de forma a corresponder com o índice inflacionário do período – se repassou mais do que a inflação ou menos do que a inflação. E esses números são fatais e indelével: o Governo repassou menos do que a inflação.

Portanto, se esta PEC já existisse, vigorasse e fosse respeitada, a saúde pública, de 2013 a 2016, metade de 2016, teria R \$10 bilhões a mais do que teve. Portanto, como afirmar que essa PEC vai reduzir os recursos da saúde? Eu não sei como não possuem nem mesmo o constrangimento de fazer uma afirmativa como esta, já que repassaram valores insignificantes diante da grandeza do serviço de saúde pública necessário ao povo brasileiro.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 26-10-2016 Senado; Posição: 15 - 15]

59.

nós, desta tribuna, falamos o tempo todo: "Tem que equilibrar as contas". Nós estamos aqui agora com o Senador Deca, um grande empresário, bem-sucedido, e contas têm que ser equilibradas, receita e despesa. Lamentavelmente, só sabiam gastar

Ataídes Oliveira (Nota Taquigráfica Plenário 26-10-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 26-10-2016 Senado; Posição: 18 - 18]

60.

É essa técnica de carimbar, carimbar e carimbar: "A PEC da morte". É a PEC do futuro, é a PEC da salvação, é a PEC da vida. E dizem: "Não, essa PEC vai prejudicar a saúde e a educação.", exatamente os dois setores abordados lá em 1988 pela Constituição que não foi assinada pelo partido que deixou o poder. A PEC de 1988 deu exatamente à educação e à saúde um tratamento diferenciado, em que não se poderia mexer. Está na Constituição. O governo passado respeitou o que dizia a Constituição... (Soa a campainha.) A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... em relação à necessidade de aporte de recursos orçamentários em educação e saúde? Respeitou? Para ter moral agora para criticar a 241? Não, não respeitou. Não queria nem a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi uma primeira arrumação das contas. Se as contas públicas de Estados e Municípios hoje já estão desta forma, imaginem sem a Lei de Responsabilidade Fiscal! Imaginem! Então, Senador Medeiros, é bom refrescarmos a memória da oposição, que sobe à tribuna, dia sim, dia também, para repetir aquele mantra: "É a PEC que é contra a educação, é contra..."

Os meninos não sabem do que trata a medida provisória. Discutir mais um assunto que há 20 anos está aqui andando no Senado Federal ou na Câmara Federal? E a PEC do limite do gasto? É como disse o Ministro Roberto Barroso no despacho, negando a petição das oposições, PT, PCdoB, PSOL, e dizendo que ajuste fiscal, responsabilidade fiscal não tem ideologia. É uma questão matemática: não dá para gastar mais do que você recebe. Simples assim. Qualquer dona de casa cuja família receba dois salários mínimos sabe fazer essa conta. É não gastar mais do que recebe. É isso simplesmente o que diz a PEC do limite de gastos, que quer salvar o País de um desastre a que nós chegamos neste momento, com 12 milhões de desempregados, porque se desorganizou.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 7-11-2016 Senado; Posição: 21 - 21]

61.

Então, a PEC dos gastos vai nos obrigar a dizer qual é a prioridade, com o que vamos gastar. Vamos gastar com estrada ou escola? Vamos gastar em saúde ou em aeroporto? Vamos gastar em publicidade ou em assistência social? Quanto é possível gastar em cada um? Sabendo que não é possível, que não será mais possível por um bom tempo, ultrapassar aquilo que a sociedade entrega ao Governo sob a forma de arrecadação de impostos.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 17-11-2016 Senado; Posição: 22 - 22]

62.

Lamentavelmente, ninguém vai votar isso aqui com alegria. Eu tenho certeza disso. Mas nós chegamos num limite tal... O caos econômico deixado foi de tal tamanho que não temos o que fazer, a não ser estancar essa "hemorragia", entre aspas, porque senão nós não vamos conseguir fazer o País voltar a ter credibilidade, novos investimentos, gerando emprego e renda, que é o que faz a economia girar numa espiral

Waldemir Moka (Nota Taquigráfica Plenário 17-11-2016 Senado, P. 23)

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 17-11-2016 Senado; Posição: 23 - 23]

63.

a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016, que institui um Novo Regime Fiscal no Brasil, terá reflexos importantes no curto e no longo prazo. No curto prazo acredito que a matéria venha a contribuir para promover a necessária recuperação da economia. No longo prazo, por sua vez, as principais contribuições serão aprimorar o processo de elaboração do orçamento e racionalizar a gestão pública no País.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 17-11-2016 Senado; Posição: 36 - 36]

64.

o objetivo da PEC 55 é o de recuperar a confiança na economia, promovendo, pela primeira vez no Brasil, um ajuste fiscal pelo lado da despesa, com o objetivo de criar as condições para uma retomada do crescimento em bases sólidas. A elevada carga tributária no Brasil, bem acima da registrada em outras economias emergentes, impede que se realize um ajuste pelo lado da receita, já foi colocado isso aqui. De acordo com a Receita Federal, a carga tributária no Brasil, em 2015, foi da ordem de 33% do PIB.

LÚCIA VÂNIA (Nota Taquigráfica Plenário 17-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 17-11-2016 Senado; Posição: 36 - 36]

65.

Essa PEC – é bom que se saiba – não é uma PEC perfeita. Essa PEC, para que o Brasil possa ficar em regime – vamos dizer assim – de tranquilidade econômica, tem que ser acompanhada de outras reformas, porque essa PEC simplesmente diz: nós não vamos gastar mais do que arrecadamos. Daí, nós precisamos fazer reformas como a tributária, reformas urgentes, para gerar emprego, para que a economia volte a crescer. Essa PEC não influi nisso, ela simplesmente dá um estado de confiança, mas são necessárias outras reformas no Pacto Federativo, na questão dos entes federativos.

JOSÉ MEDEIROS (Nota Taquigráfica Plenário 28-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 28-11-2016 Senado; Posição: 28 - 28]

66.

O caminho a ser seguido não é atropelar o Plano Nacional de Educação, como estão fazendo. O caminho a ser seguido é respeitar o Plano Nacional de Educação; é realizar as metas do Plano Nacional de Educação, da Base Nacional Curricular Comum; é criar o sistema nacional articulado da educação; é implementar o novo piso salarial do novo Plano Nacional de Educação; é respeitar o financiamento que está previsto no Plano Nacional de Educação, e não ser nem só omissivo, mas ser aliado do Governo do qual faz parte, defendendo a PEC 55, que significará um brutal retrocesso para a educação, em especial pelo fato de a PEC 55, além de congelar os gastos nas áreas sociais por igual período, acabar com a vinculação constitucional que garante pisos mínimos para a área da educação

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 28-11-2016 Senado; Posição: 44 - 44]

67.

Aqui no Congresso, onde tem maioria, corre, inclusive, hoje, para aprovar a PEC 55 – proposta de emenda à Constituição que pretende restringir gastos públicos, especialmente na educação, na assistência social e na saúde. Trata-se de uma proposta totalmente rejeitada por amplos setores da sociedade. E eu quero aqui enfatizar as palavras do Senador Paulo Paim, que também colocou números preocupantes, que mostram a rejeição da sociedade brasileira, o número de pessoas que é desfavorável à aprovação dessa PEC 55, que vai congelar os gastos públicos por 20 anos.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 29-11-2016 Senado; Posição: 6 - 6]

68.

Vamos ter, Senador Cristovam, um orçamento muito maior do que nós já tivemos, na educação. Na saúde... Eu posso garantir a toda a população brasileira que o que nós teremos para a saúde no ano que vem é exatamente o que, no governo do PT, nós teríamos em 2020. Nós antecipamos e nós vamos priorizar todas essas áreas que devem ser priorizadas. Outro assunto, Senador Cristovam, V. Ex^a que é profundo conhecedor da matéria: a PEC não atinge nem Fundeb, nem salário-educação, nem Prouni e muito menos Fies. Isso aqui não será, hora alguma, atingido pela emenda constitucional que nós estamos votando na data de hoje

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 29-11-2016 Senado; Posição: 49 - 49]

69.

Eu tenho uma compreensão, Senador Paim, de que essa PEC tem duas características essenciais. A primeira, é uma PEC antidemocrática, é uma PEC que constitucionaliza uma regra fiscal, coisa que não se vê em nenhuma parte do mundo. Quando nós botamos 13% nas disposições transitórias de teto dos juros no Brasil, foi considerada uma aberração constitucional por parte dos economistas liberais. Agora, coloca-se dentro da Constituição uma regra fiscal imensa, uma regra fiscal que, na verdade, acorrenta a economia brasileira, e os liberais vêm aqui aplaudir a regra, o regramento fiscal dentro da Constituição.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 29-11-2016 Senado; Posição: 63 - 63]

70.

Nós temos o direito, sim, de fazer escolhas para tirar o País da crise econômica, mas existem outras escolhas. O que não é justo é que sejam exclusivamente os mais pobres que vão pagar essa conta.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 29-11-2016 Senado; Posição: 68 - 68]

71.

Essa é a PEC do óbvio e da verdade. A verdade de quem está de um lado e quem não está, lutando por mais recursos. Ela não proíbe mais dinheiro para a educação; ela exige que nós lutemos por mais dinheiro para a educação, tirando de algum lugar. E dinheiro palpável, não dinheiro inflacionado. E isso é bom. Não me entusiasma, como há muito tempo nada me entusiasma aqui, na hora do voto, porque é o voto para não perder, e não o voto para ganhar, por um Brasil novo

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 29-11-2016 Senado; Posição: 69 - 69]

72.

Então, é preciso reconhecer que essas políticas são políticas de Estado, e não políticas de Governo. Elas não pertencem ao governo Lula, ao Governo Temer ou ao governo Fernando Henrique. Elas não caracterizam privilégios, mas direitos; são irreversíveis, por serem condições necessárias para a paz social. É um dever e uma obrigação do Estado proteger os que estão em situação de risco.

Este pacto social está posto, e a PEC 55 não representa um novo acordo e não pretende, nem poderia pretender reverter as políticas sociais inscritas na própria Constituição de 1988. É preciso que isso fique bem claro, porque desta tribuna já se afirmou tanta coisa que deixa a população perplexa. Portanto, essas políticas estão aí garantidas na Constituição, e a PEC 55 não tem a pretensão de substituí-las ou de minimizar os seus efeitos.

A PEC 55 propõe uma nova modalidade de compromisso, um compromisso que ultrapasse este Governo. Um dos pontos mais salientes dessa PEC é o processo gradativo em um horizonte de longo prazo de 20 anos. Isto posto, porque um ajuste feito de forma brusca penalizaria enormemente a população. Portanto, é um ajuste gradual

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 29-11-2016 Senado; Posição: 70 - 70]

73.

a PEC 55, que limita os gastos, é apenas uma luz no fim do túnel

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 29-11-2016 Senado; Posição: 72 - 72]

74.

Nós vamos fazer a aprovação aqui de uma emenda à Constituição que define um horizonte para 20 anos, mas não é verdade que é um processo imutável para 20 anos. As pessoas que estão dizendo isso estão faltando com a verdade. A PEC diz que, com dez anos, se revê a forma de gasto. Quero dizer que, desses dez anos, em três não haverá superávit primário, praticamente – serão dois anos de déficit e um ano de empate. Quando completar o décimo ano, poderá haver revisão pelo Congresso. E mais do que isso: depois do décimo ano, a cada posse de Presidente eleito, o Presidente poderá rever o padrão de poupança para pagar as contas do Governo, pagar a dívida pública, que cresce. A dívida pública – eu pergunto aqui – é dívida de quem? É dívida do Governo? O dinheiro é do Governo? Não há receita do

Governo – Margaret Thatcher já disse isso. A receita é tirada do povo. O dinheiro que o Governo maneja é retirado do bolso do cidadão, do empresário, do trabalhador, dos jovens

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 29-11-2016 Senado; Posição: 76 - 76]

75.

Disseram aqui que nós teríamos um sacrifício, no que toca aos recursos da educação. E eu queria encerrar, dizendo: o atual piso constitucional para educação de R\$45,5 bilhões subirá para R\$51,5 bilhões, em 2017. No entanto, adotando-se os critérios da PEC, esse valor poderá chegar a R\$72,2 bilhões

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 29-11-2016 Senado; Posição: 77 - 77]

76.

A partir do momento em que tivermos essa proposta aprovada, o Brasil inteiro vai entender melhor o que é Orçamento público, como devemos proceder na arrecadação e o que devemos pagar com o recurso público disponibilizado graças a essa arrecadação. Aí, sim, teremos um País novo e um País melhor não só no Governo Temer, mas também nos seguintes.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 29-11-2016 Senado; Posição: 82 - 82]

77.

vamos votar a PEC 55 com convicção. As minhas convicções estão postas. Há um cidadão doente que precisa de cuidados, um cidadão que não precisa tomar Uvilon, um remédio para verme que mãe dava para mim quando eu era pequeno. É um remédio docinho. Dava um punhado de açúcar primeiro, para mexer com os vermes, e depois dava Uvilon para beber. Era um remédio docinho, para dar para menino. Há um senhor doente que tem que tomar boldo, remédio amargo. Sabe quem o adoeceu, Brasil? Esse governo que ficou aí por 13 anos. Hoje, eles são a oposição, que sabe de tudo; os democráticos, que comandam um Brasil revoltado

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 29-11-2016 Senado; Posição: 85 - 85]

78.

– "A educação vai piorar". A nossa educação é precária.

Pelo menos, hoje, quando vejo aqui pessoas como o Senador Cristovam, o Senador Reguffe, que eu tenho aqui como referência nesta Casa, de posições firmes, posições corretas, posicionando-se a favor desta PEC...

Não é que nós sejamos a favor dessa PEC, mas é porque é a única condição que temos para tentar sair da situação em que nós nos encontramos.

SÉRGIO PETECÃO (Nota Taquigráfica Plenário 29-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 29-11-2016 Senado; Posição: 90 - 90]

79.

no caso da saúde, a PEC antecipa para 2017 a incidência do percentual de 15% da Receita Corrente Líquida prevista na Emenda Constitucional nº 86, o que só seria realizado em 2020. Por conseguinte, a despesa com a saúde nunca será inferior aos 15% definidos em 2017, mas terá seu crescimento medido pela inflação. Além disso, nada impede que o Governo gaste

além desse mínimo ou até mesmo mais do que a inflação, mas, para isso, terá de cortar de outro lugar, pois não existe mágica. Não existe mais espaço para soluções contábeis criativas. Já para a educação, a regra constitucional para o mínimo de 18% da Receita Corrente Líquida de transferência a Estados e Municípios a ser investido pela União continua a mesma, continua vigente. A partir de 2018, tal qual a saúde, o mínimo para educação será calculado pelo valor mínimo do ano anterior corrigido pela inflação. Ou seja, a tendência será o aumento do investimento nominal em educação e nunca a sua redução.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 13-12-2016 Senado; Posição: 22 - 22]

80.

eu achava muito improvável que a provassem o teto de gastos. Eu só não tava tão pessimista porque eu tinha tido a experiência da lei de responsabilidade fiscal lá em 2000 e eu lembro perfeitamente que eu acreditava piamente que a lei não seria aprovada que era impossível congresso aprovado.

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 12 - 12]

81.

uma regra do teto, ela é mais simples é com limite, eu só te dar inflação a partir de hoje por um tempo isso e essa simplicidade você acha que ajudou tanto em termos da população ali da sociedade entender quantos políticos né exatamente a regra simples.

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 118 - 118]

82.

10:19 - 11:19 - Eu acho que o governo Temer tinha uma base boa logo que ele entrou, né? Até porque foi um movimento do Congresso para colocar ele lá. É lógico que a oposição que era o PT e tudo. Ele nunca foi a favor do teto, ele sempre achou que nem nem nas metas superávit, eles sempre foi contra qualquer tipo de restrição que pudesse tirar a capacidade de gasto do governo, principalmente na área social. Houve bastante restrição para saber o que que ia gastar com saúde com educação para tentar manter esse o volume, né de gastos sem comprometer o que já tinha sido ganho com o mínimo né saúde mesmo constitucional do MDF, mas é não. Ele acha que eles viam como uma necessidade porque o período.

11:19 - 12:19 - Anterior tinha sido um período aonde ele sabiam que não tinham. Se eu votar dotações no orçamento, não queria dizer nada porque você a capacidade de realmente de pagar tava comprometida. Então você tinha às vezes discricionários quase duas vezes o valor do que de autorizações mais os restos a pagar todos que estavam e também bastante alto e o que ia ser pago, dependia aí de uma negociação política. Então eu acho que eles viram o teto de gastos como uma possibilidade de voltar a ter capacidade de solicitar recursos e de ter acesso ao dinheiro, né? Porque o que mais importante é eu pago, né? Não é nem você incluir ali um autorizado. Então acho que a gente ficou bastante Claro porque se você olhar os gráficos do crescimento do que que a diferença entre o autorizado e o pago tava muito alto.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 26 - 27]

83.

Sim, em relação ao pessoal que quer gastar... desenvolvimentista... a gente precisa gastar para manter a atividade econômica funcionando... Então, aqueles que eram dessa linha também viam no teto uma restrição à capacidade do governo de investir no longo prazo. Então acho que isso também tinha um pouco, mas não tão forte quanto a área de educação e saúde.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 62 - 62]

84.

com o próprio judiciário... é muito preocupado se ele ia ficar sem espaço, né? Para para ser ficar apertado, né? Vamos ver o que que vai acontecer comigo. É porque ele não tinha domínio ali ia ficar reboque do executivo... tanto é que os cinco primeiros anos vão ser cinco ou três, né de ajuste e sim você pode aí passar um pouquinho porque já esqueci do Judiciário foi foi uma ação importante deles no sentido de ter receio. Eu tô vendo aqui com várias coisas para gastar, então tá então nesse período a gente assume aí o seu o seu Extra até que você se organize.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 71 - 71]

85.

Que eu acho que até um certo consenso nisso tem que olhar tem que ter um limite.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 52 - 52]

86.

Que a oposição teve essa percepção é mais pelo lado da saúde, educação, olha e tem outra crítica bastante que você fez o seguinte a população aumenta.

29:46 - 29:47 - Ela não aumenta.

29:49 - 30:01 - 400 mas aumenta um dois por cento, então você não poderia deduzir ou corrigir apenas pelo IPCA com saúde e educação sua pena de você.

30:03 - 30:22 - Ter uma atingir aquele princípio de não redução dos gastos sociais e retroatividade dos princípio da retroatividade social é uma coisa assim de não não redução de não.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 113 - 116]

87.

Eu me lembro bem do momento assim, só que não anotei tenho assim as datas, né? Mas assim até a gente comentou foi comentado lá com o Perondi que a percepção era que qualquer coisa passaria tava tinha muito apoio eu digo olha, aproveita porque não é sempre que isso acontece. A gente percebe que tem alguns momentos em outros momentos no legislativo que você tem essa condição, olha. Aproveita e coloca tudo.

37:22 - 37:32 - Coloca aí na PEC, porque o momento politicamente é bom, né? Depois passou esse momento e na Previdência.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 145 - 146]

88.

Só que eu acho que não há consenso para isso, acho que nem o centrão quer um estado mínimo e muito menos a oposição mas o centrão e eu acho que também a posição querem uma dívida pública sustentável, então novos ajustes terão que ser feitos na regra do teto.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 234 - 234]

89.

E aí partimos para o desenho, né do da proposta e uma condição importante inicial da discussão era a constatação de que a gente não tinha a necessidade de fazer um ajuste abrupto. Todo ajuste fiscal que vinha se tentando no Brasil nas últimas décadas era o tipo pacote de ajuste fiscal um monte de aumento de imposto um monte de corte de despesa e daqui para frente tá ajustado a gente percebeu que aquilo ali não seria possível porque um efetivo ajuste das contas requeria várias reformas como reforma da Previdência reforma dos recursos humanos a chamada reforma administrativa reforma das políticas sociais, o que tomaria tempo então a gente partiu por um enfoque de longo prazo com teto de 20 anos que era o período que

a gente imaginava que você poderia ir coordenando as decisões limitando aquelas pressões de gastos adicionais e ao mesmo tempo fazendo reformas que permitisse um controle estrutural da despesa

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 8 - 8]

90.

De modo que foi possível ter essa Coesão e algumas coisas que parecem simples e boba mas que fazem muita diferença no dia a dia como por exemplo dar protagonismo aos parlamentares então o relator da matéria recebeu carta branca para falar e buscar e fazer negociação e associar a imagem dele com a imagem da PEC

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 23 - 23]

91.

E o teto de gastos ele tem uma outra característica também que facilitou a tramitação que ele não impunha perdas imediatas para ninguém a não ser para os poderes específicos e claramente não tem um teto, né?

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 25 - 25]

92.

por outro lado na primeira versão já vinham várias mudanças.

20:31 - 21:02 - De reformas fiscais efetivas, né? Tinha lá uma proposta de extinção do abono salarial tinha se eu não me engano reforma do seguro-desemprego reforma do benefício de prestação continuada uma série de coisas que a área política do governo vetou falou a gente não consegue entregar o pacote inteiro, vamos fazer o pacote de colocar o limite, depois a gente tenta viabilizar essa reformas.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 37 - 38]

93.

nós temos de controlar o crescimento da despesa e não crescimento da receita mesmo porque já havia uma resistência muito grande no Congresso em qualquer aumento de receita, principalmente depois de 2008 que foi feita aquelas desonerações algumas bastante complicadas e de resultado bastante pernicioso até hoje bem esse foi o plano de fundo. Então o Marcos, ele bolou essa regra.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 32 - 32]

94.

havia uma percepção e no final daquele governo eh com o final do governo Dilma que precisava ser feito algumas coisas não era muito claro pra efeito, vamos dizer assim tanto congresso como de população de uma forma geral, o que deveria ser feito, agora tava claro os desequilíbrios que estavam acontecendo

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 50 - 50]

95.

E aí a gente para negociar a gente deu uma não tinha uma escadinha lá.

- - A gente deu uma escadinha a mais deu lá um trocozinho para saúde. E aí a gente conseguiu passar então foi isso que a gente fez.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 141 - 142]

96.

Só que eu acho que dentro da própria fazenda começou a se entender no Escalão um pouco mais alto. E aí você deve ter falado com Marcos. Não sei se não sei se vai falar exatamente dessa forma, mas ele fala muito que é assim que percebeu o seguinte, olha essa visão tecnicista do do pessoal mais do Tesouro etc que é uma visão de que tem que fazer o esforço fiscal muito fortemente, ela não vai conseguir passar politicamente. Então porque vai ter que ter um esforço tão grande no governo muito curto.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 11 - 11]

97.

que eu vejo aqui teve sua solução que a meu ver se você for olhar do ponto de vista histórico é uma solução brilhante, não é perfeita, mas tinha uma lógica que era o seguinte, vamos trocar um ajuste de curtíssimo prazo para Promessa de ajuste de médio e longo prazo.

05:11 - 06:08 - Porque porque eu acalmo o mercado, porque eu tenho uma regra que é longa, eu não consigo fazer aquela justa que eu deveria fazer como era o caso, como foi feito durante o governo Fernando Henrique como foi feito o começo do governo Lula... um ajuste muito drástico muito curto eu não consigo que naquela época tinha receita muito abundante e as despesas ainda tavam com espaço menor então era possível fazer um ajuste muito draconiano. Mas no não dá mais não tem mais pessoas obrigatória, tá muito alto a trajetória dessa questão muito alta. Então eu preciso dessa trocar uma coisa de curto prazo por uma coisa de médio prazo.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 16 - 17]

98.

congresso entendeu... Não beleza. Eu tô empurrando o problema para frente lá frente eu vejo o que que tá acontecendo e eu resolvo uma coisa de curto prazo... eu não vou precisar fazer uma

10:22 - 10:28 - aprovar um orçamento com corte de 100 bilhões de reais.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 21 - 22]

99.

Você deixou ter os bárbaros na porta e a própria classe política exigia alguma, sabe, alguma solução. O que aconteceu? O que aconteceu: o NRF foi a solução estruturada.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 40 - 40]

100.

Porque na verdade é se você for analisar aqui uma coisa, né? Assim não é meu papel de cientista político, mas eu não sou científico, mas assim o desde o Sarney que o Brasil não tinha um político legislativo dentro do executivo, FHC era senador mas ele era um outra espécie ele, não Era exatamente o político normal... o Lula muito menos, o Lula foi deputado, mas assim... não é, ele era o Lula... não era uma pessoa do congresso, nunca foi. Dilma muito menos então.

50:52 - 51:35 - O Temer foi presidente da Câmara, parlamentar de longa data presidente de partido era era um dos seus né? O normal do perfil do Temer é um cara para ser vice para ser ministro da casa civil, o ministro de governo, né? Não é normalmente não é o material de presidente que é outro tipo de material, né? Então era um cara que seria primeiro ministro no caso, né? Era como como Ulisses Guimarães seria primeiro ministro é um cara que é deputado, mas que consegue relacionar e isso ajudou eu acho.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 114 - 115]

101.

Votei a favor porque era a emergência, aquilo que o momento requisitava.

[Entrevistas\Entrevista de Esperidião Amin; Posição: 26 - 26]

102.

essa regra foi adotada o contexto foi esse, eu acho que houve um grande apoio não porque o congresso ativamente teria ficado mais fiscalmente responsável. Mas por que a ideia de um teto que só seria binding depois de três ou quatro anos era relativamente fácil de ser comprada... quer dizer ninguém estava ali se comprometendo com ajuste para o dia seguinte era um ajuste, que dado como o Mansueto Almeida fez na época de jogar despesa de 2016 para cima e elevar a base e permitir que você tivesse um certo tempo para que o teto exercesse de fato fosse binding de exercer seu o seu papel que foi o que aconteceu.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 16 - 16]

103.

ali teve um componente da conjuntura que também levou os agentes políticos seja do executivo do Legislativo a pensarem o seguinte. Olha nós vamos precisar dar uma resposta porque 2015 e 16 a economia caiu quase 7% numa acumulado foi o pior biênio da série histórica desde 1901 quando o IBGE

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 53 - 53]

104.

é curioso que hoje alguns players da oposição da época, já mudaram de ideia. Quer dizer são favoráveis alguma regra de gasto eu cito por exemplo a PEC proposta acho que 36 de 2020 ou 21 do senador Rogério Carvalho propõe uma regra de gasto, só que ela tem algumas flexibilidades etc. Então eu acho que houve um avanço no sentido de ser consensual que uma regra para limitar o gasto é necessário.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 70 - 70]

105.

Ali era um governo Fortíssimo, né? Porque era impopular mas tinha uma articulação com o congresso que era de fato excepcional.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 81 - 81]

106.

Para impedir não porque eu acho que o teto dos gastos ele tem o atrativo da simplicidade que você diz assim e de uma neutralidade, olha eu vou eu vou eu vou manter a posição real, não vou reduzir a posição em termos reais de ninguém. Vamos manter.

18:34 - 18:36 - estabilizar a posição real das pessoas

18:38 - 18:38 - e

18:41 - 18:50 - então acho que com base e ali havia uma situação de percepção de que a gente tinha uma crise fiscal.

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 95 - 98]

107.

Então eu acho que a ideia de que era uma coisa simples.

20:11 - 20:30 - que não ia prejudicar ninguém viabilizou e aí tem que ver a competência do temer, né de as da articulação política do temer, aliás, eu acho que o governo temer se você olhar por esse lado ele

20:31 - 20:50 - Fez teve vitórias incríveis

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 105 - 107]

108.

Que tinha a maioria e havia então aí foi a solução do problema e sem precisar fazer um enorme corte de gastos... demitir funcionário público que os economistas é o seguinte repetir Metade dos Funcionários Públicos deixar que todo várias agências do governo, ele tem que cortar na carne e a vantagem da proposta do teto de gastos é que ele que ele dizia ela projetava um ajuste gradual, né? Então se você mantiver os gastos estáveis em termos reais.

21:47 - 21:52 - com PIB crescendo você vai reduzir a relação dos gastos sobre o PIB.

21:53 - 22:02 - E com isso, você vai eventualmente daqui uns alguns anos gerar novamente superávits fiscais e com isso vai reduzir o endividamento público.

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 110 - 112]

109.

uma proposta transformadora revolucionário mexeu.

36:12 - 36:23 - Os privilégios mexeu com os donos do orçamento dos Ministérios os proprietários orçamento dos Ministérios.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 170 - 171]

110.

49:12 - 49:13 - o deputado

49:16 - 49:17 - Tem vantagem?

49:19 - 49:24 - O orçamento seria verdadeiro e real.

49:26 - 49:27 - Não seria fantasioso.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 212 - 215]

111.

A PEC nº 241/2016 e que depois se tornou a EC 95/2016 supostamente buscou resolver ou enfrentar a crise fiscal e econômica no âmbito da União em 20 anos, a partir de 2016. Ou seja, houve o estabelecimento de um limite para as despesas do governo em todas as suas áreas, menos no que tange aos juros da dívida pública.

Por isso, no fundo, a EC 95 – Novo Regime Fiscal, na prática manteve o pagamento dos juros da dívida, mas deixou de investir em educação, saúde, assistência social, geração de emprego e renda e etc. Em outras palavras tira dos pobres e dá aos ricos.

[Entrevistas\Entrevista de Vanessa Grazziotin; Posição: 2 - 3]

112.

E você sabe que quando nós mandamos a emenda constitucional, para você ter ideia, ela foi aprovada às 4 horas da manhã de um feriado. Porque é que eu ressalto esse aspecto né? Porque eu fui parlamentar durante seis mandatos, né? E eu sei que quando você tem um feriado pela frente com um ou dois dias antes, todo mundo vai legitimamente para suas bases eleitorais.

Pois o pessoal ficou lá para votar, porque havia oposição eh naturalmente e votou com a maioria significativa. Necessários eram 308 votos e foram 366 votos que aprovaram na Câmara e depois sequencialmente no Senado com maioria também suficiente para aprovar o teto de gastos públicos.

[Entrevistas\Entrevista de Michel Temer; Posição: 6 - 6]

113.

se assim não fizer em quatro anos poderá haverá um colapso fiscal como já está

acontecendo lá no rio de janeiro

[Youtube\Câmara dos Deputados\Chico Alencar e Darcísio Perondi discutem proposta de teto para; Posição: 189 - 190]

114.

orçamento se deu errado até agora o governo mandava o orçamento com receitas subestimada O parlamento aumentava receita e botava tudo o governo concordava e e programa soltos e faltava dinheiro e falta dinheiro

[Youtube\Câmara dos Deputados\Darcísio Perondi e Helder Salomão analisam proposta que cria te; Posição: 144 - 149]

115.

suave suave então quatro cinco anos o governo vai começar a ter superávit que o a própria de uma ser superados até 4 anos atrás foram superados

[Youtube\Câmara dos Deputados\Darcísio Perondi e Helder Salomão analisam proposta que cria te; Posição: 468 - 471]

116.

como é possível que um governo na interinidade em que se encontra proponha 20 anos de definição sobre o orçamento em áreas cruciais independentemente de quem venha ganhar as novas eleições

[Youtube\Câmara dos Deputados\Ministros defendem limite de gastos públicos; Posição: 186 - 191]

117.

a pec do teto dos gastos públicos apesar de já termos aprovada a pec no primeiro turno é importante que se mantenha aqueles que acreditam na aprovação da pec não foram só os deputados da base alguns deputados da oposição também votaram essa matéria no PDT, do PTdoB então é uma matéria que tem tem o apoio de mais de 360 deputados 366 na expectativa é que nesta terça-feira a gente possa encerrar esse tema mostrando à sociedade que há um número sólido de parlamentares que acredita que o único caminho para a superação da crise brasileira é o reequilíbrio fiscal

[Youtube\Câmara dos Deputados\PEC do Teto dos Gastos Públicos deve ser votada na terça; Maia; Posição: 55 - 69]

118.

o deputado givaldo vieira do pt do espírito santo apresentou o primeiro recurso regimental do kit de obstrução que seria empregado pelos adversários da proposta durante todo o dia apresentamos a mesa a bancada do pt o requerimento para retirada de pauta deste requerimento

[Youtube\Câmara dos Deputados\Plenário dispensa intervalo regimental para acelerar votação da; Posição: 11 - 19]

119.

eu sou francamente favorável duas razões primeiro porque é necessário esse ajuste para não deixar o país não estourar como está explorando em cada cidade em cada estado porque está acontecendo no rio de janeiro hospitais fechando aposentados sem receber dinheiro é funcionário público sem receber salário tudo isso vai se repetir no brasil inteiro senadora sua experiência de um governador de estado nessa foi governador do distrito federal aí a gente ouve 12 duas impressões sobre o orçamento ou bem os parlamentares criticam ele ser uma uma peça de ficção o bem-estar no executivo se diz e se sente engessado por que as verbas já são todas direcionadas à oea o administrador quase não tem imagem nenhuma de de atuar de manobra e senhor tem experiência dessas duas perspectivas que conclusão chega sobre sobre essa questão orçamentária primeiro que é diferente o município estado da união que a união tem a faculdade de fabricar dinheiro pelo banco central o estado não tem nós os fabrica dinheiro se toma emprestado o que se viu no município endividando está se endividando mas aí tem que pagar juros aí tem que pagar o empréstimo aí o dinheiro que ia para o salário vai por empréstimo e se não for por empréstimo o banco toma as coisas é esse problema de endividamento

crescente e desvalorização da moeda é o que o Brasil vem usando há muito tempo a ideia do da PEC faz com que isso deixe de existir

agora o pacto da responsabilidade que eu digo não pode ser só para equilibrar as contas têm pactos detecção partes vêm de onde é que a gente tira dinheiro pra onde

e esse é o novo exercício inclusive de cidadania não é claro eu fiz isso com crianças aqui durante um tempo um álbum novo verdão então que eu tinha chamado à missão criança eu ia para a escola e colocava o orçamento onde se gasta obriga pública quando chegaste voltava pra coluna em branco e dizia olha que o total não pode mudar aqui agora que o segundo e como quiser é um exercício vindo que as crianças faziam brigava entre elas obter uma vez sobradinho que perto do de Brasília mas dentro de federal eu dei uma volta quando fui ver o cara tinha aumentado muito dinheiro da educação

eu perguntei de onde veio deles na rede fechou as forças armadas mas quem vai defender a Amazônia

quem vai defender a costa

a então não dá aí votar ou recomeçar o todo e buscar um dinheiro de outro lugar

[Youtube\Senado Federal\Brasil precisará de 'pacto de responsabilidade' com a PEC dos G; Posição: 68 - 134]

120.

nós não fizemos nenhuma emenda de conteúdo essa PEC até porque não tem nenhuma emenda com capacidade de modificá-la melhorá-la arrumá lá é impossível essa PEC ou a gente rejeita ou vai ser aprovada não tem não tem como melhorá lá ela é uma PEC que realmente atenta contra a organização das finanças públicas e principalmente os programas sociais mas ainda que eu fiz tem um caráter mais processual é uma emenda para submeter essa PEC a legitimidade popular

[Youtube\Senado Federal\Gleisi Hoffmann propõe um referendo popular sobre a PEC dos Gas; Posição: 16 - 28]

121.

a oposição diz que a proposta da cunha
 risco garantias sociais exige
 sacrifícios da parcela mais pobre da
 população que é quem mais vai sofrer as
 consequências dessa pec na medida em que
 é nós teremos é é um congelamento para
 garantir as políticas fundamentais nas
 áreas sociais como educação com saúde
 assistência social é etc

*[Youtube\Senado Federal\PEC 55, que cria um teto para os gastos públicos, é tema de deb;
 Posição: 21 - 29]*

122.

extremamente nociva para os interesses
 da maioria da população porque porque
 ela quer colocar na constituição que a
 nossa lei maior
 algo que nenhum país do mundo fez ela
 quer simplesmente colocar na
 constituição a proibição pelos próximos
 20 anos de termos os investimentos nas
 áreas sociais porque essa proibição
 porque eles estabelecem na pec uma regra
 que é o fato de que os gastos e os
 investimentos nas áreas sociais não
 poderão ultrapassar o patamar da
 inflação do ano anterior
 isso significa na prática é não é apenas
 congelar gastos nas áreas sociais

*[Youtube\Senado Federal\Para Fátima Bezerra, a PEC dos Gastos Públicos é nociva para a;
 Posição: 30 - 45]*

123.

pra que por isso que eu digo a gente diz
 uma forma bem simples que muito mais do
 que a pec da morte até que tenha lógica
 seguinte tira da saúde e da educação
 para dar o banqueiro

*[Youtube\Senado Federal\Para Vanessa Grazziotin, PEC dos Gastos precisa de um debate pr;
 Posição: 69 - 73]*

124.

A senadora Rose de Freitas fala sobre a Proposta de Emenda à Constituição que limita os
 gastos públicos por vinte anos. Para ela, a PEC 55/2016 não pretende reduzir gastos na área
 social, mas evitar que o país deixe de cumprir seus compromissos financeiros ou de realizar
 investimentos.

*[Youtube\Senado Federal\Rose de Freitas 'PEC dos Gastos deve evitar que o Brasil deixe;
 Posição: 3 - 3]*

125.

caberá ao
 congresso para 20 anos de de corte de 20
 anos de um arrocho fiscal e se esse
 ajuste é mais o caso seria muito pesado
 e perdurar por 20 anos é muito longo na
 verdade o regime
 o que a gente chama de um novo regime
 fiscal e
 tínhamos mais a regra do crescimento
 real 10 da despesa é só durante nove
 anos a partir do 10º ano

*[Youtube\Senado Federal\Secretário do Ministério da Fazenda defende proposta de ajuste;
 Posição: 173 - 183]*

126.

a pec 241 ela não
 corta despesa ela simplesmente controla
 o crescimento da despesa é um ajuste
 fiscal muito diferente do que foi feito
 em grécia do que foi feito na espanha do
 que foi feito na irlanda que tiveram um
 corte efetivo de despesas tiveram um
 corte no valor de aposentadorias
 isso não acontecerá no brasil o ajuste
 fiscal é só controlar o crescimento da
 despesa
 mas se não houver consenso pra isso e
 também se não quiser aumentar a carga
 tributária aí a saída vai ser mais
 inflação e ninguém quer voltar à
 situação dos anos 80 quando o país a
 inflação alta para equilibrar suas
 contas

*[Youtube\Senado Federal\Secretário do Ministério da Fazenda defende proposta de ajuste;
 Posição: 232 - 249]*

127.

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite desta segunda-feira (10), em primeiro turno, a PEC 241, que estabelece um teto de gastos públicos. Foram 366 votos a favor, 111 contra e 2 abstenções. Eram necessários no mínimo 308 votos favoráveis.

Em declaração à imprensa, o porta-voz da Presidência da República, Alexandre Parola, destacou a "vitória maiúscula" na Câmara. Comunicou que o presidente Michel Temer "reafirma sua confiança em que a partir do entendimento da construção de consensos e da negociação democrática o Brasil vai se reencontrando com sua vocação de prosperidade e de justiça social."

O projeto agora será analisado em segundo turno no plenário da Câmara e precisará ser aprovado por pelo menos 308 votos para, então, seguir para análise do Senado.

*[Youtube\Planalto\Aprovação da PEC 241 é vitória maiúscula, diz porta-voz do gove;
 Posição: 3 - 5]*

128.

O presidente Michel Temer se reuniu, nesta quarta-feira (26), com deputados no Palácio do Planalto. Eles demonstram apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que limita gastos públicos. Para eles, a medida é necessária e dá credibilidade para retomada dos investimentos.

O deputado Marcelo Matos (PHS-RJ) veio ao Palácio do Planalto parabenizar o presidente Michel Temer pelas últimas conquistas. De acordo com ele, as medidas tomadas para reorganizar as contas do públicas foram iniciativas urgentes. Para Matos, sem a PEC 241, o futuro econômico do Brasil seria bem pior.

Dep. Marcelo Matos (PHS-RJ)

[Youtube\Planalto\Deputados apoiam proposta de limite de gastos; Posição: 3 - 5]

129.

Deputados da base aliada do governo se reuniram para um jantar com o presidente Michel Temer, no Palácio da Alvorada. No encontro, os parlamentares demonstraram apoio e disposição em aprovar a proposta que cria um limite para a expansão dos gastos públicos.

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), líder do PP, disse ter convicção na aprovação da PEC e que o jantar foi, além de trabalho, um momento de celebrar a união da base aliada. “Temos o nosso presidente Michel Temer abrindo as portas do Alvorada. Muitos estão prestigiando esse evento e outros estarão conosco amanhã votando essa matéria importante”, afirmou.

Rogério Rosso (DF), líder do PSD, classificou a PEC como uma das mais importantes a ser analisada pelo Congresso na história recente. “É um novo conceito de ajuste fiscal, e esse jantar tem um simbolismo importante, de apoio do Congresso Nacional, da ampla maioria dos deputados, a essa proposta.”

[Youtube\Planalto\Deputados garantem a aprovação da PEC dos gastos públicos; Posição: 3 - 5]

130.

"A Câmara brasileira entende que o equilíbrio das contas públicas precisa ser prioridade nos próximos 10 anos", afirmou o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, sobre a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que limita o teto de gastos públicos.

Para o Maia, o resultado do primeiro turno foi acima do que o esperado e demonstra uma responsabilidade da Câmara com o ajuste fiscal e o equilíbrio das contas públicas.

[Youtube\Planalto\Maia comenta aprovação da PEC 241; Posição: 3 - 4]

131.

o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, explicou que as despesas com saúde e educação serão preservadas e o governo prosseguirá tendo um limite mínimo de recursos a serem destinados para essas áreas.

[Youtube\Planalto\Meirelles despesas com saúde e educação serão preservadas; Posição: 3 - 3]

132.

O orçamento da educação para 2016 é de R\$ 129 bilhões. Tinha sido cortado R\$ 6,4 bilhões pelo governo Dilma-Mercadante. Nós repusemos, por decisão do presidente Temer, R\$ 4,7 bilhões e, para o próximo ano, de R\$ 129 bilhões, nós vamos para R\$ 139 bilhões. A PEC 241 estabelece um limite máximo, global para tudo o que é gasto público. Não afeta a educação.

[Youtube\Planalto\Mendonça Filho Não haverá nenhum prejuízo para a educação; Posição: 15 - 20]

133.

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou, nesta terça-feira (11), que a aprovação do texto base da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita os gastos públicos é um reconhecimento da necessidade do ajuste fiscal.

“Esta aprovação da PEC por um placar tão esplendoroso, 366 votos contra 111, mostra que avança a tese defendida pelo presidente Michel Temer do necessário ajuste fiscal. O Brasil precisa gastar só o que arrecada”, avaliou Padilha.

[Youtube\Planalto\Padilha O Brasil precisa gastar apenas o que arrecada; Posição: 3 - 4]

134.

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou que os líderes dos partidos da base aliada do governo federal se comprometeram com o presidente Michel Temer, nesta terça-feira (27), a fechar questão pela aprovação da proposta que cria um limite de gastos públicos.

[Youtube\Planalto\Padilha líderes se comprometem a fechar aprovação da PEC dos ga; Posição: 3 - 3]

135.

Em jantar no Palácio do Alvorada com a base aliada, neste domingo (9), o presidente Michel Temer reafirmou a necessidade de aprovar a PEC 241, que limita gastos públicos. O presidente disse que é preciso ter responsabilidade com o País e que a medida é importante para reequilibrar as contas.

[Youtube\Planalto\Precisamos revelar ao País que temos responsabilidade, afirma T; Posição: 3 - 3]

136.

A PEC dá piso para a Saúde, e não um teto.

[Youtube\Planalto\Recursos para saúde estão garantidos, afirma ministro; Posição: 4 - 4]

137.

Não diminuirá o dinheiro da saúde, não diminuirá o dinheiro da educação. Essa proposta é transformadora, revolucionária, para nós sairmos dessa crise que afeta primeiro os pobres, os assalariados, os desempregados. Esta PEC não é do teto. Esta PEC é a PEC da responsabilidade.

[Youtube\Planalto\Relator da PEC 241 afirma que proposta é inovadora e revolucion; Posição: 16 - 20]

138.

O governo, com a PEC 241, na verdade está aumentando o recurso para a saúde, porque, ao invés de 13,7% da receita corrente líquida, o governo está aumentando para 15%, algo que só aconteceria em 2020.

Então, o governo está de largada aumentando recursos para a saúde, o que significa um crescimento do recurso para a saúde do piso em R\$ 10 bilhões e, a partir daí, esse piso será corrigido pela inflação.

É importante saber o seguinte: não existe teto para a saúde e educação.

Existe apenas um piso mínimo.

Eu espero que, ao longo dos anos, os deputados e senadores aprovarem orçamentos com uma dotação para o setor de saúde e educação muito acima do mínimo, como já ocorre.

Então, a área de saúde e educação está protegida e não existe teto, existe piso mínimo.

São as únicas duas do governo que têm uma garantia, que têm um piso mínimo que cresce de acordo com a inflação.

[Youtube\Planalto\Secretário da Fazenda afirma que não existe teto para saúde e e; Posição: 19 - 32]

139.

o Novo Regime Fiscal vai muito além de preservar os direitos à educação e saúde. Também permitirá a retomada do crescimento, e, com isso, preservar os atuais postos de trabalho e reinserir os cerca de 12 milhões de desempregados no mercado. Não devemos nos esquecer de que o emprego talvez seja o mais importante dos direitos sociais

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Parecer 888 CCJ pec 55 2016; Posição: 19 - 19]

140.

A redução das despesas da União poderá significar o progressivo afastamento do Estado de sua função distributiva, através de investimentos em políticas sociais, ou da sua capacidade de promover investimentos em infraestrutura pública, como saneamento, mobilidade e moradia, entre outros, caso o excesso de arrecadação seja direcionado à amortização da dívida pública ou se reverta em redução da carga fiscal

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\voto em separado CCJ RANDOLFE RODRIGUES; Posição: 5 - 5]

141.

A PEC não preserva os recursos hoje vinculados constitucionalmente à Saúde e Educação

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\voto em separado CCJ RANDOLFE RODRIGUES; Posição: 6 - 6]

142.

Ora, a proposta apresentada na PEC nº 55, de 2016, vai na contramão das melhores regras fiscais existentes hoje na economia mundial. Com a aprovação da PEC-55, será constitucionalizada uma regra contracionista, uma vez que os gastos governo federal crescerão sempre abaixo do Produto Interno Bruto, sem qualquer cláusula de escape, ou seja, SF/16847.47183-2727

sem qualquer possibilidade de mudança na condução da política, seja qual for a situação econômica nacional e mundial e seja qual for o governo eleito.

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\voto em separado Roberto Requião; Posição: 26 - 27]

143.

Limitar o crescimento dos gastos sociais à inflação, como propõe a PEC, é um retrocesso histórico, e significa desprezar as urgentes necessidades de aumento nos gastos sociais, e a própria evolução da população, da economia, e das demandas por melhoria contínua dos serviços públicos.

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Voto em separado Chico Alencar e Ivan Valente Tramitacao-PEC-24; Posição: 5 - 5]

144.

nos três primeiros anos do Novo Regime Fiscal, para acomodar eventuais dificuldades dos demais Poderes e órgãos em cumprir seus limites

, o Poder Executivo poderá, voluntária e transitoriamente, ceder até 0,25% do seu próprio limite para compensar o excesso de despesas primárias daqueles Poderes e órgãos (outra sugestão que acrescentamos à proposta, no § 8º do art. 102). Dessa forma, ao início da aplicação da nova regra fiscal, abre-se a possibilidade, restrita, de o Executivo prevenir cortes desmedidos na programação de um Poder ou órgão cuja despesa não couber no seu limite

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 41 - 41]

145.

adotar o ano de 2016 como base de cálculo para as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde causaria imensa perda para o setor. Ao alterar o ano base para 2017, como propomos, e ao se revogar o art. 2º da EC 86/2015, teremos a incidência do percentual de 15% da receita corrente líquida do ano de 2017, conforme dita o art. 198 da Constituição, e, a partir de então, a correção pelo IPCA

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 53 - 53]

146.

Similarmente à saúde, estamos encampando, segundo as regras permanentes da Constituição, a utilização do ano de 2017 como base para o piso da educação durante a vigência do novo regime

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 54 - 54]

147.

uma vez entendido os direitos de segunda dimensão também como cláusula pétrea que o Congresso Nacional deve perseguir a ampliação e não a restrição e a abolição, perceba-se que, um direito fundamental enunciado não se sustenta por si só, necessitando de institutos jurídicos e de estruturas mínimas para sua efetivação real. Ou seja, é tão inconstitucional retirar o direito à saúde do rol do art. 6º da CF quanto realizar, como faz a PEC 241, um desmonte do SUS, que efetiva aquele direito.

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Voto em separado 1 PT; Posição: 4 - 4]

148.

aproveitando-se da crise momentânea, uma mudança radical no modelo constitucional de país. Na verdade, abandona o modelo atual e propõe instalar o chamado “estado mínimo”, abolindo conseqüentemente toda a segurança, os serviços e as garantias hoje em vigo

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Voto em separado 1 PT; Posição: 6 - 6]

149.

Não pode esta PEC ser aprovada sem a discussão de alternativas que levem em consideração outros aspectos, que não seja exclusivamente o congelamento dos recursos que financiam gastos referentes aos serviços públicos e à rede de proteção social. É preciso pensar a economia nacional sempre como um instrumento para o bem-estar dos brasileiros e não o contrário, como quer a PEC, que desperdiçará o esforço produtivo de gerações simplesmente em busca de uma eventual promessa de retorno dos rentistas que jamais nos deram prova de que tem algum compromisso com a nação

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Voto em separado 1 PT; Posição: 42 - 42]

150.

Entre 2005 e 2015, as receitas do governo federal cresceram 155%, e o PIB, 172%. Esses foram, respectivamente, o aumento da capacidade financeira do governo federal para atender às demandas da sociedade e a capacidade econômica revelada pela produção nacional em arcar com as melhores condições de vida dos brasileiros.

Nesse mesmo intervalo, se as despesas estivessem limitadas pela inflação, elas teriam sido corrigidas em 77%. Para onde teria sido dirigida toda essa diferença? Para quem o governo e os defensores dessa proposta destinariam todos esses recursos e toda essa riqueza?

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Voto em separado 2 LUCIANA SANTOS; Posição: 4 - 4]

151.

Por fim, cabe destacar que a maior participação no gasto do Governo Federal está relacionada às transferências de renda para as famílias. Esse item respondeu pela maior parcela do crescimento das despesas entre 2006 e 2015. Essa dinâmica coloca, para o Governo Federal, o desafio de discutir aperfeiçoamentos do regime previdenciário à luz dos desafios impostos pelo envelhecimento populacional, que ocorrerá nas próximas décadas

[Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Nota Técnica nº 8443-2016-ASSECC-MP; Posição: 3 - 3]

3.4. Código: Alternativas concorrentes

1.

ÉPOCA – O aumento da carga tributária continua sendo a última alternativa do governo?

Almeida – Sim. Estamos rodando uma nova grade de parâmetros da Secretaria de Política Econômica (SPE). Daí, teremos uma nova estimativa de receitas administradas. Fizemos uma última rodada de projeções de receita com concessões. Fechamos isso na próxima semana. Se eventualmente faltarem receitas, podemos pensar em modificar marginalmente algo de

impostos. Na área tributária, temos no Brasil uma série de regras diferentes, sistemas especiais que não se justificam. Então, é possível corrigir essas distorções tributárias, independente do aumento da arrecadação.

[Notícias Internet\Mansueto “Faremos um trabalho mais próximo com os parlamentares; Posição: 14 - 14]

2.

O mercado financeiro vê a proposta com bons olhos, já que uma medida válida por um período tão extenso passaria a mensagem de que o Brasil está comprometido com o equilíbrio das contas.

Jolanda Battisti, da FGV, afirma que o prazo representa que o governo está "comprando tempo" para colocar a dívida sob controle.

"É como se uma pessoa endividada que diz que vai te pagar de volta, mas só dez reais por semana, e não em grandes prestações."

Um plano de longa duração, afirma, substitui ações mais drásticas, como aumentar impostos ou cortar despesas imediatamente, o que poderia agravar o desemprego.

[Notícias Internet\Economia - PEC 241 tire dúvidas sobre a proposta que limita ga; Posição: 23 - 26]

3.

A principal delas é o aumento dos impostos sobre os ricos.

[Notícias Internet\Entenda o que está em jogo com a aprovação da PEC 55 - CartaCap; Posição: 28 - 28]

4.

A criação de um teto de arrecadação é uma sugestão para que os senadores proponham alterações na PEC em favor de quem custeia todo o setor público da economia, que são as pessoas físicas que pagam seus tributos dia a dia, quando compram leite, pão ou carne, ou quando recebem uns caraminguás a título de salário ao final do mês.

[Notícias Internet\ConJur - PEC do Teto de Gastos deveria limitar arrecadação de i; Posição: 29 - 29]

5.

O vice-presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), João Marco de Souza, defendeu que seria mais eficaz e resultaria no aumento significativo de arrecadação o governo se empenhar em combater a sonegação fiscal, principalmente de grandes sonegadores.

[Notícias Internet\PEC dos Gastos privilegia juros e congela despesas sociais, afi; Posição: 9 - 9]

6.

Henrique Meirelles disse ainda que considerou a possibilidade de colocar um "gatilho" para que o formato de correção pudesse ser alterado se a dívida bruta caísse mais rapidamente nos próximos anos.

Mas afirmou que essa ideia foi descartada. "Consideramos as questões referentes a um gatilho que pudesse permitir essa mudança antes dos dez anos e nossa conclusão é que não", disse.

[Notícias Internet\Economia - Saúde e educação só obedecerão teto de gastos em 201; Posição: 30 - 31]

7.

Uma alternativa possível para reequilibrar as contas públicas sem mexer nos direitos constitucionais seria aumentar arrecadação de impostos, o que foi descartado novamente pela Fazenda.

[Notícias Internet\Para especialistas, PEC 241 ataca só parte do problema Econom; Posição: 16 - 16]

8.

Ricardo Volpe, que ajudou a elaborar a proposta, assegura que o ajuste fiscal é inevitável, mas é uma escolha da sociedade. “Ou ocorre via inflação, ou com ajuste abrupto cortando várias despesas de imediato ou ainda com o ajuste gradual, que é esse da PEC. Você vai crescer só a inflação e ao longo do tempo, como a economia vai crescer, aquela despesa estabilizada consegue reduzir o tamanho do Estado e volta a economizar dinheiro. É uma discussão do tamanho do Estado”, disse.

[Notícias Internet\Governo considera limite de gastos primeiro passo contra crise;; Posição: 9 - 9]

9.

Um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, mostra que o Sistema Único de Saúde (SUS) perderá até R\$ 743 bilhões caso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, aprovada nesta segunda-feira (11/10) em primeiro turno na Câmara dos Deputados, passe a valer no país.

[Notícias Internet\Saúde pode perder até R\$ 743 bilhões em 20 anos de PEC do Teto,; Posição: 10 - 10]

10.

Os economistas Felipe Salto e Monica de Bolle, favoráveis à PEC 241, a proposta de emenda à Constituição que estabelece um teto de gastos, afirmam que há problemas no texto aprovado em primeiro turno na Câmara, nesta segunda, e argumentam que eles deveriam ser corrigidos antes que o projeto se torne parte da Constituição:

“A PEC do Teto não é uma Brastemp”. A frase é do eminente especialista em contas públicas, referência para todos nós, Raul Velloso.

São numerosos os alertas feitos por economistas e analistas de contas públicas sobre o texto da proposta. É claro que a ideia de controlar o gasto é essencial. O diabo, no entanto, mora nos detalhes. Não adianta aprovar algo geral e esperar que, pela força da gravidade, tudo se resolva. Trata-se de tema delicadíssimo. A sintonia fina, desde já, é crucial.

Vemos quatro problemas da PEC em versão original, e dois novos no texto revisado e aprovado em comissão (agora já aprovado em primeiro turno na Câmara).

É claro que a ideia de controlar o gasto é essencial. O diabo, no entanto, mora nos detalhes.

O primeiro é o prazo. A regra continua a valer por 20 anos, o que não ocorre em lugar algum do mundo. Na maior parte dos países, há combinações de regras diferentes, por períodos menores, podendo haver revisão de tempos em tempos. Fixar uma regra assim é como colocar a política fiscal e o país em piloto automático por período longuíssimo. Por quê?

O segundo ponto está ligado ao primeiro. A PEC está desbalanceada. Tem efeito nulo no curto prazo, já que a inflação do ano anterior – indexador escolhido pelo Governo – estará acima da inflação corrente até que o movimento de declínio e convergência ao centro da meta se consolide. Para o longo prazo, com inflação baixa, dá-se o contrário: a regra produziria um superávit primário (saldo positivo nas contas públicas) estratosférico.

Se o país voltar a crescer, nada mais justo e desejável que a sociedade se beneficie disso, sobretudo com mais e melhores políticas públicas. Não se deve almejar fazer primário por fazer primário. A regra de sustentabilidade da dívida pública mostra que, para um PIB

crescendo em torno de 2,5% ao ano, com inflação em torno de 4,5% e juros reais também nesta faixa, o primário exigido para estabilizar uma dívida de 85% do PIB é de 2,0% a 3,0% do PIB. Com 3%, já conseguiríamos, inclusive, imprimir uma tendência de queda do endividamento bruto.

[Notícias Internet\PEC do Teto 'não é uma Brastemp' Opinião EL PAÍS Brasil; Posição: 5 - 12]

11.

A progressividade tributária como alternativa à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, que limita os gastos públicos por 20 anos, é tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) nesta terça-feira (25). Autor do requerimento para a realização do debate, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) argumenta que o sistema tributário brasileiro é "injusto por impor sacrifício elevado para os pobres, a classe média e os trabalhadores e aliviar os ricos, os milionários e o sistema financeiro".

[Notícias Internet\CAE discutirá imposto progressivo como alternativa à PEC 241 —; Posição: 2 - 2]

12.

As críticas à PEC 55/2016 foram reforçadas por outro professor da Unicamp, o economista Guilherme Santos Mello, que também apontou a política de investimento público como promotora do crescimento de longo prazo.

— Ninguém aqui defende gastar tresloucadamente, aumentar a dívida sem controle. A trajetória de endividamento precisa ser enfrentada, retomando-se a capacidade de investimento do Estado. Olhar o crescimento da despesa em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) é um desafio, mas a PEC trata isso de forma inadequada — classificou Mello.

[Notícias Internet\Críticos consideram PEC do Teto ameaça a conquistas sociais da; Posição: 7 - 8]

13.

Para Gleisi Hoffmann, em vez de cortar despesas, o governo precisa investir para que a economia volte a crescer. A senadora disse que o governo usa uma crise que não é só do Brasil para tentar tirar direitos da população.

[Notícias Internet\Gleisi Hoffmann critica PEC do Teto de Gastos e defende mais in; Posição: 4 - 4]

14.

O grande problema da PEC 241/2016, particularmente no artigo 104 que ela pretende introduzir ao ADCT, é desconhecer a proporcionalidade entre receita e despesa como metodologia instituída no texto da Constituição de 1988, como proteção formal e material (garantia equiparável ao habeas corpus e ao mandado de segurança, por exemplo) dos direitos à saúde e à educação.

Não obstante a PEC 241/2016 incida apenas sobre as despesas primárias e, dentre estas, abra espaços controvertidos de exceções escolhidas aleatoriamente (eleições planejáveis, emendas impositivas e capitalização de empresas estatais), seguem excluídas de quaisquer restrições as despesas financeiras, as quais aguardam, até o presente momento, a fixação dos limites de dívida consolidada e mobiliária da União.

O “Novo Regime Fiscal” — contido no artigo 104 do ADCT, a ser inserido pela PEC 241/2016 — prima pela ampliação da discricionariedade alocativa, a olvidar-se de todas as crianças e jovens e os enfermos que clamam, sem voz, por educação e saúde. E sem avançar um milímetro na aferição de resultados, na transparência e legitimidade das escolhas

orçamentárias e mesmo na comprovação do cumprimento das obrigações constitucionais protetivas dos direitos fundamentais.

[Notícias Internet\ConJur - Financiamento dos direitos à saúde e à educação mínim; Posição: 10 - 12]

15.

Apresentando dados oficiais relativos à receita e despesas desde 1996, o economista Fernando Rugitsky, da Universidade de São Paulo (USP), afirmou, em sessão temática no Plenário do Senado, que a crise fiscal é fruto da desaceleração econômica e de desonerações praticadas nos últimos anos, que causaram uma queda na arrecadação, e não a um suposto "descontrole" nos gastos públicos.

[Notícias Internet\Rugitsky afirma que crise fiscal é fruto da queda das receitas,; Posição: 2 - 2]

16.

Laura Carvalho

1. A PEC serve para estabilizar a dívida pública?

Não. A crise fiscal brasileira é sobretudo uma crise de arrecadação. As despesas primárias, que estão sujeitas ao teto, cresceram menos no governo Dilma do que nos dois governos Lula e no segundo mandato de FHC. O problema é que as receitas também cresceram muito menos – 2,2% no primeiro mandato de Dilma, 6,5% no segundo mandato de FHC, já descontada a inflação. No ano passado, as despesas caíram mais de 2% em termos reais, mas a arrecadação caiu 6%. Esse ano, a previsão é que as despesas subam 2% e a arrecadação caia mais 4,8%.

[Notícias Internet\Dez questões que desmontam a PEC 241, por Laura Carvalho - Verm; Posição: 4 - 5]

17.

10. É a única alternativa?

Não. Há muitas outras, que passam pela elevação de impostos sobre os que hoje quase não pagam (os mais ricos têm mais de 60% de seus rendimentos isentos de tributação, segundo dados da Receita Federal), o fim das desonerações fiscais que até hoje vigoram e a garantia de espaço para investimentos públicos em infraestrutura para dinamizar uma retomada do crescimento. Com o crescimento maior, a arrecadação volta a subir.

[Notícias Internet\Dez questões que desmontam a PEC 241, por Laura Carvalho - Verm; Posição: 25 - 26]

18.

Em sua fala durante a sessão temática que discute a PEC do Teto de Gastos (PEC 55/2016), nesta terça-feira (22), o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, da Universidade de Campinas (Unicamp), acredita que o país e o Senado poderiam estudar outras alternativas para superar a crise econômica.

Entre as opções, ele propõe recorrer à participação brasileira no Banco dos Brics, por meio da emissão de debentures condicionada a investimentos produtivos, lembrando que a instituição está aberta a negociações.

[Notícias Internet\Belluzzo pede 'olhar humano' para solucionar a crise econômica; Posição: 3 - 4]

19.

Qual é a alternativa, então? Nós temos que fazer o controle do gasto. Temos que fazer isso. Mas poderíamos fazer isso de outra maneira. Qual seria essa outra maneira? Aumentar a carga tributária indefinidamente também, pois, se a despesa cresce indefinidamente, a carga tributária deveria, portanto, crescer indefinidamente. Também não é sustentável, também não é sustentável

MINISTRO DYOGO OLIVEIRA (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 20 - 20]

20.

É a seguinte a questão que eu gostaria de colocar sobre prazo: como essa PEC é o ponto de partida para outras reformas importantíssimas e tem que ser não só aprovada aqui no Congresso Nacional, mas também aceita pela sociedade, a meu ver, ela deveria seguir um calendário político. Em vez dos 10 mais 10, que nós pudéssemos usar, nesta primeira fase, neste fim de Governo, os próximos 3 anos de Governo e o próximo Governo, porque haveria a oportunidade de um debate mais profundo sobre as grandes reformas que o País precisa fazer.

Então, eu queria colocar, Sr. Presidente, esta pergunta: por que não determinamos o prazo dos próximos 7 anos e depois vamos para um período de revisão?

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 38 - 38]

21.

O Deputado Silvio Torres fez uma pergunta sobre o prazo. Sugeriu que o prazo obedecesse a um ciclo político também. Ele sugeriu 7 anos, e não 10, exatamente por essa questão do ciclo político. Eu faço apenas uma ponderação. Se é para obedecer ao ciclo político, podem também ser 11 anos. É meramente uma ponderação. Evidentemente, é uma decisão do Congresso, mas a nossa visão...

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 49 - 49]

22.

com relação às renúncias fiscais que estão impedidas a partir dessa PEC, eu proponho que haja também uma discussão das renúncias fiscais vigentes para saber se elas devem, de fato, permanecer ou não

DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 60 - 60]

23.

Eu percebo que a política econômica atual proposta pelo Governo interino não trabalha o equilíbrio entre receita e despesa. Ela tem uma obsessão por cortar despesas. Eu não ouço os Ministros falarem em iniciativas para aumentar a receita pública. Imposto? Há, parece-me, um fundamentalismo, que nasce da fala do Ministro Meirelles, de que o Brasil não pode introduzir nenhum novo imposto. Eu acho injusto socialmente que se repita essa frase, porque eu acho que há detentores de grandes fortunas, e a transmissão de herança têm

capacidade contributiva enorme para ajudar a retirar pessoas que vivem em situação de pobreza extrema dessa condição

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 62 - 62]

24.

que a saída para os países que enfrentaram grandes crises econômicas e situações desfavoráveis foi investimento em educação. Eles saíram do buraco optando em investir fortemente em educação. Nenhuma nação consegue chegar a um patamar satisfatório de desenvolvimento sem investimento forte em educação

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 26 - 26]

25.

Alguém pode perguntar o seguinte: a PEC que limita o crescimento dos gastos é a única alternativa de ajuste fiscal? Eu vou dizer que “não”. Existem duas outras trajetórias possíveis. A primeira alternativa de ajuste é o aumento da carga tributária. Podemos decidir — e acho que é uma opção política válida — se queremos aumentar a carga tributária. E aqui nós estamos falando em um aumento grande, para poder impedir que o setor público se torne insolvente.

BERNARD APPY (Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 29 - 29]

26.

Há outra trajetória possível? Sim: é não fazer nada. Não fazer nada, a inação. Manter tudo como está significa, no caso brasileiro, caminhar para uma trajetória de insolvência do setor público. Quero ser absolutamente claro. Nós não estamos nesse ponto ainda, graças a Deus, mas nós estamos falando que, num período de 5 anos a 10 anos, o País se torna insolvente. Numa situação dessas, há duas saídas possíveis.

Uma é o que se chama de situação de dominância fiscal. As pessoas começam a fugir da dívida pública, a fugir da moeda nacional, começam a caminhar para dólar, para ativos reais, a inflação explode, e o Banco Central chega à conclusão de que não adianta colocar juro no céu, porque isso piora a trajetória das contas públicas, e nós temos uma explosão da inflação. E, na explosão da inflação, a dívida pública acaba sendo desvalorizada. É uma alternativa, mas é uma explosão. Nós não estamos fazendo de um pequeno aumento de inflação. Nós estamos fazendo um aumento brutal de inflação, que faria o ajuste. Existe uma segunda alternativa, que é o calote da dívida pública, algo semelhante ao que aconteceu no Plano Collor, por exemplo. É uma alternativa para resolver o problema da explosão da dívida pública, se nada for feito do ponto de vista da trajetória fiscal do Governo.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 30 - 30]

27.

eu gostaria de destacar um último ponto, que é a relevância do Orçamento. Há um problema. O atual modelo de gestão fiscal, baseado em metas de superávit primário e um monte de

vinculações de receitas, leva à fragmentação do debate da política fiscal. Esta tem sido, na prática, a característica, eu diria, dos últimos 20 anos, desde a Constituição de 1988. O que acontece? Muitas vezes, decisões extremamente relevantes do ponto de vista do gasto são tomadas sem que se olhe como ele será financiado. Vou dar dois exemplos recentes. A regra 85/95, a longo prazo, tem um custo relevante para as despesas da Previdência e foi aprovada sem que ninguém dissesse como seria financiada: “Aprovamos, criamos o gasto, e depois vamos ver como financiá-lo”. O outro exemplo são os próprios 10% do PIB para a educação pública, que está no Plano Nacional de Educação. Hoje são gastos 6% do PIB, foi aprovado o gasto de 10% do PIB e ninguém disse de onde viriam os recursos. É um problema

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 33 - 33]

28.

Eu fiquei sabendo que o Prof. Bernard Appy viria aqui hoje. Eu ia fazer uma pergunta a ele, mas ele já respondeu. Eu ia perguntar a ele se existiria outro caminho para promover um ajuste nas nossas contas. E ele deu algumas alternativas aqui. Desculpe-me, professor, mas todas elas são muito piores do que o ajuste.

Falou em calote. Nós vivemos essa situação na década de 80, e sabemos as consequências disso. Ou seja, isso não pode ser pensado. Outra alternativa: aumento de impostos. Todo mundo entende que o nosso País não suporta mais a carga tributária que tem. E a outra alternativa era não fazer nada. Essa nos deixa no mesmo ponto em que nós estamos hoje. Ou seja, nós só temos um caminho: enfrentar de frente esse ajuste fiscal

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 46 - 46]

29.

Podia passar o facão, estabelecendo que no ano que vem o déficit tem que ser zero, haja o que houver, custe o que custar. E toca-se o barco. Imaginem, senhores, a tragédia em que estaríamos envolvidos, porque haveria razão ao se dizer que gente seria demitida, que funcionários aposentados não seriam substituídos

DEPUTADO CARLOS MARUN (Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 52 - 52]

30.

A nossa proposta, Sr. Presidente, é no sentido de retirar a saúde e a educação da PEC 241. Temos que debater isso. Trata-se de retirá-las mesmo!

DEPUTADO ODORICO MONTEIRO (Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 71 - 71]

31.

O Deputado Carlos Marun fez alguns questionamentos, mas infelizmente não está presente. Um deles é se é necessário o ajuste fiscal. Lógico que é, e nós temos que trabalhar para isso. Nós temos responsabilidade com relação a isso, mas temos que lembrar a renúncia fiscal, que é muito grande, e podemos buscar outros caminhos.

Ele citou a questão da perfumaria, das grandes fortunas. Eu colocaria cigarros, bebidas

alcoólicas, motocicletas. Impactos em políticas dessa forma, que impactam diretamente na saúde, poderiam gerar várias medidas resultando numa medida importante de novos recursos para os Governos Federal, Estadual e Municipal.

MAURO GUIMARÃES JUNQUEIRA (Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 79 - 79]

32.

O que está realmente provocando o desajuste da nossa economia é essa sangria que vai para a dívida pública. Essa é uma dívida que não tem contrapartida, que tem crescido principalmente por meio de mecanismos meramente financeiros, sem contrapartida alguma

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 19 - 19]

33.

Outro item que está quebrando o País é a remuneração escandalosa de toda sobra de caixa dos bancos. Há 1 trilhão de reais esterilizados no Banco Central, nas operações chamadas compromissadas ou de mercado aberto.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 20 - 20]

34.

a PEC tem que ser discutida, e não rejeitada, como está sendo. Ela dá um critério de gastos públicos que possibilita uma avaliação da eficiência dos gastos públicos, do custo-benefício. Nós não fazemos isso.

ERNESTO LOZARDO (Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 75 - 75]

35.

Há relatórios da própria Consultoria da Casa que apontam, sim, perdas, até 2025, de quase 350 bilhões de reais nas áreas de saúde, educação e assistência social. Nós precisamos aprofundar esse debate para que encontremos quem vai pagar essa conta

DEPUTADO DANILO CABRAL (Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 28 - 28]

36.

Só a título de informação, é importante que todos saibam que a Consultoria da Comissão de Orçamento fez uma análise oficial da PEC 241 e inclusive levantou 13 questionamentos, dos quais 12 foram acatados pelo Relator Darcísio Perondi. Apenas um questionamento não foi acatado, mas hoje se transformou em sugestão do meu partido, o PSB. Essa sugestão será apresentada na fala do Deputado Danilo Cabral.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 39 - 39]

37.

A PEC se concentra unicamente nos gastos primários, que são 20% do PIB. A PEC só foca educação, saúde, assistência social, só foca os pobres, as trabalhadoras e trabalhadores de baixa renda, e também os médios, pequenos e microempreendedores. A PEC não toca em nada com relação aos gastos financeiros

DEPUTADO PATRUS ANANIAS (Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 125 - 125]

38.

BOHN GASS

Texto: ...Presidente, nós vamos acompanhar o destaque do PDT, porque não há no mundo qualquer iniciativa similar a este congelamento que a PEC 241/16, do Presidente Michel Temer

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Discursos em Plenário - 01.10.2016 a 15.02.2017 - PEC 241-2016; Posição: 40 - 40]

39.

Por que não se taxam as grandes fortunas? Por que não se taxam os lucros dos bancos? Por que não se reduzem os juros dos bancos? Por que não se faz isso?

DEPUTADO MARCON (Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD)

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD; Posição: 54 - 54]

40.

As grandes fortunas hoje não são taxadas. Esses que receberam benefícios através de sucessivas renúncias fiscais, de incentivos, precisam pagar um preço maior.

DEPUTADO GIVALDO VIEIRA (Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD)

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD; Posição: 119 - 119]

41.

A Rede vai obstruir a votação por duas razões básicas. Primeira: é necessário aprovar alguma PEC para a União gastar menos? Não. A execução orçamentária cabe ao Presidente da República. Basta Michel Temer não gastar o que está previsto no Orçamento.

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD; Posição: 127 - 127]

42.

É preciso instituir no País impostos sobre grandes fortunas e sobre transmissão das grandes heranças

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 274 Plenário CD; Posição: 133 - 133]

43.

A vantagem do novo regime fiscal é clara: ele reduzirá a pressão para o aumento da carga tributária.

DEPUTADO ANDRE MOURA (Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 274 Plenário CD)

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 274 Plenário CD; Posição: 223 - 223]

44.

No caso do Brasil, sempre olhamos para o resultado primário, mas o principal indicador que todo mundo olha... E mesmo no Brasil, o resultado primário tinha um objetivo: o controle da dívida pública. E, mais interessante no mundo, não é relevante o nível da dívida pública e, sim, a trajetória, se ela está crescendo muito rápido ou se ela está relativamente estável. Recentemente, no Brasil, a gente teve uma piora do resultado primário e um crescimento relativamente alto da dívida pública nos últimos anos. O que gerou esses dois resultados? Foi mesmo o aumento das despesas? Foram as despesas públicas, que cresceram de forma descontrolada, que pioraram o resultado fiscal e aumentaram a dívida pública? Não. Na verdade, nos últimos anos, a gente teve uma queda do crescimento das despesas públicas. As duas coisas que geraram efeitos piores no resultado primário e piores do ponto de vista da dívida são coisas que não estão sendo abarcadas pela PEC. No caso do resultado primário, foi uma queda da arrecadação – e eu vou demonstrar aqui em dados; no caso da dívida, foi o aumento dos juros pagos, principalmente em 2015, que inclusive já está recuando este ano o pagamento de juros, porque foi motivado por uma questão muito específica ligada aos swaps cambiais que tinham sido feitos, na minha opinião, até acertadamente, para controlar a desvalorização cambial em 2013. Isso foi um momento completamente pontual. Outro fator que afeta os dois, tanto o resultado primário quanto a dívida, foi a piora no crescimento econômico, que piora a arrecadação.

ESTHER DWECK (Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Com. de Assuntos Econômicos - SF\Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado; Posição: 4 - 4]

45.

Conclusão:

1. A PEC 55/241 foca apenas os gastos não financeiros, as despesas primárias: essencialmente gastos sociais, pessoal e custeio.
2. Exclui do esforço fiscal os gastos financeiros (juros da dívida pública). [Aquilo representa efetivamente o motivo de aumento da dívida pública, 80% do aumento decorrem dos gastos financeiros, mas não há menção a essa questão. Aliás, há menção: dizendo que ela vai incidir apenas sobre os gastos não financeiros.]
3. Não há medidas quanto às “bolsas empresário”. [A Folha de S.Paulo se referiu recentemente a isso. Nem tudo ali é indevido, mas são R\$224 bilhões repassados na forma de isenções, desonerações, crédito subsidiado – a gente passaria o dia aqui falando sobre isso.]
4. Não há nenhuma ação para enfrentar o déficit pelo lado da receita (tributação progressiva)

[Notas Taquigráficas\Com. de Assuntos Econômicos - SF\Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado; Posição: 11 - 11]

46.

SRª ESTHER DWECK – Bom, depois dessa fala do Senador, eu deveria até parar. Mas eu só queria fazer uma última fala sobre as alternativas à PEC, porque eu acho que a gente faz críticas, mas existem alternativas. A PEC não é a única solução para o nosso problema fiscal. Inclusive, talvez, de todas as alternativas, ela seja a pior, com risco de não resolver a situação fiscal.

A gente precisa, sim, fazer uma discussão de regra fiscal, ir para uma regra que seja mais ajustada ao ciclo econômico, dar mais flexibilidade para o setor público poder atuar, justamente contrário ao que acontece com o setor privado. A gente precisa fazer uma discussão séria sobre juros no País, como foi falado tanto pelo Senador Requião quanto pelo Júlio. Outra discussão central é sobre a tributação no Brasil. A gente tem um sistema extremamente regressivo, como já foi dito. E, o mais importante de todos, sobre medidas que retomem o crescimento. Sem a retomada do crescimento nem a situação fiscal melhora nem o desemprego melhora. E a PEC não vai resolver isso.

[Notas Taquigráficas\Com. de Assuntos Econômicos - SF\Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado; Posição: 23 - 23]

47.

ela é muito pró-cíclica. Porque se eventualmente a economia desacelerar, por motivos cíclicos, como os que ocorreram entre 2011 e 2014, ajudada pelo incentivo fiscal de 2011 – temos os dados aí, depois eu mostro –, o Governo não vai ter condições de realizar uma política anticíclica. Então, vai ser forçado a realizar uma política passiva, como a que foi realizada em 2015, que vai aprofundar a desaceleração dos gastos privados e reduzir ainda mais a arrecadação tributária

PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS (Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 9 - 9]

48.

vários estudos mostram que a sonegação fiscal no Brasil gira em torno de R\$500 bilhões/ano, cinco vezes o déficit de 2015, de pedaladas e "despedaladas", inclusive. A dívida ativa da União é de R\$1,5 trilhão, sendo que R\$252 bilhões já estão prontos para serem recolhidos

PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS (Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 10 - 10]

49.

Esta é uma proposta que está rolando por aí: substituir as operações compromissadas, que distorcem os indicadores de dívidas, pelos depósitos remunerados

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 21 - 21]

50.

Outra coisa: imposto sobre grandes fortunas. O Pedro já falou, não vou me alongar. Há a proposta do Senador Fernando Henrique, que respeito muito. Tenho grande consideração por essa proposta. Eu acho que ela é importante, mas essa proposta foi mudada. Há várias outras propostas, substitutivos diferentes sobre a regulamentação de um imposto que está na Constituição. Essas novas propostas têm uma capacidade menor de arrecadação, mas são

importantes. Há exemplos muito bem-sucedidos no mundo de impostos de grandes fortunas, no Uruguai, na França. Por que não vamos copiar esses exemplos?

Grandes heranças. No Brasil, nós temos uma das taxas mais baixas de impostos sobre heranças, criando, na verdade, uma forma não meritocrática, porque o sujeito herda uma riqueza enorme, não paga taxa sobre isso e não precisa trabalhar, pois ele é rico por causa de herança. Recriação das taxas adicionais do IRPF.

GUILHERME SANTOS MELLO (Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 21 - 21]

51.

As conclusões, portanto, são de que o regime fiscal brasileiro é inadequado, na minha opinião. O atual, é inadequado para as nossas necessidades, só que a PEC não constitui uma reforma do regime fiscal, ela é uma proposta de redução do Estado e dos bens públicos na economia. Ela não enfrenta temas centrais como as receitas primárias, os gastos financeiros, os gastos tributários, a estrutura da Receita, a pró-ciclicidade, a transparência. Ela não enfrenta nada disso.

Então, é plenamente viável a adoção de propostas alternativas à PEC. Essa é uma. Existem outras, que ataquem as questões centrais, tanto estruturais quanto conjunturais, com resultados similares da trajetória do endividamento, mas resultados muito melhores do ponto de vista da composição do gasto, da estrutura do Estado, da estrutura tributária. E as alternativas são menos custosas do ponto de vista social, político e preservam o investimento. A pergunta que deixo para os senhores é: se há alternativas melhores, por que não considerá-las? Por que não debatê-las? Por que vamos ter que, no afã de aprovar por motivos, razões políticas, razões de conjuntura política, aprovar algo que vai nos engessar por vinte anos? Por quê?

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 23 - 23]

52.

Então, há três formas: ou eu dou calote – e aí há uma questão jurídica que precisa ser avaliada; ou eu aceito inflação, porque lembremos que, no período da hiperinflação brasileira, o Tesouro rodava sua dívida pública pagando zero, pagando muito baixo. Quando a inflação é muito alta, o custo de rolagem da dívida pública, os juros reais são bem baixinhos. Ou, ainda, fazemos superávit primário. Há três jeitos: superávits primários, aceitar a inflação, ou calote. O que o Governo Temer está propondo é a primeira.

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 34 - 34]

53.

Os impactos negativos da PEC 241 para a garantia do direito humano à educação já têm tido repercussão e reconhecimento internacional. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação entregou dossiê técnico durante a última Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) ao chefe da [Comissão de Educação] [...], ex-ministro do Reino Unido, Gordon Brown, que se mostrou extremamente preocupado com a medida. A PEC 241 contraria a última recomendação oficial do Comitê sobre os Direitos da Criança da ONU ao Brasil de independentemente de crise econômica ou política garantir a preservação dos recursos para a implementação do Plano Nacional de Educação, o qual com a PEC ficará inviabilizado. Os questionamentos sobre a PEC 241 [hoje 55] são objetivos. Como garantir, por exemplo, o cumprimento da meta 20 do PNE se o Estado brasileiro estará

impedido de aplicar “dinheiro novo” em políticas sociais, inclusive na educação? E a meta 17 do Plano Decenal, como alcançá-la se o piso nacional do magistério terá seu valor real congelado por 20 anos? E como superar as limitações orçamentárias do Fundeb, sobretudo com o compromisso de incluir mais estudantes nas escolas, se a vinculação constitucional de impostos será suspensa por prazo que supera a vigência do atual PNE? Aliás, pelo novo formato fiscal da PEC 241 [hoje 55], não há mais garantias de renovação do Fundeb, muito menos de instituição do CAQi [Custo Aluno-Qualidade Inicial] e CAQ [Custo Aluno-Qualidade], podendo a educação sofrer enorme retrocesso.

Essas indagações se pautam na dura realidade que será imposta pela PEC 241 às políticas educacionais, devendo, portanto, o parlamento nacional – autor da [própria lei que institui o Plano Nacional de Educação] [...] e outras – rejeitar essa medida de grande prejuízo para o país e para a população que mais necessita dos serviços públicos. Por outro lado, como forma de superar a momentânea crise fiscal imposta não pela expansão da oferta de serviços públicos à população brasileira, mas por um cenário internacional adverso não apenas ao Brasil, o Fórum Nacional de Educação propõe ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional a revisão do marco regulatório tributário nacional, com vistas a ampliar a arrecadação de impostos sobre a renda, o lucro e o patrimônio dos que detêm a riqueza nacional, regulamentando, inclusive, o Imposto sobre Grandes Fortunas, mantendo as riquezas do petróleo para o financiamento da educação pública e da saúde e eliminando a incidência de desonerações de impostos sobre as políticas sociais, sobretudo das que detêm vinculação constitucional.

Assinam essa nota diversas entidades que compõem o Fórum Nacional da Educação. Também há que se considerar os pronunciamentos dos últimos dias, principalmente após a aprovação na Câmara dos Deputados, e que, com essa nota da CNBB, da Anped, da Anpae, da Campanha pelo Direito à Educação – o Daniel daqui a pouco provavelmente vai falar –, da ABGLT, do Mieib, dos fóruns de EJA do Brasil, da UNCME, ad Undime, dentre outras, estando às vésperas de começar a discussão da Conae 2018, que a gente não faça com isso a morte da participação social nos rumos dos planos de educação do Brasil.

[Notas Taquigráficas\Com. de Direitos Humanos e Leg. Participativa - SF\Nota Taquigráfica CDH 31-10-2016; Posição: 6 - 6]

54.

se aprovada a PEC 241, e as despesas previdenciárias atingirem apenas 8,6% do PIB em 2036, e as despesas com saúde e educação forem congeladas, todos os outros gastos públicos como funcionalismo, segurança, defesa, proteção contra catástrofes, obras viárias, saneamento, habitação, ciência e tecnologia, justiça, legislativo terão que disputar 1% do PIB, não mais que 1% do Produto Interno Bruto nacional, porque é isso que vai restar do orçamento para esses setores. Seria, então, a destruição do Estado nacional.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 18-08-2016 Senado; Posição: 3 - 3]

55.

o objetivo da PEC 55 é o de recuperar a confiança na economia, promovendo, pela primeira vez no Brasil, um ajuste fiscal pelo lado da despesa, com o objetivo de criar as condições para uma retomada do crescimento em bases sólidas. A elevada carga tributária no Brasil, bem acima da registrada em outras economias emergentes, impede que se realize um ajuste pelo lado da receita, já foi colocado isso aqui. De acordo com a Receita Federal, a carga tributária no Brasil, em 2015, foi da ordem de 33% do PIB.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 17-11-2016 Senado; Posição: 36 - 36]

56.

Eu quero dizer a V. Ex^a o seguinte: se nós não votarmos a PEC agora e tivermos que votar daqui a três, quatro, cinco anos, pode ter certeza a população que me escuta, vamos votar numa situação muito mais precária. Essa é a alternativa e o caminho para tirar este País desse caos em que ele foi colocado

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 17-11-2016 Senado; Posição: 37 - 37]

57.

a PEC 55 é colocada como uma alternativa à crise fiscal que o País vive, mas que há outras alternativas disponíveis. Isso não implica, de forma alguma, negar a gravidade da crise

SR. FERNANDO MONTEIRO RUGITSKY (Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado; Posição: 5 - 5]

58.

Estudos do Sérgio Gobetti e do Rodrigo Orair, pesquisadores do Ipea, que são, notavelmente, os maiores especialistas em contas públicas de que dispomos hoje, mostram que a reinstauração do imposto sobre lucros e dividendos distribuídos e a... (Soa a campanha.) O SR. FERNANDO MONTEIRO RUGITSKY – ... extinção dos juros sobre capital próprio permitiriam uma arrecadação, em valores de 2013, de pelo menos R\$40 bilhões. Se fosse feita sem a alíquota linear de 15% como era feito, mas, de forma progressiva, com as alíquotas hoje vigentes para Imposto de Renda de Pessoa Física, ou seja, 7,5%, 15% e 27,5%, para diferentes taxas, cobrando mais de quem recebe mais dividendos e menos de quem recebe menos dividendos, em valores de 2013, isso permitiria uma arrecadação de R\$70 bilhões. Como as senhoras e os senhores sabem, o déficit primário desse ano está estimado em R\$170 bilhões. Isso daria conta de quase metade, já, desse déficit.

SR. FERNANDO MONTEIRO RUGITSKY (Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado; Posição: 7 - 7]

59.

A PEC 55 estabelece um teto para gastos primários, ou seja, aqueles gastos essenciais para a sociedade brasileira – os gastos com saúde, com educação, com ciência e tecnologia, com assistência social, com previdência –, os gastos do Governo Federal como um todo, menos os gastos com o pagamento dos juros da dívida. Como é dividido o Orçamento da União? Vamos ao exemplo com números de 2015. Em 2015, as receitas totais do Governo Federal foram da ordem de R\$2,7 trilhões. Desses R\$2,7 trilhões, o Governo pagou R\$960 bilhões em juros. Vamos imaginar que o Orçamento seja uma pizza: um pedaço da pizza vai para saúde, outro vai para previdência, outro vai para educação. O pedaço da saúde e da educação correspondem a dois pedaços da pizza – que correspondem a 8% –, e os outros vão se dividindo. A previdência tem uma fatia maior, corresponde a 22%. E os gastos com juros são quase a metade da pizza. No entanto, a PEC não os altera, não estabelece teto para os gastos com juros. É isso que me parece injusto

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 29-11-2016 Senado; Posição: 14 - 14]

60.

peço àqueles que defendem a PEC nº 55: se introduzirem um teto de gastos para a dívida pública, podem contar com o meu voto

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 8-12-2016 Senado; Posição: 8 - 8]

61.

Não vi... não vi nenhuma circulação de outras ideias e a minha impressão é que não houve esse tipo de debate público porque era uma situação de emergência. Ou pelo menos os técnicos da Fazenda conseguiram passar essa impressão de que a situação era urgente, né? Então foi tipo assim: é tudo ou nada, ou é isso ou é o desastre aí é o descontrole da área econômica com consequências imprevisíveis. Aí, enfim, com reação do mercado, enfim, juros nas esferas, esse tipo de situação, né? Então, eu acho que foi muito essa questão da premência do tempo que afetou o debate e realmente existem soluções, não só de regras diferentes, como também de formas diferentes de fazer um teto de gasto, né existem.

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 20 - 20]

62.

Dessa maneira, vamos deixar a PEC, quando você tivesse se aproximar regra aqui depois de três quatro anos, já desce um pequeno ganho, né?
14:38 - 15:23 - Mínimo do PIB tal do PIB cresceu pouco como cresceu.

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 28 - 29]

63.

então se nasceu com Paulo Rabelo de Castro vendendo por Ricardo Barros e a gente falou olha.

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 56 - 56]

64.

o teto de gastos não era bem um instrumento tão adequado assim porque a forma como foi colocado ela ele trazia assim um argumento forte, mas não sentia muito parâmetro ali esse como é que a essência crescimento do em relação se eu coloco ali a inflação o que que Como é que eu vou colocar esse uma trala tão forte por 10 anos então a discussão ela foi muito centrada nisso, o que que é razoável para se trazer a responsabilidade fiscal instrumentos fortes para o ministério da fazenda, mas também não sufocar totalmente um modelo que a gente não sabia o certo seria se ia conseguir a única parâmetro que se tinha isso eu acho que foi importante é de que as dotações estavam infladas que não existia aquela capacidade de execução

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 10 - 10]

65.

E tinha também uma discussão técnica sobre usar spending review, novos paradigmas que não só o superávit primário, né? Ou seja, a gente tem que ir além da Meta. Agora eu tenho que tratar o gasto o que que eu tô fazendo com aquele limite que tá sendo que está sendo dado... e eu lembro que eu vi bastante discussão técnica sobre quais são as experiências no exterior que fazem com que possa melhorar a qualidade do gasto mais do que apenas ficar preocupado com o resultado em si, né? O que que eu tô fazendo com as minhas receitas?

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 21 - 21]

66.

No que você pode autorizar você cria um volume morto, vamos dizer assim pronto para negociação. E aí quando a gente foi lá e aí por isso que eu falei do Zé Roberto o Zé Roberto, né? O George O Julião não mas a gente nunca pensou que autorizado vai ser diferente do que eu pago em termos de limite. Então escreve isso se realmente você quer que você quer segurar autorizado na verdade? Você não quer segurar o sol pago você já tem. Esse instrumento que é o resultado primário. Então tudo bem você dizer que a pé que é no pago. Mas você vai ter que segurar o autorizado.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 42 - 42]

67.

Sim, em relação ao pessoal que quer gastar... desenvolvimentista... a gente precisa gastar para manter a atividade econômica funcionando... Então, aqueles que eram dessa linha também viam no teto uma restrição à capacidade do governo de investir no longo prazo. Então acho que isso também tinha um pouco, mas não tão forte quanto a área de educação e saúde.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 62 - 62]

68.

Vamos definir 60% do PIB caso a dívida ultrapasse tanto por cento do PIB, você tomaria medidas automáticas de correção. Até a imprensa repercutiu um pouco, mas estranhamente o ministro da Fazenda o Meireles, né? Ele não quis entrar nisso. E aí ficou que ficou aquela pô, mas se o problema é a dívida porque não acionar um gatilho de restrição, por exemplo de aumentos obrigatórios quando você tiver atingido determinado nível da dívida. E aí a gente ficou com a impressão, mas aí não tenho assim, né de que como o Meirelles representa tipicamente o interesse dos bancos. O problema não é exatamente a dívida, é a solvência da dívida que tem a ver com o fluxo, né? que tem a ver mais com o fluxo da capacidade de pagamento.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 46 - 46]

69.

Mas você corrigir só pelo IPCA e não considerar que o país cresce o que pode crescer, né? Ou seja caso o país crescesse existe uma proposta caso Viesse a crescer você pelo menos metade daquele crescimento você permitiria a ampliação do teto metade daquele percentual que da forma como saiu a regra isso só não ficou mais perceptível. É em função do baixo crescimento. Mas caso o país tivesse ser crescido você perceberia que
16:11 - 16:24 - Que é que ficaria insuportável você corrigir a despesa primária apenas pelo IPCA sem considerar o crescimento econômico

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 52 - 53]

70.

Algumas despesas que Teoricamente não poder não deveriam ficar no teto precatórios já desde o início não deveria ter ficado uma ideia nem na base nem no limite assim como o transferências para estado do município não estão no teto, né? Porque não faz sentido, né? E elas têm uma dinâmica independente.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 68 - 68]

71.

A gente tentou trabalhar. Inclusive, a gente fez uma.
40:45 - 40:51 - Eu acho que isso foi Deixa ver quando foi isso uma PEC sobre a regra de ouro.
40:52 - 41:11 - Em que o indicador do problema fiscal estaria mais ligado ao fato de você ter operações de crédito em volume maior do que a despesa de Capital ou seja. Na verdade eu

desequilíbrio entre.

41:12 - 41:18 - Do orçamento corrente, né? Receita corrente despesa corrente e esse desequilíbrio que é o problema.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 164 - 167]

72.

e a regra de ouro.

47:14 - 47:19 - Ela é regra de ouro, ela tem uma abrangência maior porque a regra de ouro.

47:20 - 47:26 - Você encher você passa a enxergar é uma relação entre a receita corrente de despesa corrente.

47:27 - 47:45 - Então tudo que acontece na receita também, passa a ser importante para o equilíbrio fiscal, né? Então quando você quer na regra de ouro não interessa mais o que interessa só é o nível da despesa primária. Então você tá meio que abandonando uma parte importante das contas fiscais.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 202 - 205]

73.

Essa questão da revisão do método de correção porque na época se falava-se que o IPCA seria insuficiente o pessoal jogava sempre para revisão do método de correção, só que ele tá para 2027.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 211 - 211]

74.

educação na verdade em primeiro lugar o fundeb já ficou fora em segundo lugar a educação, já gasta muito acima do mínimo. Então você mudar o mínimo da educação não afetava muito, mas claro que teve o discurso a pressão política porque ninguém perde oportunidade, né? Principalmente porque você tinha uma posição muito Coesa contra a proposta, mas aí era um discurso minoritário porque o governo conseguiu construir maioria.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 31 - 31]

75.

nós temos de controlar o crescimento da despesa e não crescimento da receita mesmo porque já havia uma resistência muito grande no Congresso em qualquer aumento de receita, principalmente depois de 2008 que foi feita aquelas desonerações algumas bastante complicadas e de resultado bastante pernicioso até hoje bem esse foi o plano de fundo. Então o Marcos, ele bolou essa regra.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 32 - 32]

76.

que eu vejo aqui teve sua solução que a meu ver se você for olhar do ponto de vista histórico é uma solução brilhante, não é perfeita, mas tinha uma lógica que era o seguinte, vamos trocar um ajuste de curtíssimo prazo para Promessa de ajuste de médio e longo prazo.

05:11 - 06:08 - Porque porque eu acalmo o mercado, porque eu tenho uma regra que é longa, eu não consigo fazer aquela justa que eu deveria fazer como era o caso, como foi feito durante o governo Fernando Henrique como foi feito o começo do governo Lula... um ajuste muito drástico muito curto eu não consigo que naquela época tinha receita muito abundante e as despesas ainda tavam com espaço menor então era possível fazer um ajuste muito draconiano. Mas no não dá mais não tem mais pessoas obrigatória, tá muito alto a trajetória dessa questão muito alta. Então eu preciso dessa trocar uma coisa de curto prazo por uma coisa de médio prazo. Então se você for analisar aí tá o lado positivo do negócio, mas o lado positivo já era

negativo também o lado positivo é o seguinte eu troco uma concepção de curtíssimo prazo médio prazo que obviamente os atores de mercado só vão aceitar se fosse uma coisa com a regra muito forte. Daí o porquê da emenda constitucional e não de uma LDO uma coisa assim

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 16 - 17]

77.

Você deixou ter os bárbaros na porta e a própria classe política exigia alguma, sabe, alguma solução. O que aconteceu? O que aconteceu: o NRF foi a solução estruturada.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 40 - 40]

78.

Então a outra argumento que tem contra fora o argumento teórico, que é que eu não concordo com política de restrição que é teórico...

Tem um outro argumento que é um argumento setorial... não, mas vai prejudicar a educação vai para Por exemplo, quando foi feito o maior complicador daquela época, não foi algo teórico foi o argumento que deu mais trabalho foi argumento da educação da Saúde.

O da educação e da Saúde foi por causa das bancadas do tamanho das bancadas foi o que deu mais problema para sair do outro lado porque não mas aí você tá limitando o crescimento, mas não tá porque ao contrário se você botar não tá limitando o crescimento, ele tá garantindo. Aí depois você fala sim, mas aí em certas circunstâncias vai ter um aumento maior do que tudo na vida assim Finanças em qualquer coisa tem uma relação risco retorno.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 93 - 95]

79.

Não houve apresentação de alternativas.

Eu, por exemplo, me dedique à abordar essa questão de investimentos bem selecionados, que devem ser uma exceção no teto de gastos, muito mais do que a inflação.

Como parâmetro?

Então eu acho que hoje.

Salta aos olhos que tratar da mesma forma.

Sob o mesmo teto de gastos despesas de custeio, especialmente despesas de pessoal e despesas de investimento.

Não é uma coisa inteligente, e não se aplica ao Brasil.

[Entrevistas\Entrevista de Esperidião Amin; Posição: 42 - 48]

80.

Então como esse diagnóstico era de certo modo consensual, com exceções, os economistas da época, no governo, Marcos Mendes principalmente, propuseram uma nova regra fiscal. Vale dizer que já havia já tava em debate em discussão uma outra regra fiscal já prevista na Constituição desde 1988 que é o limite para a dívida pública. Só que no caso da União isso nunca foi regulamentado a mensagem presidencial de 2001 que deu origem ao projeto de resolução do Senado que limita a dívida dos estados e municípios teve resultado e a resolução foi aprovado, mas no caso da União nunca foi apreciado Senador Serra desativou.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 13 - 13]

81.

Os governos inclusive governos diferentes Conseguiram manter o compromisso com a meta de primário, mas o teto tem essa vantagem de não ser pro cíclico ou enquanto a meta de primário acaba não levando em conta essas questões do ciclo de atividade econômica daí inclusive. Porque existe a meta de primária ajustada pelo ciclo, né? Chamado resultado

primário estrutural etc etc bom a desvantagem do teto a meu ver é que ele não tá ligado diretamente a sustentabilidade da dívida como a meta de primário que no caso está né? Porque o primário é recente de despesa o caso do teto não é que ele não vai ajudar para sustentabilidade da dívida, mas ele pode levar um ajuste maior do que o necessário se a gente calcular o esforço necessário para estabilizar a dívida PIB com alguns parâmetros mapa econômicos. Ou seja é uma regra que tem como objetivo Claro o tamanho do Estado.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 15 - 15]

82.

o Serra tinha umas ideias de fazer uma meta de dívida. E, mas aí tinha dúvida se era dívida bruta ou líquida. Como não era uma proposta operacional, de uma proposta com a simplicidade de operacional teto de gastos

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 12 - 12]

83.

ganhou pela simplicidade

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 13 - 13]

84.

Que a forma que eu trabalhei, né? Eu disse para eles olha pessoal.

- - As decisões vão ser conjuntas vamos discutir bastante o máximo que der vamos no máximo de informação, mas eu sou governo.

- - Eu sou vice do governo e fui escolhido relator.

- - Se nós precisarmos mudar mudar o conteúdo o foco maior do teto de gastos, eu não vou permitir.

- - Isso eu disse assim bens, é claro bem tranquilo para ele saber como é que teria minha conduta não é? Mas todos.

- - Vibraram com a chegada da proposta viu?

- - Ele estava esperando um negócio assim, eles estavam vibrando podia mudar ali podia mudar aqui podia ser diferente aqui ia colar, né, mas todos queriam, então isso ajudou e eu disse claro, então eu não tive atrito com nenhum consultor não vazou nada.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 279 - 285]

85.

Ah teve uma que que ficou na dúvida de nós colocarmos um gatilho que de repente a economia começasse a melhorar bastante, né? Que tivesse um gatilho para já flexibilizar que era 10 era 20 anos, né? Era IPCA. E então é uma revisão com 10, mas era 20 anos, né? E dá pode mudar qualquer momento e isto eu fiquei na dúvida como relator com os Consultores.

- - Interessante botar isso. Como vocês trabalham.

- - E eu fiquei na dúvida, tá? E daí nessas alturas do jogo já tá?

- - Não sabia tudo mas já estava sabendo quase.

- - Para debate tava bom responder a Imprensa internacional lá tinha tradutor do meu lado, Banco Internacional e que nós recebemos de gente no meu gabinete, eu sempre com consultor ou alguém do governo me ajudar, né? Eu sempre fiz isso, ele também eu aprendi. Antes também e aí e aí não havia assim não até os Consultores queriam votar, entendeu? Eu acho que quase todos queriam o gatilho quase todos eu botei em votação e quase todos queriam o gatilho e disse olha pessoal.

- - Você já levaram lá, o governo quer, que às vezes faziam reunião sem a gente, sem os ministros e sem eu, tá? Depois tivemos uma final e preferir no local normalmente era na câmaras reuniões, tá? Achei interessante uma historinha para melhorar isso. E aí eu decidi e os Consultores concordaram e fazer essas reuniões fazer no campo da Fazenda nessa sala, tá?

- - Porque lá não tinha imprensa na porta tinha imprensa lá embaixo, né? Mas não na porta da sala lá e o pessoal fica bem próximo, né? Então a gente podia trabalhar melhor. Isso foi uma boa decisão também, né as reuniões. Vão colocar como mistas sempre foram feitas lá por decisão minha.
- - Uma melhor dinâmica de trabalho e aí fomos para reunião final aí o presidente do Banco Central foi lá. Foi lá também.
- - E fomos fomos saindo aqui ia colar e chegou no gatilho.
- - Na saúde também foi importante houve um avanço na saúde importante esses dias e fui conversar lá com o diretor de planejamento de ministério, nem me lembrava mais. Ô Perondi, aquela vez você manteve a escada, né? E nós não perdemos, você aceitou a proposta. Nossa tinha aumentado em 15% que nós gostamos de um aumento naquele orçamento do ano seguinte a gente, a saúde, para defensor da saúde uma potra recursos muito bom muito bom. Aí chegou no teto.
- - E o governo não aceitou gatilho, aí eu olhei para a turma.
- - Eu disse, olha a minha turma quer gatilho.
- - Todo mundo se olhou, se olhou, meus conselheiros, mas eu, nós não vamos discutir o gatilho. Vocês já discutiram bastante nas reuniões anteriores, né? E ele sabe que se o governo não tivesse a ideia do gatilho do governo, eu manteria o gatilho tá então o gatilho não bateria tirariam para ti. Aliás, não incluiria o gatilho então.
- - Já já preparei o pessoal nem precisamos discutir isso precisa discutiram muito eu discutir pelo grupo, se você se os senhores se o governo quisesse não quisesse ficaria fora o governo não quis ficou fora tá coisa interessante

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 299 - 312]

86.

A presidenta Dilma tinha acabado de sofrer um golpe e foi impeachmada pelo Congresso Nacional. O Governo Dilma tinha uma linha economia que estava sofrendo ajustes para enfrentar a crise e a partir do início do segundo mandato de Dilma a economia brasileira rapidamente deteriorou-se, apesar de que a situação não fosse tão ruim como no período anterior. Mas, o Brasil vivia um baixo crescimento e ainda assim a inflação não estava fora do controle, mantinha-se dentro das metas para o período. O nível de emprego era elevado e a renda crescia, apesar de crescer a taxas cada vez mais decrescentes.

Com a ascensão ao poder do Governo Temer através do golpe de 2016, este viu-se numa situação de ter que dar uma resposta mais rápida e imediata (não ao povo brasileiro e trabalhador, mas aos investidores), daí a saída rápida – sem discussão com a sociedade – foi criar esse Novo Regime Fiscal que limita o crescimento do país em termos econômicos e sociais.

O que eu percebi e conforme agora é que o Governo de Temer e de seus aliados não tinham nenhuma opção plausível e segundo seus porta-vozes a austeridade seria a única saída. Alegavam que a economia estava sendo deteriorada pelos gastos do governo. Nenhum país do mundo adotou uma política tão severa quanto essa do teto de gastos, principalmente por ter colocado essa regra na Constituição Federal.

[Entrevistas\Entrevista de Vanessa Grazziotin; Posição: 9 - 11]

87.

a oposição tinha alternativas sim. Na época o senador Requião apresentou um substitutivo que foi discutido com vários economistas progressistas. Teve também a apresentação de uma outra proposta encabeçada pelo PT e com apoio de aliados. Essas foram as duas principais.

A do senador Requião, se não me falha a memória, tratava de se ter um controle fiscal, mas com prazo de avaliação a cada quatro anos, quem nem um PPA, previa a irredutibilidade do gasto social per capita, isso quer dizer, que os gastos deveriam ser condizentes com o crescimento da população, além da irredutibilidade do salário mínimo.

A do PT e aliados sugeria que o limite de gastos tivesse duração apenas de um mandato de

quatro anos com alteração da regra a cada Plano Plurianual, que nem todo recurso economizado fosse gasto para o pagamento de juros da dívida pública e também alterava a regra de correção do teto para incluir o aumento real do PIB a partir de 2019. Aquela proposta excluía do limite de gastos as áreas de saúde, educação e assistência, além dos investimentos públicos. E além disso nós queríamos excluir também do texto a cláusula que evita aumentos reais do salário mínimo sempre que este estourar o teto. Tínhamos alternativas, mas a vontade do Governo Temer de deixar uma marca (apesar de ser uma marca ruim) pesou mais naquele momento e nossas propostas foram derrotadas uma após outra.

[Entrevistas\Entrevista de Vanessa Grazziotin; Posição: 16 - 20]

88.

primeiro uma concepção austericida eu diria ou seja de que é preciso conter os gastos e vai os gastos suas despesas primárias, né? Então você as despesas financeiras que levam quase a metade do orçamento brasileiro, elas ficaram Intocáveis

[Entrevistas\Entrevista de Érika Kokay; Posição: 9 - 9]

89.

emenda a emenda constitucional.

06:37 - 07:37 - Que é criminosa é criminosa porque você tem despesas primárias que crescem para além da própria inflação e nós vamos ver os insumos da área de saúde e enfim e de tantos outros elementos que crescem além da própria da própria inflação e você nem fez uma discussão que foi muito confundida a época não nós vamos precisamos gastar o que a gente arrecada é então, mas não é essa relação é você pode arrecadar 400, mas se a inflação representa 100 é 300 vão para as despesas financeiras e 100 comprar políticas públicas. Então nem isso que foi um pouco que foi construído e se comparando inclusive com a economia doméstica é uma comparação absolutamente irreal

[Entrevistas\Entrevista de Érika Kokay; Posição: 13 - 14]

90.

tomou um lugar por exemplo de discussão de uma reforma tributária, para que você pudesse tirar o caráter regressivo que tem a política tributária que taxa muito consumo que trata muito a renda dos trabalhadores

[Entrevistas\Entrevista de Érika Kokay; Posição: 15 - 15]

91.

a reforma tributária com tantas outras é possibilidades ou inclusive de emissão, inclusive de utilização de reservas e tem um colchão de reservas é grande o Brasil é que foi construído que ficam assim tocar Intocáveis

[Entrevistas\Entrevista de Érika Kokay; Posição: 18 - 18]

92.

não tem nenhum país no mundo que tem resolvido que tenha saído da da esfera de de atrasos de desemprego sem ter investido em políticas públicas em educação e políticas industriais em políticas é desenvolvimento Nacional não tem política e desenvolvimento Nacional, não tem então por isso é os parlamentares penso eu se sentiram confortáveis numa crise no crescimento de uma oposição muito grande ao próprio governo que estava posto e com as foi esperto o governo temer porque foi muito rápido

[Entrevistas\Entrevista de Érika Kokay; Posição: 39 - 39]

93.

Então, a gente fazia toda uma discussão é sobre a que se resolve inclusive os problemas fiscais se resolvem é com o nível de investimento e com o projeto é de desenvolvimento Nacional, a gente sempre pontuava isso e que outras formas de resolver o teto... se discutia muito as reservas, mas se discutia também muito a uma reforma tributária que exigiriam energia e poderia ser efetivada, mas assim não tem nenhum tipo de problemas de desequilíbrio em qualquer país do mundo que se resolva com fiscalismo puro

[Entrevistas\Entrevista de Érika Kokay; Posição: 46 - 46]

94.

o que aumentou nessa década não foi a despesa foi a queda da arrecadação por conta das desonerações talvez tenhamos exagerado nas desonerações que aliás o governo agora não está mexendo em nada

[Youtube\Câmara dos Deputados\Deputados discutem PEC do Teto de Gastos Públicos; Posição: 274 - 279]

95.

outras medidas a reforma tributária mais do que a reforma da previdência a reforma tributária que nós temos que fazer é grave e tem que ser tem que meter o dedo disso na ferida você tem que contar achar os rentistas e as grandes fortunas são várias eu prefiro um caminho da regulamentação da constituição do que alterar a constituição

[Youtube\Câmara dos Deputados\Deputados discutem PEC do Teto de Gastos Públicos; Posição: 770 - 779]

96.

e o tempo inteiro fala que as despesas cresceram demais que a gente fez estão fora de controle e que a única solução viável para o país a cortar despesas para aí sim todos os pontos da vida social a gente traz o contraditório porque na economia a gente não tá fazendo o contraditório a economia não é uma ciência exata ela tem suas teorias ela tem seus pontos de vistas

[Youtube\Câmara dos Deputados\Teto de gastos públicos; Posição: 350 - 353]

97.

Não é verdade que a despesa vai estão crescendo de forma descontrolada quando a gente avaliar a receita a gente percebe que ela vinha crescendo Então já FHC Lula a gente uma receita que crescia quando a gente chega no governo Dilma de 2011 a 2014 a gente tem uma queda de cinquenta por cento da receita então a crise aqui nós vivemos é uma crise de despesa é uma crise de receita

[Youtube\Câmara dos Deputados\Teto de gastos públicos; Posição: 359 - 361]

98.

um privilégio sem retorno para a sociedade 2014 foram 450 bilhões de reais de gastos tributários

[Youtube\Câmara dos Deputados\Teto de gastos públicos; Posição: 376 - 376]

99.

a visão que a pec traz é de que o problema central macroeconômico do brasil que gera que levou à atual crise econômica é o alto nível de gasto público esse entendimento a outros entendimentos contrários né e divergentes a economia é uma ciência exata então ela permite essa profusão de rendimentos há outros que entendem que o governo central é a falta de competitividade do brasil tanto temos internas quanto termos internacionais e não seria exatamente essa questão que seria o entrave e sim uma a uma redução da burocracia e procedimentos de exportação é uma reforma tributária por exemplo poderá se - a produção enfim inúmeras revisões a a própria questão cambial que que em muitos lugares do brasil produzir um fenômeno de desindustrialização então alterando as vantagens competitivas do brasil não são os países enfim há uma visão divisões econômicas ea pec ela ela faz um diagnóstico ela tem um diagnóstico por trás que a solução da crise econômica do país está na redução do gasto público um dos pontos polêmicos dessa pec é que ela muda os critérios para calcular os gastos em saúde e educação né e alguns especialistas alguns economistas eles dizem que pode haver um congelamento nos investimentos nessas áreas é isso mesmo hoje o gasto com saúde o gasto com educação eles são indexados a as receitas né no caso da saúde é indexado à receita corrente líquida da união e no caso da educação aos impostos então a pec altera isso e é verdade ela define um novo uma nova forma de cálculo dos pisos para investimento nessas áreas que seria o gasto em 2016 corrigido pela inflação então haveria sim uma manutenção do valor real investido nessas áreas como piso não ser a mente não impede que se

gastar mais mas haveria um piso que de acordo com as variáveis econômicas pode ser menor do que o que é garantido pela atual legislação que caso a proposta seja aprovada pelo congresso este ano

[Youtube\Senado Federal\Consultor de Orçamento avalia efeitos da PEC 241/2016, que conge; Posição: 26 - 77]

100.

em recessão um 2015 e o governo promove um ajuste fiscal em pleno em plena recessão que piora ainda mais a situação e dada a gravidade desta crise não só isso mas você tem outros dois fatores que complicam ainda mais já tinha setor privado com dificuldade de honrar compromissos financeiros o suplemento ajuste fiscal que foi extremamente aaaa difícil para as empresas lidarem com isso mas o banco central aumentar juros comprometendo ainda mais os fluxos de caixa das empresas e famílias porque o júri só então divididas o custo da dívida aumenta e você promove um choque brutal dos preços administrados em 2015 piorando a situação de fluxo de caixa de balanças empresa então foi a tempestade perfeita do setor privado

[Youtube\Senado Federal\Economista avalia proposta que limita gastos públicos - Bloco 1; Posição: 323 - 343]

101.

o economista felipe rezende criticou o argumento do governo de que a pec 241 é necessária para reverter o descontrole no aumento dos gastos públicos a pec dos 41 vêm como uma tentativa de controlar os gastos do governo justamente que o argumento convencional de que houve e controle por parte do governo nas despesas primárias política fiscal e isso os dados não mostram é apenas cantar os malefícios que essa proposta de emenda constitucional de teto dos gastos é em gastos sociais que não mexe em absolutamente nada nos gastos financeiros não é não é apenas apontar os malefícios que são muitos obviamente no curso do debate nós faremos mas

apresentar alternativas na américa latina o brasil foi o país que mais conseguiu reduzir a desigualdade com a política fiscal ou seja com a política de gasto

[Youtube\Senado Federal\Economistas sugerem mudança tributária em alternativa à PEC dos; Posição: 38 - 60]

102.

o presidente do conselho federal de economia avalia que as medidas até poderiam ter efeito positivo sobre a produção mas as consequências sociais seriam na opinião dele muito ruins na verdade o propósito é reduzir os gastos retirando direitos e aqui é importante que brando os movimentos sindicais sociais não tenham dúvida disso

[Youtube\Senado Federal\Especialistas criticam PEC que limita os gastos públicos; Posição: 20 - 29]

103.

nós não fizemos nenhuma emenda de conteúdo essa pec até porque não tem nenhuma emenda com capacidade de modificá-la melhorá-la arrumá lá é impossível essa pec ou a gente rejeita ou vai ser aprovada não tem não tem como melhorá lá ela é uma pec que realmente atenta contra a organização das finanças públicas e principalmente os programas sociais mas ainda que eu fiz tem um caráter mais processual é uma emenda para submeter essa pec a legitimidade popular

[Youtube\Senado Federal\Gleisi Hoffmann propõe um referendo popular sobre a PEC dos Gas; Posição: 16 - 28]

104.

O orçamento da educação para 2016 é de R\$ 129 bilhões. Tinha sido cortado R\$ 6,4 bilhões pelo governo Dilma-Mercadante. Nós repusemos, por decisão do presidente Temer, R\$ 4,7 bilhões e, para o próximo ano, de R\$ 129 bilhões, nós vamos para R\$ 139 bilhões. A PEC 241 estabelece um limite máximo, global para tudo o que é gasto público. Não afeta a educação.

[Youtube\Planalto\Mendonça Filho Não haverá nenhum prejuízo para a educação; Posição: 15 - 20]

105.

Não diminuirá o dinheiro da saúde, não diminuirá o dinheiro da educação.
Essa proposta é transformadora, revolucionária, para nós sairmos dessa crise que afeta primeiro os pobres, os assalariados, os desempregados.
Esta PEC não é do teto.
Esta PEC é a PEC da responsabilidade.

*[Youtube\Planalto\Relator da PEC 241 afirma que proposta é inovadora e revolucion;
Posição: 16 - 20]*

106.

O governo não apresenta um projeto ao País capaz de dar respostas, mesmo que tímidas, a questões cruciais como segurança com respeito aos direitos humanos, saneamento, mobilidade, acesso às melhores oportunidades de vida, soberania e segurança alimentar e nutricional, proteção e uso sustentável dos recursos naturais e o aperfeiçoamento das instituições democráticas para garantir direitos de cidadania aos segmentos mais vulneráveis da população.

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\voto em separado CCJ RANDOLFE RODRIGUES; Posição: 9 - 9]

107.

Uma proposta viável seria a apresentação, por Projeto de Lei, de estabelecimento de um teto de gastos que se referenciasse no crescimento do PIB sempre que houver superávit orçamentário no exercício anterior, ajustado pela inflação.

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\voto em separado CCJ RANDOLFE RODRIGUES; Posição: 11 - 11]

108.

As desigualdades sociais não podem ser combatidas apenas do lado dos gastos. Nosso sistema tributário é regressivo e injusto. A situação fiscal impede a redução da carga tributária, mas essa já é elevada e impede, também, que o déficit fiscal seja reduzido com o aumento ou criação de impostos. No entanto, a maior tributação da renda e patrimônio dos segmentos de maior renda permitiria a redução dos impostos indiretos que penalizam os mais pobres.

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\voto em separado CCJ RANDOLFE RODRIGUES; Posição: 11 - 11]

109.

Estimou que, com a PEC 241, seriam investidos pelo governo federal na área da saúde 1,01% do PIB no ano de 2036, em contraposição a uma média histórica dos últimos anos de 1,65% do PIB. De todo modo, considerou necessário que todos devem cuidar do Orçamento “para não haver colapso”.

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 16 - 16]

110.

o ajuste fiscal vem sendo feito essencialmente através do aumento da carga tributária e do corte de investimentos.

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 17 - 17]

111.

Defendeu que o ajuste não deveria ser feito nas despesas primárias, mas nas despesas com juros, visto que estas representam o real entrave para o crescimento do País e o que realmente provoca o desajuste de nossa economia

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 20 - 20]

112.

uma vez entendido os direitos de segunda dimensão também como cláusula pétrea que o Congresso Nacional deve perseguir a ampliação e não a restrição e a abolição, percebe-se que, um direito fundamental enunciado não se sustenta por si só, necessitando de institutos jurídicos e de estruturas mínimas para sua efetivação real. Ou seja, é tão inconstitucional retirar o direito à saúde do rol do art. 6º da CF quanto realizar, como faz a PEC 241, um desmonte do SUS, que efetiva aquele direito.

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Voto em separado 1 PT; Posição: 4 - 4]

113.

as despesas com saúde e educação possuem critérios específicos de proteção, mas perderão as garantias atuais e apenas a correção inflacionária sobreviverá

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Voto em separado 2 LUCIANA SANTOS; Posição: 2 - 2]

114.

os gastos financeiros não sofrem nenhuma restrição

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Voto em separado 2 LUCIANA SANTOS; Posição: 11 - 11]

115.

Foram afastadas as soluções como a taxação de grandes fortunas ou das maiores heranças

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Voto em separado 2 LUCIANA SANTOS; Posição: 11 - 11]

116.

O limite sobre a despesa empenhada teria as suas vantagens. Ao impor restrição aos compromissos que o Estado pode assumir, evitaríamos a ocorrência de despesas realizadas e não pagas. Adotando-se o critério de “despesas pagas” não se afasta, a priori, a possibilidade do cumprimento do limite por meio de atrasos de pagamentos, o que não constituiria ajuste fiscal legítimo, mas tão somente repressão fiscal, que empurraria o problema para frente, sem resolvê-lo.

[Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Exposição de Motivos 83-2016 PEC-241-2016; Posição: 7 - 7]

4. Código: Fluxo Político

4.1. Código: Distribuição de poder no Congresso Nacional

1.

A PEC 55/2016 foi aprovada em 29 de novembro, em primeiro turno, com 61 votos favoráveis e 14 contrários.

*[Notícias Internet\PEC que restringe gastos públicos é aprovada e vai a promulgação;
Posição: 24 - 24]*

2.

O Senado Federal aprovou nesta terça-feira (13), por 53 votos a favor e 16 contra, o texto final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, que impõe um teto aos gastos públicos pelos próximos 20 anos. A matéria aprovada na Câmara dos Deputados como PEC 241 precisava de pelo menos três quintos dos integrantes do Senado (49 de 81) para ser aprovada em segundo turno e seguir para sanção presidencial.

*[Notícias Internet\Saiba o que muda com a aprovação final da PEC do Teto dos Gastos;
Posição: 5 - 5]*

3.

o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que é necessária "uma saída para a enrascada em que se meteram as contas públicas".

— Para quem ainda não se convenceu da premência das medidas a serem tomadas e que estão, na sua grande maioria, contempladas na PEC 55, basta lembrar que, entre 1997 e 2015, o orçamento do governo cresceu 864%, tendo como consequência um déficit primário de R\$ 170 bilhões, como todos sabem, o maior já registrado no Brasil — afirmou Renan

*[Notícias Internet\Renan defende PEC do Teto dos Gastos Públicos em sessão temático;
Posição: 3 - 4]*

4.

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do teto dos gastos públicos foi aprovada em sua última votação no Senado nesta terça-feira (13). A proposta foi aprovada por 53 votos a favor e 16 contrários em segunda votação. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), não votou.

O resultado representa oito votos a menos a favor do governo na comparação com a primeira votação, em novembro, quando 61 senadores votaram a favor e outros 14 foram contra.

Por ser uma emenda à Constituição, a medida precisava de 49 votos para ser aprovada.

Conheça os 53 senadores que votaram a favor da PEC:

Aécio Neves - PSDB-MG
Aloysio Nunes - PSDB-SP
Alvaro Dias - PV-PR
Ana Amélia - PP-RS
Antonio Anastasia - PSDB-MG
Antonio Carlos Valadares - PSB-SE
Armando Monteiro - PTB-PE
Ataídes Oliveira - PSDB-TO
Benedito de Lira - PP-AL
Deca - PSDB-PB
Cidinho Santos - PR-MT
Ciro Nogueira - PP-PI
Cristovam Buarque - PPS-DF

Dalirio Beber - PSDB-SC
Edison Lobão - PMDB-MA
Eduardo Amorim - PSC-SE
Eduardo Braga - PMDB-AM
Elmano Férrer - PTB-PI
Eunício Oliveira - PMDB-CE
Fernando Bezerra Coelho - PSB-PE
Flexa Ribeiro - PSDB-PA
Garibaldi Alves Filho - PMDB-RN
Gladson Cameli - PP-AC
Hélio José - PMDB-DF
Ivo Cassol - PP-RO
José Agripino - DEM-RN
José Aníbal - PSDB-SP
José Maranhão - PMDB-PB
José Medeiros - PSD-MT
Lasier Martins - PDT-RS
Lúcia Vânia - PSB-GO
Magno Malta - PR-ES
Marta Suplicy - PMDB-SP
Omar Aziz - PSD-AM
Otto Alencar – PSD-BA
Pastor Valadares – PDT-RO
Paulo Bauer - PSDB-SC
Pedro Chaves – PSC-MS
Pinto Itamaraty – PSDB-MA
Raimundo Lira - PMDB-PB
Reguffe – Sem Partido-DF
Ricardo Ferraço - PSDB-ES
Roberto Muniz - PP-BA
Romero Jucá - PMDB-RR
Ronaldo Caiado - DEM-GO
Sérgio Petecão - PSD-AC
Simone Tebet - PMDB-MS
Tasso Jereissati - PSDB-CE
Telmário Mota - PDT-RR
Valdir Raupp - PMDB-RO
Vicentinho Alves - PR-TO
Waldemir Moka - PMDB-MS
Wellington Fagundes - PR-MT

Conheça os 16 senadores que votaram contra a PEC:

Angela Portela - PT-RR
Dário Berger - PMDB-SC
Fátima Bezerra - PT-RN
Gleisi Hoffmann - PT-PR
Humberto Costa - PT-PE
João Capiberibe - PSB-AP
Jorge Viana - PT-AC
José Pimentel - PT-CE
Kátia Abreu - PMDB-TO
Lídice da Mata - PSB-BA
Lindbergh Farias - PT-RJ
Paulo Paim - PT-RS
Paulo Rocha - PT-PA
Regina Sousa - PT-PI

Roberto Requião - PMDB-PR
Vanessa Grazziotin - PCdoB-AM

[Notícias Internet\Confira como votaram os senadores sobre a PEC do Teto de Gastos; Posição: 3 - 76]

5.

O Plenário aprovou na terça-feira (29) em primeiro turno o texto-base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016 que estabelece um teto para os gastos públicos nos próximos 20 anos. Foram 61 votos favoráveis e 14 contrários.

[Notícias Internet\Semana teve PEC do Teto de Gastos, audiência de custódia e deba; Posição: 4 - 4]

6.

PR expulsa Clarissa Garotinho, filha de Anthony Garotinho
Deputada federal foi expulsa do partido após votar contra a PEC 241 na Câmara, que cria um teto para os gastos públicos

[Notícias Internet\PR expulsa Clarissa Garotinho, filha de Anthony Garotinho VEJ; Posição: 1 - 2]

7.

Saiba como votou cada senador no 1º turno da PEC do teto de gastos
Texto-base foi aprovado 61 votos a 14; eram necessários pelo menos 49. Proposta estabelece limite para despesa pública pelos próximos 20 anos.

[Notícias Internet\G1 - Saiba como votou cada senador no 1º turno da PEC do teto d; Posição: 1 - 2]

8.

Favorável a PEC 241, o líder do PMDB, Baleia Rossi, discursa contra a admissibilidade dos destaques. A tendência é que os governistas derrubem também essa tentativa da oposição de alterar a proposta.

[Notícias Internet\Resultado da votação da PEC 241 na Câmara Brasil EL PAÍS Br; Posição: 26 - 26]

9.

"Ele nunca chegou a se filiar", ironiza presidente do PDT sobre saída de Lasier
Matheus Schuch/RBS Brasília Enviar E-mail

Aplicativos

Assinantes

Redução da bancada

Na semana passada, Carlos Lupi abriu processo de expulsão de Lasier e do Telmário Mota em reação ao apoio dos parlamentares à PEC do Teto

[Notícias Internet\Ele nunca chegou a se filiar , ironiza presidente do PDT sobre; Posição: 1 - 6]

10.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Peço vista, Sr. Presidente.
 O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Peço vista, Sr. Presidente.
 O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Vista conjunta, Presidente. O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Serraglio) - Vista conjunta ao...
 O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Vista! O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Vista conjunta.
 O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Serraglio) - ...Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado Luiz Couto, Deputado Marcos Rogério,...
 O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Vista conjunta. O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Serraglio) - ...Delegado Edson Moreira, Deputado Chico Alencar, Deputado Covatti.
 O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Vista conjunta. O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Serraglio) - Deputado Rubens Bueno. O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Peço vista.
 O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Peço vista.
 O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Serraglio) - Deputados Paulo Freire e Sandro Alex. Vista concedida.

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Nota Taquigráfica CCJC 03-08-2016; Posição: 9 - 9]

11.

como quem fala pela Liderança do PMDB, eu digo: contem com o PMDB. São mentirosas as notícias divulgadas de que existe no PMDB quem pense em ações que venham a dificultar ou boicotar o necessário ajuste fiscal. Nós estamos conscientes da responsabilidade e do papel histórico que nos cabem neste momento. Se alguém no partido pensa em apoiar qualquer ação que venha a boicotar esse necessário ajuste, ele é fruta podre no balde — tenho lido alguma coisinha sobre isso na imprensa —, é fruta podre no balde.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 42 - 42]

12.

Esse Governo será um governo fraco, do ponto de vista da legitimidade social. Haverá, inclusive, um paradoxo. Ele terá força no Parlamento, onde organizou a maioria para aplicar o golpe parlamentar, poderá ter força em alguns setores da economia, interessados numa determinada política econômica, mas será frágil na sociedade.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 61 - 61]

13.

A partir do momento em que houve uma compreensão clara do desequilíbrio econômico e financeiro que atravessamos e de que o País precisava harmonizar as finanças, o País precisava dar um limite ao sentimento patrimonialista que nós herdamos no Brasil, que muitas vezes tem complicado a execução financeira e gerado cíclicas crises financeiras, com a volta da inflação, com a volta da carestia, agora com o alarmante número de desempregados no nosso País, homens e mulheres de bem que precisam de uma oportunidade para garantir com dignidade o sustento de suas famílias, esta Casa, mais uma vez — eu tenho certeza —, corresponderá à expectativa da opinião pública, à expectativa da população brasileira e dará segmento ao debate do tema.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 3 - 3]

14.

A grande epidemia que assolava o País era o Governo do PT, e essa nós tiramos do caminho da nossa pátria.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 46 - 46]

15.

Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, esta PEC 241 merece, no mínimo, um tratamento mais atencioso deste Congresso Nacional, para que a Câmara dos Deputados não passe à história como uma Casa submissa às pressões do Poder Executivo. Nós estamos discutindo aqui o futuro do Brasil nos próximos 20 anos.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 7 - 7]

16.

O Brasil tem pressa, Sr. Presidente, o Brasil tem pressa! Não é possível que quem meteu o Brasil nesta enrascada fiscal queira obstruir. Criaram o problema e querem obstruir a solução!

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 9 - 9]

17.

Sr. Presidente, a retirada de pauta do projeto seria a melhor alternativa para esta Comissão. Só que nós estamos percebendo que essa é uma manobra para inviabilizar os requerimentos, as emendas e, inclusive, o adiamento da votação.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 16 - 16]

18.

SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, primeiro, nós gostaríamos que ficassem registrados, nesta reunião, os nossos votos pela retirada deste projeto que representa uma destruição do Estado brasileiro e do seu povo

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 28 - 28]

19.

Passo à Ordem do Dia, para a apreciação da seguinte pauta: discussão e Votação do Parecer do Relator Darcísio Perondi à Proposta de Emenda à Constituição nº 241-A, de 2016. Informo que foi concedida, em nossa última reunião, vista conjunta, por duas sessões ordinárias.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 29 - 29]

20.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vou encerrar a votação. Está encerrada a votação. Por favor, pode abrir o painel. (Pausa.) Vamos proclamar o resultado: “sim”, 23; “não”, 7; “abstenção”, nenhuma. Total: 30. Aprovado

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 167 - 167]

21.

SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Então, Sr. Presidente, esta Comissão foi convocada 10 minutos antes da instalação. Esta Comissão realizou 4 audiências públicas, para as quais convidou 11 pessoas, 8 delas com uma posição favorável à PEC, ou seja, pessoas que vieram no sentido do convencimento, não para abrir a discussão.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 11-10-2016 da CESP; Posição: 4 - 4]

22.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Gostaria que constasse na ata desta Comissão o registro sobre os atropelos regimentais que o Governo golpista vem fazendo para garantir a aprovação célere desta medida que vai destruir as políticas sociais do Brasil. Isso aconteceu, por exemplo, na instalação da Comissão. Eu fiquei sabendo dela fora daqui, em um dia em que não havia sessão marcada. Quinze minutos antes de a instalação da sessão acontecer, a divulgação ocorreu por e-mail. E isso aconteceu durante toda a tramitação da matéria nesta Comissão, aconteceu em plenário e está acontecendo aqui mais uma vez.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 11-10-2016 da CESP; Posição: 6 - 6]

23.

DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Danilo Forte, Relator Darcísio Perondi, colegas Deputados e Deputadas, eu quero dizer, com muita tranquilidade, ao encaminhar em nome da bancada, que nós, os 367 Deputados que votaram a favor do impeachment e os 366 Deputados que aprovaram a PEC 241, estamos, sim, fazendo aquilo que precisa ser feito.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 18-10-2016 da CESP; Posição: 20 - 20]

24.

Porque vêm há 2 anos aprovando pauta-bomba contra o ajuste fiscal para desestabilizar o Governo da Presidente Dilma. Agora, eu não sou igual a vocês, vou fazer oposição a este Governo até o fim, mas não vou votar contra os menos favorecidos.

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 248 Plenário CD; Posição: 66 - 66]

25.

É interessante ver os integrantes do Partido dos Trabalhadores e seus aliados criticando a PEC 241/16, logo PT e aliados, os grandes responsáveis pela crise econômica e financeira que o Brasil vive, com mais de 12 milhões de desempregados, em razão da quebra da PETROBRAS e de tantos outros erros cometidos nos 13 anos de sua gestão.

*[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016
Sessão 250 Plenário CD; Posição: 37 - 37]*

26.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL entra em obstrução. O SR. GIVALDO VIEIRA (PT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O

PT muda sua orientação para obstrução.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PDT entra em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PCdoB está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. IVAN VALENTE - O PSOL está em obstrução.

*[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016
Sessão 250 Plenário CD; Posição: 95 - 95]*

27.

Quem quebrou o interstício para pôr a matéria na pauta foi o Governo. Agora, o Líder do Governo pede para retirar a matéria da pauta, articulando a rejeição do requerimento, para impedir que os nossos requerimentos sejam votados, até porque, quando se vota que vai ser tudo nominal, obviamente, será mais ágil.

*[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016
Sessão 250 Plenário CD; Posição: 111 - 111]*

28.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (Pausa.)

Resultado da votação: SIM: 13; NÃO: 313; TOTAL: 326. INADMITIDOS TODOS OS DESTAQUES SIMPLES.

*[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016
Sessão 251 Plenário CD; Posição: 127 - 127]*

29.

SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão) - Requerimento de encerramento de discussão. Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 178, caput e § 2º,

combinado com o art. 117, inciso XI, do Regimento

Interno da Câmara dos Deputados, o encerramento da

discussão do segundo turno do substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016.

Este requerimento foi assinado pelo Líder do Governo e pelos Líderes do PMDB, PTB, PP, PR, PSDB, PSD, PSB, DEM, PRB, PSC, Solidariedade, PPS e PROS.

*[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016
Sessão 272 Plenário CD; Posição: 137 - 137]*

30.

SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Está encerrada a votação. (Pausa.)

Resultado da votação: SIM: 297; NÃO: 27; TOTAL: 324. ART. 17: 2.

APROVADO O REQUERIMENTO DE ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO.

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 272 Plenário CD; Posição: 189 - 189]

31.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (Pausa.)

Resultado da votação: SIM: 359; NÃO: 116; ABSTENÇÃO: 2;

A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FOI APROVADA NO SEGUNDO TURNO.

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 274 Plenário CD; Posição: 241 - 241]

32.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (Pausa.)

Resultado da votação: SIM: 346; NÃO: 20; ABSTENÇÃO: 1; TOTAL: 367.

MANTIDO O TEXTO.

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 275 Plenário CD; Posição: 69 - 69]

33.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (Pausa.)

Resultado da votação: SIM: 332; NÃO: 64. TOTAL: 396. MANTIDO O TEXTO

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 275 Plenário CD; Posição: 134 - 134]

34.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (Pausa.)

Resultado da votação: SIM: 325; NÃO: 89; ABSTENÇÃO: 1. MANTIDO O TEXTO.

A matéria vai ao Senado Federal. (Palmas.)

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 275 Plenário CD; Posição: 208 - 208]

35.

Como pode uma matéria como essa, por exemplo, não ser objeto da comissão temática, que é a CAE? É inaceitável isso. Como uma matéria como essa – a PEC 55, repito – pode não ser objeto de uma comissão especial? Isso é mais inaceitável ainda. Na verdade, só tivemos uma audiência pública na CCJ – não é, Senadora Gleisi?

[Notas Taquigráficas\Com. de Educação, Cultura e Esporte - SF\Nota Taquigráfica CE 16-11-2016 Senado; Posição: 29 - 29]

36.

Eu quero dizer para vocês que as chances de a PEC 241 não ser aprovada na Câmara em segundo turno são muito pequenas. Foram 366 Deputados e Deputadas que votaram a favor dessa PEC famigerada que vai afetar drasticamente os direitos das pessoas deste País, sobretudo dos mais pobres e dos trabalhadores – 366 Deputados! Eles são maioria e, por mais que façamos obstrução e os enfrentemos, estamos em menor número

[Notas Taquigráficas\Com. de Direitos Humanos e Leg. Participativa - SF\Nota Taquigráfica CDH 17-10-2016; Posição: 14 - 14]

37.

E vejam os senhores e as senhoras: a Comissão de Constituição e Justiça é a única comissão pela qual passará para análise essa PEC 55. Não aceitaram três audiências públicas, não aceitaram duas audiências públicas, mas apenas uma. É lamentável.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 03-11-2016 Senado - Discursos Vaness; Posição: 8 - 8]

38.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhores convidados, Senador Ricardo Ferraço, Senador Lindbergh, a PEC nº 55, que prevê um limite para os gastos públicos, encontra-se, de acordo com o Executivo, no bojo das medidas imprescindíveis, essenciais e urgentes a serem tomadas para que possamos aprimorar a nossa legislação de forma a combater o grave desequilíbrio fiscal no qual o Erário se encontra, seja por conta do aumento do déficit público orçamentário, inclusive da Previdência Social, seja pelo pagamento de juros da dívida, seja em decorrência das desonerações tributárias que acarretarão perdas de mais de R\$100 bilhões ou ainda fruto da fraca arrecadação gerada pelo tímido crescimento do PIB nos últimos anos.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado; Posição: 2 - 2]

39.

Nós temos um Regimento, mas esse Regimento diz que, nos entendimentos, os acordos podem ser feitos. Nós estamos cansados de assinar aqui calendário especial e fazer cinco sessões num dia só para votar PEC. Então, foi feito um acordo de calendário especial, a diferença é que foi pactuado na palavra, não foi escrito. Portanto, o que nós estamos fazendo aqui, votando "sim", é manter o acordo do calendário especial pactuado com os Líderes e com a sociedade. Nós abrimos o espaço para todo o debate, para a questão das oposições colocarem da forma que queriam...

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 8-12-2016 Senado; Posição: 14 - 14]

40.

nós vamos estar limitados pela PEC 55, que hoje o Presidente do Senado não nos deixou debater na primeira sessão do segundo turno de discussão, essa PEC que limita os gastos públicos, que coloca tudo para pagar dívida.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 8-12-2016 Senado; Posição: 30 - 30]

41.

A tramitação dessa PEC foi objeto de um acordo, e ela se encontrava, mediante esse acordo, em calendário especial, como foi afirmado no plenário, inclusive pela Senadora Gleisi Hoffmann. Eu citei textualmente o pronunciamento de S. Ex^a aqui no plenário, em que ela disse: "Essa PEC, todos sabemos, está com calendário especial". E muitas e muitas vezes, Sr. Presidente, nós já aprovamos, em segundo turno ou até mesmo nos dois turnos, quando há calendário especial, no mesmo dia, várias sessões consecutivas.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 13-12-2016 Senado; Posição: 4 - 4]

42.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 52; NÃO, 19. Está, portanto, reinserido o inciso II, do art. 102. O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final da matéria será publicado na forma regimental. Discussão da redação final. O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Registro meu voto "sim". O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não havendo quem queira discutir a redação final, nós declaramos encerrada a discussão da redação final. Em votação a redação final. As Senadoras e os Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 13-12-2016 Senado; Posição: 51 - 51]

43.

Eu acho que o governo Temer tinha uma base boa logo que ele entrou, né? Até porque foi um movimento do Congresso para colocar ele lá.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 26 - 26]

44.

o MDB que era do Temer... ele tinha um papel forte, né? Em termos de maioria, principalmente no Senado. E aí tinha aquele grupo todo que fez o Temer ficar presidente, que meio que definia ali os papéis que dentro da Câmara e do Senado. O presidente era o Maia?. 13:57 - 14:44 - Depois do Cunha, né? Então assim também havia uma um problema com a relação na Câmara com a história do Cunha, né de ter ali uma dificuldade de articulação política e o Maia vem para meio que apoiar o temer então então acho que em termos políticos o que a equipe Econômica propusesse não haveria tanta resistência. Se fosse bem bem colocado em termos de a gente tá aqui para resolver uma situação que o governo anterior tava descontrolado, então a gente acha que isso aqui é o caminho agora e eu acho que ninguém viu esse teto de gastos como um problema muito mais como uma solução.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 32 - 33]

45.

Mais ou menos do deixa eu ver foi 2017, né? 18 19, aí acho que os três primeiros anos, eles foram muito rígidos para E aí você tem depois né? 19 a questão do orçamento impositivo de bancada produtivo ali foi uma inflexão maior ainda. Vamos dizer em termos das relações do executivo e legislativo para fazer o orçamento, mas que o teto ajudou no início para que o congresso conseguisse fazer um orçamento um pouquinho mais próximo da realidade embora a questão política tem atrapalhado muito né? Porque logo depois o temer em situação complicada já não teve os instrumentos que ele tava forte antes, aí ele teve que mandar mensagem de modificativas do orçamento para dar um espaço para o congresso colocar recurso e é isso é?

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 47 - 47]

46.

gente discuti lá pelas tantas que não valia a pena aproveitar. Porque ele tava com bastante apoio, lembra que quando o temer foi... caiu a Dilma, o Temer reuniu lá muito político lá no Planalto. Ele tava com muita força.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 138 - 138]

47.

Eu me lembro bem do momento assim, só que não anotei tenho assim as datas, né? Mas assim até a gente comentou foi comentado lá com o Perondi que a percepção era que qualquer coisa passaria tava tinha muito apoio eu digo olha, aproveita porque não é sempre que isso acontece. A gente percebe que tem alguns momentos em outros momentos no legislativo que você tem essa condição, olha. Aproveita e coloca tudo.

37:22 - 37:32 - Coloca aí na PEC, porque o momento politicamente é bom, né? Depois passou esse momento e na Previdência.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 145 - 146]

48.

A receita passou a ser menos importante a estimativa da receita orçamentária perdeu a importância dentro do congresso.

51:48 - 51:59 - Uma vez que o que importa né? O que limita é a despesa que limita o fator limitante antes era a receita.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 226 - 227]

49.

E ao mesmo tempo a coalisão que assumiu o poder teve uma capacidade de articulação política muito forte, né? Então tinha uma uma capacidade de coordenação dentro da casa civil e da secretaria de governo com as lideranças partidárias e uma capacidade muito grande de colocar a pauta e as prioridades do executivo

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 20 - 20]

50.

Então isso foi um processo de convencimento junto a percepção de que a gente tava numa situação de crise precisava dela sair ao mesmo tempo é no momento de pós impeachment que o a esquerda tava muito unida na oposição na hora que tem uma posição agressiva contra o governo você também gera coesão do lado do governo, né?

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 22 - 22]

51.

eu acho que é fundamental importante é que a liderança política do Temer principalmente e a Casa Civil com o

36:48 - 37:22 - É um personagem importante Eliseu Padilha com Eliseu já estavam Claro definido que tinha de fazer coisas e algumas coisas eram dolorosas e dolorosa no sentido disso que você tá dizendo que ia enfrentar interesses.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 63 - 64]

52.

era tudo combinado era tudo antes de discutir na imprensa a gente discutia entre a gente. Olha, vamos por aqui... No judiciário. Eu não me recordo se tem se houve conversa, mas o Meirelles ia muito conversar com Supremo. O Dyogo também me parece que ia, mas todas as conversas que a gente tinha com o judiciário a gente. Primeiro no meu nível, tá? Eu conversava com o Conselho Nacional... Conselho de Justiça Federal para mim era um órgão muito importante.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 158 - 158]

53.

dos mecanismos que foram usados historicamente por vários presidentes para passar pelo congresso, talvez foi o mais que foi mais por causa das pessoas do que do que por causa de

outros mecanismos, né? Eu acho que tinha uma boa vontade do congresso por ter um dos seus no Executivo, tinha um pouco disso

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 113 - 113]

54.

Que tinha a maioria e havia então aí foi a solução do problema e sem precisar fazer um enorme corte de gastos... demitir funcionário público que os economistas é o seguinte repetir Metade dos Funcionários Públicos deixar que todo várias agências do governo, ele tem que cortar na carne e a vantagem da proposta do teto de gastos é que ele que ele dizia ela projetava um ajuste gradual, né? Então se você mantiver os gastos estáveis em termos reais.

21:47 - 21:52 - com PIB crescendo você vai reduzir a relação dos gastos sobre o PIB.

21:53 - 22:02 - E com isso, você vai eventualmente daqui uns alguns anos gerar novamente superávits fiscais e com isso vai reduzir o endividamento público.

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 110 - 112]

55.

A oposição ao teto do gastos, não tinha né? Era o governo que tava sendo do partido PT sendo expulso do governo. O desastre da Dilma afundou né? Levou o PT junto, né? Então não tinha oposição. Quem era oposição pensando bem ao governo... Não tinha oposição.

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 153 - 153]

56.

eu era líder do governo Michel.

13:02 - 13:12 - Numa reunião de líderes de vice-líderes do governo Michel tava na pauta o teto dos gastos e casualmente.

13:15 - 13:18 - O nosso líder de bancada era o Baleia.

13:20 - 13:21 - E eu disse para o Baleia baixinho.

13:24 - 13:32 - O André Moro é nosso Líder. Baleia, eu quero ser relator do teto dos gastos.

13:33 - 13:37 - O Baleia levou um susto eu não tinha conversado com ele.

13:39 - 13:40 - Aí ele olhou para mim.

13:41 - 13:46 - Fechado olhou para o André Moura no intervalo assim.

13:48 - 13:51 - Por onde o meu nome é o nome do governo?

13:52 - 13:57 - Para tetos e o André Moura eu topo.

13:59 - 14:08 - então ali eu sei nomeado o Rodrigo Maia tinha um outro nome lá o outro tinha outro nome mas

14:10 - 14:20 - Eu acho quando o meu nome foi levado para o Michel. O Michel disse que eu tinha que ser eu acho tá ali tava pelo Michel.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 64 - 75]

57.

Como a composição do Congresso Nacional tem um forte traço dos representantes do capitalismo nacional a ideia de limitação de gastos foi bem aceita por uma parca maioria, mas que era suficiente para aprovar a PEC em dois turnos nas duas casas legislativas.

[Entrevistas\Entrevista de Vanessa Grazziotin; Posição: 14 - 14]

58.

Eu lembro que ele constituiu a comissão para discutir a PEC que deu origem a emenda constitucional 95 numa quinta-feira, eu acho, na sexta-feira que não tinha nem parlamentar aqui. Eles se organizaram e deram a maioria a parte deles e só tinha eu, porque como sou de Brasília, eu fui direto para essa... para tentar ou destruir para que não ficasse um passeio numa

praia tropical. Mas de verdade eles fizeram isso um dia com poucos parlamentares. Mostrando aí eles já sinalizaram que eles iam querer dar essa resposta, né? Pagar conta é que estavam devendo ao próprio mercado e que fariam isso aí começaram a ter sessão de segunda a sexta. Então organizando os parlamentares para dar quórum de 51 parlamentares para poder as sessões plenárias de segunda a sexta para acelerar o processo e fizeram tudo isso que foi o processo extremamente rápido de aprovação.

[Entrevistas\Entrevista de Érika Kokay; Posição: 31 - 31]

59.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comemorou a aprovação em primeiro turno da PEC 241, que limita os gastos públicos, pela Câmara dos Deputados nesta segunda-feira (10)

[Youtube\Senado Federal\Renan se empenhará para garantir votação da PEC dos Gastos até; Posição: 3 - 3]

60.

Acho que o presidente Michel Temer agiu muito bem de promover esse encontro preliminar dos

68 deputados.

Dois estão viajando para o exterior, portanto não virão.

Os 66 deputados que já confirmaram presença votarão favoravelmente.

É preciso que fique claro que nós não temos outra alternativa para recolocar o País nos trilhos.

Importante porque obviamente o governo mostra a unidade da base e isso vai ser comprovado ainda mais amanhã, quando nós iremos aprovar a PEC que limita os gastos, mesmo porque é uma PEC essencial para o futuro do País.

[Youtube\Planalto\Deputados garantem a aprovação da PEC dos gastos públicos; Posição: 6 - 14]

61.

“Esta aprovação da PEC por um placar tão esplendoroso, 366 votos contra 111, mostra que avança a tese defendida pelo presidente Michel Temer do necessário ajuste fiscal. O Brasil precisa gastar só o que arrecada”, avaliou Padilha.

[Youtube\Planalto\Padilha O Brasil precisa gastar apenas o que arrecada; Posição: 4 - 4]

62.

A perversidade do governo anterior chegou a seu extremo no ano passado. Numa ação politicamente irresponsável e intelectualmente desonesta, inoculou um veneno no texto da Emenda Constitucional 86/2015, do Orçamento Impositivo, e induziu o Parlamento a mudar o piso constitucional da saúde de PIB nominal para receita corrente líquida. Àquela altura, Dilma Rousseff já sabia que a receita corrente líquida estava despencando

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 27 - 27]

4.2. Código: Clima nacional

1.

A Secretaria de Segurança Pública informou que cerca de 10 mil pessoas se reuniam no gramado da Esplanada dos Ministérios no início da noite – o G1 tenta uma estimativa dos

manifestantes. Policiais legislativos fizeram um cordão de isolamento em frente ao espelho d'água para evitar que os grupos avançassem em direção às entradas da Câmara e do Senado.

[Notícias Internet\G1 - Ato contra a PEC do teto de gastos reúne 10 mil em frente; Posição: 27 - 27]

2.

Grupos de manifestantes foram às ruas nesta terça-feira (13) para protestar contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, que estabelece um limite para os gastos públicos pelos próximos 20 anos no Brasil. O texto foi aprovado em segundo turno no Senado nesta terça. Até por volta das 20h40, 15 estados e o Distrito Federal tinham registrado protestos. Eles ocorreram em pelo menos 17 cidades. Em algumas capitais, como São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre, ruas foram fechadas. Também houve registro de depredações e ações da polícia para dispersar as pessoas, como na Avenida Paulista, em São Paulo. Estudantes, servidores públicos, integrantes de movimentos populares, entre outros grupos, participaram das manifestações.

[Notícias Internet\Manifestantes fazem protestos no país contra a PEC dos gastos; Posição: 3 - 4]

3.

Um protesto contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, que limita os gastos públicos em 20 anos, reuniu na manhã de hoje (11), no centro de Manaus, membros de movimentos sociais e de entidades trabalhistas e estudantes. A manifestação faz parte de uma mobilização nacional, o Dia de Lutas e Paralisações. Com carro de som, faixas e cartazes, os manifestantes chamavam a atenção para as possíveis consequências da PEC, que tramita no Senado.

[Notícias Internet\Protesto contra a PEC do Teto reúne movimentos sociais e estudantes; Posição: 5 - 5]

4.

UFRPE

Outras faculdades também apresentam mobilizações contra a PEC 241. Na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), os estudantes trancaram os portões do Centro de Ensino de Graduação Obra-Escola (Cegoe) na noite da segunda-feira (24). A centro de ensino segue ocupado.

Por telefone, a assessoria de imprensa da UFRPE informou que a instituição tentará, ao máximo, garantir as aulas que aconteceriam no Cegoe. A intenção é deslocar as turmas para outros prédios. A orientação é que os alunos procurem a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para descobrir onde ocorrerão as aulas.

UPE

Na Universidade de Pernambuco (UPE), 60 estudantes ocupam o prédio da reitoria da instituição estadual, que fica em Santo Amaro, área central do Recife. O movimento Ocupe Reitoria teve início na tarde de quinta-feira (20) e também tem como alvo a PEC do teto de gastos.

Além da reitoria, os alunos dos campus de Nazaré da Mata, na Zona da Mata Norte, Palmares, na Zona da Mata Sul, e Petrolina, no Sertão, promovem ocupações.

Alunos estão acampando no prédio da UPE, no Recife (Foto: Marlon Costa/Pernambuco Press)

IFPE

A mobilização também atinge o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Os alunos realizaram uma aula ao ar livre, na qual várias turmas reunidas discutiram com professores a reforma do ensino médio e a PEC 241.

Tanto os estudantes como a assessoria de comunicação do campus Recife afirmaram que a relação entre o movimento estudantil e a instituição está “amigável”.

[Notícias Internet\G1 - Ocupação de alunos contrários à PEC 241 aumenta na UFPE -; Posição: 12 - 18]

5.

A primeira mobilização nas ruas contra a PEC 241, que estabelece um teto para os gastos públicos por até 20 anos, embora realizada por grupos parecidos com os que lideraram as marchas pelo fora Temer, não ocorreu com a mesma pujança que os atos contra o impeachment. Realizada nesta segunda-feira em São Paulo, a marcha não levou mais que 10.000 pessoas às ruas da cidade, segundo números dos manifestantes. A expectativa era que ao menos 20.000 pessoas se juntassem ao coro dos que são contra a proposta do Governo para limitar os gastos. A Polícia Militar não divulgou números.

[Notícias Internet\Mobilização contra a PEC 241 tem primeiro teste de força nas ru; Posição: 4 - 4]

6.

Os professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) decretaram greve por tempo indeterminado em assembleia realizada no campus Recife da universidade, nesta quinta-feira (10). O movimento é contrário à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do teto dos gastos públicos da União — aprovada na Câmara dos Deputados como PEC 241 e que seguiu para o Senado como PEC 55. Medidas provisórias que propõem a reforma do ensino médio também fazem parte dos motivos da paralisação das atividades dos docentes.

[Notícias Internet\G1 - Professores da UFPE decretam greve em protesto à PEC do te; Posição: 5 - 5]

7.

Milhares de manifestantes fizeram, na noite desta segunda-feira (24), um protesto contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que estabelece tetos para gastos do governo federal, incluindo áreas como saúde e educação.

A manifestação começou por volta das 17h, na Igreja da Candelária, e às 18h tomou as pistas da Avenida Rio Branco, principal via do centro do Rio, que precisou ser interditada para o trânsito. Cerca de uma hora depois, a passeata chegou até a Cinelândia, onde os ativistas discursaram contra a medida e fizeram protestos contra sua aprovação. A PEC deve ir para segundo votação na Câmara dos Deputados nesta semana.

[Notícias Internet\Manifestantes protestam contra PEC do Teto dos Gastos no Rio; Posição: 5 - 6]

8.

Nas duas ocupações, faixas estendidas pelos estudantes fazem críticas à PEC, que foi aprovada em segundo turno pela Câmara dos Deputados na madrugada de quarta-feira (26). O texto seguiu para análise do Senado, onde deve ser votado em dezembro.

As ocupações atingem ainda pelo menos seis escolas públicas (centros de ensino médio Taguatinga Norte, 111 do Recanto as Emas, Elefante Branco, 304 de Samambaia e Setor Oeste, além do Centro de Planaltina) e quatro unidades do Instituto Federal de Brasília (Estrutural, São Sebastião, Riacho Fundo e Samambaia).

[Notícias Internet\G1 - Estudantes ocupam reitoria da UnB em ato contra PEC do tet; Posição: 18 - 19]

9.

Índios e representantes do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais durante protesto contra PEC do teto de gastos em Brasília (Foto: Gabriel Luiz/G1)
Eles carregavam faixas contra venda de terras a estrangeiros. Os manifestantes também levavam cartazes com os escritos "PEC 241-55: PEC da Morte" e "Ruralista e terra pra estrangeiro: tudo a ver".

[Notícias Internet\G1 - Índios protestam em frente ao Planalto contra PEC do teto; Posição: 9 - 10]

10.

Os professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) entraram em greve nesta quarta-feira (16), em protesto à proposta de emenda constitucional (PEC) que limita os gastos públicos. De acordo com o Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco (APUBH), a expectativa é que a maioria dos docentes do campus Pampulha e das unidades da Avenida Alfredo Balena e do interior do estado suspendam as aulas.

[Notícias Internet\G1 - Professores da UFMG fazem greve em protesto a PEC do teto; Posição: 6 - 6]

11.

Manifestantes contrários à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que limita os gastos públicos, protestaram hoje (25) em São Paulo em um ato que reuniu movimentos sociais, sindicatos e coletivos ligados à Frente Povo Sem Medo e à Frente Brasil Popular. Eles partiram do vão-livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp) e seguiram em passeata até o escritório da Presidência da República, também na Avenida Paulista. A PEC 241 foi aprovada em segundo turno pela Câmara dos Deputados na noite desta terça-feira por 359 votos a favor, 116 contrários e duas abstenções. O texto também precisa ser votado em dois turnos no Senado.

[Notícias Internet\Movimentos sociais protestam na Avenida Paulista contra PEC do; Posição: 5 - 6]

12.

Estudantes contrários à PEC do teto dos gastos da União ocuparam a reitoria da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), na Boa Vista, área central do Recife, na noite desta sexta-feira (11). Esta é a primeira instituição de ensino privada em Pernambuco a ser tomada pelo movimento estudantil contrário à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, que impõe um teto para os gastos do governo federal nos próximos 20 anos, incluindo investimentos públicos em áreas como educação e saúde.

[Notícias Internet\G1 - Estudantes ocupam reitoria da Unicap contra a PEC do teto; Posição: 5 - 5]

13.

Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) ocuparam mais uma unidade do campus localizado na Cidade Universitária, na Zona Oeste do Recife, totalizando cinco prédios. Desde o final da quinta-feira (27), o Centro de Artes e Comunicação (CAC) foi ocupado pelos alunos, que protestam contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que pretende limitar gastos do governo federal, nos próximos 20 anos.

[Notícias Internet\G1 - Terceiro prédio da UFPE no Recife é ocupado por alunos con; Posição: 5 - 5]

14.

Contra PEC 241, alunos ocupam campus do IFB de Planaltina, no DF
Unidade é a quarta do instituto na capital federal tomada desde o dia 10. Grupos ocupam ainda prédios em Samambaia, Estrutural e São Sebastião.

[Notícias Internet\G1 - Contra PEC 241, alunos ocupam campus do IFB de Planaltina,; Posição: 1 - 2]

15.

Estudantes da UPE estão ocuparam o prédio da reitoria para protestar contra a PEC 241 (Foto: Marlon Costa/Pernambuco Press)

Cerca de 60 estudantes da Universidade de Pernambuco (UPE) ocuparam o prédio da reitoria da instituição estadual, que fica em Santo Amaro, área central do Recife. O movimento Ocupe Reitoria teve início na tarde desta quinta-feira (20) e tem como alvo a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, que pretende instituir um teto de gastos com educação e saúde por 20 anos. No pátio do campus Recife do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), os alunos se manifestam contra a medida do Governo Federal.

[Notícias Internet\G1 - Estudantes da UPE e do IFPE ocupam instituições contra PEC; Posição: 4 - 5]

16.

Prédio do IFMT no Centro de Cuiabá está ocupado por estudantes (Foto: Thainá Paz/ G1)
Cerca de 80 alunos do campus Octaya Jorge da Silva, do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), em Cuiabá, ocuparam o prédio da instituição na manhã desta segunda-feira (24). Os estudantes protestam contra a proposta de reforma do ensino médio e contra a PEC 241, que estabelece teto de gastos públicos por um período de 20 anos, incluindo a área de educação.

[Notícias Internet\G1 - Alunos ocupam IFMT contra PEC 241 e reforma no ensino médi; Posição: 4 - 5]

17.

Maioria dos brasileiros reprovam emenda dos gastos, diz Datafolha - 13/12/2016 - Poder

[Notícias Internet\Maioria dos brasileiros reprovam emenda dos gastos, diz Datafolh; Posição: 1 - 1]

18.

Em São Paulo, um ato foi convocado pelas frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular na avenida Paulista. Gritando “fora Temer” e discursando contra a reforma da previdência e a PEC 55, os manifestantes – 8.000 segundo os organizadores – saíram da esquina da rua da Consolação com a avenida Paulista em direção ao prédio da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo).

[Notícias Internet\Protestos contra PEC 55 têm ônibus queimado em Brasília e invas; Posição: 5 - 5]

19.

Faculdade de Direito do Recife é ocupada em protesto contra a PEC 55

Com ela, UFPE já registra 11 unidades ocupadas por estudantes. Com protesto e greve, universidades não decidiram reposição de aulas.

[Notícias Internet\G1 - Faculdade de Direito do Recife é ocupada em protesto contr; Posição: 1 - 2]

20.

Alunos ocupam 15 unidades federais de Educação em GO contra PEC 241
Manifestantes estão acampados em campi do IF Goiano, UFG e IFG. Oito destas unidades serão locais de provas do Enem.

*[Notícias Internet\G1 - Alunos ocupam 15 unidades federais de Educação em GO contr;
Posição: 1 - 2]*

21.

O presidente Michel Temer falou sobre ocupações nesta terça-feira (8) e, sem citar diretamente as escolas ocupadas, afirmou que as pessoas criticam propostas do governo "sem ao menos ler" os textos. Ele ainda fez uma ironia ao questionar se as pessoas sabem o que é uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição).

Os estudantes que ocupam escolas e universidades em diversos estados do país protestam contra duas medidas do governo: a medida provisória da reforma do Ensino Médio e a PEC que propõe um teto para os gastos públicos para os próximos 20 anos.

*[Notícias Internet\G1 - Temer fala de ocupações e diz que pessoas criticam PEC sem;
Posição: 5 - 6]*

22.

Estudantes da Universidade Estadual de Minas Gerais (Uemg) em Poços de Caldas (MG) ocuparam o prédio da universidade na noite desta sexta-feira (21). Os alunos são contra a aprovação da PEC 241, que cria um teto de gastos no governo federal, e a medida provisória que pretende reformular o ensino médio no país. Pelo menos outras quatro instituições estão ocupadas no Sul de Minas.

*[Notícias Internet\G1 - Alunos ocupam Uemg contra a PEC 241 em Poços de Caldas, MG;
Posição: 6 - 6]*

23.

Em uma página no facebook, os estudantes divulgam a causa e pedem apoio e a doação de lanches para os que participam da ação.

“A E.E. Benedito Matarazzo é a primeira escola de São José dos Campos-SP a ser ocupada contra a Pec 55 e a MP 746. Estamos na luta por uma educação que nos ensine a pensar e não obedecer”, diz uma das postagens.

Nas redes, eles avisam que cerca de 30 alunos ocupam a escola neste momento. A Polícia Militar foi acionada pela direção da escola e acompanha a ação.

A Secretaria Estadual de Educação informou que cerca de 20 alunos estão na unidade em protesto e que, por causa da ocupação, as aulas no período da manhã foram suspensas.

*[Notícias Internet\G1 - Alunos contra PEC 55 e reformas no ensino ocupam escola em;
Posição: 8 - 11]*

24.

Categoria quer aumento de 24,38% e modificações na dedicação exclusiva.

Docentes também se posicionam contra a PEC 241 e a reforma do ensino.

Professores decretaram greve e, assim como os alunos, estão contra a PEC do teto dos gastos públicos (Foto: Marlon Costa/Pernambuco Press)

Os professores da Universidade de Pernambuco (UPE) decidiram entrar em greve, após assembleia realizada nesta sexta-feira (28), no Centro do Recife. A categoria solicita um reajuste salarial de 24,38% e que dedicação exclusiva deixe de ser paga como gratificação. Outro motivo da greve é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, que estabelece o teto de gastos do governo federal em até 20 anos.

[Notícias Internet\G1 - Professores da UPE decretam greve por tempo indeterminado; Posição: 3 - 5]

25.

Estudantes ocupam pátio da PUC Minas, no Coração Eucarístico, em BH
Eles protestam contra a reforma do ensino médio e contra a PEC 241. Manifestantes acamparam no pátio do ICH desde a noite desta quinta-feira.

[Notícias Internet\G1 - Estudantes ocupam pátio da PUC Minas, no Coração Eucarísti; Posição: 1 - 2]

26.

Ocupações contra a PEC 241 chegam a escolas de 10 cidades do Sul de MG
São pelo menos 15 instituições ocupadas nesta terça-feira (25). Proposta que regulamenta gastos públicos será votada em 2º turno.

[Notícias Internet\G1 - Ocupações contra a PEC 241 chegam a escolas de 10 cidades; Posição: 1 - 2]

27.

Também contrários à PEC, alunos de universidades federais, da Universidade de Pernambuco (UPE) e de escolas públicas do estado ocupam 38 prédios das instituições. A Proposta de Emenda Constitucional pretende limitar gastos do governo pelos próximos 20 anos. Ela foi aprovada na Câmara dos Deputados. Agora, segue para o Senado, onde será apreciada e tramitará como PEC 55.

[Notícias Internet\G1 - Professores da UFRPE decretam greve em protesto contra a P; Posição: 18 - 18]

28.

Manifestantes e policiais entram em confronto durante uma manifestação contra a PEC 55, que limita os gastos públicos para os próximos 20 anos, em frente ao Congresso Nacional em Brasília (Foto: Fabio Pozzebom/Agência Brasil)

[Notícias Internet\G1 - Ato contra PEC no DF deixa placas destruídas e prédios pic; Posição: 30 - 30]

29.

Estudantes do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) do campus de Guarapari fecharam a ponte que liga Muquiçaba ao Centro da cidade, na manhã desta sexta-feira (14), durante uma manifestação.

Eles protestavam contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, a Medida provisória (MP) 746, que reestrutura o Ensino Médio no Brasil, e a exclusão dos Institutos Federais do “Enem 2015 por Escola” - lista divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que mostra as melhores escolas no Enem 2015.

[Notícias Internet\G1 - Alunos do Ifes protestam contra PEC 241 em Guarapari - not; Posição: 5 - 6]

30.

Oito campi de UFCG e IFPB estão em greve contra PEC 55 e MP 746
Paraíba tem outros nove campi com indicativo de greve e 20 em mobilização. Sindicato diz que greve afeta rotina de instituições.

[Notícias Internet\G1 - Oito campi de UFCG e IFPB estão em greve contra PEC 55 e M; Posição: 1 - 2]

31.

Estudantes ocupam a reitoria da UFPI em protesto contra a PEC 241
O grupo propõe um debate sobre as implicações da nova medida. Estudantes reclamam de agressões sofridas pela segurança da instituição.

[Notícias Internet\G1 - Estudantes ocupam a reitoria da UFPI em protesto contra a; Posição: 1 - 2]

32.

Estudantes ocuparam 15 escolas estaduais, um Instituto Federal e 10 prédios da Universidade Federal do Espírito Santo até a noite desta quarta-feira (26). Os manifestantes são contra a Proposta de Emenda à Constituição que limita o aumento dos gastos públicos pelos próximos 20 anos, a PEC 241.

[Notícias Internet\G1 - ES tem 15 escolas ocupadas, um Ifes e 10 prédios na Ufes -; Posição: 4 - 4]

33.

Após Enem, prédios de PE seguem ocupados por alunos contra PEC 241
Locais da UFPE, UFRPE, UPE e IFPE são alvos dos protestos. Movimento é contra a PEC que limita gastos do governo por 20 anos.

[Notícias Internet\G1 - Após Enem, prédios de PE seguem ocupados por alunos contra; Posição: 1 - 2]

34.

Ocupações contra a PEC 241 seguem em escolas estaduais de Uberlândia
Pelo menos três escolas estão paralisadas e aulas foram suspensas. Superintendente Regional de Ensino visita entidades para conversar.

[Notícias Internet\G1 - Ocupações contra a PEC 241 seguem em escolas estaduais de; Posição: 1 - 2]

35.

Piauí tem primeira escola ocupada contra PEC do teto de gastos públicos
Escola da Zona Norte de Teresina foi ocupada na segunda-feira (14). Estudantes também cobram melhorias no ensino e na infraestrutura.

[Notícias Internet\G1 - Piauí tem primeira escola ocupada contra PEC do teto de ga; Posição: 1 - 2]

36.

Estudantes ocupam escola estadual em Governador Valadares
Eles protestam contra a PEC que prevê congelamento do orçamento da União. Escola Estadual Nelson de Sena é a segunda instituição ocupada na cidade.

[Notícias Internet\G1 - Estudantes ocupam escola estadual em Governador Valadares; Posição: 1 - 2]

37.

O ministro da Educação, Mendonça Filho, disse hoje (18) que irá a escolas ocupadas discutir propostas do governo, se for convidado e não houver nenhum risco de violência. Centenas de unidades de ensino, entre escolas e universidades, estão ocupadas por estudantes em todo país, em protesto contra a proposta de emenda à Constituição que limita gastos públicos e a medida provisória que reforma o ensino médio, que tramitam no Congresso Nacional.

“Se tiver ambiente de respeito, em qualquer lugar eu vou, desde que seja garantida minha integridade física e que me seja dado o direito de falar e de ser ouvido”, afirmou o ministro, após palestra sobre a reforma do ensino médio, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio. Durante a palestra, o estudante Leonardo Guimarães, da União Nacional do Estudantes (UNE), questionou o ministro sobre a PEC 55, que limita os gastos públicos por 20 anos. Para o jovem, que se identificou como estudante de direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a medida vai na contramão da melhoria do ensino e acarreta perdas de recursos à educação. Na avaliação do universitário, impostos progressivos, taxaçoão de grandes fortunas e auditoria da dívida pública aumentariam a arrecadação, evitando o desinvestimento em uma área estratégica.

[Notícias Internet\Mendonça Filho diz que, se chamado, irá debater propostas em es; Posição: 2 - 4]

38.

No estado, 14 instituições de ensino registram ocupações, parciais ou totais. Proposta de Emenda Constitucional 241 limita os gastos públicos no país.

[Notícias Internet\G1 - Reitoria da Ufal em Maceió é ocupada em protesto contra a; Posição: 3 - 3]

39.

A Polícia Militar desocupou na tarde de hoje a Escola Estadual Silvio Xavier, no Piqueri, na zona norte da capital paulista, em uma ação de reintegração. A escola foi ocupada na noite de ontem (24) por estudantes, que protestam contra a reforma do ensino médio e a Proposta de Emenda à Constituição 241 (PEC 241), que cria um teto para os gastos públicos.

[Notícias Internet\PM desocupa escola em SP e estudantes são levados para delegaci; Posição: 2 - 2]

40.

Goiás tem atos contra o projeto em 16 unidades de ensino de 11 cidades. Estudantes também reocuparam IF Goiano em Ceres nesta manhã.

[Notícias Internet\G1 - Alunos ocupam campus da UEG em Anápolis contra PEC do Teto; Posição: 3 - 3]

41.

Alunos da UPE ocupam mais um campus em ato contra a PEC 241. Instituição de ensino já registra cinco unidades ocupadas no estado. Ação é contra o projeto que pretende limitar os gastos do governo federal.

Instituição de ensino já registra cinco unidades ocupadas no estado. Ação é contra o projeto que pretende limitar os gastos do governo federal.

[Notícias Internet\G1 - Alunos da UPE ocupam mais um campus em ato contra a PEC 24; Posição: 1 - 3]

42.

Contra a PEC do Teto, alunos ocupam campus do Cefet em BH
Mais de 100 escolas estaduais continuam mobilizadas, diz governo estadual. Proposta que limita gastos públicos por 20 anos tramita no Senado.

Mais de 100 escolas estaduais continuam mobilizadas, diz governo estadual.
Proposta que limita gastos públicos por 20 anos tramita no Senado.

*[Notícias Internet\G1 - Contra a PEC do Teto, alunos ocupam campus do Cefet em BH;
Posição: 1 - 3]*

43.

A pesquisa também ouviu os entrevistados sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, conhecida como PEC do Teto de Gastos. O Ibope perguntou: "A PEC 241 ou PEC do Teto de Gastos é uma iniciativa que tem como objetivo limitar as despesas do governo federal. O senhor aprova ou desaprova essa iniciativa?".

De acordo com o levantamento, 59% responderam que aprovam a PEC, 35% desaprovam, 4% não sabem e 2% não responderam.

*[Notícias Internet\Ibope 72% aprovam reforma do ensino médio e 59% são a favor da;
Posição: 14 - 15]*

44.

Estudantes ocupam prédios da UFSM no RS contra PEC 241
Alunos decidiram em assembleia ocupar prédios da universidade. Mais cedo, funcionários bloquearam BR-287 em Santa Maria.

*[Notícias Internet\G1 - Estudantes ocupam prédios da UFSM no RS contra PEC 241 - n;
Posição: 1 - 2]*

45.

Professores de 29 universidades federais, duas universidades estaduais, três institutos federais e um centro federal de ensino entraram em greve hoje (24), de acordo com balanço divulgado pelo Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (Andes-SN). Os docentes são contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016, a chamada PEC do Teto (que cria um limite para as gastos públicos) e a Medida Provisória (MP) 746/2016, que estabelece a reforma do ensino médio.

[Notícias Internet\Professores de 35 instituições federais e estaduais entram em g; Posição: 2 - 2]

46.

Ana Júlia participou de audiência que discutiu a PEC do teto de gastos.

Para ela, defensores da proposta ficarão 'com as mãos sujas' por 20 anos.

A estudante Ana Júlia Ribeiro concedeu entrevistas e tirou selfies ao participar de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado (Foto: Gustavo Garcia / G1)

A estudante paranaense Ana Júlia Ribeiro – que se tornou o rosto do movimento secundarista responsável pela ocupação de centenas de escolas pelo país – foi "tietada" na manhã desta segunda-feira (31) em uma audiência pública realizada na Comissão de Direitos Humanos do Senado – veja como foi a participação dela.

Comparada na web à ativista paquistanesa Malala Yousafzai, ela tirou selfies, fez fotos com parlamentares da oposição e foi intensamente aplaudida ao voltar a discursar a favor da ocupação de escolas por estudantes que são contra a reforma do ensino médio proposta pelo governo Michel Temer.

Ana Júlia, 16 anos, foi reconhecida no Senado pelo discurso que fez na semana passada na

tribuna da Assembleia Legislativa do Paraná, quando defendeu a ocupação do Colégio Estadual Senador Alencar Guimarães, de Curitiba.

[Notícias Internet\G1 - Estudante que viralizou ao defender ocupações é 'tietada'; Posição: 3 - 7]

47.

Alunos ocupam campus da PUC-Rio em protesto contra PEC do teto de gastos
Barracas e até sofás foram colocados nos pilotis da universidade

[Notícias Internet\Alunos ocupam campus da PUC-Rio em protesto contra PEC do teto; Posição: 1 - 2]

48.

Alunos ocupam campus do IFC de Rio do Sul contra a PEC 241
Ocupação começou na tarde de segunda (17) e segue nesta terça (18). Movimento ocupa espaços comuns do campus no Vale do Itajaí.

[Notícias Internet\G1 - Alunos ocupam campus do IFC de Rio do Sul contra a PEC 241; Posição: 1 - 2]

49.

Caixa Econômica Federal da Avenida Sete só abriu as portas ao meio-dia (Foto: Juliana Almirante / G1)

Bancos e escolas das redes estadual e municipal tiveram o funcionamento alterado nesta sexta-feira (11), em Salvador, por meio de atos de adesão aos protestos nacionais contra a PEC 55/16 - a conhecida PEC 241/16 - que prevê o congelamento dos investimentos públicos em todas as áreas pelos próximos 20 anos, nas três esferas de poder.

Caixa Econômica da Av. Sete teve filas após atraso na abertura (Foto: Juliana Almirante / G1)

De acordo com o Adelmo Andrade, diretor do Sindicato dos Bancários, os bancos da região da Avenida Sete, bairro da Piedade e Rua Chile adiaram a abertura em duas horas. Normalmente, as unidades funcionam a partir das 10h. Nesta sexta-feira, só abriram as portas ao meio-dia.

[Notícias Internet\G1 - Bancos e escolas param em protesto contra PEC do corte de; Posição: 4 - 7]

50.

Estudantes ocupam prédio da Famecos na PUCRS em Porto Alegre
Jovens protestam contra PEC que restringe os gastos públicos no país. Seguranças foram acionados, mas estudantes permaneceram no local.

[Notícias Internet\G1 - Estudantes ocupam prédio da Famecos na PUCRS em Porto Aleg; Posição: 1 - 2]

51.

Manifestantes tentam impedir saída de ônibus no RS; BM usa bombas
Mobilização nacional nesta sexta (11) foi convocada por centrais sindicais. Paralisação contra PEC do teto dos gastos afeta serviços em Porto Alegre.

[Notícias Internet\G1 - Manifestantes tentam impedir saída de ônibus no RS; BM usa; Posição: 1 - 2]

52.

Estudantes deixam escola por ordem judicial e ocupam outra em Arapiraca
Desocupação foi realizada nesta segunda; AL tem agora 29 ocupações. Mobilização é contra PEC do teto dos gastos e outras medidas do governo.

[Notícias Internet\G1 - Estudantes deixam escola por ordem judicial e ocupam outra; Posição: 1 - 2]

53.

Estudantes desocupam escola Setor Leste, na Asa Sul, em Brasília
Unidade foi tomada por 30 alunos em ato contra a PEC do teto de gastos. Retirada ocorreu de forma pacífica em cumprimento à ordem judicial.

[Notícias Internet\G1 - Estudantes desocupam escola Setor Leste, na Asa Sul, em Br; Posição: 1 - 2]

54.

ES tem 43 escolas ocupadas, diz governo; secundaristas dizem 47
Além disso os estudantes também ocupam um Ifes e 13 prédios da Ufes. Serra e Cariacica são as cidades com mais escolas ocupadas.

[Notícias Internet\G1 - ES tem 43 escolas ocupadas, diz governo; secundaristas diz; Posição: 1 - 2]

55.

Ocupação em escola estadual em Montes Claros completa 15 dias
Estudantes protestam contra a PEC 55 e medida que reformula Ensino Médio. UFMG e IFNMG também seguem ocupados por estudantes.

[Notícias Internet\G1 - Ocupação em escola estadual em Montes Claros completa 15 d; Posição: 1 - 2]

56.

Ocupação na UEA faz 3 dias e nova unidade adere a movimento no AM
Escola Normal Superior em Manaus também tem ocupação de estudantes. Movimento iniciou na quinta-feira (10); aulas não foram interrompidas.

[Notícias Internet\G1 - Ocupação na UEA faz 3 dias e nova unidade adere a moviment; Posição: 1 - 2]

57.

Estudantes ocupam escola Barbosa Lima, na Agamenon Magalhães
Com essa, agora são 10 escolas estaduais ocupadas em Pernambuco. Em todo o estado, 45 prédios continuam ocupados contra a PEC 55.

[Notícias Internet\G1 - Estudantes ocupam escola Barbosa Lima, na Agamenon Magalhã; Posição: 1 - 2]

58.

Estudantes ocupam Instituto de Letras da UFRGS contra projetos do governo federal
Movimento, que começou na manhã desta quarta-feira, faz críticas à PEC do teto de gastos, à reforma do ensino médio e ao projeto Escola Sem Partido

[Notícias Internet\Estudantes ocupam Instituto de Letras da UFRGS contra projetos; Posição: 1 - 2]

59.

Após 4 dias de ocupação, IFSP tenta retomar serviços em Sertãozinho, SP
Estudantes estão no campus em protesto contra a PEC do teto dos gastos. Direção fez reuniões e espera, ao menos, realizar atividades administrativas.

[Notícias Internet\G1 - Após 4 dias de ocupação, IFSP tenta retomar serviços em Se; Posição: 1 - 2]

60.

Justiça suspende decisão que determinou desocupação da UnB
A Segunda Instância da Justiça Federal suspendeu por 15 dias a decisão do juiz federal Itagiba Catta Pretta, da 4ª Vara Federal no Distrito Federal, que determinou a desocupação imediata das instalações da Universidade de Brasília (UnB). O tribunal aceitou recurso protocolado pelo Ministério Público Federal (MPF). O prazo dado pelo juiz para que a desocupação fosse concluída terminou hoje (23) às 18h. A decisão foi proferida pelo desembargador Jirair Meguerian.

[Notícias Internet\Justiça suspende decisão que determinou desocupação da UnB Ag; Posição: 1 - 2]

61.

PEC 241: Blocos da UFU em Uberlândia e Ituiutaba são ocupados
Universidade disse que ocupações não interferem nas provas do Enem. 'Ocupa UFU' disse que também é contra MP 746, entre outras questões.

[Notícias Internet\G1 - PEC 241 Blocos da UFU em Uberlândia e Ituiutaba são ocupa; Posição: 1 - 2]

62.

Ato contra a PEC 55 em Brasília; FOTOS
Cerca de 10 mil pessoas se reuniram na Esplanada dos Ministérios; PM usou bombas de gás lacrimogêneo

[Notícias Internet\Ato contra a PEC 55 em Brasília; FOTOS - fotos em Distrito Fede; Posição: 1 - 2]

63.

Motoristas e professores do DF fazem protesto contra PEC do teto de gastos
Paralisação de rodoviários durou até 9h e afetou 1,2 milhão de pessoas. Professores preveem voltar às salas de aula somente nesta segunda.

[Notícias Internet\G1 - Motoristas e professores do DF fazem protesto contra PEC d; Posição: 1 - 2]

64.

Servidores e técnicos da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) entram em greve por tempo indeterminado nesta segunda-feira (31). A mobilização foi definida em assembleia na última semana e é contra a PEC do teto dos gastos públicos e o Projeto de Lei 257 (PL257), que impede os estados de gastar mais do que o ano anterior.

[Notícias Internet\G1 - Servidores e técnicos da Ufal entram em greve a partir des; Posição: 4 - 4]

65.

Estudantes contrários à PEC 241 ocupam prédio da Universidade Federal de Viçosa

[Notícias Internet\Estudantes contrários à PEC 241 ocupam prédio da Universidade; Posição: 1 - 1]

66.

Com 15 mil pessoas, ato reúne ocupações, servidores estaduais e mulheres contra PEC 241/55 - Sul 21

Fernanda Canofre No carro de som que preparava a concentração para o ato desta sexta-feira (25) tiveram espaço para falar: servidores estaduais ligados às fundações cuja extinção foi proposta pelo Estado esta semana, estudantes das ocupações universitárias e secundaristas, centrais sindicais e mulheres ligadas a movimentos sociais. Um dos atos mais diversos de pautas, mas com [...]

Ato contra a Pec 241/55 reuniu mais de 15 mil pessoas em Porto Alegre

[Notícias Internet\Com 15 mil pessoas, ato reúne ocupações, servidores estaduais e; Posição: 1 - 3]

67.

O pato da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) parece ter vencido a batalha ideológica. A grande maioria da população encampou a tese de que o Estado brasileiro gasta demais, e não precisa aumentar os impostos para melhorar a qualidade dos serviços públicos. Em recente pesquisa divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), oito em cada dez entrevistados manifestaram apoio à redução das despesas do governo, de forma a diminuir os déficits orçamentários. Rejeitam, porém, qualquer sinalização de aumento de tributos.

[Notícias Internet\Teto de gastos públicos abre as portas para redução do papel do; Posição: 4 - 5]

68.

Estudantes da UFT realizarão ato contra a PEC 241 na próxima segunda-feira, em Palmas O protesto que tem o objetivo de pressionar durante todo o dia os deputados federais do Tocantins para que votem contra a PEC

[Notícias Internet\Estudantes da UFT realizarão ato contra a PEC 241 na próxima se; Posição: 1 - 2]

69.

Em conversa com o Movimento Estudantil UFOB-Barra, da Universidade Federal do Oeste da Bahia, nós ficamos a par da atual situação da universidade, que foi fundada em 2011 e faz parte de um desmembramento da UFBA (Universidade Federal da Bahia).

Divulgação Movimento Estudantil UFOB.

Segundo o movimento, “a PEC afetar a realização de concursos de professores e técnicos, além da compra de materiais para o andamento dos cursos, principalmente os mais caros, como Medicina e as demais áreas de Engenharia”.

[Notícias Internet\Por que o Movimento Estudantil Luta Contra a PEC 55; Posição: 6 - 8]

70.

- uma pesquisa que o Vox Populi fez nos últimos dias. Uma das perguntas feitas foi exatamente se a população brasileira apoia o congelamento de gastos e de investimentos públicos por 20 anos: 70% da população brasileira rejeitam o conteúdo dessa PEC.

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (Nota Taquigráfica da Reunião de 18-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 18-10-2016 da CESP; Posição: 1 - 1]

71.

parabenizar, em especial, a sociedade brasileira, por intermédio da Avaaz, da UNE, de todos e todas que se encorajaram e estão nas ruas contra a PEC 241

JOÃO DANIEL (Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 274 Plenário CD)

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 274 Plenário CD; Posição: 18 - 18]

72.

existe uma consulta sobre a PEC 55: se as pessoas são favoráveis ou não. Lá se explica, um pouco, a PEC. E, vejam, não é o site da CAE, já quero dizer, é o site institucional do Senado. E não foi a CAE, não fomos nós que formulamos a questão que está lá. Portanto, é da instituição Senado Federal. Nós já temos, como participantes, 18.307 que concordam com a PEC, e 290.685 que discordam da PEC

Gleisi Hoffmann (Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado, P. 26)

[Notas Taquigráficas\Com. de Assuntos Econômicos - SF\Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado; Posição: 26 - 26]

73.

Nós vamos falar um pouco sobre o que está acontecendo na UNB e sobre a ocupação, porque eu acho que é muito interessante. A gente queria falar sobre como a ocupação iniciou. Ela iniciou com uma assembleia de 1,4 mil alunos. São muitas pessoas. É um movimento nacional. Várias universidades federais estão sendo ocupadas, várias escolas estão sendo ocupadas.

[Notas Taquigráficas\Com. de Assuntos Econômicos - SF\Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado; Posição: 28 - 28]

74.

Tivemos na UNB, na segunda-feira, a maior assembleia das últimas décadas, foram mais de 1.400 estudantes reunidos para debaterem a PEC. E não parou por aí. Desde terça-feira, têm acontecido assembleias consecutivas nos cursos, paralisando todos os institutos. E isso não é só na UNB, é em mais de 150 universidades já ocupadas em todo o País. Este é um momento rico de participação social. E os estudantes têm consciência do que tem sido debatido, porque não vamos ficar só nas ocupações.

IAGO CAMPOS (Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Com. de Assuntos Econômicos - SF\Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado; Posição: 30 - 30]

75.

existem metodologias de pesquisas que têm que ser avaliadas. Eu acabo de receber uma pesquisa divulgada hoje da CNT/Sensus, uma empresa de pesquisa respeitada, que aponta 64% de apoio à aprovação da PEC.

SR. MARCOS JOSÉ MENDES (Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado, P. 56)

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 56 - 56]

76.

o Sinasefe, está em greve desde o dia 11 da semana passada, com uma pauta totalmente política, contra a PEC 55, o PL Escola sem Partido, a reforma do ensino médio entre outros pontos.

FABIANO FARIA (Nota Taquigráfica CE 16-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Com. de Educação, Cultura e Esporte - SF\Nota Taquigráfica CE 16-11-2016 Senado; Posição: 26 - 26]

77.

quero aqui colocar que, infelizmente, essa tragédia que aconteceu no Paraná de certa forma tem a ver com estes tempos que estamos vivendo, de intolerância, de intransigência, de falta de debate, de falta de diálogo. Veja bem, como ignorar mais de mil escolas ocupadas em todo o País? Como ignorar mais de 50 universidades? Como ignorar mais de 80 institutos federais? Esses meninos e meninas, repito, estão lá se manifestando de forma pacífica, e eles querem ser ouvidos. Eles têm o direito de dizer que a reformulação do ensino médio que eles pretendem e que eles defendem também não deveria se dar, de maneira alguma, pelo instituto da medida provisória. Eles têm o direito, por exemplo, de falar dessa PEC 241 pelo quanto pretende reduzir os investimentos nas áreas sociais, nos próximos 20 anos, anulando por igual período o dispositivo constitucional que vincula recursos mínimos para saúde e educação; portanto, uma PEC com esse conteúdo que ameaça o direito à educação, inclusive inviabilizando as metas do novo Plano Nacional de Educação

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 25-10-2016 Senado; Posição: 4 - 4]

78.

Ontem, eu fui entrevistada numa emissora de rádio de Farroupilha, a Rádio Espaço, pelo Rogério Portolan, que é um repórter muito atento, e ele me informou que os alunos de um instituto federal de educação não haviam entrado, não haviam invadido a instituição, não houve ocupação, mas saíram de lá e foram à Câmara de Vereadores para pedir o apoio dos Vereadores, do Presidente da Câmara de Vereadores para aquilo que eles não querem, certamente informados por alguns líderes que têm mais um vezo político e ideológico do que propriamente técnico sobre a PEC 241. A PEC 241 não vai tirar o futuro de ninguém. Mas se não for aprovada, sim, não terá futuro a próxima geração. Então, eu queria elogiar esses alunos que foram à Câmara de Vereadores. Sabe por quê, Senadora? Porque assim se evitou aquela tragédia que aconteceu lá em Curitiba, com a morte de um estudante. Não é isso que nós queremos. Esses alunos do Instituto Federal Farroupilha deram uma demonstração clara de compromisso com a democracia, com a verdadeira democracia

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 26-10-2016 Senado; Posição: 15 - 15]

79.

Os movimentos sociais do Brasil marcam o dia 11 de novembro como dia de paralisação, de mobilização e de protesto. Repito: hoje, mais de mil escolas e universidades estão não só paradas, mas ocupadas. Contra quem? Contra a PEC 55 – ou 241, se quiserem – e as ditas reformas

PAULO PAIM (Nota Taquigráfica Plenário 7-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 7-11-2016 Senado; Posição: 11 - 11]

80.

O anúncio de que o Governo pretendia fazer a PEC já melhorou a confiança. Esse é o gráfico da confiança de empresas e consumidores. Reparem, mais de uma vez, como a confiança de empresas e consumidores despencou desde meados 2011. É a mesma curva do primário, com a exceção de que não tem a recuperação mais à frente. Despencou o primário, despencou a confiança, despencou o PIB, subiu o desemprego. Não há questões, não há mistério. O anúncio de que o Governo pretende atacar o problema fiscal já melhorou a confiança, mas melhorou na expectativa. O aumento da confiança de empresários e consumidores, até agora, é muito mais pela expectativa de que as coisas se resolvam do que por terem visto a solução de fato. Se não aprovarmos a PEC, não resolvermos o problema fiscal, essa confiança vai outra vez cair; a expectativa vai cair, e a confiança vai, mais uma vez, cair

SR. ARMANDO CASTELAR (Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado; Posição: 10 - 10]

81.

Mas um apoio muito grande de formadores de opinião especializados... seria comentaristas de Economia, artigos de jornalistas favoráveis. Como eu falei o clima de que a gente estava numa crise profunda ajudou, né? Facilitou

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 52 - 52]

82.

Mas era uma discussão que mexia menos com dia a dia das pessoas era uma coisa mais etérea diferente de uma discussão de previdência então, depois a gente foi fazer o debate da Previdência qualquer jornalista qualquer político depois da primeira e da segunda. Pergunta a terceira pergunta era sobre o caso dele não mas vem cá tenho tantos tempo de contribuição.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 53 - 53]

83.

Essa ideia geral de que olha, o governo tá gastando muito, a gente precisa controlar... isso entra na cabeça das pessoas como alguma coisa razoável.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 54 - 54]

84.

Quando foi isso, mas foi mais ou menos junho julho de 2016, tava muito interno na secretaria e porque todo o processo de impeachment tava atrás todo o processo de elaboração da lei orçamentária tava atrasado, então não sei se você conhece você sabe mas dentro do governo federal é um processo bastante pesado e tem fase tem definições, você não tinha nem presidente.

07:36 - 07:46 - Você ter definição que é ministro? Então era tava tudo muito tumultuado e cheguei já apagando fogo para tudo lá, eu lembro que logo na primeira semana.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 15 - 16]

85.

havia uma percepção e no final daquele governo eh com o final do governo Dilma que precisava ser feito algumas coisas não era muito claro pra efeito, vamos dizer assim tanto congresso como de população de uma forma geral, o que que deveria ser feito, agora tava claro os desequilíbrios que estavam acontecendo

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 50 - 50]

86.

o sindicalismo brasileiro tem uma organização agora ela tá ela tá enfraquecida empobrecida, mas sempre foi uma uma organização com muito recurso e cresceu muito pouco com os governos os governos do PT, né? Ficaram muito fortalecidas, então tinham condições de trabalhar a opinião pública trabalhar lá na ponta o vereador o radialista, né? O redator do jornal passar informação toda hora.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 184 - 184]

87.

nós Assumimos e tivemos já passamos ter a maioria tá? Mas queria informação.

43:05 - 43:24 - Então o nosso desafio foi ah, foi ganhar a imprensa tá que ajudava na informação geral que a gente ganhou a imprensa nós ganhamos a imprensa e mas perdemos a informação lá na ponta.

43:27 - 43:44 - Privilegiados nós perdemos a guerra com eles, nós perdemos, mas com a imprensa conosco e passar informação para o parlamentar. Então primeiro entender o que era né?

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 188 - 190]

88.

Né? Nós chegamos a fazer workshops para imprensa levando Consultores levando o pessoal da economia, né para responder e para informar a imprensa. A imprensa sempre teve informação.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 191 - 191]

89.

O impeachment que foi Avassalador né e com a sociedade pedindo reformas a sociedade estava com o governo Michel Temer. O parlamento votou impeachment é e a sociedade fez o Parlamento se convencer pelo impeachment começa lá com os guris do movimento Brasil livre, depois o veio para Rua que dei casaram com o Parlamento que não queria um casaco Parlamento e para casado com Parlamento. E aí mobilizamos a sociedade.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 253 - 253]

90.

Eu acho que foi bem recebida, você sabe? Tem esse aspecto técnico que muitas vezes é que a população não penetra nessas questões técnicas, mas é se você reduzir isso a informação de que você não pode gastar mais do que aquilo que ganha. O estado não pode gastar mais aquilo que você é arrecada pega bem para a população e pegou bem pro povo brasileiro.

[Entrevistas\Entrevista de Michel Temer; Posição: 12 - 12]

91.

o protesto reuniu estudantes professores sindicalistas e ativistas políticos eles carregavam bandeiras com críticas à PEC do teto dos gastos e contra o presidente da república michel temer a secretaria de segurança pública do distrito federal estima que cerca de 10 mil pessoas se reuniram no gramado em frente ao congresso

[Youtube\Câmara dos Deputados\Protesto contra PEC do Teto de Gastos termina em confronto com; Posição: 21 - 29]

92.

Pesquisa de opinião também mostra que a maioria da população brasileira – isso está no Valor Econômico de hoje – quer a restrição de gastos públicos. O que a maioria da população brasileira não deseja, o que o Brasil não deseja, o que este Senador Relator não deseja é o encurtamento de recursos para a saúde e para a educação

EUNÍCIO OLIVEIRA (PARECER Nº 920, DE 2016-PLEN, P. 1)

[Documentos do Processo PEC\Plenário do Senado Federal\PARECER Nº 920, DE 2016-PLEN; Posição: 3 - 3]

4.3. Código: Ocupação de cargos chave

1.

Mansueto: “Faremos um trabalho mais próximo com os parlamentares”
Secretário de Acompanhamento Econômico diz que governo intensificará comunicação com congressistas para preservar PEC do teto de gastos

[Notícias Internet\Mansueto “Faremos um trabalho mais próximo com os parlamentares; Posição: 1 - 2]

2.

Um livro que gosto muito de ler, escrito pelo Marcos Mendes, Assessor do Senado e hoje Assessor Especial do Ministro da Fazenda, Por que a economia cresce pouco?, traz um elenco imenso de todas as distorções do nosso marco legal institucional, que geram gasto público, que geram disfuncionalidade — distorções para as classes baixas, para as classes médias, para as classes altas.

SAMUEL PESSÔA (Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 22 - 22]

3.

Professor, o senhor e o Marcos Mendes escreveram um livro, que no meu ponto de vista tem cunhado o nome desta Comissão, intitulado O Dia do Juízo Fiscal. O dia do juízo fiscal chegou! E o senhor está aqui para nos falar: “Olha, eu já falava sobre isso antes”. É bom que nós ficamos alerta a tudo isso

DEPUTADO THIAGO PEIXOTO (Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 29 - 29]

4.

No dia 16 de agosto, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado debateu o assunto. Meirelles mandou dois funcionários de segundo escalão para defender a proposta. Confrontados pelos professores convidados a fazerem uma análise séria do assunto, exibiram a grande fragilidade da PEC nº 241 e da visão econômica do chefe.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 18-08-2016 Senado; Posição: 2 - 2]

5.

2016 foi o momento em que houve esse diagnóstico de uma forma muito clara dentro dos técnicos do Poder Executivo o Tarcísio, o Mansueto e o Marcos Mendes, né? E a partir daí eles eles perceberam isso e resolveram que a única solução possível seria partir para esse novo instrumento que é um instrumento de adotado em alguns outros países, eles eles uma experiência estudaram e acharam que o caminho era por aí.

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 9 - 9]

6.

Eu não sei dizer estava meio longe, eu não acompanhei de perto aqui, né? Mas se eu fosse chutar alguma coisa eu diria que o Mansueto deve ter sido fundamental, eu acho que esse processo de convencimento é ter sido o principal, né? Nessa ocasião, já tava como secretário de tesouro. Se não me engano o Marcos Mendes também, mas o Mansueto parece ter ficado mais à frente das coisas das conversas aqui

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 44 - 44]

7.

ele foi escolhido como relator antes de chegar a PEC aqui e a gente começou já um trabalho de discussão e também foi montando uma equipe então na época o Marcos Mendes estava como assessor especial.

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 17 - 17]

8.

a Senadora Rose de Freitas levou eu para conversar com o presidente Michel Temer um dia antes dele assumir como presidente da república dois dias antes era um dia lá na vice-presidência. Tava um monte de gente lá.

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 76 - 76]

9.

Eu sei o seguinte: que a equipe econômica do Temer tinha muita moral, né? Vamos dizer assim... para resolver o problema. O Guardia tinha um respaldo político grande, ou seja, vamos confiar nele, ele sabe o que tá fazendo. O Dyogo nem tanto, mas ele tinha também uma boa penetração no MDB

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 32 - 32]

10.

essa ideia do teto no caso concreto, ela veio de fora, ela veio de uma experiência internacional. Quem trouxe foi Mansueto e Mendes, principalmente o Mendes.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 35 - 35]

11.

E aí a gente ficou com a impressão, mas aí não tenho assim, né de que como o Meirelles representa tipicamente o interesse dos bancos. O problema não é exatamente a dívida, é a solvência da dívida que tem a ver com o fluxo, né? que tem a ver mais com o fluxo da capacidade de pagamento. Então eu acho que eles enxerga um pouco o estado como o grande pagador de juros, né? É que tem que ser mantido num nível aqui ele não pode falir ele não pode falir. Mas ele tem que ficar saudável, mas tem que continuar pagando juros porque quando a gente qualquer proposta que a gente faz na sentido, olha vamos trabalhar então para eliminar a dívida abaixar a dívida. Ela não é simpática, ela não é vista com simpatia, né?

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 46 - 46]

12.

O fato é o seguinte, se você estabelece que teu problema é a despesa primária.
45:54 - 46:17 - De cara você tira o seguinte ó, toda despesa financeira, não é problema, ela é consequência, digamos o Mendes falava muito juros é consequência, não é causa.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 195 - 196]

13.

Eu tava a menos de dois anos lá na diretoria financeira da Caesb e tava já tava tava interessante, estava começando a dar resultado e tal, mas eu é aquela coisa como é a minha área e eu já tinha uma percepção de que eu ia aposentar que seria um carro dentro do governo mais alto que eu iria assumir, eu achei por bem falar eu vou para isso aí que isso aí é minha praia ou coisa que eu gosto que eu vou para e fui quando eu cheguei

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 15 - 15]

14.

nós temos de controlar o crescimento da despesa e não crescimento da receita mesmo porque já havia uma resistência muito grande no Congresso em qualquer aumento de receita, principalmente depois de 2008 que foi feita aquelas desonerações algumas bastante complicadas e de resultado bastante pernicioso até hoje bem esse foi o plano de fundo. Então o Marcos, ele bolou essa regra.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 32 - 32]

15.

isso é tudo que eu tava querendo mas eu vou aproveitar e vou trazer as outras coisas para cá e vamos tentar ver se a gente.

19:56 - 20:53 - Se a gente consegue transformar o orçamento numa peça realmente importante onde você discute prioridade e onde todo mundo é participa da sua elaboração e que era, vamos dizer, um acordo geral dos poderes do povo e o congresso logicamente validando de limitação de despesa de gasto

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 32 - 33]

16.

o Meirelles não era um cara do ponto de vista de operacional de conhecimento específico de política fiscal ele não tinha mas ele tinha uma capacidade de interlocução com os atores políticos e Presidente e o
35:15 - 36:15 - o judiciário e as outras partes grandes e principalmente para o setor financeiro empresarial

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 61 - 62]

17.

A ideia de como o Executivo da importância ao tema então tava o Marcos Mendes, o Guardia, a Ana eu tava lá representando a SOF e também George... criou-se nessa primeira conversa com Guardia mostrando o Volpe era eu acho que vou que era o chefe da Consultoria da câmara e a discussão foi mais centrada na Câmara aí aqueles meninos lá da Câmara que você conhece né o Eugênio a o pessoal fiscal lá da câmara ficou sentindo minha Márcia e aí algumas outras pessoas fotos depois Recordar tá os nomes. Mas essas pessoas não me recordo. E aí começou um processo de discussão quase que diária ou dois dias no texto e aperfeiçoamento foi a primeira vez na minha, e

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 85 - 85]

18.

Mas ela foi uma alternativa que começou a ser traçada.

18:34 - 19:33 - E você teve um pessoa por trás por Meireles botou né? Por trás e aí você tinha naquele caso daquele governo uma máquina política mais bem organizada, né? E tinha né? Você tinha o Elizeu Padilha, você tinha o próprio Michel Temer, você tinha uma máquina política que sabia dialogar mais com uma facilidade muito grande. Deu os contatos para uma área técnica, que querendo ou não o ministério ele é técnico, mas ele é tem muita essa coisa política também, né? Querendo ou não.. e botou gente que sabia operar dentro do congresso. Tem isso também o próprio Marcos é o caso claro, é um cara que sabe operar dentro do congresso, sabe? Como é que funciona ali, o que que tem que falar com sabia isso também então você tinha um E você teve também essa estrutura de poder dentro do executivo que isso sabia dialogar lá no congresso e bancou mesmo sem ter todas as noções da ideia.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 42 - 43]

19.

Porque na verdade é se você for analisar aqui uma coisa, né? Assim não é meu papel de cientista político, mas eu não sou científico, mas assim o desde o Sarney que o Brasil não tinha um político legislativo dentro do executivo, FHC era senador mas ele era um outra espécie ele, não Era exatamente o político normal... o Lula muito menos, o Lula foi deputado, mas assim... não é, ele era o Lula... não era uma pessoa do congresso, nunca foi. Dilma muito menos então.

50:52 - 51:35 - O Temer foi presidente da Câmara, parlamentar de longa data presidente de partido era era um dos seus né? O normal do perfil do Temer é um cara para ser vice para ser ministro da casa civil, o ministro de governo, né? Não é normalmente não é o material de presidente que é outro tipo de material, né? Então era um cara que seria primeiro ministro no caso, né? Era como como Ulisses Guimarães seria primeiro ministro é um cara que é deputado, mas que consegue relacionar e isso ajudou eu acho.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 114 - 115]

20.

E o fato de ter gente do executivo que era legislativo

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 116 - 116]

21.

Teto dos gastos saber como é que eu cheguei médico tá ótimo eu eu tenho um guru na Esplanada que ele não estava na Esplanada no BG particular o puta me deu um branco.
11:08 - 11:33 - Eu como Deputado descobri Mansueto no iPhone na internet e começamos eu comecei a ler o material dele nós conversarmos etc, porque eu sempre gostei de sempre. Gostei comecei a gostar de Economia aqui na câmara.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 57 - 58]

22.

A primeira reunião com os Consultores eu trabalhei acho que aproximadamente 8 Consultores.
16:42 - 16:55 - o líder dos consultores é como é que é o Volpe vou criar o presidente da ele era o diretor da comissão de orçamento, não é e
16:57 - 17:02 - houve assim o entendimento maravilhoso com Volpe e com os outros Consultores.
17:08 - 17:40 - Eu os deixei a vontade, né? Eu disse para eles, olha contei essa historinha que eu te contei disse que era um desafio que o país precisava. Eles estavam conscientes... que eu não sabia nada de orçamento, mas gostava de uma economia. Tá mas não sabia... sabia da necessidade da importância de dizer né? Mas
17:41 - 18:01 - Então eu iria discutir com ele com eles todo o projeto toda a emenda toda emenda e tomaria a decisão todas toda a emenda todas as decisões serão tomadas como o grupo com o grupo de consultores.
18:02 - 18:05 - Né não tomaria nenhuma decisão sozinho.
18:09 - 18:18 - Eles gostaram que tudo tem experiência, né? Que às vezes um colega assume e vira rei, né?

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 90 - 96]

23.

Pedro Nery, o Volpe, o Mansueto... são meus gurus.
29:58 - 30:23 - Tenho uma admiração. O Mendes naquela fisionomia dele, ele manifestava toda angústia dele, ele carregava na alma toda a crise financeira é do Brasil, né? E meus gurus começou a interagir.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 152 - 153]

24.

eu acho que o núcleo duro do governo do Michel, sabe? Essa reforma saiu ali dos técnicos do Planejamento e da Fazenda, com certeza, né? Do Planejamento e da Fazenda, né? Que mostraram pro Meirelles que por sua vez mostrou para o Michel, né? Então foram atores decisivos, olha!... de quem mandou a proposta. Acho que esse pessoal foi decisivo para convencer o presidente depois o Meirelles, ou o Meirelles antes e depois o presidente.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 331 - 331]

25.

Era de muita interação muita interação, porque eu pedi ao Meirelles, a equipe toda, o Ila no Banco Central, Mansueto, todos eles, né? que sempre comparecessem ao Congresso Nacional para conversar. Aí de igual maneira, interessante, nós tínhamos também uma equipe política de muito bom contato com o Congresso, por exemplo, o chefe da casa civil era o Padilha... Moreira Franco. Enfim pessoas que tinham contato, enfim o nosso Romero Jucá que era Líder não é? Nos ajudou muito no Congresso Nacional, e era muito diálogo e muitas e muitas vezes.

[Entrevistas\Entrevista de Michel Temer; Posição: 10 - 10]

26.

O referido anteprojeto foi formatado, nas últimas semanas, após vários debates ocorridos na serra fazendária, mediante grupo informal capitaneado pelo renomado economista Marcos José Mendes.

[Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Parecer PGFN-CAF nº 933-2016; Posição: 1 - 1]

4.4. Código: Mudança de governo

1.

Marconi – Os recentes acontecimentos mostram que é um governo que não tem tanta força política. Está ficando mais evidente que a lua de mel com o mercado está passando. Além disso, este governo tem pouco apoio popular. A partir do momento em que se tornar efetivo, se for aprovado o impeachment de Dilma Rousseff, ganhará mais poder. Mas, mesmo assim, há um Congresso já de olho na eleição de 2018. Ou seja, não será tão fácil fazer o ajuste. O mercado não pode achar que um novo presidente cairia do céu para mudar a situação de uma hora para outra, como quem vira uma chave e muda tudo no país. Do ponto de vista fiscal, não sei se o PMDB é tão diferente da gestão anterior. O mercado tem de entender que o descompasso nas contas públicas não se resolve rápido.

[Notícias Internet\“Lua de mel entre Temer e o mercado está passando”, diz economi; Posição: 15 - 15]

2.

Um Presidente provisório interino não poderia encaminhar para cá uma proposta de emenda à Constituição para valer por 20 anos, ou seja, para os próximos 5 Presidentes da República. Ele deveria, no mínimo, ter esperado o resultado da votação no Senado para ter ou não o direito de mudar a Constituição.

É grave o que está acontecendo no Brasil. É grave a atitude do Governo, que deveria se comportar como expectante sentado provisoriamente naquela cadeira, aguardando o resultado do Congresso Nacional, do Parlamento brasileiro, que de fato representa a população brasileira. Neste sentido, esta PEC já começa com vício de origem

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Nota Taquigráfica CCJC 03-08-2016; Posição: 5 - 5]

3.

Os Deputados do Partido dos Trabalhadores têm toda a razão de votar contra. Eles devem votar contra, porque, durante o período deles, eles só fizeram gastar, e nos entregaram 12 milhões, tendendo chegar a 13 milhões, podendo chegar a 14 milhões de desempregados!

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 10 - 10]

4.

bstrução essas coisas de sempre né? Mas eu acho que o momento político acabou afetando posição.

Como o teto foi aprovado logo na sequência do impeachment, né? Eu acho que ele foi sim contaminado pelo ambiente político que é a sua primeira pergunta lá atrás. Nesse sentido, porque a oposição perdeu o discurso técnico. Não que o discurso técnico fosse o forte na oposição, mas eu acho que tudo que tudo que eles falavam criticando o teto era percebido como sendo choro de quem saiu do Poder, da forma que saiu. Então esses argumentos acabavam ficando perdidos e não tiveram eventualmente o peso que poderiam ter num outro

ambiente, né? Eu acho que grande parte do que, das críticas foram vistas como choro de quem foi impeachmado, né? Essa impressão que eu tenho né?

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 66 - 67]

5.

10:19 - 11:19 - Eu acho que o governo Temer tinha uma base boa logo que ele entrou, né? Até porque foi um movimento do Congresso para colocar ele lá. É lógico que a oposição que era o PT e tudo. Ele nunca foi a favor do teto, ele sempre achou que nem nem nas metas superávit, eles sempre foi contra qualquer tipo de restrição que pudesse tirar a capacidade de gasto do governo, principalmente na área social. Houve bastante restrição para saber o que que ia gastar com saúde com educação para tentar manter esse o volume, né de gastos sem comprometer o que já tinha sido ganho com o mínimo né saúde mesmo constitucional do MDF, mas é não. Ele acha que eles viam como uma necessidade porque o período.

11:19 - 12:19 - Anterior tinha sido um período aonde ele sabiam que não tinham. Se eu votar dotações no orçamento, não queria dizer nada porque você a capacidade de realmente de pagar tava comprometida. Então você tinha às vezes discricionários quase duas vezes o valor do que de autorizações mais os restos a pagar todos que estavam e também bastante alto e o que ia ser pago, dependia aí de uma negociação política. Então eu acho que eles viram o teto de gastos como uma possibilidade de voltar a ter capacidade de solicitar recursos e de ter acesso ao dinheiro, né? Porque o que mais importante é eu pago, né? Não é nem você incluir ali um autorizado. Então acho que a gente ficou bastante Claro porque se você olhar os gráficos do crescimento do que que a diferença entre o autorizado e o pago tava muito alto.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 26 - 27]

6.

o MDB que era do Temer... ele tinha um papel forte, né? Em termos de maioria, principalmente no Senado. E aí tinha aquele grupo todo que fez o Temer ficar presidente, que meio que definia ali os papéis que dentro da Câmara e do Senado. O presidente era o Maia?.

13:57 - 14:44 - Depois do Cunha, né? Então assim também havia uma um problema com a relação na Câmara com a história do Cunha, né de ter ali uma dificuldade de articulação política e o Maia vem para meio que apoiar o temer então então acho que em termos políticos o que a equipe Econômica propusesse não haveria tanta resistência. Se fosse bem bem colocado em termos de a gente tá aqui para resolver uma situação que o governo anterior tava descontrolado, então a gente acha que isso aqui é o caminho agora e eu acho que ninguém viu esse teto de gastos como um problema muito mais como uma solução.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 32 - 33]

7.

o presidente precisando de legitimidade. Então porque faltava pouco tempo de dois anos não é um ano e meio para de Mandato dele foi em 2017 e 18... 2 anos e pouquinho então ele tava precisando de ter alguma coisa, né algumas sinalização de mudança na área econômica.

Entrevistador:

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 73 - 74]

8.

Então quando você tá com esse contexto de que eu vou lá e mudo o grupo né? O que é dessa parte que a gente chama ali do Guardiã que é o centro de governo querendo tomar para si a responsabilidade sobre o orçamento é para eles. Esse instrumento é essencial, sem isso. Eles iam ficar de novo a mercê coisa que não precisou ser feita nos governos do início do modelo

ali com a LRF porque a meta ela era uma coisa muito séria trocar. Como assim você altera LDO e tá tudo bem?... que foi os últimos anos, né? Então isso naquele momento, mas como tudo vai passando vai passando e você vai tentando um pouquinho vai.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 97 - 97]

9.

Houve muita crítica e eu acho que tem sentido. De que o teto da forma como se encontra, ou seja corrigindo pelo IPCA, ele é uma regra de política econômica de Estado Mínimo. Na verdade, ele não pretende apenas controlar a dívida. Mesmo que a dívida esteja sob controle.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 111 - 111]

10.

gente discutiu lá pelas tantas que não valia a pena aproveitar. Porque ele tava com bastante apoio, lembra que quando o Temer foi... caiu a Dilma, o Temer reuniu lá muito político lá no Planalto. Ele tava com muita força.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 138 - 138]

11.

Quando foi isso, mas foi mais ou menos junho julho de 2016, tava muito interno na secretaria e porque todo o processo de impeachment tava atrás todo o processo de elaboração da lei orçamentária tava atrasado, então não sei se você conhece você sabe mas dentro do governo federal é um processo bastante pesado e tem fase tem definições, você não tinha nem presidente.

07:36 - 07:46 - Você ter definição que é ministro? Então era tava tudo muito tumultuado e cheguei já apagando fogo para tudo lá, eu lembro que logo na primeira semana.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 15 - 16]

12.

uma das primeiras coisas que o governo Temer fez foi mostrar o tamanho do déficit e assustou quando as pessoas quando tiramos Todas aquelas colocou todas as contas e recalculou déficit primário foi a primeira coisa que ele fez, né? Era um déficit que era um déficit astronômico e só piorou depois porque depois tem que pagar as pedaladas, e tal... então toda aquele processo foi desmontado numa hora uma hora para outra então assim do ponto de vista da sociedade eu acho que não, não havia... havia discussão assim: há um problema e há disfunções em função desse problema

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 50 - 50]

13.

Então é foi o caso um ano um pouco, mas ele tinha uma pauta de reformas extremamente ambiciosa e ela era toda concatenada.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 59 - 59]

14.

Porque na verdade é se você for analisar aqui uma coisa, né? Assim não é meu papel de cientista político, mas eu não sou científico, mas assim o desde o Sarney que o Brasil não tinha um político legislativo dentro do executivo, FHC era senador mas ele era um outra espécie ele, não Era exatamente o político normal... o Lula muito menos, o Lula foi deputado, mas assim... não é, ele era o Lula... não era uma pessoa do congresso, nunca foi. Dilma muito menos então.

50:52 - 51:35 - O Temer foi presidente da Câmara, parlamentar de longa data presidente de partido era um dos seus né? O normal do perfil do Temer é um cara para ser vice para ser ministro da casa civil, o ministro de governo, né? Não é normalmente não é o material de presidente que é outro tipo de material, né? Então era um cara que seria primeiro ministro no caso, né? Era como como Ulisses Guimarães seria primeiro ministro é um cara que é deputado, mas que consegue relacionar e isso ajudou eu acho.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 114 - 115]

15.

Falei inclusive para o presidente Temer.

É o seu primeiro pedido?

E geralmente o Congresso não nega. Primeiro pedido de alguém recém investido no cargo de presidente da República.

Se fosse o terceiro pedido, não sei se teria passado.

[Entrevistas\Entrevista de Esperidião Amin; Posição: 72 - 75]

16.

Que tinha a maioria e havia então aí foi a solução do problema e sem precisar fazer um enorme corte de gastos... demitir funcionário público que os economistas é o seguinte repetir Metade dos Funcionários Públicos deixar que todo várias agências do governo, ele tem que cortar na carne e a vantagem da proposta do teto de gastos é que ele que ele dizia ela projetava um ajuste gradual, né? Então se você mantiver os gastos estáveis em termos reais.

21:47 - 21:52 - com PIB crescendo você vai reduzir a relação dos gastos sobre o PIB.

21:53 - 22:02 - E com isso, você vai eventualmente daqui uns alguns anos gerar novamente superávits fiscais e com isso vai reduzir o endividamento público.

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 110 - 112]

17.

Então você tá criando uma situação em que a política fiscal é feita por emenda constitucional, isso é uma anomalia muito grande. Isso é muito isso agora, por que que foi possível fazer que ninguém levantou essa questão porque havia uma percepção generalizada.

28:54 - 29:00 - E por criada por economistas e amplamente difundida.

29:02 - 29:12 - De que o governo do PT tinha feito uma grande confusão grande desastre e um grande descontrole dos gastos?

29:14 - 29:27 - Isso tava isso foi repercutido e estava na cabeça dos políticos tem uma situação fiscal um rombo enorme controlar.

29:29 - 29:35 - Que é que na verdade é um exagero se você olha os dados a gente a gente não tem?

29:36 - 29:45 - Não tem um déficit primário tão grande assim que justificasse a ideia de que tem uma máquina descarilhada.

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 142 - 147]

18.

A oposição ao teto do gastos, não tinha né? Era o governo que tava sendo do partido PT sendo expulso do governo. O desastre da Dilma afundou né? Levou o PT junto, né? Então não tinha oposição. Quem era oposição pensando bem ao governo... Não tinha oposição.

30:39 - 30:41 - A Dilma Realmente foi um erro.

30:42 - 30:45 - Quando você olha em retrospectiva.

30:47 - 30:52 - uma vez conversei com Meirelles o que ele achava da Dilma foi muito interessante que ele

30:53 - 30:57 - Ele diz olha o problema da Dilma é que ela não é uma pessoa muito.

30:58 - 31:07 - de muitos conhecimentos técnicos, mas quando alguém explica uma coisa ela ela acha que entendeu e não muda de opinião então.

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 153 - 158]

19.

nós Assumimos e tivemos já passamos ter a maioria tá? Mas queria informação.

43:05 - 43:24 - Então o nosso desafio foi ah, foi ganhar a imprensa tá que ajudava na informação geral que a gente ganhou a imprensa nós ganhamos a imprensa e mas perdemos a informação lá na ponta.

43:27 - 43:44 - Privilegiados nós perdemos a guerra com eles, nós perdemos, mas com a imprensa conosco e passar informação para o parlamentar. Então primeiro entender o que era né?

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 188 - 190]

20.

A presidenta Dilma tinha acabado de sofrer um golpe e foi impeachmada pelo Congresso Nacional. O Governo Dilma tinha uma linha economia que estava sofrendo ajustes para enfrentar a crise e a partir do início do segundo mandato de Dilma a economia brasileira rapidamente deteriorou-se, apesar de que a situação não fosse tão ruim como no período anterior. Mas, o Brasil vivia um baixo crescimento e ainda assim a inflação não estava fora do controle, mantinha-se dentro das metas para o período. O nível de emprego era elevado e a renda crescia, apesar de crescer a taxas cada vez mais decrescentes.

Com a ascensão ao poder do Governo Temer através do golpe de 2016, este viu-se numa situação de ter que dar uma resposta mais rápida e imediata (não ao povo brasileiro e trabalhador, mas aos investidores), daí a saída rápida – sem discussão com a sociedade – foi criar esse Novo Regime Fiscal que limita o crescimento do país em termos econômicos e sociais.

O que eu percebi e conforme agora é que o Governo de Temer e de seus aliados não tinham nenhuma opção plausível e segundo seus porta-vozes a austeridade seria a única saída. Alegavam que a economia estava sendo deteriorada pelos gastos do governo. Nenhum país do mundo adotou uma política tão severa quanto essa do teto de gastos, principalmente por ter colocado essa regra na Constituição Federal.

[Entrevistas\Entrevista de Vanessa Grazziotin; Posição: 9 - 11]

21.

os parlamentares ficaram divididos em blocos de situação e oposição. A oposição estava enfraquecida naquele momento. O golpe contra a presidenta Dilma e a perseguição da Lava Jato a políticos de vários matizes foi criando uma narrativa de que o Governo que havia sido derrubado tinha feito tudo errado. A imprensa tratava o assunto sempre pelo prisma do grande empresariado e dos banqueiros.

[Entrevistas\Entrevista de Vanessa Grazziotin; Posição: 13 - 13]

22.

O governo temer ele buscava se legitimar frente aos setores que se mobilizaram para possibilitar a sua própria ascensão. É um governo que eu chamo o governo margem de erro. Porque ele nunca teve mais de 3% de popularidade. Então ele vinha cumprindo uma função é de estabelecer o a ruptura democrática e assumindo ônus. Inclusive por isso, mas ele tinha que prestar contas a quem construiu o golpe que lhe concedeu a presidência da república, então precisava prestar contas para o mercado. Então precisava sinalizar para o mercado.

[Entrevistas\Entrevista de Érika Kokay; Posição: 26 - 26]

23.

foi o objeto logo no início do nosso governo de uma reunião até interessante feita aqui em São Paulo no meu escritório com o Meirelles com o Juca, não é como Moreira Franco com Padilha, né? Onde nós decidimos estabelecer um teto para os gastos públicos e evidentemente para estabelecer o teto para os gastos públicos. Nós também partimos de uma sequência histórica que diz respeito à responsabilidade fiscal, não é?

[Entrevistas\Entrevista de Michel Temer; Posição: 4 - 4]

24.

como é possível que um governo na interinidade em que se encontra proponha 20 anos de definição sobre o orçamento em áreas cruciais independentemente de quem venha ganhar as novas eleições que está congelando

[Youtube\Câmara dos Deputados\Ministros defendem limite de gastos públicos; Posição: 186 - 191]

25.

recebemos o país mergulhado em uma grave crise econômica são quase 12 milhões de desempregados e mais de 170 bilhões de déficit nas contas públicas

[Youtube\Planalto\Pronunciamento após a posse Michel Temer; Posição: 20 - 24]

26.

A PEC 241 é vital para que o Brasil se recupere da crise em que foi colocado pela irresponsabilidade dos governos que nos antecederam.

[Youtube\Planalto\Teto de gastos é importante para estancar a “gastança imoderada; Posição: 4 - 5]

27.

Faz-se necessária mudança de rumos nas contas públicas, para que o País consiga, com a maior brevidade possível, restabelecer a confiança na sustentabilidade dos gastos e da dívida pública. É importante destacar que, dado o quadro de agudo desequilíbrio fiscal que se desenvolveu nos últimos anos, esse instrumento é essencial para recolocar a economia em trajetória de crescimento, com geração de renda e empregos. Corrigir o desequilíbrio das contas públicas é condição necessária para retirar a economia brasileira da situação crítica que Vossa Excelência recebeu ao assumir a Presidência da República.

[Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Exposição de Motivos 83-2016 PEC-241-2016; Posição: 4 - 4]

4.5. Código: Grupos favoráveis

1.

O mercado financeiro vê a proposta com bons olhos, já que uma medida válida por um período tão extenso passaria a mensagem de que o Brasil está comprometido com o equilíbrio

das contas.

Jolanda Battisti, da FGV, afirma que o prazo representa que o governo está "comprando tempo" para colocar a dívida sob controle.

"É como se uma pessoa endividada que diz que vai te pagar de volta, mas só dez reais por semana, e não em grandes prestações."

Um plano de longa duração, afirma, substitui ações mais drásticas, como aumentar impostos ou cortar despesas imediatamente, o que poderia agravar o desemprego.

[Notícias Internet\Economia - PEC 241 tire dúvidas sobre a proposta que limita ga; Posição: 23 - 26]

2.

Em debate na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado na terça-feira 4, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, disse que o congelamento dos gastos permitirá que o "mercado" tenha expectativas melhores em relação ao Brasil, elevando investimentos privados e contribuindo para o crescimento econômico.

[Notícias Internet\Entenda o que está em jogo com a PEC 241 - CartaCapital; Posição: 16 - 16]

3.

Tetos de gastos são comuns no mundo inteiro. Segundo um estudo publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), entre 1985 e 2015, 29 países criaram 33 programas de contenção – entre eles o Brasil, com sua Lei de Responsabilidade Fiscal. "Concluimos que o desempenho fiscal é melhor em países que adotaram limites", afirma o texto dos economistas Till Cordes, Tidiane Kinda, Priscilla Muthoor e Anke Weber. "Primeiro, as regras de gastos aumentam o grau de previsibilidade da política fiscal. Segundo, a existência de regras esteve relacionada à maior eficiência do investimento público." Os pesquisadores afirmam que frear os gastos do governo central, como propõe Temer, se mostrou a mais eficaz das limitações adotadas.

[Notícias Internet\PEC 241 Dez anos é muito para um limite de gastos - ÉPOCA I; Posição: 9 - 9]

4.

O governo tomou o cuidado de estabelecer regimes especiais para a Saúde e para a Educação. Nessas duas áreas, serão fixados pisos de investimento (as outras áreas precisam apenas respeitar, juntas, o teto de gasto do governo. Mas não há piso de investimento para cada uma). No caso de Educação, a mudança ocorrerá a partir de 2018. Naquele ano, o governo investirá o mesmo valor que investir em 2017 (18% da receita líquida do governo) mais o acréscimo da inflação do ano anterior, medida pelo IPCA.

O governo diz que, assim, a área está protegida. Os críticos mais duros afirmam que a área vai sofrer terrivelmente. A verdade tem nuances entre esses dois extremos.

[Notícias Internet\Teto de gastos o que a PEC 241 muda na Educação - ÉPOCA Ide; Posição: 9 - 10]

5.

Guerra publicitária

Enquanto as ruas testam a capacidade de mobilização contra a PEC que pode ter impacto sobre o salário mínimo e o investimento em programas sociais, o Governo Temer usa sua munição publicitária para melhorar a imagem de uma das suas mais polêmicas propostas até agora. A escolha da marca #EquilíbrioDeContas para tratar dos temas ligados à PEC 241 explicita a mensagem que o presidente quer passar, de que a nova regra fiscal é a maneira de tentar

interromper a curva ascendente do gasto público e ajudar na saída do país da recessão. Na página no Facebook do Portal Brasil, uma publicação diz que o #EquilíbrioDeContas pode "controlar as contas para garantir o investimento sem prejuízo para educação; ampliar investimento na educação já em 2017, em 7%" e "fazer o Brasil voltar a crescer", mas não explica como será esse aumento de investimentos. Finaliza que não dá para "aumentar o investimento em educação com o Brasil quebrado". Não menciona o termo PEC 241, martelado pela oposição na última semana.

Do outro lado, a CUT publicou um vídeo com artistas, como Wagner Moura, Beth Carvalho e Osmar Prado, contrários à PEC. Usam a música Apesar de você, de Chico Buarque, composta durante a ditadura militar, para se referir aos feitos de Temer.

[Notícias Internet\Mobilização contra a PEC 241 tem primeiro teste de força nas ru; Posição: 12 - 15]

6.

Sem ele, o desemprego explode e a pobreza dispara. A PEC do Teto exigirá sacrifícios – mas provoca um debate realista sobre a economia no país

[Notícias Internet\PEC 241 Tudo sobre o teto de gastos - ÉPOCA Tempo; Posição: 2 - 2]

7.

No entanto, há quem acredite que os cortes serão feitos da forma correta, melhorando a gestão dessas áreas.

O professor de Economia do Insper João Luiz Mascolo afirma que não é uma questão de quantidade de dinheiro, mas de colocá-lo no lugar certo. Para ele, não faltam recursos, falta boa administração.

O coro é engrossado pelo economista Raul Velloso, para quem "o Brasil sempre gasta mais do que precisa".

"A gente tem muita gordura no gasto. Se queimar essa gordura, está de bom tamanho. E estamos partindo de uma base que não é assim tão pequena. Numa situação tão complicada, crescer pela inflação, variável constante, não é uma coisa tão apertada."

Ele argumenta que, no relatório apresentado à comissão especial da Câmara, saúde e educação receberam um tratamento especial, com o teto valendo a partir de 2018. Isso daria uma "folga inicial" na aplicação da regra.

Mesmo se o dinheiro for insuficiente em algum ponto, Velloso e Mascolo dizem que valores podem ser retirados de outros setores para cobrir essas necessidades. Além disso, afirmam, o período de dez anos - depois do qual o presidente pode propor mudança no formato da correção - não seria assim tão longo.

"As pessoas esquecem é que o gasto (afetado) é global. A mensagem central é que o gasto total da União não cresça mais do que a inflação. É uma tentativa de organizar as contas. Tem a possibilidade de alterar em dez anos. É um sinal de que vão conseguir retomar o controle da dívida em uma década".

[Notícias Internet\PEC 241 entenda as polêmicas da emenda que limita o gasto públ; Posição: 34 - 40]

8.

Ao defender a aprovação da PEC do Teto dos Gastos, o economista Armando Castelar, coordenador do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), disse que o país deve aproveitar a possibilidade de financiamento externo ainda em condições vantajosas.

Ele falou aos senadores durante sessão temática no Plenário, nesta terça-feira (22), que discutiu a PEC 55/2016. Na opinião do economista, a situação favorável de investimentos externos pode mudar após a posse de Donald Trump na presidência dos Estados Unidos.

— A janela de oportunidade pode estar se fechando. Pode ser que, já no começo do ano que vem, a situação fique complicada, as taxas de juros subam e o espaço para uma solução se feche. E aí a gente vai ter perdido uma oportunidade de fazer uma mudança gradual e colher benefícios antecipadamente — disse.

*[Notícias Internet\Para pesquisador da FGV, Brasil tem 'janela de oportunidade' pa;
Posição: 2 - 4]*

9.

Ao se estipular esse teto, os Parlamentares são obrigados a discutir as prioridades e a eficiência do gasto. Vou puxar um pouco a brasa para a minha sardinha: o IPEA está muito preparado para ajudá-los a lidar com a eficiência do gasto.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 14 - 14]

10.

a primeira razão para controlar e procurar reduzir a dívida pública é para melhorar o crescimento econômico, melhorar o crescimento da renda per capita e a geração de empregos. Mas existe uma segunda razão também muito importante para controlar a dívida, que é evitar os riscos de uma crise financeira de longo prazo

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 32 - 32]

11.

A partir do momento em que houve uma compreensão clara do desequilíbrio econômico e financeiro que atravessamos e de que o País precisava harmonizar as finanças, o País precisava dar um limite ao sentimento patrimonialista que nós herdamos no Brasil, que muitas vezes tem complicado a execução financeira e gerado cíclicas crises financeiras, com a volta da inflação, com a volta da carestia, agora com o alarmante número de desempregados no nosso País, homens e mulheres de bem que precisam de uma oportunidade para garantir com dignidade o sustento de suas famílias, esta Casa, mais uma vez — eu tenho certeza —, corresponderá à expectativa da opinião pública, à expectativa da população brasileira e dará segmento ao debate do tema.

Deputado Danilo Forte (Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 3 - 3]

12.

a base do Governo ilegítimo e sem votos de Temer quer aprovar, é atender como prioridade o mercado financeiro,

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 23 - 23]

13.

No sábado (1º), véspera do primeiro turno da eleição municipal — estou lendo matéria da Folha de S.Paulo —, Temer reuniu-se com empresários em São Paulo e foi informado de

que entidades do setor privado publicarão anúncio nos jornais nos próximos dias defendendo a aprovação do teto de gastos.

Valdo Cruz e Paulo Gama (Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 8 - 8]

14.

Agora, por que o Senado inteiro não está nesta audiência pública? Porque nós temos uma blitzkrieg da imprensa liberal, financiada pelos interesses do capital vadio e do mercado financeiro, vendendo a ideia de que a PEC 241/55 é benéfica para o Brasil

[Notas Taquigráficas\Com. de Assuntos Econômicos - SF\Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado; Posição: 18 - 18]

15.

A opinião do FMI oficial é feita pelo seu Diretor, no caso a Diretora-Gerente, que é a Christine Lagarde, que já expressou total apoio à proposta de ajuste fiscal do Governo brasileiro

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 37 - 37]

16.

a questão da PEC 241. Nós entendemos que essa PEC é necessária e nós estamos dispostos a dar uma contribuição. Eu já fiz a segunda reunião no Conselho Militar de Defesa e, na última reunião, a pauta foi exatamente essa. Nós vamos ter que, de um lado, racionalizar, de um lado promover enxugamentos. Nós devemos inclusive trazer – eu defendo – a este Congresso Nacional os impactos decorrentes disso, porque há, e eles têm que ser assumidos. Mas nós entendemos que crise é momento de ousar. É momento de levantar a cabeça, é momento de ter ânimo, é momento de ter ousadia, e não se deixar paralisar por ela, e não ficar apenas simplesmente lamentando o que nós estamos vivendo. A nossa posição, o thrive que a gente procura dar, o rumo é este, exatamente: superação. É essa a hora de se superar, não de lamentar, mas de encontrar alternativas para algo que é globalmente importante para o Brasil, e nós vamos ter que conviver com isso. Temos capacidade, sim, de superar, porque a crise passa e o Brasil fica.

[Notas Taquigráficas\Com. de Relações Exteriores e Defesa Nacional - SF\Nota Taquigráfica CRE 24-11-2016; Posição: 24 - 24]

17.

Aliás, hoje nós tivemos, na audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos, o Júlio Miragaya, Presidente do Conselho Federal de Economia. E ele trouxe uma carta do Conselho, aprovada por unanimidade – e lá há gente de todas as colorações ideológicas; não é só de esquerda –, contra a PEC 55. Olha, se um Conselho Nacional de Economia apoia, por unanimidade – são economistas, entendem de economia –, é contrário, por unanimidade, à PEC 55, será que o Governo, que está fazendo isso, tem razão? Será que o Governo está correto? Quem foi o gênio da raça no Governo que propôs essa medida? E o Paul Krugman diz exatamente isto: que não há como, em uma situação recessiva, você impor uma austeridade. É pior, leva para o buraco. Diz ele que felizmente, os pesquisadores do Fundo Monetário Internacional – olha aí, o Fundo Monetário Internacional – fizeram o dever de casa, identificando nada menos que 173 casos de austeridade fiscal em países avançados no período de 1978 a 2009. E o que eles descobriram? Que as políticas de austeridade eram

acompanhadas de contração econômica e de desemprego mais alto. Não sou eu que estou falando de novo; os dados que eu trouxe aqui são do Banco Central do Brasil. Estou repetindo o que Paul Krugman, Nobel de Economia, falou por meio de um relatório do Fundo Monetário Internacional, repetindo: 173 países que praticaram austeridade fiscal de 1978 a 2009 tiveram contração econômica e desemprego mais alto.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 03-11-2016 Senado - Discursos Vaness; Posição: 23 - 23]

18.

Eu quero dizer a V. Ex^a o seguinte: se nós não votarmos a PEC agora e tivermos que votar daqui a três, quatro, cinco anos, pode ter certeza a população que me escuta, vamos votar numa situação muito mais precária. Essa é a alternativa e o caminho para tirar este País desse caos em que ele foi colocado

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 17-11-2016 Senado; Posição: 37 - 37]

19.

10:19 - 11:19 - Eu acho que o governo Temer tinha uma base boa logo que ele entrou, né? Até porque foi um movimento do Congresso para colocar ele lá. É lógico que a oposição que era o PT e tudo. Ele nunca foi a favor do teto, ele sempre achou que nem nem nas metas superávit, eles sempre foi contra qualquer tipo de restrição que pudesse tirar a capacidade de gasto do governo, principalmente na área social. Houve bastante restrição para saber o que que ia gastar com saúde com educação para tentar manter esse o volume, né de gastos sem comprometer o que já tinha sido ganho com o mínimo né saúde mesmo constitucional do MDF, mas é não. Ele acha que eles viam como uma necessidade porque o período.

11:19 - 12:19 - Anterior tinha sido um período aonde ele sabiam que não tinham. Se eu votar dotações no orçamento, não queria dizer nada porque você a capacidade de realmente de pagar tava comprometida. Então você tinha às vezes discricionários quase duas vezes o valor do que de autorizações mais os restos a pagar todos que estavam e também bastante alto e o que ia ser pago, dependia aí de uma negociação política. Então eu acho que eles viram o teto de gastos como uma possibilidade de voltar a ter capacidade de solicitar recursos e de ter acesso ao dinheiro, né? Porque o que mais importante é eu pago, né? Não é nem você incluir ali um autorizado. Então acho que a gente ficou bastante Claro porque se você olhar os gráficos do crescimento do que que a diferença entre o autorizado e o pago tava muito alto.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 26 - 27]

20.

Se juntam ao mercado para dizer que agora é um novo modelo e que esse no modelo traz segurança para o mercado de que o governo agora tem uma meta de 10 anos para se organizar.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 72 - 72]

21.

E aí a gente ficou com a impressão, mas aí não tenho assim, né de que como o Meirelles representa tipicamente o interesse dos bancos. O problema não é exatamente a dívida, é a solvência da dívida que tem a ver com o fluxo, né? que tem a ver mais com o fluxo da capacidade de pagamento. Então eu acho que eles enxerga um pouco o estado como o grande pagador de juros, né? É que tem que ser mantido num nível aqui ele não pode falir ele não pode falir. Mas ele tem que ficar saudável, mas tem que continuar pagando juros porque quando a gente qualquer proposta que a gente faz na sentido, olha vamos trabalhar então para eliminar a dívida abaixar a dívida. Ela não é simpática, ela não é vista com simpatia, né?

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 46 - 46]

22.

Como nosso metier é orçamento, a gente achou necessário. Achou importante que você tivesse um duplo controle tanto no financeiro, né? Quanto no orçamentário? E aí a SOF também atuou bastante a sua ficou essa ideia acho importante, né? Isso passou também a valorizar o orçamento, né o limite.

50:32 - 50:41 - Ele trouxe uma importância o limite a Fato existe um limite orçamentário financeiro, né compatível.

50:43 - 50:44 - e também

50:47 - 50:49 - a emenda constitucional é que

50:51 - 50:55 - Traz a ideia.

50:56 - 51:10 - Do orçamento impositivo que o orçamento em princípio é para ser executado salvo, se houver um problema um impedimento técnico isso valorizou digamos assim o orçamento valorizou.

51:11 - 51:24 - E o pessoal da SOF entrou né? Achou importante isso, né? Uma vez que o orçamento era uma moeda fraca, você poderia inchar até o orçamento.

51:25 - 51:38 - De uma forma fácil, né e depois contingenciar depois fazer um contingenciamento na casa receita, não é quando você fixa despesa também você.

51:40 - 51:47 - A receita passou a ser menos importante a estimativa da receita orçamentária perdeu a importância dentro do congresso.

51:48 - 51:59 - Uma vez que o que importa né? O que limita é a despesa que limita o fator limitante antes era a receita.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 218 - 227]

23.

Então isso foi um processo de convencimento junto a percepção de que a gente tava numa situação de crise precisava dela sair ao mesmo tempo é no momento de pós impeachment que o a esquerda tava muito unida na oposição na hora que tem uma posição agressiva contra o governo você também gera coesão do lado do governo, né?

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 22 - 22]

24.

isso tranquilizou o mercado, se você for olhar todas as respostas econômicas da época, tranquilizou muito o mercado melhorou muito o quanto você economizou por causa do teto

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 18 - 18]

25.

Ou Ficava muito era muito parcial, tipo o pessoal da educação da Saúde na saúde vai ter um problema então muito parcial.

55:20 - 55:58 - Ou se tentou mostrar de um jeito agregado, quais dizem ser as consequências é não ficava muito estereótipo para comunicação. Tava muito difícil de comunicar então e aí não e o lado que não o mercado como toda achou bonito. Achou legal que vai a mensagem ficou mais digerível do ponto de vista positivo da proposta do ponto negativo eu entendo assim

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 130 - 131]

26.

Agora a segunda figura é o mercado o chamado mercado, né? Que é uma coisa abstrata, mas eu me refiro aos economistas e mercado aos bancos. As instituições financeiras não privadas

aos formadores de opinião, vamos dizer assim e que escreve inclusive muitos economistas na imprensa então houve um apoio geral.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 51 - 51]

27.

mas registra eu a coisa do FMI, porque os órgãos os organismos multilaterais, eles também exercem uma pressão importante esses agentes externos.

44:30 - 45:29 - Então, por exemplo o fundo monetário internacional apoiou muito né? O teto de gastos e apoia até hoje o a própria OCDE menos mas também e você tem nisso, eu acho que um apoio também que o governo da época encontrou

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 86 - 87]

28.

Né? Nós chegamos a fazer workshops para imprensa levando Consultores levando o pessoal da economia, né para responder e para informar a imprensa. A imprensa sempre teve informação.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 191 - 191]

29.

O Governo e sua base de apoio discursavam sobre a Pec como sendo a solução para todos os males da crise fiscal e econômica que assolava o Brasil. Diziam que sem a aprovação desse novo regime fiscal o Brasil não poderia gerar emprego e investir em áreas prioritárias.

[Entrevistas\Entrevista de Vanessa Grazziotin; Posição: 5 - 5]

30.

naquele período com a ajuda da mídia conservadora e de setores da elite empresarial o discurso passou junto ao povo e foi aprovado, mas hoje se percebe como foi e está sendo prejudicial ao nosso país.

[Entrevistas\Entrevista de Vanessa Grazziotin; Posição: 7 - 7]

31.

Que é bancar o aval é de empréstimos para pequena e média porque é intocável lucro e do sistema financeiro e o lucro de quem domina as Finanças desse país e eles são é coisas que não se pode mexer, eles são tem que ser sacralizados intocados é Intocáveis e que o povo brasileiro sofre essas essas consequências e a gente fez essa discussão desde no início, né?

[Entrevistas\Entrevista de Érika Kokay; Posição: 19 - 19]

32.

O governo temer ele buscava se legitimar frente aos setores que se mobilizaram para possibilitar a sua própria ascensão. É um governo que eu chamo o governo margem de erro. Porque ele nunca teve mais de 3% de popularidade. Então ele vinha cumprindo uma função é de estabelecer o a ruptura democrática e assumindo ônus. Inclusive por isso, mas ele tinha que prestar contas a quem construiu o golpe que lhe concedeu a presidência da república, então precisava prestar contas para o mercado. Então precisava sinalizar para o mercado. O governo foi sempre sinalizações do mercado

[Entrevistas\Entrevista de Érika Kokay; Posição: 26 - 26]

33.

Você sabe que eu tive apoio da imprensa, sou obrigado a admitir, tive apoio do Congresso Nacional e tive apoio de economistas, eu acabei de mencionar alguns, mas tive apoio de economistas que eu reitero iam muitas vezes falar nos encontros que eu fazia com os parlamentares para mostrar, tecnicamente, que era fundamental que assim fosse.

[Entrevistas\Entrevista de Michel Temer; Posição: 12 - 12]

34.

segundo porque eles estão tendo que prestar contas a quem os colocou aqui o sistema financeiro para dizer tanto é que o próprio banco central está vinculando a à a diminuição dos juros no Brasil não só a admissão da perspectiva de inflação que é o que seria correto mas também a aprovação dessas tais medidas de ajuste agora que nada disso viesse a mesa que somente tivesse a mesma seguinte então se ele vai conter os gastos públicos porque contenção na área social

[Youtube\Senado Federal\Para Vanessa Grazziotin, PEC dos Gastos precisa de um debate pr; Posição: 105 - 118]

35.

De acordo com a estrategista do banco JP Morgan para o País, Emy Shyao Cherman, a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) do teto de gastos e a expectativa de crescimento de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) geram um impacto positivo para o Brasil.

[Youtube\Planalto\Emy Cherman investidores estão atentos às medidas do governo; Posição: 3 - 3]

36.

Nós já vemos que o índice de confiança do empresariado, por exemplo, que estava caindo consistentemente nos últimos anos já reverteu e já começou a crescer e isto também está acontecendo com a confiança do consumidor.

[Youtube\Planalto\Meirelles Governo assumiu o controle da situação fiscal; Posição: 16 - 19]

37.

Durante a primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o Conselho, o presidente Michel Temer defendeu as reformas fiscais e da previdência. Temer explicou que essas medidas são importantes para o País superar a recessão, crescer e voltar a gerar empregos.

[Youtube\Planalto\Michel Temer temos que colocar o Brasil de volta nos trilhos; Posição: 3 - 3]

38.

As perspectivas de crescimento futuro aumentaram quase 1% ao ano. A expectativa de crescimento nos próximos anos.

A expectativa de inflação caiu.

Já o cenário do mercado é de trajetória de queda da inflação para o centro da meta nos próximos anos.

Então, a reação do mercado a esse evento é muito positiva e muito importante, demonstrando que o governo está restabelecendo a confiança e a credibilidade na política econômica brasileira.

[Youtube\Planalto\PEC 241 restabelece confiança e credibilidade na política econô; Posição: 13 - 20]

39.

O presidente interino Michel Temer garantiu, nesta quarta (8), durante encontro com líderes empresariais, que irá apresentar, na próxima semana, um projeto de emenda constitucional que limita os valores dos gastos públicos.

[Youtube\Planalto\Projeto de emenda constitucional apresentado por Temer limita g; Posição: 3 - 3]

40.

nossa missão é mostrar a empresários e investidores de todo o mundo à nossa disposição para proporcionar bons negócios que vão trazer empregos no brasil

temos que garantir aos investidores a estabilidade política e segurança jurídica para garantir os atuais e gerar novos empregos

[Youtube\Planalto\Pronunciamento após a posse Michel Temer; Posição: 61 - 69]

41.

Nós temos uma agenda econômica que é fundamental para o Brasil, sem aprovação, primeiro, da PEC do teto de gasto, depois do debate da reforma da previdência, vai se gerar um ambiente de muita insegurança para os investidores e para a retomada do crescimento.

[Youtube\Planalto\Rodrigo Maia agenda econômica será prioridade no 2º semestre; Posição: 5 - 7]

42.

o País não cresce por causa do gasto público, mas sim por outros dois fatores: investimento e produtividade. Nesse sentido, as reformas deveriam dar ao investidor maior segurança em relação ao seu capital no futuro, de forma que a irresponsabilidade fiscal não venha a exigir aumento de impostos no futuro

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitação-PEC-241-2016; Posição: 20 - 20]

4.6. Código: Grupos contrários

1.

Na votação em primeiro turno, foram rejeitados todos os destaques apresentados pela oposição e que foram votados separadamente.

*[Notícias Internet\PEC que restringe gastos públicos é aprovada e vai a promulgação;
Posição: 25 - 25]*

2.

A deputada Jandira Feghali (PcdoB-RJ), líder da minoria na Câmara, protocolou na sexta-feira 7 um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para que a tramitação da PEC 241 seja suspensa. A peça é assinado por parlamentares de PT e PCdoB e pede que a proposta não seja colocada em votação na Câmara até a análise do Supremo. Para parlamentares da oposição, a medida representa o “desmonte do Estado”. “A gente tem chamado [a proposta] de ‘PEC do Orçamento sem Povo’, que é algo típico de um governo sem voto”, disse Feghali em entrevista à tvCarta.

[Notícias Internet\Entenda o que está em jogo com a PEC 241 - CartaCapital; Posição: 28 - 29]

3.

PGR diz em parecer que PEC do teto de gastos é inconstitucional

[Notícias Internet\G1 - PGR diz em parecer que PEC do teto de gastos é inconstituc; Posição: 1 - 1]

4.

O presidente nacional da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Ubiraci Dantas de Oliveira, afirmou que a PEC do Teto tem o objetivo de “aumentar os recursos para os banqueiros”.

[Notícias Internet\PEC dos Gastos privilegia juros e congela despesas sociais, afi; Posição: 5 - 5]

5.

O diretor do Ministério Público do Trabalho (MPT), Leomar Daroncho, concordou que a aprovação do limite de gastos vai “perenizar na Constituição um sistema perverso de distribuição de renda, que privilegia os bancos”

[Notícias Internet\PEC dos Gastos privilegia juros e congela despesas sociais, afi; Posição: 8 - 8]

6.

O governo tomou o cuidado de estabelecer regimes especiais para a Saúde e para a Educação. Nessas duas áreas, serão fixados pisos de investimento (as outras áreas precisam apenas respeitar, juntas, o teto de gasto do governo. Mas não há piso de investimento para cada uma). No caso de Educação, a mudança ocorrerá a partir de 2018. Naquele ano, o governo investirá o mesmo valor que investir em 2017 (18% da receita líquida do governo) mais o acréscimo da inflação do ano anterior, medida pelo IPCA.

O governo diz que, assim, a área está protegida. Os críticos mais duros afirmam que a área vai sofrer terrivelmente. A verdade tem nuances entre esses dois extremos.

[Notícias Internet\Teto de gastos o que a PEC 241 muda na Educação - ÉPOCA Ide; Posição: 9 - 10]

7.

Guerra publicitária

Enquanto as ruas testam a capacidade de mobilização contra a PEC que pode ter impacto sobre

o salário mínimo e o investimento em programas sociais, o Governo Temer usa sua munição publicitária para melhorar a imagem de uma das suas mais polêmicas propostas até agora. A escolha da marca #EquilíbrioDeContas para tratar dos temas ligados à PEC 241 explicita a mensagem que o presidente quer passar, de que a nova regra fiscal é a maneira de tentar interromper a curva ascendente do gasto público e ajudar na saída do país da recessão. Na página no Facebook do Portal Brasil, uma publicação diz que o #EquilíbrioDeContas pode "controlar as contas para garantir o investimento sem prejuízo para educação; ampliar investimento na educação já em 2017, em 7%" e "fazer o Brasil voltar a crescer", mas não explica como será esse aumento de investimentos. Finaliza que não dá para "aumentar o investimento em educação com o Brasil quebrado". Não menciona o termo PEC 241, martelado pela oposição na última semana.

Do outro lado, a CUT publicou um vídeo com artistas, como Wagner Moura, Beth Carvalho e Osmar Prado, contrários à PEC. Usam a música Apesar de você, de Chico Buarque, composta durante a ditadura militar, para se referir aos feitos de Temer.

[Notícias Internet\Mobilização contra a PEC 241 tem primeiro teste de força nas ruas; Posição: 12 - 15]

8.

Com o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, o Brasil retornará ao modelo concentrador de renda e de exclusão social

[Notícias Internet\As promessas da PEC 241 e o desmonte do Estado - CartaCapital; Posição: 2 - 2]

9.

A presidente afastada Dilma Rousseff afirmou em seu discurso no plenário do Senado que a ameaça mais assustadora no seu processo de impeachment é a possibilidade de congelar por "inacreditáveis 20 anos" todas as despesas com saúde, educação, saneamento e habitação, em uma crítica indireta a uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) defendida pelo governo Temer.

[Notícias Internet\G1 - Dilma critica PEC do Teto de Gastos e diz que meta de 2016; Posição: 5 - 5]

10.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS), o Conselho Nacional de Secretarias Estaduais de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) calculam que a proposta de emenda constitucional (PEC) que institui um teto para os gastos públicos pelos próximos 20 anos pode impor perdas bilionárias para o setor de saúde.

[Notícias Internet\Economia - Saúde pode ter perdas bilionárias com PEC do teto, a; Posição: 4 - 4]

11.

Em entrevista à DW Brasil, Claudia Costin, diretora global de Educação do Banco Mundial, afirma que os impactos da PEC 55 serão danosos às futuras gerações de alunos. "O Brasil continuará com o desastre educacional que tem hoje."

Claudia já foi secretária de Educação da cidade do Rio de Janeiro, de Cultura do estado de São Paulo e ministra da Administração e Reforma do governo de Fernando Henrique Cardoso. Hoje, vive nos Estados Unidos, onde leciona na Faculdade de Educação de Harvard. Segundo ela, é imprescindível que o Brasil invista mais nos salários e na formação dos professores para aumentar a produtividade dos novos trabalhadores brasileiros.

"Se não conseguirmos avançar nessas medidas, estaremos condenados a uma educação de

baixa qualidade, e o Brasil não vai conseguir crescer economicamente. O país será uma promessa falida”, afirma Claudia.

[Notícias Internet\PEC do gastos trará danos graves à educação - CartaCapital; Posição: 7 - 9]

12.

O que dizem os críticos da proposta

- * Haverá redução dos gastos de Saúde e Educação em relação aos atuais mínimos constitucionais.
- * Vai impedir aumento real do salário mínimo, visto que proíbe medidas que ampliem despesas obrigatórias acima da inflação.
- * Haverá redução dos investimentos públicos.
- * Comprometerá a reposição da inflação nos salários dos servidores públicos e a realização de novos concursos.
- * Provocará um acirramento do conflito dentro do orçamento.
- * Impedirá que o governo haja em momentos de desaceleração econômica.
- * Não mexerá no atual modelo tributário, que é regressivo e socialmente injusto.
- * Parte de um diagnóstico errado, segundo o qual a queda do resultado primário foi causada pelo excesso de despesa pública, quando, na verdade, deu-se mais pela queda de arrecadação.
- * A PEC trata apenas das despesas primárias (essencialmente gastos sociais, pessoal e custeio) e exclui os gastos financeiros (juros da dívida pública) e renúncias fiscais, grandes responsáveis pelo déficit público.

O que diz o governo

- * Será condição fundamental para retomada do crescimento econômico e para o ajuste fiscal.
- * Diminuirá o risco de retorno da inflação.
- * O novo regime não definirá um teto para gastos com saúde e educação, mas sim um mínimo.
- * Reduzirá a pressão por aumento da carga tributária.
- * Parte de uma experiência que deu certo em outros países.
- * Vai impedir o crescimento da dívida bruta.
- * Saúde e educação não serão prejudicados, visto que poderão receber recursos acima da inflação, desde que haja economia em outras áreas.

[Notícias Internet\PEC dos Gastos deve ser votada na quarta-feira pela CCJ — Senad; Posição: 10 - 11]

13.

Pesquisadores temem 'desastre' na ciência com aprovação da PEC 241

Representantes da Academia Brasileira de Ciências e da SBPC alertam para risco de congelamento dos investimentos nos níveis atuais, perpetuando o estado de crise do setor. Ministério diz que proposta é necessária para retomar o crescimento da economia e que está comprometido com uma "recuperação gradual e perene" dos investimentos em ciência e tecnologia

[Notícias Internet\Pesquisadores temem 'desastre' na ciência com aprovação da PEC; Posição: 1 - 2]

14.

Para o professor de economia da Unicamp Pedro Rossi, essas mudanças afetam sobretudo os mais pobres.

"A população pobre, que depende mais da seguridade social, da saúde, da educação, vai ser

prejudicada. A PEC é o plano de desmonte do gasto social. Vamos ter que reduzir brutalmente os serviços sociais, o que vai jogar o Brasil numa permanente desigualdade", diz.

Rossi diz que a medida não faz parte de um sistema de ajuste fiscal, mas de um projeto de país no qual o governo banca menos as necessidades da população.

Para a professora da PUC-SP Cristina Helena de Mello, é inadequado colocar um teto para os gastos com saúde, porque não dá para prever como os atendimentos vão crescer.

"Você pode ter movimentos migratórios intensos, aumento da violência e das emergências, aumento dos nascimentos. Vai ter hospital superlotado, com dificuldade para atender."

Segundo a professora, com a PEC, o acesso das próximas gerações a esses serviços públicos fica comprometido. "Estamos prejudicando vidas inteiras."

No meio do caminho entre grupos contrários e favoráveis, a professora da FGV Jolanda Battisti diz que entende as posições críticas à PEC, mas pondera que é necessário escolher entre "dois males".

"Muitas pessoas nesse debate não enxergam o dilema real: se não contermos a crise agora, a inflação vai aumentar muito."

Ela diz que o país está à beira de uma crise fiscal. Se o governo não consegue aumentar a receita para pagar os juros de sua dívida nem cortar gastos, explica Battisti, ele precisa pressionar o Banco Central a imprimir mais dinheiro - e a inflação sobe.

*[Notícias Internet\PEC 241 entenda as polêmicas da emenda que limita o gasto públ;
Posição: 24 - 30]*

15.

O ministro Mendonça Filho respondeu e argumentou que a PEC 55 não retira recursos da educação e que o investimento mínimo na área, correspondente à inflação, está mantido. O ministro criticou "posturas intolerantes" que impedem o debate sobre a medida na sociedade. Ele contou ter sido recebido com hostilidade em instituições de ensino e revelou "quase ter sido agredido fisicamente". Para ele, as táticas são fascistas, impulsionadas por partidos políticos.

*[Notícias Internet\Mendonça Filho diz que, se chamado, irá debater propostas em es;
Posição: 5 - 5]*

16.

A senadora Regina Sousa (PT-PI) disse que o governo não fala a verdade quando declara que a PEC 55 não congela os gastos públicos por 20 anos. Para a senadora, haverá, sim, congelamento porque, se a proposta corrige os gastos pela inflação, isso significa que a cada ano não haverá aumento, mas apenas reposição do valor do ano anterior.

Regina Sousa destacou que não apenas o PT é contrário à PEC e leu nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que também critica a proposta, alegando que os pobres e trabalhadores é que vão pagar pelo descontrole dos gastos públicos.

*[Notícias Internet\Regina Sousa lê nota da CNBB e diz que pobres pagarão por PEC d;
Posição: 2 - 3]*

17.

Representantes da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE) entregaram ao presidente da Comissão de Educação das Nações Unidas (ONU), Gordon Brown, em Nova York, dossiê com informações e críticas à Proposta de Emenda à Constituição 241/2016, que propõe limitar pelos próximos 20 anos o aumento dos gastos públicos de um ano à inflação do ano anterior, o que, conforme a CNDE, afetará a educação

*[Notícias Internet\CNDE entrega dossiê à ONU sobre PEC que pode reduzir recurso na;
Posição: 2 - 2]*

18.

Em conversa com o Movimento Estudantil UFOB-Barra, da Universidade Federal do Oeste da Bahia, nós ficamos a par da atual situação da universidade, que foi fundada em 2011 e faz parte de um desmembramento da UFBA (Universidade Federal da Bahia).

Divulgação Movimento Estudantil UFOB.

Segundo o movimento, “a PEC afetará a realização de concursos de professores e técnicos, além da compra de materiais para o andamento dos cursos, principalmente os mais caros, como Medicina e as demais áreas de Engenharia”.

[Notícias Internet\Por que o Movimento Estudantil Luta Contra a PEC 55; Posição: 6 - 8]

19.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, estou requerendo a retirada de pauta, porque me preocupam as consequências dessa Proposta de Emenda à Constituição.

DEPUTADO ALESSANDRO MOLON (Nota Taquigráfica CCJC 03-08-2016)

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Nota Taquigráfica CCJC 03-08-2016; Posição: 1 - 1]

20.

CQuanto à PEC, entendemos que é, sim, flagrantemente inconstitucional, porque, aduzindo os argumentos que o Deputado Alessandro Molon já trouxe aqui, afronta um princípio constitucional da continuidade da prestação de serviços públicos; atinge os arts. 196 e 205 da Constituição Federal, quemencionam a educação e a saúde públicas como direito de todos e dever do Estado; atinge direitos sociais, portanto pétreos, e o princípio também da vedação ao retrocesso social

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Nota Taquigráfica CCJC 03-08-2016; Posição: 2 - 3]

21.

Os servidores deste País realmente têm que se mobilizar, porque eles não terão aumento. Os movimentos sociais de saúde e de educação têm que se mobilizar mesmo. Os aposentados e pensionistas deste País têm que ir às ruas para defender a Previdência Social. Os sindicatos brasileiros têm que ir às ruas para defender os direitos no campo do mundo do trabalho, porque tudo isso está em risco neste momento.

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Nota Taquigráfica CCJC 03-08-2016; Posição: 5 - 5]

22.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Vista conjunta, Presidente. O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Serraglio) - Vista conjunta ao...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Vista! O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Vista conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Serraglio) - ...Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado Luiz Couto, Deputado Marcos Rogério,...

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Vista conjunta. O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Serraglio) - ...Delegado Edson Moreira, Deputado Chico Alencar, Deputado Covatti.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Vista conjunta. O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Serraglio) - Deputado Rubens Bueno. O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Peço

vista.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Serraglio) - Deputados Paulo Freire e Sandro Alex.

Vista concedida.

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Nota Taquigráfica CCJC 03-08-2016; Posição: 9 - 9]

23.

Com a PEC 241, com a proposta de congelamento e aumento pela inflação, nós teremos aí, no ano de 2036, 1,01%. Então, ela cai, reduz sim, tira recursos da saúde, com esse congelamento. Obviamente a fala do Governo é que o teto é para todo o Governo. Entendemos a necessidade. Mas como disputar recursos com a Previdência? E logo à frente eu mostro o crescimento da população, principalmente da população idosa. Disputar recursos com a Previdência, dentro de um mesmo orçamento, vai ser muito difícil. Obviamente, a Previdência vai comer todo o nosso orçamento

MAURO GUIMARÃES JUNQUEIRA (Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 29-08-2016 da CESP; Posição: 15 - 15]

24.

Nós temos que impedir que a PEC 241 reserve recursos para aumento de capital de empresas estatais não dependentes.

MARIA LUCIA FATTORELLI (Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 28 - 28]

25.

Em minha opinião, esta proposta vai causar gravíssimos prejuízos aos direitos sociais dos brasileiros. Aquele País desenhado na Constituição de 1988 não combina com os resultados desta proposta.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 9 - 9]

26.

vamos trazer muitos argumentos para debater esta PEC, porque ela é um verdadeiro desatino em relação ao futuro econômico e social do nosso País. Nenhum país do mundo adotou um congelamento de investimentos públicos por 20 anos. Nenhum! E aqui, no Brasil, querem dizer que isso é a salvação da economia brasileira.

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 12 - 12]

27.

é preciso retirar a matéria de pauta, porque a aprovação dessa PEC vai congelar os gastos em saúde e educação pelos próximos 20 anos

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 18 - 18]

28.

Nós entraremos esta semana com um mandado de segurança para sustar a tramitação dessa PEC, porque, além de cortar gastos sociais previstos na Constituição, transformando em teto o que era piso, viola o direito democrático de cinco governos à frente decidirem sua política econômica, além de tirar as prerrogativas do Congresso Nacional. Então, a primeira questão é que essa PEC viola, de fato, cláusula pétreia da Constituição

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 35 - 35]

29.

Concedido o pedido de vista conjunta aos Deputados Alessandro Molon, Deputada Cristiane Brasil, Ivan Valente, Julio Lopes, André Figueiredo, Carlos Marun, Hildo Rocha, Jorge Solla, Arthur Oliveira Maia, Jandira Feghali, Erika Kokay, Luciana Santos.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 41 - 41]

30.

e o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, são banqueiros! Isso aqui é o projeto dos ricos para maltratar os vulneráveis e os pobres! Não à PEC 241!

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 49 - 49]

31.

SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, primeiro, nós gostaríamos que fossem registrados, nesta reunião, os nossos votos pela retirada deste projeto que representa uma destruição do Estado brasileiro e do seu povo

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 28 - 28]

32.

Nós temos dois requerimentos de adiamento de votação sobre a mesa: um do Deputado Patrus Ananias, que requer o adiamento por 5 sessões, e outro da Deputada Luciana Santos, por 4 sessões. Esses requerimentos de pedido de adiamento têm prioridade sobre a votação do parecer do Relator

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 148 - 148]

33.

SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT muda o voto, neste momento, para “obstrução”.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 166 - 166]

34.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - A favor. Desculpem-me. Deputados Alessandro Molon, Deputado Danilo Cabral, Deputada Angela Albino, Deputado Patrus Ananias, Deputada Erika Kokay, Deputado Jorge Solla, Deputado Henrique Fontana, Deputado Subtenente Gonzaga.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 174 - 174]

35.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Em resposta a solicitação da Deputada Erika Kokay — S.Exa. quer a retirada de pauta da matéria —, informo que não há como retirar de pauta a PEC, porque o Regimento é peremptório ao dispor que há apenas uma sessão de prazo para que haja esta reunião da Comissão Especial da PEC e a matéria voltar para o plenário

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 11-10-2016 da CESP; Posição: 3 - 3]

36.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Aprovada a redação para o segundo turno da discussão da PEC nº 241-C, de 2016.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas cópias da ata da 9ª Reunião deste Colegiado, realizada em 11 de outubro de 2016.

Pergunto se há necessidade da leitura referida da ata? (Pausa.) O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Peço dispensa, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Há necessidade de leitura da ata. A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Vamos ler a ata.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Leitura da ata, Presidente.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Então, vamos descontar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Eu vou lhe dar 1 minuto, calma, se a senhora tiver paciência e me deixar terminar. A pedido do Deputado Silvio Torres, está dispensada a leitura da ata. A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Nós não concordamos! O SR.

PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Pergunto se todos concordam? (Pausa.) Aqueles que concordam permaneçam como se acham. (Pausa.) A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, Sr. Presidente, só se fosse consensual.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Nós não concordamos.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Com a discordância do Deputado Henrique Fontana... A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nós queremos ler e discutir a ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Tudo bem.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Então, tem que votar

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 18-10-2016 da CESP; Posição: 25 - 25]

37.

nós votamos “não”. Agora vamos obstruir; no mérito vamos votar “não” a esta medida absolutamente infeliz, que não vai resolver o problema do Brasil. É a PEC da desigualdade.

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 248 Plenário CD; Posição: 53 - 53]

38.

A Minoria entra em obstrução. No conteúdo, se der quórum, vai votar “não”, e vai atuar para obstruir a aprovação desta PEC até a hora em que tivermos forças e que os senhores não conseguirem mais quórum aqui.

DEPUTADA JANDIRA FEGHALI (Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 248 Plenário CD)

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 248 Plenário CD; Posição: 62 - 62]

39.

Enquanto S.Exa. se aproxima da tribuna, eu queria informar à Casa que o STF acaba de indeferir pedido formulado por PT e PCdoB de barrar a tramitação da PEC do teto de gastos públicos, a PEC da Responsabilidade Fiscal.

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 248 Plenário CD; Posição: 72 - 72]

40.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, não poderia entrar em votação no dia de hoje, porque não houve sessão na sexta-feira passada, e, segundo o Regimento Interno, é necessária a realização de duas sessões para que haja essa votação — o Regimento é claro. Por isso foi apresentado, por interesse do Governo, requerimento de quebra de interstício. Vencido o interstício, a PEC 241 poderá ser votada no dia de hoje, contra a nossa vontade.

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD; Posição: 64 - 64]

41.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de votação pelo processo nominal com o seguinte teor:

Sr. Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 186, inciso II, combinado com o art. 117, inciso XII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que a votação de todos os requerimentos procedimentais apresentados à PEC nº 241, de 2016, se dê pelo processo nominal. Sala das Sessões, em 10 de outubro de 2016

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD; Posição: 82 - 82]

42.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL entra em obstrução. O SR. GIVALDO VIEIRA (PT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O

PT muda sua orientação para obstrução.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PDT entra em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PCdoB está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. IVAN VALENTE - O PSOL está em obstrução.

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD; Posição: 95 - 95]

43.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede está em obstrução, Presidente

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD; Posição: 95 - 95]

44.

SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 84 do Regimento Interno, requieiro a V.Exa. que a sessão seja prorrogada por mais uma hora.

Assina a bancada do PT.

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD; Posição: 207 - 207]

45.

Não apoiamos a PEC 241 porque ela, ao contrário do que acaba de ser dito, retira recursos da saúde pública e da educação pública

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 251 Plenário CD; Posição: 21 - 21]

46.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Sobre a mesa há requerimento que solicita que a proposição seja votada artigo por artigo.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 117, inciso XIII, do

Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que a PEC

241/16 seja votada artigo por artigo. Sala de Sessões, em 10/10/2016 Deputado Afonso Motta

Vice-Líder do PDT

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 251 Plenário CD; Posição: 45 - 45]

47.

SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa o seguinte requerimento de retirada de pauta: Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do parágrafo único, II, alínea

“c”, do art. 83 do Regimento Interno, a retirada da PEC

241/2016, constante da pauta da presente sessão. Sala das Sessões, 10/10/16 Erika Kokay

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 252 Plenário CD; Posição: 16 - 16]

48.

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação —
UNDIME, se esta PEC for aprovada, a estimativa de perda para os próximos 10
anos somente na educação pública será de 58 bilhões de reais

*[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016
Sessão 272 Plenário CD; Posição: 31 - 31]*

49.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos decidiu, na sua 21ª Reunião Ordinária, realizada no dia 21 de outubro, em Brasília, posicionar-se publicamente contra a PEC 241, que estabelece um novo teto para o gasto público. A manifestação foi aprovada e encaminhada a todos os integrantes do Congresso Nacional.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos é apartidário. Ele é um Conselho da República, composto por integrantes da sociedade civil e dirigido pela Procuradora de Justiça do Estado de Goiás, a Dra. Ivana Farina. Ele possui integrantes de vários movimentos sociais, inclusive do Governo.

*[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016
Sessão 274 Plenário CD; Posição: 233 - 233]*

50.

Sr. Presidente,

esta PEC é brutal e devastadora, porque na saúde ela favorece a privatização e desconstrói o Sistema Único de Saúde.

Não fui eu quem disse isso. Quem disse isso foi D. Paz, o Coordenador da Pastoral da Saúde da CNBB. É mentiroso D. Paz? É mentiroso D. Paz? É mentirosa a Defensoria Pública? É mentirosa a Ordem dos Advogados do Brasil? É mentirosa a Frente Nacional de Prefeitos? É mentiroso o Drauzio Varella? São mentirosos os médicos que, a partir de várias instituições, também combatem esta PEC?

*[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016
Sessão 275 Plenário CD; Posição: 139 - 139]*

51.

O cenário que se avizinha com a eventual aprovação da PEC 55 é, sobremaneira, aterrador, não apenas no aspecto econômico-financeiro, como já disse muito bem o Senador Paulo Paim, mas, especialmente, e muito especialmente, para a vida do trabalhador.

A máquina pública, em especial da saúde e da educação, passará necessariamente, inevitavelmente, por um processo de criação de ferrugem.

CLAUDIO CORDEIRO QUEIROGA GADELHA (Nota Taquigráfica CDH 07-11-2016 - manhã)

[Notas Taquigráficas\Com. de Direitos Humanos e Leg. Participativa - SF\Nota Taquigráfica CDH 07-11-2016 - manhã; Posição: 4 - 4]

52.

, a PEC 55 congela os gastos sociais e os gastos de investimentos.

[Notas Taquigráficas\Com. de Direitos Humanos e Leg. Participativa - SF\Nota Taquigráfica CDH 07-11-2016 - manhã; Posição: 10 - 10]

53.

Em suma, a PEC 241, leia-se, aqui, no Senado, PEC 55, reduz as possibilidades de atuação do Estado na área de educação, saúde e outras áreas essenciais, como Previdência, que já citamos aqui, quebrando a espinha dorsal da proteção social no Brasil estabelecida na Constituição

[Notas Taquigráficas\Com. de Direitos Humanos e Leg. Participativa - SF\Nota Taquigráfica CDH 07-11-2016 - tarde; Posição: 4 - 4]

54.

essa PEC 241, se ela passar na Câmara e Senado – e já contamos com a colaboração dos companheiros da Mesa para que façam o trabalho de impedir que essa PEC caminhe –, serão retirados, ainda mais, principalmente da população mais carente, da população que precisa de saúde, de educação.

[Notas Taquigráficas\Com. de Direitos Humanos e Leg. Participativa - SF\Nota Taquigráfica CDH 17-10-2016; Posição: 2 - 2]

55.

Confederação Nacional dos Bispos do Brasil quando, em nota dirigida à população nesta semana, manifesta sua posição frente à PEC nº 241, alertando o caráter injusto e seletivo da PEC nº 55, na medida em que essa regra Temer/Meirelles elege, para pagar a conta do descontrole nos gastos, os trabalhadores e os pobres

[Notas Taquigráficas\Com. de Direitos Humanos e Leg. Participativa - SF\Nota Taquigráfica CDH 31-10-2016; Posição: 1 - 1]

56.

Os impactos negativos da PEC 241 para a garantia do direito humano à educação já têm tido repercussão e reconhecimento internacional. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação entregou dossiê técnico durante a última Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) ao chefe da [Comissão de Educação] [...], ex-ministro do Reino Unido, Gordon Brown, que se mostrou extremamente preocupado com a medida. A PEC 241 contraria a última recomendação oficial do Comitê sobre os Direitos da Criança da ONU ao Brasil de independentemente de crise econômica ou política garantir a preservação dos recursos para a implementação do Plano Nacional de Educação, o qual com a PEC ficará inviabilizado. Os questionamentos sobre a PEC 241 [hoje 55] são objetivos. Como garantir, por exemplo, o cumprimento da meta 20 do PNE se o Estado brasileiro estará impedido de aplicar “dinheiro novo” em políticas sociais, inclusive na educação? E a meta 17 do Plano Decenal, como alcançá-la se o piso nacional do magistério terá seu valor real congelado por 20 anos? E como superar as limitações orçamentárias do Fundeb, sobretudo com o compromisso de incluir mais estudantes nas escolas, se a vinculação constitucional de impostos será suspensa por prazo que supera a vigência do atual PNE? Aliás, pelo novo formato fiscal da PEC 241 [hoje 55], não há mais garantias de renovação do Fundeb, muito menos de instituição do CAQi [Custo Aluno-Qualidade Inicial] e CAQ [Custo Aluno-Qualidade], podendo a educação sofrer enorme retrocesso. Essas indagações se pautam na dura realidade que será imposta pela PEC 241 às políticas educacionais, devendo, portanto, o parlamento nacional – autor da [própria lei que institui o Plano Nacional de Educação] [...] e outras – rejeitar essa medida de grande prejuízo para o país e para a população que mais necessita dos serviços públicos. Por outro lado, como forma de superar a momentânea crise fiscal imposta não pela expansão da oferta de serviços públicos à população brasileira, mas por um cenário internacional adverso não apenas ao Brasil, o Fórum Nacional de Educação propõe ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional a revisão do marco regulatório tributário nacional, com vistas a ampliar a arrecadação de impostos sobre a renda, o lucro e o patrimônio dos que detêm a riqueza nacional,

regulamentando, inclusive, o Imposto sobre Grandes Fortunas, mantendo as riquezas do petróleo para o financiamento da educação pública e da saúde e eliminando a incidência de desonerações de impostos sobre as políticas sociais, sobretudo das que detêm vinculação constitucional.

Assinam essa nota diversas entidades que compõem o Fórum Nacional da Educação. Também há que se considerar os pronunciamentos dos últimos dias, principalmente após a aprovação na Câmara dos Deputados, e que, com essa nota da CNBB, da Anped, da Anpae, da Campanha pelo Direito à Educação – o Daniel daqui a pouco provavelmente vai falar –, da ABGLT, do Mieib, dos fóruns de EJA do Brasil, da UNCME, ad Undime, dentre outras, estando às vésperas de começar a discussão da Conae 2018, que a gente não faça com isso a morte da participação social nos rumos dos planos de educação do Brasil.

[Notas Taquigráficas\Com. de Direitos Humanos e Leg. Participativa - SF\Nota Taquigráfica CDH 31-10-2016; Posição: 6 - 6]

57.

Andes, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior do Brasil, eu saúdo os Senadores presentes e todos os membros que estão nesta importante audiência pública, um espaço fundamental para discutirmos, debatermos e construirmos as mobilizações e as lutas para derrubar essa agenda regressiva, pois essa PEC – agora nº 55 – é mais uma das medidas que constam da agenda regressiva que visa, obviamente, atacar os direitos conquistados a duras penas pelos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Portanto, o Andes. Sindicato Nacional, considera absolutamente nefasta para a educação no Brasil a PEC 55, e está empenhado na construção das lutas e da derrubada dessa PEC, por meio da construção de mobilizações, protestos, atividades de luta, apoiando, inclusive, todas as ocupações hoje, nas instituições de ensino, pela derrubada da PEC e, obviamente, pela construção da greve geral em nosso País

[Notas Taquigráficas\Com. de Direitos Humanos e Leg. Participativa - SF\Nota Taquigráfica CDH 31-10-2016; Posição: 32 - 32]

58.

Por outro lado, nós temos um Plano Nacional de Educação que coloca, como meta para 2024, universalizar a oferta, entre 15 e 17 anos, em 85%. Obviamente, isso exige mais recursos e não menos recursos. Como é que vamos quase dobrar o acesso, em relação àquilo que o século XX inteiro não conseguiu fazer, reduzindo gastos, reduzindo investimentos em educação? E aqui eu menciono especificamente a PEC 55, que significará, sim, não apenas uma redução da ampliação do acesso, mas um problema seríssimo com a qualidade do acesso que há hoje ao ensino médio, que já conta com escolas precárias – basta nós olharmos os dados do Censo Escolar de Educação Básica: o Brasil tem hoje 44% de escolas de ensino médio sem bibliotecas, 56% sem laboratórios de ciências, 10% sem qualquer tipo de acesso à internet, mais de 30% sem quadra, sem qualquer condição de desenvolver uma atividade esportiva. Essa é a condição da oferta que nós temos hoje

[Notas Taquigráficas\Com. Mista MPV 746/2016\Nota Taquigráfica CMMPV 746-2016 9-11-2016 Senado; Posição: 11 - 11]

59.

eu quero aqui relatar, brevemente, o trabalho que a Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, presidida pela Senadora Gleisi Hoffmann, tem desenvolvido em torno do debate relativo à PEC 241, proposta de emenda constitucional que visa ao estabelecimento de um teto para os gastos públicos, aliás, proposta esta que está sendo debatida neste momento na Câmara dos Deputados e deverá ter a sua votação, em segundo turno, ainda no dia de hoje na Câmara, o que fará com que ela seja remetida ao Senado Federal para ser lida imediatamente e que

possamos seguir um calendário já preestabelecido pelo Presidente da Casa, em comum acordo com as Lideranças.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 25-10-2016 Senado; Posição: 10 - 10]

60.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – para não dizer que é o Dieese, que é o Paim, que são as Centrais – recentemente repudiou, por meio de nota oficial, a famigerada PEC 241, leia-se, no Senado, PEC 55. Diz a nota: "A PEC 55 é injusta e seletiva. Ela elege, para pagar a conta do descontrole dos gastos, os trabalhadores, [a classe média] e os pobres, ou seja, aqueles que mais precisam do Estado para que seus direitos constitucionais sejam garantidos.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 7-11-2016 Senado; Posição: 8 - 8]

61.

Os Conselheiros e as Conselheiras representantes da sociedade civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, cujas atribuições legais estão definidas no art. 11 da Lei nº 11.346, de setembro de 2006 [vou saltar esta parte] [...] [vêm à presença dos] Senadores e das Senadoras [manifestar] sua posição pelo arquivamento da PEC 55, fundamentada [...] a seguir

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 29-11-2016 Senado; Posição: 16 - 16]

62.

Sr. Presidente, eu quero inicialmente aqui dar conhecimento de uma carta que a Profª Ângela Maria Paiva Cruz, Reitora da Universidade Federal do meu Estado, Presidente da Andifes, encaminhou aos Senadores e Senadoras. Diz a carta: Com respeito e com apreensão, dirijo-me a V. Ex^{as} para manifestar a posição da Andifes, entidade que representa os reitores de 63 universidades federais, contrária à aprovação da PEC 55. Esse dispositivo que institui o Novo Regime Fiscal e que se encontra em debate no Senado da República, em nossa opinião, representa séria ameaça aos direitos e serviços sociais e pode inviabilizar o Plano Nacional de Educação, aprovado por unanimidade pelo próprio Congresso Nacional. Esta posição da Andifes deriva da cuidadosa análise da proposta e da manifestação até o momento de mais de 40 universidades federais. Essas instituições, após debates em seus conselhos superiores, que, em regra, abrigam a pluralidade de opiniões e concepções sociais que ali convivem, se posicionaram claramente contra a PEC 55.

Diz ainda a carta da Andifes, Sr. Presidente: Com a clareza de que o equilíbrio fiscal deve ser buscado sempre, que ele corresponde ao binômio arrecadação versus despesas e que o dinamismo e a produtividade da economia, que geram emprego, renda e receita, decorrem principalmente da educação, ciência, tecnologia e inovação, a Andifes entende que a PEC 55 não responde adequadamente a essa equação e a essas variáveis, portanto não é a solução almejada pela sociedade brasileira para o enfrentamento da atual crise econômica. Por esses motivos, a Andifes advoga a rejeição da PEC 55.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 29-11-2016 Senado; Posição: 103 - 103]

63.

Nós temos na Ordem do Dia, hoje, na pauta, o item que trata da primeira sessão de debates da PEC 55, e fomos convocados hoje pela manhã, para uma reunião extraordinária. Então, nós

queremos apresentar a V. Ex^a, Presidente Renan, uma questão de ordem no seguinte sentido: de fato, havia um calendário acordado por todas as Lideranças para a tramitação, debate e votação da PEC 55. Entretanto, nós entendemos que, em decorrência dos últimos fatos – eu não quero me referir a eles neste momento, farei isso no momento oportuno –, alguma coisa tem que ser revist

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 8-12-2016 Senado; Posição: 1 - 1]

64.

Medidas regimentais, falta de quórum, obstrução essas coisas de sempre né? Mas eu acho que o momento político acabou afetando posição.

Como o teto foi aprovado logo na sequência do impeachment, né? Eu acho que ele foi sim contaminado pelo ambiente político que é a sua primeira pergunta lá atrás. Nesse sentido, porque a oposição perdeu o discurso técnico. Não que o discurso técnico fosse o forte na oposição, mas eu acho que tudo que tudo que eles falavam criticando o teto era percebido como sendo choro de quem saiu do Poder, da forma que saiu. Então esses argumentos acabavam ficando perdidos e não tiveram eventualmente o peso que poderiam ter num outro ambiente, né? Eu acho que grande parte do que, das críticas foram vistas como choro de quem foi impeachmado, né? Essa impressão que eu tenho né?

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 66 - 67]

65.

outra filosofia. Então tem ao mesmo tempo esse grupo que ela fez um relativamente barulho, mas não teve muito apelo ela ela conseguia pegar algumas ONGs, vinha sabe o pessoal dessa área social, vinha tinha cartaz na comissão tal, né especial, mas como disse para você, o que que nós fizemos foi muito interessante, até esqueci de falar para você que esse modelo depois.

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 103 - 103]

66.

Eu acho que o pessoal argumento era que ia acabar dinheiro para educação e que ia acabar dinheiro com a saúde, né? Porque havia uma é uma mudança da regra aonde você cristalizava o valor de 2016 ou 2015, eu não sei é um outro e a partir daí era só a inflação, né? Então vários estudos e foram solicitados nesse sentido quanto que a saúde e a educação iriam perder com o teto porque ele deixariam de ser Livres sempre foi mínimo, né? Os dois tanto de saúde quanto a educação, mas sempre havia uma ideia de que esse mínimo era o mínimo que não poderia perder valor inflacionário, não poderia perder espaço, né em relação às demais despesas e sem dúvida quando você coloca um teto vinculado da inflação.

28:49 - 29:48 - O mínimo da saúde sempre foi muito justo, mas o justo no sentido de ficar muito próximo domingo, né? Já na educação não as regras da educação o governo sempre botou muito mais dinheiro na educação do que era o valor mínimo, mas havia uma Desconfiança de que ao se projetar só a inflação, né no crescimento de 10 anos que isso poderia perder dinheiro, então acho que foi mais vendido no sentido de que o teto vai ser prejudicial as políticas sociais, principalmente na área de educação e saúde. Então acho que essa foi o argumento forte.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 54 - 55]

67.

os militares sempre foram grandes lobistas, né? E eles atuaram fortemente para tirar o grupo dos militares na naquele da naqueles gatilhos. Ou seja, caso o limite fosse atingido ficaria vedado aumento para os militares, né? Eles atuaram nisso, mas não tiveram sucesso.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 104 - 104]

68.

Então isso foi um processo de convencimento junto a percepção de que a gente tava numa situação de crise precisava dela sair ao mesmo tempo é no momento de pós impeachment que o a esquerda tava muito unida na oposição na hora que tem uma posição agressiva contra o governo você também gera coesão do lado do governo, né?

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 22 - 22]

69.

então não suscitou uma primeira reação organizada de grupos específico teve no caso da Saúde, porque o teto mudava a indexação da Saúde, mas a gente fez muito debate muita explicação. E no fim se negociou um aumento do gasto da Saúde inicial em troca da mudança do indexador.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 25 - 25]

70.

Olha a participação maior que eu via talvez até pelo meu viés tá no debate, era uma posição os interesses organizados contra a proposta, né a oposição naquele clima inflamado de governo golpista e temos que ser contra tudo desse governo então uma posição muito forte.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 51 - 51]

71.

teve claramente os presidentes dos tribunais do Judiciário tentaram impedir, né? Fizeram muita pressão. E teve um jogo político duro para enquadrá-los. Em algum momento você teve algumas lideranças militares também, mas aí numa questão específica que estavam preocupados que o gatilho de proibição de promoções se fosse acionado não ia permitir o pessoal se aposentar porque nas Forças Armadas o cara se aposenta ele é promovido. Então teve uma discussão em torno disso.

Teve o pessoal da Saúde, como eu falei que precisou ter muita conversa, né. A oposição que que era contra por ser contra. Conceitualmente contra e politicamente contra. Não podia de forma alguma ser favorável a qualquer medida do governo que eles consideravam ilegítimo. Bem, basicamente isso, né? E depois de adotado o teto houve uma ação muito grande do Ministério Público, os Procuradores públicos para tentar derrubar o teto, e principalmente para tentar aumentar o próprio teto. Então entraram no TCU, entraram na justiça, no STF, né? E depois de aprovado também muito debate dessa questão de saúde e educação, mas na minha opinião instrumentalizado pelo interesse partidário que é corporativo sindical né? Então você olha quem são os amigos curae e os os autores das ações no Supremos são sempre Sindicatos de professores, associações de médicos e parlamentares da esquerda então... Muito Sindicato de servidores Judiciário, do Ministério Público. Então esses foram os grupos de atores que durante a tramitação e após aprovação continuaram pressionando.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 89 - 90]

72.

nós temos um limitador e dentro desse limitador você escolhe o que fazer isso era muito importante. Inclusive para os demais poderes que eram bastante principalmente judiciário porque

20:56 - 21:43 - Inferior principalmente o ministério público mas são extremamente não disciplinados o legislativo também, mas ele é o problema legislativo é salário e então é uma situação, ele não tem tantas obras como tem o judiciário como tem o Ministério Público.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 33 - 34]

73.

teve os militares também. O Marcos conta que teve uma reunião pesada no palácio pelos militares.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 169 - 169]

74.

então assim e um pouco o que aconteceu é que você tirou a discussão do problema do déficit e da dívida por um problema do teto.

11:50 - 12:41 - Durante muito tempo, o pessoal começou a discutir que o teto era o problema como se não tivesse dívida como se não tivesse, ao contrário, o teto possibilitou você ter mais dinheiro mais recurso público, ele dá a ideia inclusive interpretando o ponto de vista temporal do teto era o seguinte ele te dava um espaço de tempo suficiente para você fazer as reformas porque na visão que a gente tava que dava para ver em 2016, era se não tivesse essa opção e você teria que fazer um ajuste 3 e pouco por cento do PIB de primário antes de fazer qualquer reforma

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 26 - 27]

75.

a resistência era muito analógica primeiro conceitual de que... não, eu tenho que poder gastar mais.

38:50 - 38:56 - E você na verdade na lógica de alternância de poder conseguir. Olha você tá me limitando o meu governo que vai vir depois.

38:58 - 39:19 - Eu não vou poder gastar o que eu gosto o que eu gosto de fazer você tá limitando a minha política econômica, eu não concordo com isso como instrumento de política econômica porque eu quero gastar quero o que foi feito no governo da Dilma, né roda a máquina gasta demais aí tudo bem? Apesar de toda a história da humanidade falar que está errado, mas tem gente que ainda acha que dá certo.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 85 - 87]

76.

Então a outra argumento que tem contra fora o argumento teórico, que é que eu não concordo com política de restrição que é teórico...

Tem um outro argumento que é um argumento setorial... não, mas vai prejudicar a educação vai para Por exemplo, quando foi feito o maior complicador daquela época, não foi algo teórico foi o argumento que deu mais trabalho foi argumento da educação da Saúde.

O da educação e da Saúde foi por causa das bancadas do tamanho das bancadas foi o que deu mais problema para sair do outro lado porque não mas aí você tá limitando o crescimento, mas não tá porque ao contrário se você botar não tá limitando o crescimento, ele tá garantindo. Aí depois você fala sim, mas aí em certas circunstâncias vai ter um aumento maior do que tudo na vida assim Finanças em qualquer coisa tem uma relação risco retorno.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 93 - 95]

77.

Ou Ficava muito era muito parcial, tipo o pessoal da educação da Saúde na saúde vai ter um problema então muito parcial.

55:20 - 55:58 - Ou se tentou mostrar de um jeito agregado, quais dizem ser as consequências é não ficava muito estereótipo para comunicação. Tava muito difícil de comunicar então e aí não e o

lado que não o mercado como toda achou bonito. Achou legal que vai a mensagem ficou mais digerível do ponto de vista positivo da proposta do ponto negativo eu entendo assim

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 130 - 131]

78.

Eu acho ali a esquerda. Tinha uma agenda também era uma agenda de ampliar gastos sociais de recuperar o crescimento econômico de tentar de certo modo restaurar políticas que ficaram conhecidas como nova Matriz macroeconômica na época do ministro Guido manteiga ainda e que geraram importantíssimo um resultado.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 65 - 65]

79.

a presidente Dilma caiu por questões fiscais então era inimaginável que o PT e outros partidos importantes apoiassem um limitação do gasto público enquanto havia acabado de acontecer o impeachment o impedimento da presidente apoiada por eles em razão de questões fiscais. Então essa foi a principal força.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 66 - 66]

80.

o teto dos gastos certo modo ele congela a possibilidade de política fiscal

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 138 - 138]

81.

A oposição ao teto do gastos, não tinha né? Era o governo que tava sendo do partido PT sendo expulso do governo. O desastre da Dilma afundou né? Levou o PT junto, né? Então não tinha oposição. Quem era oposição pensando bem ao governo... Não tinha oposição.

30:39 - 30:41 - A Dilma Realmente foi um erro.

30:42 - 30:45 - Quando você olha em retrospectiva.

30:47 - 30:52 - uma vez conversei com Meirelles o que ele achava da Dilma foi muito interessante que ele

30:53 - 30:57 - Ele diz olha o problema da Dilma é que ela não é uma pessoa muito.

30:58 - 31:07 - de muitos conhecimentos técnicos, mas quando alguém explica uma coisa ela ela acha que entendeu e não muda de opinião então.

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 153 - 158]

82.

uma proposta transformadora revolucionário mexeu.

36:12 - 36:23 - Os privilégios mexeu com os donos do orçamento dos Ministérios os proprietários orçamento dos Ministérios.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 170 - 171]

83.

o inimigo maior da reformas foi as corporações públicas

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 183 - 183]

84.

Com lideranças da fundação do Brasil inteiro do MDB. Eu subi em cima de uma mesa para explicar o que era teto dos gastos, o que era a diferença de teto e piso em relação à educação e

a saúde tá que diziam que faltaria dinheiro para educação e fazer dinheiro para saúde, tá então e ficou ficou a escada para aumentar a saúde e a educação ficaram ficaram abertas.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 202 - 202]

85.

Eu recebi um telefonema da chefia da Casa Civil para deixar os militares fora.

- - E eu disse.

- - Olha o relatório tá pronto. Eu tô lendo, tá?

- - Para eu mudar, eu quero conversar com o presidente Michel.

- - Pra botar, porque não tem... não tem sigilo. Presidente Michel me liga, eu vou lá para o fundo, eu posso sair daqui... interrompo a leitura. Acho que tava no intervalo tava votando destaque já uma coisa assim, e aí eu falo para o presidente.

- - Mas o presidente não me telefonou.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 385 - 390]

86.

eu fui correndo para para ela para comissão para denunciar o que tava acontecendo obstruir algo que foi possível

[Entrevistas\Entrevista de Érika Kokay; Posição: 41 - 41]

87.

a

oposição fez seis destaques ou seja pedidos para que trechos fossem separar botado separadamente na tentativa de alterar o teor da proposta no entanto todos esses destaques acabaram sendo derrotados

[Youtube\Câmara dos Deputados\Câmara aprova PEC do Teto de Gastos em segundo turno; Posição: 68 - 74]

88.

mas deputados da oposição e movimentos sociais também se mobilizam para impedir a aprovação da PEC. A principal crítica é em relação aos gastos com saúde e educação. O Auditório Nereu Ramos da Câmara ficou lotado de representantes de movimentos sociais que vieram de várias partes do Brasil para dizer não à aprovação da PEC 241.

[Youtube\Câmara dos Deputados\Câmara com Notícia - 06102016; Posição: 25 - 27]

89.

para passar para ele tava no sistema tem mas o remédio tá errado obrigada médio ele vai ele vai trazer prejuízos sérios ao povo

[Youtube\Câmara dos Deputados\Darcísio Perondi e Helder Salomão analisam proposta que cria te; Posição: 753 - 756]

90.

o deputado givaldo vieira do pt do espírito santo apresentou o primeiro recurso regimental do kit de obstrução que seria empregado pelos adversários da proposta durante todo o dia apresentamos a mesa a bancada do pt o requerimento para retirada de pauta deste requerimento

[Youtube\Câmara dos Deputados\Plenário dispensa intervalo regimental para acelerar votação da; Posição: 11 - 19]

91.

o protesto reuniu estudantes professores sindicalistas e ativistas políticos eles carregavam bandeiras com críticas à pec do teto dos gastos e contra o presidente da república michel temer a secretaria de segurança pública do distrito federal estima que cerca de 10 mil pessoas se reuniram no gramado em frente ao congresso

[Youtube\Câmara dos Deputados\Protesto contra PEC do Teto de Gastos termina em confronto com; Posição: 21 - 29]

92.

também vai tocar nesse ponto eu só queria gasto público e pegar essa proposta colocando ela tá cortando o gastos sociais porque ele quer cortar na educação na saúde e assistência social para que para sobrar mais dinheiro para pagar o juros para sobrar mais dinheiro para aumentar o lucro dos empresários Esse é um tema que eu vou voltar no próximo a oportunidade para mostrar aquilo o que nós estamos discutindo e precisamos enfrentar é o curso da dívida no Brasil não existe nenhum país no mundo que tem um custo da dívida tão grande conta do Brasil graças ao Juros

[Youtube\Câmara dos Deputados\Teto de gastos públicos; Posição: 165 - 169]

93.

Os senadores da CCJ pediram vista coletiva da PEC 55/2016 e a votação foi adiada.

[Youtube\Senado Federal\CCJ adia votação da PEC dos Gastos Públicos; Posição: 3 - 3]

94.

o economista felipe rezende criticou o argumento do governo de que a pec 241 é necessária para reverter o descontrole no aumento dos gastos públicos a pec dos 41 vêm como uma tentativa de controlar os gastos do governo

justamente que o argumento convencional de que houve e controle por parte do governo nas despesas primárias política fiscal e isso os dados não mostram é apenas cantar os malefícios que essa proposta de emenda constitucional de teto dos gastos é em gastos sociais que não mexe em absolutamente nada nos gastos financeiros não é não é apenas apontar os malefícios que são muitos obviamente no curso do debate nós faremos mas apresentar alternativas na américa latina o brasil foi o país que mais conseguiu reduzir a desigualdade com a política fiscal ou seja com a política de gasto

[Youtube\Senado Federal\Economistas sugerem mudança tributária em alternativa à PEC dos; Posição: 38 - 60]

95.

para a professora de economia da universidade federal do rio de janeiro externo é que o crescimento no brasil da dívida pública em relação ao produto interno bruto não se deu devido ao aumento de gastos públicos foram despesas públicas que cresceram de forma descontrolada que piorar o resultado fiscal e aumentar a dívida pública não foi uma queda da arrecadação e eu vou demonstrar aqui no dado no caso da dívida foi um aumento dos juros pagos principalmente em 2015 que inclusive já está recuando este ano o pagamento de juros

[Youtube\Senado Federal\Especialistas criticam PEC que limita os gastos públicos; Posição: 5 - 19]

96.

nós não fizemos nenhuma emenda de conteúdo essa pec até porque não tem nenhuma emenda com capacidade de modificá-la melhorá-la arrumá lá é impossível essa pec ou a gente rejeita ou vai ser aprovada não tem não tem como melhorá lá ela é uma pec que realmente atenta contra a organização das finanças públicas e principalmente os programas sociais mas ainda que eu fiz tem um caráter mais processual é uma emenda

para submeter essa pec a legitimidade popular

[Youtube\Senado Federal\Gleisi Hoffmann propõe um referendo popular sobre a PEC dos Gas; Posição: 16 - 28]

97.

os convidados se mostraram preocupados com o impacto que a pec 24 11 que estabelece um limite para os gastos públicos terá sobre as áreas da saúde educação e direitos humanos estudos mostram que somente nos dez primeiros anos de vigência dessa proposta a educação poderia 58,5 bilhões de reais em investimentos na saúde 161,0 4 bilhões e assistência social 125g 26 bilhões

[Youtube\Senado Federal\PEC 241 vai trazer prejuízos para saúde e educação, dizem parti; Posição: 23 - 33]

98.

optamos por apresentar o presente Voto em Separado, nos termos facultados pela Carta regimental (art. 132, § 6º, I)

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\voto em separado Roberto Requião; Posição: 1 - 1]

99.

Limitar o crescimento dos gastos sociais à inflação, como propõe a PEC, é um retrocesso histórico, e significa desprezar as urgentes necessidades de aumento nos gastos sociais, e a própria evolução da população, da economia, e das demandas por melhoria contínua dos serviços públicos.

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Voto em separado Chico Alencar e Ivan Valente Tramitacao-PEC-24; Posição: 5 - 5]

100.

A Proposta de Emenda à Constituição em questão é claramente inconstitucional, observados os ditames doutrinários e jurisprudenciais, nacionais e internacionais de vedação ao retrocesso social, não merecendo prosperar ao exame de admissibilidade.

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Voto em separado Daniel Almeida Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 5 - 5]

101.

Ademais, a abolição de um direito social causa aos direitos individuais expressiva supressão na sua abrangência, uma vez que, com seu afastamento, a dignidade humana tem sua amplitude diminuída – ideia que justamente subjaz ao princípio da vedação ao retrocesso social.

Cumpra lembrar também que a função precípua das cláusulas pétreas é a de impedir a destruição dos elementos essenciais da Constituição, encontrando-se, neste sentido, a serviço da preservação da identidade constitucional, formada pelas decisões fundamentais tomadas

pelo Constituinte. Ora, o Estado Social e os direitos fundamentais sociais, integram os elementos essenciais, isto é, a identidade de nossa Constituição, razão pela qual já se sustentou que os direitos sociais (assim como os princípios fundamentais) poderiam ser considerados – mesmo não estando expressamente previstos no rol das “cláusulas pétreas” – autênticos limites materiais implícitos à reforma constitucional

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Voto em separado Daniel Almeida Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 6 - 6]

102.

- Saúde como Cláusula Pétreia

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Voto em separado Luiz Couto Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 4: 64/538 - 4: 267/569]

103.

- Educação como Cláusula Pétreia

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Voto em separado Luiz Couto Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 4: 66/112 - 4: 283/141]

104.

- PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO NÃO RETROCESSO:

[Documentos do Processo PEC\Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CD\Voto em separado Luiz Couto Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 5: 67/581 - 5: 424/608]

105.

uma vez entendido os direitos de segunda dimensão também como cláusula pétreia que o Congresso Nacional deve perseguir a ampliação e não a restrição e a abolição, perceba-se que, um direito fundamental enunciado não se sustenta por si só, necessitando de institutos jurídicos e de estruturas mínimas para sua efetivação real. Ou seja, é tão inconstitucional retirar o direito à saúde do rol do art. 6º da CF quanto realizar, como faz a PEC 241, um desmonte do SUS, que efetiva aquele direito.

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Voto em separado 1 PT; Posição: 4 - 4]

106.

aproveitando-se da crise momentânea, uma mudança radical no modelo constitucional de país. Na verdade, abandona o modelo atual e propõe instalar o chamado “estado mínimo”, abolindo conseqüentemente toda a segurança, os serviços e as garantias hoje em vigo

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Voto em separado 1 PT; Posição: 6 - 6]

107.

Não pode esta PEC ser aprovada sem a discussão de alternativas que levem em consideração outros aspectos, que não seja exclusivamente o congelamento dos recursos que financiam gastos referentes aos serviços públicos e à rede de proteção social. É preciso pensar a economia nacional sempre como um instrumento para o bem-estar dos brasileiros e não o

contrário, como quer a PEC, que desperdiçará o esforço produtivo de gerações simplesmente em busca de uma eventual promessa de retorno dos rentistas que jamais nos deram prova de que tem algum compromisso com a nação

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Voto em separado 1 PT; Posição: 42 - 42]

108.

Entre 2005 e 2015, as receitas do governo federal cresceram 155%, e o PIB, 172%. Esses foram, respectivamente, o aumento da capacidade financeira do governo federal para atender às demandas da sociedade e a capacidade econômica revelada pela produção nacional em arcar com as melhores condições de vida dos brasileiros.

Nesse mesmo intervalo, se as despesas estivessem limitadas pela inflação, elas teriam sido corrigidas em 77%. Para onde teria sido dirigida toda essa diferença? Para quem o governo e os defensores dessa proposta destinariam todos esses recursos e toda essa riqueza?

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Voto em separado 2 LUCIANA SANTOS; Posição: 4 - 4]

5. Código: Empreendedores

5.1. Código: Articulação técnica

1.

Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, Ricardo Volpe afirma que o único ponto em que todo o impasse é sobre a visão do papel do Estado. “Hoje estamos com o maior histórico de despesa pública, com 20% do PIB. A gente quer que continue crescendo ou quer que diminua ou estabilize?”, questionou.

Segundo Volpe, mantida a atual trajetória o país chegará ao ponto de desconfiar do ponto de vista do mercado, que pode deixar de comprar títulos públicos, usado para rolagem da dívida, ou vai querer comprar com valor muito baixo. “O que significa que terá de aumentar a taxa de juros. Não conseguindo financiar suas despesas, a União deixará de pagar mesmo e terá de emitir moedas para pagar seus compromissos, a inflação vai subir e os salários serão congelados”, projetou.

[Notícias Internet\Governo considera limite de gastos primeiro passo contra crise;; Posição: 7 - 8]

2.

Ao defender a aprovação da PEC do Teto dos Gastos, o economista Armando Castelar, coordenador do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), disse que o país deve aproveitar a possibilidade de financiamento externo ainda em condições vantajosas.

Ele falou aos senadores durante sessão temática no Plenário, nesta terça-feira (22), que discutiu a PEC 55/2016. Na opinião do economista, a situação favorável de investimentos externos pode mudar após a posse de Donald Trump na presidência dos Estados Unidos. — A janela de oportunidade pode estar se fechando. Pode ser que, já no começo do ano que vem, a situação fique complicada, as taxas de juros subam e o espaço para uma solução se feche. E aí a gente vai ter perdido uma oportunidade de fazer uma mudança gradual e colher benefícios antecipadamente — disse.

[Notícias Internet\Para pesquisador da FGV, Brasil tem 'janela de oportunidade' pa; Posição: 2 - 4]

3.

A Comissão já tem trabalhado fortemente com a Liderança do Deputado Danilo Forte, os Consultores estão trabalhando há mais de 60 dias, a brilhante Consultoria da Câmara, que está à disposição de todos os senhores para terem mais e mais informação, a inteligência do Ministério da Fazenda e do Planejamento já trabalha com a Consultoria, as emendas estão entrando, o cronograma traçado há 30 dias oficiosamente está sendo cumprido. O Brasil tem pressa, o pobre tem pressa, o investidor tem pressa; todos nós temos pressa

DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI (Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 23 - 23]

4.

No meu entender, a PEC é um instrumento para organizar a nossa economia política, é para permitir que a nossa economia política não nos coloque novamente no abismo inflacionário.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 12 - 12]

5.

Eu tenho convicção de que este é o momento decisivo para o País enfrentar a penúria fiscal que vivemos e não chegar àquilo que o inteligente Marcos Mendes, do Senado, que assessora o Henrique Meirelles, chama de “o dia do juízo fiscal”. Acho que nós estamos chegando. Temos de evitar isso nos próximos 10 a 20 anos.

DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI (Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 31-08-2016 da CESP; Posição: 25 - 25]

6.

O País não cresce por causa do gasto público. Vou falar mais uma vez: o País não cresce por causa do gasto público

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 16 - 16]

7.

Há relatórios da própria Consultoria da Casa que apontam, sim, perdas, até 2025, de quase 350 bilhões de reais nas áreas de saúde, educação e assistência social. Nós precisamos aprofundar esse debate para que encontremos quem vai pagar essa conta

DEPUTADO DANILO CABRAL (Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP)

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 04-10-2016 da CESP; Posição: 28 - 28]

8.

A Casa fez quatro estudos técnicos sobre o tema: três, contrários à proposta; um, favorável. O único que foi dado ao conhecimento dos Parlamentares foi o favorável. O único estudo divulgado pela Casa para os Parlamentares foi o parecer favorável. Os outros três, que são contrários, não foram divulgados para os membros da Casa.

Isso é uma censura à liberdade de expressão dos técnicos da Casa, concursados, que se posicionaram contrariamente à proposta, porque a proposta é muito ruim.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 34 - 34]

9.

Só a título de informação, é importante que todos saibam que a Consultoria da Comissão de Orçamento fez uma análise oficial da PEC 241 e inclusive levantou 13 questionamentos, dos quais 12 foram acatados pelo Relator Darcísio Perondi. Apenas um questionamento não foi acatado, mas hoje se transformou em sugestão do meu partido, o PSB. Essa sugestão será apresentada na fala do Deputado Danilo Cabral.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 39 - 39]

10.

no jornal Folha de S. Paulo, os economistas Carlos Eduardo Gonçalves, Mauro Rodrigues e Irineu Carvalho Filho apresentam um artigo intitulado PEC 241 ou morte! Trata-se de um artigo sucinto — está acessível a todos os que compõem esta Casa — sobre a nossa responsabilidade quanto à votação da PEC 241. Como

dizem os grandes economistas, professores e doutores em economia, corremos o risco de o caos cada vez mais se instalar neste País, caos este que tem um padrinho e uma madrinha da maldade

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD; Posição: 68 - 68]

11.

Eu queria também destacar, inicialmente, que essas notas que são distribuídas agora, a primeira foi aprovada por ampla maioria, e a segunda, inclusive, que a gente intitulou "Para Além da PEC 241/2016", é o título da nota, foi aprovada por unanimidade, mesmo num conselho que é composto por economistas de diversas regiões do País e de distintas matizes, distintas escolas econômicas

[Notas Taquigráficas\Com. de Assuntos Econômicos - SF\Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado; Posição: 7 - 7]

12.

Recebi no meu gabinete ontem um luxuoso trabalho de 26 páginas do Ministro Meirelles, em que ele explica como a PEC 241 (PEC 55, no Senado) vai resolver os problemas do Brasil. E eu, com a minha equipe de gabinete, ontem, desenvolvi alguns raciocínios sobre o que apresenta o Meirelles, que é o que eu apresentarei a vocês a partir de agora. O Ministro Meirelles mandou ao Congresso uma peça de ficção: 26 páginas artisticamente encadernadas, com um longo anexo de perguntas e respostas, a fim de explicar a PEC do Fim do Mundo.

ROBERTO REQUIÃO (Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Com. de Assuntos Econômicos - SF\Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado; Posição: 15 - 15]

13.

Gostaria, entretanto, de fazer quatro observações: primeira, é necessário lembrar que o primeiro resultado da Constituição de 1988 foi a hiperinflação brasileira. A hiperinflação brasileira é posterior à promulgação da Constituição de 1988. Segunda observação: a melhora social no nosso País só começou quando estabilizamos a economia em seguida ao Plano Real. Terceira observação: a PEC visa recuperar a capacidade fiscal do Estado brasileiro para que nós não percamos o que nós conseguimos construir até aqui. Quarta observação: muitas das pessoas que, hoje, são contra a PEC são as mesmas pessoas que foram contrárias à Lei de Responsabilidade Fiscal e foram contrárias ao Plano Real.

SAMUEL DE ABREU PESSÔA (Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Com. de Constituição, Justiça e Cidadania - SF\Nota Taquigráfica CCJ 8-11-2016 Senado; Posição: 7 - 7]

14.

No dia 16 de agosto, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado debateu o assunto. Meirelles mandou dois funcionários de segundo escalão para defender a proposta. Confrontados pelos professores convidados a fazerem uma análise séria do assunto, exibiram a grande fragilidade da PEC nº 241 e da visão econômica do chefe.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 18-08-2016 Senado; Posição: 2 - 2]

15.

O título do artigo é "PEC 241: essência do mal ou começo do bem?" Muito sugestivo o título: "PEC 241: essência do mal ou começo do bem?" Não há uma "bala de prata" para matar todos os problemas criados pelo Governo anterior. Esse artigo foi publicado no jornal Valor Econômico do dia 25 e é de autoria do meu amigo, que tenho a honra de prestigiar porque muito me ensinou, o ex-Ministro Antonio Delfim Netto. E ele escreveu o seguinte:

O Brasil não tem escolha e não há uma bala de prata para matar todos os seus problemas, mas é evidente que a recuperação das condições do crescimento do PIB, o Produto Interno Bruto, e do emprego passa por uma política fiscal que compatibilize, num horizonte de tempo aceitável, o crescimento das despesas primárias com o das receitas líquidas. Aqui está resumido. Mas ele diz mais:

O Governo tomou a decisão de iniciar esse processo apresentando ao Congresso Nacional a PEC 241, já aprovada na Câmara dos Deputados em dois turnos. Ela estabelece um limite de gastos primários globais, o que não é nenhuma novidade no mundo, e propõe esforço não maior do que fizeram um bom número de países. Talvez a sua grande virtude seja a de lembrar aos brasileiros que a resposta certa à pergunta "você prefere A ou B" não é, infelizmente, ambos! Boa parte das críticas à PEC 241 confirma como é difícil fazer prevalecer o razoável contra o poder gigantesco que adquiriram as corporações organizadas. Uma delas chegou a afirmar que se põe um risco à própria democracia, pois cassaria os direitos do Legislativo e ameaçaria a independência do Judiciário e do Ministério Público, um claro exagero. Texto do ex-Ministro Delfim Netto.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 26-10-2016 Senado; Posição: 13 - 13]

16.

eu recebi um telefonema na época lá no Ministério da Fazenda o secretário executivo era o Tarcísio Godoy você deve ter ouvido falar dele e Mansueto de Almeida. Um belo dia os dois me ligaram, eles estavam em viva voz lá entre eles. Eu não sei se tinha mais gente na sala, mas só os dois falaram comigo. E eles queriam saber minha opinião sobre o possível teto de gastos. Então era uma coisa muito embrionária. Ainda eu não sei em que está exatamente as ideias deles estavam mas eles queriam me ouvir que eu achava do teto de gasto, né? E eu falei para ele eu ouvi ouvi as considerações deles e aí quando eu falei para ele se a primeira coisa que eu falei foi que para mim o teto de gastos representava a falência da gestão das Finanças Públicas.

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 7 - 7]

17.

E isso estivesse sendo considerado porque representava essa falência, né? E depois nós conversamos mais um pouquinho, mas então assim. Isso serve para responder essa sua pergunta. Porque para mim é exatamente isso quer dizer nós chegamos no momento ali em 2016, nós chegamos no impasse em que diversos instrumentos já haviam sido tentados. A própria lei de responsabilidade fiscal com toda a importância dela. E a percepção era de que apesar de todo esse arcabouço os caras encontravam sempre uma brecha para acabar elevando os gastos, né? Elevar o gasto não seria um problema se o Estado tivesse capacidade para realizar aquele gasto, né? Então o problema é quando a elevação do gasto se dá acima da capacidade fiscal do Estado, né? Então eu acho que 2016 foi o momento em que houve esse diagnóstico de uma forma muito clara dentro dos técnicos do Poder Executivo o Tarcísio, o Mansueto e o Marcos Mendes, né? E a partir daí eles eles perceberam isso e resolveram que a única solução possível seria partir para esse novo instrumento que é um instrumento de adotado em alguns outros países, eles eles uma experiência estudaram e acharam que o caminho era por aí.

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 9 - 9]

18.

teve um papel muito importante também a própria equipe Econômica que foi o fato de eles virem o congresso sentar com as lideranças explicar a situação explicar o que que seria o teto porque do teto eu acho que houve um processo de convencimento prolongado e difícil porque envolveu muita conversa muita persuasão, né? Mas enfim no final atingiu o objetivo, né? Então acho que foi isso eu não vejo um papel eu não vejo o papel tão relevante do momento político da situação política, eu acho que foi mais uma decisão técnica de apelar com instrumento muito forte e que os caras tiveram a capacidade de convencer o mundo político de que essa era a melhor alternativa.

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 14 - 14]

19.

tiveram várias reuniões, né entre os nossos colegas aqui da Consultoria e os técnicos lá da fazenda, né? E então houve também esse papel de interação e conhecimento com os próprios colegas nossos que no fim das contas também tem um peso grande na tomada de decisão pelos parlamentares, né? Então o convencimento deu nessas duas vias, né direto com os parlamentares e indiretamente via convencimento e participação dos Consultores da câmara do senado

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 17 - 17]

20.

ão vi... não vi nenhuma circulação de outras ideias e a minha impressão é que não houve esse tipo de debate público porque era uma situação de emergência. Ou pelo menos os técnicos da Fazenda conseguiram passar essa impressão de que a situação era urgente, né? Então foi tipo assim: é tudo ou nada, ou é isso ou é o desastre aí é o descontrole da área econômica com consequências imprevisíveis. Aí, enfim, com reação do mercado, enfim, juros nas esferas, esse tipo de situação, né? Então, eu acho que foi muito essa questão da premência do tempo que afetou o debate e realmente existem s

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 20 - 20]

21.

Eu acredito que teve também um pouco de participação dos Consultores no próprio processo de de formulação da proposta, né? Então eu acho que o fato de não ter mudado tanto aqui não diminui muito a participação dos Consultores, significa que eles foram aqueles participaram no momento anterior, né? Então existe essa existiu essa essa troca de ideias antes, né? Como você mencionou tanto antes do envio da proposta, né? E é interessante porque eu ia mencionar. Eu ia eu ia mencionar participação deles exatamente nesse aspecto, né? De que houve essa interação significativa. Se não me engano foram mais de sete reuniões, eu não participei de nenhuma. Eu fui convidado para participar da última reunião, mas eu não quis ir e então era, mas eu sei que foi um processo bastante participativo, né? E eu acho que você precisa conversar nas suas entrevistas com as pessoas que fizeram parte dessas discussões, né aqui na Câmara, né? O Ricardo Volpe, o Eugênio ou quem mais acho que esses dois foram os principais, mas teve mais gente envolvida, né?

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 21 - 21]

22.

Então eu tava falando que essa reunião que eu tive com eles foi justamente na véspera da última reunião que eles iriam ter com os Consultores da câmara do Senado e que era para fechar alguns pontos pendentes ainda na proposta, né? E aí eles me convidaram para participar queriam que eu fosse.

25:51 - 26:35 - E eu disse a eles que por ser funcionário da câmara está cedido que eu achava

melhor não participar, né? Então eu não fui nessa reunião e então foi basicamente isso a minha participação se resumiu a a esses três momentos aí

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 41 - 42]

23.

Eu acho que o Executivo foi eficaz em transmitir a mensagem de que o teto era um instrumento importante naquele momento para estancar a sangria fiscal e que ele seria implementado de forma gradativa que não teriam choque que seria um processo ao longo dos anos e que o tétano de 20 anos então era uma coisa que não ia ter um impacto total de imediato, mas que esse Impacto seria diluído e seria importante

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 61 - 61]

24.

a gente tem é um diálogo mais com a equipe técnica do que com a política. Eu tive várias reuniões com relator ou com outras autoridades desses órgãos, mas o cara não ouve, entendeu? A gente vê que já tá combinado demais... Já no caso do novo regime fiscal a gente já tinha uma aproximação grande com a equipe técnica do Tesouro e da SOF, né? Dado ao nosso trabalho e também né? com a nova equipe do Ministério da Economia. Nós formamos um grupo de trabalho muito bom. Né? Então só para você ter uma ideia nesse grupo trabalho que eu coordenei por meses... Então, antes de chegar a PEC aqui, o relator que era o possível para Darcísio Perondi já nos procurou e falou eu quero que vocês me assessorem e aí a gente ficou um mês mais ou menos preparando ele enquanto relator. Ele apesar de ter uma experiência sempre procurar aqui a consultoria nesses últimos anos, mas ele era mais a bancada da Saúde, inclusive mexendo pessoas à saúde, né?

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 16 - 16]

25.

a gente se reunia. Toda segunda e sexta-feira aqui na consultoria do orçamento, era duas vezes por semana

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 19 - 19]

26.

o nosso trabalho aqui dentro tanto junto com a equipe técnica. Foi muito sincronizado coisa rara mesmo. Assim foi dos trabalhos mais bem sincronizados que nós fizemos

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 29 - 29]

27.

acho que o Marcos Mendes é uma peça chave, porque eu acho que ele não é um do ministério economia que concebeu de fato tá? O teto de gastos. Ou ele vai saber exatamente quem. Na minha percepção das reuniões que eu tive acredito que ele foi um dos dentro do Ministério da economia que concebeu.

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 55 - 55]

28.

A gente falou que não tinha estava numa emenda constitucional para poder fazer um teto não tinha como por judiciário dentro independência dos poderes todos os problemas das propostas do Paulo Rabelo. Eu não sei o diálogo que ele tem que comer eles e por Presidente temer na época. Mas ele foi virou presente. Teve uma grande influência nisso, não sei como que surgiu dentro do celeconomia, mas estava um debate em torno disso estabeleceu o tempo.

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 70 - 70]

29.

a Senadora Rose de Freitas levou eu para conversar com o presidente Michel Temer um dia antes dele assumir como presidente da república dois dias antes era um dia lá na vice-presidência. Tava um monte de gente lá.

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 76 - 76]

30.

não sei se percebe tinha uma pauta que vinha de ter um teto junto com uma reforma da Previdência não tava descasado você pega todos os discursos aqui na do Perondi até do Diogo Oliveira como Ministro já vindo falar da reforma do teto ele funcionava já aprovação da Previdência que era uma condição seria com a mão para a gente equilibrar as contas e o que aconteceu posteriormente assim tudo foi embranhado sabe foi tudo bem. E foi o trabalho intenso falando daqui particularmente da Consultoria daqui junto da equipe Econômica em várias faltas desse tipo com essa da Previdência começa do teto depois de achar uma integração das Velhas fiscais depois de uma técnica.

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 89 - 89]

31.

eu, o Marcos Mendes, o Mansueto, eu, a gente reunia bancada por bancada de partidos fazendo uma explicação do que que era o teto de gastos justificava o teto

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 104 - 104]

32.

da PEC do NRF então nessa época a gente montou esse grupo era eu, o Mansueto e o Marcos Mendes e mais o relator e a gente fazia reuniões com cada bancada e cada partido político nas lideranças de cada partido e ia lá tipo uma apresentaçãozinha... eu falava um pouco o Marcos tinha uma integração da nossa fala e mais o relator logo político, mas a gente tava lá dava suporte técnico.

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 109 - 109]

33.

E esse modelo também teve um grande efeito na época até o próprio Meireles, por exemplo, Michel Temer elogiou muito e aí a gente montou, além dessa estratégia, essa sugestão que nós demos na época de junto à mídia. Aí eles fizeram um trabalho junto à mídia. Esse mesmo modelo repercutiu também na reforma da previdência, de trazer a mídia, a importância de ter o teto do gasto... pode ver na imprensa saía muitas matérias favoráveis ao teto e depois a reforma da Previdência também, se você tiver o cuidado de pesquisar. E aí então junto que nós fizemos antes dele virar relator. Eu e o Wagner, nós fizemos um cronograma de viabilidade de aprovação da PEC na câmara no Senado e ele foi cumprido muito próximo daquele que a gente tratou nós fizemos um planejamento de fazer reuniões com lideranças partidárias e por trás o PMDB e fazer uma campanha junto a mídia explicando a importância então montou-se uma estratégia aqui antes da PEC chegar de como a gente ia dar um tratamento político e depois esse modelo foi reproduzido na reforma da Previdência

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 110 - 110]

34.

o principal que foi uma participação que eu tive foi essa visão de que se não fechar a sua autorizado não teria como você ter um realmente um teto de gastos forte

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 43 - 43]

35.

Assim o grupo técnico, colocou aquilo como uma uma necessidade para que o governo que estava chegando agora se posicionasse como uma mudança de paradigma em relação a forma de conduzir a política econômica. Então esse grupo via como a retomada da LRF, da responsabilidade em relação ao endividamento como um bem mais forte do governo naquele momento, mais do que gastar, mais do que ter um PAC, mais do que ter ações na área de saúde. Então acho que o Temer montou uma uma equipe Econômica para demonstrar que iria refazer a política econômica que estava sendo feita... Fazer um resgate daquela política econômica mais dura que teria sido teria sido, o que eu vou dizer, o que o Lula fez no primeiro ano de governo dele, né?

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 69 - 69]

36.

Tem uma restrição orçamentária forte e é só aí retomar ele LRF retomar todo porque o contingenciamento já não era suficiente para dar conta das demandas. E aí várias soluções foram aventadas ali, mas sempre com o objetivo de não não mas agora não vamos gastar mais do que é possível. E esse grupo técnico, ele vai para dentro do congresso vai estudar isso junto com o pessoal da câmara com os assessor dizer e ali toda aproximação que é quase que uníssono, né? Todo mundo acha que sim, quando chega no Congresso não tem mais essa história de qual vai ser a solução a solução é essa. A gente vai só organizar aqui o texto para que ela cumpra com o objetivo

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 70 - 70]

37.

E aí, a partir do momento em que como os técnicos estavam muito afinados em termos de conversa com legislativo e os técnicos da SOF, né? da Fazenda junto com assessoria da câmara e um pouquinho a gente ali participando até porque eles queriam que o Senado participasse para não mudar no senado.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 87 - 87]

38.

essa ideia do teto no caso concreto, ela veio de fora, ela veio de uma experiência internacional. Quem trouxe foi Mansueto e Mendes, principalmente o Mendes.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 35 - 35]

39.

A execução orçamentária financeira a proposta deles foi a execução financeira.
11:29 - 11:57 - Sob um teto a gente definiu melhor aí um teto para cada poder e a principal colaboração. Nossa lá foi estabelecer um duplo controle não só sobre o financeiro que inclui os restos a pagar né, mas também sobre o orçamentário uma vez que o orçamentário performa financeiro. Então a gente limitou o valor autorizado. Isso foi influência das consultorias, né?

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 41 - 42]

40.

E aí o governo não mede forças, inclusive os técnicos lá, né? Eu vi o Mansueto e o
35:10 - 35:19 - E o Mendes conversando com um montão de parlamentares, né? Tentando
mostrar né as vantagens, né? Que teria essa regra fiscal.

35:20 - 35:37 - Mas eu acho que o que determinou mesmo foi empenho do governo e
provavelmente ele deve ter liberado muita emenda para conseguir os votos, né?

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 135 - 137]

41.

O fato é o seguinte, se você estabelece que teu problema é a despesa primária.

45:54 - 46:17 - De cara você tira o seguinte ó, toda despesa financeira, não é problema, ela é
consequência, digamos o Mendes falava muito juros é consequência, não é causa.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 195 - 196]

42.

Então isso era muito exercido. Foi muito exercício, muita conversa técnica, eu mesmo com
outros técnicos. Rodamos todas as liderança partidárias para explicar, para tirar dúvida, para
nos colocar à disposição. Tive diversos debates com associações e representantes de interesse
da Saúde e da Educação. Apanhei para caramba, mas ia lá dar cara tá certo fazer o debate e dar
protagonismo aos políticos para participarem do processo.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 33 - 33]

43.

Na verdade a proposta já foi começou a ser construída já em conversa com legislativo então
mesmo nas primeiras versões antes da gente mandar para o Congresso, as equipes técnicas do
Legislativo, já estavam lá dentro do ministério conversando com a gente. O relator e outros
parlamentares já estavam conversando com a gente e a decisão da época foi não vamos tentar
mandar uma coisa perfeita. Um texto minimamente que pare de pé e a gente discute dentro do
congresso dentro desse espírito de realmente ter a participação, né?

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 37 - 37]

44.

Então após esses primeiros filtros foi mandado foi mandada foi mandado uma proposta e uma
vez que a proposta entrou a gente fez um grupo de trabalho que se reunir duas três vezes por
semana lá na Câmara com técnicos do executivo da câmara do Senado. A gente projetava o
texto na tela e discutia item por item palavra por palavra as teses foram mudando descendo do
projeto foi mudando e chegou essa redação final.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 39 - 39]

45.

Não vejo assim ator fundamental, eu vejo um trabalho cooperativo em que cada um teve a sua
parte, né? Em que houve um trabalho de equipe então desde o presidente chancelando me
dando o de acordo vai em frente até a prioridade dentro do Ministério da Economia. O quase
consenso entre os técnicos da área fiscal tanto Legislativo quanto do Executivo de que era
preciso reorganizar o processo. Tudo isso foi se somando, você teve alguns atores que
atrapalharam o processo. Então, por exemplo, o próprio presidente da Comissão, ele muitas
vezes dificultou o processo, talvez estivesse gostando e aparecendo na televisão, gostando do
protagonismo... estendia as audiências públicas, marcava mais reuniões.

As coisas, os consensos já tinham sido obtidos e ele continuava insistindo. Mas por outro lado
você tinha um relator super incisivo, que não deixava brecha para protelações.

Então, eu não diria que teve um ator fundamental, eu diria que teve uma coesão, que gerou um

bom resultado, uma coordenação de líderes partidários com presidente com a coordenação política com o Ministério da Economia.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 82 - 84]

46.

E me chamaram secretário me chamou e falou ó tem essa proposta que tá sendo construída na fazenda ela época existia fazendo ainda pelo Marcos Mendes e a gente vai conversar hoje à noite lá na fazenda sobre ela e aí me passou o texto nós começamos a ler o texto. Bem diferente, desde que que foi encaminhado tá bem diferente que foi encaminhado.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 17 - 17]

47.

os Consultores, que que trabalhavam com relator geral, sem mesmo que o relator percebesse o que ele tava escrevendo lá porque o relatório muitas vezes não lê aquele calhamasso e tal, mas ele sempre colocava alguns não é sempre não, mas teve alguns anos que ficava patente a questão de que o Brasil tinha um excesso de dotação.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 23 - 23]

48.

Então o Marcos, ele bolou essa regra. A primeira redação veio dele, pelo menos a informação que eu tenho, né? E chegou para gente lá na secretaria de orçamento.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 32 - 32]

49.

isso é tudo que eu tava querendo mas eu vou aproveitar e vou trazer as outras coisas para cá e vamos tentar ver se a gente.

19:56 - 20:53 - Se a gente consegue transformar o orçamento numa peça realmente importante onde você discute prioridade e onde todo mundo é participa da sua elaboração e que era, vamos dizer, um acordo geral dos poderes do povo e o congresso logicamente validando de limitação de despesa de gasto

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 32 - 33]

50.

Que eu me recorde num jantar na no Palácio da Alvorada que o presidente chamou toda a base e não sei quantos parlamentares... foi no domingo. E aí o Marcos Mendes foi fazer exposição ainda conceitual, não sei se já tá tinha um texto, mas não sei se chegou ali a discutir o texto... aí nessa nessas oportunidades também ia o Mansueto que era cara comunicador de primeira mão, né? Tinha interlocução..

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 81 - 81]

51.

A ideia de como o Executivo da importância ao tema então tava o Marcos Mendes, o Guardia, a Ana eu tava lá representando a SOF e também George... criou-se nessa primeira conversa com Guardia mostrando o Volpe era eu acho que vou que era o chefe da Consultoria da câmara e a discussão foi mais centrada na Câmara aí aqueles meninos lá da Câmara que você conhece né o Eugênio a o pessoal fiscal lá da câmara ficou sentindo minha Márcia e aí algumas outras pessoas fotos depois Recordar tá os nomes. Mas essas pessoas não me recordo. E aí começou um processo de discussão quase que diária ou dois dias no texto e aperfeiçoamento foi a primeira vez na minha, eu não vou dizer que a longa, porque eu só

fiquei vinte e poucos anos, eu já tinha 10 anos fora, mas é de estatal, então fiquei 25 anos no governo, mas foi a primeira vez onde houve uma uma construção efetivamente conjunta. Porque até então as discussões com a área técnica, não me referindo ao orçamento a LDO essas coisas lei orçamentária, é sempre era uma posição de conflito de disputa entre as equipes do legislativo e do executivo no teto foi aonde houve uma discussão mais aberta desarmada, vamos dizer assim os preconceitos e as ressalvas caíram por terra e a gente conseguiu ter uma discussão muito boa no texto foi muito aprimorado

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 85 - 85]

52.

Quando o texto estava quase pronto nós fizemos uma reunião lá na SOF e tava do congresso tava Eugênio e tava eu apresentando com vários Consultores e a sua amiga Ana Cláudia que já era uma defensora e quanto mais do excesso de dotação quando a gente apresentou um texto ela chegou para mim. Vocês vão apresentar isso isso não vai resolver o problema por causa disso disso e a gente tentando já tava num processo de negociação com os outros Consultores e mostrando para o cenário de câmara e ela bateu pesado. Eu olhei para eu ver e eu falei ela tem razão, mas eu não posso falar isso aqui na Assembleia. Eu Vou defender aquela coisa então, aí eu ficava do meu jeitinho de

49:29 - 49:38 - Não sei o que tal, mas e ela bateu, mas ela bateu assim da medalhinha para cima. Tipo dela, acabou a reunião nós vamos mudar.

49:39 - 50:04 - A redação que travou a aquela que a gente colocou que a lei orçamentária e seus créditos estavam limitados que não estava até então é ela sabe disso e foi uma consequência da porrada que ela deu nessa reunião

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 88 - 90]

53.

nessas reuniões que participam lá na Câmara naquela sala da Consultoria ia o tesouro a SPE, a SOF e a assessoria lá do do ministro, mas uma das coisas mais complicadas é você criar um consenso dentro do executivo, porque quando você disse aí havia conceitos conceitos as pessoas não tinham a mesma coisa assim dizia que eu tenho uma maturidade o tesouro

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 98 - 98]

54.

O substitutivo é uma escrita a quatro mãos é o executivo e o legislativo escreveu, né?

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 106 - 106]

55.

Depois que a coisa aconteceu 2016 dezembro 2017, nós gastamos um ano quase todo no sentido assim tem aprovamos agora nós temos que colocar esse trem de IP e colocar de pé tem a regulamentação interna. Teve que a gente fez lá então teve várias discussões entre o governo como operacionaliza. Mas tem uma coisa importantíssima que foi o seguinte nós temos de Porque a gente já viu no passado que várias coisas.

- - Que estava sendo construídas o tinha um ator novo que era.

- - o TCU

- - então nós fizemos um trabalho muito grande um trabalho de formiguinha corpo a corpo levava o ministro lá para conversar com todos os dias explicando porque eles estavam fazendo uma nota uma avaliação do teto, e para eles definir o teto é inconstitucional e o que o Bruno Dantas faz, né? Então assim foi um trabalho é um trabalho que não aparece, mas que com tudo é trabalhoso e tem que ser assim, você vai constrói as coisas assim, ó, passo a passo né? Vai construir conversa com essa assessorias conversa com a área. Isso também é uma coisa importante tá falando é uma coisa quando todo aquele tudo que nós fizemos de

operacionalização do tempo entre aprovação do teto e a nota técnica que definiu os valores e os procedimentos as coisas que a SOF.

- - Tudo foi negociado antes aconteceu ou seja foi levado conversado falou vamos fazer assim assado, eu preciso do apoio de vocês. Então isso construiu um consenso na área técnica

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 151 - 155]

56.

Que no começo essa essa ideia era de continuar no regime normal de fazer um esforço fiscal maior. Só que eu acho que dentro da própria fazenda começou a se entender no Escalão um pouco mais alto. E aí você deve ter falado com Marcos. Não sei se não sei se vai falar exatamente dessa forma, mas ele fala muito que é assim que percebeu o seguinte, olha essa visão tecnicista do do pessoal mais do Tesouro etc que é uma visão de que tem que fazer o esforço fiscal muito fortemente, ela não vai conseguir passar politicamente. Então porque vai ter que ter um esforço tão grande no governo muito curto.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 11 - 11]

57.

Mas ela foi uma alternativa que começou a ser traçada.

18:34 - 19:33 - E você teve um pessoa por trás por Meireles botou né? Por trás e aí você tinha naquele caso daquele governo uma máquina política mais bem organizada, né? E tinha né? Você tinha o Elizeu Padilha, você tinha o próprio Michel Temer, você tinha uma máquina política que sabia dialogar mais com uma facilidade muito grande. Deu os contatos para uma área técnica, que querendo ou não o ministério ele é técnico, mas ele é tem muita essa coisa política também, né? Querendo ou não.. e botou gente que sabia operar dentro do congresso. Tem isso também o próprio Marcos é o caso claro, é um cara que sabe operar dentro do congresso, sabe? Como é que funciona ali, o que que tem que falar com sabia isso também então você tinha um E você teve também essa estrutura de poder dentro do executivo que isso sabia dialogar lá no congresso e bancou mesmo sem ter todas as noções da ideia.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 42 - 43]

58.

Eu acho que o que ajudou também foi a consultoria do congresso. A consultoria do congresso comprou a ideia porque viu o problema. Não acho que achava o melhor, eu não sei se o pessoal tem muita crítica. Tinha pessoas claro, você conhece essa consultoria mais que eu, cada pessoa dá para fazer efeito, mas assim teve alguma noção de que precisava ser feito alguma coisa e não tinha outra opção melhor, ninguém tava vendo uma opção melhor na hora, então já que eu não tô vendo opção melhor eu vou pegar essa opção e ficar perturbando os pontos que eu acho que estão errado e aconteceu isso. Aconteceu muito debate muita coisa evoluiu, né? Muita coisa que ficou lá também ajudou algumas coisas operacionais, né? Coisas boas.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 46 - 46]

59.

Porque foi um projeto que na verdade foi feito a várias mãos ele antes de ser encaminhado, oficialmente ele foi discutido a exaustão com vários atores dentro do parlamento, né? Primeiro coisa foi feita com os atores técnicos, né? Foi muito discutido com as consultorias. E aí tem uma diferença de quando é o Executivo que apresenta um projeto parlamentar e quando eu consultor que já ouviu do executivo. Fala porra, tem um pouco diferente. Acho que tira um pouco.

Assim essa lógica tira um pouco da política do meio porque teve algum filtro. Então o fato de ter sido discutido muito e nessas discussões técnicas foram muitas vezes e foram com os

Consultores com depois assessores dos parlamentares principais que estavam envolvidos no projeto e com parlamentares também relator etc que ia ser né?

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 110 - 111]

60.

Então como esse diagnóstico era de certo modo consensual, com exceções, os economistas da época, no governo, Marcos Mendes principalmente, propuseram uma nova regra fiscal. Vale dizer que já havia já tava em debate em discussão uma outra regra fiscal já prevista na Constituição desde 1988 que é o limite para a dívida pública. Só que no caso da União isso nunca foi regulamentado a mensagem presidencial de 2001 que deu origem ao projeto de resolução do Senado que limita a dívida dos estados e municípios teve resultado e a resolução foi aprovado, mas no caso da União nunca foi apreciado Senador Serra desativou.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 13 - 13]

61.

Eu acho que teve um ator aí a gente pode chamar também que foram as assessorias vão chamar assim, né? Porque muitas das ideias que acabaram entrando na emenda 95 vieram por exemplo da Consultoria de orçamento da Câmara e do Senado.

É, você teve também um papel relevante da própria Assessoria Técnica do ministério. Então, ainda que não sejam players políticos, eu acho que esse componentes tem que ser também considerado quer dizer, você teve um desenho ali, que que foi de alguma forma que encontrou ressonância.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 59 - 60]

62.

A primeira reunião com os Consultores eu trabalhei acho que aproximadamente 8 Consultores. 16:42 - 16:55 - o líder dos consultores é como é que é o Volpe vou criar o presidente da ele era o diretor da comissão de orçamento, não é e

16:57 - 17:02 - houve assim o entendimento maravilhoso com Volpe e com os outros Consultores.

17:08 - 17:40 - Eu os deixei a vontade, né? Eu disse para eles, olha contei essa historinha que eu te contei disse que era um desafio que o país precisava. Eles estavam conscientes... que eu não sabia nada de orçamento, mas gostava de uma economia. Tá mas não sabia... sabia da necessidade da importância de dizer né? Mas

17:41 - 18:01 - Então eu iria discutir com ele com eles todo o projeto toda a emenda toda emenda e tomaria a decisão todas toda a emenda todas as decisões serão tomadas como o grupo com o grupo de consultores.

18:02 - 18:05 - Né não tomaria nenhuma decisão sozinho.

18:09 - 18:18 - Eles gostaram que tudo tem experiência, né? Que às vezes um colega assume e vira rei, né?

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 90 - 96]

63.

Mas os Consultores foram simplesmente extraordinários.

19:32 - 19:36 - inteligentes cooperativos

19:37 - 19:38 - cooperativos

19:39 - 20:07 - perceberam que os valorizava eu teria sido um deputado melhor do que foi eu fui um deputado razoável, teria sido um deputado melhor se eu tivesse descoberto a riqueza o conhecimento que reside no cérebros das consultorias do Senado e da câmara, viu?

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 101 - 104]

64.

Pedro Nery, o Volpe, o Mansueto... são meus gurus.

29:58 - 30:23 - Tenho uma admiração. O Mendes naquela fisionomia dele, ele manifestava toda angústia dele, ele carregava na alma toda a crise financeira é do Brasil, né? E meus gurus começou a interagir.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 152 - 153]

65.

os Consultores livres para informar o que dava para informar eu não tinha ciúme nenhum sabe trabalhamos os líderes de bancada, as bancadas reuniões com cada cada bancada, reunião com os assessores das bancadas.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 195 - 195]

66.

passar informação informação.

45:46 - 45:53 - uma disponibilidade extraordinária dos técnicos da economia extraordinária

45:54 - 45:59 - da fazenda e do planejamento

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 197 - 199]

67.

Que a forma que eu trabalhei, né? Eu disse para eles olha pessoal.

- - As decisões vão ser conjuntas vamos discutir bastante o máximo que der vamos no máximo de informação, mas eu sou governo.

- - Eu sou vice do governo e fui escolhido relator.

- - Se nós precisarmos mudar mudar o conteúdo o foco maior do teto de gastos, eu não vou permitir.

- - Isso eu disse assim bens, é claro bem tranquilo para ele saber como é que teria minha conduta não é? Mas todos.

- - Vibraram com a chegada da proposta viu?

- - Ele estava esperando um negócio assim, eles estavam vibrando podia mudar ali podia mudar aqui podia ser diferente aqui ia colar, né, mas todos queriam, então isso ajudou e eu disse claro, então eu não tive atrito com nenhum consultor não vazou nada.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 279 - 285]

68.

houve uma confiança fantástica tá entre os consultores do governo e os da câmara e eu com o governo, né? Então a coisa fluiu e o governo disse: Não, essa do abono não. É botar querosene muita querosene na fogueira a única então das 17 propostas uma o governo não aceitou uma.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 298 - 298]

69.

eu acho que o núcleo duro do governo do Michel, sabe? Essa reforma saiu ali dos técnicos do Planejamento e da Fazenda, com certeza, né? Do Planejamento e da Fazenda, né? Que mostraram pro Meirelles que por sua vez mostrou para o Michel, né? Então foram atores decisivos, olha!... de quem mandou a proposta. Acho que esse pessoal foi decisivo para convencer o presidente depois o Meirelles, ou o Meirelles antes e depois o presidente.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 331 - 331]

70.

Eu tenho que falar dos consultores são atores silenciosos, mas geniais aonde eu vou onde eu falo sobre o teto de gastos eu canto em verso e prosa a qualidade, a importância... a sociedade não sabe a importância de vocês, né? Vocês foram decisivos.

- - E apostaram na proposta.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 343 - 344]

71.

a idéia era promover um debate com dois convidados a favor e dois contra a pec mas os representantes da fundação getúlio vargas e do ministério da fazenda não compareceram aumentar mais uma vez que o governo não tenha mandado representante é a quarta audiência pública que não vem ninguém do governo seja do ministério da fazenda da casa civil do ministério do planejamento eu acho um equívoco isso porque se o governo quer aprovar essa matéria tem que vir aqui explicar esse tem tanta certeza de que ela é justa e correta não deveria fugir do debate

[Youtube\Senado Federal\Especialistas criticam PEC que limita os gastos públicos; Posição: 60 - 74]

72.

cabará ao congresso para 20 anos de de corte de 20 anos de um arrocho fiscal e se esse ajuste é mais o caso seria muito pesado e perdurar por 20 anos é muito longo na verdade o regime o que a gente chama de um novo regime fiscal e tínhamos mais a regra do crescimento real 10 da despesa é só durante nove anos a partir do 10º ano

[Youtube\Senado Federal\Secretário do Ministério da Fazenda defende proposta de ajuste; Posição: 173 - 183]

73.

a pec 241 ela não corta despesa ela simplesmente controla o crescimento da despesa é um ajuste fiscal muito diferente do que foi feito em grécia do que foi feito na espanha do que foi feito na irlanda que tiveram um corte efetivo de despesas tiveram um corte no valor de aposentadorias isso não acontecerá no brasil o ajuste fiscal é só controlar o crescimento da

despesa
mas se não houver consenso pra isso e
também se não quiser aumentar a carga
tributária aí a saída vai ser mais
inflação e ninguém quer voltar à
situação dos anos 80 quando o país a
inflação alta para equilibrar suas
contas

*[Youtube\Senado Federal\Secretário do Ministério da Fazenda defende proposta de ajuste;
Posição: 232 - 249]*

74.

O novo presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ernesto Lozardo, afirmou, que o horizonte para o crescimento econômico está no aumento da competitividade e no equilíbrio fiscal do País.

*[Youtube\Planalto\Crescimento econômico do País está no equilíbrio fiscal, reforç; Posição:
3 - 3]*

75.

Ana Paula Vescovi, Secretária do Tesouro Nacional, explica que a PEC 241 introduz no Brasil um novo regime fiscal que será capaz de equilibrar as contas públicas.

Para ela, gastar mais do que se arrecada sobrecarrega a sociedade e o equilíbrio é sinal de respeito à sociedade. Vescovi ressalta que o limite dos gastos obriga o governo a gastar com qualidade.

[Youtube\Planalto\Para secretária do Tesouro, PEC 241 qualifica os gastos; Posição: 3 - 4]

76.

a PEC nº 241/2016 já representa a base conceitual com a qual o governo presente trabalha, destacando o fato de ela ter sido a grande referência para a elaboração do Orçamento de 2017

*[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP
Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 14 - 14]*

77.

As equipes comandadas pelos ministros de Estado da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira;

*[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP
Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 24 - 24]*

78.

O Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, e o Assessor Especial do Ministério da Fazenda, Marcos Mendes, que se disponibilizaram a vir a esta Casa para esclarecer todos os aspectos relevantes do Novo Regime Fiscal;

*[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP
Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 25 - 25]*

79.

Os Consultores Legislativos e de Orçamento da Câmara dos Deputados, que não mediram esforços, nem tempo, para aperfeiçoar este texto e levar a bom termo a nossa missão;

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitação-PEC-241-2016; Posição: 25 - 25]

80.

Nos últimos meses, realizamos detido exame sobre a proposta apresentada pelo Poder Executivo. Concordamos plenamente com o diagnóstico da crise de nossas finanças públicas, feita na Exposição Interministerial que acompanha a PEC, o que já ficou evidenciado no Relatório.

Por outro lado, os estudos que realizamos com nossa equipe de assessoria, os debates com representantes do Executivo, as audiências públicas realizadas nesta Comissão e as conversas que travamos com nossos Pares

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitação-PEC-241-2016; Posição: 39 - 39]

81.

esse instrumento é essencial para recolocar a economia em trajetória de crescimento, com geração de renda e empregos. Corrigir o desequilíbrio das contas públicas é condição necessária para retirar a economia brasileira da situação crítica que Vossa Excelência recebeu ao assumir a Presidência da República.

[Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Exposição de Motivos 83-2016 PEC-241-2016; Posição: 4 - 4]

82.

O referido anteprojeto foi formatado, nas últimas semanas, após vários debates ocorridos na seara fazendária, mediante grupo informal capitaneado pelo renomado economista Marcos José Mendes.

[Documentos do Processo PEC\Poder Executivo\Parecer PGFN-CAF nº 933-2016; Posição: 1 - 1]

5.2. Código: Articulação política

1.

Mansueto: “Faremos um trabalho mais próximo com os parlamentares”

Secretário de Acompanhamento Econômico diz que governo intensificará comunicação com congressistas para preservar PEC do teto de gastos

[Notícias Internet\Mansueto “Faremos um trabalho mais próximo com os parlamentares; Posição: 1 - 2]

2.

Com o objetivo de garantir o apoio dos partidos da base aliada à PEC, o presidente Michel Temer e integrantes do primeiro escalão do governo têm patrocinado cafés da manhã, almoços e jantares com parlamentares.

O limite para os gastos públicos é tido pelo Palácio do Planalto como uma das principais formas de equilibrar as contas da União, assim como a reforma da Previdência Social.

[Notícias Internet\G1 - PGR diz em parecer que PEC do teto de gastos é inconstituc; Posição: 17 - 18]

3.

'Teto de gastos não será problema para saúde e educação', garante Ricardo Barros
O ministro da Saúde, Ricardo Barros, participou nesta quinta-feira (17) de uma audiência na Comissão Mista de Orçamento. Ele iniciou sua gestão em 12 de maio, por indicação do presidente Michel Temer, quando ainda era interino. Barros voltou a defender a PEC do Teto de Gastos (PEC 55/2016), garantindo que saúde e educação não vão perder recursos.

[Notícias Internet\Teto de gastos não será problema para saúde e educação', garan; Posição: 1 - 2]

4.

A partir de 2017 o cidadão brasileiro passará a conviver com uma nova realidade na gestão das contas públicas: o teto de gastos. Ao assumir a Presidência da República em maio de 2016, ainda como interino, Michel Temer afirmou que um dos desafios mais urgentes de seu governo seria restaurar o equilíbrio das contas públicas.

[Notícias Internet\Aprovação da PEC do Teto mostra apoio do Congresso ao ajuste fi; Posição: 2 - 2]

5.

O ajuste fiscal desenhado pela equipe econômica do governo interino de Michel Temer possui três pilares a ser negociados no Congresso: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do teto de gastos públicos, a renegociação da dívida dos estados e a reforma da Previdência.

[Notícias Internet\“Lua de mel entre Temer e o mercado está passando”, diz economi; Posição: 3 - 3]

6.

No dia 18, Calero, ao pedir demissão do cargo, acusou Geddel de pressioná-lo para produzir um parecer técnico ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para favorecer a aprovação de um projeto imobiliário nos arredores de uma área tombada em Salvador, o residencial La Vue, onde Geddel adquiriu uma unidade. Depois, na quinta-feira (24), um depoimento de Calero à Polícia Federal foi divulgado e, nele, aparece outra acusação de tentativa de influência sobre o caso. Desta vez, contra Michel Temer. O imóvel, pivô da demissão do ex-ministro, custa de R\$ 2,6 milhões a R\$ 4,7 milhões, segundo corretores de Salvador. O empreendimento, de 24 andares, incluindo uma cobertura duplex, tem 106 metros de altura e é erguido em uma das áreas mais nobres da capital baiana, na região da Barra.

[Notícias Internet\De olho Caso Geddel ameaça PEC dos gastos - Agência Pública; Posição: 6 - 6]

7.

Kassab diz que PEC 241 “é remédio amargo”, mas necessário

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, afirmou hoje (20), em Salvador, que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que estabelece um teto para os gastos do governo por até 20 anos, “é um projeto duro, mas necessário”. “É um remédio amargo, pelo qual precisa passar a economia brasileira, para que se possa retomar o crescimento do país”, disse Kassab. “Em bases reais, é evidente que, quando existem limitações no Orçamento, todos sabem que não vamos inventar receitas e, efetivamente, vamos gastar o que estiver disponibilizado no Orçamento. Ganha o Brasil com um projeto bom como este”, afirmou.

[Notícias Internet\Kassab diz que PEC 241 “é remédio amargo”, mas necessário Agê; Posição: 1 - 3]

8.

Nesta segunda votação, foram 359 votos a favor, 116 contra e 2 abstenções, um apoio ligeiramente menor em relação à sua aprovação em primeiro turno, no início de outubro, quando a medida recebeu 366 votos a favor, 111 contra e 2 abstenções.

[Notícias Internet\PEC 241 entenda as polêmicas da emenda que limita o gasto públ; Posição: 3 - 3]

9.

PEC do teto dos gastos públicos e reforma da Previdência estão na pauta do encontro 26/09/2016 - 13:00 / Atualizado em 26/09/2016 - 13:12

Michel Temer, presidente Foto: Christopher Goodney / Bloomberg

BRASÍLIA - O presidente Michel Temer fará na noite desta terça-feira a primeira reunião no Palácio do Alvorada depois de efetivado. Ele receberá líderes do Congresso e ministros para defender a proposta de emenda à Constituição (PEC) que freia o crescimento do gasto público, já na Câmara, e a reforma da Previdência, que está em fase final de elaboração pelo governo. Na quarta-feira, o presidente repetirá o encontro pela manhã, em café na residência oficial do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O Planalto já está convidando os líderes para a reunião nesta terça-feira às 20h. O jantar acontecerá 21 dias depois de a ex-presidente Dilma Rousseff deixar o Palácio do Alvorada e se mudar para Porto Alegre. Até então, as reuniões de Temer com líderes aconteciam no Palácio do Jaburu, residência oficial atual, ou no próprio Palácio do Planalto, principalmente antes de anunciar projetos que o governo enviaria ao Congresso.

O café na quarta-feira, na residência de Maia, deve acontecer às 9h. Para os dois encontros, a pauta prioritária será a PEC do teto, segundo assessores do Planalto. A reforma da Previdência também será abordada, já que está perto de ser finalizada. O governo havia anunciado que enviaria a reforma para o Legislativo ainda em setembro, antes do primeiro turno das eleições municipais, que será no próximo domingo, 2 de outubro. Entretanto, ainda há dúvidas no Planalto se a meta será cumprida.

[Notícias Internet\Temer fará reunião no Alvorada para defender medidas econômicas; Posição: 3 - 8]

10.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (Foto: Valter Campanato/Agência Brasil) Em almoço com o presidente Michel Temer, nesta quarta-feira, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso classificou a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita o aumento dos gastos públicos como o primeiro passo para tirar o país da crise. Fernando Henrique disse que o Brasil enfrenta um quadro econômico "degradado" e por isso se mostrou satisfeito com a vitória do governo no Câmara. A reunião entre o ex-presidente e Temer, no Palácio do Jaburu, foi antecipada pela coluna Direto da Fonte, de Sonia Racy. O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes e o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, também participaram do encontro. A avaliação, durante o almoço, foi a de que a aprovação da chamada PEC do Teto em primeiro turno pela Câmara, com 366 votos, é um importante sinal de que o governo tem força para recuperar a economia. A proposta ainda será submetida a uma segunda etapa de votação, no próximo dia 24, e, depois, encaminhada ao Senado.

[Notícias Internet\FHC elogia aprovação da PEC do Teto e diz que economia está 'de; Posição: 9 - 11]

11.

Favorável a PEC 241, o líder do PMDB, Baleia Rossi, discursa contra a admissibilidade dos destaques. A tendência é que os governistas derrubem também essa tentativa da oposição de alterar a proposta.

[Notícias Internet\Resultado da votação da PEC 241 na Câmara Brasil EL PAÍS Br; Posição: 26 - 26]

12.

Artigo: Um jantar regado a interesses políticos escusos
Marcos Sassatelli

O traidor, golpista e usurpador Michel Temer representa um governo marionete, covardemente submisso aos interesses dos detentores do poder econômico e, conseqüentemente, do sistema capitalista neoliberal no Brasil. Ele é um mero repetidor e executor daquilo que os poderosos mandam dizer e fazer. Não tem personalidade própria e age telecomandado.

Em discurso durante jantar oferecido a congressistas no Palácio da Alvorada na noite do dia 16 último, Michel Temer afirmou: "Vivemos uma recessão extremamente preocupante. O primeiro passo é tirar o país da recessão para depois começar o crescimento e depois o emprego. Não vamos ter ilusão que se combata a recessão com medidas doces. Você precisa, muitas vezes, de medidas amargas, e essas medidas visam ao futuro e não ao presente".

Por que são necessárias "medidas amargas", que prejudicam somente os trabalhadores/as, cortando ou limitando seus direitos? Por que as medidas tomadas a favor dos poderosos são sempre "medidas doces"? As "medidas amargas" visam ao futuro de quem? Certamente não é ao futuro dos trabalhadores/as! Quanta hipocrisia! Quanta falsidade!

O referido jantar teve o objetivo de garantir o apoio à PEC 241/55 do Teto dos Gastos no Senado. A primeira votação em plenário está marcada para o dia 29. O segundo turno será no dia 13 de dezembro. O governo precisa de 49 votos dos 81 senadores para aprovar a medida.

[Notícias Internet\Artigo Um jantar regado a interesses políticos escusos Geral; Posição: 1 - 6]

13.

A variável final, a variável que resume essa situação — o Ministro Henrique Meirelles salientou muito corretamente — é a trajetória da dívida pública federal. Nós tínhamos, no fim de 2015, uma dívida de 66% do PIB. Ela já está em 68% do PIB e fechará este ano acima de 70% do PIB

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 24-08-2016 da CESP; Posição: 18 - 18]

14.

eu não quero que a União, com a responsabilidade que tem com o Brasil, chegue ao estado em que está o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Alagoas e os próximos que vão entrar nessa lista.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 12-09-2016 da CESP; Posição: 42 - 42]

15.

No sábado (1º), véspera do primeiro turno da eleição municipal — estou lendo matéria da Folha de S.Paulo —, Temer reuniu-se com empresários em São Paulo e foi informado de que entidades do setor privado publicarão anúncio nos jornais nos próximos dias defendendo a aprovação do teto de gastos.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 8 - 8]

16.

as regras que estão na proposta da LDO são inconstitucionais. Tinham que, primeiro, aprovar a PEC do golpe, para depois aprovarem uma LDO coerente com o congelamento aprovado na PEC. Mas já inverteram: a LDO já está em fase final de votação e está seguindo as regras da Constituição previstas nas mudanças feitas pela PEC do golpe.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 62 - 62]

17.

Deputado Darcísio Perondi, eu quero falar do orgulho que o nosso PMDB sente pela atuação de V.Exa. S.Exa., sim, pode ensinar a esta turma o que é lutar por verba da saúde. V.Exa. pode dar aula para essa turma do que é brigar por verba da saúde.

[Notas Taquigráficas\Com. Especial PEC 241/2016 - CD\Nota Taquigráfica da Reunião de 06-10-2016 da CESP; Posição: 119 - 119]

18.

O Deputado Darcísio Perondi tomou o cuidado de trazer os 15% que seriam da receita corrente líquida de 2020, da Emenda Constitucional nº 86, para 2017. Porém, as despesas com saúde não seguem o mesmo índice de inflação dos demais produtos. Na saúde, sempre temos e podemos melhorar a gestão. Na saúde, sempre a inflação é muito maior, por isso temos inclusive o IPCA da saúde para corrigir medicamentos e planos de saúde.

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 248 Plenário CD; Posição: 24 - 24]

19.

SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, numa atitude inédita na história recente do Brasil, o Presidente da República reuniu previamente a base aliada, para apresentar as razões da proposta de emenda à Constituição que estamos apreciando agora.

O Presidente Michel Temer mostrou o respeito que tem pelo Poder Legislativo e pelos Parlamentares que, nas duas Casas do Congresso, formam a base de sustentação do Governo.

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD; Posição: 50 - 50]

20.

Quem quebrou o interstício para pôr a matéria na pauta foi o Governo. Agora, o Líder do Governo pede para retirar a matéria da pauta, articulando a rejeição do requerimento, para impedir que os nossos requerimentos sejam votados, até porque, quando se vota que vai ser tudo nominal, obviamente, será mais ágil.

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 10-10-2016 Sessão 250 Plenário CD; Posição: 111 - 111]

21.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem a Direita realizou outro jantar milionário para aprovar o desmonte econômico, social e político que representa a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016.

O mundo político está virando um ambiente de troca de favores. O Presidente da Câmara dos Deputados, junto com o Presidente ilegítimo da República, deu de comer aos afortunados da política, enquanto o povo sofre um golpe na educação, na saúde, na economia, nas escolas, na infraestrutura. Sofrem as famílias deste País. Indiretamente, esse jantar foi para recrutar aliados para votar o desmonte que a PEC 241/16 representa

[Notas Taquigráficas\Plenário da Câmara dos Deputados\Nota Taquigráfica 25-10-2016 Sessão 275 Plenário CD; Posição: 5 - 5]

22.

Senador Lasier, é a quarta vez que o Governo deixa de comparecer a uma comissão para debater o assunto que hoje é o mais importante do País

[Notas Taquigráficas\Com. de Assuntos Econômicos - SF\Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado; Posição: 12 - 12]

23.

Recebi no meu gabinete ontem um luxuoso trabalho de 26 páginas do Ministro Meirelles, em que ele explica como a PEC 241 (PEC 55, no Senado) vai resolver os problemas do Brasil. E eu, com a minha equipe de gabinete, ontem, desenvolvi alguns raciocínios sobre o que apresenta o Meirelles, que é o que eu apresentarei a vocês a partir de agora. O Ministro Meirelles mandou ao Congresso uma peça de ficção: 26 páginas artisticamente encadernadas, com um longo anexo de perguntas e respostas, a fim de explicar a PEC do Fim do Mundo.

ROBERTO REQUIÃO (Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado)

[Notas Taquigráficas\Com. de Assuntos Econômicos - SF\Nota Taquigráfica CAE 3-11-2016 Senado; Posição: 15 - 15]

24.

E por que essa PEC 55? Na verdade, os malefícios dessa PEC talvez sejam equivalentes ou até superiores – porque vão atingir quem trabalha, quem é trabalhador e quem não trabalha mais, quem já está jubilado – do que talvez essa tão decantada reforma da Previdência, a reforma trabalhista, que nós discutimos, discutimos...

Essa não se discutiu com ninguém. E, quando menos se esperava ela está aqui, passa na Câmara e está aqui no Senado com os encaminhamentos de avançar.

[Notas Taquigráficas\Com. de Direitos Humanos e Leg. Participativa - SF\Nota Taquigráfica CDH 07-11-2016 - tarde; Posição: 8 - 8]

25.

Foram convidados para esse debate a Prof^a Esther Dweck, professora licenciada da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o presidente do Conselho Federal de Economia, Dr. Miragaya, assim como a Sr^a Esther Dweck; e também um representante do Ministério da Fazenda do Governo brasileiro, o qual aqui debateria e exporia as razões do Governo para o envio dessa proposta de emenda à Constituição.

Infelizmente, num desrespeito não só ao Senado Federal, mas a todo o povo brasileiro, numa atitude que demonstra desdém, mais uma vez, pela quarta vez seguida, Senador Requião, o Governo do Sr. Michel Temer não manda representante para debater essa matéria

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 03-11-2016 Senado - Discursos Vaness; Posição: 8 - 8]

26.

E vejam os senhores e as senhoras: a Comissão de Constituição e Justiça é a única comissão pela qual passará para análise essa PEC 55. Não aceitaram três audiências públicas, não aceitaram duas audiências públicas, mas apenas uma. É lamentável.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 03-11-2016 Senado - Discursos Vaness; Posição: 8 - 8]

27.

Eu ontem participei, como outros Senadores, de uma reunião no Palácio da Alvorada. E, naquela oportunidade, tivemos o prazer de ouvir uma palestra de um grande economista, que pintou o quadro deste País, que assusta a qualquer pessoa. E nós precisamos tomar uma decisão que realmente vai ser dolorosa, mas necessária, sob pena de naufragarmos todos

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 17-11-2016 Senado; Posição: 41 - 41]

28.

Fato incontroverso, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, é que necessitamos de uma saída para a enrascada em que se meteram as contas públicas de nosso País. Para quem ainda não se convenceu da premência das medidas a serem tomadas e que estão, em sua grande maioria, contempladas na PEC nº 55, basta lembrar que, entre 1997 e 2015, o orçamento do Governo cresceu 864%, tendo como consequência um déficit primário de R\$170 bilhões, como todos sabem, o maior já registrado no Brasil.

[Notas Taquigráficas\Plenário do Senado Federal\Nota Taquigráfica Plenário 22-11-2016 Senado; Posição: 2 - 2]

29.

Tollini: eu acho que sim, eu acho que ele eu acho que ele comprou a ideia.

30:10 - 30:43 - De governo né que é o governo que estava defendendo essa Pec e eu acredito que ele deu uma autonomia Grande para Henrique Meirelles e deve ter visto então. Esse aspecto aí realmente ele.

30:44 - 31:44 - Comprou a ideia e foi parte do processo de aprovação tanto que depois passou a ser uma das principais medidas do governo dele, né? Ele sempre fala no governo dele, ele sempre ressalta que a proposta de gastos e tal então eu acho que é inegável que no presente estivesse convencido de que era uma medida muito importante não só para vender mas para o país né

[Entrevistas\Entrevista de Helio Martins Tollini; Posição: 55 - 57]

30.

Michel tem na época acabado de subir naquela confusão ainda não tinha saído das confusões depois de um ministério público, mas aquele momento que ele tinha acabado de assumir, ele tava se articulando dentro do congresso operou e foi um grande articulador para ele por ser do mesmo partido e tal e ele foi escolhido como relator antes de chegar a PEC aqui

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 17 - 17]

31.

não sei se percebe tinha uma pauta que vinha de ter um teto junto com uma reforma da Previdência não tava descasado você pega todos os discursos aqui na do Perondi até do Diogo Oliveira como Ministro já vindo falar da reforma do teto ele funcionava já aprovação da Previdência que era uma condição seria com a mão para a gente equilibrar as contas e o que aconteceu posteriormente assim tudo foi embranhado sabe foi tudo bem. E foi o trabalho intenso falando daqui particularmente da Consultoria daqui junto da equipe Econômica em várias faltas desse tipo com essa da Previdência começa do teto depois de achar uma integração das Velhas fiscais depois de uma técnica.

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 89 - 89]

32.

eu, o Marcos Mendes, o Mansueto, eu, a gente reunia bancada por bancada de partidos fazendo uma explicação do que que era o teto de gastos justificava o teto

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 104 - 104]

33.

vender-se muito bem que era uma questão de prioridade veio essa história que caberia o congresso definir que a gente é desvincular recursos que a gente fazer a reforma previdência para empoderar o congresso gastar se pegar os alvos

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 108 - 108]

34.

da PEC do NRF então nessa época a gente montou esse grupo era eu, o Mansueto e o Marcos Mendes e mais o relator e a gente fazia reuniões com cada bancada e cada partido político nas lideranças de cada partido e ia lá tipo uma apresentaçãozinha... eu falava um pouco o Marcos tinha uma integração da nossa fala e mais o relator logo político, mas a gente tava lá dava suporte técnico.

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 109 - 109]

35.

E esse modelo também teve um grande efeito na época até o próprio Meireles, por exemplo, Michel Temer elogiou muito e aí a gente montou, além dessa estratégia, essa sugestão que nós demos na época de junto à mídia. Aí eles fizeram um trabalho junto à mídia. Esse mesmo modelo repercutiu também na reforma da previdência, de trazer a mídia, a importância de ter o teto do gasto... pode ver na imprensa saía muitas matérias favoráveis ao teto e depois a reforma da Previdência também, se você tiver o cuidado de pesquisar. E aí então junto que nós fizemos antes dele virar relator. Eu e o Wagner, nós fizemos um cronograma de viabilidade de aprovação da PEC na câmara no Senado e ele foi cumprido muito próximo daquele que a gente tratou nós fizemos um planejamento de fazer reuniões com lideranças partidárias e por trás o PMDB e fazer uma campanha junto a mídia explicando a importância então montou-se uma estratégia aqui antes da PEC chegar de como a gente ia dar um tratamento político e depois esse modelo foi reproduzido na reforma da Previdência

[Entrevistas\Entrevista de Ricardo Alberto Volpe; Posição: 110 - 110]

36.

É, a vantagem era de uma previsibilidade... isso, o objetivo era voltar a ter 29:49 - 30:49 - Uma uma posição fiscal saudável, né? Que aquilo é de uma restrição forte ruim, mas necessária porque nós estávamos caminhando para um déficit sem controle que só estava muito frágil você ter só a meta LDO podendo ser alterada durante o ano dependendo do que o governo quisesse então o objetivo principal era Olha tudo bem. A gente tá ruim agora

quando a gente vai fazer uma uma regra que é forte que a gente vê como necessário sabendo que o a gente está fazendo sacrifício para melhorar no futuro, então havia toda um contexto de que continuar como está não dá.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 59 - 60]

37.

com o próprio judiciário... é muito preocupado se ele ia ficar sem sem espaço, né? Para para ser ficar apertado, né? Vamos ver o que que vai acontecer comigo. É porque ele não tinha domínio ali ia ficar reboque do executivo... tanto é que os cinco primeiros anos vão ser cinco ou três, né de ajuste e sim você pode aí passar um pouquinho porque já esqueci do Judiciário foi foi uma ação importante deles no sentido de ter receio. Eu tô vendo aqui com várias coisas para gastar, então tá então nesse período a gente assume aí o seu o seu Extra até que você se organize.

[Entrevistas\Entrevista de Ana Cláudia Castro Silva Borges; Posição: 71 - 71]

38.

Então a percepção foi essa que tinha que ser o IPCA então o Executivo não topou de jeito nenhum alguma correção acima do IPCA

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 57 - 57]

39.

E aí o governo não mede forças, inclusive os técnicos lá, né? Eu vi o Mansueto e o 35:10 - 35:19 - E o Mendes conversando com um montão de parlamentares, né? Tentando mostrar né as vantagens, né? Que teria essa regra fiscal.

35:20 - 35:37 - Mas eu acho que o que determinou mesmo foi empenho do governo e provavelmente ele deve ter liberado muita emenda para conseguir os votos, né?

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 135 - 137]

40.

quando o temer foi... caiu a Dilma, o Temer reuniu lá muito político lá no Planalto. Ele tava com muita força.

[Entrevistas\Entrevista de Eugênio Greggianin; Posição: 138 - 138]

41.

o teto de gastos era apenas uma peça de um novo regime fiscal

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 8 - 8]

42.

Tava num momento de crise de credibilidade muito forte uma percepção de que tinha havido uma piora significativa das contas públicas.

10:10 - 10:19 - E que isso tava causando uma recessão... o Brasil tinha perdido o grau de investimento. Se for uma coisa simbólica, né?

10:23 - 11:22 - E ao mesmo tempo a coalisão que assumiu o poder teve uma capacidade de articulação política muito forte, né? Então tinha uma uma capacidade de coordenação dentro da casa civil e da secretaria de governo com as lideranças partidárias e uma capacidade muito grande de colocar a pauta e as prioridades do executivo

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 18 - 20]

43.

Houve um esforço de divisão de poder né? Então partidos assumiram o mistérios e se sentiram parte do governo.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 21 - 21]

44.

De modo que foi possível ter essa Coesão e algumas coisas que parecem simples e boba mas que fazem muita diferença no dia a dia como por exemplo dar protagonismo aos parlamentares então o relator da matéria recebeu carta branca para falar e buscar e fazer negociação e associar a imagem dele com a imagem da PEC

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 23 - 23]

45.

então não suscitou uma primeira reação organizada de grupos específico teve no caso da Saúde, porque o teto mudava a indexação da Saúde, mas a gente fez muito debate muita explicação. E no fim se negociou um aumento do gasto da Saúde inicial em troca da mudança do indexador.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 25 - 25]

46.

Isso não é uma coisa simples, né? Não é simplesmente chegar lá e compra o apoio com emenda, né? Participei de várias reuniões em que o Presidente da República botava todos os líderes partidários lá 30 e ouvia todo mundo escutava todo mundo dava voz eram longas reuniões que se tinha paciência e construir os consensos e construía a sensação de participação de pertencimento, né para um político ter espaço de falar uma reunião com o Presidente da República é muito representa muita coisa, ele volta lá para o eleitorado dele, fala que participou da reunião tira foto... Gera aquele respaldo, né?

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 32 - 32]

47.

por outro lado na primeira versão já vinham várias mudanças.

20:31 - 21:02 - De reformas fiscais efetivas, né? Tinha lá uma proposta de extinção do abono salarial tinha se eu não me engano reforma do seguro-desemprego reforma do benefício de prestação continuada uma série de coisas que a área política do governo vetou falou a gente não consegue entregar o pacote inteiro, vamos fazer o pacote de colocar o limite, depois a gente tenta viabilizar essa reformas.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 37 - 38]

48.

Ele deu muita autonomia em geral. O presidente estava assim, você tinha uma conversa Inicial explicando a ideia a área política dava os limites. A gente pode ir até aqui mais do que isso a gente não consegue aprovar uma vez tendo o limites definidos.

23:49 - 24:39 - Você tocava. Tecnicamente o ministro tocava e as conversas aconteciam com a casa civil e com o congresso basicamente.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 46 - 47]

49.

Não vejo assim ator fundamental, eu vejo um trabalho cooperativo em que cada um teve a sua parte, né? Em que houve um trabalho de equipe então desde o presidente chancelando me

dando o de acordo vai em frente até a prioridade dentro do Ministério da Economia. O quase consenso entre os técnicos da área fiscal tanto Legislativo quanto do Executivo de que era preciso reorganizar o processo. Tudo isso foi se somando, você teve alguns atores que atrapalharam o processo. Então, por exemplo, o próprio presidente da Comissão, ele muitas vezes dificultou o processo, talvez estivesse gostando e aparecendo na televisão, gostando do protagonismo... estendia as audiências públicas, marcava mais reuniões.

As coisas, os consensos já tinham sido obtidos e ele continuava insistindo. Mas por outro lado você tinha um relator super incisivo, que não deixava brecha para protelações.

Então, eu não diria que teve um ator fundamental, eu diria que teve uma coesão, que gerou um bom resultado, uma coordenação de líderes partidários com presidente com a coordenação política com o Ministério da Economia.

[Entrevistas\Entrevista de Marcos José Mendes; Posição: 82 - 84]

50.

Então é foi o caso um ano um pouco, mas ele tinha uma pauta de reformas extremamente ambiciosa e ela era toda concatenada.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 59 - 59]

51.

eu acho que é fundamental importante é que a liderança política do Temer principalmente e a Casa Civil com o

36:48 - 37:22 - É um personagem importante Eliseu Padilha com Eliseu já estavam Claro definido que tinha de fazer coisas e algumas coisas eram dolorosas e dolorosa no sentido disso que você tá dizendo que ia enfrentar interesses.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 63 - 64]

52.

Aí decisão da política mandatária assim do presidente Eu Posso até imaginar o seguinte.

Talvez ele não tenha

40:14 - 40:50 - a dimensão do que tava escrito na emenda constitucional, mas que ele sabia a necessidade de fazer sabia e que era preciso fazer aquilo pelo pelo estado que a coisa tava tava se configurando agora ela, o teto, muita gente fala reclama fala não mas é era completamente inviável vocês não sabiam? Olha, ele tinha um pressuposto que nunca foi explicitado do jeito que eu vou te falar aqui que vai falar da Previdência era para ter sido aprovada em 2017, não foi por causa do Joesley Day.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 76 - 77]

53.

quando a direção política assume a paternidade da coisa essa coisa fica mais fácil de ser vendida ou negociada

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 80 - 80]

54.

Que eu me recorde num jantar na no Palácio da Alvorada que o presidente chamou toda a base e não sei quantos parlamentares... foi no domingo. E aí o Marcos Mendes foi fazer exposição ainda conceitual, não sei se já tá tinha um texto, mas não sei se chegou ali a discutir o texto... aí nessa nessas oportunidades também ia o Mansueto que era cara comunicador de primeira mão, né? Tinha interlocução..

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 81 - 81]

55.

Isso é muito importante não aparece mesmo, mas foi de fundamental importância não foi 100%, porque teve aquela uns vazamentos, mas é, mas foi de fundamental importância para manter de pé tudo aquilo que ele estava fazendo até que o TCU validou tudo.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 158 - 158]

56.

era tudo combinado era tudo antes de discutir na imprensa a gente discutia entre a gente. Olha, vamos por aqui... No judiciário. Eu não me recordo se tem se houve conversa, mas o Meirelles ia muito conversar com Supremo. O Dyogo também me parece que ia, mas todas as conversas que a gente tinha com o judiciário a gente. Primeiro no meu nível, tá? Eu conversava com o Conselho Nacional... Conselho de Justiça Federal para mim era um órgão muito importante.

[Entrevistas\Entrevista de Geraldo Julião Júnior; Posição: 158 - 158]

57.

tinha outra outra coisa interessante, porque isso foi coordenado também que era o seguinte o teto ele tinha uma certa artimanha na elaboração que era o seguinte não é que ele sempre foi viável. Se fizesse a reforma a lógica dele foi assim e a estrutura que foi colocada na apresentação era essa que ele ia ser que ele era viável, ele era viável... se tivesse reforma. Você tinha que controlar a Previdência. Você tinha que ter alguma reforma administrativa. Você tinha que ter algumas coisas algumas reformas até
08:40 - 09:40 - Algumas coisas um pouco mais profundas e o teto meio que condicionava como ele era uma coisa der um pouco a arma na cabeça ou a gente todo o político e o técnico se apropria e faz alguma as reformas que tem que fazer ou teto fica inviável

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 19 - 20]

58.

Mas ela foi uma alternativa que começou a ser traçada.

18:34 - 19:33 - E você teve um pessoa por trás por Meireles botou né? Por trás e aí você tinha naquele caso daquele governo uma máquina política mais bem organizada, né? E tinha né? Você tinha o Elizeu Padilha, você tinha o próprio Michel Temer, você tinha uma máquina política que sabia dialogar mais com uma facilidade muito grande. Deu os contatos para uma área técnica, que querendo ou não o ministério ele é técnico, mas ele é tem muita essa coisa política também, né? Querendo ou não.. e botou gente que sabia operar dentro do congresso. Tem isso também o próprio Marcos é o caso claro, é um cara que sabe operar dentro do congresso, sabe? Como é que funciona ali, o que que tem que falar com sabia isso também então você tinha um E você teve também essa estrutura de poder dentro do executivo que isso sabia dialogar lá no congresso e bancou mesmo sem ter todas as noções da ideia.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 42 - 43]

59.

Porque foi um projeto que na verdade foi feito a várias mãos ele antes de ser encaminhado, oficialmente ele foi discutido a exaustão com vários atores dentro do parlamento, né? Primeiro coisa foi feita com os atores técnicos, né? Foi muito discutido com as consultorias. E aí tem uma diferença de quando é o Executivo que apresenta um projeto parlamentar e quando eu consultor que já ouviu do executivo. Fala porra, tem um pouco diferente. Acho que tira um pouco.

Assim essa lógica tira um pouco da política do meio porque teve algum filtro. Então o fato de ter sido discutido muito e nessas discussões técnicas foram muitas vezes e foram com os Consultores com depois assessores dos parlamentares principais que estavam envolvidos no

projeto e com parlamentares também relator etc que ia ser né? E conversar isso. E aí como quando ele relator essa já conversa com os outros também, né? Já conversa antes.

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 110 - 111]

60.

dos mecanismos que foram usados historicamente por vários presidentes para passar pelo congresso, talvez foi o mais que foi mais por causa das pessoas do que do que por causa de outros mecanismos, né? Eu acho que tinha uma boa vontade do congresso por ter um dos seus no Executivo, tinha um pouco isso

[Entrevistas\Entrevista de George Alberto de Aguiar Soares; Posição: 113 - 113]

61.

Houve terrorismo também.

Terrorismo determinado até pela cassação da presidente Dilma.

Que teve como raiz formal legal desequilíbrio fiscal. No mais, o amadurecimento da sociedade também contribuiu.

[Entrevistas\Entrevista de Esperidião Amin; Posição: 54 - 56]

62.

essa regra foi adotada o contexto foi esse, eu acho que houve um grande apoio não porque o congresso ativamente teria ficado mais fiscalmente responsável. Mas por que a ideia de um teto que só seria binding depois de três ou quatro anos era relativamente fácil de ser comprada... quer dizer ninguém estava ali se comprometendo com ajuste para o dia seguinte era um ajuste, que dado como o Mansueto Almeida fez na época de jogar despesa de 2016 para cima e elevar a base e permitir que você tivesse um certo tempo para que o teto exercesse de fato fosse binding de exercer seu o seu papel que foi o que aconteceu.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 16 - 16]

63.

um papel fundamental do próprio Presidente da República da época o Michel Temer porque ele comprou aquilo aquela tese e defendia no discurso, então eu faço um paralelo mutatis mutantes com o que o FHC fez com a lei de responsabilidade fiscal

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 47 - 47]

64.

Eu acho muito importante porque o modelo de governança política o presencialismo de colisão no Brasil e o Sérgio Abranches, mostrou isso lá atrás ele Depende muito da figura do presidente ou da presidente quando o presidente tem uma agenda ele é o agenda setter, não é o presidente do congresso.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 49 - 49]

65.

Eu me lembro que o economista José Márcio Camargo vivia aqui em Brasília para dar aula sobre o teto de gastos e as contas públicas a convite do Rodrigo Maia que é a terceira figura que eu mencionaria

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 51 - 51]

66.

Um quadro em que a dívida já estava crescendo há alguns anos e também o déficit primário persistente. Então eu acho que houve sim também ali um diagnóstico mais ou menos consensual do que precisava ver alguma resposta então por exemplo o Senado respondeu com a criação da IFF o próprio Senado e a Câmara apoiaram o teto de gastos, houve uma grande cerimônia de promulgação da emenda da 95.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 54 - 54]

67.

e tinha esse segundo grupo de especialistas que colocavam questões de ponto de vista tem mas que aí sim o governo da época não estava disposto a dialogar. Ele queria aprovar.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 71 - 71]

68.

Ali era um governo Fortíssimo, né? Porque era impopular mas tinha uma articulação com o congresso que era de fato excepcional.

[Entrevistas\Entrevista de Felipe Scudeler Salto; Posição: 81 - 81]

69.

Então eu acho que a ideia de que era uma coisa simples.

20:11 - 20:30 - que não ia prejudicar ninguém viabilizou e aí tem que ver a competência do temer, né de as da articulação política do temer, aliás, eu acho que o governo temer se você olhar por esse lado ele

20:31 - 20:50 - Fez teve vitórias incríveis

[Entrevistas\Entrevista de Francisco Lafaiete de Pádua Lopes; Posição: 105 - 107]

70.

eu era líder do governo Michel.

13:02 - 13:12 - Numa reunião de líderes de vice-líderes do governo Michel tava na pauta o teto dos gastos e casualmente.

13:15 - 13:18 - O nosso líder de bancada era o Baleia.

13:20 - 13:21 - E eu disse para o Baleia baixinho.

13:24 - 13:32 - O André Moro é nosso Líder. Baleia, eu quero ser relator do teto dos gastos.

13:33 - 13:37 - O Baleia levou um susto eu não tinha conversado com ele.

13:39 - 13:40 - Aí ele olhou para mim.

13:41 - 13:46 - Fechado olhou para o André Moura no intervalo assim.

13:48 - 13:51 - Por onde o meu nome é o nome do governo?

13:52 - 13:57 - Para tetos e o André Moura eu topo.

13:59 - 14:08 - então ali eu sei nomeado o Rodrigo Maia tinha um outro nome lá o outro tinha outro nome mas

14:10 - 14:20 - Eu acho quando o meu nome foi levado para o Michel. O Michel disse que eu tinha que ser eu acho tá ali tava pelo Michel.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 64 - 75]

71.

Eu assumi primeiro porque eu gostava. E por que que precisavam a razão da pergunta não é? São assim, por que que eu tomei essa decisão? Acho que é importante para quem para quem lê a tua tese depois né? O que que eu assumi de médico então assumi porque eu vim sem conhecimento de Economia para cá e comecei a economia e a minha cabeça foi mudando né?

15:35 - 15:38 - foi mudando e

15:40 - 15:59 - aí eu resolvi ter esse desafio. Eu sabia que teria confiança do governo, né? Eu também poderia ter essas condições.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 82 - 84]

72.

E teve um detalhe pessoal, não sei se devo contar em agosto e eu eu fui diagnosticado um câncer de próstata.

25:39 - 25:41 - E aí eu

25:44 - 25:46 - que não é bom para ninguém, né?

25:49 - 26:15 - Que bom que o senhor também em uma semana e uma semana fiz diagnóstico e uma semana que vai ser o tratamento e durante a luta do eu não falei para os Consultores, né É óbvio emagreci, perdi um pouco de cabelo que é amarelo e só comuniquei para o Presidente da República.

26:25 - 26:34 - Eu conversei com meu médico, ele disse olha enquanto você conseguir ter saúde para tocar isso toca, porque vai te ajudar.

26:35 - 26:49 - Vai te ajudar enquanto não puder mais me avisa que daí não daí vai ter Vai parar. Então eu disse para o Michelle Michel. Tá bom quando puder toca não é.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 135 - 140]

73.

eu não participei da elaboração da proposta, né? Eu vi a proposta quando virei relator quando chegou na Câmara, né?

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 161 - 161]

74.

os Consultores livres para informar o que dava para informar eu não tinha ciúme nenhum sabe trabalhamos os líderes de bancada, as bancadas reuniões com cada cada bancada, reunião com os assessores das bancadas.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 195 - 195]

75.

Eu acho ator principal tem.

- - o Michel Temer

- - Ele foi o homem das reformas.

- - Surpreendeu o Brasil e o mundo.

- - Quando um presidente quer a reforma sai.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 314 - 318]

76.

enchia de Deputado lá no Alvorada, nunca foi feito isso dá um jantar e botava a turma lá e ficava os melhores cabeções que nós tínhamos no Brasil para falar, né?

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 333 - 333]

77.

O Rodrigo Maia foi um escudo das reformas.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 337 - 337]

78.

os líderes Conseguiram manter as suas bancadas

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 342 - 342]

79.

O Diogo o ministro Diogo foi muito corajoso, o Meireles também o Mansueto não fugiu do pau sabe? lá na Câmara os líderes já te falei.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 358 - 358]

80.

O deputado Danilo ele foi relator na ccjc e presidente da comissão especial e o Danilo foi muito firme.

- - Eu tava pesquisando Danilo, pelo amor de Deus. O Danilo foi nem sei se ele advogado daí ele foi muito fino, eu convivo com igual a eu precisamos reformar o estado diminuiu o gasto.

[Entrevistas\Entrevista de Darcísio Perondi; Posição: 360 - 361]

81.

todo Governo tem a chave do cofre para persuadir parlamentares, de uma forma ou de outra. Nesse sentido, o início do Governo Temer foi de composição com as bancadas representativas no Congresso Nacional, e daí surgem distribuição de cargos em Ministérios e outros órgãos. O próprio presidente, na ocasião, fazia discursos em rádios e tvs, convidava para jantares e para reuniões com aliados.

[Entrevistas\Entrevista de Vanessa Grazziotin; Posição: 22 - 23]

82.

No Executivo, acho que dois atores foram principais: o próprio presidente Temer e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Henrique era e é homem de confiança do mercado e com o seu aval os parlamentares da base aliada foram conduzidos a aprovação. O presidente Temer fazia, como já disse, encontros de todos os tipos para agradar os parlamentares que apoiavam o Governo e distribuía cargos e outras vantagens.

No Legislativo, mais precisamente na Câmara de Deputados penso que Rodrigo Maia foi um ator importante para a aprovação do Teto de Gastos, além claro de outras lideranças.

Fora do Governo, a mídia conservadora e o grande empresariado foram os atores que fizeram passar para a população de que a aprovação do NRF seria a solução para todos os nossos problemas econômicos.

[Entrevistas\Entrevista de Vanessa Grazziotin; Posição: 26 - 28]

83.

Eu lembro que ele constituiu a comissão para discutir a PEC que deu origem a emenda constitucional 95 numa quinta-feira, eu acho, na sexta-feira que não tinha nem parlamentar aqui. Eles se organizaram e deram a maioria a parte deles e só tinha eu, porque como sou de Brasília, eu fui direto para essa... para tentar ou destruir para que não ficasse um passeio numa praia tropical. Mas de verdade eles fizeram isso um dia com poucos parlamentares. Mostrando aí eles já sinalizaram que eles iam querer dar essa resposta, né? Pagar conta é que estavam devendo ao próprio mercado e que fariam isso aí começaram a ter sessão de segunda a sexta. Então organizando os parlamentares para dar quórum de 51 parlamentares para poder as sessões plenárias de segunda a sexta para acelerar o processo e fizeram tudo isso que foi o processo extremamente rápido de aprovação.

[Entrevistas\Entrevista de Érika Kokay; Posição: 31 - 31]

84.

não tem nenhum país no mundo que tem resolvido que tenha saído da da esfera de de atrasos de desemprego sem ter investido em políticas públicas em educação e políticas industriais em políticas é desenvolvimento Nacional não tem política e desenvolvimento Nacional, não tem então por isso é os parlamentares penso eu se sentiram confortáveis numa crise no crescimento de uma oposição muito grande ao próprio governo que estava posto e com as foi esperto o governo temer porque foi muito rápido

[Entrevistas\Entrevista de Érika Kokay; Posição: 39 - 39]

85.

Foi fruto de um diálogo, viu? Você sabe que eu tenho um diálogo muito fértil com os colegas parlamentares. Afinal, fui três vezes presidente da CD. Então meu contato com os parlamentares é muito fácil, né? E no diálogo o convencimento. É claro que eu reuni os líderes. E sobre reunir os líderes, reunimos às vezes bancadas de deputados e senadores dizendo da indispensabilidade de promover uma Emenda Constitucional dessa natureza.

[Entrevistas\Entrevista de Michel Temer; Posição: 8 - 8]

86.

ministro da Fazenda Henrique Meirelles espera que a proposta sem emenda à constituição seja aprovada pelo congresso ainda este ano o Palácio do Planalto considera a medida fundamental para conter a crise econômica e o assunto da reunião foi a proposta de emenda à constituição que limita os gastos públicos federais considerada prioritária pelo governo para o controle da economia do país pela proposta os gastos federais passariam a ter como teto os gastos do ano anterior

[Youtube\Câmara dos Deputados\Comissão especial da PEC sobre teto para gastos públicos se reú; Posição: 11 - 14]

87.

emenda à constituição o texto principal ficou de acordo com que o governo michel temer defende e acha que é prioridade aqui no congresso ele foi aprovado por 359 votos a favor e 116 contra

[Youtube\Câmara dos Deputados\Câmara aprova PEC do Teto de Gastos em segundo turno; Posição: 64 - 68]

88.

a oposição fez seis destaques ou seja pedidos para que trechos fossem separar botado separadamente na tentativa de alterar o teor da proposta no entanto todos esses destaques acabaram sendo derrotados

[Youtube\Câmara dos Deputados\Câmara aprova PEC do Teto de Gastos em segundo turno; Posição: 68 - 74]

89.

o governo articula em busca de apoio para aprovar aqui no congresso a proposta de emenda à constituição que limita os gastos públicos nesta quarta-feira as negociações começaram com um café da manhã à residência oficial do presidente da câmara deputado rodrigo maia

[Youtube\Câmara dos Deputados\Câmara com Notícia - 06102016; Posição: 23 - 25]

90.

Rodrigo Maia e Henrique Meirelles se reuniram em café da manhã na casa do presidente da Câmara.

[Youtube\Câmara dos Deputados\Câmara e Ministério da Fazenda acertam prioridade para votar PE; Posição: 3 - 3]

91.

Henrique Meirelles participou de reunião com deputados da comissão especial da PEC sobre novo regime fiscal

[Youtube\Câmara dos Deputados\Excesso de gastos foi origem da crise, diz Ministro da Fazenda; Posição: 3 - 3]

92.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, voltou a defender, em entrevista coletiva concedida nesta quinta-feira (20), a aprovação da proposta de emenda à Constituição que limita os gastos públicos por 20 anos.

[Youtube\Câmara dos Deputados\PEC do Teto dos Gastos Públicos deve ser votada na terça; Maia; Posição: 3 - 3]

93.

a entrega da pec foi feita pessoalmente pelo presidente da câmara rodrigo maia o ao presidente do senado renan calheiros acompanhado do relator da proposta deputado darcísio perondi e de outros parlamentares da base de apoio ao governo

[Youtube\Câmara dos Deputados\PEC que limita gastos públicos já está no Senado e deve ser pro; Posição: 17 - 23]

94.

Plenário dispensa intervalo regimental para acelerar votação da PEC do Teto de Gastos

[Youtube\Câmara dos Deputados\Plenário dispensa intervalo regimental para acelerar votação da; Posição: 1 - 1]

95.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, se reuniu, nesta quarta-feira, com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Em entrevista após a reunião, eles defendem a aprovação da PEC que cria um teto para os gastos públicos.

[Youtube\Câmara dos Deputados\Presidente da Câmara e ministro da Fazenda defendem teto para g; Posição: 3 - 3]

96.

os planos do governo são então aprovar esse projeto na comissão especial ainda hoje e levar o projeto a plenário entre segunda e terça feira da semana que vem em votação em primeiro turno antes disso o presidente michel temer planeja se reunir com líderes da câmara e do senado durante o final de semana aqui em Brasília

[Youtube\Câmara dos Deputados\Rodrigo Maia rebate críticas da oposição à PEC do Teto de Gasto; Posição: 79 - 87]

97.

rodrigo maia entregou a fé que ao senador renan calheiros próprio governo será o legado daqui pra frente a escolha prioridade a melhorar a produtividade de seus serviços atender melhor e isso é o que está por detrás dessa pec logo em seguida o presidente do senado foi ao plenário e leu a proposta de emenda à constituição renan calheiros confirmou o calendário de votação da pec e indicou quem deve ser o relator com data para a votação da pec em primeiro turno pelo plenário do senado federal no dia 29 e em segundo turno no dia 13 de dezembro há pouco conversava com o senador José Maranhão que é o presidente da comissão de constituição de justiça e ele me dizia da sua disposição de indicar o senador Eunício Oliveira como relator da matéria

[Youtube\Senado Federal\PEC dos gastos públicos chega ao Senado; Posição: 9 - 29]

98.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comemorou a aprovação em primeiro turno da PEC 241, que limita os gastos públicos, pela Câmara dos Deputados nesta segunda-feira (10)

[Youtube\Senado Federal\Renan se empenhará para garantir votação da PEC dos Gastos até; Posição: 3 - 3]

99.

a pec 241 ela não corta despesa ela simplesmente controla o crescimento da despesa é um ajuste fiscal muito diferente do que foi feito

em grécia do que foi feito na espanha do que foi feito na irlanda que tiveram um corte efetivo de despesas tiveram um corte no valor de aposentadorias isso não acontecerá no brasil o ajuste fiscal é só controlar o crescimento da despesa mas se não houver consenso pra isso e também se não quiser aumentar a carga tributária aí a saída vai ser mais inflação e ninguém quer voltar à situação dos anos 80 quando o país a inflação alta para equilibrar suas contas

[Youtube\Senado Federal\Secretário do Ministério da Fazenda defende proposta de ajuste; Posição: 232 - 249]

100.

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite desta segunda-feira (10), em primeiro turno, a PEC 241, que estabelece um teto de gastos públicos. Foram 366 votos a favor, 111 contra e 2 abstenções. Eram necessários no mínimo 308 votos favoráveis.

Em declaração à imprensa, o porta-voz da Presidência da República, Alexandre Parola, destacou a "vitória maiúscula" na Câmara. Comunicou que o presidente Michel Temer "reafirma sua confiança em que a partir do entendimento da construção de consensos e da negociação democrática o Brasil vai se reencontrando com sua vocação de prosperidade e de justiça social."

O projeto agora será analisado em segundo turno no plenário da Câmara e precisará ser aprovado por pelo menos 308 votos para, então, seguir para análise do Senado.

[Youtube\Planalto\Aprovação da PEC 241 é vitória maiúscula, diz porta-voz do gove; Posição: 3 - 5]

101.

O presidente Michel Temer se reuniu, nesta quarta-feira (26), com deputados no Palácio do Planalto. Eles demonstram apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que limita gastos públicos. Para eles, a medida é necessária e dá credibilidade para retomada dos investimentos.

O deputado Marcelo Matos (PHS-RJ) veio ao Palácio do Planalto parabenizar o presidente Michel Temer pelas últimas conquistas. De acordo com ele, as medidas tomadas para reorganizar as contas do públicas foram iniciativas urgentes. Para Matos, sem a PEC 241, o futuro econômico do Brasil seria bem pior.

Dep. Marcelo Matos (PHS-RJ)

[Youtube\Planalto\Deputados apoiam proposta de limite de gastos; Posição: 3 - 5]

102.

Deputados da base aliada do governo se reuniram para um jantar com o presidente Michel Temer, no Palácio da Alvorada. No encontro, os parlamentares demonstraram apoio e

disposição em aprovar a proposta que cria um limite para a expansão dos gastos públicos.

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), líder do PP, disse ter convicção na aprovação da PEC e que o jantar foi, além de trabalho, um momento de celebrar a união da base aliada. “Temos o nosso presidente Michel Temer abrindo as portas do Alvorada. Muitos estão prestigiando esse evento e outros estarão conosco amanhã votando essa matéria importante”, afirmou.

Rogério Rosso (DF), líder do PSD, classificou a PEC como uma das mais importantes a ser analisada pelo Congresso na história recente. “É um novo conceito de ajuste fiscal, e esse jantar tem um simbolismo importante, de apoio do Congresso Nacional, da ampla maioria dos deputados, a essa proposta.”

[Youtube\Planalto\Deputados garantem a aprovação da PEC dos gastos públicos; Posição: 3 - 5]

103.

Acho que o presidente Michel Temer agiu muito bem de promover esse encontro preliminar dos 68 deputados.

Dois estão viajando para o exterior, portanto não virão.

Os 66 deputados que já confirmaram presença votarão favoravelmente.

É preciso que fique claro que nós não temos outra alternativa para recolocar o País nos trilhos.

Importante porque obviamente o governo mostra a unidade da base e isso vai ser comprovado ainda mais amanhã, quando nós iremos aprovar a PEC que limita os gastos, mesmo porque é uma PEC essencial para o futuro do País.

[Youtube\Planalto\Deputados garantem a aprovação da PEC dos gastos públicos; Posição: 6 - 14]

104.

No dia 24, a gente vota o segundo turno do teto e manda essa matéria pro Senado esperando que o Senado até o final do ano possa aprová-la e a gente ter essa PEC promulgada ainda no ano de 2016.

[Youtube\Planalto\Maia comenta aprovação da PEC 241; Posição: 18 - 20]

105.

o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, explicou que as despesas com saúde e educação serão preservadas e o governo prosseguirá tendo um limite mínimo de recursos a serem destinados para essas áreas.

[Youtube\Planalto\Meirelles despesas com saúde e educação serão preservadas; Posição: 3 - 3]

106.

Durante a primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o Conselho, o presidente Michel Temer defendeu as reformas fiscais e da previdência. Temer explicou que essas medidas são importantes para o País superar a recessão, crescer e voltar a gerar empregos.

[Youtube\Planalto\Michel Temer temos que colocar o Brasil de volta nos trilhos; Posição: 3 - 3]

107.

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, explicou que o governo do presidente Michel Temer está focado em reequilibrar as contas públicas para voltar a crescer. "Não existe dinheiro público. Todo dinheiro que o estado vem a manear sai do bolso do cidadão. Ele sai como imposto ou sai como empréstimo", afirmou.

[Youtube\Planalto\Nós queremos fazer com que o Brasil gaste apenas o que arrecada; Posição: 3 - 3]

108.

O ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella, avaliou, nesta quarta-feira (26), que a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que estabelece um teto para os gastos públicos, vai trazer de volta a confiança que o País precisa para atrair investidores, especialmente no setor de infraestrutura.

[Youtube\Planalto\PEC 241 ajudará o programa de concessões; Posição: 3 - 3]

109.

O ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, afirma que a aprovação da PEC 241 é um passo muito importante na consolidação da política fiscal do Brasil.

[Youtube\Planalto\PEC 241 restabelece confiança e credibilidade na política econô; Posição: 3 - 3]

110.

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou que os líderes dos partidos da base aliada do governo federal se comprometeram com o presidente Michel Temer, nesta terça-feira (27), a fechar questão pela aprovação da proposta que cria um limite de gastos públicos.

[Youtube\Planalto\Padilha líderes se comprometem a fechar aprovação da PEC dos ga; Posição: 3 - 3]

111.

Em jantar no Palácio do Alvorada com a base aliada, neste domingo (9), o presidente Michel Temer reafirmou a necessidade de aprovar a PEC 241, que limita gastos públicos. O presidente disse que é preciso ter responsabilidade com o País e que a medida é importante para reequilibrar as contas.

[Youtube\Planalto\Precisamos revelar ao País que temos responsabilidade, afirma T; Posição: 3 - 3]

112.

O presidente interino Michel Temer garantiu, nesta quarta (8), durante encontro com líderes empresariais, que irá apresentar, na próxima semana, um projeto de emenda constitucional que limita os valores dos gastos públicos.

[Youtube\Planalto\Projeto de emenda constitucional apresentado por Temer limita g; Posição: 3 - 3]

113.

Se um dia eu não estiver mais, mas o Governo mantiver essa equipe econômica e essa equipe governamental, o Brasil está salvo.

*[Youtube\Planalto\Projeto de emenda constitucional apresentado por Temer limita g;
Posição: 23 - 24]*

114.

meu compromisso é o de resgatar a força da nossa economia e recolocar o Brasil nos trilhos sob essa crença destaco os alicerces de nosso governo eficiência administrativa retomada do crescimento e geração de emprego segurança jurídica ampliação dos programas sociais e pacificação do país o governo é como a sua família se estiver endividada precisa diminuir despesas para pagar as dívidas por isso uma de nossas primeiras providências foi impor limite para os gastos públicos encaminhamos ao congresso nacional uma proposta de emenda constitucional com teto para as despesas públicas nosso lema é gastar apenas o dinheiro que arrecada reduzimos o número de ministérios temos milhar de cargos de confiança estamos diminuindo os gastos do governo para garantir o pagamento das aposentadorias

[Youtube\Planalto\Pronunciamento após a posse Michel Temer; Posição: 25 - 48]

115.

Eu tenho absoluta convicção que a frente parlamentar da Saúde não permitirá que o orçamento seja aprovado sem recursos bastante significativos para a Saúde brasileira, como tem acontecido em todos os últimos anos.

[Youtube\Planalto\Recursos para saúde estão garantidos, afirma ministro; Posição: 11 - 13]

116.

Nós temos uma agenda econômica que é fundamental para o Brasil, sem aprovação, primeiro, da PEC do teto de gasto, depois do debate da reforma da previdência, vai se gerar um ambiente de muita insegurança para os investidores e para a retomada do crescimento.

[Youtube\Planalto\Rodrigo Maia agenda econômica será prioridade no 2º semestre; Posição: 5 - 7]

117.

É o governo que está cortando no seu orçamento para equilibrar as contas públicas. Nós contamos com o Congresso Nacional e contamos com o seu apoio.

*[Youtube\Planalto\Temer contamos com o Congresso para aprovar teto de gastos públ;
Posição: 15 - 16]*

118.

no governo, que é um diálogo muito produtivo, muito eficiente, com o Congresso Nacional para aprovar as questões do governo

[Youtube\Planalto\Temer lema do governo é reformar para crescer; Posição: 5 - 6]

119.

Na democracia, você tem de conversar, você tem de dialogar.

[Youtube\Planalto\Temer nosso governo se pauta pelo diálogo; Posição: 6 - 6]

120.

Debati esse assunto com, talvez, a maior autoridade dentro desta Casa para debater esse assunto, que é o Senador Cristovam Buarque, que tem a convicção igual à minha, no dia de hoje, de que esses recursos não serão retirados, de que não será retirado um centavo sequer da educação do Brasil. Não haverá redução de um centavo sequer no chamado Fies e, muito menos, no Fundeb

[Documentos do Processo PEC\Plenário do Senado Federal\PARECER Nº 920, DE 2016- PLEN; Posição: 4 - 4]

121.

a PEC nº 241/2016 já representa a base conceitual com a qual o governo presente trabalha, destacando o fato de ela ter sido a grande referência para a elaboração do Orçamento de 2017

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 14 - 14]

122.

O Presidente da República, Michel Temer, que com sua coragem, determinação e paciência, foi chamado a assumir as rédeas do governo em um momento tão difícil da nossa experiência republicana. Ele está convencido de que as reformas precisam acontecer já, com urgência. Eu reafirmo ao Brasil: toda transformação importante se inicia com a convicção do líder, sua paixão, coragem e lucidez;

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 24 - 24]

123.

O presidente desta Casa, deputado Rodrigo Maia, que lidera a tramitação da matéria;

[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 24 - 24]

124.

nos três primeiros anos do Novo Regime Fiscal, para acomodar eventuais dificuldades dos demais Poderes e órgãos em cumprir seus limites

, o Poder

Executivo poderá, voluntária e transitoriamente, ceder até 0,25% do seu próprio limite para compensar o excesso de despesas primárias daqueles Poderes e órgãos (outra sugestão que acrescentamos à proposta, no § 8º do art. 102). Dessa forma, ao início da aplicação da nova regra fiscal, abre-se a

possibilidade, restrita, de o Executivo prevenir cortes desmedidos na programação de um Poder ou órgão cuja despesa não couber no seu limite

*[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP
Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 41 - 41]*

125.

No entanto, para o exercício de 2017, primeiro da vigência do Novo Regime Fiscal, fixamos em 7,2% o índice de atualização da despesa primária paga, a ser apurada ao final de 2016. Essa regra já consta do texto básico aprovado pelo Congresso Nacional para a LDO 2017.

*[Documentos do Processo PEC\Comissão Especial PEC 241/2016 - CD\Parecer CESP
Tramitacao-PEC-241-2016; Posição: 42 - 42]*

9. APÊNDICE B

Lista de notícias da Internet

Título	Link
PEC que restringe gastos públicos é aprovada e vai a promulgação	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao
Saiba o que muda com a aprovação final da PEC do Teto dos Gasto	https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/saiba-o-que-muda-com-aprovacao-final-da-pec-do-teto-dos-gastos-publicos
PEC do teto de gastos é promulgada no Congresso Política G1	https://g1.globo.com/politica/noticia/pec-do-teto-de-gastos-e-promulgada-no-congresso.ghtml
Economia - PEC 241 tire dúvidas sobre a proposta que limita ga	http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/10/veja-perguntas-e-respostas-sobre-pec-que-limita-gastos-publicos.html
Entenda o que está em jogo com a PEC 241 - CartaCapital	https://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-pec-241/
Veja as mudanças com a PEC dos Gastos Públicos Agência Brasil	https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-10/veja-mudancas-com-pec-dos-gastos-publicos
Nenhum país adotou teto de gastos como o da PEC 241 - Agência P	https://apublica.org/chechagem/2016/10/truco-nenhum-pais-adotou-teto-de-gastos-como-o-da-pec-241/
Entenda o que está em jogo com a aprovação da PEC 55 - CartaCap	https://www.cartacapital.com.br/economia/entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-aprovacao-da-pec-55/
Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vi	https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html

Título	Link
ConJur - PEC do Teto de Gastos deveria limitar arrecadação de i	https://www.conjur.com.br/2016-nov-01/contas-vista-pec-teto-gastos-deveria-limitar-arrecadacao-impostos
G1 - PGR diz em parecer que PEC do teto de gastos é inconstituc	http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/10/tecnicos-da-pgr-dizem-que-pec-do-teto-de-gastos-e-inconstitucional.html
PEC dos Gastos privilegia juros e congela despesas sociais, afi	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/07/pec-dos-gastos-privilegia-juros-e-congela-despesas-sociais-afirmam-debatedores
G1 - Ato contra a PEC do teto de gastos reúne 10 mil em frente	http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/11/ato-contra-pec-do-teto-de-gastos-reune-10-mil-em-frente-ao-congresso.html
PEC 241 Dez anos é muito para um limite de gastos - ÉPOCA I	https://epoca.oglobo.globo.com/ideias/noticia/2016/10/pec-241-dez-anos-e-muito-para-um-limite-de-gastos.html
Teto de gastos o que a PEC 241 muda na Educação - ÉPOCA Ide	https://epoca.oglobo.globo.com/ideias/noticia/2016/10/teto-de-gastos-o-que-pec-241-muda-na-educacao.html
Renan defende PEC do Teto dos Gastos Públicos em sessão temátic	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/22/renan-defende-pec-do-teto-dos-gastos-publicos-em-sessao-tematica
ConJur - Barroso nega pedido e mantém andamento da PEC dos gast	https://www.conjur.com.br/2016-out-10/barroso-nega-pedido-mantem-andamento-pec-teto-gastos
Economia - Governo propõe teto para gastos públicos com duração	http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/06/teto-para-gastos-publicos-tera-duracao-de-20-anos.html
Manifestantes fazem protestos no país contra a PEC dos gastos	https://g1.globo.com/economia/noticia/manifestantes-fazem-protestos-no-pais-contra-a-pec-dos-gastos.ghtml

Título	Link
Economia - Saúde e educação só obedecerão teto de gastos em 201	http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/10/saude-e-educacao-so-obedecerao-teto-de-gastos-em-2018-diz-meirelles.html
Aprovação de teto de gastos é medida histórica, diz Meirelles	https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-12/aprovacao-de-teto-de-gastos-e-medida-historica-diz-meirelles
O que a PEC 241 muda na Saúde - ÉPOCA Vida	https://epoca.oglobo.globo.com/vida/noticia/2016/10/o-que-pec-241-muda-na-saude.html
PEC 241 Com quase 1.000 escolas ocupadas no país, ato de estud	https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/24/politica/1477327658_698523.html
Protesto contra a PEC do Teto reúne movimentos sociais e estuda	https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/protesto-contra-pec-do-teto-reune-movimentos-sociais-e-estudantes-em-manaus
G1 - Ocupação de alunos contrários à PEC 241 aumenta na UFPE -	http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/10/ocupacao-de-alunos-contrarios-pec-241-aumenta-na-ufpe.html
PEC que fixa teto para gastos públicos e vaquejada são destaque	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/04/pec-que-fixa-teto-para-gastos-publicos-e-vaquejada-sao-destaques-da-semana
Para especialistas, PEC 241 ataca só parte do problema Econom	https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/16/economia/1466032886_171069.html
Mobilização contra a PEC 241 tem primeiro teste de força nas ru	https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/17/politica/1476722269_459922.html
PEC 241 Tudo sobre o teto de gastos - ÉPOCA Tempo	https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2016/10/pec-241-tudo-sobre-o-teto-de-gastos.html
G1 - Professores da UFPE decretam greve em protesto à PEC do te	http://g1.globo.com/pernambuco/educacao/noticia/2016/11/professores-da-ufpe-decretam-greve-em-protesto-pec-do-teto-dos-gastos.html

Título	Link
PEC 55 Como funciona o teto de gastos em outros países (e seus	https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/28/politica/1480332274_865460.html
As promessas da PEC 241 e o desmonte do Estado - CartaCapital	https://www.cartacapital.com.br/politica/lindbergh-farias-as-promessas-da-pec-241-e-o-desmonte-do-estado/
Salários congelados e menos concursos como a PEC 241 pode afet	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37773416
Manifestantes protestam contra PEC do Teto dos Gastos no Rio	https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-10/manifestantes-protestam-contrapec-241-no-rio
G1 - Estudantes ocupam reitoria da UnB em ato contra PEC do tet	http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/10/estudantes-ocupam-reitoria-da-unb-em-ato-contrapec-do-teto-de-gastos.html
G1 - Índios protestam em frente ao Planalto contra PEC do teto	http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/11/indios-protestam-em-frente-ao-planalto-contrapec-do-teto-de-gastos.html
Governo considera limite de gastos primeiro passo contra crise;	https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-10/governo-considera-limite-de-gastos-primeiro-passo-para-superar-crise
Mansueto afirma que PEC dos Gastos faz ajuste gradual e preserv	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/22/mansueto-afirma-que-pec-dos-gastos-faz-ajuste-gradual-e-preserva-direitos
PEC do Teto de Gastos e supersalários são destaque da semana no	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/18/pec-do-teto-e-supersalarios-sao-destaque-da-semana-no-senado
Economia - PEC do teto de gastos pode inibir aumento real do sa	http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/10/pec-do-teto-de-gastos-pode-inibir-aumento-real-do-salario-minimo.html

Título	Link
G1 - Dilma critica PEC do Teto de Gastos e diz que meta de 2016	http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/dilma-critica-pec-do-teto-de-gastos-e-diz-que-meta-de-2016-e-libera-geral.html
Economia - Relator diz que estados vão ficar de fora da PEC do	http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/relator-diz-que-estados-va-ficar-de-fora-da-pec-do-teto-de-gastos.html
G1 - Professores da UFMG fazem greve em protesto a PEC do teto	http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/11/professores-da-ufmg-fazem-greve-em-protesto-pec-do-teto-de-gastos.html
PEC que congela gastos é ação 'radical' e 'ideológica' que vai	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38270520
Movimentos sociais protestam na Avenida Paulista contra PEC do	https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-10/movimentos-sociais-protestam-na-avenida-paulista-contrapec-do-teto-de
Confira como votaram os senadores sobre a PEC do Teto de Gastos	https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/12/13/confira-como-votaram-os-senadores-sobre-a-pec-do-teto-de-gastos.htm
'Teto de gastos não será problema para saúde e educação', garan	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/17/teto-de-gastos-nao-sera-problema-para-saude-e-educacao-garante-ricardo-barros
Saúde pode perder até R\$ 743 bilhões em 20 anos de PEC do Teto,	https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/10/epoca-negocios-saude-pode-perder-ate-r-743-bilhoes-em-20-anos-de-pec-do-teto-diz-ipea.html
PEC do Teto 'não é uma Brastemp' Opinião EL PAÍS Brasil	https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/11/opinion/1476217542_928943.html
G1 - Estudantes ocupam reitoria da Unicap contra a PEC do teto	http://g1.globo.com/peernambuco/educacao/noticia/2016/11/estudantes-ocupam-reitoria-da-unicap-contrapec-do-teto-de-gastos.html

Título	Link
ConJur - Barroso nega suspender tramitação da PEC do Teto de Ga	https://www.conjur.com.br/2016-nov-23/ministro-barroso-nega-suspender-tramitacao-pec-teto-gastos
Economia - Saúde pode ter perdas bilionárias com PEC do teto, a	http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/10/saude-pode-ter-perdas-bilionarias-com-pec-do-teto-avaliam-entidades.html
G1 - Terceiro prédio da UFPE no Recife é ocupado por alunos con	http://g1.globo.com/peernambuco/noticia/2016/10/terceiro-predio-da-ufpe-no-recife-e-ocupado-por-alunos-contrarios-pec.html
Semana teve PEC do Teto de Gastos, audiência de custódia e deba	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/02/semana-teve-pec-do-teto-de-gastos-audiencia-de-custodia-e-debate-sobre-abuso-de-autoridade
CAE discutirá imposto progressivo como alternativa à PEC 241 —	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/10/24/cae-discutira-imposto-progressivo-como-alternativa-a-pec-241
Aprovação da PEC do Teto mostra apoio do Congresso ao ajuste fi	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/aprovacao-da-pec-do-teto-mostra-apoio-do-congresso-ao-ajuste-fiscal
Bolsonaro vota sim à PEC 241 e seguidores se revoltam com decis	https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-vota-sim-pec-241-e-seguidores-se-revoltam-com-decisao/
“Lua de mel entre Temer e o mercado está passando”, diz economi	https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2016/08/lua-de-mel-entre-temer-e-o-mercado-esta-passando-diz-economista-nelson-marconi.html
G1 - Contra PEC 241, alunos ocupam campus do IFB de Planaltina,	http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/10/contra-pec-241-alunos-ocupam-campus-do-ifb-de-planaltina-no-df.html
PEC do gastos trará danos graves à educação - CartaCapital	https://www.cartacapital.com.br/sociedade/pec-dos-gastos-trara-danos-graves-a-educacao/

Título	Link
G1 - Estudantes da UPE e do IFPE ocupam instituições contra PEC	http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/10/estudantes-da-upe-e-do-ifpe-ocupam-instituicoes-contra-pec-241.html
G1 - Alunos ocupam IFMT contra PEC 241 e reforma no ensino médio	http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/10/alunos-ocupam-ifmt-contra-pec-e-reforma-no-ensino-medio-em-cuiaba.html
Maioria dos brasileiros reprovam emenda dos gastos, diz Datafolh	https://m.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1840825-maioria-dos-brasileiros-reprova-emenda-dos-gastos-diz-datafolha.shtml
Protestos contra PEC 55 têm ônibus queimado em Brasília e invas	https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/13/politica/1481626966_020324.html
G1 - Faculdade de Direito do Recife é ocupada em protesto contr	http://g1.globo.com/pernambuco/educacao/noticia/2016/11/faculdade-de-direito-do-recife-e-ocupada-em-protesto-pec-55.html
PEC dos Gastos deve ser votada na quarta-feira pela CCJ — Senad	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/04/pec-dos-gastos-deve-ser-votada-na-quarta-feira-pela-ccj
Pesquisadores temem ‘desastre’ na ciência com aprovação da PEC	https://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/pesquisadores-temem-desastre-na-ciencia-com-aprovacao-da-pec-241/
G1 - Alunos ocupam 15 unidades federais de Educação em GO contr	http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/10/alunos-ocupam-15-unidades-federais-de-educacao-em-go-contra-pec-241.html
G1 - Temer fala de ocupações e diz que pessoas criticam PEC sem	http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/11/temer-defende-mp-do-ensino-medio-e-cobra-respeito-instituicoes.html
G1 - Alunos ocupam Uemg contra a PEC 241 em Poços de Caldas, MG	http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2016/10/alunos-ocupam-uemg-contra-pec-241-em-pocos-de-caldas-mg.html

Título	Link
G1 - Alunos contra PEC 55 e reformas no ensino ocupam escola em	http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2016/11/alunos-contrapec-55-e-reformas-no-ensino-ocupam-escola-em-sao-jose.html
G1 - Professores da UPE decretam greve por tempo indeterminado	http://g1.globo.com/pernambuco/educacao/noticia/2016/10/professores-da-upe-decretam-greve-por-tempo-indeterminado.html
G1 - Estudantes ocupam pátio da PUC Minas, no Coração Eucarísti	http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/11/estudantes-ocupam-patio-da-puc-minas-no-coracao-eucaristico-em-bh.html
De olho Caso Geddel ameaça PEC dos gastos - Agência Pública	https://apublica.org/2016/11/truco-de-olho-caso-geddel-ameaca-pec-do-teto-de-gastos-no-congresso/
PR expulsa Clarissa Garotinho, filha de Anthony Garotinho VEJ	https://veja.abril.com.br/politica/pr-expulsa-clarissa-garotinho-filha-de-anthony-garotinho/
Kassab diz que PEC 241 “é remédio amargo”, mas necessário Agê	https://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2016-10/ministro-kassab-diz-em-salvador-que-pec-241-e-remedio-amargo
PEC 241 entenda as polêmicas da emenda que limita o gasto públ	https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2016/10/26/pec-241-entenda-as-polemicas-da-emenda-que-limita-o-gasto-publico.htm
G1 - Ocupações contra a PEC 241 chegam a escolas de 10 cidades	http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2016/10/ocupacoes-contrapec-241-chegam-escolas-de-9-cidades-do-sul-de-mg.html
Dólar fecha em queda após aprovação da PEC do teto de gastos	https://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/dolar-fecha-em-queda-apos-aprovacao-da-pec-do-teto-de-gastos.ghtml
Temer fará reunião no Alvorada para defender medidas econômicas	https://oglobo.globo.com/economia/temer-fara-reuniao-no-alvorada-para-defender-medidas-economicas-20180481

Título	Link
G1 - Saiba como votou cada senador no 1º turno da PEC do teto d	http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/veja-como-votou-cada-senador-no-1-turno-da-pec-do-teto-de-gastos.html
Renan comanda primeira sessão plenária do Senado após ser manti	https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/renan-comanda-primeira-sessao-plenaria-do-senado-apos-ser-mantido-na
G1 - Professores da UFRPE decretam greve em protesto contra a P	http://g1.globo.com/peernambuco/noticia/2016/11/professores-da-ufrpe-decretam-greve-em-protesto-contra-pec.html
Ronaldo Caiado pede voto de confiança em relação à PEC do Teto	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/17/ronaldo-caiado-pede-voto-de-confianca-em-relacao-a-pec-do-teto-de-gastos
G1 - Ato contra PEC no DF deixa placas destruídas e prédios pic	http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/11/ato-contra-pec-no-df-termina-com-placas-arrancadas-e-predios-pichados.html
G1 - Alunos do Ifes protestam contra PEC 241 em Guarapari - not	http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/alunos-do-ifes-protestam-contra-pec-241-em-guarapari.html
ConJur - Em livros, advogado e desembargador questionam PEC do	https://www.conjur.com.br/2016-nov-15/livros-advogado-desembargador-questionam-pec-teto
FHC elogia aprovação da PEC do Teto e diz que economia está 'de	https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/10/epoca-negocios-fhc-elogia-aprovacao-da-pec-do-teto-e-diz-que-economia-esta-degradada.html
G1 - Oito campi de UFCG e IFPB estão em greve contra PEC 55 e M	http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/11/oito-campi-de-ufcg-e-ifpb-estao-em-greve-contra-pec-55-e-mp-746.html
G1 - Estudantes ocupam a reitoria da UFPI em protesto contra a	http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/10/estudantes-ocupam-reitoria-da-ufpi-em-protesto-contra-pec-241.html

Título	Link
Líderes fixam datas para votação da reforma política e da PEC d	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/10/19/lideres-fixam-datas-para-votacao-da-reforma-politica-e-da-pec-dos-gastos
G1 - ES tem 15 escolas ocupadas, um Ifes e 10 prédios na Ufes -	http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/novas-escolas-sao-ocupadas-no-es-em-protesto-contra-pec-241.html
G1 - Após Enem, prédios de PE seguem ocupados por alunos contra	http://g1.globo.com/pernambuco/educacao/noticia/2016/11/apos-enem-predios-de-pe-seguem-ocupados-por-alunos-contra-pec-241.html
G1 - Ocupações contra a PEC 241 seguem em escolas estaduais de	http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2016/10/ocupacoes-contra-pec-241-seguem-em-escolas-estaduais-de-uberlandia.html
G1 - Piauí tem primeira escola ocupada contra PEC do teto de ga	http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/11/piaui-tem-primeira-escola-ocupada-contra-pec-do-teto-de-gastos-publicos.html
G1 - Estudantes ocupam escola estadual em Governador Valadares	http://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2016/11/estudantes-ocupam-escola-estadual-em-governador-valadares.html
Mendonça Filho diz que, se chamado, irá debater propostas em es	https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/mendonca-filho-diz-que-se-chamado-ira-debater-propostas-em-escolas-ocupadas
G1 - Reitoria da Ufal em Maceió é ocupada em protesto contra a	http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/10/reitoria-da-ufal-em-maceio-e-ocupada-em-protesto-contra-pec-241.html
PM desocupa escola em SP e estudantes são levados para delegaci	https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/pm-desocupa-escola-em-sp-e-estudantes-sao-levados-para-delegacia
Regina Sousa lê nota da CNBB e diz que pobres pagarão por PEC d	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/09/regina-sousa-le-nota-da-cnbb-e-diz-que-pobres-pagarao-por-pec-dos-gastos

Título	Link
G1 - Relator conclui parecer favorável à redução do número de c	http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/relator-conclui-parecer-favoravel-reducao-do-numero-de-congressistas.html
G1 - Alunos ocupam campus da UEG em Anápolis contra PEC do Teto	http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/11/alunos-ocupam-campus-da-ueg-em-anapolis-contra-pec-do-teto.html
G1 - 'Tem que cortar a universidade', diz deputado a estudantes	http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/10/tem-que-cortar-universidade-diz-deputado-estudantes-de-go-video.html
G1 - Alunos da UPE ocupam mais um campus em ato contra a PEC 24	http://g1.globo.com/peernambuco/noticia/2016/10/alunos-da-upe-ocupam-campus-de-santo-amaro-em-ato-contra-pec-241.html
Economia - Gasto com Saúde crescerá abaixo da inflação em 2017,	http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/08/gasto-com-saude-crescera-abaixo-da-inflacao-em-2017-propoe-governo.html
Críticos consideram PEC do Teto ameaça a conquistas sociais da	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/08/criticos-consideram-pec-do-teto-ameaca-a-conquistas-sociais-da-constituicao
G1 - Contra a PEC do Teto, alunos ocupam campus do Cefet em BH	http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/11/contra-pec-do-teto-alunos-ocupam-campus-do-cefet-em-bh.html
Ibope 72% aprovam reforma do ensino médio e 59% são a favor da	https://agenciabrasil.ebc.com.br/ibope-72-aprovam-reforma-do-ensino-medio-e-59-sao-a-favor-da-pec-do-teto
Resultado da votação da PEC 241 na Câmara Brasil EL PAÍS Br	https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/25/politica/1477402334_902213.html
G1 - Estudantes ocupam prédios da UFSM no RS contra PEC 241 - n	http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/11/estudantes-ocupam-predios-da-ufsm-no-rs-contra-pec-241.html

Título	Link
Professores de 35 instituições federais e estaduais entram em greve	https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/professores-de-35-instituicoes-federais-e-estaduais-entram-em-greve
Para pesquisador da FGV, Brasil tem 'janela de oportunidade' para	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/22/para-pesquisador-da-fgv-brasil-tem-2018janela-de-oportunidade2019-para-fazer-ajuste-fiscal
Teto de gastos exigirá corte de R\$ 9 bilhões - Jornal O Globo	https://oglobo.globo.com/economia/teto-de-gastos-exigira-corte-de-9-bilhoes-20649863
G1 - IFMT de Rondonópolis (MT) diz que provas do Enem serão reatadas	http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/11/ifmt-de-rondonopolis-mt-confirma-realizacao-de-provas-do-enem-2016.html
G1 - Temer 'repudia' atos de 'vandalismo' em protesto em Brasília	http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/11/temer-repudia-atos-de-vandalismo-em-protesto-em-brasilia-diz-porta-voz.html
G1 - Mais 2 escolas são ocupadas por alunos contra a PEC 241 no	http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2016/10/mais-duas-escolas-sao-ocupadas-por-contrapec-241-no-sul-de-minas.html
G1 - Estudante que viralizou ao defender ocupações é 'tietada'	http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/10/estudante-que-viralizou-ao-defender-ocupacoes-e-assediada-no-senado.html
Aécio Neves defende reforma política e PEC do Teto de Gastos —	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/09/senador-aecio-neves-ajuste-fiscal
Alunos ocupam campus da PUC-Rio em protesto contra PEC do teto	https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/alunos-ocupam-campus-da-puc-rio-em-protesto-contrapec-do-teto-de-gastos-17112016
G1 - Alunos ocupam campus do IFC de Rio do Sul contra a PEC 241	http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/10/alunos-e-servidores-ocupam-campus-do-ifc-de-rio-do-sul-contrapec-241.html

Título	Link
Ronaldo Caiado aprovação da PEC do Teto é a medida mais 'palat	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/29/ronaldo-caiado-aprovacao-da-pec-do-teto-e-a-medida-mais-palatavel
G1 - Bancos e escolas param em protesto contra PEC do corte de	http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/11/bancos-e-escolas-param-em-protesto-contrapec-do-corte-de-gastos-na-ba.html
G1 - Estudantes ocupam prédio da Famecos na PUCRS em Porto Aleg	http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/11/estudantes-tentam-ocupar-predio-da-famecos-na-pucrs-em-porto-alegre.html
G1 - Manifestantes tentam impedir saída de ônibus no RS; BM usa	http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/11/manifestantes-tentam-impedir-saida-de-onibus-no-rs-bm-usa-bombas.html
G1 - Estudantes deixam escola por ordem judicial e ocupam outra	http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/11/estudantes-deixam-escola-por-ordem-judicial-e-ocupam-outra-em-arapiraca.html
G1 - Estudantes desocupam escola Setor Leste, na Asa Sul, em Br	http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/11/estudantes-desocupam-escola-setor-leste-na-asa-sul-em-brasilia.html
Em Belo Horizonte, candidatos votam em escola ocupada por estud	https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-10/em-belo-horizonte-candidatos-votam-em-escola-ocupada-por-estudantes
G1 - ES tem 43 escolas ocupadas, diz governo; secundaristas diz	http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/es-tem-43-escolas-ocupadas-diz-governo-secundaristas-dizem-47.html
Fátima Bezerra diz que PEC 55 é 'golpe contra o povo' — Senado	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/fatima-bezerra-diz-pec-55-e-golpe-contrao-povo
PEC do teto de gastos tem um lado extremamente positivo, aponta	https://www.infomoney.com.br/politica/pec-do-teto-de-gastos-tem-um-lado-extremamente-positivo-aponta-professor-da-fgv/

Título	Link
G1 - Ocupação em escola estadual em Montes Claros completa 15 d	http://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2016/11/ocupacao-em-escola-estadual-em-montes-claros-completa-15-dias.html
G1 - Ocupação na UEA faz 3 dias e nova unidade adere a moviment	http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2016/11/ocupacao-na-uea-faz-3-dias-e-nova-unidade-adere-movimento-no-am.html
G1 - Estudantes ocupam escola Barbosa Lima, na Agamenon Magalhã	http://g1.globo.com/pe/educacao/noticia/2016/11/estudantes-ocupam-escola-barbosa-lima-na-agamenon-magalhaes.html
A PEC 55 e o mito do descontrole da dívida pública - CartaCapit	https://www.cartacapital.com.br/politica/a-pec-55-e-o-mito-do-descontrole-da-divida-publica/
G1 - Escola estadual de Bauru é ocupada por estudantes - notícia	http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2016/10/escola-estadual-de-bauru-e-ocupada-por-estudantes.html
Estudantes ocupam Instituto de Letras da UFRGS contra projetos	https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/10/estudantes-ocupam-instituto-de-letras-da-ufrgs-contra-projetos-do-governo-federal-8032040.html
G1 - Após 4 dias de ocupação, IFSP tenta retomar serviços em Se	http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/10/apos-4-dias-de-ocupacao-ifsp-tenta-retomar-servicos-em-sertaozinho-sp.html
Justiça suspende decisão que determinou desocupação da UnB Ag	https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/justica-suspende-decisao-que-determinou-desocupacao-da-unb
G1 - PEC 241 Blocos da UFU em Uberlândia e Ituiutaba são ocupa	http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2016/11/pec-241-blocos-da-ufu-em-uberlandia-e-ituiutaba-sao-ocupados.html
Ato contra a PEC 55 em Brasília; FOTOS - fotos em Distrito Fede	https://g1.globo.com/distrito-federal/fotos/2016/11/ato-contra-pec-tem-predios-publicos-pichados-e-carros-queimados-no-df.html

Título	Link
Gleisi Hoffmann critica PEC do Teto de Gastos e defende mais in	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/16/gleisi-hoffmann-critica-pec-do-teto-de-gastos-e-defende-mais-investimentos-publicos
G1 - Motoristas e professores do DF fazem protesto contra PEC d	http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/11/motoristas-e-professores-do-df-fazem-protesto-contra-pec-do-teto-de-gastos.html
Pela 2ª vez, estudantes da UFMG acusam PM de violência em ato c	https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/12/08/ocupantes-da-ufmg-acusam-pm-pela-2-de-truculencia-em-ato-contra-pec-55.htm
G1 - Grupo protesta e impede entrada de carros na Ufes, em Vitó	http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/grupo-protesta-e-impede-entrada-de-carros-na-ufes-em-vitoria.html
G1 - Dólar cai e fecha a R\$ 3,12, menor cotação em mais de 1 an	http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/10/dolar-fecha-em-queda-24-10-2016.html
G1 - Estudantes mantêm ocupação do Ifro em Colorado do Oeste, R	http://g1.globo.com/ro/vilhena-e-cone-sul/noticia/2016/10/estudantes-mantem-ocupacao-de-ifro-em-colorado-do-oeste-ro.html
ConJur - Financiamento dos direitos à saúde e à educação mínim	https://www.conjur.com.br/2016-jul-27/financiamento-direitos-saude-educacao-minimos-inegociaveis
Estudantes ocupam ruas de BH para protestar contra PEC 241 O	https://www.otempo.com.br/cidades/estudantes-ocupam-ruas-de-bh-para-protestar-contra-pec-241-1.1395044
Rugitsky afirma que crise fiscal é fruto da queda das receitas,	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/22/rugitsky-afirma-que-crise-fiscal-e-fruto-da-queda-das-receitas-e-nao-de-gastanca
ConJur - Aprovado novo regime fiscal, crescimento vai voltar ,	https://www.conjur.com.br/2016-jun-29/aprovado-regime-fiscal-crescimento-voltar-meirelles

Título	Link
G1 - UFSC tem ocupações de estudantes no CED e CFH, em Florianópolis	http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/11/ufsc-tem-ocupacoes-de-estudantes-no-ced-e-cfh-em-florianopolis.html
Polícia terá apoio de outros estados para investigar manifestantes	https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/policia-tera-apoio-de-outros-estados-para-investigar-manifestantes-detidos-no
G1 - Servidores e técnicos da Ufal entram em greve a partir desta segunda-feira	http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/10/servidores-e-tecnicos-da-ufal-entram-em-greve-partir-desta-segunda-feira.html
G1 - Às vésperas do Enem, Pernambuco tem 19 áreas ocupadas por alunos	http://g1.globo.com/pernambuco/educacao/noticia/2016/11/vesperas-do-enem-pernambuco-tem-19-areas-ocupadas-por-alunos.html
Dólar cai a R\$ 3,20 com otimismo sobre PEC	https://ne10.uol.com.br/canal/noticias/economia/noticia/2016/10/10/dolar-cai-a-r-320-com-otimismo-sobre-pec-642080.php
Estudantes contrários à PEC 241 ocupam prédio da Universidade	https://www.brasildefato.com.br/2016/10/19/estudantes-contrarios-a-pec-241-ocupam-predio-da-universidade-federal-de-vicosa/
PEC do Teto de Gastos será promulgada na quinta-feira em sessão	https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2016/12/pec-do-teto-de-gastos-sera-promulgada-na-quinta-feira-em-sessao-solene-do-congresso
G1 - Tentativa de ocupação de escola no Ibura acaba em tumulto	http://g1.globo.com/pernambuco/educacao/noticia/2016/11/tentativa-de-ocupacao-de-escola-acaba-em-tumulto-e-detencoes.html
Dez questões que desmontam a PEC 241, por Laura Carvalho - Verm	https://vermelho.org.br/2016/10/13/dez-questoes-que-desmontam-a-pec-241-por-laura-carvalho/
G1 - Após o Enem, prédio do IFMT volta a ser ocupado por estudantes	http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/11/apos-o-enem-predio-do-ifmt-volta-ser-ocupado-por-estudantes.html
G1 - Estudantes ocupam escola estadual em Arapiraca contra PEC	http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/10/estudantes-ocupam-escola-estadual-em-arapiraca-contra-pec-241.html

Título	Link
G1 - Contra PEC do teto de gastos, grupo ocupa 4ª escola públic	http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/11/contrapec-do-teto-de-gastos-grupo-ocupa-4-escola-publica-do-df-em-24-h.html
CNDE entrega dossiê à ONU sobre PEC que pode reduzir recurso na	https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-09/cnde-entrega-dossie-onu-sobre-pec-que-pode-reduzir-recurso-na-educacao
Ele nunca chegou a se filiar , ironiza presidente do PDT sobre	https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2016/12/ele-nunca-chegou-a-se-filiar-ironiza-presidente-do-pdt-sobre-saida-de-lasier-8840368.html
Relatório preliminar do Orçamento prevê mais R\$ 11 bilhões para	https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-11/relatorio-preliminar-do-orcamento-preve-mais-recursos-para-saude-e-educacao
Mínimo constitucional para saúde e educação não cai, diz secret	https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-05/minimo-constitucional-para-saude-e-educacao-nao-cai-diz-secretario
Depredação do MEC foi praticada por “criminosos”, diz ministro	https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/depredacao-do-mec-foi-praticada-por-criminosos-diz-ministro
Meirelles chances de aprovação das medidas fiscais são 'extrem	https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2016/09/21/internas_economia,806415/meirelles-chances-de-aprovacao-das-medidas-fiscais-sao-extremamente.shtml
Com 15 mil pessoas, ato reúne ocupações, servidores estaduais e	https://sul21.com.br/breaking-newsultimas-noticiaspolitica/2016/11/com-15-mil-pessoas-ato-reune-ocupacoes-servidores-estaduais-e-mulheres-contrapec-24155/
Putin demonstra a Temer interesse em PEC brasileira que limita	https://m.folha.uol.com.br/mercado/2016/10/1823271-putin-demonstra-a-temer-interesse-em-pec-brasileira-que-limita-o-gasto-publico.shtml
Manifestantes contra 'PEC do teto' desocupam Reitoria e prédio	https://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/11/2016/manifestantes-contrapec-do-teto-desocupam-reitoria-e-predio-da-ufes-em-maruipe

Título	Link
Escritório da Presidência da República em São Paulo amanhece de	https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-10/escritorio-da-presidencia-da-republica-em-sao-paulo-amanhece-desocupado
Preocupação com desmonte de políticas sociais une diferentes cr	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/07/preocupacao-com-desmonte-de-politicas-sociais-une-diferentes-credos-na-cdh
PEC do teto exige melhora do gasto em educação VEJA	https://veja.abril.com.br/economia/pec-do-teto-exige-melhora-do-gasto-em-educacao/
Teto de gastos, nova lei de licitações, debate sobre abuso de a	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/16/teto-de-gastos-nova-lei-de-licitacoes-debate-sobre-abuso-de-autoridade-e-orcamento-marcaram-a-semana
Primeira-dama e Roberto Jefferson comparecem a jantar pela PEC	https://m.folha.uol.com.br/poder/2016/10/1821454-primeira-dama-e-roberto-jefferson-comparecem-a-jantar-pela-pec-do-teto.shtml
Artigo Um jantar regado a interesses políticos escusos Geral	https://www.brasildefato.com.br/2016/11/24/artigo-um-jantar-regado-a-interesses-politicos-escusos
Votação da PEC do Teto de Gastos deve ser mantida para o dia 13	https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2016/12/votacao-da-pec-do-teto-de-gastos-deve-ser-mantida-para-o-dia-13-diz-aecio
Armínio Fraga diz a Padilha que investimento estrangeiro volta	https://osdivergentes.com.br/ivanir-bortot/arminio-fraga-diz-padilha-que-estrangeiros-voltam-investir-no-brasil-com-pec-241/
Estudantes ocupam a Universidade Rural do Pará em protesto Ge	https://www.brasildefato.com.br/2016/11/11/estudantes-ocupam-a-universidade-rural-do-para-em-protesto-contr-a-pec-55
PM usa bombas e gás lacrimogêneo contra estudantes que Geral	https://www.brasildefato.com.br/2016/11/18/pm-usa-bombas-e-gas-lacrimogeneo-contr-a-estudantes-que-protestavam-na-ufmg

Título	Link
Cristovam Buarque diz que impeachment foi aprovado para que PEC	https://sul21.com.br/ta-na-rede/2016/10/cristovam-buarque-diz-que-impeachment-foi-aprovado-para-que-pec-241-fosse-viabilizada/
Secundaristas ocupam escolas contra PEC 241 e reforma do Ensino	https://novaescola.org.br/conteudo/523/materia-ocupacoes-mp-ensino-medio
Estudantes da UFC definem novas ocupações contra PEC do teto de	https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/11/estudantes-da-ufc-definem-novas-ocupacoes-contra-pec-do-teto-de-gastos.html
Belluzzo pede 'olhar humano' para solucionar a crise econômica	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/22/belluzzo-pede-olhar-humano-para-solucionar-a-crise-economica
Protesto contra PEC do Teto termina em confronto em Brasília	https://veja.abril.com.br/brasil/protesto-contra-pec-do-teto-termina-em-confronto-em-brasilia/
Como as medidas de Temer vão impactar a economia - BBC News Br	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36374824
Drauzio Varella participa de evento em SP sobre o teto e seu im	https://m.folha.uol.com.br/mercado/2016/11/1829109-drauzio-varella-participa-de-evento-em-sp-sobre-o-teto-e-seu-impacto-na-saude.shtml
Ocupação de universitários em MG vai além da oposição à PEC 55	https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/12/01/ocupacao-de-universitarios-em-mg-vao-alem-da-oposicao-a-pec-55.htm
Teto de gastos públicos abre as portas para redução do papel do	https://www.cartacapital.com.br/politica/teto-para-gastos-publicos-bode-de-temer-para-induzir-o-desmonte-do-estado/
Animação ensina o que é refinanciamento da dívida — Senado Notí	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/animacao-ensina-o-que-e-refinanciamento-da-divida

Título	Link
Polícia prende 52 pessoas no Recife após protestos contra a PEC	https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2016/12/policia-prende-52-pessoas-no-recife-apos-protestos-contra-a-pec-55.html
Senado aprova proposta que prorroga a DRU até 2023 — Senado Not	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/24/senado-aprova-proposta-que-prorroga-a-dru-ate-2023
Estudantes prometem mais protestos na Avenida Norte	https://ne10.uol.com.br/canal/jc-transito/noticia/2016/11/23/estudantes-prometem-mais-protestos-na-avenida-norte-649075.php
Reitora recém-empossada na UnB quer diálogo para solucionar gre	https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/reitora-recem-empossada-na-unb-quer-dialogo-para-solucionar-greve-e
Estudantes da UFT realizarão ato contra a PEC 241 na próxima se	https://conexaoto.com.br/2016/10/14/estudantes-da-uft-realizarao-ato-contra-a-pec-241-na-proxima-segunda-feira-em-palmas
Coquetel no Congresso em meio a ato reprimido por PM era prêmio	https://m.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1837258-coquetel-no-congresso-em-meio-a-ato-reprimido-por-pm-era-premio-a-ongs.shtml
Escola de Referência do Porto Digital é ocupada contra PEC do T	https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/educacao/noticia/2016/11/17/escola-de-referencia-do-porto-digital-e-ocupada-contra-pec-do-teto-260716.php
Depois da reitoria, estudantes ocupam UPE campus Santo Amaro	https://ne10.uol.com.br/canal/noticias/grande-recife/noticia/2016/10/26/depois-da-reitoria-estudantes-ocupam-upe-campus-santo-amaro-644658.php
Sistema de saúde para todos é 'sonho' e seus defensores são 'id	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37932736
Por que o Movimento Estudantil Luta Contra a PEC 55	https://falauniversidades.com.br/por-que-o-movimento-estudantil-luta-contra-a-pec-55/

10. APÊNDICE C

Lista de vídeos do YouTube

YouTube da Câmara dos Deputados - Busca realizada em 22/04/2022	
Título do Vídeo	Link
Câmara aprova PEC do Teto de Gastos em segundo turno	https://youtu.be/cPu6ODfeUrQ?list=PL_eyJqJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
Câmara com Notícia - 06102016	https://youtu.be/QNBNhPk__0?list=t=PL_eyJqJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
Câmara e Ministério da Fazenda acertam prioridade para votar PEC do teto de gastos públicos	https://youtu.be/bPP1y2cxNO4?list=PL_eyJqJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
Chico Alencar e Darcísio Perondi discutem proposta de teto para gastos públicos	https://youtu.be/3uNibXIMi-8?list=PL_eyJqJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
Comissão especial aprova PEC do Teto de Gastos Públicos	https://youtu.be/yjDIQdf8wSI?list=PL_eyJqJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
Comissão especial da PEC sobre teto para gastos públicos se reúne com Ministro da Fazenda	https://youtu.be/HbvOu-PVZVE?list=PL_eyJqJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
Comissão especial debate ajuste fiscal e teto de gastos públicos	https://youtu.be/wFe4jtZfFkQ?list=PL_eyJqJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
Darcísio Perondi e Helder Salomão analisam proposta que cria teto para gastos públicos	https://youtu.be/eZ86u12pxX8?list=PL_eyJqJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
Deputados discutem PEC do Teto de Gastos Públicos	https://youtu.be/LiNxQY8XQcY?list=PL_eyJqJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1

Excesso de gastos foi origem da crise, diz Ministro da Fazenda	https://youtu.be/BGJtz6s45JM?list=PL_iy_qJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
Ministros defendem limite de gastos públicos	https://youtu.be/qRqElfrs_VQ?list=PL_iy_qJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
Participantes de seminário divergem sobre PEC do Teto dos Gastos	https://youtu.be/ccTRNjsN_j0?list=PL_iy_qJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
PEC do Teto dos Gastos Públicos deve ser votada na terça; Maia volta a defender aprovação	https://youtu.be/owxYTc7KGTw?list=PL_iy_qJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
PEC que limita gastos públicos já está no Senado e deve ser promulgada em dezembro	https://youtu.be/XLfhFhzJvzk?list=PL_iy_qJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
Plenário aprova PEC do Teto de Gastos em primeiro turno	https://youtu.be/wdTKRd4mYUI?list=PL_iy_qJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
Plenário dispensa intervalo regimental para acelerar votação da PEC do Teto de Gastos	https://youtu.be/aYJFMSu9jps?list=PL_iy_qJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
Presidente da Câmara e ministro da Fazenda defendem teto para gastos públicos	https://youtu.be/obYKJafyvNw?list=PL_iy_qJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
Protesto contra PEC do Teto de Gastos termina em confronto com policiais	https://youtu.be/HethRsltTQo?list=PL_iy_qJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
Reuniões sobre PEC do Teto de Gastos marcam manhã desta quarta (5)	https://youtu.be/z2H6Gw4EXvE?list=PL_iy_qJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
Rodrigo Maia comenta votações da PEC do Teto e da repatriação de recursos	https://youtu.be/ri1mLrYN3LE?list=PL_iy_qJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1

Rodrigo Maia rebate críticas da oposição à PEC do Teto de Gastos Públicos	https://youtu.be/RvCyz38GN88?list=PL_iy_qJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
Teto de gastos públicos	https://youtu.be/9WCFE8jWZtA?list=PL_iy_qJB20_-Gp9tgDTUdXOn9yYuM2Bc1
YouTube do Senado Federal - Busca realizada em 18/02/2022	
Título do Vídeo	Link
Brasil precisará de 'pacto de responsabilidade' com a PEC dos Gastos, ressalta Cristovam	https://youtu.be/yy6EnSAA_Sw?list=PL_iy_qJB20_-PEK93gx420Tzypw2l6uef
CCJ adia votação da PEC dos Gastos Públicos	https://youtu.be/QLjqeQfdkjU?list=PL_iy_qJB20_-PEK93gx420Tzypw2l6uef
Consultor de Orçamento avalia efeitos da PEC 241/2016, que congela gastos públicos	https://youtu.be/ZZO-FV-XuPU?list=PL_iy_qJB20_-PEK93gx420Tzypw2l6uef
Economista avalia proposta que limita gastos públicos - Bloco 1	https://youtu.be/X3iHnSZd9vs?list=PL_iy_qJB20_-PEK93gx420Tzypw2l6uef
Economistas sugerem mudança tributária em alternativa à PEC dos Gastos Públicos	https://youtu.be/FmZCdM9tJ6M?list=PL_iy_qJB20_-PEK93gx420Tzypw2l6uef
Especialistas criticam PEC que limita os gastos públicos	https://youtu.be/P0GGRwsIp80?list=PL_iy_qJB20_-PEK93gx420Tzypw2l6uef
Gleisi Hoffmann propõe um referendo popular sobre a PEC dos Gastos	https://youtu.be/xQzNFDFWoeE?list=PL_iy_qJB20_-PEK93gx420Tzypw2l6uef
Lídice da Mata 'próximos governos não poderão atender os anseios do povo se a PEC 241 for aprovada'	https://youtu.be/OWa2PP5aREA?list=PL_iy_qJB20_-PEK93gx420Tzypw2l6uef

Para Fátima Bezerra, a PEC dos Gastos Públicos é nociva para a população	https://youtu.be/1-U9fpTVMNM?list=PL_eyJy_qJB20_-PEK93gx420Tzypw2l6uef
Para Lindbergh farias, cortes da PEC do Teto afetarão os gastos sociais	https://youtu.be/0zqIchRs-xY?list=PL_eyJy_qJB20_-PEK93gx420Tzypw2l6uef
Para Vanessa Grazziotin, falta discussão sobre a PEC dos Gastos Públicos	https://youtu.be/AnBOlxL8cEI?list=PL_eyJy_qJB20_-PEK93gx420Tzypw2l6uef
Para Vanessa Grazziotin, PEC dos Gastos precisa de um debate profundo com a sociedade	https://youtu.be/jtrcV0T-QC4?list=PL_eyJy_qJB20_-PEK93gx420Tzypw2l6uef
PEC 55, que cria um teto para os gastos públicos, é tema de debate na CDH	https://youtu.be/c-VCzGmKH8M?list=PL_eyJy_qJB20_-PEK93gx420Tzypw2l6uef
PEC 241 vai trazer prejuízos para saúde e educação, dizem participantes de audiência	https://youtu.be/HMorkO_aHeg?list=PL_eyJy_qJB20_-PEK93gx420Tzypw2l6uef
PEC dos gastos públicos chega ao Senado	https://youtu.be/RgfG45zDS4o?list=PL_eyJy_qJB20_-PEK93gx420Tzypw2l6uef
Renan se empenhará para garantir votação da PEC dos Gastos até o fim de 2016	https://youtu.be/yAFur9a54Pw?list=PL_eyJy_qJB20_-PEK93gx420Tzypw2l6uef
Roberto Requião critica PEC 241/2016, que limita os gastos públicos	https://youtu.be/NYrqOiQtMUI?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Rose de Freitas 'PEC dos Gastos deve evitar que o Brasil deixe de cumprir compromissos'	https://youtu.be/o6TQA2GwEdA?list=PL_eyJy_qJB20_-PEK93gx420Tzypw2l6uef
Secretário do Ministério da Fazenda defende proposta de ajuste fiscal - Bloco 2	https://youtu.be/dH-S57eMPy4?list=PL_eyJy_qJB20_-PEK93gx420Tzypw2l6uef

YouTube do Planalto - Busca realizada em 21/02/2022	
Título do Vídeo	Link
Aprovação da PEC 241 é vitória maiúscula, diz porta-voz do governo	https://youtu.be/jDa4O4RxsZY?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Crescimento econômico do País está no equilíbrio fiscal, reforça titular do Ipea	https://youtu.be/InCyrWwQmvw?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Deputados apoiam proposta de limite de gastos	https://youtu.be/bsdwozCacmU?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Deputados garantem a aprovação da PEC dos gastos públicos	https://youtu.be/JUARglkKKJY?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Economista, Zeina Latif fala sobre PEC dos Gastos	https://youtu.be/EK-Aa2TUuO0?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Emy Cherman investidores estão atentos às medidas do governo	https://youtu.be/ctPK7dxprlc?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Governo vai equilibrar despesas e receitas, diz ministro Padilha	https://youtu.be/iVYwRONvpdA?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Henrique Meirelles explica Novo Regime Fiscal	https://youtu.be/WyM8S9k_V0k?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Henrique Meirelles explica que o limite de gastos abrange todos os poderes	https://youtu.be/zVRX-eTTae0?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Maia comenta aprovação da PEC 241	https://youtu.be/vlAqGJeaDmY?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x

Mansueto O Brasil gasta mais com Previdência que um país rico	https://youtu.be/XO0MrjjsfUQ?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Meirelles despesas com saúde e educação serão preservadas	https://youtu.be/VjCqocbdbzc?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Meirelles Governo assumiu o controle da situação fiscal	https://youtu.be/LU9glOgzvGM?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Meirelles medidas farão com que Brasil entre num curso sustentável de crescimento	https://youtu.be/3L8OrIDdet8?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Mendonça Filho Não haverá nenhum prejuízo para a educação	https://youtu.be/VNoKMZxp2ww?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Michel Temer temos que colocar o Brasil de volta nos trilhos	https://youtu.be/r64K1AVSipo?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Nós queremos fazer com que o Brasil gaste apenas o que arrecada, afirma Eliseu Padilha	https://youtu.be/DMY-p32QwaU?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Padilha líderes se comprometem a fechar aprovação da PEC dos gastos	https://youtu.be/nQ1JIIvzJYA?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Padilha O Brasil precisa gastar apenas o que arrecada	https://youtu.be/_7l32Y2bOkQ?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Para secretária do Tesouro, PEC 241 qualifica os gastos	https://youtu.be/ema0hxOyGvo?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
PEC 241 ajuda a melhorar indicadores econômicos	https://youtu.be/KHWi0Y8GX0U?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x

PEC 241 ajudará o programa de concessões	https://youtu.be/bOwMwV8tsXg?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
PEC 241 restabelece confiança e credibilidade na política econômica do Brasil	https://youtu.be/7XOwU3hLXYw?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
PEC mostra que Brasil está engajado para voltar a crescer	https://youtu.be/L-kkqkUYDvk?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Precisamos revelar ao País que temos responsabilidade, afirma Temer sobre a PEC 241	https://youtu.be/dOLF37jf7hA?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Projeto de emenda constitucional apresentado por Temer limita gastos públicos	https://youtu.be/2wvP7pXHuko?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Pronunciamento à nação Michel Temer	https://youtu.be/UP0u6pjdA8k
Recursos para saúde estão garantidos, afirma ministro	https://youtu.be/pn9oqe6kE9I?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Relator da PEC 241 afirma que proposta é inovadora e revolucionária. É a PEC da responsabilidade	https://youtu.be/UHsU9H2988g?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Rodrigo Maia agenda econômica será prioridade no 2º semestre	https://youtu.be/sjwIDtLB1OI?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Secretário da Fazenda afirma que não existe teto para saúde e educação e sim um piso para as áreas	https://youtu.be/Jc1-i6jhzkg?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Temer contamos com o Congresso para aprovar teto de gastos públicos	https://youtu.be/n-MdStSx48U?list=PL_eyJy_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x

Temer lema do governo é reformar para crescer	https://youtu.be/0yeC2QRHABo?list=PL_ey_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Temer nosso governo se pauta pelo diálogo	https://youtu.be/rZ07k1jUqAA?list=PL_ey_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x
Teto de gastos é importante para estancar a “gastança imoderada”	https://youtu.be/MwZUUQ9kBEs?list=PL_ey_qJB20_8Fdw30MCpPV4WMbVTkIa0x